

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO ROGÉRIO FRIEDRICHS ADAM

*SELBSTSCHUTZ*: ASSOCIATIVISMO COLONIAL  
E A EXPERIÊNCIA DA AUTODEFESA NAS COLÔNIAS  
TEUTO-BRASILEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL  
(1890-1930)

Passo Fundo

2020

PAULO ROGÉRIO FRIEDRICHS ADAM

*SELBSTSCHUTZ*: ASSOCIATIVISMO COLONIAL E A  
EXPERIÊNCIA DA AUTODEFESA NAS COLÔNIAS  
TEUTO-BRASILEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL  
(1890-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Márcia Neumann.

Passo Fundo

2020

CIP – Catalogação na Publicação

---

A193s Adam, Paulo Rogério Friedrichs  
Selbstschutz [recurso eletrônico]: associativismo colonial  
e a experiência da autodefesa nas colônias teuto-brasileiras do  
Rio Grande do Sul (1890-1930) / Paulo Rogério Friedrichs  
Adam. – 2020.  
13 MB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Márcia Neumann.  
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo  
Fundo, 2020.

1. Rio Grande do Sul - História, 1890-1930. 2. Selbstschutz.  
3. Associativismo. 4. Colonos - Rio Grande do Sul. I. Neumann,  
Rosane Márcia, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

---

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

## Banca Examinadora do Doutorado

Profa. Dra. Érica Sarmiento da Silva (UERJ)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS/PUC)

Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Prof. Dr. Alessandro Batistella (UPF)

Profa. Dra. Rosane Márcia Neumann (UPF)

Dedico este trabalho à Lívia Beatriz,  
à Júlia Carolina e à Lisangela;  
Dedico também a todos os professores,  
cuja importância lhes cabe provar,  
mais uma vez, num país que tanto precisa deles.  
Tal circunstância seria até cômica, se não fosse  
mais trágica.

## AGRADECIMENTOS

Uma Tese de Doutorado aparentemente é uma jornada intelectual solitária. Na verdade, por mais que sua produção enquanto documento escrito ocorra em algum grau de isolamento, uma série de relações garantem o suporte necessário para que os estudiosos possam pesquisar, sistematizar e, enfim, escrever. Por isso, autor deseja registrar o reconhecimento a todos que contribuíram para o desenvolvimento desta Tese de Doutorado, em especial:

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Neumann, que mais uma vez, e de olhos fechados, aceitou a incumbência da orientação e a desenvolveu com fina perspicácia;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, imprescindíveis em qualquer jornada intelectual; aos servidores técnicos da universidade nos diversos setores e em especial da secretaria do Programa, cujo apoio permite o trabalho intelectual e o desembaraço da burocracia; aos colegas que compartilham as aulas e os desafios da pesquisa e da escrita; ao Instituto Federal Farroupilha, cujo Programa de Incentivo à Qualificação Profissional oportunizou o afastamento integral sem o qual a pesquisa e a escrita não teriam se tornado realidade dentro do prazo; à UPF pela concessão de bolsa parcial por um longo período, minorando o ônus e as dificuldades materiais que cercaram a empreitada;

Aos servidores dos museus e arquivos, profissionais e voluntários, pela gentil presteza com que atendem aos pesquisadores e cujo trabalho salva da deterioração, senão do fogo, os vestígios de um passado que se impõe a todo o momento, em especial os que trabalham no Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí, no Museu e Arquivo Histórico Prof. Hermann Wegermann, de Panambi, no Arquivo Histórico Visconde de São Leopoldo, de São Leopoldo, no Museu 25 de Julho, de Cerro Largo, no Museu Municipal de Santa Rosa, no Museu Histórico de Ibirubá e no Arquivo Histórico Municipal Dr. Augusto César Pereira dos Santos, de Santo Ângelo; cabe também mencionar um agradecimento ao senhor Helmuth Rosenthal, cujo acervo particular foi franqueado ao pesquisador;

Ao professor Bruno Prass, ainda na vertical aos 92 anos, por sua inestimável contribuição na leitura, elucidação e tradução das fontes em alemão;

Aos amigos de muitos anos que formam o seletto e qualificado grupo ‘os de sempre’, dentre eles o compadre Tarso Dallabrida, este último pela cedência, se bem que a revelia, de um tema que antes prescrutara, e as tantas conversas elucidativas, embora nem todas sobre o tema;

À Lisangela, Júlia e Lívia, cujos sorrisos servem de interminável fonte de inspiração ao mesmo tempo que angustiaram pelo tempo que forçosamente lhes foi furtado;

E por fim, a todos os professores, colegas e companheiros de caminhada, lutas, leituras e debates, e que com seu trabalho, exemplo e convívio, contribuíram na formação de um ser humano que chegou ao Doutorado.

## RESUMO

A pesquisa trata da trajetória e das transformações da organização associativa dos colonos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, principalmente aquele associativismo político e de autoproteção que existiu do final do século XIX e o primeiro terço do século XX. Para tanto formulou-se um problema relacionado a trajetória deste associativismo e como ele se conecta com a proposta de uma organização abrangente e qual foi o papel da organização de um movimento de autodefesa (*Selbstschutzverein*) neste processo. Parte-se do pressuposto de que em meio a estas complexas relações dos colonos com a realidade sociopolítica, no rumo de sua autonomização política, existe uma conexão que liga a história do associativismo que se desenvolveu na região colonial, envolvendo a formação do Partido Colonial (*Koloniepartei*) e das Associações Coloniais (*Kolonieverein*), passando pela Associação Riograndense de Agricultores (*Bauernverein*) até chegar as *Selbstschutzverein* e a constituição das Uniões Coloniais; processo no qual foi fundamental a formação dos *Selbstschutzvereine* dos anos 20, da região serrana. Defende-se a tese que as *Selbstschutzvereine* da década de 20 exerceram um papel fundamental na rearticulação do associativismo colonial em torno da proposta de uma grande associação de colonos, convergindo na formação da União Colonial, isto porque o esforço organizativo que elas representaram possibilitou um acúmulo importante na forma de lideranças e estruturas organizativas. O recorte espacial envolve a região de colonização do Rio Grande do Sul, conhecidas como colônias velhas e novas, enquanto o temporal cobre o período de 1890 até 1930, sendo coincidente o período de início da fase republicana na história do Brasil com o aparecimento do *Koloniepartei*, e de seu primo católico, o Partido do Centro (*Zentrumpartei*). A demarcação final do período de estudo também é dado pelo encerramento de um período da história do Brasil, com a Revolução de 30, e que é coincidente com a estruturação das Uniões Coloniais como movimento estadual, o que ocorre a partir de 1929, quando foi fundada na cidade de Santa Maria, a Liga das Uniões Coloniais Riograndenses. A Tese foi desenvolvida por meio da pesquisa documental e bibliográfica, com a leitura, análise e compilação da documentação primária e secundária, seguida da análise crítica das informações obtidas à luz da literatura historiográfica. A Tese tem uma contribuição a fazer no campo da história da migração, voltada ao estudo dos movimentos associativos de colonos, pois que são poucas as pesquisas sobre o associativismo político e de autoproteção e não há nas pesquisas conhecidas uma explicitação do nexos entre o partido colonial, as associações coloniais, o desenvolvimento das *Selbstschutzvereine* e das Uniões Coloniais. Especificamente, o tema dos *Selbstschutzvereine* é praticamente inédito.

Palavras-chave: Associativismo. Colonos. Rio Grande do Sul. *Selbstschutz*.

## ABSTRACT

This research focuses on the trajectory and the changes of the German-Brazilian settlers membership organization in Rio Grande do Sul, mainly that political and self-protection membership that existed from the end of the 19th century to the first third of the 20th century. For this purpose, a problem was formulated corresponding to the trajectory of this partnership and how it connects to the proposal of an overarching organization and what the role of the organization of a self-defense movement (Selbstschutzverein) was in this process. It will be assumed that amidst these complex relations of the settlers with the sociopolitical reality, on the way to its political autonomization, there is a connection that links the history of the membership that evolved in the colonial region, involving the setting up of the Colonial Party (Koloniepartei) and the Colonial Associations (Kolonieverein), going through the Riograndense Farmers Association (Bauernverein) to the Selbstschutzverein and the constitution of the Colonial Unions; a process in which the setting up of the Selbstschutzvereine in the 1920s was essential, in the highland region. It is argued the thesis that the Selbstschutzvereine from the 1920s played a pivotal role in the rearticulation of the colonial membership around the proposal of a large association of settlers, converging to the setting up of the Colonial Union, this is because the organizing efforts that they represented enabled an important buildup in the form of leaderships and organizing structures. The space contour involves the settlement region from Rio Grande do Sul, known as old and new settlements, while the time covers the period from 1890 to 1930, coinciding with the beginning of the republican period in Brazilian history with the emergence of the Koloniepartei, and its catholic "cousin", the Center Party (Zentrumspartei). The final demarcation of the study period is also given by the end of a period in Brazilian history, with the Revolution of 1930, what is coincident with the structuring of the Colonial Unions as a state movement, occurring as of 1929, when, in the city of Santa Maria, the Alliance of the Colonial Unions from Rio Grande do Sul was founded. The Thesis was developed by means of a documental and bibliographic research, with the reading, analysis and compilation of the primary and secondary documentation, followed by the critical analysis of the information collected, based on the historiographic literature. The Thesis features a contribution to be made in the field of the migration history, aimed at the study of the membership movements of settlers, since there are few researches about the political and self-protection membership and there is not, in known researches, an explanation of the connection between the colonial party, the colonial associations, the setting up of the Selbstschutzvereine and the Colonial Unions. Specifically, the subject of the Selbstschutzvereine is practically unheard.

Keyword: Associativism. Colonists. Rio Grande do Sul. Selbstschutz.

## Zusammenfassung

Die Forschung befasst sich mit dem Verlauf und den Veränderungen der assoziativen Organisation der deutsch-brasilianischen Kolonisten in Rio Grande do Sul, hauptsächlich der politischen Vereine und Selbstschutz, die Ende des 19. Jahrhunderts und im ersten Drittel des 20. Jahrhunderts existierten. Dafür wurde ein Problem formuliert, das sich auf den Verlauf diese Vereine bezieht und wie er mit dem Vorschlag einer umfassenden Organisation zusammenhängt und welche Rolle spielte die Organisation einer Selbstverteidigungsbewegung in diesem Prozess. Es wird davon ausgegangen, dass inmitten dieser komplexen Beziehungen der Kolonisten zur gesellschaftspolitischen Realität in Richtung ihrer politischen Autonomie eine Verbindung besteht, die die Geschichte der Assoziationen verbindet, die sich in der Kolonialregion entwickelt haben, bringen mit der Bildung der Kolonialpartei (Koloniepartei) und die Kolonialverbände (Kolonieverein), die durch den Bauernverein von Rio Grande do Sul bis zum Selbstschutzverein reichten und zur Gründung der Kolonialunion gehen; Prozess, in dem die Gründung des Selbstschutzvereins der 1920er Jahre aus der Bergregion von grundlegender Bedeutung war. Man vertritt die These, dass der Selbstschutzverein der 1920er Jahre eine grundlegende Rolle bei der Neugestaltung kolonialer Vereinigungen um den Vorschlag einer großen Vereinigung von Kolonisten spielte, die zur Bildung der Kolonialunion konvergierten, weil die von ihnen vertretenen organisatorischen Anstrengungen eine wichtige Akkumulation in Form von Führungs- und Organisationsstrukturen ermöglichten. Der räumliche Ausschnitt betrifft die Kolonisationsregion von Rio Grande do Sul, die als alte und neue Kolonien bekannt sind, während zeitlich den Zeitraum von 1890 bis 1930 abdeckt, fällt den Zeitraum des Beginns der republikanischen Phase in der Geschichte Brasiliens mit dem Auftreten der Koloniepartei zusammen, und seiner katholischen Cousin, die Partei des Zentrums (Zentrumpartei). Die endgültige Abgrenzung der Studiendauer erfolgt auch durch das Ende eines Zeitraums in der Geschichte Brasiliens mit der Revolution von 30, der mit der Strukturierung der Kolonialunionen als Staatsbewegung zusammenfällt, die ab 1929 stattfand, als der Bund der Kolonialunionen Riograndenses in der Stadt Santa Maria gegründet waren. Die These wurde durch dokumentarische und bibliografische Forschung entwickelt, mit dem Lesen, Analysieren und Kompilation von Primär- und Sekundärdokumentation, gefolgt von einer kritischen Analyse der Informationen, die im Lichte der historiografischen Literatur erhalten. Die These hat einen Beitrag auf dem Gebiet der Migrationsgeschichte zu leisten, der sich auf die Studie der assoziativen Bewegungen von Kolonisten konzentriert, da wenig über politischen Vereine und von Selbstschutz geforscht wird und es gibt nicht bekannten Forschungen über eine Ausdrücklichkeit zwischen der Kolonialpartei, die Kolonialverbände, die Entwicklung des Selbstschutzvereins und der Kolonialunionen. Insbesondere das Thema von Selbstschutzverein ist praktisch unveröffentlicht.

Stichwort: Assoziativismus. Kolonisten. Rio Grande do Sul. Selbstschutz.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Colônias novas no planalto do Rio Grande do Sul.....	83
Figura 2 - Imigrantes teuto russos na região de mata do planalto.....	85
Figura 3 - <i>Schützenverein</i> Pirapó.....	93
Figura 4 - <i>Dammenschützclub</i> Neu-Württemberg.....	94
Figura 5 - Diretoria da Sociedade de Agricultura de Ijuí (1912).....	95
Figura 6 - Prédio da Sociedade Escolar Alemã de Ijuhy (1914).....	110
Figura 7 - Mapa das Colônias Velhas.....	119
Figura 8 - Colonos à espreita.....	136
Figura 9 - José Diehl no local do combate e sepultura de um maragato.....	144
Figura 10 - Carta de resposta à Leonel Rocha.....	181
Figura 11 - Liga de Defesa de Serro Azul – trincheira na margem do Rio Ijuí.....	197
Figura 12 - Mapa do percurso da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul (1924-1925).....	199
Figura 13 - O Alerta na Linha Morengaba (Neu-Württemberg - 1924).....	206
Figura 14 - Mapa do percurso da Coluna Prestes – Passagem por Porto Feliz (1925).....	208
Figura 15 - Grupamento de Cavalaria do <i>Selbstschutz</i> de Neu-Württemberg (1924).....	222
Figura 16 - Reinhard Benz – Comandante do <i>Selbstschutz</i> de Neu-Württemberg (1923 e 1925).....	226
Figura 17 - Dr. Robert Löw (1919).....	233
Figura 18 - Liga de Autodefesa do Cadeado.....	243
Figura 19 - <i>Selbstschutz</i> de Neu-Württemberg: vigília no acesso da estrada geral.....	248
Figura 20 - Aviso da Autodefesa da Colônia Municipal (1924).....	250
Figura 21 - <i>Selbstschutz</i> de Porto Feliz (Mondai).....	253
Figura 22 - Esquema defensivo de Reinhard Benz (1ª fase).....	255
Figura 23 - <i>Selbstschutz</i> de Neu-Württemberg (Panambi) em manobras no interior.....	261
Figura 24 - Estatuto da Sociedade de Defesa do Cadeado (1924).....	265
Figura 25 - Desfile do <i>Selbstschutz</i> de Neu-Württemberg (1 de janeiro de 1924).....	282
Figura 26 - Proposta de Estatuto para uma Liga de Autodefesa e Ajuda Jurídica ( <i>Rechtshilfe</i> ).....	287

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Sociedades de Tiro e Cavalaria na região serrana (1904-1923).....	88
Quadro 2 - <i>Selbstschutzverein</i> na região colonial (1923-1924).....	166

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ASSOCIATIVISMO COLONIAL, PARTIDO COLONIAL E AS ‘ASSOCIAÇÕES COLONIAIS’ NO RIO GRANDE DO SUL.....	40
1.1 Os imigrantes e o associativismo.....	40
1.2 O Partido Colonial e as Associações Coloniais.....	56
1.3 Associação Riograndense de Agricultores - <i>Bauernverein</i> .....	68
1.4 Associativismo Colonial na Região Serrana.....	81
1.4.1 Associações e Sociedades.....	87
1.4.2 <i>Bauernverein</i> na região serrana.....	96
1.4.3 Liga das Sociedades Teutas em Ijuí.....	102
1.4.4 Associativismo escolar.....	107
2 A AUTODEFESA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....	117
2.1 A Revolução Federalista na região colonial.....	117
2.2 A atuação da autodefesa dos colonos no contexto da Revolução Federalista.....	126
2.2.1 A Batalha de Santa Clara.....	141
2.3 A organização e a importância da autodefesa colonial.....	149
3 <i>SELBSTSCHUTZ</i> NOS CONFLITOS DE 1923 E 1924.....	160
3.1 A formação dos <i>Selbstschutz</i> .....	160
3.1.1 Ligas e Sociedades de <i>Selbstschutz</i> na região serrana em 1923 e 1924.....	164
3.1.2 As circunstâncias e os motivos.....	168
3.2 <i>Selbstschutz</i> nos conflitos de 1923.....	175
3.3 <i>Selbstschutz</i> na passagem da Coluna Prestes.....	193
3.4 <i>Selbstschutz</i> no rescaldo dos conflitos.....	211
4 A ORGANIZAÇÃO DOS <i>SELBSTSCHUTZ</i> E O SEU LEGADO.....	217
4.1 Composição, liderança e articulação.....	217
4.2 Armamento e mobilização tática.....	242
4.3 Regramento, neutralidade, relação com o governo e poder de fato nas colônias.....	262
4.4 O significado e o legado.....	277
4.4.1 Rearticulação do associativismo teuto-brasileiro e a formação da União Colonial.....	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	309
REFERÊNCIAS.....	324

## INTRODUÇÃO

É evidente, por vários aspectos, que a trajetória dos colonos teutos estabelecidos no Rio Grande do Sul, por conta de um multifacetado processo de migração e colonização, traduz-se numa história rica e complexa, de organização e de luta social e política. Nesta história, emerge um grande conjunto de organizações, das quais se destaca a formação das Uniões Coloniais, entidade que se alastrou por todo o estado, constituindo em 1929 a Liga das Uniões Coloniais Rio-Grandenses, e que experimentou no Estado uma consistente penetração, congregando os colonos, tanto os ligados ao trabalho agrícola como aqueles envolvidos em outras atividades, como no magistério ou mesmo no comércio.

A Tese originariamente trataria da formação das Uniões Coloniais no contexto da região serrana do Rio Grande do Sul. Partiu-se do pressuposto da existência de uma especificidade neste recorte regional e da opinião que este processo não estava bem contado. Por uma série de razões, próprios de toda empreitada intelectual, o intento não prosseguiu conforme o esperado. Dentre as razões que malograram o projeto original estão as necessidades de recortar, e recortar mais uma vez, o objeto, que invariavelmente é, de início, muito maior do que as possibilidades reais da pesquisa dar conta no tempo regulamentar. As fontes, por outro lado, funcionam como a lei da gravidade ao obrigar que os estudiosos permaneçam com seus pés fincados no chão, até porque pesquisá-las é mais fácil que inventá-las e, como a literatura mostra desde sempre, a realidade é mais interessante que a ficção. Somaram-se as dificuldades de colocar corretamente o problema em termos lógicos e compreensíveis. Havia um bom assunto, com um grau acentuado de ineditismo que muito contribuía para que o intento prosseguisse. A medida que a pesquisa e leituras seguiam adiante, o problema mudava de forma, cor e textura. Como um poliedro, que a cada vez que é observado, parece outra coisa, para desespero do pesquisador.

O processo histórico que ora se encontra sob crivo analítico envolve grupos de colonos de diversas origens étnicas e matizes religiosos, embora, por conta de seu peso demográfico, esteja se falando, quase sempre, dos imigrantes de origem alemã e, muitas vezes, de confessionalidade evangélico luterana. Chegaram no Rio Grande do Sul aos milhares, provenientes em sua maioria do estrangeiro, como continuavam a migrar na nova terra, e fixaram-se em diversas colônias denominadas de colônias velhas e novas, algumas delas oficiais e outras tantas particulares, exercendo principalmente a atividade agrícola como forma de garantir a sua sobrevivência, apesar de que muitos fossem detentores de outros ofícios e se dirigissem aos núcleos urbanos de imediato ou na primeira oportunidade. Por isso mesmo, falar em colonos pode ser um tanto ambíguo, pois que algumas vezes isto signifique especificamente colonos agricultores, outras tantas remete ao contingente populacional que se dirigiu a região de colônias para ali se estabelecer, colonizando e povoando de diversas maneiras, situação em que o termo colono assume a conotação de uma identidade sociocultural.

Como bem escreveu o clérigo protestante Wilhelm Otto Arnold, encarregado da pregação itinerante na região do planalto do Rio Grande do Sul em 1907:

Lá na Alemanha, entretanto, onde todos os ofícios já estão separados e para eles se recebe uma formação especial, as pessoas se admirariam se ficassem sabendo que um colono não é somente agricultor, mas também – dependendo das circunstâncias – ferreiro, seleiro, marceneiro, açougueiro, fabricante de linguixas e de lanternas, que ele destila licor ou aguardente, fabrica cerveja, corta tábuas com a serra manual, constrói casas e faz tantas outras coisas para as quais, nos países mais desenvolvidos, é preciso mandar vir o respectivo artesão ou ir a sua oficina (Citado por WITT, 1996, p. 38 – nota 57).

É bastante claro que os colonos, em diferentes épocas, e desde o início da sua instalação no Rio Grande do Sul, construíram várias organizações e desenvolveram diversas formas de atuação frente aos problemas reais e concretos que esta instalação implicava. Esta plêiade de organizações, grosso modo no período de 1890 até a década de 1920, por sua propagação territorial aliado ao acentuado grau de penetração no meio colonial, foram espaço de articulação social, política e econômica, ao congregar os colonos, possibilitar o aparecimento de lideranças, ensejar a mobilização de ações práticas no âmbito da vida colonial e propiciar a estruturação de um movimento social na região. Os conflitos armados que convulsionaram o Rio Grande do Sul em alguns momentos (as décadas de

1890 e 1920, principalmente) trouxeram uma dura prova aos colonos e os grupos de autodefesa, conhecidos como *Selbstschutz* na década de 1920, foram a materialização de sua capacidade de organização, e uma etapa que evidenciou-se como fundamental na constituição do movimento da União Colonial. Embora não sem contradições, o enfrentamento das condições sociais e econômicas em que se viram imersos os colonos constituiu os primórdios das principais iniciativas associativas que ainda ocupam importante espaço no cenário da região, como as cooperativistas, por exemplo.

Em 1923, um artigo publicado no *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, editado pelo pastor evangélico luterano Hermann Dohms, divide a história da organização social e política dos colonos em prol de sua autonomia e participação política no Rio Grande do Sul em três fases ou momentos, bem demarcados pelos acontecimentos mais gerais da cena política estadual. A primeira fase coincidia com os últimos 20 ou 30 anos do Segundo Império, quando os colonos, ou suas organizações e lideranças, se atiraram nos braços de alguns políticos, principalmente Gaspar da Silveira Martins, a troco de benefícios para a colônia alemã. A segunda fase correspondeu ao período da Primeira República, marcado pela submissão da colônia ao governo positivista de Castilhos e Borges de Medeiros face a sua política de tolerância cultural para com a colônia, deixando-a com uma certa liberdade cultural, de modo que podia usufruir do uso de sua língua originária e escolas em que era ensinada. A terceira fase seria aquela na qual “a população de origem alemã do estado deveria atuar ofensivamente na defesa de seus interesses econômicos e socioculturais”, agora de forma mais autônoma e não mais na dependência de políticos ou mesmo da benevolência do Estado (Citado por GERTZ, 2002, p. 57).

A pesquisa trata da trajetória e das transformações da organização associativa dos colonos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, principalmente aquele associativismo político e autoproteção que existiu do final do século XIX e o primeiro terço do século XX. Tomando como plausível a periodização exposta pelo articulista não identificado, bem como a ideia de que os colonos eventualmente pudessem se colocar na cena sociopolítica de forma mais autônoma, formula-se um problema relacionado a trajetória deste associativismo no período mencionado, como ele se conecta com a proposta de uma organização abrangente e qual foi o papel da autodefesa neste processo. Ou seja, em meio a

estas complexas relações dos colonos com a realidade sociopolítica, no rumo de sua autonomização política, se existe uma conexão que liga a história do associativismo que se desenvolveu na região colonial, envolvendo a formação do Partido Colonial (*Koloniepartei*) e das Associações Coloniais (*Kolonieverein*), passando pela *Bauernverein* até chegar as *Selbstschutzvereine* e a constituição das Uniões Coloniais; e qual teria sido o papel dos *Selbstschutz* dos anos 20, da região serrana, nesta linha de interpretação.

A tese defendida no trabalho é de que as *Selbstschutzvereine* da década de 20 exerceram um papel fundamental na rearticulação do associativismo colonial em torno da proposta de uma grande associação de colonos, convergindo na formação da União Colonial, isto porque o esforço organizativo que elas representaram possibilitou um acúmulo importante na forma de lideranças e estruturas organizativas. Formularam-se, deste modo, duas hipóteses de trabalho: a primeira, de que o projeto de uma grande associação colonial, senão de um partido, mesmo malgrado nos anos de 1890, persistiu pairando sobre a região colonial e seu espectro atravessa um período de 40 anos, encarnando ocasionalmente em algumas experiências mais particulares, como a da *Bauernverein*; a segunda, de que o esforço organizativo em torno da autodefesa, principalmente as *Selbstschutzvereine*, foi fundamental na retomada deste projeto na região serrana levando a formação das Uniões Coloniais.

O recorte espacial engloba as regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde se instalaram as colônias velhas e novas. O recorte temporal cobre o período de 1890 até 1930, sendo coincidente o período de início da fase republicana na história do Brasil com o aparecimento do *Koloniepartei*, e de seu primo católico, o Partido do Centro (*Zentrumspartei*). A demarcação final do período de estudo também é dado pelo encerramento de um período da história do Brasil, com a Revolução de 30, e que é coincidente com a estruturação das Uniões Coloniais como movimento estadual, o que ocorre a partir de 1929, quando foi fundada na cidade de Santa Maria, a Liga das Uniões Coloniais Riograndenses.

A Tese tem uma contribuição a fazer no campo da história da migração, voltada ao estudo dos movimentos associativos de colonos, pois que são poucas as pesquisas sobre o associativismo político e de autoproteção e não há nas pesquisas conhecidas uma

explicitação do nexos entre o partido colonial, as associações coloniais, o desenvolvimento das *Selbstschutzvereine* e das Uniões Coloniais. Por outro lado, o tema das organizações de autodefesa é praticamente inédito e sobre o qual muito pouco foi dito.

\*\*\*

Se no dizer de Maurice Agulhon, a associação é um grande fato social, Jean-Pierre Rioux (1996, p. 103) se refere a “malha associativa que envolve uma sociedade, uma cultura e uma forma do político”. Émile Durkheim por sua vez, diferencia as associações, grupos sociais organizados segundo as regras de seus associados, das instituições, cujas regras não dependiam destes e se impunhas acima, anterior e além de suas vontades. Max Weber também discorre acerca deste assunto e as define como “todas as estruturas comumente chamadas de sociais, isto é, tudo o que se encontra entre os poderes organizados e reconhecidos, o Estado, a comuna, a Igreja estabelecida, de um lado, e a comunidade natural da família, do outro”. Igualmente a socióloga Geneviève Poujol se envolveu neste intento e após estudar três grandes organizações francesas<sup>1</sup>, chegou a algumas conclusões: esta propaganda prática social se relaciona a necessidade de um grupo social de estabelecer de alguma forma o seu lugar social; e o seu surgimento tem muito a ver com algum vazio de poder, ou de regulamentação, ou mesmo um espaço que os poderes mais estruturados não tenham apoderado, estando assim, em ‘zonas de incerteza’, numa aproximação com Bourdieu (RIOUX, 1996, p. 105-119). Dizendo de outra forma, um espaço construído pela sociedade, ainda que suas funções e seu grau de autonomia se prestem a inúmeras discussões. No campo do marxismo, Eric Hobsbawm (1987, p. 403-404) também destaca a importância de uma organização mais ou menos formalizada, não importando o tipo de estrutura, para que as demandas dos grupos sociais, principalmente os subalternizados, sejam reconhecidas, passando da condição de meros objetos para sujeitos da história.

---

<sup>1</sup> No caso, a Associação Católica da Juventude Francesa, a protestante União Cristã dos Jovens e a leiga Liga Francesa do Ensino (RIOUX, 1996, p. 110).

Em todo o caso, como sua presença ao longo da história evidencia, são ambivalentes e por isso se mostraram aplicáveis no ponto de entrelaçamento das contradições da nova sociedade estruturada pela revolução industrial: “no mundo do trabalho e da produção” (RIOUX, 1996, p. 105-119). Conforme Agulhon, com a entrada do século XX, a história do associativismo é de massificação e especialização e outros pensadores consagrados, como os já referidos Durkheim e Weber, colocam o fenômeno como integrante na longa trajetória da civilização recente rumo a democratização, a complexificação e o desenvolvimento da sociedade civil. O primeiro se referirá a elas como organismos-tampões, cumprindo uma função de coesão social, pondo em relação o Estado e os indivíduos, sem passar pelas instituições e o sufrágio (Citados por RIOUX, 1996, p. 105-130).

Assim, Jean-Pierre Rioux (1996, p. 130), retomando Tocqueville, escreve:

a associação, pelo fato de criar artificialmente uma ação recíproca dos homens sobre os homens, e dos cidadãos sobre as instituições, está do lado do poder, participa da ‘arte política’ das democracias; mas, ao mesmo tempo, reconstituindo sem cessar o tecido social que desfaz a desigualdade de condições, ela é uma forma original e talvez até originária do poder da sociedade sobre si mesmo.

No contexto da imigração, o associativismo veio a cumprir um papel. Conforme o trabalho de Janaína Amado (1978, p. 28), os imigrantes, como os que aportaram no Rio Grande do Sul e se viram na condição de colonos, experimentaram um duplo processo de adaptação: um interno, em que os diversos sujeitos sociais imersos na nova condição precisavam se organizar e identificar-se entre si, construindo relações e uma identidade; e um processo externo, de relação com um ambiente natural e uma sociedade diferente e preexistente a sua chegada. Marcos Tramontini (2000, p. 137), que também faz uso desta percepção, analisa que estes processos não são estanques ou separados, mas que precisam ser pensados como articulados. E no bojo deste duplo e articulado processo é que se deu a organização social dos colonos e dele emergiram diversas experiências associativas.

Ernelo Schallenberger (2009, p. 205) formula uma explicação que relaciona a emergência do associativismo entre os imigrantes teuto-brasileiros a motivos que são, no final das contas, bastante prosaicos e de cunho prático. Para este autor, “as demandas sociais resultantes da sociedade em formação, no universo da colonização, requereram mecanismos de enfrentamento dos problemas emergentes que, em muitas circunstâncias, só

poderiam encontrar respostas satisfatórias através de formas apropriadas de organização social”. Posteriormente, com o desenvolvimento econômico da região colonial, tornou-se evidente para os colonos a necessidade da construção de “mecanismos indispensáveis para a conquista do espaço sociopolítico” em consonância com o avanço econômico e social. Ou seja, a organização dos imigrantes em associações de diversos tipos se relaciona as necessidades práticas de instalação no novo espaço, num primeiro momento, quando fundam principalmente suas comunidades religiosas e suas escolas comunitárias, e com um processo de afirmação cultural, social e política destes segmentos coloniais num segundo momento, quando várias associações e de múltiplas finalidades aparecem no cenário colonial.

Tramontini (2000, p. 398), conclui seus estudos com uma boa aproximação desta percepção, quando afirma que os colonos, desde o início da colonização em São Leopoldo, se organizaram e compraram conflitos diversos de modo a conquistar suas demandas construindo uma organização social com bases étnicas. Nas palavras do autor:

(...) a organização social com fundamentação étnica dos colonos se constrói na dinâmica do processo de enfrentamento de dificuldades e adversidades, de atendimento de demandas culturais ou religiosas, de estruturação de práticas econômicas, de aproveitamento dos espaços burocráticos, jurídicos e administrativos para se fazer ouvir e demarcar interesses e garantir direitos.

Compreendendo então o associativismo como a prática de fundar associações para dar conta das necessidades do lugar e do tempo em que vivem as pessoas, no caso, os colonos instalados em diversas regiões de colonização no Rio Grande do Sul, e dado o fato incontestado de que os imigrantes foram bastante prolíficos na fundação destas associações, apropriamo-nos da classificação que Schallenberger (2009, p. 208) faz desta imensa plêiade de organizações. Este autor classifica o associativismo teuto-brasileiro em três grupos ou matrizes, considerando as características ou as funções que estas associações desempenhavam: o associativismo socioeconômico, associativismo sociocultural e o associativismo sociopolítico e de autoproteção. O associativismo socioeconômico desenvolveu-se com a articulação dos teuto-brasileiros naquelas associações que se destinavam a defesa de seus interesses econômicos ou corporativos, como dos comerciantes, em torno das associações comerciais, ou dos caixeiros-viajantes, e até alguns

sindicatos de algumas categorias, como os gráficos, já mais recentemente, que tiveram importante afluxo de teuto-brasileiros. O associativismo sociocultural foi talvez o segmento de maior desenvolvimento entre os teutos, nas suas variadas expressões artísticas, religiosas, educacionais ou lúdico esportivas, conectando-se com as formas de construção da identidade teuto-brasileira que necessariamente precisava fundir os elementos tradicionais com aqueles que iam se desenvolvendo no novo contexto. Um aspecto importante em boa parte destas instituições foi o desenvolvimento do germanismo (*Deutschtum*) “como um horizonte de pertencimento ao povo germânico (...) embora, enquanto ideologia, nem sempre fosse comungado por todos os teuto-brasileiros, ou por eles fosse interpretado de maneira diferenciada”. Por fim, o associativismo sociopolítico e de autoproteção conecta-se com a ampliação dos direitos políticos dos imigrantes, que experimentavam restrições importantes ao tempo do império e desdobrou-se, depois, nas tentativas do Partido do Centro, de inspiração católica, e do Partido Colonial, de certa forma uma confluência de ideários e da trajetória *brummer* com importantes apoios de segmentos protestantes, como o de Rotermund. Por fim, com o descalabro trazido pelos conflitos bélicos que assolaram o Rio Grande do Sul nas décadas de 1890 e 1920, a iniciativa de autodefesa ganha corpo e levanta a importante questão de quanto esta experiência se liga a outras do campo associativo teuto-brasileiro.

Nem é preciso dizer que um enquadramento rígido de todas as associações surgidas entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX é inútil e contraproducente, enquanto que serve principalmente para uma aproximação com uma realidade complexa e multifacetada. Fato é que todas elas acabavam transcendendo feições e funções, dependendo das circunstâncias.

No cenário em estudo, das comunidades formadas no processo da colonização, as organizações de autodefesa constituem-se numa manifestação um tanto específica, mas nem por isso isolada, do associativismo dos colonos teuto-brasileiros. Dos modelos, ou formas de associativismos, em sendo possível utilizar esta expressão, o de autoproteção praticamente não foi estudado, sendo quando muito, citados alguns episódios isolados. Este fenômeno emergiu em duas ocasiões: na Revolução Federalista (1893-1895) e na década de

1920, frente a situação das chamadas Revolução de 1923 e Revolução de 1924<sup>2</sup>, esta última constituída pelo levante dos quartéis da região missioneira e a posterior formação da conhecida Coluna Prestes.

Conceituar a autodefesa não se revela tarefa fácil, embora o fenômeno em si não seja exatamente raro<sup>3</sup>. Se por um lado o movimento dos colonos de buscarem sua defesa no contexto da Federalista tenha sido um pouco mais descrito, todavia principalmente *a posteriori*, o contrário acontece com as experiências de 1923 e 1924, e uma reflexão acerca das *Selbstschutzvereine* foi bastante consistente e praticamente no calor da hora, feita por uma certa ‘inteligência’, ligada ao jornal *Die Serra Post*. Neste sentido, o texto do *Serra Post Kalendar*, para introduzir e justificar o fenômeno dos *Selbstschutz* estabelece uma

---

<sup>2</sup> Para os fins específicos desta tese, não interessa uma discussão acerca da propriedade ou não do uso do conceito de Revolução para tratar os acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul no período de 1893 a 1895, em 1923 e mesmo em 1924. Considerando o conceitual consagrado no campo das ciências humanas e sociais, designar estes eventos e processos como revoluções é inapropriado, para dizer o mínimo. Os termos guerra civil, ou movimento político e armado certamente são mais adequados. Entretanto, reproduz-se ao longo do texto a nomenclatura dada aos episódios por seus contemporâneos, qual seja, Revolução Federalista, Revolução de 1923 e Revolução de 1924, e portanto, também a expressão de revolucionários para designar seus participantes. A razão é simples: sua recorrência nas fontes. E mesmo existindo importantes clivagens políticas e ideológicas que diferenciavam muitos dos ditos revolucionários que atuaram nos períodos, para a população colonial ora objeto de estudo, e na perspectiva da análise em curso, estas não são fundamentais.

<sup>3</sup> Na história mais recente da América latina, experiências de defesa comunitária ou autodefesa tiveram lugar nas décadas de 1970 e 1980, nas zonas rurais da Colômbia, Guatemala e Peru. Embora as organizações funcionassem de maneira defensiva, elas apresentam diferenças em relação aos motivos para sua formação e ao contexto histórico em que foram manifestadas. No Peru, as Rondas Campesinas surgiram com o auge de delitos e a desconfiança com a justiça oficial, suprimindo funções de segurança e estabelecendo um sistema de justiça alternativo, mas suas origens remontam práticas indígenas mais ancestrais. De outro lado, ao longo dos tempos se foi construindo uma imagem sobre as rondas campesinas no Perú, a partir de dois fenômenos sociais bastante distintos: por um lado, a experiência desenvolvida em Cajamarca desde a segunda metade dos anos setenta; e por outro a experiência dos Comités de Autodefesa que promovera o Exército Peruano na década de 80 para combater ao Sendero Luminoso. A maioria dos autores tem dado ênfase nas diferenças existentes entre ambas as organizações, apontando o caráter profundamente democrático das primeiras em contraste com a natureza autoritária das segundas. Um exame mais minucioso aponta para nuances e imbricações mais profundas entre as duas organizações (AGUILAR, 2007; DIAZ, 2019). No México entre 2013 e 2014, camponeses e cidadãos do estado de Michoacán, conturbado pela violência ligada ao tráfico de drogas, organizaram-se, inclusive com armas, e ofereceram enfrentamento aos traficantes que lhe traziam aflições. Uma das lideranças mais importantes deste processo foi o médico José Manuel Mireles, e a organização parece ter alcançado cerca de 25 mil homens mobilizados. Dentre as ações protagonizadas pelo movimento, as principais foram a tomada de vilas e cidades que se viam dominadas por grupos criminosos, o combate, prisão e expulsão de traficantes e o estabelecimento de postos de controle da movimentação de veículos e pessoas nas áreas sob seu controle. Como o movimento ocorreu a margem do poder estatal, foi dissolvido por intervenção do governo Peña Nieto e seu líder principal, Mireles, acabou preso e cumpriu sentença, condenado por posse ilegal de armas. Na sequência, implementou-se uma política de organização da população em uma espécie de guarda comunitária, agora com apoio e complementar a ação do estado, o que implicou na cooptação das organizações existentes. Desafortunadamente, o tráfico entranhou-se na nova organização, principalmente do chamado Cartel dos Viagras, envolvido com a produção de drogas sintéticas (Jornal EL PAÍS BRASIL de 25.07.2015).

analogia com o oeste americano do século XIX, que era, assim como o planalto do Rio Grande do Sul, uma “área fronteira da cultura” onde “as coisas acontecem da mesma forma”. Ou seja, quando os cidadãos, desassistidos pelo governo, pela sua distância ou impotência, são levados ao “procedimento natural, ou melhor, o procedimento original da sociedade humana: todos os habitantes de uma colônia formam uma união armada e lutam pela vida e propriedade contra aqueles que por inimizade ou necessidade se tornam assaltantes e ladrões”<sup>4</sup>.

Assim, pode-se dizer que o fenômeno da autodefesa ocorrido na década de 1920 na região do planalto do Rio Grande do Sul, as *Selbstschutzvereine*<sup>5</sup>, foi o esforço de parte da população colonial, em sua maioria agricultores, em prol de sua autodefesa por meio da organização de sociedades de autodefesa, que se agrupavam em ligas conforme o contexto regional, e apresentaram um acentuado grau de institucionalização, com estatutos escritos e lideranças eleitas em regras mais ou menos claras e formalizadas. Não se constituíram em forças paramilitares a serviço do estado, mas atuaram e preencheram um espaço que o Estado deixara desprotegido, ainda que sua formação tenha ocorrido desfrutando do

<sup>4</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

<sup>5</sup> Como evidente, a utilização do termo *Selbstschutz*, ou *Selbstschutzvereine*, no contexto em foco deve-se ao fato que tal organização surgiu em meio a população teuto-brasileira, que por esta época, antes da nacionalização, ainda tinha no idioma alemão, e principalmente em seus dialetos, uma importante via de comunicação e difusão cultural. Na Europa por sua vez, aplica-se o termo *Selbstschutz* para as diversas unidades de autoproteção germânicas que estavam espalhadas por áreas extraterritoriais no contexto imediatamente pós Primeira Guerra Mundial, quanto do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Tratavam-se em sua maioria de unidades paramilitares que se ligavam a dois objetivos: a proteção das populações etnicamente germânicas e o apoio aos interesses de segurança da Alemanha nas regiões da Polônia, Sudetos (na então Tchecoslováquia) e sul da Ucrânia, principalmente. No período antecedente e posterior a deflagração da Segunda Guerra, a organização de *Selbstschutz* volta a ser implementada em regiões da Europa central e oriental, assumindo rapidamente o caráter da era nazista em que foram concebidos. Tanto que, dissolvidas estas organizações por volta de 1939, a maior parte de seus membros foram incorporados na SS e na GESTAPO. Estes grupos deixaram funesta memória, de envolvimento em violações dos direitos humanos, execuções e perseguições contra populações subjugadas, de modo que o termo que as designa seja mal visto (JANSEN e WECKBECKER, 1992). Outra experiência de *Selbstschutz* foram as iniciativas de autoproteção das comunidades menonitas instaladas na Ucrânia. Elas se desenvolveram no contexto caótico da Rússia pós Primeira Guerra e da guerra civil que se deu no turbilhão da Revolução Russa. Dentre estas organizações menonitas, das quais muitas foram treinadas pelos alemães, a mais saliente parece ter sido a de *Molotschna*, uma desenvolvida comunidade agrícola, além das de *Chortitza*, *Nikolaipol* e *Sagradovka*. Entretanto, por conta das características culturais, e principalmente religiosas dos menonitas, praticantes da não-resistência, este tipo de organização se mostrou extremamente controversa dentro desta comunidade, sendo posteriormente condenada pelas instâncias religiosas como um ‘grave erro’ (KRAHN e REIMER, 2008). Leitzke (1993n) menciona que o comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, Reinhard Benz, antes de aportar no Brasil, estivera domiciliado no que era então um território controlado pela Alemanha na África, a atual Namíbia. Lá, por ocasião da 1ª Guerra Mundial, Benz atuara num grupo de autodefesa de colonos frente ao assédio dos ingleses provenientes da África do Sul. Mas não foram encontrados maiores estudos sobre este processo.

beneplácito dos governos, municipais e estadual, senão seu apoio explícito em alguns casos. Esta organização tinha bases nas tradições sociais e culturais que portavam os diversos grupos de colonos que se instalaram na região. Tal conceituação, ressalvado um menor grau de institucionalização<sup>6</sup>, aplica-se também ao processo ocorrido cerca de trinta anos antes, por ocasião da Revolução Federalista.

\*\*\*

Não faltam estudos sobre a inserção dos imigrantes no Rio Grande do Sul, a participação dos colonos no cenário político ao tempo do Império ou no período republicano, a sua evolução econômica, as clivagens sociais que apareceram com o tempo ou os diversos matizes de suas experiências culturais. Há desde textos mais clássicos, como Jean Roche e Sandra Pesavento, sem falar das diversas obras de René Gertz, que vão da questão do perigo alemão ao tempo das guerras mundiais, passando pelo integralismo, até o contexto pós 45, dentre outros, alguns inclusive servindo de importante referência no presente estudo<sup>7</sup>.

A história da migração e seus diversos desdobramentos vem sendo bem estudada no Rio Grande do Sul. É um campo historiográfico consistente e consolidado, capaz de manter profícuos diálogos com qualquer outro campo científico, e utiliza-se, com perícia e desembaraço, da mais recente ferramentaria teórica e metodológica produzida no campo das ciências sociais e humanas. Como sintomático deste fato, nos programas de pós-graduação, abundam obras de diferentes olhares, recortes originais, aportes teóricos consagrados e inovadores, que desembocam em publicações, enriquecendo sobremaneira o que se sabe e como se sabe a formação do tempo e do espaço que constituem o mundo. Ao

<sup>6</sup> Institucionalização quer dizer, nesta Tese, o grau de organização interna atingido por este movimento, com a eleição dos seus dirigentes pelos associados, a existência de um estatuto escrito e aprovado pelo corpo associativo, por mais simples que fosse, e a congregação destas sociedades em organizações maiores, de acordo com o contexto regional. Não significa sua inserção no aparato público estatal, ainda que gozassem de reconhecimento e um apoio das autoridades e viessem a desempenhar um certo papel na manutenção da ordem pública em alguns lugares.

<sup>7</sup> René Gertz é organizador de uma lista que computa a produção acadêmica em torno da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, organizada em ordem alfabética. Em algumas edições o arquivo foi dividido em três partes para facilitar o download, porque estava muito grande. A versão mais recente desta compilação, com arquivo em PDF, pode ser acessado no link: <https://www.renegertz.com/arquivos/Bibliogra2019.pdf>

mesmo tempo, a história da migração, com múltiplas interfaces, põe-se, ao longo das duas últimas décadas pelo menos, no rumo de costuras entre o seu campo particular e outros correlatos. De outro lado, ideias que lograram ampla aceitação num passado nem tão remoto, como do isolamento cultural e econômico das colônias, ou do absenteísmo político dos colonos, já encontraram releitura e reelaboração por parte do escrutínio historiográfico, bem como de outras ciências.

Marcos Witt (2008, p. 108, 118), por exemplo, estudando imigrantes estabelecidos no litoral norte do Rio Grande do Sul, concluiu pelo entrelaçamento entre religião, economia e política, além de inúmeras relações de parentela, que se configuravam como políticas e econômicas, ligando a região aos centros maiores de São Leopoldo e Porto Alegre. Embora o trabalho de Marcos Witt não seja especificamente sobre o associativismo, demonstrou que os colonos não estavam com a “cabeça baixa, tão somente plantando e colhendo em suas propriedades”, mas que fizeram muito mais do que “apenas sobreviver” e desde muito cedo entenderam que a chave da sobrevivência no novo mundo era “dialogar e ocupar espaço”, conclusões que se pode dizer, seguiram na esteira de Tramontini (2000).

Dentre os clássicos, Sandra Pesavento (1996, p. 172) discutiu a inserção dos imigrantes, principalmente os teutos, nos quadros da política regional, tanto no período do Império como da República, naquilo que se convencionou chamar, respectivamente, de ‘aliança gasparista’ e ‘aliança castilhista’. Nestas fases a representação dos segmentos coloniais ficou a cargo principalmente dos comerciantes e/ou de alguns expoentes, como Carlos Von Koseritz, talvez o mais famoso deles, numa posição que a autora classifica como subalterna aos interesses principais que detinham a primazia no Rio Grande do Sul, ou seja, os da oligarquia agrária pecuarista. Destaca-se que no período republicano as margens de manobra do segmento colonial foram maiores em relação ao período imperial, visto que as necessidades de ampliação das bases políticas e eleitorais no partido dominante, o Partido Republicano Riograndense - PRR, motivava uma aproximação com a população colonial, mantendo-se, entretanto, um enorme hiato relativo aos interesses da maior parcela demográfica do meio colonial, isto é, dos colonos agricultores. Por isso, Sandra Pesavento entende que a população colonial foi utilizada principalmente como

“massa de manobra eleitoral dentro de uma estrutura oligárquica de mando”, e os representantes da colônia funcionavam como os intermediários entre a sociedade dos imigrantes e o poder instituído. Na acepção da autora, o aparecimento dos colonos como um sujeito mais autônomo se posterga para o pós 45.

De outro ponto de vista, René Gertz (1994) reporta a participação dos imigrantes de origem germânica no processo político no Rio Grande do Sul no amplo período que vai de 1824 ao pós-1945, com suas características específicas. O autor aponta ainda que, a despeito da dificuldade de estabelecer uma posição unívoca da região colonial no contexto da Primeira República como pró-governista ou simpática às dissidências gasparistas, federalistas ou assististas, o que parece claro é uma tendência de busca de autonomia por parte da população colonial, aproveitando as brechas que se abriam pelas dissensões e crises do regime político estabelecido no estado. Esta constatação lhe serve de base para uma das poucas generalizações a que se permite: a de que a República, quando instaurada, não passou despercebida pela região colonial como um espectro de possibilidades de atuação política que abria para os colonos (GERTZ, 2010, p. 47).

Tomando recortes mais específicos, Sandra Amaral e Elza Avancini dedicaram estudos às relações de poder e os contornos do mandonismo no contexto de Ijuí, uma das mais importantes colônias da região serrana, na primeira metade do século XX. O objeto principal de Amaral (2003, p. 66) é a dinâmica das relações de poder em Ijuí entre 1938 e 1945, momento de desmantelamento dos quadros principais do coronelismo, observando que, ao longo de muitos anos, o predomínio do Cel. Dico<sup>8</sup>, permaneceu incontestado, sem ser confrontado ou posto em risco por algum grupo ou um rival a altura. Inevitavelmente, registra como os episódios relacionados a banha, principalmente a crise de preço e o resultado da eleição de 1934 que se seguiu, influenciaram, junto com a questão Steglich<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> O Cel. Dico, ou Comendador Antônio Soares de Barros, foi um comerciante, político ligado ao Partido Republicano e mandatário principal de Ijuí no período de 1912 até 1938, nos parâmetros do coronelismo da época.

<sup>9</sup> Em 1925, quando a refinaria de banha Barros, Francke & Cia é dissolvida, o gerente, Alfredo Steglich, que nesta época além de ser sócio da empresa fora eleito Intendente do município, assume o empreendimento sob sua firma individual. Em razão do endividamento da empresa e a impossibilidade de saldar os depósitos a juros feitos pelos colonos junto a firma, Alfredo Steglich abandonou o patrimônio, o cargo de Intendente e evadiu-se da cidade entre os dias 15 e 16 de janeiro de 1928. Em outubro do mesmo ano a empresa Cotta de Mello & Souza anuncia que comprou a refinaria de banha que pertenceu a família Steglich. Em carta que enviou do autoexílio, Steglich declara entregar todo o seu patrimônio para pagar as dívidas e ainda se compromete, após se restabelecer em algum lugar, a enviar a Ijuí periodicamente tudo o que fosse possível de

ocorrida alguns anos antes, um desvio no esquema do mandonismo local. Analisando os meandros da situação de Steglich, Amaral comenta: “Alfredo Steglich era, de fato, pessoa de confiança do Coronel Dico. Steglich foi muitas vezes usado pelo líder político, para preservar sua imagem pública”. A mesma autora ainda aponta, embora sem maiores explicações, que o “problema financeiro enfrentado pelo Cel. Steglich, em sua empresa, em 1928, [pode] ser considerado como o início da desagregação das relações coronelísticas” em Ijuí, desagregação esta que se faz aparecer como uma fratura mais evidente nas eleições de 1934. Dialogando com a teoria das elites e utilizando como método principal a prosopografia, Amaral focaliza o que entende como o grupo dirigente de Ijuí, um segmento formado pelos grandes comerciantes, políticos com cargos importantes e altos funcionários do aparato estatal, não constatando uma participação mais ativa dos colonos no jogo de poder local, permanecendo estes como expectadores ou mesmo ‘massa de manobra’, para retomar um termo já utilizado por Pesavento. Por outro lado, o trabalho constata a ascensão de um bom conjunto, para não dizer a maioria, de lideranças de origem migrante ao escalão da elite local, embora esta dimensão ainda ofereça questões para ser esquadrinhada mais a fundo, principalmente no aspecto do desenvolvimento das entidades dos colonos, a formação de suas lideranças e as relações com o aparato de poder.

Também Avancini ([s.n.]), ao estudar as relações coronelísticas de Ijuí, reconheceu o papel da banha nas articulações políticas entre o mandatário local, Cel. Dico, e os colonos, lançando de soslaio a sugestiva provocação de que as Uniões Coloniais teriam atuado de alguma forma na articulação da votação dos colonos na eleição estadual de 1934. Foi esta eleição, no auge da crise da banha, que concedeu um percentual de votos mais avantajado para a chapa da oposição, constituída pela Frente Única, em franco contraste com a evolução dos números das eleições anteriores<sup>10</sup>. A autora entende que o quadro populacional de Ijuí, composto em sua grande maioria por imigrantes, estava alheio as disputas dos grupos oligárquicos da região, principalmente a clivagem chimangos e maragatos. Por outro lado, a sua dependência do aparato do estado para a consecução do

---

forma a saldar o débito remanescente, o que estima que levaria 10 anos para realizar (ADAM, 2015, p. 137-138).

<sup>10</sup> De certa forma, esta provocação a espera de maiores estudos foi uma importante motivação na construção desta Tese, embora, por conta da linha de raciocínio que efetivamente foi desenvolvida, a questão não tenha sido respondida.

seu principal objetivo na inserção no espaço local, ou seja, o acesso à terra, postergaram a emergência desta população como sujeito ativo nas disputas políticas e com potencial a uma atuação autônoma em relação aos parâmetros do mandonismo local, mantendo-a nos limites da fidelidade ao *status quo*.

O trabalho de Sebastião Peres (1994), situando sua pesquisa nas três primeiras décadas do século XX no então município de Santo Ângelo, na região Missioneira, cria a expectativa de importantes aportes à questão da atuação dos colonos. Primorosamente, estuda as relações e clivagens oligárquicas no seio do Partido Republicano, tratando das dissensões entre a alta hierarquia e os coronéis regionais, ocupando-se principalmente da atuação do Cel. Bráulio de Oliveira, chefe político de Santo Ângelo por décadas. Entretanto, não reúne material empírico de porte que venha a sustentar a questão referenciada já no título, “Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos”, qual seja, de um processo de aparecimento dos colonos como sujeitos sociais e políticos com atuação autônoma em relação aos autocratas estabelecidos.

Na historiografia argentina, país onde a imigração também exerceu um significativo papel na transformação de sua estrutura étnica, social e demográfica, a produção acadêmica de Ezequiel Gallo, ‘Colonos en armas’ (1976) e ‘La Pampa gringa’ (1984) analisa as transformações na realidade social e econômica da região de Santa Fé por conta do processo de colonização como colonos estrangeiros, principalmente imigrantes italianos, suíços e alemães desde 1850, de maneira que aquela província destoava do contexto argentino. Dentre os acontecimentos por ele estudados, está um denominado ‘levante de colonos’ em 1893, época coincidente com as tentativas de formação do *Koloniepartei* e das *Kolonieverein* no Rio Grande do Sul. Gallo analisa os motivos imediatos daquele acontecimento, a implementação de uma inédita cobrança de impostos sobre a produção agrícola, assim como o pano de fundo mais amplo, ligado aos limites de participação política impostos a população de imigrantes estrangeiros, explicitando as relações do episódio com a cena política daquele país, com a atuação da União Cívica Radical, há pouco tempo formada, além de organizações criadas pelos colonos, como o Centro Político de Estrangeiros e a União Agrária, que congregavam uma parcela significativa da

população colonial e esboçavam um certo programa ou uma plataforma de reivindicações da colônia a serem apresentadas às instâncias governamentais. O autor deixa claro que a revolta armada que se deu em 1893 culmina um ciclo relativamente longo, cerca de trinta anos, de agitação política que grassava no meio colonial daquela província.

Contudo, no caso do Rio Grande do Sul, há uma explicação que tende a situar a emergência dos colonos como protagonistas de movimentos mais amplos e significativos para o período após 1945, principalmente na década de 1960, quando emergiu um movimento sindical ligado a frente agrária, de influência católica, perspectiva bem exemplificada nas obras de Suimar Bressan (1978) e Paulo Bassani (2009). Com variantes, esta perspectiva também se faz presente nas obras de Ilse Scherer (1972) e Marina Ertzogue (1992). Todavia, se há algo que o trabalho de Erneldo Schallenberger (2009) demonstra com propriedade é a existência de movimentos importantes de colonos, que são anteriores, como os da *Bauernverein*, da *Volksverein* e posteriormente, da União Colonial, embora todos eles viesados de alguma forma, quer pela perspectiva religiosa, quer por indefinições entre a opção sindical e cooperativista. Estas indefinições foram muito presentes nas Uniões Coloniais, na década de 30, mas de certa forma as outras organizações também padeceram deste mal, ainda que em menor medida. A despeito de uma discussão sobre a efetividade de seus números, a Liga das Uniões Coloniais alcançou mais de 10 mil sócios, tornando-a a maior entidade associativa do Brasil congregando uma categoria, os agricultores, que eram o segmento social majoritário em sua composição<sup>11</sup>. Mas, na esfera da produção acadêmica, o tema das Uniões Coloniais, bem como dos movimentos que a antecederam, pouco foi objeto de análise mais aprofundada. De fato, as Uniões Coloniais ainda são desconhecidas a exceção do quase único e solitário trabalho de Erneldo Schallenberger. De resto, tem sido motivo para referências tangenciais, embora não inapropriadas, de autores que se debruçaram sobre temas diversos e depararam-se

---

<sup>11</sup> Obviamente que estas questões são propícias para gerar inúmeras discussões. A intervenção estatal deixou as Uniões Coloniais sem opção e foram obrigatoriamente conduzidas a optar pelos consórcios profissionais, abandonando o viés sindical. Por outro lado, nos anos 30 a questão étnica era muito mais presente do que a dimensão de classe, até ser eclipsada pela nacionalização, e a expressão colono costuma ser apreendida muito mais em termos de uma identidade cultural do que em termos de uma identidade de classe ou grupo social. Por isso, há ainda que se pensar o quanto as Uniões Coloniais foram monoliticamente um movimento de agricultores ou o quanto abrigava dentro delas diversas pessoas de segmentos diferenciados, que se identificavam como colonos, mas tinha também outras pertenças, inclusive no campo econômico ou profissional, como comerciantes e professores.

eventualmente com a organização, e de alguma forma, estas obras reconhecem a importância assumida pelas Uniões Coloniais.

Neste sentido, pode ser citado o trabalho de Rosane Neumann (2016) que, ao analisar o desenrolar da história da Colônia Neu-Württemberg (atual Panambi), criada pela Colonizadora Meyer, constata que ao final dos anos 20, quando por conta de um conjunto de circunstâncias, notadamente a morte inesperada da figura que ocupava um papel de liderança na comunidade, Hermann Faulhaber, Diretor da Colônia, o vazio de poder foi ocupado por uma organização de grande penetração na sociedade local, a União Colonial.

Olgario Vogt (2006, p. 236-246) por sua vez, relaciona a organização das Uniões Coloniais ao bojo associativo que marcou a colonização alemã no Rio Grande do Sul, marcado por “redes formais de sociabilidade” que “pipocaram por toda a parte”. Vogt afirma ainda que na “literatura internacional sobre o capital social, a afiliação a associações civis é frequentemente utilizada como um importante indicador para a aferição de capital social”. Esta rede de associações marcou a existência das áreas coloniais tanto a nível local, como no nível estadual. Ainda conforme Vogt, destaque especial dentre “os organismos de abrangência estadual deve ser dado aos inspirados e voltados para o cristianismo social, nomeadamente o *Bauernverein*, o *Volksverein*, a Liga das Uniões Coloniais e entidades que daí derivaram, notadamente as cooperativas de crédito e as cooperativas de produtores rurais”.

Há um trabalho sobre o capital social em Ijuí, de Dejalma Cremonese (2006), que parte sua análise do profundo impacto do mandonismo na formação histórica da comunidade, por conta das duas figuras autocráticas dominantes no cenário local, Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros. Mas ao se reportar ao desenvolvimento comunitário, como contraponto ao coronelismo, seu objeto de análise são os movimentos que ganharam espaço na década de 60, como o movimento comunitário de base, de inspiração católica, ignorando uma importante gama de organizações e iniciativas que marcaram o período de 1890 até 1960, deixando de atentar para o fato de que os movimentos da década de 60 tinham uma base muito sólida nos movimentos de 40 a 60 anos antes.

Já o estudo de Everton Picolotto (2011) chama a atenção para o fato de que, apesar de a experiência das Uniões Coloniais ter enfrentado restrições por volta dos anos 40, o

movimento associativista cristão de matriz teuto-brasileira não foi de todo desarticulado, continuando a frutificar, embora em experiências mais fragmentárias. O autor considera os movimentos das Uniões Coloniais e da Sociedade União Popular como sucedâneas da antiga *Bauernverein*, classificando-as de experiências pioneiras em relação a um movimento sindical próprio do segmento da agricultura familiar. Na sua análise reitera ainda o grande apoio que os movimentos de colonos deste período receberam tanto da Igreja Católica, no caso da Sociedade União Popular, como da Igreja Evangélica Luterana<sup>12</sup>, no caso das Uniões Coloniais. Estes apontamentos são claramente tributários da pesquisa de Schallenberger.

O estudo de Schallenberger (2009) é sucedâneo e aprofunda em detalhes os trabalhos anteriores do Pe. Arthur Rabuske (1974), Arthur Blásio Rambo (1988) e René Gertz (1992), dedicados ao catolicismo social no Rio Grande do Sul, materializado na experiência histórica da Associação Riograndense de Agricultores – o *Bauernverein* e uma de suas principais continuadoras, a Sociedade União Popular – ou *Volksverein*. Estes trabalhos citam, esporadicamente, e a guisa de comparação, as Uniões Coloniais, principalmente informando que as duas organizações surgem da bifurcação da antiga *Bauernverein*<sup>13</sup>. Gertz é autor de aportes vários, em diversos textos, sobre a inserção dos colonos no Rio Grande do Sul e a questão ora objeto de escrutínio. Rambo (1988 e 2011) fez um importante apanhado do desenvolvimento do associativismo teuto até a formação de uma federação das associações alemãs, contextualizando a formação da *Bauernverein*.

---

<sup>12</sup> Em termos religiosos, os imigrantes alemães que aportaram no Rio Grande do Sul a partir do século XIX eram principalmente protestantes e católicos. Embora o luteranismo fosse predominante nas regiões que hoje constituem a Alemanha, os protestantes não formavam um grupo homogêneo e monolítico, mas portavam diversas identificações em termos de crenças e práticas. Se uma boa quantidade eram luteranos vindos da experiência da igreja luterana organizada em termos estatais, havia também calvinistas, reformados e pietistas. No Brasil, duas denominações principais se organizaram para congregar esta população protestante teuto-brasileira: a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), sucedânea do antigo Sínodo Riograndense e com maiores ligações com a pátria-mãe, Alemanha, e a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sucedânea dos trabalhos de missão do Sínodo Missouri, embora congregasse uma população etnicamente teuto-brasileira, se ligava aos EUA. Tradicionalmente, no meio colonial os membros do Sínodo Riograndense/IECLB são chamados de evangélico ou ainda evangélico luteranos, enquanto que os membros do Sínodo Missouri/IELB são referidos como luteranos e, mais especificamente, como ‘missouri’. Mais recentemente, dos anos de 1990 para cá, em face do desenvolvimento das chamadas igrejas pentecostais e neo pentecostais, comumente denominadas no Brasil como evangélicas, a IECLB procurou reformatar sua imagem e passou a adotar mais correntemente a expressão luteranos, evangélicos luteranos ou ainda evangélicos de confissão luterana para se identificar. A Tese trata principalmente destes teuto-brasileiros evangélicos de confissão luterana.

<sup>13</sup> Poder-se-ia falar em trifurcação, ao considerar também as cooperativas viti-vinícolas da região colonial italiana ao norte do Taquari.

Destes estudiosos, cabe apontar o diferencial crítico de Gertz (1992), que chama a atenção para o aspecto estratégico dos jesuítas na formação da *Bauernverein* e da *Volksverein*, enquanto projeto de poder da ordem religiosa, no contexto de uma projeção maior de poder da própria Igreja Católica. Neste sentido, acompanha a análise de Lúcio Kreutz (1991, p. 70-72), para quem a ação social dos jesuítas, responsável pela fundação de diversas organizações no âmbito colonial<sup>14</sup>, fazia “parte de um projeto, o de intervir no secular e de organizá-lo em harmonia com o ‘espiritual’”.

Assim, a obra de Ernelo Schallenberger (2009), que tem por tema central o associativismo cristão que se desenvolveu no Rio Grande do Sul no bojo da colonização alemã, é o único trabalho conhecido que toma as Uniões Coloniais e sua entidade estadual, a Liga das Uniões Coloniais, como objeto de estudo. Trata-se de uma análise comparativa, onde a organização das Uniões Coloniais, de matiz teuto protestante, é analisada à luz de sua congênere teuto católica, a Sociedade União Popular, ou *Volksverein*, tomada na condição de protagonista. Mas nem por isso o escrutínio ao qual as Uniões Coloniais são submetidas é de todo prejudicado. Com propriedade o autor descreve os antecedentes da organização, nos movimentos comunitários e associativos de base religiosa, tanto católicos como protestantes, na formação e desenvolvimento da *Bauernverein* e o surgimento da entidade e sua evolução no contexto dos anos 20 e 30, entremeada aos desdobramentos do problema da banha e suas implicações nos dois movimentos, pois que inevitavelmente esta questão repercutiu sobre o conjunto populacional que se constituía na base social de ambos: os colonos, pequenos agricultores, que tinha na agricultura familiar ligada ao incipiente mercado sua forma de sobrevivência. Além disso, as estratégias das duas organizações, nas escolhas e leituras das suas lideranças e os conflitos internos e externos, relacionados em boa parte ao problema da banha, sinalizaram opções mais amplas de cunho político, que trouxeram consequências para as duas entidades. Por fim, Schallenberger apropriadamente identifica a fratura que representaria uma importante clivagem no seio do movimentos das Uniões Coloniais: a posição particularmente mais radical e crítica no enfrentamento da problemática da banha que marcaria os grupos das Uniões Coloniais da chamada região

---

<sup>14</sup> Foram fundadas ou organizadas no Rio Grande do Sul sob inspiração direta dos jesuítas: o Centro Católico em 1890, as Associações Paroquiais em 1890, os Congressos católicos a partir de 1898, a Associação de Professores (*Lehrerverein* católico) em 1898, a Associação Riograndense de Agricultores (*Bauernverein*) em 1900, e a Sociedade União Popular (*Volksverein*) em 1912 (RABUSKE, 1974, p. 33).

serrana (norte e noroeste do Rio Grande do Sul). As Uniões Coloniais desta região se veriam logo em oposição ao grupo que assumira na década de trinta o comando da Liga das Uniões Coloniais, pautando sua condução por uma estratégia de conciliação com o aparato governamental e com o Sindicato da Banha, o que se constituiu em motivo de críticas oriundas do segmento serrano.

Ademais, cabe assinalar que nas obras de Rabuske, Rambo e Schallenberger o centro da análise é a organização da entidade destinada aos colonos sob o prisma da entidade religiosa e dos clérigos que atuam no processo e não do corpo social, ou seja, os colonos não são o sujeito principal, mas vistos na acepção de coadjuvantes, receptores da mensagem enviada pelos denominados ‘pais da colônia’<sup>15</sup>. Todavia, há uma adequada análise do viés cooperativista assumido pelos movimentos na busca de soluções econômicas para os colonos<sup>16</sup>, enquanto que, por outro lado, a análise da relação destes movimentos com o complexo do poder político estatal está meio que esmaecida, senão ausente. Obviamente que isto se aplica, com propriedade ao caso das Uniões Coloniais, que assumia explicitamente este relacionamento, talvez até o ambicionasse, ao passo que a *Volkverein* procurava, propositadamente, evitá-lo, embora não se possa afirmar que esta relação inexistia. Enfim, se é compartilhada pelos estudiosos mencionados a sugestão, oriunda desde as memórias do Pe. Amstad (2002), de que as Uniões Coloniais surgem da *Bauernverein*, não há, porém, nenhuma análise detalhando este processo<sup>17</sup>.

René Gertz (2002, p. 87) relaciona a formação das Uniões Coloniais ao clima de florescimento de organizações sociais e políticas que tomava conta da região colonial alemã, entremeada às questões étnicas desta organização, apontando que “na prática as associações de autodefesa surgidas desde a Revolução de 1923, principalmente nas regiões

---

<sup>15</sup> Os três religiosos jesuítas que atuaram na *Bauernverein* e na *Volkverein* – Amstad, Lassberg e Rick – são chamados de pais da colônia. Por outro lado, na falta de pesquisa aprofundada, para não dizer a completa falta de literatura sobre o tema, impediu até agora uma discussão da relação das Uniões Coloniais com a Igreja Evangélica-Luterana, na época organizada como Sínodo Rio-Grandense. Mesmo as coletâneas organizadas por Dreher (2014 e 2001), respectivamente sobre Rotermund e Dohms, não permitem grandes elucubrações, pois salve uma linha ou outra, praticamente não mencionam estas organizações.

<sup>16</sup> O cooperativismo serrano, isto é, aquele surgido na região do planalto do Rio Grande do Sul, principalmente em torno de Ijuí, também foi estudado por Walter Frantz (1980) em sua tese de doutorado *Institutionalisierte Zusammenarbeit zwischen einer Bildungseinrichtung und einer Genossenschaft*, obra que, ao que tudo indica, ainda não foi publicada no Brasil.

<sup>17</sup> Schallenberger (2004) de fato escreve que as Uniões Colonias eram remanescentes da estrutura da anterior Associação Rio-Grandense de Agricultores (*Bauernverein*), mas não aprofunda a afirmação.

coloniais do centro e do oeste do estado, iam se transformando em Uniões Coloniais”, processo que ocorria “com o objetivo de defender os interesses sociais e econômicos dos pequenos agricultores”. A este aspecto não cabem maiores objeções, pois que o material empírico manuseado no curso desta pesquisa indica a inquestionabilidade desta conexão<sup>18</sup>.

De outro lado, Gertz (2002, p. 88) se refere a grande importância assumida pelas Uniões Coloniais no cenário político da época, conseguindo rapidamente congregar 10 mil sócios, ao ponto de o Ministro da Agricultura se fazer presente em seu primeiro Congresso, ocorrido em Teutônia em 1930. A ascensão desta organização no cenário político se evidencia pelas informações sobre seu envolvimento no contexto da Revolução de 30, quando parece que o próprio Cônsul da Alemanha em Porto Alegre faz referência a possibilidade de distribuição de armas entre seus membros pelos partícipes da revolução, aliado ao fato do embarque do pastor Hermann Buchli junto com as tropas revolucionárias rumo ao Rio de Janeiro. Buchli, era o “pastor mais profundamente envolvido na fundação da Liga”. Por fim, Gertz chama a atenção para o fato de que “essas Uniões Coloniais tinham a muito a ver com os agricultores e a elite intelectual luterana”<sup>19</sup>.

Por sua vez, no âmbito do movimento religioso de origem teuto-luterana no Brasil, mais especificamente o Sínodo Riograndense, que viria a se tornar a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), a mais importante denominação religiosa deste segmento, há uma consistente e crítica reflexão teórica sobre a igreja no contexto do movimento migratório que levou a sua instalação no país. Entretanto, a principal obra de sistematização sobre esta experiência histórica, escrita por Hanz-Jürgen Prien (2001), já alerta para o fato desta historiografia ter se dedicado principalmente em abordar as dimensões institucionais da experiência eclesiástica, marcada ainda por um privilegiado foco na alta hierarquia, enquanto que os movimentos da base, ‘da parte de baixo’,

---

<sup>18</sup> O cenário que envolve a formação das Uniões Coloniais é analisado na obra de Heinz Kloss (1940) *Zentralverbände der deutschen Bauern im Staate Rio Grande do Sul (Brasilien). Vom völkischen über den konfessionellen zum übevölkischen Verband*. Obra escrita quase que contemporaneamente ao processo, permanece inédita no Brasil.

<sup>19</sup> O pastor Buchli escreveu um artigo explicando os motivos que levaram a formação da Liga das Uniões Coloniais (*Kalender für de Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien*, 1932). Quando o então Sínodo Riograndense decide criar o Ministério da Colonização, Hermann Buchli é designado para exercê-lo, atuando em Sarandi de 1927 até meados dos anos 40. Uma das indicações tomadas por Gertz do apoio da elite eclesiástica luterana para com as Uniões Coloniais seria um escrito de Theophil Dietschi, presidente do Sínodo Rio-Grandense, antecedendo o texto de Buchli no *Kalendar* de 1932, no qual o clérigo escreve que a instituição não se opunha que os seus fiéis se associassem a organização (GERTZ, 1992, p. 572).

envolvendo a membresia e as múltiplas correlações de sua existência nem sempre desfrutaram de semelhante ênfase. Produções mais contemporâneas demonstram um esforço em dar conta desta lacuna, com estudos em torno da questão indígena, o envolvimento com a problemática da terra e do movimento sem-terra, os conflitos ente clero regular e leigo, a atuação das mulheres, a situação socioeconômica dos pequenos agricultores (mais recentemente, com a formação do CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor, nos anos 80), dentre outros temas. Neste universo, o trabalho mais conhecido dedicado a analisar o envolvimento social e político dos evangélico-luteranos no Brasil foi escrito por Rolf Shünemann (1992), entretanto, analisa o processo no período de 1960 a 1975, prejudicando seu aproveitamento nesta Tese.

Neste campo acadêmico um tanto específico, Martin Dreher (1981, p. 129), ao analisar o envolvimento sociopolítico das igrejas luteranas e católica, debruçando-se sobre o problema social do pequeno agricultor e do operário, focaliza de relance o envolvimento da igreja evangélico-luterana, com a problemática da colonização das novas áreas, as colônias novas situadas no planalto, uma vez que foi nesta perspectiva que esta denominação percebeu o problema social do pequeno agricultor, ou seja, falta de terras a ensejar um processo de migração. Esta realidade teria motivado num primeiro momento, entre o fim do século XIX e inícios do XX, a designação de pastores itinerantes<sup>20</sup>, e num segundo momento, a partir dos anos de 1920, a instituição de um Ministério da Colonização, que em 1933 estava a cargo do pastor Hermann Buchli, estacionado em Sarandi, além de serviços de aconselhamento aos colonos, tarefa que coube a diversos pastores instalados na então região serrana, geralmente os de Ijuí e Erechim. No entanto, Dreher também não aprofunda o tema.

Na esfera acadêmica laica, existe a tese de Tarcísio Vanderlinde (2004) tratando da inserção luterana entre os pequenos agricultores, entretanto, a análise tem foco nas dimensões conceituais desta inserção e quando analisa uma situação prática, reporta-se justamente a experiência do CAPA, que tem início nos anos de 1980. Assim, o fenômeno das Uniões Coloniais enquanto relacionado, influenciado ou mesmo resultado da ação consciente e ativa de um segmento teuto luterano, até onde se sabe, com exceção de alguns

---

<sup>20</sup> A atuação dos pastores itinerantes foi estudada por Joachin Fischer (1986) e Osmar Witt (1996).

curtos aportes, como os presentes em Gertz (1992, 2002 e 2005) e Schallenger (2009), não foi objeto de nenhuma análise mais aprofundada.

A coletânea de trabalhos organizada por Alicia Bernasconi e Carina Frid (2006), *De Europa a las Américas: Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*, resulta de um congresso de estudiosos com o mesmo nome. A obra faz um bom balanço do cenário das investigações historiográficas da imigração e colonização no contexto da América, juntando o trato empírico com as discussões de natureza mais teórica, disponíveis até aquele momento. Na apresentação, Fernando Devoto (2006, p. 9-14), uma das principais autoridades argentinas no tema da imigração, reflete sobre as mudanças no campo da historiografia, em geral, e suas implicações sobre o campo dos estudos da imigração. Se nos anos 50 e 60 do século passado a história social se voltava para a análise quantitativa e as estruturas institucionais, focalizando a ação de dirigentes no contexto das estruturas e das ideologias<sup>21</sup>, os anos 70 trouxeram uma valorização dos grupos subalternos e a sua historicidade a partir da experiência, o que levou ao segundo plano dirigentes e instituições. Nos tempos mais recentes, algo como dos anos 80 para cá, tratou-se de preencher os vazios que as formas anteriores de fazer história deixaram. Assim, reaparecem instituições e dirigentes, a compreensão da complexidade como inerente a qualquer sociedade e a dimensão da multiplicidade de lugares e papéis em que se encontra um sujeito e a variedade de recursos que requiere a sua ação social. Se existe a compreensão de que dirigentes, líderes, notáveis, mediadores e elites atuam em múltiplas funções e papéis, também nas instituições e em papéis de liderança, de igual forma desenvolveu-se a percepção de que o processo tornara-se mais complexo. De modo que o desafio de toda a historiografia, e a da migração e colonização em particular, nas palavras de Devoto, trata-se “de pensar, en conjunto, las partes y el todo”.

Isto posto, percebe-se que na literatura historiográfica há uma enorme lacuna. O esforço organizativo que a autodefesa implicou bem como as implicações deste movimento no futuro das organizações de colonos não foi ainda analisado. Isto porque, até onde foi possível apurar, são poucos os estudos acadêmicos que abordam o fenômeno dos grupos de

---

<sup>21</sup> Sem esquecer que ainda era forte o rescaldo na historiografia ocidental, naquele campo denominado por Croce (Citado por DEVOTO, 2006, p. 9) como história ético-política, que reunia a história do Estado e das instituições, voltada para a história dos gênios políticos, das aristocracias e das classes dirigentes.

autodefesa. Sobre os *Selbstschutz* que atuaram no tempo da Revolução de 1923, existe apenas a monografia de Tarso Dallabrida (2003), estudo focado na experiência de Panambi (então Neu-Württemberg). Por outro lado, a questão recebeu algumas referências, poucas a bem da verdade, em obras comemorativas de algumas comunidades, em geral em tom laudatório, e até onde foi possível precisar, quando muito mereceu a atenção de alguns historiadores diletantes ocupados com a história local, como Bruno Wehrmann (2004) e Eugen Leitzke (1993)<sup>22</sup>.

Panorama oposto se apresenta na região das colônias velhas ao tempo da Revolução Federalista de 1893-95<sup>23</sup> e, neste sentido, existem os estudos de René Gertz (1994), Martin Dreher (1995), Arthur Rambo (1995) e José Schierholt (1987, 1989 e 1995), além de textos mais antigos como o organizado por Theodor Amstad, *Cem Anos de Germanidade* (1999), onde há algumas referências, embora esparsas. São textos que abordam os desdobramentos do conflito na região do Vale do Taquari e do Rio dos Sinos, dando conta dos envolvimento variados dos colonos e os estragos resultantes do embate bélico. A existência de grupos de autodefesa é mencionada nestes textos, todavia, se um relato testemunhal mais completo se encontra em Theodor Firmbach (1995), uma análise um pouco mais alongada é verificável apenas no artigo de Udo Ingo Kunert (1986).

\*\*\*

A presente Tese foi desenvolvida por meio da pesquisa documental e bibliográfica, com a leitura, análise e compilação da documentação primária e secundária, seguida da análise das informações obtidas. De posse de certa quantidade de informações, e mesmo em meio a coleta, procedeu-se a comparação dos dados e informações obtidas, confecção de

---

<sup>22</sup> Eugen Leitzke, foi professor e advogado, e após aposentar-se, dirigiu por muitos anos o Museu e Arquivo Histórico de Panambi, sendo responsável pela formação de boa parte do acervo da instituição. Escreveu diversos textos retomando a história da comunidade nos jornais locais, dentre os quais se destaca uma série de 17 artigos publicados no jornal *A Notícia Ilustrada*, ao longo de 1993, versando sobre o *Selbstschutz* de Panambi.

<sup>23</sup> O levantamento produzido por Gertz (1995), arrola uma quantidade considerável de textos que já foram produzidos até aquele momento acerca dos desdobramentos da Revolução Federalista na região colonial alemã, inclusive reportando uma significativa bibliografia existente em alemão. Dá uma ideia de que mesmo existindo questões a espera de aprofundamento, já era um tema relativamente estudado.

esquemas e outros recursos de modo a permitir a sistematização em um todo compreensível nos termos da Tese, reduzida então a um documento escrito. O objetivo em todo o processo foi a análise crítica à luz da literatura historiográfica.

A Tese pleiteia a inscrição na tradição bastante longa, ampla, contraditória, e que para muitos inclusive está em crise a bastante tempo, da história social. Enquanto prática historiográfica, se assume como um trabalho de história regional. Mas bebe, ainda que ocasionalmente, nas fontes da micro-história, embora não almeje uma classificação exclusiva nos parâmetros desta prática.

Metodologicamente, houve três fontes de inspiração, justamente da micro-história e suas cercanias. A primeira delas é o chamado método indiciário, conforme propugnado por Carlo Ginzburg (1989, p. 177): “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Fato é que, frente a fontes que são fragmentárias e variadas, foi necessário esmiuçá-las em busca de todos e quaisquer dados e informações que pudessem ser úteis, fornecendo pistas e vestígios por menores que fossem. A segunda inspiração é a proposta de Ginzburg (1991) de uma ‘perseguição ao nome’, como forma de encontrar alguns dos sujeitos em seus diversos lugares. Por fim, esta busca do entendimento também encontrou inspiração nas propostas de Jacques Revel (1998, 2000 e 2010) e Bernard Lepetit (1998), de colocar em funcionamento um certo jogo de escalas. Nos termos deste trabalho, muito mais uma alternância entre a vista do alto do morro, que possibilita um olhar mais amplo, com uma ocasional descida a baixada, como forma de proceder uma observação mais detalhada de lugares, pessoas e acontecimentos.

Em alguns pontos, o texto foi particularmente tomado por uma densidade narrativa. Inicialmente incidental, sua manutenção foi propositada. Não só havia uma boa história que ainda precisava ser contada, como se prestava ao exercício intelectual da busca de relações e sentido do processo histórico.

As fontes, como em toda a pesquisa, são um grande problema, e ao mesmo tempo a sua solução. Na presente Tese duas questões básicas se apresentaram: o abismo representado pelo Estado Novo e a língua. O Estado Novo e a campanha de nacionalização na prática levaram a perda ou mesmo destruição de inúmeros documentos que registravam a história dos colonos e suas organizações, notadamente aqueles das entidades envolvidas

com a perspectiva da autonomia comunitária e da autodefesa. É sabido que o importante Acervo Benno Mentz, por exemplo, nos anos de 1940, após sobreviver a uma enchente, precisou de medidas extras de salvaguarda para escapar da perseguição movida pelas autoridades policiais, em razão de denúncias que reunia material nazista, e precisou ser deslocado várias vezes a fim de que mantivesse sua integridade (KERSTING, 2004, p. 158). A língua se coloca como um desafio importante visto que a história pesquisada é uma história em alemão. Pode se dizer que os sujeitos protagonistas agiram em alemão, pensaram em alemão, ou pelo menos, escreveram suas atas, suas cartas e noticiaram muitos de seus acontecimentos, senão a maioria, em uma imprensa editada em língua alemã. Assim, o desafio da interpretação de uma fonte escrita em uma língua que agora é estrangeira se deu com uma primeira leitura no intuito de uma compreensão preliminar por parte do pesquisador, que utilizou para tanto seus poucos conhecimentos da língua germânica. Na sequência, com o auxílio de um tradutor mais gabaritado, procedeu-se a tradução da documentação considerada mais importante. Em todos os casos, a responsabilidade pelo conteúdo como foi apreendido, interpretado e veiculado ao longo da Tese cabe ao autor.

O trabalho foi desenvolvido principalmente com as fontes depositadas nos museus e arquivos públicos e privados existentes na região<sup>24</sup>. Nestas entidades, a documentação primária é variada, embora em quantidades e graus de organização também diversos, compreendendo manuscritos, cartas, folhetos, atas, relatórios, livros, anuários e jornais do tempo da colonização até os dias atuais, em geral, guardados e organizados de alguma forma. Estas fontes, submetidas a um escrutínio minucioso, se mostraram capazes de fornecer informações valiosas sobre a temática em foco.

Dos museus e arquivos históricos visitados no curso da pesquisa, na região serrana os mais ricos e organizados são o Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP, de Ijuí, e o Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann – MAHP, de Panambi. Em ambas as instituições, não só há uma boa quantidade de materiais armazenados, como sua qualidade e o acentuado grau de organização facilitam a pesquisa. O Arquivo Histórico

---

<sup>24</sup> Conforme Gertz (2002), há uma documentação depositada no *Archiv des Auswärtigen Amtes* (Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha), e no *Archiv des Kirchlichen Aussenamts /AKA* (Arquivo do Departamento Exterior da Igreja Evangélica da Alemanha), ambos em Berlim/Alemanha, mas nos limites deste projeto, evidentemente o acesso a esta documentação foi inviável.

Visconde de São Leopoldo, em igual ou superior condição, disponibilizou material pela rede eletrônica.

Destaca-se no MADP o acervo de jornais - o Correio Serrano e, principalmente, o *Die Serra Post*, seu congênere em língua alemã. Evidentemente que o uso de uma fonte a exaustão, e quase com exclusividade, como acontece com o jornal *Die Serra Post* ao longo de importantes trechos da Tese, é um problema. Pode fazer falta um cotejamento à luz de outras publicações. Entretanto, na falta de explicação melhor, dir-se-á que o acesso mais facilitado a fonte, ao mesmo tempo que o inaccessível a outras, por várias razões que não cabe mencionar, foi um fator determinante. Por outro lado, tentando minorar o pecado, o periódico *Die Serra Post* é o veículo que reverbera tudo, ou quase tudo o que acontece na região serrana no período de 1912 até 1988, quando do seu fechamento. Não há outro jornal com este grau de alcance, principalmente no concernente ao recorte temporal da Tese. Cumpre assinalar que o jornal *Serra Post* manteve uma rede de correspondentes em toda a região serrana, e fora dela, que informaram rotineiramente o jornal dos principais acontecimentos envolvendo as diversas e espalhadas localidades, de maneira a qualificar sobremaneira a sua cobertura<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Não há dúvidas que a dupla *Die Serra Post* e Correio Serrano merece estudos mais aprofundados. Existem, ao que se sabe, apenas alguns poucos. Dos mais antigos, Martin Fischer escreveu dois textos, Num deles, *Fünzig Jahre im Dienst der Allgemeinheit. Zum Goldenen Jubiläum des Verlages Ulrich Löw – Ijuí* (1961) faz um apanhado dos principais aspectos da história a empresa jornalística dos Löw; o outro, *Dr. Robert Löw. Lebens – und charakterbild eines deutschen Journalisten in brasilien* (1973) se propõe a ser um estudo mais biográfico da figura do fundador da empresa, Roberto Löw. Ambos os textos foram publicados em alemão, no *Serra-Post Kalendar*. De modo geral, aspectos da trajetória da imprensa teuto-brasileira foram analisados por Gertz, em partes de sua obra *O Aviador e o Carroceiro* (2002) e no texto *Imprensa e imigração alemã* (2004). Mais especificamente, Rosane Neumann (2004) fez um estudo mais crítico sobre a dupla Correio Serrano - *Serra Post*, em que analisa os dois veículos tendo como pano de fundo as transformações históricas, notadamente as guerras mundiais, o Estado Novo e a nacionalização, assim como sua relação com a comunidade teuto-brasileira e a questão da germanidade. Assim, considera que foram veículos que se propuseram a ser uma voz dos interesses regionais. Ainda conforme Neumann (2004, p. 207): “Os dois jornais, *Die Serra Post*, em língua alemã, e o Correio Serrano, em língua portuguesa, foram importantes veículos de comunicação na região noroeste do Estado. Sua circulação alcançava tanto o meio urbano quanto o rural, os luso-brasileiros como os imigrantes e seus descendentes. Seu raio de ação era ainda mais ampliado se considerarmos que ao lado dos assinantes, agregavam-se inúmeros leitores – familiares, vizinhos – que, por sua vez, transmitiam oralmente o que liam a terceiros. Desse modo, foram essenciais como meios de informação, orientação e formação de opinião. Sua linha editorial primava em informar seus leitores de acontecimentos e legislação, característica que foi acentuada nos períodos de guerra e no Estado Novo. No pós-37, seu editor Ulrich Löw assumiu uma posição nacionalista, declarada nos seus escritos, discursos e atuação na Liga de Defesa Nacional, no Tiro de Guerra 337, no Grêmio Ijuicense de Letras, entre outros. A utilização da língua alemã no *Serra Post* constituiu-se numa forma de angariar leitores, dado o grande número de imigrantes europeus que habitavam a região, bem como o discurso nacionalista caracterizou-se como forma de sobrevivência em um período hostil. Se não foram órgãos nacionalizadores dentro do conceito do DOPS, também não foram desnacionalizadores (ou nazistas)”.

O acervo do MAHP possui algumas das edições do *Nachrichttenblatt*/Noticiário, órgão de divulgação da Liga das Uniões Coloniais, além de outros documentos relacionados a União Colonial, e um pequeno acervo de imagens, a exemplo do MADP. No Museu Histórico de Ibirubá não existe um acervo documental, mas o esforço da comunidade evangélica quando da comemoração do centenário levou a junção de um sem número de fotos antigas muito interessantes. O Arquivo Histórico Municipal Dr Augusto César Pereira dos Santos, de Santo Ângelo, o Museu Municipal Dr. Orlando Dias Athayde de Augusto Pestana, o Museu Municipal de Santa Rosa, o Museu 25 de Julho e a Casa de Cultura de Cruz Alta também possibilitaram a descoberta de algumas fontes e informações úteis. Por fim, a consulta do acervo particular de Helmuth Rosenthal, de Santo Ângelo, também foi importante.

Também se constituem em documentação utilizável, quando submetidos a devida crítica, os relatos memorialísticos e os trabalhos de compilação historiográfica feita pelos ditos historiadores locais, diletantes e antiquários. Embora um conjunto de ressalvas deva ser feita aos seus escritos, há que reconhecer que cumprem uma função na coleta e armazenamento de fontes, relatos e fatos de natureza histórica, não raramente confiados a instituições locais de guarda da memória. Mesmo a circunstância de compreenderem os acontecimentos históricos e os vestígios que lhes dão acesso numa perspectiva monumental, e de estarem constantemente polindo os fatos de seu interesse, o seu trabalho não deixa de contribuir para que uma historiografia de natureza mais científica tenha o rol de possibilidades aumentado quando a pesquisa de campo se mostra um tanto árida. Não é um disparate completo atribuir uma certa confiabilidade em seus relatos uma vez que são, com exceções obviamente, relativamente fidedignos quanto ao fato histórico, notadamente sua precisão cronológica, e quanto as suas fontes, neste caso os mais sérios que as mencionam, sendo, reconheça-se, em sua maioria orais.

A própria literatura comprometida apenas com a subjetividade do autor, se é que isto é possível, de uma forma ou outra revisita acontecimentos históricos. E ao contar novamente uma história, produz ou reproduz uma representação que transforma-se em fonte, de modo que se justifica a inserção de algumas passagens literárias no texto.

Além da introdução, a tese foi organizada em quatro capítulos, somando-se ainda as considerações finais. O primeiro dos capítulos busca situar a formação do associativismo colonial teuto-brasileiro no contexto da colonização do Rio Grande do Sul, estabelecendo ainda as conexões com as experiências do Partido Colonial - *Koloniepertei*, das Associações Coloniais – *Kolonieverein*, e da Associação Riograndense de Agricultores – *Bauernverein*. Procura também entender a formação do associativismo teuto-brasileiro nas novas regiões de colonização na região do planalto em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, no intuito de compreender se e como a proposição do Partido Colonial, das Associações Coloniais e da *Bauernverein* exerceram alguma influência neste novo contexto. O segundo capítulo trabalha o desenrolar da Revolução Federalista na região colonial e as repercussões em termos de organização dos colonos em iniciativas de autodefesa, que foram propostas no bojo da organização do Partido Colonial e das Associações Coloniais. O terceiro capítulo se presta a descrição do fenômeno da autodefesa nos tumultuados anos de 1923 e 1924, e também nos seguintes, quando os colonos voltaram a organizar-se em iniciativas de autodefesa, ali chamadas de *Selbstschutz* ou ainda *Selbstschutzverein*. Por fim, o quarto e último capítulo cumpre a função de analisar, com mais detalhes a organização do movimento dos *Selbstschutz*, as suas lideranças, disponibilidade de armamentos, a sua relação com o governo, o seu funcionamento como poder de fato no interior das comunidades e por fim, a sua conexão com a rearticulação do associativismo teuto no Rio Grande do Sul, de modo a compreender como o fenômeno das Uniões Coloniais surge lastreado nestas experiências.

## 1 ASSOCIATIVISMO COLONIAL, PARTIDO COLONIAL E AS 'ASSOCIAÇÕES COLONIAIS' NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo busca situar a formação do associativismo colonial teuto-brasileiro no contexto da colonização no Rio Grande do Sul, estabelecendo ainda as conexões com as experiências do Partido Colonial, das Associações Coloniais e da Associação Riograndense de Agricultores – *Bauernverein*. Procura também entender a formação do associativismo teuto-brasileiro nas novas regiões de colonização na região do planalto em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, no intuito de compreender se e como a proposição do Partido Colonial, das Associações Coloniais e da *Bauernverein* exerceram influência neste novo contexto.

### 1.1 Os imigrantes e o associativismo

O professor Arthur Blásio Rambo (1988, p. 36), lembrando Amstad, escreve que os teutos estabelecidos no Brasil tinham uma especial predileção, ou melhor dizendo, uma verdadeira “mania por associações”<sup>26</sup>. Ainda que precise ser problematizada, tal afirmação não é desmentida pela realidade dos fatos, pois que uma visualização rápida do cenário associativo do Rio Grande do Sul, particularmente nos municípios formados no bojo da

---

<sup>26</sup> A expressão pode ter origem mais longínqua e consta que Pio XI, em 1926, por ocasião de uma peregrinação de professores alemães à Roma, mencionara a ‘mania alemã por associações’ (KREUTZ, 1991, p. 69).

colonização com imigrantes não ibéricos<sup>27</sup>, principalmente de teutos, permite ver que estas existem as centenas. São de diversos tipos e cumprindo variadas funções, papel este ainda desempenhado na atualidade. Convivem ainda aquelas surgidas em tempos recentes ao lado de outras já centenárias.

Há quem atribua tal aspecto às características ímpares da ‘raça’ germânica. Leandro Telles (s/n, p. 86-95) por exemplo, aponta três fatores para a existência do forte espírito associativo do imigrante alemão: a questão climática do lugar de origem, marcado pelo rigoroso inverno, o que obrigava as pessoas ao recolhimento em espaços aquecidos em torno da família e dos conhecidos, ao mesmo tempo que ia fortalecendo os laços cooperativos no enfrentamento das duras condições de sobrevivência; o amor pela ordem e a organização; e por fim, já em terras brasileiras, o idioma alemão que se constituiu em elemento de coesão dessa massa de pessoas e que preservou e fomentou a difusão do germanismo.

Retomando Schallenberger (2009, p. 205), sabe-se que a organização dos imigrantes em associações de diversos tipos se relaciona às necessidades práticas de instalação no novo espaço, num primeiro momento, e um processo de afirmação cultural, social e política destes segmentos coloniais num segundo momento. Os colonos teuto-brasileiros, como de resto boa parte da população do planeta, organizaram-se de acordo com as condições e necessidades dos tempos e lugares. Edmundo Gardolinski (1976, p. 15), comentando sobre a instalação de colonos poloneses no Rio Grande do Sul, concorre com esta perspectiva ao escrever que o colono “convenceu-se, também, de que seria imperioso congregar-se através das linhas ou colônias, se não quisesse perecer nas intermináveis florestas ou pradarias gaúchas”. E assim sendo, pode-se dizer que a organização associativa assume as características do contexto cultural, econômico e social em que aparece.

A visão de Arthur Rambo (1988, p. 15-16) aponta que as comunidades teuto-brasileiras estabelecidas no Rio Grande do Sul tinham um caráter mais igualitário e

---

<sup>27</sup> Geralmente se utiliza a expressão de imigrantes não-ibéricos como referência aos imigrantes alemães, italianos e eslavos, neste último caso poloneses principalmente, que se dirigiram ao Rio Grande do Sul a partir do século XIX, originários da Europa central, distinguindo-os das primeiras levas populacionais europeias que se estabeleceram no Estado, constituídas principalmente de portugueses e espanhóis, povos oriundos da península ibérica.

democrático do que outras formações sociais existentes no Brasil<sup>28</sup>. Observa ainda que eram autônomas, autossuficientes, autoadministradas e autogerenciadas no que diz respeito a quase tudo o que se relacionava ao cotidiano dos colonos. E “o dia-a-dia dessa gente gravitava em torno de quatro balizas essenciais”, que seriam a religião, a escola, a agricultura e as artes e diversões. Assim, as primeiras associações que os colonos criaram não foram outras senão da comunidade religiosa, da escola e logo depois ou concomitantemente, do cemitério.

Ainda conforme Rambo:

Implantou-se assim uma colonização fundamentada na pequena propriedade, na qual a família funcionou como microempresa ou microunidade de produção. As unidades familiares congregavam-se em unidades comunitárias mais amplas, delimitadas topograficamente por um vale, por uma planície, por uma várzea, por um planalto. Essas comunidades organizadas em ‘linhas’ e ‘picadas’ formavam a base dessa colonização de povoamento. Em última análise, cada comunidade representava uma unidade até certo ponto autônoma, autossuficiente, pelo fato de cada uma delas haver adotado e desenvolvido os equipamentos básicos para uma relativa independência. Em cada uma delas funcionavam serrarias, carpintarias, ferrarias, selarias, sapatarias, moinhos etc. Sempre havia alguém que entendia algo de doenças, de medicina e de remédios. As escolas, as igrejas, as casas de comércio e os clubes completavam o quadro (RAMBO, 2011, p. 30).

Em suas ‘Memórias de um imigrante Boêmio’, Umann (1981, p. 61) fornece um bom comentário acerca deste cenário em que as dificuldades estavam mais ou menos bem distribuídas, de modo que os colonos estavam mais emparelhados socialmente, e uma certa colaboração entre eles acontecia, a despeito de existirem diferenças de outra natureza:

Assim passaram os primeiros anos em meio as dificuldades e privações, e com eles, a alegria de viver. Inveja e ciúme não tinham lugar entre os novos colonos, pois não se formara ainda nenhuma aristocracia rural, todos se uniam e se auxiliavam sem indagar: - és francês, boêmio, alemão, holandês, pomerano ou *hunsrück*?

---

<sup>28</sup> De certa forma, Rambo converge com Darci Ribeiro, que utiliza a expressão de povos transplantados para designar as comunidades formadas na América do Norte e na região sul do Brasil, oriundas da colonização de povoamento com imigrantes originários da parte mais norte da Europa, que mantiveram uma certa homogeneidade étnica e cultural na sua instalação, quadro que perdeu ainda por um certo tempo nas novas terras a medida que as condições oportunizaram um certo isolamento e desenvolvimento autossustentado. Constituíram-se quase que como réplicas das sociedades de que eram egressos. Como foi possível um relativo acesso à terra, na forma da pequena propriedade explorada pelo trabalho familiar, e as condições iniciais, embora difíceis, fossem mais ou menos parelhas, seriam sociedades mais igualitárias e por conseguinte, mais democráticas (RIBEIRO, 1978, p. 61).

Mas nem tudo eram rosas neste mundo edílico e perfeito e os percalços podiam ser listados. Nos primeiros anos da colonização, lidando com as dificuldades de instalação numa terra que não conheciam, os imigrantes mantiveram-se no nível da subsistência. Emílio Willems (1980, p. 109-119, 169-182) elenca inúmeros fatos e depoimentos que dão conta do clima de desilusão, apatia e desorganização que acometia diversas colônias no Brasil, inclusive as do sul: o alcoolismo estava amplamente difundido; o nivelamento social se dava por baixo e a pobreza era o que havia em comum entre os imigrantes; dos colonos que traziam algum capital, a maioria o perdia quase todo e rapidamente. Cita ainda a reclamação do Pastor Ehlers, atuante em São Leopoldo entre 1824 e 1843, de que embora os imigrantes se pusessem a construir igrejas e capelas em quantidade, o faziam no intuito maior de desfrutar das festas que aconteceriam nas imediações da igreja e fatalmente convertiam-se em verdadeiras orgias alcoólicas. Os níveis de alfabetização não eram exatamente os mais animadores de modo que em muitas sociedades faltavam os livros-caixa e o de atas porque não havia quem os redigisse.

Amstad (1999), por sinal um missionário jesuíta, também reconhece, assim como Jean Roche (1969), que nos primeiros anos da colonização, os colonos foram envolvidos quase que exclusivamente com o esforço da sobrevivência material, de maneira que só fora “possível cultivar muito discretamente os interesses do espírito”. Menciona ainda o escrito de Joseph Hornmeier, crítico ao fato de que os colonos certamente se divertiam em bailes, mas que estes não eram de nível, assim como faltavam o teatro, as sociedades de canto e outras demonstrações de alta cultura, embora existissem os meios abundantes para tanto (AMSTAD, 1999, p. 301-302).

Parece que envolver os imigrantes em iniciativas que não correspondessem a ganhos materiais imediatos seria uma tarefa hercúlea e um observador decepcionara-se ao constatar que os teuto-brasileiros só se interessavam pelo preço da banha, do fumo, pelos bailes e o baralho (WILLEMS, 1980, p. 169-182). Oberacker, ao constatar este aspecto, aprofunda a questão raciocinando que os alemães haviam construído um modo de vida no qual os aspectos vários da existência se condicionavam ao econômico, definindo este processo como “mercantilização da vida toda dos teuto-brasileiros, à sua absorção quase que completa pela economia”. Ou seja, tanto a escola, como a igreja, a participação em alguma

sociedade, os valores étnicos e a própria língua eram cotados numa perspectiva de importância econômica (Citado por WILLEMS, 1980, p. 259).

Um visível quadro de múltiplas diferenças culturais também oferecia seus obstáculos. Martin Fischer (2002, p. 58-59), se reportando à Ijuí da passagem do século XIX para o XX, assinala a grande diversidade étnica que marcava aquela colônia, para onde se dirigiram sucessivas levas de imigrantes de várias etnias, ao ponto de num certo momento ali se falarem 19 línguas. Nas regiões de colonização no Rio Grande do Sul, em que os empreendimentos mistos coexistissem com os mais uniformes<sup>29</sup>, este quadro de diversidade étnica e linguística certamente não era exclusivo da Colônia Ijuí. Para muitos, esta seria uma colônia germânica, pela grande difusão da língua alemã na localidade, decorrente de uma grande aglomeração de diferentes tipos de alemães ali estabelecidos: havia teuto-russos em boa quantidade, além de austríacos e, principalmente, de teuto-brasileiros, além de um punhado de teuto-poloneses, de teuto-húngaros e de teuto-romenos, além de alemães legítimos (*deutscherlander*), o que de fato era verdade, mas também ali se estabeleceram outros grupos étnicos. Entretanto, mesmo entre os germânicos, havia especificidades. Martin Fischer, também ele um alemão do tipo legítimo transplantado para o planalto, constata que se estes grupos apenas utilizavam o alemão, ou variantes dele, como sua língua materna e eram por isso tratados genericamente como alemães, mas na verdade se distinguiam consideravelmente uns dos outros em vários outros caracteres e costumes. Além disso, se acentuavam as diferenças, ao ponto de chegar a um antagonismo, entre os alemães recém-chegados (*deutscherlander*) daqueles estabelecidos há mais tempo, ou filhos destes, os teuto-brasileiros (WILLEMS, 1980, p. 182-184), distinção esta verificável também na vizinha colônia de Neu-Württemberg.

Rotermund ainda constatava que a desunião grassava entre os alemães protestantes e a despeito de iniciativas interessantes por parte das comunidades religiosas, escolares e de outras associações, muitas se perdiam porque não eram levadas adiante<sup>30</sup>. Na verdade, no

---

<sup>29</sup> As colônias mistas foram mais comuns nos empreendimentos oficiais, principalmente no período da 1ª República, ao passo que na colonização privada, a que respondeu pela maior parte da colonização do Rio Grande do Sul, em termos de extensão territorial, número de colônias e quantidade de colonos alocados, houve um empenho maior em garantir uma uniformidade étnica e religiosa. Mesmo em muitas colônias mistas ocorreu um processo de segregação que tentou, pelo menos, homogeneizar o quadro populacional (KREUTZ, 1991, p. 56-57; WILLEMS, 1980, p. 71-88).

<sup>30</sup> *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, de maio de 1919. MAHP.

meio deste segmento havia arestas importantes que não poderiam ser aparadas tão facilmente: nas levas de imigrantes vieram tanto luteranos como calvinistas (reformados), além de pietistas; os poucos pastores formados se batiam por espaço em comunidades que insistiam na manutenção de sua autonomia, ou seja, opunham resistência em se submeter a uma estrutura eclesiástica, e preferiam confiar a direção do serviço religioso a um pastor leigo escolhido não raramente dentre eles (FISCHER, 1986, p. 11-22). O episódio dos *Mucker*, ocorrido no Morro Ferrabrás na década de 1870, evidencia uma incompreensão e um antagonismo quase irreconciliável entre colonos de confessionalidade mais tradicional e os grupos pietistas que sinaliza para diferenças de toda ordem que permeavam o universo cultural e social dos colonos (DREHER, 2008, p. 57-82). Como outras análises apontam (GEWEHR *et all*, 2020), este episódio trágico pode estar apontando para assimetrias sociais que iam se formando e se constituindo em fraturas estruturais no contexto colonial.

Assim, Amstad, ao analisar os elementos de uma realidade de “dispersão e desencontro de interesses” que dificultavam a consecução de objetivos maiores, afirmou que a colonização do Rio Grande do Sul marcada por colônias de ‘mistura étnica e religiosa’, se constituía num dos principais empecilhos ao desenvolvimento comunitário e associativo (Citado por SCHALLENBERGER, 2009, p. 206-207). Esta ideia aparentemente tão sensata encontra um contraponto na pesquisa de Willems (1980, p. 84-87), que constatando este mesmo fato e sem menosprezar as dificuldades advindas dele, principalmente quando se tratavam de imigrantes a pouco chegados do estrangeiro, atenta para a possibilidade de que ele tenha se constituído em elemento que facilitou a adaptação dos imigrantes em vez de dificultá-la. Observa que, em se considerando médio e longo prazo, e principalmente as colônias constituídas pelas migrações internas, as colônias mistas talvez tenham experimentado um desenrolar mais auspicioso do que aquelas mais homogêneas. O viajante Robert Avé-Lallemant (1980, p. 144-146) escutou do próprio Diretor da colônia de São Leopoldo, Dr. Hildebrandt, que nesta colônia residiam em fraterna vizinhança católicos e protestantes, havendo inclusive vários casamentos mistos e que a situação só se constituía em problema com a chegada dos missionários jesuítas, que não viam com bons olhos aquilo que lhes parecia uma promiscuidade indesejável.

Mas a leitura enviesada de Amstad também encontra contraponto na obra de Tramontini (2000) e na reflexão de Gewehr *et all* (2020). Na linha de raciocínio desenvolvida por estes, em momentos diferentes, os colonos instalados no Rio Grande do Sul não se organizaram a par de uma uniformidade étnica, social ou religioso sólida que convergisse tranquilamente para tal esforço, mas se organizaram a despeito de suas diferenças, com suas diferenças e de formas diferentes, em consonância com suas realidades práticas. Se reportando ao episódio dos *Mucker*, em particular, tecem um comentário que sinaliza para a busca de soluções no meio colonial entremeados por conflitos e diferenças. Assim,

as múltiplas versões e possibilidades de analisar o episódio se sobrepõe, e permitem afirmar que o movimento emergiu entre um grupo de colonos, que tiveram problemas na regularização de seus lotes de terra, o que implicou que se unissem, em defesa de seus interesses comuns, reclamando por seus direitos. Posteriormente, se unem para resolver demandas comuns do meio rural, como medicina popular e compartilhar conhecimentos religiosos. A organização e fortalecimento do grupo pode ser visto como um perigo para colônia, pois poderia colocar em perigo justo o status reivindicado por uma elite imigrante emergente, e o enfraquecimento das instituições religiosas, substituídas pelos livres pensadores (GEWEHR et all, 2020, p. 244).

Aparentemente, a formação social mais típica da região colonial, com um nível de igualdade maior num contexto de uma economia mais local existiu desde o início da colonização no Rio Grande do Sul até mais ou menos a década de 1880, ou seja, até quando o tamanho não muito avantajado da região colonial aliado a um estilo de vida mais simples permitia que as soluções mais locais dessem conta dos problemas, aliado a uma expansão da fronteira agrícola para áreas adjacentes, de modo que crescimento da população ia sendo absorvido para novas áreas de colonização, porém não muito distantes. Dali para diante, a realidade complexificou-se bastante e diferenças sociais e econômicas mais avantajadas surgiram de modo que não podiam mais ficar encobertas, mas inevitavelmente ganhavam proeminência.

Não por acaso então, Jean Roche (1969, p. 643-644) relaciona o aparecimento das sociedades congregando membros teutos com a prosperidade dos comerciantes e a influência dos *brummer* no despertar do germanismo (*deuschtum*), quando a participação nestas entidades passa a significar algo em termos de ocupação de espaço social de camadas que também experimentavam o avanço econômico. Como observa Roche, é

interessante o fato que estas surgiram antes em Porto Alegre do que em São Leopoldo, e que se constituíam mais como um fenômeno urbano do que rural.

Ou seja, apesar das adversidades, o cenário associativo cresceu e complexificou-se, principalmente nos anos posteriores a 1880, com destaque para as de cunho sociocultural. Associações surgiam por todas as localidades de porte, dedicando-se ao lazer de nível mais elevado, contemplando o coração e o espírito. Pipocavam sociedades de canto, orquestras, sociedades de teatro e de leitura, escolas e igrejas, uma imprensa diária e escritores estavam em atividade, de modo que na conta de Amstad (1999, p. 302), algo de 350 entidades podiam ser contadas na década de 1920<sup>31</sup>. Conforme Rambo (2011, p. 31), a “multiplicação numérica e a dispersão geográfica resultaram em exigências estruturais e organizacionais adequadas a nova situação”, os recursos disponíveis nas linhas e picadas não davam conta dos desafios e se fazia necessário “criar e pôr em funcionamento instrumentos” associativos em nível regional, estadual e interestadual.

Parece claro que formas cooperativas e comunitárias tradicionais que vieram da sociedade de origem<sup>32</sup> entraram em simbiose com formas incorporadas ou criadas na nova terra. O mutirão encontrou larga disseminação e tem suas bases no *bittarbeit* (trabalho a pedido) conhecido na Alemanha, mas o uso do termo *xuntamént*, assim como o de *puxirão*, vem indicar o abasileiramento do termo e da prática, que assumiu dimensões diversas daquelas existentes na terra de origem. Ganhou difusão também o *gemeindenarbeiten*, ou trabalhos comunitários, geralmente na igreja ou escola, organizado pela diretoria, igualmente com grau de extensão e importância maiores que na Europa. As cooperativas eram conhecidas relativamente e foram incorporadas em grau variado pelos colonos (WILLEMS, 1980, p. 255-256). Em todo o caso, uma produção para o mercado em um contexto de monetarização da economia e da vida, como também constatado por Oberacker, fenômeno não exclusivo da região colonial, implicou uma certa corrosão das modalidades mais cooperativas, que precisavam sempre de uma rearticulação dos colonos em suas formas associativas.

<sup>31</sup> Não cabe uma exposição mais prolongada acerca da plêiade de sociedades e associações que marcaram aquele período. Isto foi feito com propriedade em obras já clássicas, a saber: AMSTAD, 1999; RAMBO, 1988; ROCHE, 1969.

<sup>32</sup> Segundo Kreutz, a fama da tendência dos alemães para o associativismo era grande e Maurice Crouzet, renomado historiador, mencionava uma tradição comunal que remontava aos povos saxônicos (KREUTZ, 1991, p. 69).

É comum entre os principais estudiosos da questão do associativismo teuto-brasileiro, Amstad (1999), Rabuske (1974), Rambo (1988, 2011) e Schallenberger (2009), a percepção de que este fenômeno tem suas bases na constituição das comunidades eclesiais das duas principais confessionalidades que se desenvolveram no Rio Grande do Sul. No mínimo pode-se dizer que os colonos desenvolveram ali um importante aprendizado quanto aos meandros da vida associativa, naquelas que foram as primeiras associações surgidas em meio aos teuto-brasileiros. Tramontini (2000, p. 163-165) foi um pouco mais longe ao situar a estruturação das comunidades religiosas, e as escolares que se ligavam intimamente a elas, como parte da dinâmica de organização social dos imigrantes, tanto entre eles como em relação ao contexto externo. Assim, a organização religiosa e escolar, autônomas a princípio, correspondeu tanto as necessidades de construção de sentidos como de respostas às necessidades práticas de convivência social, de proliferação do ensino ou mesmo de canais de expressão de suas reivindicações junto ao aparato estatal. Inclusas na dinâmica social, estas organizações não estavam imunes ou pairando acima do clima tenso e conflituoso que permeava a colônia, mas fizeram parte e expressaram a maior parte dele<sup>33</sup>.

Na estruturação e complexificação do associativismo teuto-brasileiro na segunda metade do século XIX convergiram, com certo grau de atritos e mesmo choques, importantes forças que vieram a gerar a atuação de lideranças mais intelectualizadas, com as quais um projeto mais complexo e idealizado deste associativismo também começa a tomar certos contornos. Estas forças podem ser enquadradas em duas ou três vertentes, dependendo de como se organiza o quadro. A primeira grande vertente é o associativismo cristão, como bem explicado por Schallenberger (2009, p. 204-233), bifurcado em duas linhas: a católica, notadamente a partir do movimento da restauração católica, onde se sobressaíram os jesuítas, além de vários professores e lideranças leigas; e a protestante, mais precisamente o veio evangélico luterano, pela atuação do seu clero e inúmeros professores e leigos. E a segunda grande vertente constituiu-se pelos intelectuais e

---

<sup>33</sup> Tramontini (2000, p. 163) tece uma pertinente crítica ao discurso de que a organização religiosa da colônia começara de fato com a chegada de clérigos, tanto católicos como protestantes, e que os primeiros anos foram de abandono cultural e religioso, quando as comunidades se organizaram de forma autônoma e escolhiam seus próprios sacerdotes, no caso dos protestantes os chamados ‘pseudo-pastores’ ou ‘pastores colonos’. Esta linha de interpretação liga-se, em parte, ao próprio processo de legitimação da estrutura eclesiástica que se implantou principalmente na segunda metade do século XIX. Mais recentemente, a historiografia tem se posto a revisar esta interpretação. Dizendo de outra forma, a vida religiosa dos imigrantes é muito anterior a chegada do clero.

profissionais liberais do grupo de ex-soldados germânicos alistados pelo Brasil na guerra contra Rosas, também chamados de *brummer*, ou ainda legião alemã, e que acabaram ficando pelo sul, envolvendo-se com a sociedade regional, adquirindo vários deles posições de proeminência, como Koseritz e Haensel.

No que se refere ao associativismo cristão, cabe dizer que as duas confessionalidades foram, em relação às populações em análise, igrejas da diáspora ou da imigração. Esta circunstância decorria do fato de que ambas se viram na contingência de acompanhar os fiéis no processo de migração, tanto naquele que trouxe os imigrantes da Europa, como no processo que fazia parte dos colonos migrar dentro do território brasileiro acompanhando a fronteira agrícola. Assim, para não perder esta parcela de fiéis, as duas denominações se viram condicionadas em desenvolver uma inserção social maior e diferente do que historicamente haviam experimentado na Europa. A bastante conhecida história contada pelo jesuíta Lassberg (2002), desalentado frente ao fato de que um parouquiano seu deixara de comparecer a missa para acompanhar o enterro de um vizinho protestante, sinaliza a preocupação da igreja, e talvez não só da católica, com a possibilidade de que os laços religiosos estivessem perdendo lugar para outros mais importantes na região colonial, como os de vizinhança, conforme lembrados por Umann<sup>34</sup>, ou ainda se desagregando em meio ao processo de contínua migração em que se viam imersos boa parte destes colonos, na busca por mais terras a medida que as suas degradavam e não podiam arcar com o sustento de uma população crescente. O processo de marcha para o planalto, exacerbada pela febre da emigração, como a chamou Amstad (1999, p. 131), pode ter agudizado esta percepção, tanto é que a igreja evangélico luterana, na época o então Sínodo Riograndense, decidiu acompanhá-la primeiro com pastores itinerantes (WITT, 1996) e criando um pastorado da colonização num segundo momento, sediado em Montenegro e posteriormente em Sarandi (DREHER, 1981, p. 129)<sup>35</sup>. Amstad

<sup>34</sup> Umann (1981, p. 61) em suas memórias escreveu: “Igualmente não se perguntava pela crença que cada um professava, se católico, protestante ou livre pensador. Éramos colegas de profissão, e nos auxiliávamos onde e quando necessário”.

<sup>35</sup> O estudo de Witt (1996, p. 58-69) aponta três razões principais para a implementação do pastorado itinerante por parte do Sínodo Riograndense, superando grandes dificuldades financeiras que postergaram a iniciativa um bom tempo: em primeiro lugar, um processo de aculturação dos colonos, em que os referenciais religiosos e étnicos, principalmente a língua, se perdiam com a adaptação ao meio físico e cultural onde os colonos se instalavam; em segundo lugar, a proliferação de ‘pastores leigos’ ou pseudo-pastores entre os colonos, ou seja, as funções que originariamente pertenciam ao clero iam sendo assumidas por pessoas não especificamente formadas e ordenadas para tal, escolhidas dentre os próprios colonos, um processo que não

mesmo, quando da organização da *Bauernverein* e depois da *Volksverein*, também bateu-se em longas viagens no lombo de uma mula de modo a chegar nos lugares mais remotos onde houvessem fiéis ou colonos, ou melhor dizendo, colonos fiéis.

O avanço da modernização e de ideias liberais, como as veiculadas na imprensa laica, que se desenvolveu com a chegada dos *brummer*, também estava no horizonte de preocupações. Frente a possibilidade de perda de espaço, e no espírito da Restauração, as igrejas investiram na conquista de inserção social, aprofundando um processo que tivera seus inícios na Prússia de Bismarck, como reação ao *kulturkampf*<sup>36</sup>. Assim, mais do que oferecer serviços religiosos, ambas as confessionalidades perceberam que precisavam estar presentes nas articulações de seus membros na sociedade, e nas novas terras, com vistas a manutenção da religiosidade e da etnicidade como elementos centrais, ou pelo menos, com um grau acentuado de importância na vida da sociedade teuto-brasileira. Não soa nada estranha, portanto, a afirmação de Siegfried Kniest: “se os cristãos não assumirem a direção do povo, outros elementos o farão, com interesses que poderiam ser prejudiciais à sociedade” (Citado por SCHALLENBERGER, 2009, p. 223).

A chegada dos jesuítas no Rio Grande do Sul insere-se na história da Restauração e na implementação de um novo projeto católico no estado, a partir de 1860, principalmente nas áreas de colonização com população católica. O processo se desencadeou com a nomeação de um novo bispo para Porto Alegre, na figura de D. Sebastião Dias Laranjeira, que estudara em Roma e era adepto da Restauração e do Ultramontanismo. Concorreram ainda para que o processo alcançasse envergadura a presença de grandes contingentes de católicos nas áreas coloniais, os problemas entre estado e igreja em vários países europeus, o que levou muitas ordens religiosas a buscar lugares mais seguros para atuarem e,

---

era exatamente novo, mas replicava a situação das colônias velhas de alguns anos antes; e por fim, o terceiro motivo, conectado diretamente ao segundo, o independentismo das comunidades que se formavam e opunham uma boa resistência em submeterem-se a hierarquia eclesiástica, o Sínodo, dominado por um clero alemão e vinculado a Igreja sediada no país de origem, a Alemanha. Assim, o zelo pela autonomia passava pela livre escolha dos seus sacerdotes e uma recusa em contribuir na manutenção de uma estrutura eclesiástica distante e onerosa, ou seja, em meio a um estado geral de rusticidade e penúria, as comunidades livres e independentes eram mais baratas ao colono. Não por acaso, um dos pastores itinerantes que visitava os colonos da diáspora, Rudolf August von Bracken, menciona que evitava tratar de eventuais custos que seu trabalho poderia implicar e afirmava para as comunidades que sua pregação era gratuita.

<sup>36</sup> O *Kulturkampf* foi uma política de enfrentamento conduzida pelo então Reino da Prússia, sob a liderança de Bismarck, contra o poderio da Igreja Católica, principalmente assumindo o controle e submetendo a legislação estatal os organismos de ensino. Esta política conduziu a expulsão da ordem jesuítica daquela região.

particularmente, a expulsão dos jesuítas da Alemanha por conta do *kulturkampf*, o que conseqüentemente, acarretou a transferência de grande número deles para o Rio Grande do Sul, onde foram encarregados da liderança do projeto católico entre as populações coloniais de fala alemã (KREUTZ, 1991, p. 62-63).

Deste modo, os religiosos jesuítas, assim como os das outras ordens que se somaram a eles, vieram fortemente marcados pelas lutas entre Igreja e Estado e estavam imbuídos do objetivo de reimplantar, ou restaurar, e daí o termo restauração, a organização social, econômica e política ao estilo do tempo em que a igreja detinha a supremacia sobre os países europeus, situação esta que um conjunto de processos históricos foi derrubando ao longo dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, “tratava-se de implantar aqui o que se perdera lá”, agora em meio às populações coloniais de forte religiosidade. Neste projeto, o papel dos jesuítas foi fundamental e na sua acepção “dever-se-ia integrar a vida social, cultural e econômica num projeto de restauração católica, colocando tudo sob primazia do espiritual” (KREUTZ, 1991, p. 64). Assim sendo, além da paróquia funcionar de modo mais eficiente, deveriam surgir sindicatos, organizações patronais, hospitais, cooperativas, jornais, caixas rurais, comissões colonizadoras, um partido político católico e, principalmente, professores e escolas articulados a esta perspectiva (RABUSKE, 1974, p. 31-54).

O projeto jesuítico junto aos imigrantes alemães se apoiou em três frentes principais: na difusão de uma imprensa católica, num associativismo que integrava a vida sociocultural e econômica sob o prisma religioso e, por fim, na escola e no professor paroquial (KREUTZ, 1991, p. 65). Assim sendo, manifestou-se a grande capacidade organizativa dos jesuítas ao articular uma ampla rede de associações que cercavam a vida das comunidades rurais. Nesta, ao nível local, a comunidade paroquial foi erigida em elo agregador das diversas associações ao passo que os jesuítas atuavam a nível mais amplo, regional, como os catalisadores do projeto católico como um todo. Ou seja, a especificidade dos jesuítas foi atuar nesta articulação de modo que o processo todo, esta miríade de associações, estivesse inserido no projeto da restauração católica, que tinha grandes semelhanças com a ideia da cristandade medieval, ou seja, toda a estrutura econômico-social submetida ao espiritual.

Para tanto, além de incentivar a fundação de um sem número de associações religiosas, no período de 1890 a 1912, os jesuítas promoveram a vida associativa por meio de seis iniciativas de grande porte: a articulação do Partido do Centro em 1890; a formação das Associações Paroquiais (*Pfarrvereine*), em 1890; a organização dos Congressos Católicos (*Katholikentagen*), a partir de 1898; a Associação dos Professores (*Lehrerverein*), em 1898; a Associação Riograndense de Agricultores (*Bauernverein*), em 1900; e a Sociedade União Popular (*Volkverein*), em 1912<sup>37</sup>.

Não eram iniciativas de todos originais, na medida que replicavam movimentos, organizações e eventos que já aconteciam no norte da Europa, dentro do espírito da Restauração. O primeiro *Katholikentagen* da Alemanha aconteceu em Mainz no ano de 1848, e em 1877, na cidade de Cleveland, os católicos teuto americanos dos Estados Unidos também realizaram o seu, a partir do qual decidiram pela criação de escolas paroquiais. E a exemplo dos alemães, os teuto americanos também investiram numa rede de associações religiosas e sociais. Na América Latina, o primeiro *Katholikentagen* foi em Lima, Peru, em fevereiro de 1897. Das organizações surgidas neste contexto associativo, a que evidenciou com mais nitidez a conexão das preocupações religiosas e espirituais com as de cunho material e social na igreja católica, e particularmente da igreja da imigração, foi a *Bauernverein*.

Os percalços e a diversidade dos protestantes de extração evangélico luterana no Rio Grande do Sul acabaram impondo a construção de uma igreja de fortes conotações comunitárias. Ainda que lidando com as precárias condições iniciais, contando com trabalho de apenas alguns pastores e pouco apoio da estrutura eclesiástica sediada na Alemanha, que inicialmente dera estas populações desgarradas como perdidas, comunidades religiosas identificadas com a perspectiva protestante se organizaram, e não por acaso se tornaram extremamente ciosas de sua autonomia e recrutando seus pastores entre quem elas considerassem os mais aptos, em geral leigos ou os chamados pseudo-pastores (RADÜNZ, 2005, p. 159-163). Alie-se ainda o fato de que, em termos de práticas,

---

<sup>37</sup> Sobre os *Katholikentagen*, a ação social católica, principalmente, existe a Tese de Samuel Klauck (2009), “O Apostolado da Imprensa: a revista *St. Paulus-Blatt* como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)” (2009). Sobre o *Lehrerverein*, por sua vez, há a Tese de Isabel Arendt (2005), “Representações de Germanidade, Escola e Professor no *Allgemeine Lehrerzeitung Für Rio Grande do Sul* [Jornal Geral Para o Professor no Rio Grande Do Sul]”.

tradições e definições teológicas, fossem tudo menos homogêneas. Não foi a toa que a primeira tentativa de formar uma estrutura eclesiástica mais coesa e uniforme na forma de um Sínodo, tendo por base um modelo episcopal, levado a frente pelos poucos pastores enviados da Alemanha, sob a liderança de Borchard e Hunsche, desarticulou-se frente ao independentismo das comunidades e as restrições dos pastores locais que atuavam nelas. Uma segunda tentativa sob a liderança de Rotermund, também ele um pastor enviado da Igreja mãe, logrou maior êxito a medida que seguiu um modelo mais congregacional e considerou a base comunitária como o esteio principal desta nova tentativa, o que levou a segunda fundação do Sínodo Riograndense em 1886. Rotermund, que fora eleito seu presidente, afirmou: “os pilares da nossa igreja não serão os pastores, nem as autoridades eclesiásticas alemãs – também o governo brasileiro não poderá garantir a sua existência – a igreja será as suas próprias comunidades” (Citado por SCHALLENBERGER, 2009, p. 224). Sem dúvida, tratava-se de uma postura que considerava o incontestado fato de que não havia como superar o autonomismo e a fragmentação das comunidades evangélico luteranas senão num futuro mais longínquo<sup>38</sup>.

Entrementes, a história desta denominação religiosa é também uma história de fundação de comunidades, e junto com elas, associações escolares comunitárias além de cemitérios e de hospitais. Não raramente, pastores, professores e outros leigos constituíram-se nas lideranças de um processo social mais amplo, transcendendo o meramente eclesiástico e inevitavelmente iam se envolvendo em outras formas associativas que surgiam por conta das realidades locais. Como já mencionado, um campo em que esta difusão foi particularmente consistente foi o educacional, com a fundação de inúmeras sociedades escolares e conseqüentemente, a formação de um quadro de professores que gravitava no seu entorno. Este associativismo educacional levou a formação de um *Lehrerverein*, ou Associação de Professores, que se envolveu com formação de bibliotecas, elaboração de materiais didáticos, a valorização da escola e dos professores e de sua formação.

---

<sup>38</sup> Um paradoxo ou não, fato é que a história do Sínodo Riograndense, depois Federação Sinodal e finalmente IECLB, não deixou de ser um paulatino processo de afirmação da hierarquia eclesiástica em detrimento das comunidades.

Na outra grande vertente estão os *brummer*, uma legião de ex-soldados germânicos que acabaram por se fixar no Rio Grande do Sul<sup>39</sup>. Em sua maioria possuíam algum grau de estudo, eram razoavelmente cultos e acabaram encontrando boa colocação na sociedade regional, e sobretudo, na teuto-brasileira, nos campos do comércio, da indústria e da cultura. Atuaram como professores, maestros, literatos, administradores, além da imprensa, tendo-se espalhado por diversos rincões do estado, como São Nicolau, na região missioneira, onde, em 1901, o pastor itinerante Paul Wilhelm Südhaus encontrou um velho *brummer* que ainda trabalhava como professor (WITT, 1996, p. 112). Alguns destacaram-se na política, como Bartolomay, Koseritz, Haensel, Ter Brügggen e Von Khalden que foram eleitos como deputados provinciais (AMSTAD, 1999, p. 95-97). O próprio Koseritz, ao avaliar a influência deste grupo, elenca os seguintes efeitos: uma participação mais intensa na vida pública; um incremento da vida comunal dos alemães e teuto-brasileiros; aparecimento de uma imprensa alemã; o desenvolvimento de associações e um aprofundamento do intercâmbio intelectual com a Alemanha (Citado por WILLEMS, 1980, p. 141). Entretanto, sua inserção na sociedade teuto-brasileira, aparentemente salutar e vindo a gerar frutos visíveis, não foi imediata nem ocorreu sem desconfiças. Como um bom exemplo, o tom de acidez que é perceptível na resposta que Amstad dá a apreciação de Koseritz acerca do papel dos *brummer*. Koseritz avaliara que este seletto grupo fora o fermento da colônia alemã, mas Amstad pensava o contrário e afirma que se entendido o fermento como um elemento que melhora ou enobrece algo, tal atributo não poderia ser dado a grupo tão heterogêneo como os *brummer*, embora reconheça seus préstimos para a causa da germanidade (AMSTAD, 1999, p. 97). Talvez o jesuíta pensasse que a expressão fermento seria mais adequadamente usada se aplicada a sua própria ordem religiosa.

Como em sua maioria, nas suas origens, os *brummer* vinculavam-se aos círculos políticos e acadêmicos aliados dos movimentos liberais da primeira metade do século XIX,

---

<sup>39</sup> Entre outras razões, a expressão *brummer*, que em alemão quer dizer barulho, som, zumbido, se deve ao fato deste grupo se pronunciar seguidamente contra as difíceis condições de alistamento, ou seja, eram reclamões e faziam barulho. O termo em português que melhor aproximação obteria seria o de rezingões. Eles foram parte de uma tropa de soldados alemães recrutados pelo Brasil para atuarem na guerra contra Rosas, na Argentina. O grupamento deveria ter chegado a 1,800 integrantes caso não se visse diminuído frequentemente. Assim, parece ter contado com um número bem menor de homens, sendo que um grupo mais seletto ainda foi efetivamente envolvido em confrontações bélicas na Argentina. Depois da guerra, como podiam optar entre as alternativas de voltar para a Europa, ou receber seus diretos em terra, cerca de ¼ de colônia na época, ou um valor em dinheiro, muitos optaram por uma das duas últimas alternativas e acabaram permanecendo em bom número no Rio Grande do Sul (AMSTAD, 1999, p. 95-97).

sufocados na Alemanha por volta de 1850, não é de causar estranheza o fato de desenvolverem posturas críticas, liberais e anticlericais em solo nacional. Estas causaram reações na sociedade teuto-brasileira, principalmente da igreja católica, no caso na ordem inaciana, e nos evangélicos. Isto porque os *brummer* atrelavam-se a Ilustração (*aufklärung*), as ideias materialistas e liberais, ao mesmo tempo que muitos não tardaram em identificar a ordem jesuítica como principal antagonista de sua perspectiva. O vigoroso combate cultural entre as três vertentes acabou por produzir bons resultados, ao fortalecer a imprensa teuto-brasileira recém-surgida e dinamizar a vida associativa e as ações educacionais (SCHALLENBERGER, 2009, p. 207-208). A principal influência dos *brummer*, foi portanto, cultural.

Se nos primeiros tempos da colonização uma distribuição mais homogênea das dificuldades e limitações, assim como da terra, contribuiu para uma sociedade mais igualitária, e em decorrência mais democrática, o desenvolvimento econômico, a constituição de um mercado promissor e a produção com vistas a este mercado também levou a assimetrias sociais mais visíveis. Este processo de estratificação social, que certamente vinha da segunda metade do século XIX, acentuou-se entre os teuto-brasileiros após a primeira guerra mundial. Conforme é assinalado por Willems (1980, p. 173), uma viva oposição se tornava perceptível entre agricultores e comerciantes, ao passo que um antagonismo mais explícito se dava entre criadores de porcos e os fabricantes de banha e derivados do porco. Em 1932, o pastor luterano Hermann Buchli (1932, p. 113), que ocupava o Pastorado da Colonização sediado em Sarandi e aquela altura era uma importante liderança na formação da Liga das Uniões Coloniais, chamou de “a miséria da época” a situação econômica e social da colônia da primeira metade do século XX:

A crise econômica mundial ameaça fortemente a economia e também a nossa colônia. A luta pela sobrevivência se acentua. Em todos os lugares formam-se grupos de interesse, chamados trustes, que defendem com rigor seus interesses, sem se questionarem se estão a prejudicar os frutos do trabalho dos outros. [...] É inútil aos colonos xingarem, a partir do seu entendimento, os preços ruins, os trustes da banha, do café e do açúcar, os ataques das formigas, as epidemias dos animais e o fraco escoamento, além de praguejar os bancos.

Enfim, a realidade da primeira metade do século XX, de empobrecimento do colono-agricultor,<sup>40</sup> a desassistência dos órgãos governamentais e a espoliação econômica por trustes econômicos que controlavam a circulação de alguns poucos produtos rentáveis como a banha, o fumo e as bebidas, levaram a um fortalecimento de organizações associativas e da perspectiva da defesa dos colonos enquanto categoria profissional ou classe social, trazendo então modificações ao cenário associativo no Rio Grande do Sul, realidade esta que confronta aquele modelo associativo de bases étnicas e religiosas que se desenvolvera até então.

## 1.2 O Partido Colonial e as Associações Coloniais

O Partido Colonial, também chamado de *Koloniepartei*, e as Associações Coloniais, conhecidas como *Kolonieverein*, surgiram como decorrência da ampliação da participação dos colonos no cenário político, seara aberta, ou cultivada com mais afinco, a partir da chegada dos *brummer*. A inserção política dos teuto-brasileiros também pode ser dividida em três fases, das quais a primeira é a Era Koseritz, tido como um dos *brummer*, sendo considerado o mais proeminente deles, na verdade. Esta fase, que grosso modo corresponde a segunda metade do século XIX até a instauração da república, foi caracterizada pela luta política de Koseritz e de outros, em prol dos direitos políticos plenos dos imigrantes, nos quadros de um partido político, o Partido Liberal, e em alianças que levaram ao comprometimento pessoal, notadamente a aproximação de Koseritz com Gaspar da Silveira Martins, aquela altura a principal figura política do Rio Grande do Sul e, mesmo que momentaneamente, do Brasil. Há quem critique o fato de Koseritz ter se atirado nos braços de um partido e de certas pessoas, pensando assim obter os melhores benefícios para a colônia alemã (GERTZ, 2002, p. 57)<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Aspecto igualmente registrado por Waibel (1949).

<sup>41</sup> São poucos, ou pouquíssimos, os estudos que fazem alguma referência sobre o *Koloniepartei* e as *Kolonieverein*. Toda a pesquisa original é de autoria de René Gertz. Assim, na exposição acerca sobre estas

Sendo o Brasil um país em que o catolicismo era a religião oficial, havia importantes restrições a participação política plena dos não católicos. Como uma grande parte dos teuto-brasileiros era protestante, sua participação na vida pública acabava sendo tolhida, embora não impedida de todo. Mesmo assim, aspectos importantes da existência dos colonos, como o casamento e as questões de herança, o atendimento religioso e a organização eclesiástica eram impactados por esta condição. Na segunda metade da década de 1880, quando a liderança religiosa dos evangélicos luteranos, sob a liderança de Rotermond, resolveu dar curso a uma nova tentativa de organizar um Sínodo, evidenciou-se a conexão entre a plenificação dos direitos políticos com a questão da liberdade religiosa (DREHER, 2014, p. 114-119).

Embora o contexto da implantação da República tenha sido conturbado, seguindo-se de choques políticos que posteriormente desembocaram num conflito armado, particularmente no Rio Grande do Sul, a sua instauração possibilitava a plena participação política aos colonos ao estabelecer a igualdade de direitos políticos e a separação da Igreja do Estado. Assim, se na fase final do Império a colônia nutria grandes simpatias pelas propostas e liderança do Partido Liberal, por conta dos benefícios que trouxeram a região colonial, o novo período abria a possibilidade de os colonos se aventurarem sozinhos no voo político, construindo então uma organização que fizesse jus ao peso demográfico e a carga de interesses que estavam a espera da adequada representação política. Talvez a colônia não fosse um bloco tão monolítico assim, mas em todo caso, tal perspectiva levou a tentativa de formação de um partido político próprio da colônia, o *Koloniepartei*, seguido logo depois, quase no mesmo espírito, das Associações Coloniais, ou *Kolonievereine*.

O período inicial da República no Rio Grande do Sul apresentou um nebuloso e fragmentado quadro político. No primeiro momento, aparentemente, três grupos políticos estavam posicionados: de um lado os republicanos, de outro uma coalizão de liberais, conservadores e republicanos dissidentes e, quase por fora da cancha, o Partido do Centro (católico). Este último fora fundado em 22 de maio de 1890, numa reunião de lideranças católicas em Porto Alegre, replicando uma iniciativa que era comum a vários estados,

---

duas entidades, salve a citação de alguma outra fonte, tributa-se a autoridade de Gertz (1992, 1993) a veiculação de informações e conclusões sobre a história destas organizações. Quanto a Carlos von Kozeritz, há muitos estudos disponíveis, sendo um dos últimos o de Tiago Weisenmann (2015).

buscando reproduzir a experiência do *Zentrumspartei* da Alemanha. Surgira principalmente como reação a república ateísta, laica, positivista que estava em vias de se instalar e por isso pronunciava-se contra as medidas que o governo republicano vinha implantando, como a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios, a inelegibilidade do clero, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, dentre outras. O partido lançou um programa em que os principais pontos eram uma antítese a isto: liberdade religiosa para o catolicismo, isenção de serviço militar ao clero e seus postulantes, garantia dos bens eclesiásticos, fim das escolas ‘atéias’, ou seja, aquelas mantidas pelo governo, liberdade de criação de escolas confessionais e, por último mas não menos importante, o fim do casamento civil.

Embora no diretório também eleito em maio não constasse nenhum nome alemão, possuía uma certa base na região colonial, principalmente entre a população católica teuto-brasileira. De modo que nos meses seguintes foi organizado em São Leopoldo, no dia 22 de junho, depois em 20 de junho em Bom Jardim, além de São Vendelino. Nesta localidade, no contexto da Federalista, as lideranças do Partido do Centro acabaram se tornando importantes na articulação da autodefesa, ali denominada de *Bürgerverein* (KUNERT, 1986, p. 86).

Após uma curta e desastrada participação eleitoral, na eleição de 15 de setembro de 1890, em que literalmente naufragou nas urnas, o Partido do Centro acabou por negociar com os republicanos e obteve a inclusão de três nomes na nominata daquele agrupamento, que se elegem, na eleição de 5 de maio de 1891 para a constituinte estadual, a custo da perda da identidade e a sua transformação em um bloco de pressão no interior do Partido Republicano (GERTZ, 1992, p. 554-557).

Quase que concomitantemente foi surgindo outra agremiação político partidária com bases eleitorais na região colonial, principalmente entre a população teuto-brasileira. Tratava-se do Partido Colonial ou *Koloniepartei*. Entretanto, as primeiras referências a um partido colonial datam de algo por volta de 1880, ou seja, a questão não era tão recente. Neste período, Carlos von Koseritz debatia a ideia em artigos no seu jornal, o *Deutsche Koseritz Zeitung*. Neles chegara a considerar que tal organização poderia vir a ser a força necessária para alavancar os interesses da germanidade no Rio Grande do Sul, mas

entendia, por outro lado, que isto dependeria de uma imigração em massa de modo a alterar em definitivo o peso demográfico. No ano de 1882, quando se debatia a possibilidade de um Congresso Colonial que poderia vir a desencadear a formação da agremiação, Koseritz escrevera um artigo com quatro temas de relevância que poderiam compor a pauta de discussões do conclave colonial. Eram eles: a ampliação da instrução agropecuária mediante a formação de associações, a questão dos transportes de mercadorias da região colonial, a situação das escolas e da instrução pública de modo geral e a mudança no sistema de impostos. Compartilhava ainda o seu entendimento quanto a necessidade de manter um caráter suprapartidário nas questões coloniais como forma de assegurar que fossem exequíveis politicamente. Por outro lado, em seus escritos tecia comentários sobre a própria viabilidade do partido, e neste aspecto em particular, não via o partido colonial como uma organização política especificamente teuto-brasileira, e avaliando a conjuntura de forma mais fria, Koseritz entendia que um eventual Congresso Colonial deveria se ocupar principalmente de uma pauta com os problemas mais imediatos da Colônia, postergando o tema do partido. Na sua acepção, este só seria viável numa conjuntura diferente, em que a situação dos direitos civis e políticos fosse outra, onde as agremiações dominantes estivessem extintas e, portanto, o cenário político em aberto (WEIZENMANN, 2015, p. 179-180).

Ao que parece, no início da década de 1890, havia quem pensasse que o cenário político estava em aberto. Talvez baseados nesta leitura, em meio ao tumultuado cenário político, marcados por golpes, contragolpes e governichos, enquanto aguardam novas eleições cuja data fora postergada, por volta de março de 1892, lideranças do *Koloniepartei* negociavam com os católicos uma chapa que parecia promissora. Acabaram montando uma nominata mista de 35 nomes, destes 20 alemães, 2 italianos, que também faziam as vezes de católicos e os demais eram nomes de amigos da colônia como Gaspar Silveira Martins, Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, além de mais alguns católicos. A confiança na vitória de tal chapa era grande, pois um raciocínio veiculado no *Koseritz Deutsche Zeitung* indicava que na penúltima eleição haviam comparecido 36 mil eleitores e na última apenas 28 mil, o que permitia a conclusão que não haveria mais do que 40 mil votantes na próxima. Hipoteticamente, a colônia poderia garantir 10 mil eleitores inscritos, ou 10 mil votos, quem sabe. Considerando que a situação estava confusa, os republicanos iriam se abster, a

fragmentação definia o então situacionismo, pejorativamente apelidado como ‘governicho’<sup>42</sup>, o grande chamariz dos nomes famosos e a presença dos candidatos católicos fechando com chave de ouro a chapa colonial, “tudo isso representava uma chance real de vitória” (GERTZ, 1993c, p. 68-69). Como a eleição não aconteceu, uma abertura destas urnas não teve como evidenciar se a realidade era menos ou mais intrincada.

É possível reconstituir um pouco da trajetória percorrida nas colônias até a formação do partido. Conforme o jornal *Deutsche Post*, citado por Kunert (1986, p. 83-85), nos últimos instantes do império, na zona colonial alguns clubes republicanos se organizaram, denotando uma simpatia dos colonos com o republicanismo, aliado a pregação de muitas lideranças que viam na República a oportunidade de melhores dias. Assim, entre janeiro e fevereiro de 1890 se organiza um clube republicano na *Hartzpicade*, depois no mês de maio aparece um em São Vendelino, seguido de um clube republicano em Bom Jardim, por volta de julho, e depois em Picada Feliz, em 22 de novembro. Em Montenegro, em 23 de fevereiro de 1890, apareceu até um Clube Republicano Colonial, muito provavelmente republicanos incorporando o colonial. Na formação do Clube Republicano de São Vendelino/Forromeco, houve a participação de 250 pessoas, o que não é pouco considerando-se que o eleitorado oficial era de 429 votantes. Na ocasião foram eleitos como presidente o Capitão Bürgel e o pastor August Kunert como vice-presidente. Udo Ingo Kunert (1986, p. 84) aponta que nestes clubes republicanos participavam católicos e protestantes, assim como não teutos, tanto que o Capitão Bürgel fizera o discurso em português.

O Clube Republicano de Picada Feliz reunia membros de outras linhas do seu redor, como São Pedro, Santa Cristina e Sebastopol (Nova Petrópolis) e seus líderes principais eram o Capitão Pedro Noll, João Weissheimer, Jacob Ruschel, João Stoffels, Pedro Blum, Carlos Noll, Reinoldo Feix e Hermann Bombach. Uma questão interessante neste clube foi o conteúdo de sua ata de fundação, que continha uma lista de reivindicações bem claras e definidas: representação autônoma da colônia na Assembleia, simplificação da

<sup>42</sup> A expressão ‘governicho’ constitui uma designação pejorativa inventada pelos republicanos para designar um período em que seus opositores estiveram a testa do governo estadual. Este período da história política do Rio Grande do Sul vai de novembro de 1891, quando da queda de Júlio de Castilhos, até junho de 1892, quando um contragolpe recoloca os republicanos no poder. O governicho foi marcado pela ascensão dos republicanos dissidentes, com apoio dos liberais, com o retorno à cena política de duas figuras de relevo: o Conselheiro Gaspar da Silveira Martins e Barros Cassal.

administração municipal, maiores cuidados com os imigrantes, revisão da política tributária, melhorias nas estradas, ferrovias, correios e telégrafos, e a criação de escolas agrícolas e técnicas comerciais (KUNERT,1986, p. 84-85). Ou seja, parte de um programa já esmiuçado por Koseritz volta a aparecer.

O programa da ata do Clube Republicano de Feliz é quase idêntico ao programa do Partido Colonial, que foi lançado algumas semanas após as eleições de 15 de setembro de 1890, período em que o Partido foi efetivamente formado. De acordo com Gertz, (1993c, p. 64), o programa do *Koloniepartei* continha 13 pontos, cujos principais itens eram: representação autônoma da colônia na Assembleia; divisão dos municípios para melhorar a administração; imposto de renda e taxaço do latifúndio; eliminação dos impostos interestaduais; simplificação dos processos e diminuição dos custos judiciais e dos inventários; fundação de uma universidade, de uma escola agro-industrial-comercial e de escolas de parteiras; melhoria das estradas, com aplicação de um terço da dívida colonial na região de arrecadação. Uma coincidência que indica o caminho de um programa, num contexto de articulações pelas colônias.

À medida que o mundo dava as suas voltas, o programa ia ganhando novos contornos com a agregação de novas ideias e a perda de outras. Quando em março de 1892 entabulava discussões para uma chapa vitoriosa, aquela com Gaspar Silveira Martins e os católicos, esta se dava com base na crítica ao desgoverno generalizado, à divisão judiciária do estado, os problemas do ensino, o problema da eleição com lista completa e propunha uma plataforma centrada na autonomia municipal, ensino municipalizado com subvenções do Estado, melhoria nos transportes e apoio à atividade econômica. Em 27 de abril, uma convenção partidária se pronuncia em torno de cinco teses quanto a organização e presença partidária, que foram: o Partido Colonial como uma congregação dos elementos agrícolas, industriais e comerciais; o Partido colonial era um partido econômico; o Partido era constituído de cidadãos brasileiros, natos e naturalizados; o Partido Colonial era um partido autônomo; o Partido poderia, então, assumir compromissos com outros partidos, com meio de alcançar seus objetivos. Foi ainda rejeitada a tese que propunha que membros de outros partidos pudessem ser apresentados nas nominatas do Colonial. Em maio de 1892, ao acertar um acordo eleitoral com Barros Cassal, este se deu em torno de seis pontos: divisão

do estado em distritos eleitorais, eleição direta para governador, Assembleia com poder de legislar, municípios com autonomia, escolas administradas pelos municípios e a reorganização das comarcas judiciárias, principalmente as da região colonial. Após as eleições daquele ano, o partido ainda dirige um documento à nova Assembleia dos Representantes com as demandas mínimas da colônia onde constavam a reforma do sistema eleitoral, com a adoção do voto distrital, a reforma do sistema de ensino, com professores nomeados e a reforma da legislação sobre inventários. Enfim, a despeito de algumas contradições óbvias que viriam a se cristalizar nos 30 anos seguintes, havia um programa mínimo do que hipoteticamente seriam as questões da colônia, inclusive remanescendo de mais tempo<sup>43</sup>.

O principal evento na formação deste partido foi a convenção partidária de 27 de abril de 1892. A reunião contou com a presença de 42 representantes de diferentes lugares da colônia e a decisão de dividir a região colonial em 5 distritos, São Lourenço do Sul, Caí, Rio dos Sinos, Taquari e Santa Cruz, que indicariam um candidato a deputado cada uma, pode dar uma ideia da difusão geográfica desta organização partidária. Deste modo, os que somavam os hipotéticos votantes acreditavam que a agremiação representava 8 mil eleitores. Seriam ainda indicados mais um candidato a deputado pela indústria e outro pelo comércio - João Maria von Heldt e Wilhem Ter Brügggen, respectivamente. O encontro também emitiu uma resolução cujo conteúdo provinha de 6 teses discutidas naquele dia, 5 das quais aprovadas, além de ser formalizado um diretório com 7 membros, todos de Porto Alegre<sup>44</sup>.

Uma das figuras mencionadas como liderança importante na região colonial foi o pastor Augusto Kunert, de São Vendelino. Quando em março de 1892, após uma certa paralisação nas discussões sobre o partido, a retomada das articulações se dá a partir de São Vendelino, o que confirma a importância desta liderança. Rotermund, presidente do Sínodo Riograndense, também é mencionado como um apoiador importante (DREHER, 2014, p.

---

<sup>43</sup> Por esta mesma época, na vizinha Argentina, os colonos de origem europeia, principalmente suíços, italianos e alemães, instalados na província de Santa Fé se agrupavam em duas organizações: a União Agrária e o Centro Político de Estrangeiros (GALLO, 1976).

<sup>44</sup> As informações sobre o *Koloniepartei* estão sendo baseadas nos escritos de Gertz, que pesquisou na imprensa, principalmente a de língua alemã: o *Koseritz Deutsche Zeitung* e o *Deutsche Zeitung*, ambos de Porto Alegre. Gertz não menciona nomes que eventualmente comporiam a liderança e como não foi acessado nenhum dos veículos por ele referidos, não há como saber se foram lá citados.

151), o que sinaliza a identificação da fração evangélico luterana com a iniciativa. Gertz (2010, p. 44) assinala que o *Koloniepartei* era de fato “um partido mais ligado a lideranças luteranas, mas ele, em nenhum momento, se apresentou como partido confessional”. O médico prático Theodor Firmbach (1995, p. 27), que militara pela causa do partido, menciona que Carlos von Koseritz seria o líder natural da iniciativa se a morte não houvesse lhe tirado da cena política ainda em 1890. Assim, Frederico Haensel, que também desempenhara mandato como deputado liberal ao lado de Koseritz, mesmo retirado da política, foi procurado para liderar o partido, do que declinou por motivos pessoais. Teria então sobrado Reinhold Ludwig<sup>45</sup>, a quem Firmbach atribuía as qualidades da boa vontade e dinamismo, mas seria muito volúvel às circunstâncias, sendo responsável pelas decisões inconstantes que aproximavam a agremiação ora de uma facção, ora de outra, o que teria, por fim, corroído o apoio dos colonos.

É perceptível a existência de dois polos: o do interior da colônia e o de Porto Alegre. O diretório eleito em 27 de abril de 1892 residia todo ele em Porto Alegre, o que pode indicar uma certa proeminência da capital. Não se exclui que tenha sido levado em consideração uma questão prática: dada as dificuldades de transporte e comunicação da época, o fato de serem todos de uma só cidade facilitaria as coisas. Entretanto, se pensarmos com Sandra Pesavento (1996, p. 168-172), para quem a representação política dos imigrantes teuto-brasileiros neste período esteve nas mãos dos grupos mais mercantis e industriais, e os setores mais coloniais, camponeses, permaneciam alijados, esta proeminência no diretório do *Koloniepartei* de membros de Porto Alegre fica perfeitamente clara. Assim, acontecimentos posteriores, principalmente a política de alianças implementada pelo diretório, resultou numa cizania que veio do interior na forma de reclamações e críticas no sentido de que Porto Alegre decidia as coisas por conta própria.

---

<sup>45</sup> Ernest Reinhold Ludwig, professor, advogado, deputado, jornalista e fundador do jornal *Der Pionier*, fundado em 1890, em Estrela. Filho de Otto Ludwig, nasceu em Eisfeld, Alemanha. Depois de se formar em Direito pela Universidade Leipzig, fez cursos em piano e música no Conservatório de Leipzig, emigrou para o Brasil, atuando em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, e fixou-se por fim em Porto Alegre. Enquanto lecionava música, aprendia a língua portuguesa. Ao vagar a cadeira de música em Taquari, na escola de Leandro e Margarida Ribeiro, para lá se transferiu e se casou, lá por 1889, com Otília von Closs, filha de Karl von Closs, criador e agricultor no primeiro distrito de Taquari. Teve os filhos Leandro Oto e Alfredo. Em 1891, transferiu-se para Porto Alegre. Prestou exame de suficiência na Faculdade de Direito em São Paulo, para validar seu diploma, abrindo sua banca advocatícia em Porto Alegre, onde logo se notabilizou. Foi deputado estadual na Assembléia Constituinte, representante da zona colonial. Faleceu em Porto Alegre, com 73 anos de idade (SCHIERHOLT, *s.d.*).

Na discussão sobre a organização do partido, de um lado uma questão presente desde o início era se o *Koloniepartei* pretendia ser um partido de verdade ou apenas de protesto ou bloco de pressão, e de outro se deveria ser apenas um tipo de associação agrícola ou colonial. Outra discussão se dava em torno da questão de postular efetivamente as eleições ou restringir-se a confeccionar uma pauta e buscar alianças mais adequadas de acordo com o momento. O debate seguia em torno da questão de limitar-se a uma pauta econômica ou adentrar em um programa mais político e eleitoral. A questão étnica também voltava no sentido da viabilidade, ou seja, outras etnias deveriam ser chamadas a se integrar, ampliando o eleitorado, bem como no da prudência, ou seja, um partido etnicamente identificado invariavelmente poderia atrair mais animosidades dos segmentos nativistas. Havia também a questão de como organizar o partido, a começar pelas bases, ou seja, com associações ou núcleos nas localidades ou por cima, com um diretório estadual primeiro. Por fim, uma eventual sede deveria ficar no interior ou na capital? Sobre todas estas questões também impactava a questão do sistema eleitoral, pois havia a reflexão de que a viabilidade do partido só se daria em caso de voto distrital.

Obviamente, grupos políticos já estabelecidos a mais tempo pressionaram as lideranças do *Koloniepartei* no sentido de que este não poderia ou deveria ser um partido político na acepção mais pura da expressão, mas antes um bloco de pressão ou canal de encaminhamento das questões da colônia junto ao governo, algo parecido ao que ocorrera com o *Zentrumpartei*. Como bloco econômico, poderia vir a fornecer uma pauta para Gaspar Silveira Martins. Aliás, este líder proeminente tomara a iniciativa de procurar os membros do *Koloniepartei* e se mostrou aberto a dita pauta econômica, mas indisposto a discutir outros pontos programáticos, como o sistema eleitoral, deixando claro, mesmo que extraoficialmente, que “ele, Martins, sabe o que convém a ‘colônia’ e não está disposto a permitir que pessoas ou organizações partidárias lhe indiquem nomes” (GERTZ, 1993c, p. 70). Parece que não aconteceram mais conversas deste tipo com Gaspar Silveira Martins. Com os republicanos as coisas igualmente eram meio complicadas uma vez que um forte nativismo, que trazia embutido uma desconfiança com os imigrantes e suas pregressas simpatias com os liberais, não facilitavam as conversas.

Pressionado por um lado quanto ao caráter da organização, que também grassavam em seu interior, e por outro precisando angariar espaço e peso eleitoral, elegendo uma bancada mínima de representantes, há indícios de que a atuação do *Koloniepartei* gastou bastante energia em obter algum tipo de espaço na cena eleitoral e buscou as articulações necessárias para a constituição de uma nominata, e geralmente em combinação com outras agremiações já presentes no cenário. O exemplo do *Zentrumspartei* talvez inspirasse um caminho a seguir. Inevitavelmente, balançou conforme o vento. Em março de 1892 foi tentada a aproximação com os católicos e a chapa com os nomes de peso que poderia vencer as eleições. Mas o diálogo também degradingola com o Conselheiro Gaspar Silveira Martins, o ‘governicho’ adia as eleições e os católicos voltam a conversar com os republicanos. Então em maio do mesmo ano, a direção do partido procurou Barros Cassal para um acordo, que ele aceita. Apesar das críticas internas, o acordo é consumado. Entretanto, um contragolpe dos republicanos a cinco dias das eleições, em 17 de junho de 1892, acaba com o ‘governicho’ e os castilhistas voltam ao poder. O partido colonial então inicia uma conversa com Vitorino Monteiro, governador castilhista de plantão, acerca dos acontecimentos vindouros e o governo acena com concessões como incluir na lista do partido do governo nomes que lhe forem indicados. O partido se divide entre três opções: abstenção, participação autônoma ou aliar-se a outro partido, embora neste caso só sobriaria o partido do governo, os republicanos. A coisa se resolve quando o governo dá a entender que não tem mais interesse no acordo. E a morte suspeita de Friedrich Haensel, em meio a um clima de repressão após uma tentativa de golpe contra o governo castilhista acaba por encerrar o clima de contemporização com os republicanos por parte dos colonos. O *Koloniepartei* decide então pelo boicote das eleições.

Ao final das contas, “os malabarismos do diretório não são bem-aceitos” como bem evidencia uma manifestação vinda do interior, publicada no *Koseritz Deutsche Zeitung* em 13 de setembro de 1892:

Antes das eleições frustradas pela última revolução o diretório central portoalegrense do Partido Colonial nos surpreendeu com a notícia de ter feito uma aliança com Barros Cassal. Antes havia negociado com Silveira Martins. E agora, novamente em função de uma aliança eleitoral, estabeleceu negociações com o governo, isto é, com os castilhistas. Tal procedimento (...) terá como consequência que se dirá que o partido se posiciona de acordo com a direção de que sopra o vento (Citado por GERTZ, 1993c, p. 71-72).

Se por um lado, a sinuosa trajetória do *Koloniepartei* teve sua parcela de contribuição para dificultar a sua consolidação, os novos acontecimentos da cena política acabaram por inviabilizar por completo a ideia. Em fins de 1892 já estava claro para a elite de origem alemã que a situação política do estado degringolaria para o um conflito armado. Assim, a maior parte dos veículos da imprensa alemã começa a trabalhar pela manutenção da ‘neutralidade da colônia’ de modo a mantê-la fora do conflito e garantir a continuidade da produção econômica. A expressão *Koloniepartei* desaparece do noticiário e surge a de *Kolonieverein*, ou Associações Coloniais, indicando a continuidade da experiência do Partido Colonial em sua essência sob outra forma, ou ainda, na sua forma mais original, como proposto por muitos no seu interior, conforme também apontado por Firmbach, ou seja, nas colônias.

Agora a organização se daria nos locais, nas comunidades, cada uma com estatuto próprio, ainda que houvesse um padrão que poderia ser, e provavelmente foi, seguido. A ideia seria que a população colonial se congregasse localmente em torno de seus interesses mais imediatos e principalmente, no contexto de guerra civil a ser deflagrada, organizasse a neutralidade da colônia frente ao confronto entre governo e rebelados, e em sendo necessário, organizasse grupos de autodefesa para controlar a entrada e circulação dos grupos armados. Surgiram *Kolonieverein* por boa parte das colônias velhas: Estrela, com várias associações espalhadas pelas localidades, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e São Sebastião do Caí, principalmente nas localidades de Forromeco e São Vendelino, nesta última também chamado de *Bürgerverein*. Em tese, replicando a difusão geográfica do *Koloniepartei*, ou ainda, não se descarte, do *Zentrumpartei*, como parece ser o caso do *Bürgerverein*.

Entretanto, as *Kolonieverein* experimentaram claramente duas fases na sua existência: a primeira vai da sua formação até o primeiro ano da guerra, quando a maior parte delas estavam também envolvidas no confronto, sem cumprir a função original, ou seja, em crise generalizada. No último ano da guerra elas voltam a desempenhar algum papel, quando desfrutaram de um apoio do governo, como forma de melhorar a defesa da região colonial contra a incursão de grupos belicosos que desestruturavam a produção econômica e a contribuição colonial para o custeio do estado por meio da carga tributária.

O tema das *Kolonieverein* e alguns dos elementos mais concretos do seu desenrolar no contexto da guerra civil serão analisados de forma mais analítica no capítulo dois da tese. Por ora cabe retornar alguns apontamentos de avaliação quanto ao malogro da experiência do *Koloniepartei*, e de certa forma, das *Kolonieverein*. Firmbach (1995, p. 28), por exemplo, acreditava que só uma liderança verdadeiramente eficaz e estabelecida no seio das colônias poderia conduzir com êxito a organização, ao passo que a carência de lideranças e o fato de que Porto Alegre pretendia monopolizar o controle das decisões foram as causas para o malogro da iniciativa.

A análise de Gertz (1993c), tomando como ponto de partida o resultado da eleição de 20 de novembro de 1892, a que o *Koloniepartei* pretendeu boicotar, ali encontra os sinais indicativos que os eleitores tinham algumas posições em muito distintas do partido e mesmo entre si, mas congruentes com as conjunturas locais. Mais além, este autor entende que o aspecto principal que norteou a formação do partido e das associações foi o pressuposto da existência da colônia, e dos alemães nela instalados, como uma realidade homogênea e monolítica. Isto é, um oitavo da população do estado com interesses, necessidades, valores em comum que deveriam ser defendidos. Assim, parece pertinente a crítica de Gertz de que esta concepção era bastante ilusória, ou dizendo de outra forma, uma representação bastante frágil face ao contexto em que a população teuto-brasileira apresentava inúmeras clivagens dentro de si, e talvez não lhe faltasse uma razoável consciência disto. Na verdade, na região colonial alemã nem o alemão falado era igual. Portanto, nada estranho que a maior parte dos colonos não estivesse tão disposta a seguir uma orientação política unívoca de base étnica.

Por fim, não há pesquisas dando conta do destino das *Kolonieverein*. O mais provável é que tenham, realmente, desaparecido. Mas será isto plausível em se considerando a envergadura tomada pela iniciativa, tanto destas organizações quanto de seu irmão mais velho, o *Koloniepartei*? Ainda mais que reuniria o importante apoio, senão adesão, da fatia evangélico luterana da população colonial. É uma questão que permanece em aberto<sup>46</sup>. Uma especulação temerária, por conta e risco do raciocínio em curso, poderia

---

<sup>46</sup> Um dos poucos trabalhos sobre o associativismo político teuto-brasileiro, especificamente, permanece inconcluso e inédito, sendo que quem se debruçava sobre ele, o professor Udo Ingo Kunert, não deu mostras de que pretende voltar ao assunto. Seria de grande valia pois que, imagina-se, viria a dar algumas pinceladas sobre o término das *Kolonieverein*.

levantar a possibilidade de que em algumas colônias, pelo menos, iniciativas tenham revertido para uma ideia presente no nascedouro do *Koloniepartei*, a da associação agrícola. A fundação da *Bauernverein* pelos católicos sob a liderança do padre jesuíta Amstad talvez tenha vindo a calhar e bem pode ter sido aproveitada para cumprir este intento.

Por outro lado, uma manifestação publicada no *Koseritz Deutsche Zeitung* talvez seja um indicativo de uma outra tendência que começava a se materializar: “a maioria dos colonos espera conseguir a concretização de seus objetivos através dos partidos existentes” (GERTZ, 1993c, p. 72), e, em sendo possível uma licença interpretativa, poder-se-ia dizer, através do governo existente. Isto exerceria um efeito dissuasivo na perspectiva de auto-organização dos colonos. Por isso, parece inaugurar-se a segunda fase na organização política dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, conforme caracterizada por um artigo publicado no *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien* editados pelo pastor evangélico luterano Hermann Dohms, que viria a se estender pelos próximos trinta anos da República, marcado pela submissão ao governo dos republicanos como forma de obtenção de alguns benefícios mínimos para a colônia (Citado por GERTZ, 2002, p. 57).

Portanto, a ideia dos colonos postulando suas questões por meio de uma organização maior e mais autônoma ficaria para um momento posterior. Situação que invariavelmente deixava em aberto algumas indagações: Para quando? E quais questões seriam estas? E que organização faria este papel? E por último, mas não menos importante: daqueles pontos lançados ainda no início da década, o que permaneceria?

### **1.3 Associação Riograndense de Agricultores - *Bauernverein***

O contexto da formação da Associação Riograndense de Agricultores, também chamada de *Bauernverein*<sup>47</sup>, liga-se a ação social católica implementada sob a liderança dos

<sup>47</sup> Grosso modo, existe uma bibliografia sobre a formação e desenlace da *Bauernverein*. Assim sendo, não cabe uma exposição mais prolongada e exaustiva sobre o assunto, visto que as obras existentes dão conta dos principais aspectos da organização, que se constituem também na base da análise em andamento, a saber:

jesuítas no Rio Grande do Sul, principalmente a iniciativa dos congressos católicos. Estes congressos foram importantes espaços de mobilização dos católicos teuto-brasileiros, que se reuniam em uma atividade com palestras e debates unindo as perspectivas do bem-estar material e espiritual dos fiéis, conforme as palavras do próprio Amstad. Mas para além disso, cabe mencionar que, considerando um contexto ampliado, a formação da *Bauernverein* insere-se também na conjuntura de malogro das experiências do *Koloniepartei* e das *Kolonieverein*, aspecto que não pode ser desprezado. De certa forma, o advento desta organização, apesar de surgir em berço católico, talvez tenha ocorrido em boa hora no sentido de suprir uma lacuna que estava aberta.

A fundação da *Bauernverein* foi decidida no 3º Congresso Católico, ocorrido em Santa Catarina da Feliz, em 1900. O bem-estar material dos agricultores e a questão do crédito foram os temas principais neste congresso. O Padre Amstad<sup>48</sup> realizara uma palestra que se conectava com eles versando sobre os problemas da economia colonial, ou melhor dizendo, o título de sua palestra era “de que maneira será possível a independência econômica face ao estrangeiro”<sup>49</sup>, e a resposta se traduzia na organização local, comunitária e de cooperação entre os colonos, de modo a minorar os impactos negativos dos elementos exteriores e, ao mesmo tempo, fortalecer os elementos locais e regionais.

O ‘pequeno padre’, como Amstad também era chamado, providencialmente descobrira em sua maleta os estatutos de uma organização para cumprir tal papel, de forma que, sem muita demora, pôde ser fundada a *Bauernverein*. Este fato, e o que assinala

---

RABUSKE, 1974. pp. 31-54; RAMBO, 1988, 2011; KREUTZ, 1991; GERTZ, 1992; SCHALLENBERGER, 2009.

<sup>48</sup> O associativismo desenvolvido com a contribuição de Amstad, notadamente as cooperativas de crédito, bem como a memória remanescente desta interessante figura histórica é objeto de dois estudos de Alba Cristina Couto dos Santos Salatino: ‘**Tudo para todos**’. Um estudo comparado de princípios e de práticas cooperativas: de Pigüé (BS AS) e Nova Petrópolis (RS) (1898-1920) (2018); e **As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho**: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da Sicredi Pioneira (2013).

<sup>49</sup> Por sorte, a palestra de Amstad foi preservada em papel e transcrita na íntegra por Rambo (2011, p. 66-76). Quanto a expressão ‘independência econômica do estrangeiro’, por um lado, Amstad se refere a relação econômica do Brasil com os outros países, principalmente os mais industrializados, com os quais as trocas econômicas são desiguais, implicando em, numa expressão mais contemporânea, *deficit* comercial. Mas da mesma forma vai ficando claro que Amstad também reflete a condição econômica da colônia, e dos colonos, sempre levados a uma troca desigual quando se veem obrigados a adquirir gêneros de sua necessidade que não são produzidos no âmbito da economia colonial ou acessíveis no espectro regional mais próximo. Neste sentido, o jesuíta analisa a relação complexa dos colonos com os comerciantes, que estão colocados numa posição privilegiada e podem assim canalizar para si muitos dos recursos econômicos da colônia, realizando uma acumulação de capital.

Rambo (2011, p. 64-66), demonstram que a questão estava posta há mais tempo e ali foi o momento oportuno de encaminhar a formação da entidade, que aconteceu no próprio Congresso, que já funcionou como assembleia de fundação. A adesão a entidade foi muito boa e os que assinaram a ata, cerca de 400 pessoas, comprometeram-se em difundir a entidade em seus locais de origem, picadas, distritos e municípios, e assim em cerca de três meses havia uma organização ramificada por toda a zona colonial antiga<sup>50</sup>. Nasceu ali, portanto, “uma associação que sobreviverá durante dez anos e constitui um projeto socioeconômico de algum peso da história do Rio Grande do Sul” (GERTZ, 1992, p. 559).

É inegável que a liderança principal da iniciativa foi o clero católico, notadamente um par de padres, Theodor Amstad e Max Lassberg, a quem se somou anos mais tarde Johannes Rick. Por seu envolvimento na questão associativa dos colonos riograndenses, são também chamados de *‘pater colonorum’*, ou pais da colônia. Coadjuvaram a experiência membros do clero protestante evangélico luterano, nas figuras de alguns pastores, bastante conhecidos, que em vários momentos presidiram a entidade, além de ministrar palestras, como Kreuzer, Ganz, Dedekind, além de Schlieper, que participou da última assembleia e a quem coube a funesta função de presidi-la. Os professores também são assíduos, e não raramente encarregados da secretaria e de muitas palestras. Dos leigos, Peter Meyrer presidiu a entidade e atuou como redator do *Bauernfreund* até 1910, e Karl Culmey, topógrafo, foi responsável pelas medições em Cerro Azul, dentre outros (RAMBO, 2011, p. 91-156).

O aspecto novo e inusitado, e estranho segundo Gertz (1992, p. 561-562), se considerando que a iniciativa tinha origem na perspectiva do projeto católico, e no seu pano de fundo que era a Restauração, é esta característica interconfessional assumida pela organização de imediato. Logo, havia inúmeros filiados evangélicos luteranos que em pouco tempo redundou praticamente na metade do corpo associado. A principal explicação levantada por Gertz é de que o empreendimento imaginado por Amstad seria muito mais

<sup>50</sup> O estatuto que miraculosamente brotara na maleta de Amstad previa um cronograma para a fundação das associações de base: os associados inscritos no ato de fundação se obrigavam a convocar para o dia 11 de março uma assembleia para fundar a associação da picada, ou linha; as diretorias das picadas deveriam se encontrar no dia 18 de março na sede do distrito ou da paróquia com o objetivo de organizar esta instância; as diretorias da paróquia ou distrito deveriam se encontrar no domingo de Ramos na sede do município com idêntica finalidade, sendo que na segunda-feira de páscoa haveria um encontro das diretorias dos municípios em Poço das Antas com o propósito de eleger a diretoria central de toda associação e outras providências (RAMBO, 2011, p. 88-89).

viável em termos de bases étnicas do que confessionais, dadas as dificuldades que a Igreja Católica enfrentava para manter sua proeminência, tanto no meio colonial como na conjuntura geral de estado e mesmo de país. Ou seja, a formação da *Bauernverein* seria uma alternativa para ganhar tempo, no sentido de fortalecer a perspectiva associativista num primeiro momento, mesmo que interconfessional, para posteriormente investir numa organização religiosamente homogênea.

No caso dos católicos, conforme reconhecem os principais estudiosos (RABUSKE, 1974; RAMBO, 2011; GERTZ, 1992), a conexão entre a experiência do *Zentrumspartei* e da *Bauernverein* é nítida, ou seja, as duas organizações foram articuladas no intuito de ampliar a inserção social do catolicismo. Mas o que teria levado os evangélicos luteranos a aderir a uma associação imaginada e dirigida por uma elite intelectual católica, os jesuítas, tão refratários em outros momentos a uma convivência mais próxima com os luteranos? E a adesão não fora lenta, aos poucos, mas num curto espaço de tempo, um bom número de protestantes acorreram a entidade e logo ocupavam importantes lugares na diretoria. E não tratava-se de um movimento casual ou espontâneo, mas havia algum grau de decisão institucional, como demonstra a decisão da XVII Assembleia Sinodal do Sínodo Riograndense, de 1903, em indicar o então encarregado da pregação itinerante na região do planalto, Pastor Max Dedekind, para representar os interesses dos colonos protestantes junto a *Bauernverein* (WITT, 1996, p. 118, nota 212)<sup>51</sup>. De novo uma especulação por conta e risco do autor: não seria a perspectiva remanescente das *Kolonieverein*, senão do *Koloniepartei*, numa das suas ramificações periféricas, a de uma associação agrícola, que reaparecia, aliado as dificuldades que eram comuns aos católicos, de implementar uma organização confessionalmente mais homogênea? O aporte de contingente não teria uma base prévia, que migrou para a nova organização? Então, católicos e protestantes, mesmo que a contragosto, se abraçavam pelos mesmos motivos. Ou, especulando por outro ângulo, talvez aos colonos estas clivagens entre católicos e protestantes não importasse tanto quanto para a elite ou mesmo quanto os religiosos imaginavam. A sobrevivência assumia um papel chave e a religião, ainda que importante, se via em segundo plano. A bem da verdade, isto não seria algo totalmente novo face a recordação do que foi mencionado por Kunert (1986,

---

<sup>51</sup> Na Assembleia da *Bauernverein* de 17 a 19 de abril de 1904, em Santa Cruz do Sul, o Pastor Dedekind foi designado como Vice-Presidente (RAMBO, 2011, p. 106).

p. 84): da participação interconfessional de católicos e protestantes em alguns dos clubes republicanos que surgiram em algumas colônias como aquelas do interior de Montenegro.

Ao longo dos dez anos de existência, a *Bauernverein* reuniu seus membros em nove Assembleias<sup>52</sup>, nas quais a par das preocupações mais organizativas, havia também outras, de cunho mais material, ligadas ao cotidiano do meio colonial, e estruturais mesmo, a medida que se conectavam com as questões profundas da economia colonial, da sociedade que subsistia com ela e a expansão da fronteira agrícola e da colonização, com o movimento das comunidades dos colonos acompanhando este processo. Conforme Cristina Schneider (2004, p. 105-106), “os temas tratados nos encontros são fruto das adversidades encontradas pelos colonos e demais segmentos para o desenvolvimento econômico da região”. Assim, se o cooperativismo foi um assunto recorrente, também se repetem os temas da criação de animais e a diversificação dos produtos agrícolas, o problema do crédito e a expansão das fronteiras. Alguns palestrantes tornaram-se presença obrigatória como os próprios Amstad e Lassberg, revezando-se na falta de outros. Mas para além disso, Cristina Schneider ainda aponta o “caráter soteriológico” destas intervenções, evidenciando-se no encaminhamento dos problemas da sociedade de forma imbricada nos valores teológicos, “aproximando o campo religioso das práticas diárias”. Como nos *Katholikentage*, as Assembleias do *Bauernverein* eram previamente definidas nas colônias pelos seus representantes e principalmente através de suas autoridades religiosas.

O tema da colonização se impôs logo pelo esgotamento das terras das colônias velhas, incapazes de absorver a população crescente, evidenciando uma percepção da questão social na colônia. Deste modo, o tema entrou na pauta do Congresso de 1902, em São José do Hortêncio (localidade do então município de São Sebastião do Caí, depois Caí). Examinado imediatamente diversas áreas, dentre elas uma na região mais central do estado, mas que foi descartada por ser muito pequena, a preferência recaiu sobre as grandes áreas de mata da região das Missões e do alto Uruguai, com bons solos e topografia não

<sup>52</sup> A primeira assembleia foi a da fundação, em 1900, em Santa Catarina da Feliz (atual Feliz), a segunda foi em São José do Hortêncio, em 1902, a terceira foi em Lajeado em 1903, a quarta foi em Santa Cruz do Sul no ano de 1904, a quinta aconteceu na capital do estado, Porto Alegre, no ano de 1905, a sexta aconteceu no ano seguinte, 1906, em Pareci Novo, a sétima foi em 1907 em Estrela, a oitava teve lugar no município de Novo Hamburgo no ano de 1908 e a última, que decidiu pela sua extinção aconteceu no ano seguinte, 1909, em Taquara. O trabalho de Rambo, principalmente o **Somando Forças**, de 2011, atualizado e ampliado em relação ao mais antigo, **Associativismo Teuto**, de 1988, retoma em detalhes as assembleias, alguns dos participantes e os debates.

muito acidentada. A despeito da distância dos grandes centros, prevaleceu a ponderação de que a evolução da colonização levaria a formação de mercados e promoveria a melhora das vias de comunicação. Assim foi feito um acerto com a Companhia Colonizadora Estrada de Ferro Noroeste (*Nord-West Bahngesellschaft*) que possuía uma enorme gleba de terras naqueles lados e cujo procurador, Horst Hoffmann, se fizera presente na 2ª Assembleia<sup>53</sup>. Uma comissão, liderada pelo Padre Lassberg, vistoriou a região e aprovou a escolha das terras. A diretoria central da *Bauernverein* assumiu o encargo de organizar a colonização e nas diversas regiões de abrangência da entidade foram montadas comissões para auxiliar os interessados. Nas assembleias seguintes o tema da colonização de Cerro Azul voltaria com boas e má notícias.

A *Bauernverein* teve seu fim quando a Assembleia de Taquara, em 1909, dando encaminhamento a uma decisão da Assembleia de 1908, decidiu pela extinção e a criação de um sindicato agrícola que ocuparia o seu lugar, conforme legislação em vigor. Existiam, por certo, pressões do governo, que tinha interesse nesta transformação como forma de exercer um controle maior sobre o movimento dos colonos e via na sindicalização da região colonial um meio de dinamizar a economia com vistas ao mercado. Cabe notar que a discussão de 1908 já apontara a opinião unânime da Assembleia pela transformação em

---

<sup>53</sup> Horst Hoffmann, um alemão oriundo de Jenna residente em Porto Alegre, era gerente e procurador de duas empresas que por esta época estavam interligadas: a própria *Nord-West Bahngesellschaft*, na qual trabalhava desde 18.07.1900, e a Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, onde atuava desde janeiro de 1901. Além disso, havia sido nomeado Cônsul do consulado alemão e austríaco em Porto Alegre, o que certamente contribuía para seu prestígio. No que se relaciona as terras na região serrana, tudo começou em 1897, quando o governo do Estado decidiu pela construção de duas linhas férreas – uma ligando Tupanciretã a Itaqui, e dali seguindo a Nonoai, e outra conectando Nonoai com Caxias, passando por Alfredo Chaves. Acompanhava a concessão o direito de aquisição de terras devolutas dentro de uma certa zona no entorno da estrada de ferro. Aberta a concorrência, venceu o único proponente que apareceu, Henrique Schüller, que transferiu posteriormente os direitos para a empresa que viria a se tornar a *Nord-West Bahngesellschaft*. Esta empresa fora constituída na Alemanha, tendo entre seus acionistas, ainda que minoritário, Hermann Meyer. Como Meyer já tinha outros interesses no Estado, dentre eles a colonização, acabou em seu nome a titularidade da concessão da ferrovia. Desta forma, os interesses das duas empresas se entrelaçaram. A instalação da dita estrada de ferro viria a calhar para os projetos de colonização da empresa de Meyer, de modo que seu traçado ganhou formas a beneficiá-la. Em 1901 a *Nord-West Bahngesellschaft*, ou a empresa Dr. Meyer & Cia, como também o empreendimento era chamado, adquiriu cerca de 29 mil hectares no município de São Luiz Gonzaga, região estratégica pois ali viria a se construir o entroncamento da futura linha férrea. A medição das terras para colonização e os estudos topográficos para a definição do traçado de fato foram realizados por uma equipe proveniente da Alemanha, mas as empresas não conseguiram levantar os capitais para a execução da obra, e assim, em 31 de julho de 1903, o governo decretou como caduca a concessão da estrada de ferro Tupanciretã-Itaqui-Nonoai-Caxias. Pelos trabalhos de medição das terras e os estudos técnicos para os traçados, Meyer recebeu uma gleba de terras somando 1882 hectares situadas no município de Júlio de Castilhos (NEUMANN, 2016, p. 68-74).

sindicato. Ou seja, ainda que pudesse existir um desconforto com esta decisão, ou outras, ele não emergiu de imediato a ponto de se tornar público. Na prática, conforme uma linha de explicação (RABUSKE, 1974; GERTZ, 1992; RAMBO, 2011; SCHALLENBERGER, 2004), significou o fim da organização uma vez que suas lideranças mais importantes, os padres jesuítas, os pastores luteranos e os leigos mais destacados se afastaram, levando consigo parcelas importantes dos colonos<sup>54</sup>. Aparentemente, isto ocorreu porque a transformação em sindicato removia da entidade seus objetivos mais caros, postos desde a sua fundação. No fundo, agregaram-se outros motivos que levaram ao fim da *Bauernverein*, estes mais obscuros, sendo que a transformação em sindicato pode ser apenas o motor final de um processo que tinha outras bases<sup>55</sup>.

Uma crise de mais tempo poderia estar em andamento, sinalizada pela redução progressiva das assinaturas do informativo da entidade, o *Bauernfreund*, ou Amigo dos Agricultores (GERTZ, 1992, p. 562). A própria participação nas Assembleias, a despeito de eventuais questões regimentais, indica um decréscimo: no evento de Santa Cruz, em 1904, compareceram 180 colonos, sendo ainda lamentada a participação de poucas mulheres; já em 1907 estiveram presentes 24 delegados, ao passo que na última Assembleia, a que decidiu pela extinção, 14 delegados foram contados (RAMBO, 2011, p. 91-141). Ou seja, esta crise começava pelo que o também padre jesuíta Ambrósio Schupp, fonte de Rabuske, classifica como um desinteresse que ganhou corpo com o tempo ao ponto de inviabilizar o funcionamento da organização (Citado por RABUSKE, 1974, p. 51-52). O jesuíta não aprofunda os motivos, em específico, que levavam a este desinteresse, ou apatia, podendo ser os eventuais dissabores com os problemas ou mesmo a falta de uma perspectiva de retorno com o envolvimento na organização, citando tão somente que a estrutura de funcionamento, hierarquizada em picadas, distritos, municípios, seria uma das

---

<sup>54</sup> Schallenger (2004, p. 295), quanto a esta questão escreve: “Tomada pela discussão de converter-se em sindicato, em função das demandas políticas do Estado, expressivas lideranças católicas e evangélicas retiraram-se da Associação Rio-Grandense de Agricultores”.

<sup>55</sup> Se uma linha de interpretação sugere o fim da *Bauernverein* como resultado da dissensão entre católicos e protestantes, outra poderia indicar uma clivagem diferente: entre as lideranças mais religiosas, da vertente do associativismo cristão, onde confluíam católicos e protestantes, e as lideranças não religiosas, mas de outro matiz, mais classista, interessados na busca de resultados econômicos mais palpáveis, que eventualmente continuaram investindo na organização da entidade *Bauernverein* como sindicato agrícola. Neste sentido, em vez de terem se afastado da *Bauernverein*, as lideranças mais religiosas, tanto católicas como protestantes, podem ter sido, na prática, defenestradas dela com a decisão de transformar a entidade em órgão sindical. No entanto, esta é, por ora, uma especulação que carece de investigações que possam sustentá-la.

responsáveis, uma vez que tornaria muito difuso o funcionamento da instituição e a eventual atribuição de responsabilidades e a cobrança dos resultados. Em todo o caso, para Schupp, o citado desinteresse estava na base e era ascendente. Esta análise pode ser um pouco curta ao não levar em conta o fato de que a liderança da *Bauernverein*, notadamente a clerical, que era a mais proeminente, desconsiderava os interesses divergentes dos colonos. Havia com certeza toda uma heterogeneidade do meio colonial, que não se restringia aos aspectos religioso e étnico.

Ainda assim, o exame dos casos de Neu-Württemberg e Ijuhy, na falta de outros, contribui para clarear, ainda que parcialmente, o diagnóstico. Na primeira, embora com um início dinâmico e auspicioso, destacando-se a fundação de uma cooperativa de produção e compras que suplantou a própria entidade matriz, com o tempo a *Bauernverein* local entrou em decadência, mingando os seus associados, que de certo viam mais retorno na cooperativa e a ela se filiavam, de modo que foi extinta por decisão dos últimos sócios, em torno de cinco, conforme o estatuto, e o seu patrimônio foi doado para a Sociedade Escolar (FAUSEL, 1949, p. 24-25). Em Ijuí, uma base da *Bauernverein* situada na margem direita do rio Ijuí se viu abandonada pela maior parte dos colonos. Assim, diante da indiferença destes com os objetivos da entidade, os remanescentes decidiram por sua transformação em sociedade de leitura e formação<sup>56</sup>. A organização sediada na vila parecia mais dinâmica e dispunha inclusive de uma sede em imóvel próprio, mas se via mais fazendo bailes do que outras atividades e debateu a conveniência de alugar o prédio, no caso para o ecônomo, ou mesmo vendê-lo<sup>57</sup>. Mas em todo o caso, se a organização não parece estar focada nos objetivos primordiais que levaram a sua formação, mesmo assim não estava completamente inerte e ainda reunia um bom número de pessoas, o que relativiza um pouco a avaliação de que os colonos estavam desinteressados por completo. Mais parece que eles mantinham a organização conforme os seus interesses imediatos, dentre eles a sociabilidade.

A explicação para a crise da *Bauernverein* formulada pelo jesuíta Ambrósio Schupp (Citado por RABUSKE, 1974, p. 51-52) de que na base não havia interesse e na cúpula faltava competência, é bastante simples, senão rudimentar. E a menção por parte do religioso à falta de homens capazes e de negócios não parece contribuir muito no

---

<sup>56</sup> Jornal *Die Serra Post* de 12.04.1912. MADP.

<sup>57</sup> Jornal *Die Serra Post* de 02.02.1912. MADP.

entendimento da crise, principalmente quando se pensa que a cúpula dirigente, formada por jesuítas e alguns pastores luteranos, além de leigos, muitos bem letrados, não se constituía de gente despreparada, mas sim de uma elite intelectual. Todavia, pode fazer sentido e quanto a isto não custa lembrar a avaliação de Gertz (1992, p. 569), que converge ao apontar uma certa ingenuidade na liderança de Amstad, ou ainda daquilo que ele classifica como ‘pensar pequeno’. Para tanto, cita a prática do padre jesuíta de, a cargo de uma instituição de envergadura estadual, visitar pessoalmente inúmeros associados, o que implicava no empenho de tempo e desgaste pessoal, ou mesmo a sugestão de angariar recursos para a entidade por meio da coleta de ossos de animais, principalmente de suínos e bovinos<sup>58</sup>, e outras quinquilharias em desuso pelos colonos. Amstad também se opunha a uma organização mais ampla das caixas rurais criadas sob sua influência, o que poderia levar a perda de independência das organizações locais frente a uma estrutura maior, mais complexa e inevitavelmente mais centralizada. A outra possibilidade é que Schupp esteja se referindo, no quesito da escassez de homens capazes, a negativa de elite urbana e comercial de Porto Alegre em se irmanar mais profundamente na iniciativa da *Bauernverein*, tentada principalmente em 1905, o que de fato constitui um insucesso, mas não a ponto de levar toda uma organização de base agrária e camponesa ao colapso (Citado por RABUSKE, 1974, p. 51-52).

Peso maior na crise pode ter tido o desenrolar da colaboração interconfessional, que nas palavras de Amstad teria cumprido com o seu papel (RABUSKE, 1974, p. 50-51). Embora em termos de liderança aparentemente a colaboração entre os praticantes de diferentes credos tenha sido mais profícua, um clima de desconfiança entre os praticantes dos dois credos nem sempre permitia uma visão mais isenta do papel e desenrolar das atividades da organização. O Pastor Itinerante Wilhelm Otto Arnold, em suas viagens de pregação e atendimento dos colonos evangélicos na diáspora, constatou por experiência própria um clima de desconfiança que vicejava entre católicos e protestantes em várias colônias do planalto, sendo que em Cerro Azul este era bastante visível. Para Arnold, enquanto que os católicos “depositam uma confiança ilimitada na colônia da Associação de Agricultores”, os protestantes, por outro lado, “demonstram bastante desconfiança, o que

---

<sup>58</sup> Lembrando que nesta época os ossos guardavam alguma importância, pois eram matéria-prima para o fabrico de diversos objetos, dentre eles os botões do vestuário.

posso confirmar com base em várias experiências” (Citado por WITT, 1996, p. 131). Este clima poderia muito superestimar uma eventual avaliação negativa dos problemas, como aqueles que envolviam a colonização de Cerro Azul.

Havia com toda a certeza uma “má fama” de Cerro Azul (GERTZ, 1992, p. 562), que remontavam também aos problemas práticos da colonização, que certamente exerceram algum papel no sentido de exacerbar o estado geral, a começar com o malogro da estrada de ferro, cuja concessão caducou ainda em 1903. Os primeiros 5 anos foram bastante difíceis, marcados por contratempos climáticos (chuva em excesso em alguns períodos e estiagem em outros), problemas com a titulação das terras, praga de gafanhotos e extrema dificuldade em escoar a produção. A fome esteve ao lado de muitas famílias pioneiras, senão da maioria. Depois, em 1912, quando a *Bauernverein* já estava extinta, a *Nord-West Bahngesellschaft* encerrou suas últimas atividades, materializando em definitivo a frustração com o projeto da implantação de ramal ferroviário que viria a conectar a região aos mercados mais distantes, além de complicar o processo de titulação de algumas parcelas de terras, provavelmente as últimas, que a *Bauernverein* havia negociado com os colonos (NEDEL, 2015, p. 250-251). Não por acaso, desavenças marcantes opuseram uma parte dos colonos com a direção da colônia, sendo que sinais delas apareceram repetidamente nas assembleias da *Bauernverein* (SCHALLENBERGER, 2009, p. 251).

Embora como organização a *Bauernverein* assumisse um caráter interconfessional, a colonização implementada por ela pode ter assumido um viés mais discricionário, separando deliberadamente os protestantes e católicos em áreas distintas, de modo que ‘evoluíssem melhor’, crença não estranha na época<sup>59</sup>. Assim, consolidaram-se Serro Azul como núcleo católico e Dona Otília como protestante. Esta segregação religiosa também é lembrada por Lassberg (2002, p. 122), justamente a principal liderança espiritual católica em Serro Azul, numa conversa com o protestante Henrique Sommer, fundador da Colônia Pirapó<sup>60</sup>. Mesmo assim, em meio a comunidades mais homogêneas do ponto de vista

<sup>59</sup> A decisão tomada por parte da *Bauernverein* de implementar tal separação aconteceu por meio da resolução número 9 da 3ª Assembleia Geral (WITT, 1996, p. 34).

<sup>60</sup> Em suas peregrinações na área colonial do planalto, Lassberg se hospedava nas casas de paroquianos, quando possível, ou onde alguém lhe desse guarida. Numa destas ocasiões, ficara na casa da família de Henrique Sommer, que comprara certa quantidade de terras na região das Missões, onde hoje é Pirapó, e as dividira em lotes coloniais, que vendia aos colonos. Não escapava ao jesuíta que Sommer era protestante. Uma das conversas com Sommer é assim narrada por Lassberg: “O senhor Sommer começou a perguntar-me com alguma cautela sobre uma determinada questão. ‘Ouvi dizer’, começou, ‘que a colonização em toda essa

religioso, como as citadas, havia entremeados alguns desgarrados da outra confessionalidade, que o Pastor Bruno Stysinski, encarregado da pregação itinerante na região do planalto bem no início do século, visitava de tempos em tempos<sup>61</sup>.

Ruy Nedel (2015, p. 252-255), ensaísta, manifesta a opinião pessoal que os protestantes, por conta de algumas circunstâncias, dentre elas a ausência do pastor Kreutzer nos inícios da ocupação de Cerro Azul, foram empurrados para a zona mais periférica daquela colonização<sup>62</sup>. Acrescente-se que muitas das localidades que iam surgindo, estavam sob férrea administração dos jesuítas e homogênea constituição populacional coerente com este mando. A opinião do escritor missioneiro não deve ser de todo disparatada uma vez que as Assembleias da *Bauernverein*, de 1906 e 1907, debateram, ou algumas manifestações tentaram dissuadir, o problema de uma eventual dominação católica jesuítica no empreendimento (RAMBO, 2011, p. 116-128)<sup>63</sup>. Entretanto, o Pastor Arnold considerava estas desconfianças bastantes infundadas, principalmente no que tangia a *Bauernverein*, visto que a mesma se preocupava, em seu orçamento, em garantir um valor destinado ao atendimento pastoral aos protestantes, contribuindo no custeio da pregação itinerante, assim como na demarcação dos lotes coloniais providenciava os espaços para as instituições deste credo (WITT, 1996, p. 131).

Por outro lado, se o clero protestante se mostrava mais aberto a cooperação com os católicos, conforme o mesmo Arnold (Citado por WITT, 1996, p. 131), Rambo (2011, p.

---

região foi planejada tomando como ponto de partida linhas divisórias entre católicos e protestantes e segundo esse critério a minha colonização caberia aos protestantes'. 'Sim', respondi. 'Sobre isto foi deliberado'" (LASSBERG, 2002, p. 122). A preocupação de Sommer devia-se ao fato que começara sua colonização vendendo muitos lotes para uma leva de católicos e por isso, para o bom desenvolvimento da colônia, pretendia manter a uniformidade religiosa. Lassberg se comprometeu a exercer sua influência para que esta segregação se mantivesse, mesmo estando a Colônia Sommer dentro da área protestante.

<sup>61</sup> Ironicamente, Stysinski concluía que o direito de propriedade era um dos motivos que inviabilizava uma colonização rigidamente confessional, ou seja, independente de sua confissão religiosa, o colono estava livre para "comprar sua terra onde lhe agradar" (Citado por WITT, 1996, p. 34).

<sup>62</sup> Ainda conforme Nedel, uma comissão formada de 8 católicos e 2 evangélicos, além do Padre Max Von Lassberg e do Pastor Kreutzer (ou Kreuzer), estava encarregada dos trabalhos de implementação da colônia, dentre eles as reservas das áreas para escolas, templos, praças e áreas de lazer. Por alguma razão desconhecida, na última hora o Pastor Kreutzer não se integrou à comissão e nem indicou um substituto, o que contribuiu para que os evangélicos fossem privados de espaços próprios para seu templo, escola, cemitério e salão no núcleo central de Cerro Azul. A presença de uma liderança evangélica também poderia ter evitado que os imigrantes desta grei fossem deslocados para a periferia mais distante e isolada da colônia.

<sup>63</sup> Na sexta assembleia, quando a polêmica foi levantada, o Pastor Kreuzer tomou a palavra e na sua fala fez questão de desmentir a possibilidade, dando o exemplo dos diversos integrantes da diretoria que eram protestantes, afirmando ainda que tais boatos contribuíam apenas para dificultar o convívio entre os praticantes de credos diferentes.

224) avalia que de modo geral muitos setores do clero e da alta hierarquia da Igreja Católica eram temerosos pela conservação da ortodoxia, e tratavam de desestimular a estreita convivência entre católicos e protestantes. Assim, o desconforto da alta cúpula da Igreja Católica com o empreendimento interconfessional também poder ter exercido a sua cota de contribuição para abreviar o experimento, em convergência com os outros fatores.

Os católicos rapidamente se rearticularam e fundaram em 1912, no Congresso Católico de Venâncio Aires, uma outra entidade, a Sociedade União Popular, ou *Volkverein*, mais uma vez pensada e dirigida pelos jesuítas. Em 1924, estava organizada em 26 associações distritais que contavam com 109 seções, podendo computar algo em torno de nove mil filiados (AMSTAD, 1999, p. 338).

A reorganização dos evangélicos luteranos está um pouco mais nublada. De modo geral, e até por conta das memórias de Amstad (2002), existe uma noção que persistiu uma espécie de *Bauernverein* evangélico que foi assumindo com o tempo a denominação de Liga ou União Colonial e se converteu anos depois na grande Liga das Uniões Coloniais. Rabuske (1974) e Rambo (1988), e depois Schallenberger (2004), replicam esta informação, mas não existem pesquisas mais detalhadas dando conta deste processo<sup>64</sup>.

Outra possibilidade aponta para a consumação da transformação em sindicato agrícola. Conforme aprovado na 8ª e 9ª assembleias, caso três associações de base, municipal provavelmente, anuissem com a transformação em sindicato e se associassem ao sindicato estadual, a *Bauernverein* estaria transformada na nova entidade. Esta linha deixa em aberto o que as lideranças e a base evangélico luterana teriam feito.

Não se sabe ao certo o que aconteceu, ou seja, se algumas, e quantas, das bases da *Bauernverein* convergiram para a formação dos sindicatos rurais. Marina Ertzogue (1996, p. 114-115) aponta a formação de 21 sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul entre 1905

<sup>64</sup> O que se sabe é que o *Bauernfreund*, antigo informativo da *Bauernverein*, continuou circulando até 1924, sendo que de 1910 em diante o responsável pela redação seria, conforme Rabuske (1974, p. 40) Pedro Winge. Na verdade tratava-se do imigrante alemão Joseph Winge, estabelecido como agricultor nas cercanias de Porto Alegre, versado nas técnicas agrícolas, e que fora assíduo palestrante nas Assembleias desde 1906, sempre sobre temas técnicos ligados a agropecuária. Ao que parece, Winge também frequentava o Congresso dos Apicultores, pois que em 1909, quando a discussão da Assembleia caiu sobre a difícil situação do *Bauernfreund*, Winge propôs a sua fusão com o *Brasilianische Bienenpflege*, informativo da entidade dos apicultores, no que foi autorizado a fazer o devido contato. Com certeza, Winge dirigiu o *Bauernfreund* até 1914. Conforme Hilda Flores (1979, p. 46-50) o veículo informativo subsistiu até 1924, pois aparece no Álbum do Centenário da Imigração Alemã, de 1924.

a 1909, sendo que destes 8 estão situados na região colonial, dos quais 5 na área mais teuto-brasileira: São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Taquara, Lajeado, Estrela, além de Porto Alegre e do Sindicato Agrícola Apícola de Taquari. Desconhece-se, contudo, qual foi a participação dos colonos em sua formação. Em 1910, estes sindicatos estariam isolados e sem força, e por conta disso, em processo de desaparecimento, sendo muitos dissolvidos. Subsistiram até os anos 20 apenas Lajeado e Santa Cruz, sendo que este último fora fundado após 1909. Para o presidente da Federação Rural, Joaquim Luiz Osório, a razão principal deste fracasso seria a falta de compreensão do elemento colonial (Citado por ERTZOGUE, 1996, p. 115). Esta declaração denota que boa parte dos colonos não aderiram ao modelo sindical proposto mesmo com a transformação da *Bauernverein* nesta entidade.

Em 1910, Joseph Winge, frequente participante nas Assembleias da *Bauernverein*, assume a seu encargo a continuidade do *Bauernfreund*. Naquele mesmo ano, Winge “criou o Sindicato Agrícola da Tristeza [região no entorno de Porto Alegre], que visava orientar os agricultores, organizando a colocação e comercialização dos produtos que cultivavam” (FLORES, 1979, p. 46-50). No exemplar número 7 de junho de 1910, em um artigo anexo, Joseph Winge comunica sua escolha para redator-chefe da Revista, informando ainda que sua “denominação mudara de ‘*Riogrande Bauernfreund*’ para ‘*Bauernfreund, Organ des Riogrande Bauernverein für Landwirtschaft und Genossenschaftswesen*’, isto é, de ‘Amigo do Agricultor rio-grandense’ para ‘Amigo do Agricultor, órgão da Sociedade de Agricultores Riograndenses, para Agricultura e Sociedade’. Promete lutar para assegurar a continuidade do êxito e renome da revista”. A informação de Winge sinaliza a possibilidade de que algumas das lideranças do *Bauernverein* de fato convergiram para o Sindicato, mas também abre a possibilidade para a formação de outra entidade, aproveitando o *Bauernfreund* e a difusão do seu nome para a nova entidade - Sociedade de Agricultores Riograndenses para Agricultura e Sociedade, da qual, efetivamente, muito pouco se sabe.

Sobre a entidade que exigiu o empenho de um bom número de pessoas, dentre elas o seu próprio, Amstad (1999, p. 348) é lacônico, e de certa forma ressentido: “foi extinta há anos apesar dos começos promissores e dos esforços e sacrifícios de seus líderes”. Dado o curto período de sua existência, Rambo (2011, p. 214-231) avalia que a *Bauernverein*, foi

um projeto incompleto e por isso não houve como consolidar-se de modo que, frágil, terminou abrupta e prematuramente, embora mesmo assim tenha ainda frutificado e impactado positivamente a região colonial. A bem da verdade, de um ponto de vista mais material e prático, duas foram as iniciativas de envergadura maior da *Bauernverein*: a colonização de Cerro Azul (atual Cerro Largo), e de Boa Vista (hoje Santo Cristo) e a organização de um sistema de crédito no modelo *Reiffesen*, as caixas rurais<sup>65</sup>. Quando a organização foi extinta, em 1912, havia 7 caixas rurais organizadas, que evoluíram e algumas mais recentemente se transformaram no sistema SICREDI, beneficiando-se de esforços posteriores de Amstad ao fim da *Bauernverein*. Ou seja, a região colonizada de Cerro Azul e as Caixas Rurais certamente são heranças não desprezíveis. No entanto, talvez o principal legado da organização tenha sido algo mais imaterial e imensurável: a sua contribuição no desenvolvimento das perspectivas associativa, comunitária e interconfessional.

#### **1.4 Associativismo Colonial na Região Serrana**

Face a discussão proposta até este ponto, cabe situar a formação do associativismo teuto-brasileiro nas novas regiões de colonização na região do planalto em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, buscando compreender se e como a proposição do Partido Colonial, das Associações Coloniais e da *Bauernverein* exerceram alguma influência neste novo contexto, assim como clarear a importância deste desdobramento regional na formação de um movimento de autodefesa e deste processo todo na rearticulação do associativismo colonial teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul.

---

<sup>65</sup> Sobre as caixas rurais no modelo *Reiffesen*, não há dúvidas que sua difusão no interior da *Bauernverein*. Entretanto, elas tem uma história progressa, tanto em termos de sua origem na Europa, mais precisamente na Alemanha, como no trabalho de Amstad em difundir-las no Rio Grande do Sul. Isto é, pode-se pensar que Amstad atuaria na disseminação desta forma associativa independente da formação da *Bauernverein*.

A febre migratória do período de 1890 a 1920 fizera confluír milhares de migrantes até as colônias novas no planalto, e promovera, naquele curto espaço de tempo, junto com as políticas públicas, a quase total reocupação de uma região enorme que estendia-se das missões até a fronteira com Santa Catarina<sup>66</sup>. Amstad (1999, p. 128) descreve o que parecia ser um novo e alegre movimento migratório:

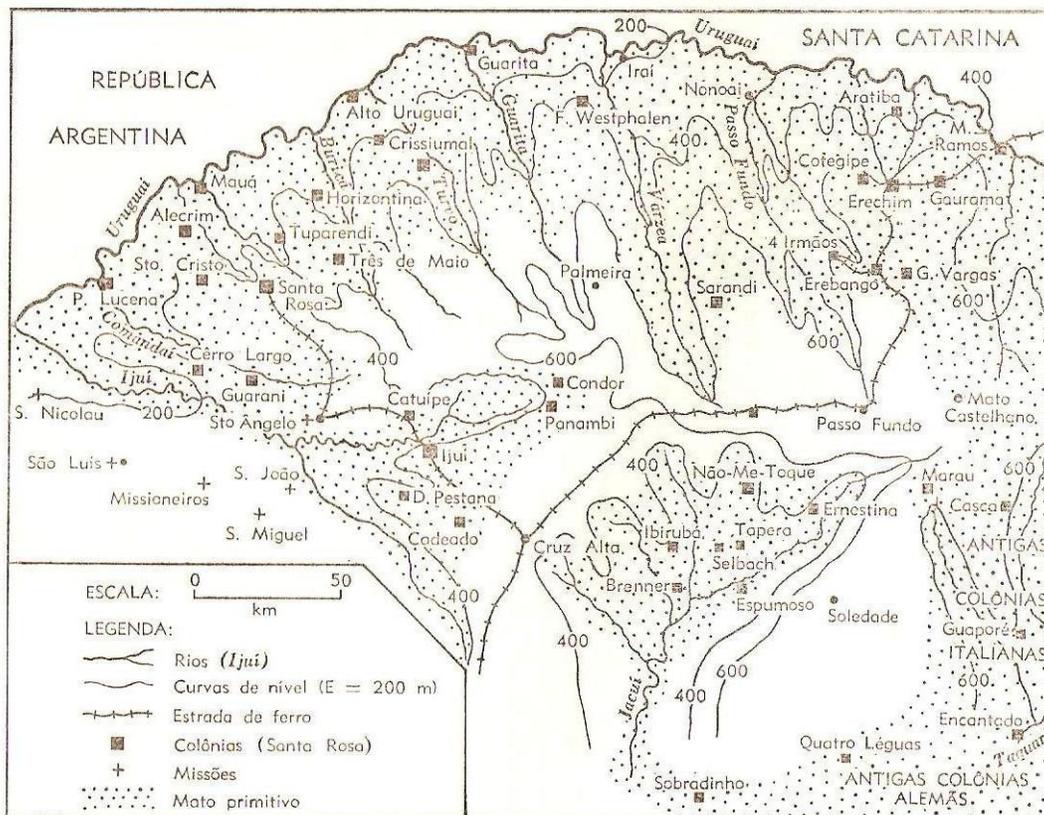
As mudanças aconteciam via trem, a cavalo, de carro e até com carroças de boi. Não raro podia-se assistir ao espetáculo inusitado, como pessoas que até aquele momento mal haviam ultrapassado os marcos da fronteira de seu município, carregarem com toda a naturalidade seus pertences numa carroça, passando três a quatro semanas peregrinando, até alcançarem o extremo noroeste do nosso estado.

Junto com os imigrantes das colônias velhas, o contingente mais expressivo que ocupou o planalto, vieram também muitas levas de imigrantes estrangeiros, de diversas nacionalidades, em que se destacaram os germânicos propriamente ditos (das regiões das atuais Alemanha e Áustria, principalmente) e os germânicos da Europa central (teuto-russos, teuto-romenos, teuto-húngaros), além de poloneses, ucranianos, escandinavos, italianos, sírio-libaneses, dentre outros.

---

<sup>66</sup> A utilização do termo reocupação merece alguma explicação. Sabe-se a partir de antigos e novos estudos que havia uma ocupação mais antiga que a dos chamados colonos, europeus não ibéricos ou seus descendentes: trata-se da população indígena, descendente principalmente de caingangues, cujo aldeamento mais próximo, ao que tudo indica, era o de Inhacorá, e a população de nacionais, luso-brasileira ou caboclos, que tinham na coletada erva-mate uma importante fonte de sobrevivência. Conforme Lazzarotto (2002): “Muito antes da medição das terras na região, da fundação e instalação da colônia [Ijuí, em 1890 e a de Guarany, um pouco antes], muitos negros e mulatos já habitavam estas terras (...) como não eram proprietários, moravam como posseiros em ranchos de pau-a-pique.” Mas esta ocupação por parte de uma população que em dado momento não era a mais desejável, somente em épocas mais recentes encontrou um relato mais apurado da historiografia. Para o aprofundamento desta presença indígena e cabocla em Ijuí antes da ocupação com imigrantes europeus, ver Lazzarotto (2002); sobre a história agrária da região do planalto gaúcho, ver Zarth (1997); e sobre a complexa relação entre estas populações indígenas, caboclas e imigrantes, ver Silva (2011).

**Figura 1 - Mapa das Colônias novas no planalto do Rio Grande do Sul**



Fonte: ROCHE, 1969, p. 128.

É de se imaginar os contraditórios sentimentos de coragem e pavor que poderiam tomar conta destas pessoas se embrenhando em terras desconhecidas, onde tudo estava por se fazer e o que se trazia, em termos de recursos materiais e conhecimentos de pouca ou quase nenhuma serventia seriam. O relato de um professor de Vila Germania, atual Candelária, dá conta do que os colonos estavam enfrentando em toda a região serrana:

Bem – pensarão alguns – assim é fácil ser colono livre no Brasil. É bem assim, mas apesar disso não é fácil. Onde ainda há terras do governo, é evidente que tudo ainda está desabitado ou só parcamente habitado. Ali não há caminhos, nem pontes, a gente não vê nada além de mato impenetrável e não ouve nada além de machadadas e do barulho de árvores caindo. Quando a mata foi medida, o agrimensor providenciou a abertura de picadas estreitas no mato, que permitem apenas a passagem de um homem; os limites das diversas colônias foram assinalados por estacas numeradas, o colono é conduzido a uma dessas picadas e lhe é dito: aqui tens terra, agora, dá um jeito de te virar. E então o pobre está aí, no meio da selva, entre seus familiares que olham assustados para ele. Ele não sabe onde começar, como providenciar abrigo e alimentos. Mas não há tempo

para longas reflexões. Ele tem de pôr mãos a obra. Após ter recebido alguns conselhos, o colono procura um lugar apropriado para a moradia, um lugar protegido que disponha de água, abre uma clareira no mato e, com ajuda dos seus vizinhos, inicia a construção de sua cabana... (Citado por WITT, 1996, p. 39)

O relato do professor não identificado segue descrevendo a construção do rústico barraco, amarrado com cipós suprimindo a falta de pregos e coberto de capim. Chão batido de terra, paredes de barro e aberturas trançadas com taquara completam o ‘palácio’ que servirá de moradia ao colono e sua família. No tempo em que não trabalha na própria terra, o colono se bate na construção de estradas, serviço parcamente remunerado, mas que possibilitará a entrada de alguns trocados. A derrubada do mato é um serviço perigoso, pois as enormes árvores nem sempre caem como se imagina e cobras venenosas se escondem nas macegas. Derrubado um pouco de mato, aguarda-se algumas semanas para colocar fogo e na cinza fria planta-se milho, entremeado com abóboras, boa para o gado. O fumo deve ser plantado na terra completamente limpa. Mas se colher bem, o pior estará para trás. O colono vende o pouco do que consegue, quando consegue colher e compra alguns animais, um cavalo, porcos, uma vaca leiteira. Se for extremamente econômico, sobrevive, ainda que de maneira modesta (WITT, 1996, p. 39-40).

**Figura 2 - Imigrantes teuto russos na região de mata do planalto**



Fonte: *Serra Post Kalendar* de 1931, p. 48. MADP.

Muitos colonos ainda atravessaram o rio Uruguai para a Argentina, cuja colônia mais famosa era Bomplan, ou seguiam rumo ao Paraguai, onde fora organizada uma colônia que servia de modelo naquele país: Hohenau. Mesmo nestas colônias distantes, como a de São Alberto, em Misiones (Argentina), onde estavam 120 famílias, e já existiam três serrarias e dois moinhos, Amstad (1999, p. 133) assinala que havia ainda duas escolas comunitárias. Ou seja, onde iam os imigrantes, junto seguiam suas instituições comunitárias, dentre as principais as escolas, não podendo faltar a igreja e o cemitério, até porque estavam entrelaçadas.

(...) os alemães que moram nas redondezas formam uma comunidade; eles escolhem de seu meio homens que devem cuidar da conservação das estradas e pontes da colônia e, sobretudo, de que haja ordem e união. Embora aqui haja tribunais, os alemães não gostam de apelar a eles e preferem resolver seus próprios problemas. Elege-se, então, uma diretoria da escola que se encarregará

de procurar um professor; em pouco tempo, a escola estará pronta – mesmo que inicialmente apenas um barraco de madeira – e um professor também se encontra – mesmo que não sido formado em um seminário. Em muitas colônias, o professor é, ao mesmo tempo, também pastor e vice-versa (Citado por WITT, 1996, p. 40).

As razões para tal apego comunitário e associativo não são necessariamente um mistério. Uma vez que tais instituições existiam nas colônias velhas, cercando a vida dos colonos, fornecendo um ferramental social no esforço da produção e lhes dando sentidos, nada espantoso que tenham surgido nos novos lugares a medida que os colonos encontravam o tempo para organizá-las ou, o mais provável, viessem a precisar delas. Parece plausível que a constatação de Rambo (2011, p. 17) para as colônias velhas, de que a vida dos colonos se balizava em torno da religião, da escola, da agricultura e das artes e diversões, provavelmente bem mais das diversões, tenha certa validade para este novo espaço. Ou seja, a vida associativa que ia se formando não era tão diferente, talvez fosse mesmo muito parecida. E seus elementos não são uma exclusividade teuto-brasileira. Gardolinski (1976, p. 15), dissertando sobre o desenvolvimento de uma rede escolar em meio as diversas e espalhadas colônias polonesas no planalto do Rio Grande do Sul, aponta que estas se organizavam em torno de um trinômio nada estranho: uma igreja, uma associação ou sociedade e uma escola.

Além disso, a infraestrutura de modo geral era bastante precária de maneira que o esforço organizativo dos colonos ia suprimindo a falta dos organismos governamentais. Isto é particularmente notável no caso das escolas, cuja falta levou a um movimento generalizado de formação de sociedades escolares, mas as iniciativas de auto-organização dos colonos se estendiam de acordo com os problemas que se apresentavam. Um exemplo interessante é o dos colonos do então 3º distrito de Ijuhy que resolvem instituir um carteiro particular incumbido de ir a vila em busca das correspondências e de distribuí-las nas linhas, sendo atribuída a função a um dos colonos que era remunerado num valor anual pelo trabalho<sup>67</sup>.

Assim, o surgimento de um conjunto de entidades também ia preenchendo o espaço necessário à vida das pessoas – atuando na construção de referências para a identidade, o pertencimento a uma rede de relações, servindo como canal de expressão de sua cultura e reivindicações, ou mesmo armando um arcabouço para a estruturação de algumas relações

---

<sup>67</sup> Jornal *Die Serra Post* de 19.04.1912. Versão traduzida. MADP.

de poder ou como plataforma para alcançar e inserir-se em outras. É possível aplicar também a estas organizações a classificação em três grupos, conforme sua natureza: socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas e de autoproteção (SCHALLENBERGER, 2009, p. 208).

#### 1.4.1 Associações e Sociedades

Na obra organizada por Amstad (1999), **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul**, consta um inventário sobre a difusão do associativismo entre os teuto-brasileiros, inclusive listando muitas organizações que se espalhavam pela região serrana. Outro material que faz o mesmo trabalho foi publicado no *Serra Post Kalendar* de 1931, intitulado *Deutsches Vereinwesen auf der Serra*. Focado na região do planalto, é por isso, neste aspecto em particular, bem mais amplo e completo que o apanhado de Amstad. Enumera cerca de 130 entidades cujo caráter principal é de cunho sociocultural, que ainda estavam funcionando na época da publicação do material, das quais seguramente em torno da metade tem suas origens no período anterior a 1923/24. Não dá conta das organizações que surgiram e desapareceram ao longo do caminho<sup>68</sup>. Também não menciona as comunidades religiosas e as escolares, o que no mínimo duplicaria o número de organizações, dada a sua proliferação na região serrana.

As mais antigas sociedades não surgiram na primeira colônia do planalto, Guarany, mas sim em Ijuhy, na verdade a mais importante das colônias da região naquele momento. Ijuhy reúne uma boa quantidade delas em sua área: 23, além daquela que congregava o maior número de associados, cerca de 280. Destas 130 sociedades, 48 são os chamados

---

<sup>68</sup> O método de compilação destas informações deve ter sido muito parecido com o texto sobre as *Selbstschutzverein* publicado em 1926. Ou seja, os redatores, além de seu conhecimento próprio, que não deveria ser pouco, pois um deles provavelmente era Robert Löw, homem reconhecidamente bastante erudito, utilizaram-se daquelas informações já publicadas no jornal *Die Serra Post* acerca destas entidades, bem como de sua rede de correspondentes locais que de certo, enviaram algum escrito dando conta das entidades existentes nas localidades espalhadas pelo planalto.

“*gesangverein*”, corais ou grupos de canto, masculinos ou mistos, e neste caso estão inclusos os das igrejas. Outras 27 sociedades são aquelas dedicadas ao esporte ou a ginástica, “*turnenverein*”. Somam-se 37 sociedades dedicadas ao cultivo das artes do tiro ou da cavalaria, sendo que destas 26 foram fundados até 1924, e as outras 11 depois<sup>69</sup>. Portanto, desenvolveu-se no planalto a tríade ‘típica’ do segmento cultural recreativo teuto-brasileiro: as sociedades de ginástica (*turnverein*), as de canto (*gesangverein*) e as de tiro (*schützenverein*).

Juntando os dados de Amstad e os publicados no *Serra Post Kalendar* de 1931, foi possível elaborar o quadro abaixo dando conta das sociedades dedicadas ao tiro e cavalaria. Tendo elas alguma importância em relação a autodefesa na época da Federalista (1893-95), imagina-se que alguma devam ter em relação ao contexto de 1923 e 24.

**Quadro 1 - Sociedades de Tiro e Cavalaria na região serrana (1904-1923)**

Nome da organização	Local	Fundação	Sócios
<i>Dammenschützclub Frohsinn</i> **	Ijuí - Vila	1909	60
Sociedade de Ulanos**	Ijuí – Serro Cadeado	1917	80
<i>Deutscher Schützenverein Tell</i>	Ijuí – L. 8 Norte	1908	
<i>Schützenverein Kaiser Franz Josef I</i>	Ijuí – L. 6 Oeste	1910	
<i>Kavallerieverein</i> Boa Esperança	Ijuí – L. 8 Oeste	1910	
<i>Deutscher Schützenverein</i> Burity	Santo Ângelo - Burity	1920	
<i>Schütz and Kegelclub</i> Atafona	Santo Ângelo - Burity	1916	
<i>Dammenschützenverein</i> Atafona	Santo Ângelo - Burity		
<i>Schützenverein and Kegelclub</i> União	Colônia Boa Vista - Sede		
<i>Kavallerieclub</i> Duvida	Colônia Boa Vista - Sede		
<i>Schützenverein</i> São José de Pirapó	Pirapó	1923	
<i>Schützenverein</i> Germania	Cerro Pelado	1908	
<i>Schützenverein</i> Concórdia	Cerro Pelado – L. Dupla	1921	
<i>Deutscher Schützenverein</i> S. Francisco Xavier	Cerro Pelado	1908	
<i>Schützenverein</i> Linha Pindahy	Cerro Pelado		
Sociedade de Atiradores*	Serro Azul	1914	60
Sociedade de Atiradores*	Serro Azul – Linha Bonita	1916	45

<sup>69</sup> *Serra Post Kalendar* de 1931, p. 161-162. MADP.

Clube de Atiradores*	Serro Azul – Linha Butiá	1918	40
Clube de Atiradores*	Serro Azul – Boa Esperança	1918	30
<i>Schützenverein</i>	General Osório (Ibirubá)		
<i>Dammenschützclub</i>	General Osório (Ibirubá)		
<i>Schützclub</i> Linha Pulador	General Osório (Ibirubá)		
<i>Schützenverein</i>	15 de Novembro		
Clube de Lanceiros*	Neu-Württemberg	1904	112
<i>Schützenverein</i> Neu-Württemberg Elsenau	Neu-Württemberg	1910	
<i>Kavallerieverein</i> Neu-Württemberg**	Neu-Württemberg	1912	150
<i>Dammenschützclub</i> Neu-Württemberg	Neu-Württemberg		
<i>Schützenverein</i> 7 de Setembro	Neu-Württemberg – 7 de Setembro (Condor)	1916	
<i>Schützenverein Tell</i>	Neu-Württemberg – L. Leipzig	1920	
<i>Kavallerieverein</i> Palmeira	Neu-Württemberg – 7 de Setembro (Condor)	1912	

Fonte: *Serra Post Kalendar* de 1931, p. 172-182. MADP; AMSTAD, 1999, p. 355.

Obs: a lista foi elaborada principalmente com base no critério do aparecimento na listagem do *Serra Post Kalendar* de 1931, mas algumas, poucas na verdade, são mencionadas também por Amstad ou apenas por Amstad, de modo que se adotou a convenção de um ou dois asteriscos para demarcar, conforme abaixo.

\* Sociedades mencionadas apenas por Amstad.

\*\* Sociedades também mencionadas por Amstad

Se as organizações de tiro da região das colônias velhas, inclusive as de Santa Cruz, já foram mais estudadas, o mesmo não ocorre com as da região serrana, das quais o conhecimento disponível é disperso e fragmentado. Das mencionadas no quadro, nem todas sobreviveram ao tempo e as intempéries da história, principalmente o Estado Novo e a Segunda Guerra, e mesmo nas que vingaram, a salvaguarda da documentação nem sempre foi bem-sucedida. Muitas também se fundiram com outras, trocaram de nome, de modo que seu rastro se torna mais nebuloso.

Das que bem sobreviveram, até os dias atuais, está a *Deutscher Schützenverein Tell*, localizada em Ijuí com sede na Linha 8 Norte. Foi fundada em 10 de agosto de 1908, na residência do colono Bernardo Bauer, ainda na Linha 6 Norte, e reunia colonos de origem austríaca, alemã e holandesa<sup>70</sup>. Na ocasião foi eleita a primeira diretoria composta por Otto

<sup>70</sup> Na nominata completa de associados constavam ainda: Gustavo Beier, Alberto Guse, Eduardo Irgang, Júlio Lindner, Maximiliano Sabka, Guilherme Lindner, Theodoro Lindner, José Granich, Augusto Irgang, Arnaldo

Krummenauer como presidente, Franz Maron como vice, Maximiliano Spannring e Gustavo Beier como secretários, e Rudolfo Feigel e Theodoro Lindner como tesoureiros. Em 1910 a sede foi levada para a propriedade de Maximiliano Spannring, onde ficou por muitos anos, até que foi transferida para o salão dos Kuttenuber, na Linha 8 Norte. A construção da sede própria foi iniciada em 1926 e completada em 1928, quando a inauguração aconteceu com grandiosa festa animada pela Banda Eickoff. Em 1935 inauguraram-se as pranchas de bolão e em 1938, por conta do Estado Novo, os estatutos foram alterados e a entidade adotou o nome de Sociedade de Atiradores Tell (BINDÉ, 2012, p. 119-122).

Desta organização há notícia de um campeonato de tiro ocorrido num domingo de Páscoa, 7 de abril de 1912, na propriedade da família Spannring, evento combinado com apresentação teatral e baile. Como foi noticiado pelo *Serra Post*, “terminado o excelente concurso [de tiro] pela conquista do primeiro prêmio (...) pelo sr. Theodoro Lindner, com 34 pontos, comemorado com um bom copo de cerveja Finster, acompanhado dos quitutes preparados na cozinha da sr<sup>a</sup> Spannring”, as sete horas teve início a apresentação teatral, onde foi encenada a peça ‘*Der Stille Johann*’, ou seja, O Silencioso João. O articulista, ponderando se tratar “de uma *avant-première*” e o fato da peça exigir grande preparo dos atores, considera que o sucesso foi estrondoso. Seguiu então o baile até o sol raiar<sup>71</sup>.

Das que não se ouviu mais falar, uma Sociedade de Tiro Alemã de Ijuhy (*Deutscher Schützenverein Ijuhy*) situada na Linha 3 Oeste, em 28 de janeiro de 1912 realizava seu campeonato de tiro (*Königsschiessen*), seguido de baile no salão de João Bönnmann, que seguiu até alta madrugada. O evento começou ao meio dia quando “os atiradores, sob o comando do Sr. Felipe Francke, foram buscar o último ‘Rei’, Fritz Francke, ocasião em que o comandante lhe dirigiu uma saudação”. Na competição de tiro sagraram-se como ‘Rei’ Roman Anjeski, como primeiro cavaleiro Wilhelm Weissmantel e como segundo cavaleiro Fritz Francke<sup>72</sup>. No domingo de 11 de fevereiro, outra agremiação, a Sociedade Alemã de Tiro ‘Germania’, realizou semelhante evento, sagrando-se Carlos Bloch como ‘Rei’,

Mosak, Guilherme Beier, Adolfo Paplowski, Adolfo Feigel, João Schreiber, Carlos Commandeuer, Alfredo Feigel, Kurt Von Meusel, Fridolino Fuhrmann, Artur Heck, Francisco Santos Eickoff, Frederico Krause, Alberto Schreiber, Willy Guse, Reinoldo Kriesel, Albino Würfel, Alfredo Lindner, João Endl, José Hoelze e Guilherme Lindner Sobrinho (BINDÉ, 2012, p. 119-122).

<sup>71</sup> Jornal *Die Serra Post* de 19.04.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>72</sup> Jornal *Die Serra Post* de 02.02.1912. Versão traduzida. MADP.

Hermann Block como primeiro cavaleiro e Reinhold Hintz como segundo cavaleiro. A Sociedade de Cantores ‘*Sängerrunde*’ também esteve presente, apresentando diversas peças e o baile estendeu-se noite adentro até o alvorecer. Alguns dias depois, também num domingo, 18 de fevereiro, a Sociedade de Tiro ao Alvo ‘Conceição’ realizou o seu campeonato de tiro, que continuou pelo próximo domingo. Da mesma forma, a Sociedade de Cantores ‘*Sängerrunde*’ abrilhantou o evento com diversas apresentações<sup>73</sup>.

Outra que desapareceu foi o *Steck Club*, ou Clube de Lanceiros, de Neu-Württemberg, fundada ainda em 1904, mas cujas notícias mais consistentes datam do período entre 1907 e 1916, constituindo-se, por esta época, “uma das mais adiantadas associações desta colônia”. Sua presença era praticamente obrigatória nos eventos de relevo na colônia, principalmente datas cívicas ou aglomerações políticas, como aquelas que receberam na colônia a visita de Firmino de Paula, chefe político regional. Nestas ocasiões, desfilava e fazia evoluções a cavalo para júbilo da plateia. Dois foram os fins que levaram a formação desta sociedade: oportunizar diversão e disciplinar militarmente os jovens, de modo a preparar soldados para quando se apresentasse a ocasião. Em 1910 reunia algo em torno de 50 associados, que eram comandados por Carlos Brendle, um ex-soldado que recentemente dera baixa do “glorioso e disciplinado exército alemão”, enquanto que Pedro Bock era o presidente e Gustavo Streppel o secretário<sup>74</sup>. Por volta de 1916 eram mais de 80 cavalarianos<sup>75</sup>, mas pode ter chegado a 112 (AMSTAD, 1999, p. 355). É provável que estivesse ativo na década de 20.

Em 1911, foi fundado em Neu-Württemberg um Clube de Tiro. Com um ano de existência, já contava com bom número de associados, cerca de cinquenta, uma área de tiro, uma moderna carabina ‘de *stand*’ e uma boa quantia em dinheiro depositada em caixa. A diretoria eleita em 1912 contava com Carlos Glufke e Oscar Fetter como presidente e vice, Menoly Gomes de Amorim e Pedro Bayer como 1º e 2º tesoureiros, Germano Trennepohl e Miguel Baumgarten como 1º e 2º secretários e Carlos Strücker como Diretor de Tiro. Cogitava-se ainda a ideia de fundar um Tiro Brasileiro. A exemplo de suas congêneres, esta associação organizava eventos festivos e competições de tiro, como aquele de 08 de maio

---

<sup>73</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.02.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>74</sup> Jornal Cruz Alta de 09.06.1910. Álbum de Recortes de Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

<sup>75</sup> Jornal Cruz Alta de 08.10.1916. Álbum de Recortes de Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

que sagrou Nicolau Heinrich como Rei e Carlos Christmann e Manuel Weyrich como Cavaleiros. No final de semana seguinte, o Clube de Atiradores recebeu festivamente na sua sede, a Bailanta Hirsch, o Clube de Lanceiros, quando aos presentes foram servidos um copo de cerveja. As duas bandas locais, dirigidas pelos maestros Zillmer e Reinheimer, animaram a todos e o baile, iniciado pela *polonaise*, seguiu até a madrugada<sup>76</sup>.

O aventado Tiro Brasileiro foi fundado na colônia de Neu-Württemberg em 20 de setembro de 1917, com o nome de Tiro Brasileiro General Setembrino de Carvalho em evento que contou com a presença de autoridades, como o Vice-Intendente de Cruz Alta, Major Salatiel Soares de Barros, representando o titular, e cerca de 500 pessoas, que prestigiaram o ato. A primeira diretoria ficou composta tendo Menoly Gomes de Amorim como presidente, Jacob Bock como vice, Pedro Luiz da Silva como secretário, João Luiz da Silva como tesoureiro, como vogais estavam Oscar Fetter, Alfredo Franke, Prudencio Alves Cardoso, Zeferino Félix da Costa e Adolfo Kepler; e na comissão de contas figuravam João A. Henrique, Jorge Dias Baptista e Floduardo Netto<sup>77</sup>.

Observando alguns destes eventos bem se vê o que faziam estas organizações. Congregavam as pessoas, principalmente em torno de atividades recreativas. Entrementes, um adestramento no uso de armas e munições e o desenvolvimento de uma certa disciplina que se poderia chamar de militar. E, como informa Ademar Bindé, (2012, p. 120), também cumpriam funções comunitárias de relevo, atuando quando de enchentes, tempestades, epidemias, em paralelo a uma atividade social intensa, promovendo bailes, competições com prêmios, desfiles e apresentações culturais. Além disso, como vários autores convergem em apontar, com certeza cumpriam um papel na construção e manutenção de uma identidade étnica teuto-brasileira nas diversas regiões em que esta população migrante se estabeleceu; destas organizações, as de tiro cumpriam basilar função na manutenção desta cultura por meio de representações específicas identificadas em símbolos, normas, e comportamentos (ASSMANN, 2013).

---

<sup>76</sup> Jornal Cruz Alta de 08.02.1912 e (?).05.1912. Álbum de Recortes de Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

<sup>77</sup> Jornal Progresso de 23.09.1917. Álbum de Recortes de Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

**Figura 3 - *Schützenverein Pirapó***



Fonte: *Serra Post Kalendar* de 1931, p. 160. MADP.

Ainda que algumas das sociedades de tiro pudessem ser mistas, ou contemplar uma atividade esportiva mais feminina, de modo que as famílias também frequentassem estes espaços, havia muitas sociedades de tiro exclusivamente femininas, como em Neu-Württemberg, onde existia a *Dammenschützclub* Neu-Württemberg, além de outros lugares, como General Osório (atual Ibirubá) onde podia ser encontrada uma congênere *Dammenschützclub*.

**Figura 4 - *Dammenschützclub* Neu-Württemberg**



Fonte: *Serra Post Kalendar* de 1931, p. 32. MADP.

Das associações surgidas em Ijuhy, a mais antiga parece ser a Associação Agrícola de Ajuda Mútua, criada em 1898 com o nome de *Gemeinnützige Landwirtschaftliche Verein*. Foi fundada por um pequeno grupo de imigrantes, do qual fazia parte Julius Otto Geiss, Karl Hintz, Heinrich Cardinal, Karl Klever, o pastor Gerhard Dedecke e George Wagner. Conseguiu a doação de dois lotes da Colônia Ijuhy, onde em 1903 instalou sua sede. A partir de 1904 introduziu a prática da ginástica e em 1905 consta a apresentação da primeira peça teatral. Também era chamada de Sociedade Geral de Agricultura e nas suas dependências muitas das outras organizações realizavam suas reuniões. Surgiu depois, em 1906, a Sociedade de Cantores que contava com Fritz Wottrich como regente, Jacob Vontobel como presidente, Frantz Tech como vice, Casimir Kurtz como secretário e Alberto Genz como tesoureiro, além de Fritz Tybusch, Richard Wottrich, Albin Brendler, Reinhard Mundstock, Arnold Hintz, Emil Treter e Robert Brendler compondo a diretoria. Fundindo-se as duas sociedades em 1921, formou-se a Sociedade Ginástica e Canto, assim sendo a mais longeva das organizações surgidas em Ijuhy, pois que existe ainda hoje (BINDÉ, 2012, p. 116-118).

**Figura 5 - Diretoria da Sociedade de Agricultura de Ijuí (1912)**



A diretoria da Sociedade d'Agricultura, uma das mais antigas entidades sociais de Ijuí, da qual é sucessora a atual Sociedade Ginástica Ijuí. A foto de 1912 mostra: sentados: Frederico Tybusch, Francisco Tesch e Schmidt; de pé, João Hintz, Jorge Fernolend e Augusto Ristow.

Fonte: Jornal Correio Serrano de 19.10.1970. MADP.

#### 1.4.2 *Bauernverein* na região serrana

A *Bauernverein* foi organizada na região do planalto nos primeiros anos do século XX. Em 1903 e 1904, o colono Paul Baumgart participa, indicado por Neu-Württemberg, das assembleias de Lajeado e Santa Cruz do Sul (LEITZKE, (s./n.). Na sétima assembleia da entidade, em Estrela no ano de 1907, estavam presentes Ludwig Streicher, representando Ijuí, e Jacob Schneider, por Serro Azul (RAMBO, 2011, p. 120). Estes fatos indicam que a organização estava ativa na região do planalto por essa época.

Neu-Württemberg fora colonizada por muitos imigrantes que já estavam familiarizados com a perspectiva associativista. Para ali se dirigiram, dentre outros, colonos oriundos de Santa Cruz, onde haviam participado do *Bauernverein* (LEITZKE, s./n.). Outro tanto viera de Teutônia, onde existiram as *Kolonieverein*, por sinal também conhecidas em Santa Cruz do Sul. Leitzke ainda informa que o pastor designado pela colonizadora, Hermann Faulhaber, para atender a incipiente comunidade também era um incentivador do associativismo. Deste modo, convergindo o apoio da colonizadora e o incentivo do pastor com a vontade dos colonos, a associação dos agricultores surgiu em 1º de março de 1903, conforme registrou o próprio Hermann Faulhaber: “após o culto, no prédio da escola, realizou-se uma assembleia com a finalidade de fundar um *Bauernverein*”. Faulhaber reconhece que a sua sugestão encontrou receptividade no movimento já existente formado pelos colonos Wilhelm Rogge, Paul Baumgart, Gustav Hegner, Anton Panzenhagen e Johann Heinrich. Uma segunda assembleia em 15 de março constituiu oficialmente a entidade, com 35 sócios, elegendo a primeira diretoria e uma comissão para elaborar os estatutos. A entidade local ainda deveria se filiar a Associação Riograndense de Agricultores – o *Riograndenser Bauernverein*. Em 1904, foi fundada a *Produktions-und-Bezugsgenossenschaft* (Cooperativa de Produção e Compras) subordinada ao *Bauernverein*.

A *Genossenschaft*, com a ajuda da Colonizadora Meyer que concedeu um empréstimo, construiu um enorme armazém para armazenar tabaco, que foi transferido para o centro da colônia em 1907. Gradualmente a *Genossenschaft* tornou-se o maior centro comercial da colônia, contando no auge com 200 sócios, inclusive se desvinculando da entidade que lhe gerara a existência<sup>78</sup>.

Em 1904, o encarregado da Colônia de Neu-Württemberg, Alfred Bornmüller, escreve a Horst Hoffmann, procurador de Hermann Meyer, dono da Colonizadora, quando relata o desenvolvimento da colônia e o papel do *Bauernverein* local:

Aqui está tudo calmo, a colônia vai mudando lentamente. O que você [Horst Hoffmann] me diz do *Bauernverein*, que juntou tabaco e agora consegue os mais elevados preços para o seu produto (...) Isso é bom e trará para todos os colonos um bom acúmulo de capital. E isso tudo sem [Gustav] Streppel, que como concorrente, quer exportar por conta. Melhor assim. Eu arrumei para a Associação [de agricultores] uma prensa para tabaco, senão as coisas não iam engrenar (NEUMANN, 2016, p. 556).

A fundação da *Genossenschaft* por si só já é um bom indicativo de que a *Bauernverein* foi bastante ativa, principalmente nos seus primeiros anos. No entanto, perdendo representatividade e função, acabou extinguindo-se em 1909, coincidentemente no mesmo ano da crise do *Bauernverein* estadual, e seus bens foram doados para a Sociedade Escolar de Neu-Württemberg (NEUMANN, 2016, p. 560-562).

Mesmo assim, esta organização foi importante. Uma rotina de reuniões permitia a realização de palestras sobre alimentação, insetos e pássaros nocivos, a cultura do fumo e a criação de suínos. Fora deliberado ainda na fundação, conforme constava nos estatutos, que a entidade se reuniria todo primeiro domingo do mês, as três horas da tarde, no prédio da escola, determinação esta que foi cumprida, conforme atestam os relatórios do Pastor Faulhaber (LEITZKE, s./n.). Em fins de agosto e inícios de setembro de 1903, o Pastor Itinerante Max Dedekind aportou em Neu-Württemberg, hospedando-se na casa do então Pastor Faulhaber. Aproveitou-se para que realizasse uma fala na reunião da *Bauernverein* sobre as colônias do oeste do estado (WITT, 1996, p. 118). A entidade ainda decidiu pela compra de uma máquina para matar formigas e arados, que seriam disponibilizados aos

<sup>78</sup> A *Genossenschaft* persistiu até 1925, quando, conforme as palavras de um colono, ‘ela foi para o saco’. Este mesmo colono aponta como a principal causa para o fim da cooperativa a falta de união (Jornal *Die Serra Post* de 09.07.1926. MADP).

sócios. Uma tensão entre dois grupos, o dos colonos antigos das colônias velhas e dos colonos novos, muitos provenientes do estrangeiro se fez notar, inclusive numa eleição para a diretoria. A política regional também grassou no seu interior, assim como a questão da qualificação dos eleitores, e os problemas do cotidiano encontravam na entidade um canal para encaminhar até as autoridades, e à Colonizadora, as reivindicações dos colonos, cumprindo uma função social (FAUSEL, 1949, p. 24-25).

Para Serro Azul não parece haver erro em estabelecer a data da formação dos núcleos locais da *Bauernverein*: sendo ela própria uma das organizadoras da colonização daquela região, constituíram-se estes núcleos com a chegada dos primeiros colonos, que ao que tudo indica, alguns pelo menos, já vinham como sócios da entidade. No início bastante difícil, onde o desânimo e a fome grassaram, a *Bauernverein* mandou vir de Ijuí dinheiro e comida, que foram posteriormente pagos em serviços nas estradas (DEWES, 1969, p. 20).

Em 1907, o Pastor Itinerante Wilhelm Otto Arnold, em sua visita às famílias evangélicas da Linha República, na Colônia de Guarani, próxima de Serro Azul, encontra organizada uma base da *Bauernverein*. O pastor participa de sua reunião, na qual acontece uma distribuição de sementes (WITT, 1996, p. 130). Embora a desconfiança vicejasse entre católicos e protestantes, muitos dos pastores itinerantes, como o próprio Arnold, incentivavam o associativismo e a filiação dos colonos na *Bauernverein*.

Já para Ijuí, fica mais difícil precisar o momento de formação da *Bauernverein*, pois os primeiros acontecimentos da então Colônia Ijuhy ficaram nas brumas e uma cobertura mais completa dos fatos locais começou a ser realizada somente depois da fundação, em 1911, do jornal *Die Serra Post*<sup>79</sup>. Em todo o caso, partindo de 1911, 1912 e 1913, é possível traçar o panorama de uma variada trama associativa que se desenvolvia na colônia também chamada de ‘a São Leopoldo do interior’. Esta trama tinha suas origens nos últimos vinte anos.

Assim, pode-se dizer que por volta de 1911 e 1912, havia em Ijuí, com certeza, ao menos ainda duas bases ativas da Sociedade de Agricultores, atuando com o nome de

---

<sup>79</sup> Mesmo o Relatório da Colônia, feito por Augusto Pestana, documento bastante rico em informações, silencia sobre a organização dos colonos, preferindo veicular informações mais de cunho administrativo e econômico. É possível saber com detalhes a exportação de banha, mas difícil precisar maiores detalhes sobre a sociedade colonial.

*Bauernverein*, uma congregando colonos na margem direita do rio Ijuí e outra na vila, que possuía sede em prédio próprio<sup>80</sup>. A organização da margem direita do rio de fato logo desapareceu: o desinteresse dos colonos levou os remanescentes a decidirem pela transformação da entidade em sociedade de leitura e formação<sup>81</sup>.

No dia 27 de agosto de 1911, a *Bauernverein* da vila reuniu colonos para discutir o plantio do trigo, o que pode explicar a presença de poucos germânicos, mas muitos italianos, que não eram associados. Nesta reunião discutiu-se um prêmio para o plantio daquele cereal que seria concedido pelo Ministério da Agricultura, e os detalhes foram explicados por Guilherme Scharnberg, em alemão, e o Sr. Guido Alexandre Mehlhorn traduzia para o português. Os moleiros presentes, Gieseler e Sanatto se manifestaram dizendo que em caso dos agricultores se interessarem pelo plantio do trigo, eles estariam dispostos a adquirir equipamentos de moagem para produzir farinha branca. Enfim, parecia bem ativa a organização, com reuniões mensais, pois que a próxima foi marcada para o mês seguinte, 24 de setembro, na qual se esperava um numeroso comparecimento de agricultores alemães<sup>82</sup>.

Alguns líderes parecem ser os mais duradouros: Ludwig Streicher, Guilherme Scharnberg, Guido Alexandre Melhlorn. A presidência desta organização fora exercida ao longo de um bom tempo por Ludwig Streicher, um colono católico de origem austríaca, da cidade de Steyer, chegado a Ijuí em princípios de 1890 numa considerável leva de austríacos. Ludwig Streicher fora presidente ao menos de 1906 até 1910, sendo que em 1912, numa eleição no dia 28 de janeiro, ele foi eleito mais uma vez para o cargo, integrando uma nominata em que o moleiro Hermann Gieseler era o secretário e o comerciante Guilherme Scharnberg o tesoureiro, função que na verdade ocupava desde a formação da sociedade. Embora a organização estadual já não existisse desde 1909, a entidade local mantinha-se ativa, a despeito de haver uma certa decadência no horizonte, evidenciada por mais dois sinais, além daquele sinalizado pela pouca presença de

---

<sup>80</sup> Muitas vezes também é chamada de Sociedade Agrícola, o que poderia gerar uma certa confusão pois que uma Sociedade Agrícola subsistiu por muito tempo, até a década de 30, ligada a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Por outro lado, não há nenhuma referência a formação de um sindicato agrícola nos moldes do que foi proposta nas 8ª e 9ª Assembleias do *Riograndenser Bauernverein*, indicando que a adesão a esta iniciativa tenha sido reduzida e localizada.

<sup>81</sup> Jornal *Die Serra Post* de 12.04.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>82</sup> Jornal *Die Serra Post* de 16.09.1911. Versão traduzida. MADP.

agricultores alemães para discutir o plantio de trigo: primeiro, o texto do periódico *Serra Post* manifesta o desejo de que “sob a direção destes senhores, a associação voltará o ser o que era antes”, ou seja, as coisas não andavam mais tão bem; segundo, já havia um debate de eventualmente alugar, ou mesmo vender o prédio que funcionava como sede da entidade, cuja decisão foi postergada para a reunião seguinte. Também foi lamentada a saída do colono e “zeloso membro” Guido Alexandre Melhlorn, que estava se transferindo para Santa Maria, uma vez que este presidira a Caixa Econômica da entidade por seis anos com “abnegada solicitude”<sup>83</sup>. Parece que Streicher não ficou muito tempo no cargo, pois em maio deste mesmo ano, em outra assembleia, foi eleito como presidente o Sr. Guilherme Timm<sup>84</sup>.

Na sede da *Bauernverein* na vila se desenvolvia uma certa vida social e após um intervalo, a realização de bailes voltou a animar os colonos. Para incrementar o espaço, havia sido instalada uma moderna iluminação composta por duas lâmpadas Kinley, adquiridas por indicação do cônsul austríaco, Sr. J. Konstanjevic. Elas deram de início muita dor de cabeça e decepção, pois por conta de uma instalação incorreta, não funcionavam. Graças ao empenho do Sr. Wenzel Holzbauer, fora possível dar a instalação um funcionamento perfeito. Estas lâmpadas produziam a iluminação a gás de petróleo, eram mais baratas que o acetileno e dizia-se que operavam sem qualquer risco<sup>85</sup>. Mas mesmo o sucesso nos bailes não evitava a volta do tema do que fazer com o prédio, como na reunião de setembro de 1913, quando foi resolvido alugá-lo ao ecônomo, deixando a venda para o futuro<sup>86</sup>. Enfim, estes elementos somados podem indicar a possibilidade de que a *Bauernverein*, em suas bases, perdera bastante de sua função inicial, fato não estranho pois a nível estadual a organização decidira por sua extinção, por semelhante razão<sup>87</sup>.

<sup>83</sup> Jornal *Die Serra Post* de 02.02.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>84</sup> Jornal *Die Serra Post* de 03.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>85</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.02.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>86</sup> Jornal *Die Serra Post* de (?).09.1913. Versão traduzida, p. 132. MADP.

<sup>87</sup> De 1913 em diante, ficou um pouco complicado acompanhar a trajetória da *Bauernverein*, como de toda a vida associativa teuto-brasileira, uma vez que uma documentação primária da organização de Ijuí, até onde se sabe, não sobreviveu. Como se viu, os poucos informes sobre a sua existência vem do periódico *Serra Post*, que editado inicialmente em alemão, deixou de circular com a Primeira Guerra Mundial. Os seus proprietários então decidiram pela publicação de uma versão em português, mas esta não alcançou uma cobertura deste universo teuto-brasileiro comparável com a edição em alemão. Assim, há dali para diante um vazio, que só volta a ser preenchido pelo retorno do jornal *Serra Post* depois de 1918. Além disso, o contexto da guerra igualmente implicou numa parada da vida associativa teuto-brasileira: muitas reuniões e assembleias

Pode ser um exagero sugerir que, por esta época, o motivo principal da existência da Associação de Agricultores seriam os bailes, mas quando os colonos do Fachinal (parte leste de Ijuhy, atualmente Ajuricaba, Ramada e adjacências) se veem apertados para saldar a dívida colonial, ou seja, o pagamento dos lotes, por conta das más colheitas, a impressão é que os colonos se organizaram sozinhos, ou pelo menos, não foi mencionada a *Bauernverein* como presente de alguma forma no acontecimento. Cerca de 80 deles se reúnem na propriedade de Francisco Prauchner para organizar um abaixo-assinado a ser enviado ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, em que solicitaram uma prorrogação do prazo. Os colonos Joseph Max e Bruno Klipstein foram encarregados da elaboração e remessa do documento, tarefa já desincumbida quando da veiculação da notícia<sup>88</sup>.

Um elemento da crise do que remanesceu da antiga *Bauernverein*, se é que pode ser encarada assim, pode ter sido a formação do *Volksverein* na região do planalto, logo depois de sua fundação oficial, em Venâncio Aires. Em 16 de junho de 1912, uma seção desta organização voltada para os alemães católicos foi fundada na vila Ijuhy com a presença do secretário itinerante da entidade, padre Amstad. Como sua chegada só pode ser divulgada de última hora, a audiência fora modesta e apenas 14 pessoas assinaram a fundação da Sociedade União Popular, mas fora possível indicar como delegados os senhores Ferdinand Goergen e Ludwig Streicher. Na visita seguinte, prevista para dali alguns meses, o ‘pequeno padre’ empossaria em definitivo a diretoria eleita<sup>89</sup>.

Em 04 de abril de 1913 Amstad retornou a Ijuhy para empossar a diretoria da seção local do *Volksverein*, que contava então com 34 membros e tinha Ludwig Streicher como presidente, Ferdinand Goergen como secretário e Francisco Wenzl como tesoureiro<sup>90</sup>. Além de discutir problemas do ensino, ou da falta dele, recomendando aos católicos a frequência na Sociedade Escolar Alemã, onde o Padre Cuber ministrava aulas de religião, e incentivar a organização de uma biblioteca, Amstad ainda visitou a redação do jornal *Serra Post*. Pelas informações prestadas, era possível verificar a rápida difusão da organização católica no meio colonial do planalto: na região ela contaria com 18 seções organizadas que

---

deixaram de ser realizadas, o que também ajuda a explicar o silêncio do noticiário a seu respeito.

<sup>88</sup> Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>89</sup> Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>90</sup> Jornal *Die Serra Post* de 04.04.1913. Versão traduzida. MADP.

somariam 1160 associados, o que significava cerca de ¼ das seções distritais e 1/7 do número total de membros no Rio Grande do Sul.

Bem se vê que algumas das principais lideranças católicas, como Ludwig Streicher e Francisco Wenzl, além de Ferdinand Goergen, da seção local da *Volksverein*, desempenharam semelhante papel na *Bauernverein*. Entretanto, e embora possa ser um caso isolado, este fato acrescenta algumas nuances naquela visão de que o fim da *Bauernverein* teria se processado com a retirada dos católicos ao passo que os evangélicos teriam permanecido sustentando uma espécie de *Bauernverein* evangélico. No caso de Ijuí, parece que as mesmas lideranças da fase mais áurea estavam ainda presentes em 1912, dois anos após a ‘extinção’, ou transformação do *Bauernverein* em sindicato, que se dera em âmbito estadual. E talvez nem tenham saído, como evidencia a eleição de Streicher como presidente da caixa Econômica da *Bauernverein* em setembro de 1913. Além disso, Francisco Wenzl era ecônomo do prédio da *Bauernverein* e passara a alugá-lo a partir de setembro deste mesmo ano<sup>91</sup>. Ou seja, ambos acumulavam funções nas duas organizações.

#### 1.4.3 Liga das Sociedades Teutas em Ijuí

Ainda que Guarany seja a mais antiga colônia do planalto, a mais importante e que recebeu o maior aporte de colonos e infraestrutura foi a de Ijuí. Por isso, não causa espanto que sua vida associativa também fosse mais complexa. Ali quem parece desempenhar por esta época um papel de maior relevância na cena associativa é a Liga das Sociedades Alemãs, encabeçada por Emílio Klever, também presidente da Sociedade de Atiradores Conceição<sup>92</sup>. Era de fato uma federação que reunia uma grande quantidade de entidades escolares, culturais e recreativas que existiam no município, mas não todas “porquanto muitos setores ainda se encontram afastados da associação”. Um caráter étnico evidencia-se

---

<sup>91</sup> Jornal *Die Serra Post* de (?).09.1913. Versão traduzida, p. 132. MADP.

<sup>92</sup> Jornal *Die Serra Post* de 05.07.1912. Versão traduzida. MADP.

pelo comentário de um articulista: “uma Liga realmente completa de todas as sociedades alemãs seria do máximo interesse dos alemães de Ijuhy”<sup>93</sup>, enquanto que o caráter protestante da organização é apontado por Marques e Brum (2004, p. 241)<sup>94</sup>. Assim, o acento étnico e religioso pode ser a explicação para o afastamento de uma parcela das sociedades, sendo que seu número não foi possível estimar. Uma das funções desta Liga era a de operacionalizar uma agenda de atividades comum as entidades, de modo que todas pudessem organizar seus eventos sem atrapalharem-se entre si. Por exemplo, na reunião de maio de 1912, a pedido de uma sociedade escolar, foi normatizado pela Liga a forma das coletas de recursos das sociedades na comunidade, determinando-se que uma coleta a ser realizada deveria estar registrada na Liga<sup>95</sup>.

Embora a realização de bailes e outras festividades não tenham deixado seu espectro de atuação, principalmente a festa anual alusiva ao aniversário da entidade, outra gama de objetivos e ações se colocaram em seu horizonte, estas de cunho um pouco mais amplo. Um deles foi o objetivo proposto na reunião de fins de fevereiro de 1912, de buscar a fundação de um Tiro de Guerra na localidade, de modo a facilitar a vida dos jovens locais e evitar sua saída para prestar serviço militar fora da colônia, geralmente nos quartéis da campanha ou Santo Ângelo, que era o mais próximo. Para tanto já havia uma proposta de estatutos em estudo, que foram então providencialmente traduzidos para o alemão e explicados por Klever, dos quais a Liga mandara imprimir cópias na gráfica do *Serra Post* de modo que os sócios pudessem manejar o material<sup>96</sup>. Na reunião de 03 de maio de 1912 foi decidido imprimir ainda os estatutos do ‘Tiro Brasileiro’<sup>97</sup>. O objetivo do Tiro de Guerra foi alcançado por volta de 1917 quando ocorreu a instalação do Tiro de Guerra 337, cujo funcionamento em Ijuhy seguiu até 1944<sup>98</sup>.

---

<sup>93</sup> Jornal *Die Serra Post* de 24.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>94</sup> Estes autores, ao comentarem sobre a origem do hospital construído por obra da Liga entre os 1914 e 1915, assinalam que a iniciativa tivera origem na comunidade evangélico luterano.

<sup>95</sup> Jornal *Die Serra Post* de 24.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>96</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.03.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>97</sup> Jornal *Die Serra Post* de 03.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>98</sup> Os Tiros de Guerra eram sociedades de caráter cívico-militar e se destinavam a propagar a instrução militar no meio civil e ao mesmo tempo dar a instrução necessária aos reservistas do Exército de 2ª categoria. Sua fundação ocorreu com a presença de 120 pessoas e levou a instalação de uma área de prática de tiro na então Linha 3 Oeste, hoje bairro Pindorama, ao lado da pedreira (BINDÉ, 2012, p. 122-123).

Temas mais espinhosos igualmente tomavam conta das reuniões da Liga. Em maio de 1912, o principal deles foi a problemática dos impostos, principalmente a forma rude com que os servidores do governo tratavam os contribuintes do meio colonial. Do lado dos colonos, se reconhecia que o desconhecimento do sistema tributário e do idioma nacional davam motivos para mal entendidos e atritos. Como uma solução paliativa ao alcance da entidade foi proposto que alguns associados das sociedades filiadas, os mais destrinchados nas lidas burocráticas e no manejo da língua portuguesa, assumissem a tarefa de encaminhar o pagamento para os colonos com mais dificuldades, o que contribuiria para minorar o desgaste com os funcionários e a perda de tempo dos colonos. Nesta mesma reunião, o presidente da Liga, Emílio Klever ainda sugeriu organizar uma caixa de previdência da entidade, o que foi muito bem recebido pelos presentes, com aplausos<sup>99</sup>.

A sugestão de Emílio Klever de fundar uma caixa de previdência deve ter agradado e ao mesmo provocado muita discussão, pois que no final de maio ele voltou com uma nova ou melhorada proposta: de uma sociedade beneficente e de um hospital. A audiência se pronunciou unânime sobre a necessidade destes empreendimentos, sendo constituídas duas comissões para lhes dar andamento<sup>100</sup>. No dia 02 de junho, domingo, a reunião da Liga para discutir o anteprojeto do estatuto da sociedade beneficente começou as nove e trinta horas da manhã e terminou as dezenove, sendo uma das reuniões mais frequentadas da organização, como também a mais longa. Apreciados os estatutos, foi decidido logo começar a angariar os recursos em todos “os recantos do município ao mesmo tempo”. Estava claro que o montante de dinheiro necessário seria grande. O presidente Klever ainda anunciou o contrato com o proprietário do Hotel Brasil, cujo prédio reunia as condições para ser transformado em hospital<sup>101</sup>.

Duas semanas depois, também num domingo, dia 16 de junho, mais de 150 pessoas estavam presentes na reunião que instituiu oficialmente a Sociedade Beneficente, aprovando os estatutos e elegendo a primeira diretoria. Klever logo passou a palavra a Alfredo Steglich, chegado em Ijuhy fazia pouco tempo, que expôs de forma muito apropriada e objetiva, baseado em sua experiência pregressa, os problemas enfrentados

---

<sup>99</sup> Jornal *Die Serra Post* de 03.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>100</sup> Jornal *Die Serra Post* de 24.05.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>101</sup> Jornal *Die Serra Post* de 07.06.1912. Versão traduzida. MADP. Não há informação se o contrato era de locação do prédio ou a sua compra.

pelos colonos quanto a saúde e a importância de um hospital. Em seguida Klever apresentou como convidado especial o padre Amstad, que também dirigiu pequena palestra sobre a importância da organização e cooperação dos colonos, colocando a *Volksverein* a disposição da entidade que ora se fundava. O Dr. Robert Löw, dono e editor do periódico *Die Serra Post* leu então os estatutos em português e alemão. Depois de alguns questionamentos, foram aprovados e na sequência foi eleita a diretoria, ambos os atos por aclamação. A diretoria se compunha dos seguintes nomes: Presidente: Alfredo Steglich, Vice: Emílio Klever, Secretários: M. Schimmel e Heinrich Siedenberg, Tesoureiros: J. Hintz e Alberto Genz; Conselheiros: Albino Brendler, Augusto Ristow e Francisco Tesch pela Vila, H. Ortmann e Luiz Eickoff pelo 1º distrito, E. Haack e W. Hasse pelo 2º distrito, Francisco Prauchner e M. Spannring pelo 3º distrito, Conselho Fiscal: Francisco Zenker, Eduardo Geiss, Alexandre Bastiani, Adão Sauer e João Diehl<sup>102</sup>.

Em julho circulou a informação de que os estatutos logo seriam registrados e a compra do prédio, provavelmente do Hotel Brasil, localizado no Cadeado (2º distrito), estava com as tratativas adiantadas. O hospital seria organizado em três classes, sendo aos sócios concedido o benefício de pagar a diária inferior mas receber o tratamento da classe superior. Foi ainda anunciado que se procurava um casal para assumir a zeladoria do hospital<sup>103</sup>.

Entretanto, como a comunidade evangélica doou um terreno de seis mil metros quadrados, parece que a ideia de implementar a construção de um prédio próprio para o hospital ganhou fôlego. Em 1913, Steglich informa ao jornal *Serra Post* que a escrituração definitiva ainda dependia da assinatura do Pastor Rosenfeld, pároco protestante, que se daria assim que os estatutos da comunidade fossem registrados. Além disso, os valores levantados na colônia, cerca de 6 contos de réis, estariam depositados no Banco Comercial e embora montante ainda fosse insuficiente, o contrato com o construtor Entel já estaria firmado<sup>104</sup>.

<sup>102</sup> Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>103</sup> Jornal *Die Serra Post* de 05.07.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>104</sup> Jornal *Die Serra Post* de 21 de fevereiro de 1913. MADP. O hospital foi construído entre 1914 e 1915, no terreno doado pela comunidade evangélico luterana, situado na atual rua 19 de outubro, mas que na época era uma região descampada. As portas e janelas custaram quatro mil réis cada uma, enquanto que a pintura das 32 portas e janelas do prédio, com duas mãos de tinta a óleo e a mão de obra, custaram cento e vinte e oito mil réis. Este hospital funcionou por mais de 25 anos (MARQUES e BRUM, 2004, p. 241). Não se sabe o que aconteceu com a sociedade beneficente, pois o prédio mencionado abrigou por mais de 20 anos o Hospital do

Em 28 de junho a reunião da Liga envolveu-se com outro problema: a retenção das certidões de nascimento no arquivamento dos autos de inventários e casamentos, de maneira que as pessoas eram obrigadas a pedir uma nova emissão deste documento, o que acarretava inúmeros transtornos, pois muitos registros estavam situados em lugares longínquos, senão inacessíveis. Uma comissão foi formada para tratar do problema com o juiz distrital<sup>105</sup>. Mas em setembro o magistrado distrital, Dr. Pinto de Vasconcelos, expediu outra ordem determinando que os noivos apresentassem certidão de nascimento para efetivar o casamento, mesmo quando fosse declarada a ausência do registro, caso em que deveriam obter em Porto Alegre uma certidão negativa de registro<sup>106</sup>. Tal medida causava um bom transtorno no meio colonial numa época que ir a Porto Alegre não era algo tão corriqueiro muito menos sem o dispêndio de um certo tempo, e dinheiro, e o problema foi debatido na reunião da Liga de outubro. O presidente Klever foi então incumbido de tratar da questão diretamente com o Intendente Municipal, Cel. Dico<sup>107</sup>. Não foi possível descobrir o desfecho do imbróglio com o juiz.

Mas em todos estes casos fica claro que diversos problemas práticos que se apresentavam no horizonte dos colonos foram abraçados por lideranças articuladas em torno destas sociedades teuto-brasileiras. Inevitavelmente, ou providencialmente, relações políticas se estabeleciam. Quando da instalação do primeiro Conselho Municipal do recém-formalizado município de Ijuí, nos inícios de 1913, Guilherme Klever, de certo parente de Emílio Klever, figurava entre os conselheiros, sendo eleito vice-presidente do órgão legislativo<sup>108</sup>. Passados dois meses, algumas das sociedades locais festejavam por dois bons motivos: o aniversário de Alfredo Steglich e sua indicação para o cargo de vice-intendente

---

Dr. Kuhlmann, inclusive se tornou conhecido assim. Consta que o médico alugava o prédio, e talvez esta tenha sido a solução encontrada na época para operacionalizar o Hospital. A chegada do médico em Ijuí teria sido por esta época, sendo que o mesmo também era ligado a comunidade evangélica. Em 1940, este hospital acabou desativado quando o Dr. Kuhlmann deixou o exercício da medicina em Ijuí e se transferiu para Porto Alegre, decisão em muito motivada pela construção do Hospital de Caridade de Ijuí, ainda hoje conhecido como HCI (BINDÉ, 2012, p. 172). O prédio foi então comprado por Rosalvo Scherer, que ali instalou o escritório do Frigorífico Serrano, e quem vendeu foi a Comunidade Evangélica de Ijuí, que possuía, ainda, por alguma razão, a propriedade do terreno e do prédio (FISCHER, 1980, p. 37).

<sup>105</sup> Jornal *Die Serra Post* de 02.08.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>106</sup> Jornal *Die Serra Post* de 04.10.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>107</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.11.1912. Versão traduzida. MADP.

<sup>108</sup> Jornal *Die Serra Post* de 14.02.1913. Versão traduzida. MADP.

do município<sup>109</sup>. Alguns anos depois, em 1926, o mesmo Steglich era eleito o primeiro intendente de origem teuto-brasileira do município.

Como bem se vê, nas reuniões destas associações se fizeram presentes Klever, Löw, Steglich, Prauchner, Siedenberg....

#### 1.4.4 Associativismo escolar

A organização associativa dos colonos instalados no planalto se evidencia pela formação das comunidades religiosas, quase sempre em bases comunitárias, e as associações escolares que geralmente se ligavam a elas, assim como de cemitérios e hospitais, organizações sociais de primeira necessidade nestes espaços em que a ação governamental parece bastante limitada a aspectos mais econômicos e territoriais. De modo geral, o atendimento educacional mantido pelo poder público nas regiões de colonização era precário, via de regra estava localizado nas sedes ou vilas e não dava conta da necessidade, de modo que as comunidades espalhadas pelo meio rural tiveram que arranjar-se<sup>110</sup>. Nestas condições inóspitas e rudimentares, não raramente as comunidades religiosas eram ao mesmo tempo comunidades escolares, e a função de professor era desempenhada pelos sacerdotes, quando estes existiam, ou o professor fazendo as vezes de pastor, o que era mais comum, no caso dos protestantes. Conseguir o professor e mantê-lo era o aspecto mais complicado, pois erguer um prédio para funcionar como escola não era difícil, uma vez que os elementos básicos estavam disponíveis: a madeira, item relativamente abundante

---

<sup>109</sup> Jornal *Die Serra Post* de 02.05.1913. Versão traduzida. MADP.

<sup>110</sup> As palavras de Gardolinski (1976, p. 37), oferecem uma boa descrição deste quadro: “Abandonados, em cada região, à sua própria sorte, desprovidos, dentre outras coisas, do ensino público, trataram de organizar uma rede escolar própria, visando a dar o mínimo indispensável de instrução a seus filhos. Davam sequencia aos trabalhos naturalmente, como sabiam e de acordo com seus poucos recursos econômicos. Levantavam paulatinamente as suas modestas escolinhas e, em seguida, os próprios colonos escolhiam aqueles que fossem mais esclarecidos a fim de iniciar o ensino das primeiras letras, justamente numa época em que não se podia contar com professores diplomados. Esse movimento espontâneo foi tão grande e expansivo que, em breve, praticamente todas as ‘linhas’ ou colônias podiam orgulhar-se de algo parecido com escolas e professores”.

na região, e a mão de obra dos próprios colonos. O mais provável mesmo era a escolha de um dos colonos, aquele um pouco mais letrado, para dar conta da tarefa, em sua casa nos primeiros tempos, e depois num barraco construído pela comunidade, que não raramente era também um espaço servindo como salão comunitário e igreja.

Preocupadas em transmitir as origens culturais destes grupos de imigrantes e manter sua identidade religiosa e étnica, estas escolas em seus primeiros tempos, e as mais interioranas principalmente, eram bastante simples, carecendo, em sua maioria, de uma organização mais apurada. Abrangiam, quando muito, um ciclo primário de instrução, não raramente divididos os alunos na mesma sala em dois grupos: iniciantes e adiantados. Ensinavam os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, geralmente na língua originária dos colonos e quando muito, também o português. Preocupavam-se em formar bons católicos, ou bons protestantes, e assim, por conseguinte, bons cidadãos. O relatório de Augusto Pestana, Diretor da Colônia Ijuhy, de 1902 aponta que em apenas 3 das escolas particulares ensinava-se o português. O cenário mudou um pouco com o tempo e no relatório de 1912 o mesmo diretor atesta que em todas as escolas comunitárias o português era ensinado, sendo que os livros eram distribuídos pelo governo do Estado<sup>111</sup>, o que deve ter contribuído na melhoria da situação. Mesmo assim, como afirmam Colling e Ristow (1994, p. 53), ensinar o português não era a mesma coisa que ensinar em português. Esta reclamatória era uma constante das autoridades, principalmente dos inspetores de ensino, e em 1920, o titular desta função no município de Ijuhy, Francisco Syka, mais uma vez reclama desta escola étnica: “Certas aulas há, onde se faz sentir a influência da Igreja. Ora, um professor que dispõe no máximo de 24 horas de ensino por semana, lecionando em duas línguas, como acontece em n’algumas escolas subvencionadas, ainda ocupa 2 ou 3 horas por semana lecionando religião”<sup>112</sup>.

Entretanto, com seus problemas, o fato marcante é que estas escolas expressam uma decisão comunitária em cuidar do seu desenvolvimento cultural, ainda que começando pela conservação e transmissão de um legado cultural europeu, ou seja, sua língua e religião. Conforme Gardolinski (1976, p. 15), sem demora os imigrantes compreenderam que nas terríveis circunstâncias em que foram colocados, somente poderiam vencer e melhorar as

---

<sup>111</sup> Relatórios da Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy de 1902 e 1912. MADP.

<sup>112</sup> Relatório da Intendência Municipal de Ijuhy de 1920. MADP.

condições próprias e das gerações vindouras através de um melhor nível cultural. Schallenberger (1981, p. 136-137), salienta a função de grande importância assumida pelas escolas no contexto destas comunidades: “além de iniciar os filhos dos colonos no aprendizado da vida da comunidade, cabia-lhe ser, efetivamente, o local e o espaço de atração cultural, bem como ser o elo mais forte dos pequenos núcleos de agricultores alemães, italianos, poloneses e outros. Era um centro cultural criado pela própria comunidade”. Kreutz (2005, p. 72) denomina estas experiências iniciais do ensino no seio das comunidades de imigrantes de escolas étnicas. Não se desenvolveram de forma isolada, cada uma restrita a seu núcleo, mas “foram assumidas pelas respectivas comunidades de imigrantes, vinculadas a uma instância maior, isto é, à coordenação das respectivas confissões religiosas. Além disso, eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes”.

Atribui-se a chamada Aula Leta o título de primeira escola comunitária de Ijuhy. Foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1899, fruto dos esforços da comunidade leta de confissão batista da colônia, sob a coordenação do seu pastor, e em parceria com colonos de outras confissões. Conforme Oswaldo Ronis (1974), o trabalho do pastor Jahmis Inkis foi no sentido de mostrar a necessidade da igreja de patrocinar a escola e convidar também os letos luteranos e alemães da vizinhança. O intento foi bem-sucedido e em poucas semanas a coordenação dos esforços estava feita, um mobiliário estava preparado e “com grande festividade, presentes as autoridades da Colônia e o pastor luterano, representando a comunidade alemã, foi inaugurada a aula leta”. Mas estão meio que embotados por esta mesma época mais duas iniciativas: uma escola formada pela comunidade polonesa, que desde os inícios da colonização reivindicava ao poder público a instalação de uma escola, e uma aula particular fomentada pelos protestantes luteranos evangélicos que é apontada como antecessora do atual Colégio Evangélico. Entretanto, estas duas organizações tiveram um funcionamento intermitente no período inicial e muitos de seus documentos se perderam, de modo que a primogenitura do ensino em Ijuí permanece sendo atribuída a escola leta, justamente a que manteve um funcionamento ininterrupto e uma documentação em dia.

No caso da aula dos evangélicos, quando o Pastor Hermann Rosenfeld chegou em Ijuhy em 1903, acumulou a função de professor e as aulas aconteciam na sua residência, que também funcionava como casa de orações. Em 1908 o professor Heinrich Siedenberg assumiu a docência e em 03 de novembro de 1912, a escola transforma-se em escola alemã e passa a ser mantida pela recém-criada Sociedade Escolar Alemã (COLLING e RISTOW, 1994, p. 40). O trabalho de organização desta sociedade escolar, no âmbito da comunidade evangélico luterana, aconteceu sob a liderança de Robert Löw e Albino Brendler<sup>113</sup>.

**Figura 6 - Prédio da Sociedade Escolar Alemã de Ijuhy (1914)**



Fonte: LÖW, 1952. p. 12.

Com o tempo, estas escolas, e ainda mais aquelas localizadas nas vilas mais urbanizadas, foram crescendo e complexificando a sua ação educativa. Para servir de exemplo, pode-se citar o item no estatuto da Sociedade Escolar Alemã de Ijuhy que faz

<sup>113</sup> Conforme a notícia veiculada no jornal *Serra Post*, a reunião de formação desta entidade foi organizada por Robert Löw, que preparou o anteprojeto e os estatutos da sociedade. O mesmo dirigiu uma fala aos presentes explicando o conteúdo dos documentos, aprovados por unanimidade. Foi então eleita a diretoria da Sociedade Escolar, composta por Robert Löw, Willy Tönniges, Alfredo Glitz, Franz Bittmann, Albino Brendler e Alberto Geiss. Ainda ocuparam a palavra enaltecendo a iniciativa Ludwig Streicher e Julius Otto Geiss (Jornal *Die Serra Post* de 08.11.1912. MADP).

referência ao oferecimento de cursos de aperfeiçoamento aos jovens que já estavam em aprendizado no trabalho. Em relação a ele, um dos presentes na assembleia de fundação saudava a iniciativa como forma de “evitar a prematura corrupção de muitos jovens, que muito desgosto traz ao país”<sup>114</sup>. Embora, com exceções, os professores desta escola fossem todos alemães ou teuto-brasileiros, o ensino do português estava presente na grade curricular, que gradativamente ia sendo aumentada e qualificada (LÖW, 1952, p. 07).

Assim, enquanto o ensino público avançava mais lentamente<sup>115</sup>, a proliferação das escolas ou sociedades escolares se dava em ritmo muito maior, bem como o número de alunos atendidos<sup>116</sup>. O alcance do associativismo escolar entre os colonos é revelado pela disseminação da subvenção, e o aumento exponencial deste expediente em duas décadas revela seu uso com uma forma paliativa do poder público de lidar com a parca infraestrutura educacional nas regiões de colonização, como de resto em todo o país<sup>117</sup>.

<sup>114</sup> Jornal *Die Serra Post* de 08.11.1912. MADP.

<sup>115</sup> O primeiro professor de Ijuhy foi o imigrante alemão Roberto Roeber, que chegou na colônia em 1893, e começou a dar aulas particulares de alemão e espanhol. Era um homem bem letrado, com formação de ‘engenheiro eletrotécnico’ na Alemanha, e dominava cinco idiomas. Logo prestou provas em Cruz Alta e em 1895 foi nomeado como o primeiro professor público de Ijuhy, atuando numa aula de meninos. Roeber, que chegou a ser diretor do Grupo Escolar, aposentou-se em 1926, após 32 anos de magistério. Em 1898 foi transferida uma aula de meninas para a colônia e para ela designada a professora Belmira Terra, que vinha de Nonoay. Esta professora, politicamente federalista e que costumeiramente portava um revólver na bolsa, atuou por 45 anos no magistério (COLLING; RISTOW, 1994, p. 34-38; BINDÉ, 2012, p. 110-112).

<sup>116</sup> O relatório da Comissão de Terras e Colonização de 1906 aponta para a então Colônia Ijuhy 22 aulas, sendo destas 9 públicas, do estado, e 13 particulares, da qual a maioria eram comunitárias. Se nos estabelecimentos públicos se registrava uma matrícula de 406 crianças, com uma frequência de 315, as particulares registravam “540 alunos matriculados com uma frequência extraordinária”. Destas escolas particulares, 4 eram polacas, 6 alemãs, 1 austríaca, 1 italiana e 1 russa (Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy de 1906. MADP).

<sup>117</sup> Em 1912, quando da elevação da Colônia a município, o último relatório de Augusto Pestana, Diretor da Colônia, e nomeado como primeiro intendente, registra “32 escolas, sendo 12 mantidas pelo Governo do Estado, 4 municipais e 16 particulares”<sup>1</sup>. Em 1925, quando somavam 74 estabelecimentos de ensino no município, havia 1 municipal, o Colégio Elementar, 2 estaduais, e os 71 eram escolas que recebiam algum tipo de subvenção, sendo 1 do governo federal, 19 do governo estadual e 51 do município. A exceção do Colégio Moderno, particular mas onde o município subvencionava o salário de uma professora, todas as escolas subvencionadas se distribuíam pelos distritos, ou seja, pelo interior. A matrícula também revela que enquanto as três escolas públicas recebiam a matrícula de 296 alunos, as escolas subvencionadas matriculavam cerca de 2724 alunos. Os dados do município vizinho de Santo Ângelo também revelam um panorama parecido: entre as 113 escolas existentes em 1925, apenas duas eram escolas públicas, chamados de Grupo Escolar, sediado um na Vila de Santo Ângelo (sede do município) e o outro na vila de 14 de Julho, sede da colônia de Santa Rosa. Destas 21 eram classificadas como particulares, e as demais eram escolas subvencionadas pelos poderes públicos, somando ao todo 90 estabelecimentos de ensino. Destas 90, 38 recebiam subvenção do município, 37 eram subvencionadas pelo estado e 15 aparecem como subvencionadas exclusivamente pela Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa, que ainda subvencionava mais 19 escolas subvencionadas pelo município. Nem seria preciso dizer que o grosso da matrícula estava nas escolas subvencionadas (Relatório da Intendência Municipal de Ijuhy de 1925. MADP; Relatório da Intendência Municipal de Santo Ângelo de 1925. MAHSA).

Corroborando a afirmação, o relatório da Intendência de Ijuhy de 1920 dá conta da evolução das aulas subvencionadas naquele município no período de 1912 a 1920: em 1912 são 7, em 1913 passam para 13, em 1914 já são 21, e 25 em 1915, 31 em 1916, 29 em 1917, 25 em 1918, 42 em 1919 e 45 em 1920. Os valores, a despeito da inflação do período, saltam de 2 contos de réis em 1912 para 31 contos e 534 mil réis em 1920<sup>118</sup>. Sem maiores temores, pode-se extrapolar esta situação para o resto da região colonial serrana.

As escolas subvencionadas eram, em sua grande maioria, escolas comunitárias, ou sociedades escolares formadas pelas comunidades. E a subvenção, basicamente, constituía-se num artifício para remunerar, um pouco melhor, os docentes. O professor José Kurylo, que lecionava numa escola comunitária polonesa na área do município de Santo Ângelo descreve o expediente:

As sociedades escolares tinham por objetivo manter a escola em colaboração com o estado ou o município, que contribuía com pequenas subvenções mensais de 50\$000 [cinquenta mil réis], 100\$000 ou mais. Assim, o município de Santo Ângelo das Missões contribuiu em 1926 para a escola com 130\$000/mês. As sociedades por sua vez, auxiliavam com 50\$000 ou mais, poucas havia que podiam pagar 100\$000/mês (Citado por GARDOLINSKI, 1976, p. 75).

Se é correto afirmar que a maioria das sociedades escolares surge do esforço das comunidades de imigrantes, também são nítidas suas conexões com outras organizações que em muitos casos as instituíram diretamente ou concorreram decisivamente para que isto acontecesse, como também atuaram posteriormente na sua manutenção. Tratam-se das organizações religiosas, como já apontou o raciocínio de Kreutz (2005), ou as companhias colonizadoras, a quem, em alguns casos e por razões específicas, interessou a construção e manutenção de escolas. Este último foi o caso de Neu-Württemberg.

No município de Cruz Alta, onde estava situada a colônia particular de Neu-Württemberg, assim como o de Palmeira, nas suas divisas, a carência de estabelecimentos escolares estava bem distribuída, e por consequência, os níveis de instrução eram extremamente baixos e o analfabetismo grassava. Neste contexto, a Colonizadora Meyer atuou no sentido de dotar a sua colônia de uma rede escolar, bem dentro da perspectiva de que esta colônia fosse modelar em vários sentidos, entre eles o desenvolvimento educacional. Para isto, a empresa construiu um prédio para cumprir a função de escola, que

<sup>118</sup> Relatório da Intendência Municipal de Ijuhy de 1920. MADP.

foi inaugurado em fevereiro de 1903, procedendo de igual forma nas suas colônias de Xingu (em 1905) e Erval Seco (em 1929). Além disso, a empresa providenciou os professores, que no caso de Neu-Württemberg os primeiros foram Hermann Faulhaber, contratado pela colonizadora para a dupla função de pastor e professor, e sua esposa Marie Faulhaber. No sistema imaginado por Hermann Meyer, dono da Colonizadora, esta implantaria a infraestrutura básica das escolas e os colonos com o tempo deveriam assumir os encargos da sua manutenção, pagando uma contribuição, a taxa escolar, recolhida pela empresa e repassada para a Sociedade Escolar, a quem caberia administrar a rede escolar. Se a ideia de Meyer era subvencionar os custos da educação por um tempo relativamente curto, devendo os colonos serem capazes de caminhar com as próprias pernas e não depender do paternalismo da Colonizadora, na prática não funcionou deste modo. As dificuldades iniciais, más colheitas principalmente, fizeram com que a subvenção da empresa fosse necessária por mais tempo. Posteriormente, Hermann Faulhaber, quando assumiu a direção da colônia, a partir de 1908, mesmo a revelia de Meyer, voltou a subsidiar a maior parte das despesas da rede escolar, assumindo a folha de pagamentos dos professores e outros gastos (NEUMANN, 2016, p. 184-193).

Assim, na década de 20 eram seis sociedades escolares existentes da colônia Neu-Württemberg que atendiam uma frequência de mais ou menos 470 alunos e nela atuavam 9 professores<sup>119</sup>. Destas escolas, a maior era a da vila Elsenau (sede da colônia), com 157 alunos e com 4 professores, e que também supervisionava pedagogicamente as demais. Em 1920, as sociedades formaram a Junta Escolar de Neu-Württemberg, ou o *Deutschebrasilianischer Schulverband Neu-Württemberg* como também era conhecido<sup>120</sup>. Juntas, naquele ano computavam 277 colonos associados. Durante muitos anos esta rede se manteve funcionando com os recursos dos colonos, mediante a taxa escolar, a subvenção da

<sup>119</sup> O sistema não deixava de ser exemplar, oferecendo ensino nas séries iniciais, 1ª a 4ª classe, e nas séries superiores, 5ª a 8ª classe, mas a frequência maior era mesmo nas séries iniciais, onde se concentrava a maior matrícula, sendo que os colonos retiravam cedo os filhos da escola por conta da necessidade do trabalho no meio rural. As taxas escolares, que foram aumentando a medida que os subsídios iam diminuindo também se constituiu em um fator de exclusão de muitas famílias, principalmente aquelas com maior número de filhos. Por outro lado, a questão linguística, em que havia ensino de português mas não em português, afastava a população luso-brasileira (NEUMANN, 2016, p. 189-191). O rodízio de professores também se fazia sentir e muitos eram contratados a título de experiência para posterior avaliação se valeria a pena mantê-los. Dentre os professores contratados na década de 20, estava Ludwig Kling, que atuou no Rincão Frente (até 1930) e no Rincão Fundo, neste último de 1922 até 1926.

<sup>120</sup> Esta organização subsistiu até 1927, quando as sociedades das linhas e da vila decidiram se autonomizar, repartindo as terras que utilizavam (NEUMANN, 2016, p. 287 - nota 90).

colonizadora, o maior montante na verdade dos seus recursos, e algumas verbas enviadas pelo Império Alemão, que apesar da 1ª Guerra, ainda chegaram em 1918 e 1919, para serem utilizadas na construção de prédios escolares<sup>121</sup>. Mas estas duas últimas fontes foram paulatinamente diminuindo e as taxas cobradas dos associados precisaram ser majoradas. A partir de 1920 as doações do Império alemão se restringiram a livros e materiais didáticos. Em 1929, com a crise da colonizadora, que estava em processo de liquidação e já suspendera o subsídio escolar em 1927, e como os colonos se viam em dificuldade para suportar o ônus financeiro, as lideranças desta rede se dirigiram até as autoridades de Cruz Alta solicitando a subvenção do município, que foi aprovada (NEUMANN, 2016, p. 184-193, e nota 90).

Hermann Faulhaber desempenhou um importante papel neste processo, pois como o estudo de Neumann (2016, p. 176) aponta, um dos destaques de seu trabalho foi o empenho pela rede escolar da colônia. Acumulando a direção da Colonizadora, a função de professor e a presidência da Sociedade Escolar por todo o período, era ágil em encaminhar problemas e soluções, assim como acomodar decisões e ações entre as duas organizações<sup>122</sup>. Foi o responsável pedagógico da rede e dentre suas iniciativas, está a introdução do português no currículo da *Stadtplatzschule* (a escola da sede). Atuando na elaboração de material didático, confeccionou também um manual para uso nas escolas primárias: *Pequeno tratado de história do Brasil por perguntas e respostas*, que obteve grande difusão.

Em de 1912 foi fundada a Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelischen Schulen auf der Serra*, ou mais simplesmente Associação Escolar da Serra. Nesta organização, conforme Neumann (2016, p. 193), também é observável a influência de Faulhaber. A assembleia que decidiu pela sua fundação, 16 e 17 de novembro, na sede da Associação Agrícola (provavelmente a

---

<sup>121</sup> Livro de Atas da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg. MAHP.

<sup>122</sup> Neste aspecto, se evidencia principalmente a alocação de lotes de terras das sociedades escolares. Por decisão da Colonizadora, ou seja Meyer, ou Faulhaber mesmo, que tinha procuração de Meyer e atuava com grande independência, as sociedades escolares dispuseram de lotes de terras, cujo tamanho não houve como precisar, mas que se não valiam muita coisa no início da colonização, com o tempo ganharam algum valor. Muitas destas terras dispunham de mata nativa com madeira de lei, que era também usada na confecção de tábuas, vigas e barrotes a serem utilizados na construção das escolas e das casas dos professores. Também o entorno das escolas, como poteiros e áreas de cultivo se convertiam em fontes de renda, uma vez que eram arrendadas. Estes lotes constituíam um bom fundo de valor que era intercambiado entre as sociedades e a colonizadora e igualmente foi usado para sustentar a rede escolar (Livro de Atas da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg. MAHP).

*Gemeinnützige Landwirtschaftliche Verein*, futura Sociedade Ginástica de Ijuí - SOGI), contou com a presença de representantes de 20 sociedades escolares de boa parte da região colonial serrana, além de convidados. Por Neu-Württemberg, estavam Hermann Faulhaber e outros 5 colonos, por Ijuhy-sede, Roberto Löw, pela Linha 11 Norte Gustav Quednau, dentre outros<sup>123</sup>. Pastor Kopp (Presidente Distrital da Associação Evangélica de Professores), cumpriu a tarefa de presidir a assembleia e o Dr Robert Löw, presidente da recém-fundada Sociedade Escolar Alemã de Ijuhy, dirigiu uma saudação inicial.

A assembleia geral da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg de 25 de abril de 1920 dá conta do papel e importância dessa associação regional para a entidade:

Pertencer à Liga das Sociedades Escolares Alemães na Serra trouxe um grande incentivo à nossa Sociedade Escolar. Bastante valioso foi o fato de ter sido realizada em janeiro de 1920 a primeira Assembleia Geral que a Liga da Serra realizou depois de 3 anos de inatividade. A Assembleia trouxe para aqueles que se interessam pelo sistema escolar teuto-brasileiro muito incentivo. Sobre a subvenção que recebemos através da Liga o relatório financeiro apresenta os esclarecimentos necessários<sup>124</sup>.

A Liga das Sociedades Escolares Alemães na Serra, com forte conotação étnica, surgiu com o propósito de atuar na troca de experiências pedagógicas, formação de professores, um grande problema na época, e fornecer apoio as sociedades escolares, inclusive o financeiro. Uma subvenção proveniente do Império Alemão, por exemplo, foi repassada par a Sociedade de Neu-Württemberg por meio da Associação Serrana. Uma das suas ações foi supervisionar a atuação e a movimentação de professores entre as sociedades escolares, normatizando, por exemplo, que as sociedades associadas só poderiam contratar professores que também fossem associados a ela<sup>125</sup>. No período da 1ª Guerra sua ação se

---

<sup>123</sup> Na lista completa de participantes da assembleia, constam: Santa Maria: Drt. Von Bock, Rudolf Norrenberg, Pastor Kopp (Presidente Distrital da Associação Evangélica de Professores); Neu-Württemberg: Diretor Faulhaber, A. Kepler, Ferdinand Windmüller, Feleix Weissbrod, Ernest Woiberg e Alfred Graser; Santa Clara: Professor Koch e Friedrich Wilhelm Merg; Ijuhy – sede: Dr. Löw, Wilhelm Tönniges, Franz Bittmann; Ijuhy – L. 6: N.:Hugo Braukz; Ijuhy – L 29 Norte: Emil Riewe, Gustav Matschinski; Ijuhy – L. 15 Norte: Arthur Schubert; Ijuhy – L. 6 – Oeste: Ignaz Lindörfer; Ijuhy – L. 11 Norte: Gustav Quednau; Ijuhy – L. 23 Norte: Josef Stanniek; Ijuhy – L. 7 Leste: Franz Engleitner, Karl Mimke; Ijuhy – L. 5 Oeste: Gottlieb Pena; Serra do Cadeado: Gustav Mockow, Alfred Heiner; Erechim, Erebang e Parada Ganer: Pastor Kolfhaus; Burity: Ludwig Freymuth (Ata de fundação da Associação Escolar Serrana de 16 e 17 de novembro de 1912. MAHP).

<sup>124</sup> Ata da Assembleia geral da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg de 25 de abril de 1920. Livro de Atas da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg. MAHP.

<sup>125</sup> Ata de fundação da Associação Escolar Serrana de 16 e 17 de novembro de 1912. MAHP.

viu estagnada, como quase todas as sociedades, impedidas de fazerem reuniões e assembleias, mas retornou a atividade em fins de 1919. Em 1923 e 1924 ainda estava ativa.

Como é observável, esta organização cumpre, a primeira vista, objetivos pedagógicos ou educacionais. Mas olhando melhor, talvez o mais importante de tudo, como em outras organizações associativas, tenha sido sua função de aglutinar e articular uma parte das lideranças culturais e religiosas teuto-brasileiras da região colonial serrana, articulação esta de crucial importância no que estava por vir. Como foi dito, na assembleia de fundação, assim como em outras, compareciam Faulhaber, Löw, Quednau...

Portanto, o associativismo foi presente entre os colonos desde os primórdios nas colônias velhas, e acionado no planalto tanto em face das carências estruturais da nova região, como para dar conta das necessidades de cunho cultural. Frente à ausência do Estado, era de praxe entre os colonos a busca de alternativas para seus problemas de forma mais autônoma, quer individualmente, quer articulando seus laços associativos. Quando o cenário político do Rio Grande do Sul entra em um período turbulento nos anos de 1890, e depois em 1923 e 1924, a articulação dos colonos em prol da defesa de suas vidas e seus bens, organizados em núcleos de autodefesa não é de causar estranheza - na verdade, faz todo o sentido. É esta organização dos colonos, e os principais episódios da história dos *Selbstschutzvereine* que serão discutidos nos três próximos capítulos.

## 2 A AUTODEFESA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

*“Die han umgebrach un gestohl”*<sup>126</sup>

Este capítulo trata do desenrolar da Revolução Federalista na região colonial e as repercussões em termos de organização dos colonos em iniciativas de autodefesa, que foram propostas no bojo da organização do Partido Colonial e das Associações Coloniais. Procura descrever os impactos da Revolução Federalista na região, a reação defensiva dos colonos, a despeito de seus envolvimento no processo político da época e a organização da autodefesa dos colonos.

### 2.1 A Revolução Federalista na região colonial

A Revolução Federalista foi um conflito armado que sacudiu o Rio Grande do Sul entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895. Sua causa principal reside na disputa pelo controle do governo do Estado do Rio Grande do Sul entre dois grupos políticos, os republicanos, também referidos como legalistas e os federalistas, que se tornaram

---

<sup>126</sup> A frase, em alemão no dialeto *hunsrück*, quer dizer, em português, eles matavam e roubavam (Contribuição ... Nova Petrópolis – Depoimentos, 1988, p. 240).

conhecidos como maragatos, ambos desprezando a via institucional e optando pela luta armada<sup>127</sup>.

No contexto da Revolução Federalista, a experiência de autodefesa permaneceu restrita as colônias velhas. E nestas, a Revolução Federalista atingiu sobretudo a região do vale do Taquari. Instaladas entre dois focos antagônicos, onde estava de um lado a zona limítrofe entre Lajeado e Soledade, ampla área de refúgio maragato, e de outro Taquari, reduto legalista, as colônias dali forneceram “a contragosto, homens e cavalos, para ambas as facções, além de assegurar alimentação abundante” (HESSEL, 1983, p. 97). Mas também houve movimentação de agrupamentos armados, distúrbios e estragos em graus variados, na região de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, no vale do rio dos Sinos (São Leopoldo e arredores) e, em grau bem menor ainda, nas novas colônias italianas ao norte do Taquari, formadas mais recentemente.

Conforme Hilda Hübner Flores (1995, p. 13-14), com o desencadear da Revolução Federalista, não demorou muito para que os chefes políticos de ambas as facções percebessem o potencial da rica região colonial em fornecer alimentação, animais de monta e carga, armas e munições, além de combatentes. O governo exibiu uma certa preocupação em preservar a região como forma de manter o abastecimento e o fluxo de impostos, abstando-se por isso do recrutamento de efetivo militar em larga escala, a despeito de algumas tentativas. Aos rebelados, obviamente, importava o contrário, e pela mesma razão.

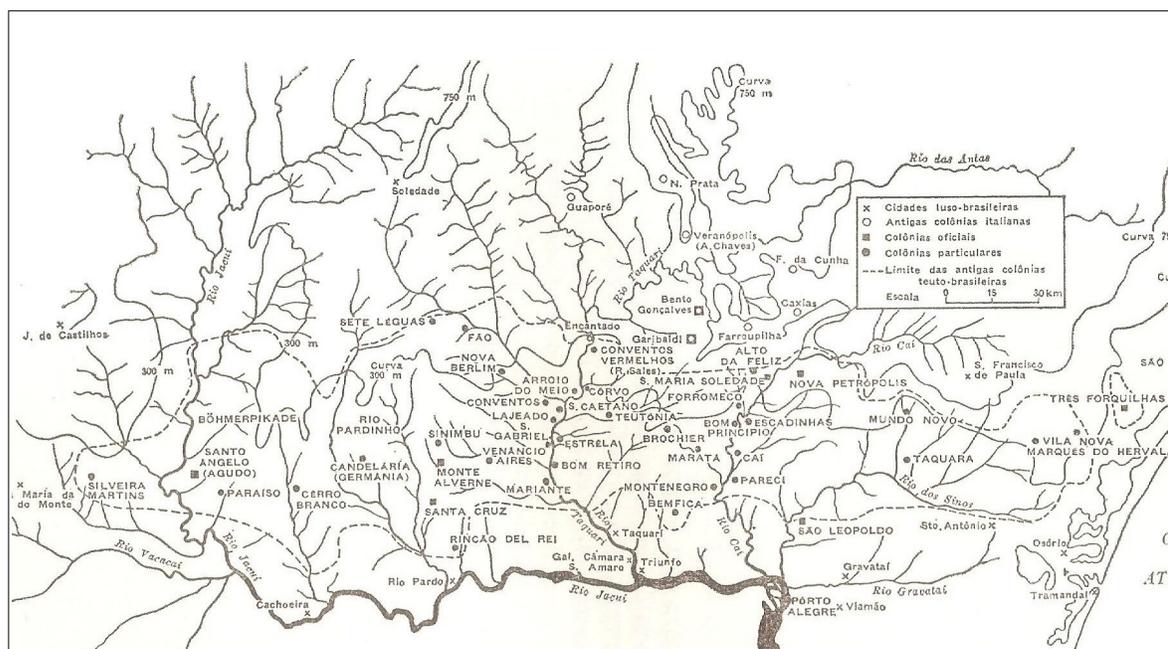
A correspondência dirigida em 2 de janeiro de 1894, pelo então Intendente de São Leopoldo, Epifânio Fogaça, para Júlio de Castilhos, ilustra bem a necessidade de o governo salvaguardar a região colonial das conturbações revolucionárias. Nela, o mandatário leopoldense protesta contra a invasão do território do município “por elementos do Cel. Neves, para recrutar soldados entre os colonos”, ação esta que considera irresponsável.

---

<sup>127</sup> Nos parâmetros desta Tese não cabe uma explicação aprofundada das causas e circunstâncias da chamada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Há uma vasta bibliografia que trata do assunto, da qual, dentre outros, pode-se citar: **Revolução Federalista** (2016), de Moacyr Flores e Hilda Agnes Hübner Flores; **Pensar a Revolução Federalista** (1993), uma coletânea de textos de vários autores organizada por Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres; **1893-95 A Revolução dos Maragatos** (1993), também uma coletânea, no caso organizada por Moacyr Flores; o clássico texto de Sérgio da Costa Franco, **O sentido histórico da revolução de 1893**, foi recentemente republicado na coletânea organizada por Rodrigo dal Forno e Rafael Saraiva Lapuente **Clássicos de História Política: O Rio Grande do Sul e a Primeira República** (2019). Quanto aos impactos deste episódio na região colonial teuto-brasileira existe a boa coletânea organizada por Artur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix, **A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros** (1995).

Fazendo ainda na missiva uma retrospectiva dos acontecimentos no Estado, e ressaltando que até então São Leopoldo se mantivera a salvo, indaga veementemente quem abastecerá a capital caso hostilidades sejam desencadeadas na localidade, prejudicando assim o desenrolar normal da produção e do pagamento de impostos. Não por acaso, tempos depois, o próprio Júlio de Castilhos concedeu entrevista em que reconhece a importância da região colonial em termos de produção econômica, considerada ‘celeiro natural’, sendo que “não deveriam nem ser feitos recrutamentos ali” (GERTZ, 1993b, p. 116).

**Figura 7 - Mapa das Colônias Velhas**



Fonte: ROCHE, 1969, p. 111.

Se o vale dos Sinos logrou gozar de maior salvaguarda, justamente por sua proximidade da capital, o vale do Taquari, por algumas peculiaridades, experimentou situação oposta. A excelente configuração geográfica, servida pelo rio Taquari, garantindo navegação por um trecho considerável, férteis campos cultivados e ocupados também por gado vacum e cavalari abundante, densidade demográfica em muito superior a campanha e a proximidade da população de ‘serranos’ dos ervais tornaram a região do vale do Taquari

particularmente conturbada (FLORES, 1995, p. 13-14). Dentre os lugares que sofreram grande impacto pela circulação de tropas armadas ou mesmo como cenário de combates estava Teutônia. O Pastor Haetinger, que visitou a localidade recém-afligida por graves conturbações, relata o que viu em carta para o Pastor Paul Dohms: “a bela colônia está como morta, as casas estão vazias, as janelas estão destruídas, as vendas foram esvaziadas de seu conteúdo, o próprio povo está há semanas escondido nas matas. São poucos os animais domésticos que ainda se pode ver; a maior parte das plantações está destruída” (Citado por DREHER, 1995, p. 77). Não era, seguramente, um fenômeno isolado pois Träsel (1960) menciona que picadas inteiras se despovoavam, migrando pessoas e animais para áreas florestais em busca de segurança, em face das precárias condições de vida em que se viram os colonos.

Um discurso mais antigo, clássico talvez, sobre o desenrolar da Revolução Federalista nas áreas de colonização alicerçava-se na ideia da exogeneidade da revolução em terras coloniais, ou seja, ela teria vindo de fora, trazida por “gente sem qualquer cultura, de gente do mato, e de analfabetos, dos quais a maioria não sabia porque ideal deveria lutar”. Estas palavras foram escritas pelo Pe. Albert Träsel, na obra *Der Maragatenkrieg auf den deutschen kolonien von Rio Grande do Sul* (1960), seu primeiro difusor, sendo assim responsável pela tese do caráter exógeno da revolução na colônia. Träsel entendeu que a maioria dos colonos se manteve firme na labuta pela sobrevivência e leal ao governo constituído e, quando muito, uma pequena minoria havia aberto as portas da guerra ao apoiar um dos lados do conflito. O preconceito grassa em ambos os aportes, ao atribuir o caos da guerra às invasões de pobres caboclos e ao apoio que haveriam recebido de uma dita minoria conivente, esta constituída sobretudo por protestantes (GERTZ, 1993b, p. 117).

Em **Cem anos de germanidade...**(AMSTAD, 1999, p. 176-177), o autor desenvolve de forma parecida este raciocínio ao escrever que foram principalmente as “rapinagens que envolveram a colônia alemã na revolução”, a despeito de reconhecer, com pesar, que eram os colonos “em parte, eles próprios os culpados, já que um bom número deles” dera apoio a um dos lados, que seria, lamentavelmente, aquele dos “bandos de ladrões”, transformando-se esta atitude num problema para a região do Taquari. Percebe-se

como a ideia de que a falta de unidade dos teutos guarda uma relação com as atribuições que a guerra civil leva até a colônia não é de todo isolada. O Pastor Paul Dohms, em relato de 1894, no periódico *Ansiedler*, publicado na Alemanha, acerca dos acontecimentos em Sapiranga, da mesma forma lamenta que “infelizmente ali os alemães estão desunidos e posicionam-se a favor desta ou daquela parte” (Citado por DREHER, 1995, p. 75).

Numa posição mais lúcida, Lothar Hessel (1983, p. 99), ao analisar os impactos da Revolução Federalista em Estrela, assinala que a luta envolveu “indiscriminadamente a população, havendo líderes e partidários de ambas as facções tanto entre as gentes de ascendência portuguesa como de etnia alemã, tanto entre comerciantes como entre colonos, tanto entre católicos como entre protestantes”. Esta opinião encontra paralelo em outros textos. Carlos Reverbel (1985, p. 45) aponta que as populações de origem germânica, já divididas por motivos religiosos, “passavam a apresentar dissensões de fundo político-partidário e de caráter eminentemente nacional, riograndense, brasileiro”. Deste modo, no vale do Taquari, de um lado, José Altenhofen se destacava nas hostes federalistas, ao passo que entre os legalistas ganha relevo a atuação de Manuel Lautert. Mesmo assim, a despeito de clivagens de natureza política muito consistentes entre os colonos, de uma simpatia com os federalistas que bem poderia beirar uma metade considerável da colônia, dificilmente isto desembocaria por si só em conflito bélico generalizado na região, se não fosse a entrada de colunas rebeladas de fora, que vieram, agora sim, dado a existência de apoios locais (GERTZ, 1993a, p. 44).

Arthur Rambo, tendo por base um conjunto de publicações em língua alemã, chegou a algumas conclusões: de que as populações de origem alemã, principalmente do alto Taquari, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul envolveram-se ativamente nos acontecimentos de 1893-1895, notadamente pessoas de maior destaque, como comerciantes, líderes políticos locais e pessoas de nível de instrução um pouco mais aprimorado, que haviam se definido por um ou outro lado, tanto política como militarmente; o engajamento político também foi acompanhado de participação em ações bélicas, de modo que o recrutamento, espontâneo e compulsório atingiu uma parcela significativa da população colonial; de que não poucos teutos tiveram participação em atos de rapina, pilhagem e degolas que marcaram aquela conflagração. Por isso, não é

sustentável a “imagem que pintou o colono alemão unicamente como espectador indefeso e vítima das razias tanto de republicanos como dos federalistas” (RAMBO, 1995, p. 133-134). Por isso, não raramente se descobria que havia “gente alemã entre os maragatos”, de modo que “*dann han se rausgefün, sogar Leut mit zwei Gesichta*”<sup>128</sup>. Por fim, René Gertz (1993b, p.121) num raciocínio não muito diferente, concluiu que procurar uma posição dos alemães naquele contexto político é inútil, pois que, apesar de terem sobrenomes alemães, eram brasileiros e riograndenses normais, que “brigavam e lutavam entre si, da mesma forma que brigavam – ou se aliavam – com gaúchos de outras origens étnicas”. Assim sendo, para uma compreensão adequada deste processo é necessário entender a situação social, econômica e política local (GERTZ, 1993a, p. 43)<sup>129</sup>, que apresentam nuances e melindres próprios.

José Alfredo Schierholt (1995, p. 91-93), autor do mais detalhado estudo sobre a Revolução Federalista no vale do Taquari, lista ao todo 46 eventos bélicos que conturbaram a região. Destes, são mais famosas as invasões de Estrela e Lajeado, a batalha em torno de Teutônia e os combates em Santa Cruz do Sul. Mas há variados eventos, alguns menores e localizados, e alguns até descolados do conflito principal, como o assassinato de Felipe Essig, na Picada Essig. Embora em muitos textos se afirme que a guerra permaneceu, a grosso modo, afastada da colônia nos dois primeiros anos, enquanto se desenrolava nas regiões da campanha e do planalto, a lista de Schierholt permite ver que embates bélicos, de diferentes proporções, bem se distribuem no vale do Taquari entre 1893 a 1895. De fato, as grandes colunas maragatas tiveram pouca relação com os grupos que atuavam na região colonial, sendo que ali o envolvimento na guerra teve na entrada de grupos ‘serranos’, que então se conectavam aos insurgentes locais, um dos principais motores (FIRMBACH, 1995, p. 29; FLORES, 1995, p. 14-20)<sup>130</sup>.

<sup>128</sup> Traduzida do *hunsruck*, a frase quer dizer: então foram descobertas muitas pessoas com duas faces (Contribuição ... Nova Petrópolis – Depoimentos, 1988, p. 240-241).

<sup>129</sup> Os estudos de René Gertz indicam que não há um padrão muito definido nas contendas políticas nas colônias alemãs naquela época.

<sup>130</sup> O que não quer dizer que inexistam os contatos. Sabe-se que Altenhofen esteve em contato com lideranças maragatas antes do famoso combate do Pulador, em torno de Passo Fundo, para onde fora em busca de armas e munições; e que Palmeira (ou Palmeiro) residiu muito tempo em Palmeira das Missões antes de retornar para a região colonial em torno de Lajeado e Estrela (FIRMBACH, 1995, notas 7 e 12; SCHIERHOLT, 1995, p. 86-87).

Pode-se dizer que predominou na região colonial um conflito “misto de guerra civil com guerra de guerrilhas”, evidenciado pela ação e reação bélica, constantes ataques e fugas, assassinatos e vinganças, um clima de tensão permanente e a insegurança generalizada. Não havia uma fronteira rígida entre as facções em conflito e a geografia impôs uma condição de luta em que os cavalos não tiveram muita função no combate, e mais serviam como meio de transporte (HESSEL, 1983, p. 100).

Entretanto, os envolvimento variados que ocorreram no desenrolar deste conflito bélico tão peculiar, ou não, ao Rio Grande do Sul, não desmentem nem minimizam os funestos e trágicos impactos sobre o conjunto da população colonial. Não é demais lembrar que os conflitos armados, quer na forma de guerras entre estados, quer como conflitos internos dentro de um país ou uma região, acabam por produzir inúmeras aflições e geralmente se configuram em desastre para a população civil das áreas conflagradas. Via de regra, estas populações sofrem as maiores e piores consequências. Não foi diferente por ocasião da Revolução Federalista, quando “a passagem de cada contingente militar pela zona colonial era um desastre” (SCHIERHOLT, 1989, p. 214). A medida que os colonos se envolveram em diferentes graus e em diferentes bandeiras, também estes pagaram a conta, embora a assimetria neste aspecto possa ser grande.

Bem reflete Martin Dreher (1995, p. 70) que os funestos acontecimentos em torno desta revolução tiveram sua cota de contribuição para que muitos imigrantes alemães se alijassem de sua participação no cenário político de uma forma mais efetiva, e porque não dizer, normal, e buscassem no culto da germanidade a construção de sua identidade. Opina ainda que se os castilhistas continuavam a suspeitar das simpatias e apoios dos colonos aos liberais, Silveira Martins e na sequência, aos federalistas, as desgastantes e decepcionantes experiências do período muito provavelmente corroeram o apoio que o antigo líder liberal dispunha, assim como de seu movimento político<sup>131</sup>. De outro lado, as relações com os

---

<sup>131</sup> Theodor Firmbach (1995, p. 27) levanta a possibilidade de que o azedume dos colonos teutos com Gaspar Silveira Martins já vinha desde o começo da guerra, pois que este, após a trágica e suspeita morte de Frederico Haensel, não se importara em visitar a família. Haensel fora, junto com Koseritz, deputado estadual por muitos anos, era apontado como importante liderança no meio colonial e aparecia como eventual liderança no processo de formação do *Koloniepartei*, mesmo retirado da vida pública. Em 1892 foi morto de modo muito suspeito por soldados do governo que foram prendê-lo em sua residência. Suspeitas existiam de que Júlio de Castilhos fora o mandante. Embora a família e parte da elite colonial buscassem um esclarecimento mais isento sobre o acontecido, este nunca aconteceu. Por isso, é plausível pensar que a morte de Haensel também pouco contribuiu para um início promissor nas relações do meio colonial com o governo

castilhistas não teriam sido muito melhores, que não poucas vezes atuaram como ladrões, assaltantes, enfim, bandidos.

O professor Friedhold Altmann registrou a memória de sua mãe, que na infância viveu as consequências da Revolução Federalista na região colonial:

Foi em 1893, eu tinha dez anos. Estávamos na escola. Repentinamente apareceram uns ‘homens maus’, barbudos e feios. (...) não demorou muito para eu saber que lá em casa a coisa fora bem diferente. Quando os homens apareceram, descendo a estrada em direção a moradia, meus irmãos correram a se esconder no mato, pois sabíamos que eles gostavam de levar os moços como prisioneiros. Chegando, invadiram o pátio, vasculharam toda a casa, inclusive as camas, o porão, o sótão e o paiol. Depois dirigiram-se para o poteiro e buscaram todo o nosso gado: bois, vacas e até os terneiros. Também pegaram os nossos cavalos e a mula que pertencia ao pai. Uma novilha foi carneada lá no pátio mesmo. Da melhor carne fizeram o churrasco, o resto foi abandonado. Além do gado, levaram o pai e partiram montados em nossos cavalos que eram gordos e bonitos (...) Levaram o pai até um acampamento em Encantado. Lá ele foi obrigado a presenciar várias degolas (...) Quando meu pai soube que estava na ‘lista’, encontrou um modo de fugir na escuridão da noite (...) Chegou totalmente esgotado, fraco e doente. Sem gado, sem cavalos e sem apetrechos de montaria, tínhamos de iniciar tudo de novo. Mas estávamos contentes, pois pelo menos o pai tinha retornado. Soubemos depois que na Picada Boa Vista alguns colonos foram aprisionados e degolados num bosque bem próximo de suas moradias (ALTMANN, 1991, p. 20).

As moléstias trazidas pela guerra ao vale do Taquari, bem presentes na memória reportada por Altmann, foram enumeradas e classificadas por Schierholt (1989, p. 94): arbitrariedades de toda ordem, a degola, as requisições e o recrutamento forçado estão dentre as principais; além disso não deixaram de acontecer violências de todo tipo, estupros, invasão das casas e outras desordens. Para o colono, nem sempre havia onde queixar-se, “era melhor calar-se. A vingança podia ser pior”. O estado de guerra tornava meio nebuloso o império da lei, de modo que “agrupamentos de desordeiros truculentos e chefetes arrogantes, ‘cabos’ ou capangas, perambulavam por toda a parte, arrotando poderes e praticando arbitrariedades”. A degola<sup>132</sup>, por sua vez, parece ter sido “prática

positivista.

<sup>132</sup> Na guerra, a manutenção de prisioneiros se torna um problema por conta da necessidade de serem alimentados e guardados. A execução por fuzilamento implica no gasto de munição. Assim, a degola apareceu como forma de eliminar rapidamente, e com pouco custo, os inimigos, ou seja, como solução racional. Não foi exclusiva da guerra intestina que dividiu o Rio Grande do Sul ao final do dezenove, mas esteve mais ou menos presente em boa parte dos conflitos da era moderna do mundo ocidental. Embora injustificável, pode ser explicada. Décio Freitas (1993, p. 22-23) aponta que “as degolas sistemáticas sempre foram ordenadas, autorizadas ou toleradas pelos chefes políticos e militares”. Assim, “é certo que não consta que Júlio de Castilhos ou Silveira Martins tenham expressamente ordenado ou autorizado a degola. Mas não consta que a tenham proibido ou condenado”.

comum da insurreição, como recurso militar, executado por federalistas e castilhistas, sem distinção de raça ou cor, num ritual macabro”.

O recrutamento, com maior ou menor coerção, foi praticado mais intensamente, ao que parece, pelos federalistas, mas também pelos legalistas, embora haja manifestações do próprio governo no sentido de preservar a população imigrante deste peso<sup>133</sup>. Todavia, um matiz funesto se impunha: os coagidos desfrutavam de suspeita posição nas tropas em que estavam engajados, por isso “obrigados a ir na vanguarda, recebiam os primeiros fogos, enfrentando maiores perigos, (...) sem experiência militar, eram os que, com maior frequência, morriam e se feriam nos postos de vigia, nos entreveros e combates” (SCHIERHOLT, 1989, p. 94). Mais comum talvez tenha sido a formação de corpos de voluntários formados por jovens dos municípios de colonização, sob os auspícios das autoridades municipais, como aconteceu em Lajeado e Estrela (SCHIERHOLT, 1987, p. 167). Mas como acontecia de poucos voluntários se apresentarem, seguia-se algumas vezes “uma verdadeira caça aos recrutas, buscados em qualquer canto onde se escondessem” (FIRMBACH, 1995, p. 40).

A tão temida requisição constitui-se em prática das duas facções, embora pareça óbvio que deveria ser sistemática na ação dos maragatos que não possuíam, ao contrário dos legalistas, fontes outras de sustento. Havia, quando muito, a permuta por um documento de requisição, de pouca serventia quando, eventualmente, entregue pelos rebelados, sendo por demais rara a perspectiva de reembolso. O objeto mais imediato eram os animais, gado vacum, muar e cavalar, mas outros itens como roupas, armas, munições e em alguns casos, valores em dinheiro também podiam ser levados. Uma visita dupla, fato não de todo inusitado, contribuía sobremaneira no empobrecimento da colônia:

Um numeroso contingente de guerrilheiros vivia mal alimentado, percorrendo durante meses as linhas coloniais em busca de reses e cereais para si e para as montarias. Acontecia, às vezes, que tropas de 500 ou mais homens atravessavam uma picada requisitando gado. Noutra dia, pela mesma passagem, seguiam as forças em perseguição, igualmente requisitando animais (SCHIERHOLT, 1989, p. 94).

---

<sup>133</sup> Nem por isso deixaram de ocorrer expedientes próprios daquele momento nebuloso. Em 1894 circulou um boato na região colonial, noticiado pelo *Deutsche Post* de 21.08.1894, de que funcionários do governo estadual percorriam a zona colonial recrutando homens entre 20 e 40 anos. Daqueles que eventualmente opusessem uma negativa, era cobrado no ato uma indenização de 300 ou 400 mil réis (KUNERT, 1986, p. 87).

“*Die han umgebrach un gestohl*”<sup>134</sup>, é o que relembra Antônia Thiele, de Nova Petrópolis. Morte e roubo foram imagens muito fortes que ficaram da Revolução Federalista na região colonial. Os dados sobre vítimas, quando existem, não são exatos. Um dos poucos a se dedicar a esta seara tétrica foi René Gertz (1993b, p. 115-116), em um estudo publicado por ocasião do centenário de deflagração da Federalista. Apurou cerca de 160 vítimas fatais entre a população colonial, mortos em combate e outras formas de violência. Mas o autor frisa que os dados são incompletos, abrangendo apenas uma parte das colônias velhas – Taquara, São Leopoldo, Caí, Montenegro, Estrela, Lajeado, Venâncio Aires e Santa Cruz. O número certamente não é desprezível, mas considerando o todo da população colonial e do estado do Rio Grande do Sul na época, uma conclusão possível é que a população colonial recebeu sua cota de sofrimento, sem sombra de dúvida; no entanto, em termos estatísticos, parece que a população de outras partes do estado sofreu mais.

## **2.2 A atuação da autodefesa dos colonos no contexto da Revolução Federalista**

As alternativas disponíveis aos colonos naquele contexto não eram muitas. A principal, e talvez a mais frequente, foi a de ocultar bens e víveres<sup>135</sup> e buscar refúgio dentro das casas, próprias ou de outros colonos, nas áreas florestais, ou mesmo migrar para uma vila ou cidade mais segura, como Taquari ou São Leopoldo, apesar de que esta última opção talvez não estivesse ao alcance de todos (HESSEL, 1983, p. 100). O problema de como proteger os seus bens e familiares precisa ser enfrentado pela comunidade em que vive o jovem colono Augustin Nacht, personagem na obra ficcional de Valesca Assis. Na

---

<sup>134</sup> Eles matavam e roubavam (Contribuição ... Nova Petrópolis – Depoimentos, 1988, p. 240).

<sup>135</sup> O médico Ângelo Dourado, que acompanhava as tropas de Gumercindo Saraiva em sua epopeica marcha, narra que em certa ocasião se viram obrigados a ocupar a casa de uma família de teuto-brasileiros. Pediram alimentos, ao que os residentes responderam que não os tinham. Diante da oferta de algum dinheiro, o colono correu atrás de uma galinha gorda, assim como “apareceram ovos, manteiga fresca, café, açúcar e um esplêndido salame” (DOURADO, 1997, p. 137).

comunidade deste apareceram algumas pessoas propondo uma associação dos colonos para zelar pela sua proteção e defesa dos seus interesses, mas a proposta não avançara. Conforme narra a escritora:

Era tarde porém; cada um tinha de cuidar de si e do que era seu. Conselhos não faltaram e os mais sensatos diziam que era preciso esconder os melhores animais e, em caso de ataque, fazer desaparecer os homens e rapazes das casas, a fim de que os primeiros não fossem requisitados para alimento ou montaria e os segundos para servir de bucha de canhão, numa guerra que não era deles (ASSIS, 1995, p. 12).

Outra possibilidade era negociar e fornecer de bom grado animais e mantimentos. Foi o que praticou a Comunidade de Santa Clara, com êxito, durante dois anos. O líder da comunidade, José Diehl, procurou o principal comandante legalista estacionado no vale do Taquari, Cel. Santos Filho, “comunicando-lhe que os moradores de Santa Clara se prontificavam a fornecer-lhe gêneros alimentícios e gado para abate, desde que os seus soldados apresentassem documentos de requisição”. Assim, por duas ocasiões, foram enviadas oito carroças carregadas de mantimentos, além de bovinos, “pelo qual foram poupados de ataques” (FIRMBACH, 1995, p. 35-37). Como foi uma colaboração com as forças legalistas, pode ter contribuído para provocar a ira dos rebelados, o que levou ao famoso combate de Santa Clara em maio de 1895.

O oferecimento de resistência, pacífica ou violenta e armada, por parte dos colonos, aos bandos de salteadores ou tropas organizadas cruzando o território colonial também era problemática, embora tenha sido de fato intentada em muitos momentos e lugares, com maior ou menor grau de sucesso ou fracasso. A ideia foi sugerida logo no desencadear da Revolução Federalista e vinha no bojo da organização do Partido Colonial, e do Partido do Centro em alguns lugares, experiências estas mal sucedidas, e das *kolonieverein*, cujo destino foi meio semelhante (GERTZ, 1993c). Ao que parece, a iniciativa de autodefesa experimentou uma eficácia maior apenas no último ano da guerra.

Certamente que aconteceram reações espontâneas em paralelo a movimentos mais organizados. Um episódio ocorreu nas Picadas de Arroio do Meio e Arroio Grande, interior de Lajeado na época, em agosto de 1894. Naquela ocasião, um grupo de maragatos da

Coluna do Palmeira<sup>136</sup> adentrou na referida picada para obter gado e outros gêneros de sua necessidade. No percurso, saquearam as casas comerciais de Hermann Christ e Heinrich Schmidt, e alguns colonos, até chegar na propriedade de Nikolaus Binsfeld. Ali, os maragatos entraram no potreiro e se puseram a tocar os animais para fora, no que foram impedidos pela senhora Binsfeld, que incautamente fechou a porteira. Foi agredida a chicotadas pelos invasores e, ferida, abrigou-se na casa da família. Assistiram a tudo de longe o marido e o filho, Nikolaus e Jakob, impossibilitados de esboçar reação em face do número superior dos invasores. Mesmo assim os dois conseguiram buscar suas armas, Jakob uma espingarda e Nikolaus um revólver, e correram, abrigados das vistas dos inimigos, rumo a propriedade de um vizinho, Philip Hammes, a quem propuseram montar uma tocaia aos invasores, no que foram auxiliados por outros colonos das redondezas que acudiram. Após uma hora, os invasores apareceram no caminho espreitado pelos colonos, conduzindo uma boa quantidade de gado. A situação tomou um desfecho inesperado, pois “Jakob na sua ira, quase não pode esperar a hora de dar o primeiro tiro (...) tocou muito cedo no gatilho de sua infalível arma de guerra francesa”. Acabou acertando o cavalo malhado de um vizinho, recolhido pelos maragatos, que caiu morto. O bando todo recuou, pois que “isto tudo acontecia com tanta rapidez, que os colonos, sem experiência de luta, não tiveram tempo de raciocinar. Ainda deram uns tiros atrás dos fugitivos, mas não acertaram ninguém”. O gado corria solto pela estrada. Os maragatos acabaram tomando como refém um outro colono vizinho, Anton Ritt, que não falava português, e foi obrigado a servir de escudo humano de modo que o grupo conseguiu sair da picada: “quando chegavam a lugares onde havia arbustos ou que parecia perigoso, ouvia-se a voz de Anton no dialeto *hunsrück*: *‘dir leit schiesst net meh, sonst sin eich verlor’*”<sup>137</sup>. Afastados da picada, liberaram o colono. Frente a situação, os colonos refletiam os vários aspectos envolvidos na perigosa situação: “um dos patifes vem com a pistola na mão, ao lado do Anton. É preferível que o gado roubado vá ao diabo”. Jakob Binsfeld, inconsolável, se culpava por não ter acertado num maragato, mas sim no cavalo do vizinho. Reclamavam também da falta de presença de espírito, necessária no calor do momento, pois o mais sensato teria sido cortar a cerca e fazer o gado entrar no mato, impedindo que os maragatos

---

<sup>136</sup> Tratava-se de José Antônio de Souza, também conhecido por Palmeira ou Palmeiro. Conduzia uma numerosa tropa maragata que atuou na região do Taquari e Soledade.

<sup>137</sup> Numa tradução livre: não atirem mais, senão estou perdido.

o levassem consigo, como de fato conseguiram fazer. Em todo o caso, parece que a picada não foi mais molestada por este tipo de incursão (SCHAUREN, 1998, p. 30-32).

O episódio descrito dá conta de alguns dos problemas envolvidos na resistência armada por parte de colonos: a falta de traquejo nas lidas bélicas, a necessidade uma liderança de cabeça fria e com uma certa experiência que organizasse os colonos para enfrentar a situação, a possibilidade de retorno e vingança por parte do grupo de invasores, o que implicava em uma rotina permanente de vigilância, e portanto, a mobilização de toda a comunidade e não somente de alguns voluntários abnegados e incautos. E evidentemente, a disponibilidade de armas, algumas pelo menos. No fim das contas, avaliavam que por sorte não haviam matado nenhum maragato, pois do contrário, estariam com um enorme problema nas mãos (SCHAUREN, 1998, p. 30-32). Este tipo de preocupação também não escapou aos colonos de Santa Clara onde se deu o famoso embate: conforme Schierholt (1989, p. 257), há uma versão oral que difunde a informação de que os colonos engajados na batalha receberam a instrução de só atirar para matar em último caso e por isso, “primeiramente fuzilassem os cavalos, derrubando os cavaleiros”.

O que certamente dificultava uma iniciativa de autodefesa por parte dos colonos era a característica que a guerra assumiu, ou seja, conforme a já citada definição de Hessel (1983, p. 100), um misto de guerra civil e guerra de guerrilha. Assim sendo, apesar da movimentação de colunas que tinham, muitas, sua formação em lugares mais distantes, havia também um emaranhado local que tornava mais nebuloso o cenário, dificultava a identificação de um inimigo externo, acrescentava um importante contingente de combatentes locais, mesmo que forçados<sup>138</sup>, e fazia predominar um clima de tensão, assassinatos e *vendetas* entre gente conhecida. Não é de todo inusitada a descoberta dos colonos de Nova Petrópolis de que havia uns tantos “*weisse hinre*” entre os ditos bandidos que eram imaginados, ao que parece, como sendo em geral, mais escuros<sup>139</sup>. Em Wallachai,

---

<sup>138</sup> Em setembro de 1893, o Cel. Santos Filho, comandando uma coluna legalista, fustigou e pôs em debandada uma tropa de maragatos liderada por Altenhofen nas cercanias de Santa Clara, área pertencente ao então município de Lajeado. Quando da dispersão, muitos dos rebelados que ficaram pelos matos eram de famílias de colonos das comunidades ali instaladas que aderiram ou foram coagidos a aderir aos federalistas. A situação foi negociada com o oficial legalista, Santos Filho, que teria anuído com o retorno destes colonos as lidas agrícolas (FIRMBACH, 1995, nota 15).

<sup>139</sup> Contribuição ... Nova Petrópolis – Depoimentos, 1988, p. 240-241. A melhor aproximação no português para a expressão *weisse hinre* seria traseiro branco. É uma designação jocosa aos colonos que integravam os bandos de rebelados que circulavam na região colonial. Uma anedota dá conta que sua origem remontava ao

em 1893, um bando entrou na casa dos pais de Maria Teresa Hennrich, que eram comerciantes. A mãe desta aplicou uma descompostura nos bandoleiros, havendo dentre eles alguns de fala alemã, de modo que o grupo foi intimidado e levou apenas as botas que estavam penduradas na parede. Na sequência passou outro bando requisitando cavalos e, a despeito de novas admoestações da matrona teuta, que nesta vez não encontraram ouvidos receptivos a sua língua, lançaram-se ao saque, levando tudo que lhes aprouvesse (FLORES e FLORES, 1993, p. 100). De outra parte, o problema poderia vir da localidade vizinha: em Forromeco a situação estava tensa com a possível aproximação dos “revoltosos de Teutônia” (DREHER, 1995, p. 76), evidenciando vizinhanças que eram próximas geograficamente mas estavam afastadas pelas afeições políticas.

Um episódio ocorrido ao final do combate de Santa Clara, conforme a narrativa de Miguel Schauen replicada por Schierholt (1989, p. 262), exemplifica bem o contexto de luta meio as escuras em que os colonos poderiam se envolver, onde o inimigo também poderia ser um vizinho: “um colono viu um maragato ferido num valo: ‘perdão, não me mate’ disse ele. Mas o colono (...) deu seu último tiro na cabeça dele, fato que o perturbou por toda a vida, pois ele não era serrano e tinha sido obrigado a acompanhar a tropa maragata”. Do mesmo episódio, outro exemplo dá conta que, em meio ao combate, teria sido dado o alarme de que os ‘Cananéas’ [ou, mais precisamente, Cananeus] vinham pelas costas. Eles eram da picada vizinha, mas simpatizantes dos federalistas e vieram acudir os serranos. Enfrentados pelos defensores, acabaram fugindo<sup>140</sup>.

---

fato de que um colono espreitava um bando de rebelados que acamparam numa clareira na mata após uma ação em torno de alguma localidade colonial, e onde os bandoleiros se puseram, como era de seu costume, a churrasquear. Movidos pela necessária satisfação das necessidades fisiológicas, vários deles se dirigiam para uma parte retirada da mata, mas próximo de onde espreitava o colono, que pode vislumbrar então, com mais detalhes, o incomum fato de que muitos dos maragatos eram possuidores de traseiros brancos, o que denotava suas origens europeias não-ibéricas.

<sup>140</sup> O texto de onde saiu a informação não especifica o significado da expressão Cananéas, embora pareça claro que esteja se referindo aos Cananeus. Ou seja, a expressão tem fundo bíblico, do Antigo Testamento, referindo-se aos povos que originalmente habitavam a região de Canaã, atual Palestina, chamados comumente de Cananeus. Assim, chegando o termo ao período moderno, supõe-se que continuou a ser utilizado no sentido de designar aqueles que eram os inimigos, no sentido de desqualificá-los, atribuindo-lhes a pecha de vis e traidores. O livro de Josué, do Antigo Testamento, capítulos 9 e 10 principalmente, reporta que uma frente de diferentes tribos de cananeus ofereceu grande resistência aos hebreus que, provenientes do Egito, adentravam, ou invadiam, a terra de Canaã. Mas uma destas tribos, os gebeonitas, habitantes de Gebeon, usaram de outro estratagema e buscaram uma negociação com Josué, então líder dos hebreus, propondo uma convivência pacífica com os recém-chegados, compartilhando o território. Estabeleceu-se uma situação de vizinhança, mas o desenrolar do processo levou a novas articulações e alianças, e conseqüentemente, traições. Ou seja, estes cananeus se apresentaram como bons vizinhos, mas depois teriam praticado a traição. O livro de Números também relata casos em que os Cananeus, orientados por um profeta, Balaão, utilizaram a

Neste universo intrincado, os acontecimentos nem sempre se desenrolavam de forma planejada. Em Bom Jardim (Ivoti), os colonos precisaram lidar com os chefes maragatos Antônio Correa e Maneca Leão, que apareceram para o subintendente, Cap. Pedro Cassel, e solicitaram a entrega de cavalos, de bom grado, visto que possuíam uma retaguarda de mais de 40 homens a espera de sinal para atacar. Cassel buscou conselho com os colonos do lugar e, face aos argumentos apresentados, acabaram decidindo por anuir a requisição. Mas outro grupo de colonos agiu intempestivamente e cortou a passagem da retaguarda de Correa e Leão, que afinal não era de 40, mas apenas 28 homens. Reunidos posteriormente na casa comercial de Jacó Weber, os colonos se puseram a planejar o enfrentamento dos próximos perigos. Receberam então mensagem de Correa “de que poderiam retirar-se tranquilos, pois nada lhes haveria de acontecer. Mal se dispersaram, a venda de Weber foi saqueada, levando dinheiro, ponchos, palas, roupas e chapéus” (FLORES e FLORES, 1993, p. 99-100).

Um risco real e imediato era colocar a comunidade que intentasse uma autodefesa entre os contentores principais, atraindo a violência de um dos polos, senão dos dois<sup>141</sup>. A organização de tal iniciativa por si só poderia atrair as atenções de grupos belicosos. Schierholt (1989, p. 253) entende que, mesmo não sendo intenção dos habitantes de Santa Clara um alinhamento ou apoio a um dos lados, fato é que a “causa principal dos ataques de federalistas foi o estabelecimento de grupos armados de republicanos”.

Ao que tudo indica, convencer a outrem sobre uma apregoada neutralidade não era tarefa fácil e nem aceita sem contestações, como exemplifica o comentário de Pedro Franzen publicado no jornal *Deutsche Zeitung* sobre a formação de grupos de autodefesa na estratégia de misturar-se aos novos habitantes como forma de vencê-los, utilizando da astúcia e traição como forma de luta (BÍBLIA SAGRADA, 1969, p. 186, 241-243). Assim fica claro o uso da expressão no contexto da batalha de Santa Clara.

<sup>141</sup> Na obra ficcional Fogo Cruzado, de Luiz Pooock Corrêa, o personagem principal é Karl Emil Vogel, imigrante vindo da Alemanha, que fixa moradia em Santa Teresa, onde atua inicialmente como professor e depois como comerciante. A eclosão da Revolução Federalista tem desdobramentos na pequena comunidade, que se vê dividida e tendo de enfrentar bandos armados que se põem a cometer várias desordens e roubos. Prestigiado na comunidade, Karl Vogel é procurado por alguns colonos que se veem afligidos pelo roubo de animais. Como solução, Karl sugere que os colonos se unam e, armados, oponham resistência aos salteadores. Na reunião convocada para discutir o assunto, quando “terminou o que estava dizendo Karl notou que se formou um silêncio geral. Ninguém falou. Nenhum dos 15 colonos se dispôs a falar para concordar ou discordar dele”. O ex-professor e agora comerciante indigna-se com a apatia dos colonos. Um deles, por fim, argumentou que um dos problemas era que poderiam piorar a situação, colocando a comunidade entre dois fogos. A reunião terminou em fracasso e “ninguém deu atenção aos conselhos de Karl. Havia o temor de represálias estampado na fisionomia de todos aqueles homens” (CORRÊA, 1986, p. 127-128).

região de Montenegro: “essa gente promete neutralidade, enquanto em seu meio está o ninho dos maragatos. São verdadeiros patifes, cuja liberdade de locomoção pode vir a causar graves problemas” (Citado por GERTZ, 1993b, p. 120). Os colonos de Neu Frankreich (Pinheiro Machado), organizados numa autodefesa, precisaram lidar com o problema da passagem de tropas beligerantes pela localidade. Permitiram, em 05 de março de 1894, que um grupo de 40 federalistas cruzassem o território, rumo a Teutônia, fato que se repeliu dias depois, em 08 de março, quando procederam do mesmo modo com o bando do chefe maragato Altenhofen. Em ambas as situações, agiram dentro da linha de ação de neutralidade do *Bürgerverein*, porque, afinal de contas, nenhum dos bandos “havia importunado os moradores”. Entretanto, os colonos foram alvos de várias intrigas e acusações, dentre elas a de que estavam aliados com os revoltosos (KUNERT, 1986, p. 87). Além das dificuldades já citadas, a exacerbação do conflito atuou para dificultar, senão impossibilitar, a neutralidade e “os neutros se constrangiam em aderir a um ou outro partido, a não ser que permanecessem sempre no mato, o que não suportavam por muito tempo” (SCHIERHOLT, 1989, p. 207-208).

O problema da neutralidade e de suas implicações também se apresentou na Linha Duvidosa, interior de Venâncio Aires. Lá organizou-se um grupo de homens armados para a defesa da localidade, bens e pessoas, sob inspiração e liderança do colono Clemente Riedel. As “famílias se armaram. Tiveram exercícios de defesa. Mesmo a esposa e filhos estavam treinados”. É provável que alguns meandros a mais façam parte da história, mas se por um lado a iniciativa agradou as autoridades locais que se prontificaram a intermediar a obtenção de armas e munições junto ao governo estadual, de outro lado a situação atraiu a atenção de grupos rebelados que atuavam na área e se viram melindrados. Na páscoa de 1894, a casa de Clemente Riedel foi cercada e no tiroteio um filho, ainda jovem, foi morto. Em seguida o próprio Clemente acabou capturado pelo grupo e em um local distante dali, foi julgado e condenado a ser fuzilado dentro da cova, que ele mesmo deveria cavar (SCHIERHOLT, 1989, p. 248-249).

A situação de Riedel não foi única e nela também se viu Alfredo Steglich, líder da iniciativa de autodefesa de Nova Petrópolis. Antônia Thiele relembra que Steglich estava na lista negra dos maragatos por conta de ter instruído um pouco os colonos e foi por eles

capturado. Obrigado a cavar a própria cova, aproveitou-se da distração dos dois guardas incumbidos de vigiá-lo na tarefa e golpeou-os com a picareta, conseguindo fugir e buscar abrigo na casa de um colono (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 240-241). Do outro lado, ou seja, dos legalistas, a coisa podia não ser muito melhor. A crônica memória do caixeiro-viajante Alfred Wiedemann relata que quando as forças legalistas adentraram em Alfredo Chaves, até então reduto e quartel dos federalistas, se puseram a atirar a esmo em toda a população “pois tinham recebido informações falsas de que toda a população estava a favor dos federalistas, sem considerar que, para isto, foi forçada”. O mesmo Wiedemann ainda reporta que nas proximidades de Alfredo Chaves ele presenciara três colonos italianos serem mortos pelas tropas legalistas, sem muita razão aparente, salve uma aludida e difusa ordem superior de eliminar os insurgentes, abstendo-se de manter prisioneiros. De fato, dois deles traziam fitas vermelhas amarradas nos chapéus, indicativo de que seriam maragatos, mas Wiedemann considera que provavelmente foram recrutados compulsoriamente, como muitos outros colonos (Citado por SCHIERHOLT, 1989, p. 210-211).

Não por acaso, Schierholt (1989, p. 207-208), com base na crônica memória de Wiedemann, assinala que não foi a maioria das localidades que efetivamente organizou uma autodefesa armada. Todavia, à medida que bem observados, constata-se que não foram poucos os episódios de embates de grupos de colonos armados, com o objetivo de dar enfrentamento a movimentação ou mesmo ações de assalto de grupos belicosos às comunidades estabelecidas nas colônias velhas. Lentamente muitas picadas foram fechando a passagem para grupos armados e “começaram a atirar nos visitantes indesejados” (AMSTAD, 1999, p. 184). Registra-se alguma forma de atuação de autodefesa em Agudo (Colônia Santo Ângelo), Teutônia, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Nova Petrópolis, Picada Café, Walachai, Butiá, Pinheiro Machado, Travesseiro, Arroio Grande, Forquetinha, Conventos, Sapiranga, Forromeco (São Vendelino) e Santa Clara (GERTZ, 1993(a, b e c); AMSTAD, 1999; SCHIERHOLT 1989 e 1995; KUNERT, 1986; DREHER, 1995; FIRMBACH, 1995). Obviamente que as formas de atuação e os resultados não foram os mesmos em todos estes lugares.

Alguns lugares lograram uma salvaguarda maior a medida que a formação dos grupos de autodefesa convergiu com a atuação da autoridade constituída, que patrocinou algum, senão vultuoso, suporte a estes grupos. Este parece ser o caso de Agudo (Colônia Santo Ângelo) onde sob a liderança do Intendente Magnus Hellberg, ocorreu a organização de grupos de autodefesa e não há relatos de eventos ou incômodos bélicos de peso. Da mesma forma em São Leopoldo, a despeito de alguns episódios de requisição de cavalos, o Intendente parece defender a colônia contra ação do próprio governo, principalmente no que tangia as requisições e o recrutamento de efetivo militar na colônia (GERTZ, 1993b, p. 116). Quando incursões de bandos armados infestam as linhas mais distantes, estas se armam e organizam uma defesa, principalmente no último ano da guerra e com apoio da municipalidade. O apoio das autoridades também se faz sentir em Venâncio Aires: elas se propõe a intermediar a obtenção de armas junto ao governo do estado quando da formação de grupos de autodefesa, como aquele liderado por Clemente Riedel.

Sapiranga experimentou o medo da vinda dos soldados e efetivamente foi rota de passagem de uma enorme tropa legalista de mais de 600 homens. Durante horas a comunidade assiste a marcha da tropa. Quando termina, os moradores buscam os animais de montaria que previamente haviam sido escondidos. Mas os soldados voltam e requisitam todas as montarias que encontram. Como não bastasse, vieram ainda tropas de voluntários, os provisórios, cuja fama era de serem os piores, “os mais temidos. Casas são invadidas e roubadas. Pessoas são ameaçadas e tem seus bens levados pelas tropas republicanas”. Depois desta experiência a colônia então se arma (DREHER, 1993, p. 75).

Em Nova Petrópolis a reação dos colonos por meio de uma autodefesa organizada aconteceu sob a liderança do já mencionado Alfredo Steglich, escrivão distrital e professor na localidade. Ali passou a atuar a coluna de Antônio Correa e Maneco Leão. Estes líderes maragatos de cima da serra, ao que parece, se viram impossibilitados de atacar picadas mais distantes que se defendiam e voltaram-se para as mais próximas. Em 31 de janeiro de 1894 os grupos por eles comandados organizaram uma cruzada pelas linhas Araripe e Brasil, seguindo até a linha Imperial, conduzindo inúmeras requisições e apreensões entre os colonos. Na linha Imperial acamparam e fizeram um churrasco. Os “colonos armaram uma emboscada e no momento em que o bando se pôs a caminho para retornar à Serra,

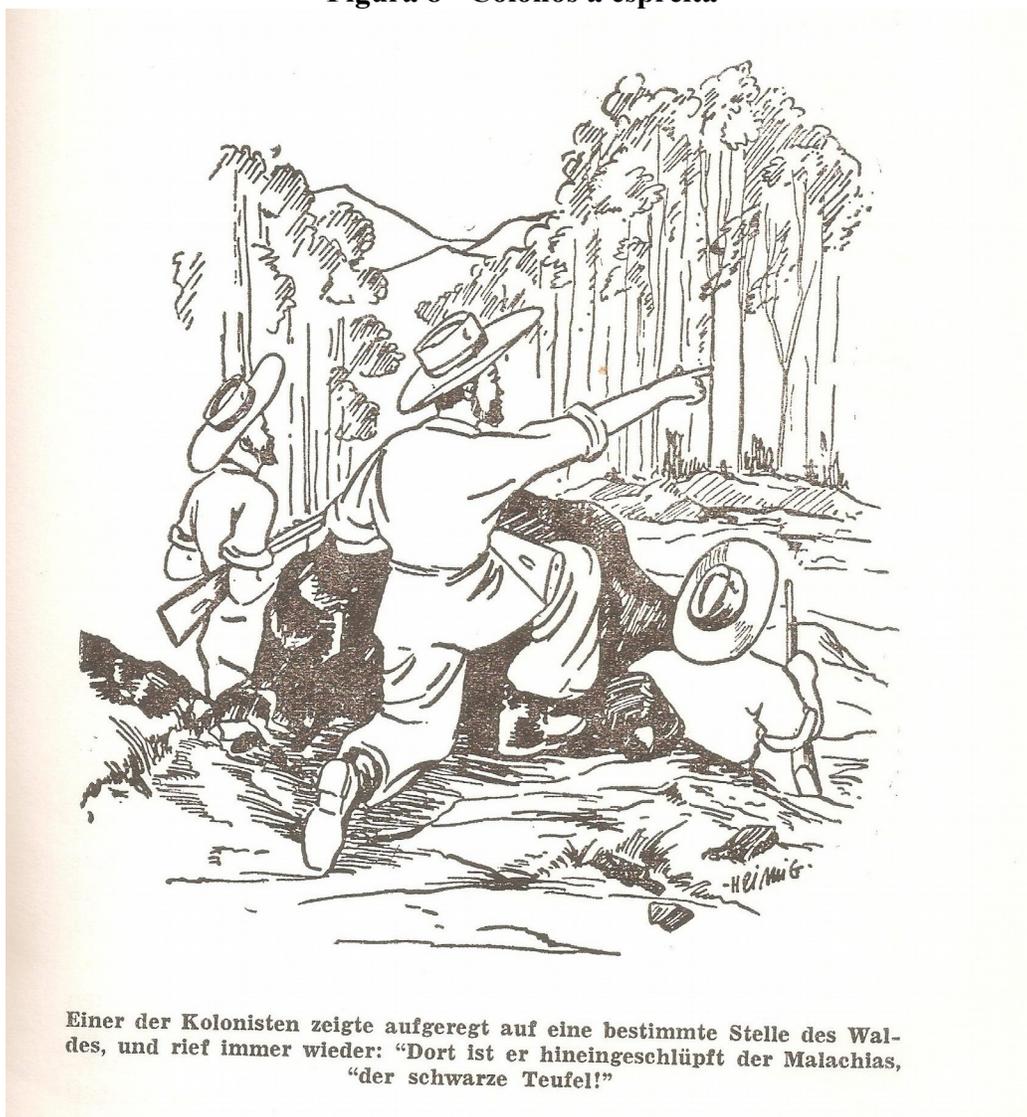
começaram um violento tiroteio de todos os lados. Os salteadores refugiaram-se no mato depois de terem perdido seis homens”. Esta foi, ao que tudo indica, a última investida destes bandos na localidade; consta que não retornaram mais para Nova Petrópolis. O chefe maragato Antônio Correa foi morto algum tempo depois no arroio Santa Maria em uma escaramuça com os colonos da Picada Butiá, a 3 horas de São Leopoldo, sendo feridos ainda os chefes Maneco Leão e Demétrio Ribeiro, dentre outros (AMSTAD, 1999, p. 184).

Os grupos rebelados ligados a Antônio Correa e Maneco Leão também atravessaram por três vezes Picada Café. Em 09 de agosto de 1894, oito maragatos “levaram tantos cavalos quantos lhes agradaram”, perfazendo algo em torno 32 animais. Em 19 de setembro outro grupo, agora de 28 homens, recolheu além de cavalos outros gêneros e dinheiro, pilhando as casas comerciais de Weber e Schneider na linha Holanda. Ao que parece, alegaram alguma coisa de modo que “os colonos armados para a defesa foram tão ingênuos que confiaram nas promessas” dos maragatos que “rindo se foram para casa”. Na terceira visita, “em 15 de novembro de 1894 a população se preparou e logrou fazer frente aos assaltantes” (AMSTAD, 1999, p. 183). Organizados sob a orientação do inspetor de quartelão Pedro Trocour, aguardaram os invasores numa tocaia junto a ponte do arroio Cadeia. A luta produziu vítimas e feridos em ambos os lados (FLORES e FLORES, 1993, p. 102).

Os colonos da linha Walachai (atual Morro Reuter), depois de sofrer muitas estrepolias nas mãos dos bandos beligerantes, organizaram-se com aval do governo e certa feita montaram uma tocaia para os grupos de federalistas que assolavam a região. Uma versão conta que no dia 15 de novembro de 1894 aconteceu um combate no qual acabaram presos sete rebelados além do afamado chefe Malaquias, um afrodescendente, condição que não passou despercebida pelos colonos, e que seria ainda contumaz degolador, o que lhe valeu o apelido de *der schwarze teufel* (TRÄSEL, 1960, p. 30-31). Os rebelados teriam sido “sumariamente fuzilados”, com o que acreditam, “restabeleceu-se a tranquilidade” (AMSTAD, 1999, p. 183-184). Flores e Flores (1993, p. 100-101) fornecem uma descrição um pouco mais detalhada deste embate que acabou se configurar trágico, assinalando ainda que a execução de Malaquias na verdade teria ocorrido para os lados de Dois Irmãos. Nesta versão, Malaquias e seu grupo acabaram perseguidos por colonos dali liderados por João

Werle. Com pouca munição, buscaram refúgio no mato. Um colono intrépido, Otto Sperb, embrenhou-se no meio das árvores, de onde voltou com Malaquias a quem dera garantias de vida. Mas “assim que apareceu na orla, os colonos abriram fogo, morrendo inclusive Sperb que o trazia prisioneiro”.

**Figura 8 - Colonos à espreita**



Fonte: TRÄSEL, 1960, p. 31.

Obs: Numa tradução livre, o texto abaixo da figura quer dizer: Um dos colonos apontou com excitação para um determinado ponto da floresta e gritou: - O Malaquias, o demônio negro, entrou nele.

O fim trágico do colono Sperb evidencia que nem todas as experiências de autodefesa terminaram bem, como igualmente ilustra o episódio ocorrido em Travesseiro. Relativamente organizados há mais tempo por conta das perturbações revolucionárias, os moradores desta localidade próxima a Lajeado foram informados que uma possível invasão da localidade se armava. Assim, “durante semanas, um piquete de jovens se revezava para dar o alarme e defender a comunidade”. Mas nada acontecia, e a guarda foi se acostumando a calma: “passavam horas observando a região e achavam não haver perigo fazer um joguinho de carta”. Distraídos com as cartas, foram de repente “atacados por todos os lados por um piquete de homens armados”. O combate transcorreu com o uso de revólveres e facões e ao final as vítimas estavam quase que irreconhecíveis. Dos nove integrantes da guarda, sete morreram no local, outro foi morto a facão enquanto fugia e apenas um logrou salvar-se (SCHIERHOLT, 1989, p. 245-246).

Os colonos da região de São Vendelino e arredores fundaram em assembleia no dia 17 de setembro de 1893, na localidade de São Benedito, uma associação de defesa contra os ataques dos maragatos e de grupos independentes que aparecessem “aproveitando a situação conturbada daqueles tempos para saques em proveito próprio”. Esta organização, que abrangia as localidades de São Salvador, São Benedito, São Vendelino, Bom Princípio e Harmonia, e posteriormente por adesão Bom Jardim, veio a se chamar *Bürgerverein*. A maior parte dos signatários da formação do *Bürgerverein* também era ligada ao Partido do Centro. Um pouco mais adiante, em Forromeco, a autodefesa se organiza sob a liderança do pastor Kunert (DREHER, 1995, p. 76). Udo Ingo Kunert (1986, p. 86-87), descendente do pastor, concluiu que as “intervenções do *Bürgerverein* foram bastante positivas para a região, a ponto de os diversos bandos ali existentes começarem a evitar a circulação na área dominada” por ele .

Os acontecimentos de Pinheiro Machado demonstram algumas vicissitudes da organização da autodefesa e o difícil problema de lidar com os lados envolvidos no combate e manter uma dita neutralidade frente a ambos. Em 05 de março de 1894, e depois no dia 08, os colonos permitiram a passagem de algumas tropas maragatas que não importunaram a população, mas deram enfrentamento a tropa legalista de Peter Matzenbacher, de 170 homens, que estava em perseguição aos federalistas e hostilizou a

população no dia 10. Na resolução da melindrosa situação que se criara foi buscada a intermediação do *Bürgerverein* e das autoridades da região (KUNERT, 1986, p. 87). Mesmo assim, um articulista escrevia que a Sociedade de Atiradores de Montenegro deveria atuar como mediadora no caso “podendo nela o governo confiar como mantenedora da ordem” (SCHIERHOLT, 1989, p. 206-207). Ou seja, parece que o *Bürgerverein*, assim como algumas das *Kolonieverein*, não gozavam de muita confiança do governo por sua eventual simpatia com os maragatos. Talvez por isso, posteriormente, o governo negou aos colonos de Pinheiro Machado a aquisição de armas modernas (fuzis de repetição), de modo que a autodefesa estava mal equipada e não pode oferecer resistência quando da invasão pelos federalistas em 7 de janeiro de 1895. Avisada da aproximação dos invasores, a guarda optou pela fuga. O major Pedro Franzen, que algum tempo antes criticara a autodefesa dos colonos como sendo um ninho de maragatos, encontrou abrigo na área florestal do entorno junto com boa parte da população (FLORES; FLORES, 1993, p. 102).

Outra situação melindrosa que se apresentou foi a de Teutônia, colônia devastada em várias batalhas e incursões de tropas de ambos os lados, entre 1893 e 1895. Em 17 de outubro de 1893 as tropas legalistas lideradas por Manuel Lautert, Intendente da vizinha Taquari, adentram no distrito. A Assembleia do *Kolonieverein* considera a invasão das tropas legalistas injusta (TRÄSEL, 1960, p. 58) e os colonos as enfrentam, liderados por Peter Huber, Peter Knierim e Heinrich Schüler. Ou seja, parece que ali a *Kolonieverein* adere aos federalistas e em razão disto, vários colonos são presos e enviados para Porto Alegre (GERTZ, 1993a, p. 44). Lautert desconfia e descontenta-se com os colonos, acusando “toda a colônia de inimiga do governo de Júlio de Castilhos”. Posteriormente, o relatório do Capitão Chachá Pereira, um dos comandantes legalistas que atuou em uma das batalhas em Teutônia informa que obtivera dos colonos, de todo o vale do Taquari, a promessa de não colaborar com as forças federalistas: “em toda a zona percorrida por nossas forças têm se me apresentado perto de 600 colonos, alguns dos quais estavam em armas contra nós, por terem sido a isso coagidos e depuseram-nas, comprometendo-se por escrito a auxiliarem o governo na manutenção da ordem, pelo que julgo restabelecida a paz na colônia” (SCHIERHOLT, 1989, p. 164, 189).

Em Santa Cruz do Sul, com o desencadeamento da Revolução, as Associações Coloniais se reuniram para debater as formas de ação caso o conflito chegasse ao município. A reunião foi dissolvida pelo Intendente João Leite Pereira da Cunha, sob alegação de subversão. Para proteger a colônia, Cunha cria uma força específica sob seu comando, os patriotas, alojados na Câmara Municipal. Como havia uma orientação do governo estadual de não recrutar colonos para combater os rebelados, motivada talvez por uma desconfiança acerca da sua lealdade, que em Santa Cruz do Sul parecia ser mais consistente, a ação do poder público municipal voltou-se para a incorporação de homens da população de ervateiros ou serranos que ainda viviam nos arredores. Esta incorporação aconteceu de forma compulsória e contra ela os serranos reagiram com a deserção. O Intendente em represália proibiu o comércio com estas populações, o que redundou em uma revolta e na estagnação do comércio local, ou seja, um problema dos dois lados: os serranos se viram sem acesso a itens de sua necessidade e os comerciantes locais foram privados de uma clientela importante (GERTZ, 1993a, p. 47).

Em 10 de fevereiro aconteceu uma invasão dos serranos em Santa Cruz, sob a liderança de Zeca Ferreira. Ao que parece, esta invasão recebe o beneplácito das *Kolonieverein*, pois na sequência duas colunas de colonos, uma comandada por um cidadão de nome Schwantes, reunindo 300 homens, e outra comandada pelo comerciante Theodor Schilling, adentram na cidade. As autoridades partem, inclusive o telegrafista que leva a aparelhagem. Foi depois proclamada a chamada neutralidade de Santa Cruz, que persiste por 4 meses. Um cidadão descreve a situação: “estamos aqui num tipo de país das delícias, nenhum político feroso, nenhuma polícia, nenhum telegrafista, nenhuma repartição arrecadadora de impostos. Tudo muito bonito – mas tem um galho: nós cidadãos temos de cuidar de nós mesmos” (Citado por GERTZ, 1993a, p. 47-48). Negociações com as autoridades, por um lado, e com o líder dos ervateiros, Zeca Ferreira, por outro, restabelecem a paz e a autoridade do governo estadual na região.

Uma retomada mais efetiva das iniciativas de autodefesa na região colonial aconteceu no último ano da guerra, quando também sucedeu o que parece ser uma degeneração das hostes rebeladas, que sem um controle ou comando maior sobre elas, aliado a perda de objetivos militares claros, exequíveis e de alguma envergadura, estas se

viram atuando principalmente para obter recursos para a sua sobrevivência, configurando mais nitidamente um quadro de “ataque de bandidos com saques e violências a esmo” (GERTZ, 1993b, p. 120). Concomitante, ocorreu um incentivo governamental para a iniciativa de autodefesa, para não falar de um esforço de cooptação destas populações. O governo, que a esta altura já estava despido de alguns dos seus preconceitos com a região colonial, passou a ver na autodefesa uma forma mais eficaz de manter a salvaguarda de um importante espaço econômico que muitos recursos produzia para o estado.

Assim, em São Sebastião do Caí e São Leopoldo registra-se a criação de grupos de autodefesa, sob o patrocínio das Intendências dos dois municípios. Em 07 de março de 1895, a convite do Intendente Paulino Ignácio Teixeira, junto ao prédio da intendência de São Sebastião do Cahy compareceu “grande parte da população [da vila] (...) em sua quasi totalidade comerciantes e industrialistas” para que, a exemplo das colônias de Nova Petrópolis, São José do Hortênsio, São Vendelino, Forromeco e São Leopoldo, armada e unida oferecesse resistência aos bandos que infestavam a região. A ideia, conforme era informado pelo jornal *A Federação*, foi aceita sem contestações, ficando acertado que a população se organizaria nos 4 quarteirões em que se dividia esta parte do município para oferecer eventual resistência a algum tipo de ataque, sob o comando de comissões em cada um deles. De modo semelhante se procedeu no dia 17 do mesmo mês quando na vila de Santanna do Rio dos Sinos, a população reunida organizou-se sob comissões nos 15 quarteirões que correspondiam aquela parte de São Sebastião do Cahy<sup>142</sup>.

Na região do município de Lajeado, no vale do Taquari, que foi por quase todo o período da guerra assolada pelos dissabores do conflito, as linhas interioranas, quando apoiadas pelo poder público, implementaram as suas formas de vigilância, guarda e resistência aos grupos belicosos, principalmente os rebelados. E no último ano da guerra ocorreu uma distribuição de armas por parte da municipalidade (SCHIERHOLT, 1995, p. 94).

---

<sup>142</sup> Jornal *A Federação* de 09.03.1895. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

### 2.2.1 A Batalha de Santa Clara

Foi a picada de Santa Clara que protagonizou o combate mais famoso envolvendo os colonos organizados para repelir a penetração de bandos armados em busca de requisições. Este evento aconteceu em maio de 1895, já no período final da guerra. Por dois anos a localidade lograra manter-se a salvo da movimentação das colunas beligerantes, por meio do emprego de uma colaboração com as tropas governamentais a custo de enviar, voluntariamente, gado e mantimentos. Mas em 1895, tropas maragatas, ou melhor dizendo, serranos ou ervateiros<sup>143</sup>, circulavam pelos arredores e esperava-se que fossem aparecer em algum momento na localidade (FIRMBACH, 1995, p. 37-57).

Aconteceram incursões federalistas em Nova Berlim (hoje Sampainho, localidade vizinha a Santa Clara) já em fins de março. Numa destas ocasiões, o colono Jakob Jommer, na defesa de seu gado, fez uso de sua arma e acabou acertando um dos bandoleiros, que morreu no local. Seguiram-se em abril outras incursões de grupamentos serranos que adentravam as linhas coloniais do interior de Lajeado, vizinhas a Santa Clara e avançando na própria, ocorrendo algumas escaramuças com colonos que revidavam a estas movimentações. Perto de 28 de março aconteceram novas incursões de grupamentos ligados a Zeca Ferreira, importante liderança dos ervateiros, ou serranos, que entraram na picada Aurora, ocasião em que a propriedade de José Rockembach foi saqueada sob os olhos da esposa e filhos. Outros colonos experimentaram semelhante infortúnio. Em função destes acontecimentos, José Diehl, uma liderança que desfrutava de respeito na comunidade, propõe aos colonos uma organização para opor resistência “de armas na mão”. Os colonos, “habitados a uma vida pacífica, não quiseram decidir a este passo e José Diehl, frustrado, abandonou a reunião” (FIRMBACH, 1995, p. 39-40).

---

<sup>143</sup> Não há nenhuma evidência maior que possa indicar que os colonos percebessem alguma nuance no sentido de distinguir os grupos beligerantes que assolavam as localidades entre maragatos mais legítimos ou serranos e ervateiros, eventualmente engajados por alguma razão na revolução, mesmo que parar tirar proveito, o que parece ser a acepção mais comum. Aparentemente, identificavam a todos como maragatos ou bandidos simplesmente. Assim, no contexto da batalha de Santa Clara, maragatos, serranos ou mesmo bandoleiros, na prática, são sinônimos, embora, numa análise mais profunda, sejam figuras diferentes.

O mês de abril transcorreu de modo semelhante, ou seja, com incursões de bandos armados recolhendo gado e outros itens de sustento, além de armas. Estas incursões chegam cada vez mais perto de Santa Clara e a 2 de abril acontecem na vizinha Picada Eckert, localidade situada a meio caminho para Lajeado. José Diehl e alguns colonos se prontificam a organizar um serviço de vigilância. Em 04 de abril um grupo mais numeroso e armado volta a invadir a Picada Aurora e saqueia algumas propriedades, movimentando-se na localidade mantendo tiroteio e "fazendo pontaria sobre todos os moradores que lhes caíssem na mira". Entrementes, cerca de "dezessete rapazes e homens adultos haviam se armado e partiram em perseguição" aos invasores, pondo-os em debandada. Outros colonos posicionados na Linha Clara posterior, ou baixa, cortaram o caminho dos invasores, alvejando-os e ferindo vários (FIRMBACH, 1995, p. 43-44). Na noite deste mesmo dia, 4 de abril, os colonos realizam uma reunião em que decidem pela mobilização em prol da defesa e escolhem José Diehl como comandante da iniciativa. Mas no dia seguinte, em plena sexta feira santa, sugerindo uma provocação, mais um grupo de 20 federalistas invade Santa Clara e saqueia alguns colonos (SCHIERHOLT, 1989, p. 255).

Um sistema de vigilância é organizado e Diehl entabula conversa com o Intendente de Lajeado, Júlio May, para a obtenção de armas melhores para a iniciativa dos colonos, visto que as existentes eram poucas, antigas e de qualidade inferior. O contato com o Intendente é bem-sucedido e sua intervenção possibilita a compra de armas em Porto Alegre com o beneplácito do governo estadual. No mês de abril novas incursões voltam a acontecer, e quando a guarda estacionada na Picada Eckert é atacada, esta consegue rechaçar os atacantes. Estes se dirigem, de novo, para a propriedade de Jakob Jommer, onde travam tiroteio com o proprietário e seus dois filhos. Apesar da heroica oposição oferecida pelos Jommer, a propriedade é saqueada e destruída e os três acabam feridos. A movimentação de bandos de rebelados nos arredores de Santa Clara continua pelos meses de abril e maio (FIRMBACH, 1995, p. 44-46).

Em 05 de maio um grupo ligado a Zeca Ferreira circula pela Picada de Santa Clara cometendo as mesmas práticas, mas enfrenta maior resistência por parte dos colonos, a esta altura mais organizados e armados. Na noite do dia 14 de maio, a notícia de que José da Rocha, chefe maragato, estaria estacionado na então Picada de Boa Esperança (Venâncio

Aires) leva José Diehl a reunir cerca de 40 homens, que foram ainda reforçados por mais colonos da Picada Eckert. Se dirigem para Boa Esperança no intuito de dar combate aos pretensos invasores, mas nada encontram. Na madrugada, ao depararem-se com uma vanguarda inimiga, acabam ferindo um dos integrantes e matando outro. Em 15 de maio chega às mãos de José Diehl uma carta escrita por Antônio Ribeiro dos Santos, a mando de Zeca Ferreira, em que ameaça “aniquilar a picada, matando os homens e tomando conta das mulheres”. É o estopim para consolidar a decisão de manter a autodefesa. A carta ainda informa que a força preparada para invadir Santa Clara seria de mil homens, mas estariam dispostos a manter garantias de vida caso a população colaborasse. A resposta enviada de volta recusa a oferta, considerada duvidosa, salientando ainda os motivos que alimentavam a autodefesa, deixando claro “que condenavam o grande número de roubalheiras cometidas pelos fita-vermelhas” (FIRMBACH, 1995, nota 18, p. 47-49).

Conforme Träsel (1960, p. 132), Diehl conclama a população de grande religiosidade. Relembra ainda aos colonos, nos momentos que antecederam o combate, a responsabilidade que cabia a cada um na defesa da comunidade, apelando, face ao clima de tensão e pavor que tomava conta daquela população colonial, para a consciência dos imensos riscos que as famílias corriam com a eventual tomada da localidade.

Que vem esses ladrões e assassinos procurar entre nós? Se vencerem, só trarão desgraça sobre nossa bonita Santa Clara. Trata-se de ser ou não ser, quando os nossos inimigos chegarem. A grande maioria de nós hoje à noite ou estará morta, estirada no campo de batalha, ou teremos vencido e colocado em fuga os nossos temidos inimigos. Se vencermos não estará o inimigo dançando com nossas mulheres, filhas ou - apelo a força jovem da comunidade – com a eleita de vosso coração.

A batalha principal de Santa Clara teve lugar em 28 de maio. Ao clarear o dia, a sentinela deu o alarme e os sinais combinados previamente passaram de casa em casa. Um grande número de atacantes entrou na picada pela estrada principal, empurrando uma pequena guarda que resistia ao mesmo tempo que recuava estrategicamente. Posicionados na defensiva, bem protegidos atrás de uma taipa de pedra e tomando providências no sentido de evitar o cerco, um grupo de 50 defensores suportou três grandes investidas dos invasores. Após 3 horas de batalha, a maior parte destes parecia ter recuado. Um grupo de colonos, de 12 homens, ainda seguiu por um atalho no intuito de interceptar a tropa

debandada, mas topou com um reforço dos invasores que vinha da Picada Aurora. Enfrentados, também foram fustigados (FIRMBACH, 1995, p. 49-55). Um pequeno reforço de 5 homens em apoio aos colonos ainda chegou de Lajeado, mas já não havia mais nada a fazer.

**Figura 9 - José Diehl no local do combate e sepultura de um maragato**



Fonte: SCHIERHOLT, 1989, p. 259.

O jornal A Federação também noticiou a invasão de Santa Clara pelos maragatos. Informou que estes atuaram divididos taticamente em dois grupos: o maior, de cerca de 150 homens se dirigiu diretamente a Picada de Santa Clara, ao passo que o grupo menor, de mais ou menos 50 homens, deveria seguir pelas linhas Sampaio e Santa Emília, atraindo os colonos de Santa Clara atrás de si, de modo que o grupo principal não sofresse resistência. Segundo o jornal, o plano não funcionou e a causa foi o envolvimento do grupo menor em

requisições e saques nas duas linhas, se demorando portanto, de modo que os colonos de Santa Clara entraram em combate com o grupo principal<sup>144</sup>.

Os invasores abandonaram o campo deixando mortos e feridos, além de armas, outros pertences menores e cavalos. Constam nos escritos de diversos cronistas que teriam levado grande quantidade de feridos, e mesmo os mortos, que teriam sido amarrados em dois nos cavalos, o que também dificulta um pouco a precisão sobre os números neste aspecto. Conforme Träsel (1960, p. 136-137), teriam morrido no combate 8 serranos e seriam na ordem de 35 a 40 os gravemente feridos; o Pe. Ambrósio Schupp, citado por Träsel, estima que os serranos contaram 4 mortos e algo em torno de 40 feridos, além de abandonar 35 cavalos com arreios, laços e ponchos, números que Amstad (1999, p. 180) também compartilha, com poucas alterações. Algumas fontes podem avantajarem os números: Miguel Schauen (1998, p. 30-32) indica que os feridos bem poderiam passar de 100, e o depoimento de Antônio Ruschel, citado por Träsel, garante que os serranos mortos seriam entre 50 e 60. O jornal *A Federação* por sua vez dá conta de 8 mortos e mais ou menos 30 feridos<sup>145</sup>. Os colonos, afortunados, tiveram apenas um ferido: Nicolau Klein, baleado na perna, que gangrenou e precisou ser amputada (FIRMBACH, 1995, p. 52).

A batalha de Santa Clara terminava com enorme êxito para os colonos, que em pequeno número fizeram debandar uma tropa invasora bem mais avantajada, montada, em tese experimentada em algum combate e aparentemente com algum armamento. Um escrutínio dos detalhes permite perceber alguns elementos que tornam explicável o desenrolar do evento com o resultado que apresentou<sup>146</sup>. Um primeiro aspecto que merece ser observado é o número de combatentes envolvidos no embate e as condições destes. Apesar de vários cronistas da batalha darem relevo à disparidade de forças, a princípio extremamente desfavorável para os colonos, o que enaltece de forma laudatória o feito destes, o número mais realista é apontado por Schierholt (1989, p. 263), com base em documento enviado por Júlio May, intendente de Lajeado, para Júlio de Castilhos, relatando o episódio, onde informa que “um bando de 200 revoltosos a mando de Juca

---

<sup>144</sup> Jornal *A Federação* de 01.06.1895. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>145</sup> Jornal *A Federação* de 01.06.1895. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>146</sup> Uma análise deste embate, inclusive coincidente em alguns aspectos com o desenvolvido na Tese, também foi confeccionado por Castro e Padoim (2000, p. 143-155).

Ferreira” fora derrotado pelos colonos de Santa Clara<sup>147</sup>. Este número também foi veiculado pelo jornal A Federação quando noticiou o acontecido<sup>148</sup>. Portanto, a relação entre os oponentes ficaria em 4 para 1, ainda assim uma situação desfavorável para os colonos. Em sendo correta a informação veiculada no A Federação, sobre a divisão tática dos invasores em dois grupos, efetivamente apenas 150 atacaram frontalmente Santa Clara naquele dia, diminuindo mais um pouco a desvantagem dos colonos.

Um segundo elemento importante foi a preparação dos colonos e o fato de que o ataque era esperado. A colônia não foi surpreendida, mas soube com antecedência de algumas horas que a tropa inimiga se movimentava<sup>149</sup>, graças a vigilância montado pelos colonos. O terceiro elemento a ser considerado refere-se ao uso pelos colonos do terreno como forma de compensar a desvantagem numérica. Assim, um esquema bem montado de guardas estava distribuído ao longo da única estrada que dava acesso a picada, o que impossibilitava qualquer movimentação furtiva. E o grupo principal dos colonos, comandado por Diehl, estava bem entrincheirado numa posição defensiva, junto ao Morro do Loblein, protegido por uma taipa de pedras, o que compensava em muito sua inferioridade numérica. Para lá o grupo que inicialmente trocara tiros com os invasores se retirara, atraindo os oponentes. Da posição em que estavam, os colonos dispunham de excelente vista e conseguiam atirar com desenvoltura e precisão, ao passo que o contrário se dava com os invasores: “eles tinham dificuldade de acertar alguém” (SCHIERHOLT, 1989, p. 261-263).

O quarto elemento que torna explicável o sucesso dos colonos foi uma certa disponibilidade de armas e munições por parte dos colonos, ao passo que, provavelmente, o contrário acontecia com os serranos que invadiram a picada. Obviamente que a colônia não

---

<sup>147</sup> Ainda conforme Schierholt (1989, p. 263) Zeca Ferreira também era referido como Juca Ferreira, embora realmente não fosse usual o uso deste apelido para designá-lo. O dado apurado por Schierholt torna mais realista a situação, escapando a algumas contagens mais afastadas da objetividade, que chegavam a contar até perto de mil invasores, como queria sugerir a carta enviada pelo próprio Zeca Ferreira. Träsel, conforme citado por Schierholt, não é exato – num dos seus escritos indicou que os invasores poderiam ser em torno de 600, noutra sugeriu um número menor, em torno 350. Amstad (1999, p. 180) afirma que os invasores seriam entre 400 e 500.

<sup>148</sup> Jornal A Federação de 01.06.1895. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>149</sup> Este aspecto consta no relato de Miguel Schauen sobre o acontecido. Segundo ele, Fernando Kunkel, que era simpatizante dos federalistas e soubera de detalhes da movimentação destes, acabou por alertar a família Klein, onde sua filha trabalhava como empregada doméstica, do que estava em andamento. Este aviso foi repassado até chegar a liderança da autodefesa, que encaminhou os preparativos adequados (SCHAUREN, 1998, p. 30-32).

estava de todo desarmada, pois os colonos possuíam algumas armas de fogo, de tipos variados, embora predominassem as chamadas armas de caça e pistolas. Não eram armas modernas, mas antigas, o que quer dizer que a precisão não era das melhores. O contato com o governo permitiu a aquisição de armas numa época em que havia restrições, de modo que foram incorporadas 17 armas modernas, ou seja, fuzis de repetição (FIRMBACH, 1995, p. 49-50). Do lado dos invasores, se dava o oposto. De modo geral, a maior parte das fontes dão conta que os maragatos que atuaram nas colônias velhas, e os serranos particularmente, estavam mal vestidos e pior ainda armados (SCHIERHOLT, 1995, p. 86-87)<sup>150</sup>. O fato de estar montado constituía um dos poucos aspectos em que o combatente maragato poderia se equivaler ao legalista, mas que na região colonial não configurava grande coisa por conta da formação do relevo que inviabilizava as cargas de cavalaria e por isso o animal era usado muito mais como meio de transporte do que como equipamento bélico. No combate de Santa Clara o cavalo deve ter sido de pouca serventia e foi, quando usado pelos atacantes, alvejado e inutilizado em quantidade considerável<sup>151</sup>. A escassez de armas e munições se faz notar pela dificuldade dos atacantes em dar cobertura ao ataque frontal por eles perpetrado concentrando o fogo de suas armas sobre os colonos na sua trincheira, ou muro de pedra, no intuito de minorar a cadência de disparo destes. Isto fica evidente pelos relatos que dão a entender que os invasores se lançaram sobre os defensores, mas não conseguiram uma aproximação de modo a fazer valer seu número,

---

<sup>150</sup> De modo geral, os federalistas se viram com problemas relacionados ao armamento. Não era abundante, dadas as dificuldades de recursos para comprá-lo e aquele disponível pecava pela heterogeneidade, o que exacerbava sobremaneira o problema da munição. Esta, além de escassear rapidamente, geralmente era imprestável frente as armas que estavam a mão (AXT, 2018, p. 115). No fim das contas, as armas brancas, dentre elas as lanças, eram as melhores e mais usadas. Este quadro também se repetia na região do Taquari e conforme Schierholt (1995, p. 86-87), “na zona colonial, os maragatos praticamente não possuíam armamento militar, a não ser quando conseguiam tomar de alguma força castilhistas, o que quase nunca acontecia”. O contrabando de armas pelo rio era uma alternativa possível, mas pouco viável. Era possível recolher aquelas que os colonos dispunham, mas estas eram armas de caça, pistolas, enfim, armas simples considerando o fim militar. José Altenhofen chegou a ir ao Planalto, pouco antes da Batalha do Pulador, para manter contato com outros grupos federalistas para obter armamento, mas conseguiu apenas cartuchos vazios para recarregar. Assim, “restava aos maragatos o uso de armas de caça, alguma pistola, armas brancas, como espadas, punhais, facões, foices, machadinhas, lanças de guamirim ou outra madeira mais resistente”. Muitos outros números podem ser exagerados, como quando Amstad menciona que, em 17 de dezembro de 1894, 700 homens sob o comando de Trindade de Oliveira teriam sido repelidos por algo em torno de 40 a 50 defensores no ataque perpetrado pelos federalistas a Lajeado, deixando cerca de 30 mortos e 22 feridos (AMSTAD, 1999, p. 182-183). Ou seja, a carência de armas por parte dos rebelados fornece uma explicação plausível para tal desenlace na batalha, a despeito do exagero dos números.

<sup>151</sup> Depois da batalha, foram achados 20 cavalos mortos e 30 feridos (Jornal A Federação de 01.06.1895. Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

sendo obrigados a retirada precoce. A vantagem numérica só poderia vir a ser de fato um elemento decisivo no combate corpo a corpo, o que no caso de Santa Clara não aconteceu, sendo, pela tática empregada pelos colonos, habilmente evitado. Além disso, a qualidade dos combatentes maragatos talvez se equivalesse ao caráter meio improvisado em que se deu a sua organização, havendo presença de muitos recrutas forçados e, no caso dos serranos principalmente, com tosco ou nenhum treinamento. Os escritos de alguns cronistas pretendem indicar que os serranos constituíam-se numa tropa bastante indisciplinada, com rarefeita, para não dizer nenhuma, capacidade de movimentação tática (TRÄSEL, 1960; FLORES; FLORES, 1993, p. 103-108), generalização esta que parece um tanto enviesada, carecendo de um maior aprofundamento, senão uma completa revisão.

Por fim, a batalha de Santa Clara se insere perfeitamente no cenário final da guerra civil que assolava o Rio Grande do Sul. Os contatos com as autoridades certamente encorajaram e deram suporte para a organização da empreitada da comunidade, como atesta a intermediação na obtenção de armas. É visível que a liderança dos colonos era uma figura francamente ligada aos republicanos, mantendo-se a comunidade conectada com esta perspectiva por quase todo o período do conflito. Basta lembrar que fora implementado no início da guerra um “sistema de proteção” (FIRMBACH, 1995, p. 56) que nada mais era do que a colaboração com as tropas governamentais. Ademais, a obtenção de armas não contrasta com o que acontecia em todo o município de Lajeado naquele período, como demonstram as pesquisas de Schierholt (1989 e 1995) acerca da distribuição de armas por parte da municipalidade entre algumas linhas coloniais. De outro lado, as hostes rebeladas já atuavam muito mais para obter sustento e desprezando objetivos militares de relevância, assim como elos de contato com as populações coloniais, o que permitiu que a imagem de que eram apenas, ou principalmente, bandidos ganhasse corpo.

### 2.3 A organização e a importância da autodefesa colonial

Em paralelo as ações mais espontâneas e localizadas, uma organização mais sistemática da autodefesa aconteceu em torno das *Kolonieverein* (associações coloniais), e/ou do *Bürgerverein*<sup>152</sup>, e das Sociedades de Tiro, que foram sendo criadas ou reforçadas a medida que as intempéries revolucionárias iam empurrando os colonos para o brete da autodefesa. Sem dúvida, demonstram um empenho organizativo dos colonos e que se conecta com as outras experiências associativas que se desenvolviam no meio colonial.

Particularmente, as *Kolonieverein*, sem desmerecer outros aspectos e ou objetivos de sua formação, deveriam, no contexto de guerra já deflagrado, isentar as colônias das graves perturbações que dela adviriam. Elas surgiram na sequência da malograda tentativa de organização do *Koloniepartei* e do Partido do Centro, que experimentaram graus variados de penetração na região colonial. Postas à prova, as *Kolonieverein*, e o *Bürgerverein*, não atuaram de forma uniforme e experimentaram caminhos divergentes em face dos desafios da Revolução Federalista. Parece, pensando no objetivo proposto de salvaguardar as colônias das intempéries revolucionárias, que muitas destas organizações se tornaram um elemento dos conflitos e não um obstáculo a sua chegada nas colônias. Para isto convergiram fatores de ordem local, que entrelaçadas com as circunstâncias que sacudiam o estado inteiro, produziram contextos singularizados. Teutônia e Santa Cruz do Sul foram situações que evidenciam este desenrolar mais singularizado.

Segundo Hilda Flores (1993, p. 107) para quem a autodefesa também se liga ao “aguçado espírito associativo” dos colonos, que “resolviam em mutirão problemas

---

<sup>152</sup> De modo geral, a maior parte das associações coloniais que surgiram naquele contexto são denominadas de *Kolonieverein*. Mas para a experiência que se desenvolveu no interior de Montenegro, foi, por alguma razão utilizado o termo *Bürgerverein* (KUNERT, 1986).

comunitários”, as Sociedades de Atiradores pipocaram em “praticamente todas as picadas para se auxiliarem mutuamente e somarem forças contra o inimigo comum, já que o governo muitas vezes ausente, pouco podia ou queria fazer pela proteção dessas pequenas comunidades”. Embora dizer que em praticamente todas as picadas teriam surgidos iniciativas deste tipo possa ser exagerado, em algumas localidades, como Montenegro, Nova Petrópolis e em Agudo efetivamente aconteceu a atuação destas Sociedades de Tiro<sup>153</sup>. Elas também eram particularmente difundidas em Santa Cruz, onde existiam além das de tiro, as de cavalaria (MARTIN, 1999, p. 105-109). Assim sendo, é perfeitamente compreensível quando “os colonos apelaram para uma velha tradição existente na Alemanha, e cultivada com verdadeiro fervor”: as *Schützenverein* (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 235). Constituíram-se de fato organizações paramilitares, com um ‘comando central’ e um ‘estado-maior’, os homens válidos eram arregimentados e alguns ensinamentos de ‘artes militares’ eram ministrados. Além de treinarem ordem militar, “reuniam armas e munições, estabeleciam um sistema de alarme, convencionavam senhas, montavam guarda de 24 horas nos acessos das picadas, dividiam-se em grupos e subgrupos” (FLORES, 1993, p. 107).

Nova Petrópolis fechou os acessos com guarda permanente e um complexo sistema de alarmes, com sinais luminosos e sonoros e mesmo tiros, o que punha de “prontidão o ‘exército’ inteiro em pouco tempo”. Berta Katarina Bratz recorda: “meu pai tinha um cornetão de lata grande que a gente ouvia até a vila (...) com isso ele assoprava e dava sinal quando os maragatos vinham”. Hilda Raimann também lembra este aspecto: “Naquela época (...) por toda a parte eles tinham uns tubos de latão, para dar sinal, que o outro também escutasse, para se juntarem um pouco” (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 239).

A geografia das picadas poderia contribuir para facilitar, ou dificultar, o esforço de defesa. No caso de Santa Clara, o único acesso por uma estrada sinuosa que conduzia a pequena vila permitiu visualizar com facilidade a aproximação de um numeroso

---

<sup>153</sup> Conforme Amstad (1999, p. 354), havia, pelo menos, uma Sociedade de Atiradores em Agudo, fundada em 1889, reunindo em na década de 1920 cerca de 122 sócios. Posteriormente foi fundada outra em Rincão Pinhal, em 1897. Em Santa Clara este tipo de associação também surgiu com o final da revolução, tendo sido fundadores os participantes da célebre batalha, entretanto, não há notícias maiores da existência de tal associação antes.

contingente e a guarda, bem posicionada, deu alarme por meio de tiros, de modo que os colonos pudessem dar encaminhamento aos procedimentos de defesa. Uma situação parecida, de um único acesso, possibilitou a um pequeno grupo de colonos da Picada de Arroio do Meio improvisarem uma emboscada aos bandoleiros que vieram em busca de requisições, que foram surpreendidos retornando pelo mesmo caminho em que adentraram.

Na região de São Vendelino, onde se constituiu o *Bürgerverein*, foi implementado um sistema que hoje poderia ser considerado pitoresco, mas que teve sua funcionalidade na época. Nele, utilizavam-se os sinos das igrejas, que replicavam alertando para comunicar alguma irregularidade, e explosivos, como foguetes e rojões, inclusive levados para a roça por muitos colonos. De forma parecida com Santa Clara a geografia da região, acidentada, permitia visualizar com antemão a movimentação estranha nos vales, que quando confirmada desencadeava procedimentos previamente combinados: o “colono soltava alguns foguetes para avisar seus companheiros” (KUNERT, 1986, p. 87).

Com a deflagração da guerra civil no Rio Grande do Sul, foram estabelecidas restrições para a aquisição de armas melhores, principalmente fuzis de repetição como Winchester e Spencer. Assim, os armamentos disponíveis eram principalmente as armas de caça dos colonos, espingardas de chumbo e revólveres, em sua maioria mais antigas, embora não fossem inexistentes algumas armas de qualidade superior. Na Picada de Arroio do Meio, por exemplo, o colono Jakob Binsfeld possuía uma “arma de guerra francesa” (SCHAUREM, 1998, p. 31). No período final do conflito, quando o governo já sinalizava outra postura em relação às colônias, este permitiu a compra de armas melhores, como aconteceu com os colonos de Santa Clara, que conseguiram comprar 17 fuzis de repetição em Porto Alegre, ato intermediado pelo poder público de Lajeado. O município de Lajeado também distribuiu cerca de 34 fuzis Chassepot e munição entre os colonos de modo a facilitar a sua autodefesa. Quando Clemente Riedel toma a iniciativa de montar uma autodefesa no interior de Venâncio Aires, o poder público municipal se prontifica a intermediar a obtenção ou compra de armas melhores (SCHIERHOLT, 1989, p. 253-256). Houve exceções, como foi o caso de Pinheiro Machado, a quem o governo negou este benefício, talvez por desconfianças que os colonos da localidade fossem por demais alinhados aos rebeldes.

Não é temerário afirmar que em geral os colonos adotaram uma posição defensiva, apropriada a situação que enfrentavam, contra grupamentos beligerantes que se acreditava experimentados, e de acordo com o objetivo principal a que se propunham, ou seja, a proteção das localidades, pessoas e patrimônios. Ocasionalmente esta postura defensiva podia ser abandonada, e uma delas aconteceu em Santa Cruz quando um numeroso grupo de colonos, divididos em duas colunas, sendo uma delas com 300 homens, adentrou na cidade quando da invasão dos serranos (GERTZ, 1993a, p. 48). Outro caso foi em Santa Clara, quando em face da notícia de que um grupo de serranos estava em uma localidade próxima, em preparativos para invadir a picada. Sem muita hesitação, José Diehl e mais 40 homens foram a cavalo em busca dos inimigos, porém sem nada encontrar, salve dois homens que pareciam maragatos e foram alvejados, sendo um morto de imediato (FIRMBACH, 1995, p. 45-50).

Mesmo assim, a mobilização tática dos colonos foi quase sempre cautelosa, defensiva, com a montagem de guardas e vigilâncias, distribuídos em turnos, organização de emboscadas em pontos estratégicos de fácil visualização e com vantagem para a proteção dos defensores. Isto é particularmente evidente na experiência de Santa Clara, onde a guarda dos colonos habilmente conseguiu atrair o bando que adentrava na picada para um lugar escolhido para o enfrentamento, em que o grosso do efetivo da autodefesa estava posicionado atrás de uma taipa de pedra, bem protegida e com excelente vista. Nota-se que os colonos de Santa Clara, ao menos sua liderança, não eram de todo desinformados das lidas bélicas, pois que tomaram os devidos cuidados para que não fossem flanqueados e acabassem cercados (FIRMBACH, 1995, p. 45-50). Não eram raros os colonos veteranos de guerras passadas, da região, como a do Paraguai, ou da Europa, como a Franco-Prussiana de 1870-71. Este era o caso de Wilhem Hoffmann que residia em Teutônia e desempenhou importante função da formação da sociedade local de canto, fundada em 1899 (AMSTAD, 1999, p. 341). É possível imaginar que este não tenha sido o único envolvimento associativo de Hoffmann. Igualmente é ilustrativo de uma certa experiência bélica o caso dos colonos de Nova Petrópolis, que as voltas com a passagem de algum grupo armado, quando se locomoviam a cavalo pelas estradas da localidade, designavam um dos seus para ser o “*Spitzreiter*, aquele que ia na frente e observava”. Certa feita, “esse encontrou um portão fechado com um cipó. Parou, e gritou pros outros que vinham, mais

duzentos: - aqui não é limpo” (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 237). Lamentavelmente um destes encontros foi fatal e o *Spitzreiter* acabou derrubado por um tiro disparado por um dos salteadores perseguidos pelos colonos. Da mesma forma, é possível perguntar se a intrépida ação desenvolvida em Santa Cruz guarda conexão com a acentuada difusão das sociedades de tiro e cavalaria nesta região<sup>154</sup>.

Não são muito abundantes os vestígios e mesmo estudos sobre estas organizações de colonos teutos no contexto da década de 1890, como as *Kolonieverein* e o *Bürgerverein*. O professor Udo Ingo Kunert foi dos poucos a escrever sobre esta última experiência, detalhando alguns aspectos que talvez possam ser generalizados para as outras, a medida que, acredita-se, não fossem iniciativas de todo isoladas, apesar das suas particularidades. Esta organização surgiu de uma assembleia reunida em São Benedito, interior de Montenegro, reunindo representantes das localidades de São Salvador, São Benedito, São Vendelino, Bom Princípio e Harmonia, sendo que posteriormente outras, como Bom Jardim aderiram. O evento foi noticiado pelo jornal *Deutsches Volksblatt*, que ainda informava que a maioria dos presentes também se ligava ao Partido do Centro, de influência católica (KUNERT, 1986, p. 86).

Assim sendo, que o *Bürgerverein* corresponda a iniciativa deste fração católica da sociedade colonial, poder-se-ia averiguar o quanto que as *Kolonieverein* correspondem a fração protestante evangélico luterana, ou mesmo se esta categorização faz sentido. Os estudos de Gertz (1993c, p. 73-74), principal autoridade acadêmica a debruçar-se sobre as *Kolonieverein* não indicam uma resposta afirmativa neste sentido, apontando, tão somente, o fio condutor que liga o *Koloniepartei* até as *Kolonieverein*. Na verdade, pesquisas mais aprofundadas precisam ser conduzidas acerca deste assunto.

O *Deutsches Volksblatt* de 21 de agosto de 1894, quase um ano após a fundação, publicou os estatutos do *Bürgerverein*. Este documento estabelece como principal motivo

<sup>154</sup> Em Santa Cruz, e nos seus arredores, existiam desde antes da Revolução Federalista, as seguintes sociedades de tiro: *Deutscher Schützenverein* Santa Cruz (1872), *Schützenverein* de Rio Pardinho (1882), *Deutscher Schützenverein* de Rio Pardinho (1883), *Deutsch-Brasilianischer Schützenverein* de Picada Santa Cruz (1884), *Brasilianisch-Deutscher Schützenverein* de Vila Santa Cruz (1884), *Deutscher Schützenverein* de Sinimbu (1889), *Deutscher Schützenverein* de Dona Josefa (1890), *Deutscher Schützenverein* de Andreas (1894), e as seguintes sociedades de cavalaria: *Ulanenclub* Santa Cruz (1885), *Ulanenclub* de Rio Pardinho (1888), *Ulanenclub* de Ferraz (1892), *Cavallerie Club* União de Picada Santa Cruz (1885). Depois surgiram ainda duas sociedades de tiro e 15 sociedades de cavalaria. Martin (1999, p. 109) ainda comenta que a maior parte destas sociedades desapareceram com as duas guerras mundiais.

da existência da organização a necessidade de defesa das colônias frente aos ataques dos maragatos. Propunha, para isso, a unidade das colônias alemãs e a neutralidade em assuntos políticos. O primeiro artigo do estatuto vedava a defesa de interesses políticos e determinava o zelo com a integridade das famílias, pessoas e propriedades como objetivo central da organização. Por isso, colocava a meta de afastar os assaltos de bandos beligerantes (KUNERT, 1986, p. 86).

Todos os colonos e suas famílias poderiam se associar a organização, desde que estivessem isentos de problemas com a lei. Havia duas instâncias de poder dentro do *Bürgerverein*: a assembleia geral dos sócios, que deveria se reunir ao menos anualmente, e a diretoria, composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, além de representantes das diversas picadas. Estes representantes seriam os líderes das picadas, que poderiam ser escolhido por elas ou indicados pela diretoria, em caso de necessidade, presume-se. O líder da picada e representante na diretoria tinha a função de repassar as decisões da associação aos sócios, assim como deveria reuni-los para discutir os assuntos específicos da localidade. Ao líder local também cabia decidir em caso de emergência “a atitude mais correta a ser tomada”. O artigo 4 do estatuto impõe aos sócios o cumprimento das ordens da diretoria “sem hesitação, mesmo em caso de risco de vida”. Por outro lado, a “associação se comprometia a sustentar a família do participante que morresse durante algum confronto militar” (KUNERT, 1986, p. 86).

A principal liderança da autodefesa de Santa Clara, José Diehl, era republicano, ligado a outras lideranças desta grei. Ocupou nos anos seguintes diversos cargos no município de Lajeado, principalmente de subintendente em alguns distritos, chegando o vice-intendente de Lajeado em 1927 (FIRMBACH, 1995, p. 36). Ernst Kunert, que exerceu um papel de liderança na articulação de semelhante iniciativa em Forromeco, era pastor luterano e também se ligava aos republicanos (KUNERT, 1986, p. 85). A condição de republicano também era ostentada por Magnus Helberg, o novo Intendente de Agudo, que ocupou o lugar do liberal, e de certo federalista, Barão von Kahlden (GERTZ, 2010, p. 42). Por outro lado, embora os irmãos Schilling, Theodor e João, fossem federalistas, isto não impediu que exercessem a contento um papel na liderança da autodefesa de Santa Cruz, que logrou sustentar uma neutralidade que pôs a política em Porto Alegre em polvorosa. Uma

possibilidade para este aspecto tão dissonante em relação a Teutônia, onde ao que parece muitas das lideranças se ligavam aos federalistas, senão todas, é que o esforço de autodefesa estivesse compartilhado com pessoas tidas como republicanos, ou de sua confiança ou que tenham sido cooptadas pelo Partido Republicano Riograndense (KRAUSE, 2002, p. 115)<sup>155</sup>. Acrescente-se a isso a importância de salvaguardar o comércio local das intempéries revolucionárias, visto a presença de comerciantes importantes na iniciativa da autodefesa em Santa Cruz, como os irmãos Schilling. O líder principal em Nova Petrópolis, Alfredo Steglich, era escrivão e professor, duas funções de prestígio nas comunidades coloniais, além do lugar de comandante da Sociedade de Atiradores de Nova Petrópolis. Aparecem também como liderança os inspetores de quarteirão, costumeiramente colocados nesta tarefa por obra dos poderes públicos, mas que nem por isso deixavam de granjear o devido respeito dos colonos, conseguindo articulá-los no esforço defensivo.

Por fim, não se pode menosprezar o papel de liderança que certamente os membros das sociedades de tiro, e de cavalaria, como as de ulanos, onde existiam, e notadamente de suas diretorias, naquelas localidades em que estas entidades atuaram mais incisivamente. Estes tipos de sociedade eram particularmente disseminadas na região de Santa Cruz do Sul (MARTIN, 1999, p. 105-109). Nestas organizações, a destreza com o manuseio de armas de fogo fazia parte das habilidades dos colonos membros destas entidades, bem como a familiaridade com alguns rudimentos táticos. Muitas destas se organizavam em torno de duas figuras – Diretoria e Comandante. Inclusive algumas sociedades de canto e de leitura possuíam esta bifurcação característica na liderança (UMANN, 1981, p. 94). De acordo com Maria Hoppe Kipper, o Comandante não fazia parte da Diretoria propriamente dita, mas era acatado e respeitado como um elemento de importante posição hierárquica dentro da sociedade, sendo sua função ‘comandar’ as atividades sociais, zelando pela boa ordem. É possível que “a origem do cargo se relacione ao fato de várias sociedades terem sido fundadas por ex-militares” (KIPPER, 1968). Cumpre reconhecer que nos relatos e estudos sobre a atuação dos colonos ao tempo da Revolução Federalista não foram encontrados

---

<sup>155</sup> Silvana Krause cita que pessoas de confiança dos republicanos, como João Fidêncio, Theodor Firmbach e Jorge Henrique Eichenberg, embora este último fosse federalista, “faziam parte de uma unidade de vigilância”.

vestígios acerca desta partição da liderança entre estes dois polos – Diretoria e Comandante. Entretanto, parece plausível que esta tenha existido<sup>156</sup>.

O exame da experiência da autodefesa nas colônias velhas ao tempo da Revolução Federalista permite perceber que foi um processo de certa forma enviesado. Não foi de todo um fracasso, pois muitas comunidades conseguiram de fato manter um relativo grau de segurança. Mas algumas situações, principalmente no período inicial da conflagração bélica, demonstram que face ao desafio de manter a salvaguarda das localidades e sustentar uma neutralidade frente aos conflitos, algumas das *Kolonieverein* solaparam a medida que o conflito adentrava em suas áreas, como evidencia o caso de Teutônia. Ali as simpatias, ou mesmo a adesão aos maragatos, cobrou um alto custo aos colonos. Por outro lado, o processo em Santa Cruz, também lugar de colorações federalistas importantes entre os colonos, foi o oposto e manteve-se uma neutralidade consistente, logrando êxito tanto em negociar uma saída a contento tanto com o governo como com o outro lado. Assim sendo, a impressão é que uma proximidade com os federalistas era mais problemática do que com os republicanos, por uma questão óbvia, os últimos eram governo. Ou ainda dizendo de outra forma, uma proximidade mínima com os republicanos era, no final das contas, necessária. Os casos de sucesso, por assim dizer, do funcionamento da autodefesa foi onde as articulações com as autoridades, estaduais e municipais, possibilitaram um apoio. Não por acaso foi no último ano da guerra que a maior parte das autodefesas conseguiu atuar com êxito, justamente quando o apoio do governo foi mais efetivo. Uma tendência a espreita desde a experiência do *Koloniepartei* pode ter ganhado mais consistência.

Por fim, cabe assinalar ainda um aspecto marcante na batalha de Santa Clara, mas que também aparece em muitos outros lugares de todo o vale do Taquari: a identidade dos atacantes, ou maragatos. Embora os atacantes de Santa Clara sejam também identificados como maragatos, eram principalmente serranos ou ervateiros, que se movimentavam em torno das áreas coloniais envolvidos na conflagração bélica em curso por razões um pouco mais específicas. Ou seja, a batalha de Santa Clara, a invasão de Santa Cruz do Sul e muitos dos conflitos que tiveram lugar no vale do rio Taquari traz a baila um outro elemento para

---

<sup>156</sup> No contexto da Revolução de 1923 na região do planalto, quando os colonos novamente implementarão uma autodefesa, esta organização é verificável em vários lugares, como Ijuí e Neu-Württemberg. Imaginou-se a princípio que pudesse ser originária da experiência das colônias velhas na década de 1890, ainda mais que uma parte significativa dos colonos de Neu-Württemberg eram originários de Teutônia.

além da divisão principal que seria entre federalistas e positivistas: a questão desta população denominada genericamente em alguns cronistas como serranos ou ervateiros era a exclusão social, por meio da perda das terras, que foram sendo, por várias formas, destinadas a colonização. Por isso, Hilda Flores (1995, p. 14-15) assinala para a existência de 3 partidos ou posições políticas, em sendo possível esta classificação, que teriam lugar na região do Taquari e arredores: os republicanos positivistas, os federalistas ou maragatos propriamente ditos e os serranos ou ervateiros.

Hilda Flores (1995, p. 14-15) assinala que os serranos constituíam-se de uma população que vivia do produto de pequenos roçados ou da extração e venda da erva mate nativa, talvez sua principal atividade, e colocava-se a serviço dos latifundiários da região além de permutarem outros artigos oriundos da extração. Oriundos da vasta região das matas e do planalto, formariam “um contingente humano de atuação antissocial e agressiva” em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela e arredores. Schierholt (1989, p. 120-121) cita os escritos do padre Bernardo Bolle, que atuara na paróquia de Estrela, para quem a origem do problema social encarnado na situação dos serranos estava no fato dos “especuladores de terras, lusos e alemães, cobiçavam aquelas regiões e, por isso, [os serranos] as perderiam e seriam expulsos”<sup>157</sup>.

A atuação deste grupo foi na maior parte do tempo minimizada, uma vez que não teria organização militar, seria assim uma força irregular, não dispoñdo de armamento e “ignorava os percalços políticos que geraram a revolução”, mas que em contrapartida, teria “infernizado a vida da população da região do Taquari”. Num ponto de vista, sendo uma população de maioria analfabeta, estaria interessada principalmente em sua sobrevivência física em paralelo ao raso ou inexistente conhecimento sobre os fatos e motivos geradores

---

<sup>157</sup> Schierholt (1989, p. 120-121), descreve a situação daquela população de primitivos povoadores do Vale do Taquari, quando se iniciou a ‘colonização’ de Estrela e Lajeado: “estas famílias, geralmente com numerosos filhos, viviam em condições subumanas e foram consideradas ‘intrusas’. As empresas imobiliárias expulsavam estes posseiros quando mediam e vendiam os lotes coloniais aos imigrantes. Sem títulos de propriedade, sem direitos ao usucapião, sem qualquer defesa jurídica, desprovidas de quaisquer recursos, numerosas famílias se embrenhavam nas matas, serra acima, à procura de terras devolutas para poder sobreviver. A injustiça das leis e das instituições deixou marcados homens e mulheres, premidos pela dor de verem os filhos com fome, com frio (...) A legislação em vigor que dispunha sobre as terras nacionais, em nada favorecia os primitivos povoadores”. Ainda conforme Schierholt, depoimentos orais de Mário Lampert, advogado, jornalista e que exerceu o cargo de prefeito de Lajeado, reconhecido como conhecedor da história regional, informam que o líder maragato José Antônio de Souza, que tanto afligiu a região do Taquari, teria sido um dos expulsos, tendo sido conduzido forçosamente a um degredo na região de Palmeira das Missões, de onde teria voltado “cheio de ódio e revolta”. Sem demora, recebeu o apelido de ‘Palmeira’ ou ‘Palmeiro’.

da revolução em curso, bem como seus objetivos. Ou seja, seria um movimento apolítico, agindo muito mais no intuito de uma vingança social: assim, “nas guerrilhas, ataques de surpresa ou emboscadas que realizavam na área colonial (...) agiam com paixão, buscando compensação material para a injustiça e mísera vida que levavam” (FLORES, 1995, p. 14-15).

Estudos mais recentes, como os de Cristiano Christillino e Márcio Both da Silva, refletem uma atenção sobre estes grupos que na maior do tempo foram ignorados nos trabalhos historiográficos. Christillino (2008, p. 94) analisa que o “alargamento da pequena propriedade imigrante no Rio Grande do Sul excluiu o homem livre e pobre nacional do acesso à terra. Mas este processo de expropriação não foi pacífico, e nem os seus atores sociais passivos, diante da sua expulsão das terras que ocupava”. Tratava-se de um processo de exclusão social decorrente da privatização das terras das áreas de matas do Rio Grande do Sul, em sua maioria ervais, em que convergiram os interesses governamentais e os das elites regionais, que por meio de expedientes de grilagem das terras públicas e sua legitimação sob várias formas, de modo que foi possível implementar um amplo de modernização e ocupação, ou melhor dizendo, reocupação, das regiões até então ocupadas por populações mais antigas, principalmente de caboclos. Num raciocínio similar, Márcio Both da Silva (2017, p. 278-279) pondera que a questão não se presta a reducionismos, uma vez que “a situação em que estavam submersos os habitantes tradicionais da região florestal – em sua maioria lavradores pobres, que não tinham o domínio jurídico das terras que ocupavam – fazia-os ver o governo, suas forças e seus apoiadores como inimigos a serem combatidos”.

O desenrolar da Revolução Federalista abriu a porteira para a explosão desta questão social ignorada até então: a exclusão das populações das matas a medida que o processo de privatização da terra avançava com a sua transformação em áreas de colonização com imigrantes europeus não ibéricos, em colônias públicas e privadas, processo que tinha suas origens na Lei de Terras de 1850. Ao final das contas, o transcorrer da Revolução nestas áreas acabou por engendrar um conflito social que opôs remediados e excluídos. Por mais que a condição socioeconômica dos colonos fosse muito melhor e mais vantajosa que a dos caboclos ervateiros, estes não faziam parte dos segmentos dominantes

no Rio Grande do Sul. A fatalidade residiu no fato de que os colonos obtiveram um acesso à terra que foi negado as populações mais originais.

É difícil dizer se e quanto os colonos refletiam sobre esta questão social. Tal averiguação dependeria de pistas e vestígios históricos específicos, e não fez parte do escopo desta pesquisa. Porém, não houve como evitar a percepção de um ou outro discurso veiculado de forma escrita em alguns meios, oriundo de alguma figura situada em algum lugar de saber e poder. Como aquele do pastor Kunert, se reportando a região norte do município de Caí, onde atuava, e relatando alguns problemas típicos vividos pelos colonos ao tempo da Federalista. Kunert (Citado por GERTZ, 1995, p. 105), então escreveu: “Infelizmente foi possível ao tempo da revolução que na colônia italiana se instalasse um grande número de ‘moiteiros’ (*heckenschlupfer*), mestiços de tipo macacóide, homens de olhos afundados e maltrapilhos, que apareciam por todo o lugar em que houvesse algo para saquear”. Aos olhos de hoje, um profundo preconceito contra dois grupos, o dos italianos, desqualificados por não enfrentarem a ‘negrada’, e os caboclos, considerados uma raça inferior, e classificados entre os animais.

### **3 SELBSTSCHUTZ NOS CONFLITOS DE 1923 E 1924**

A autodefesa cria, no mar revolto pelas paixões políticas da revolução, ilhas de paz, em cujas barrancas se desfaz a vontade devastadora do instinto desenfreado. As revoluções, com cujos objetivos o colono pacífico e trabalhador não concorda, devem extravasar em outras paragens, e o torão que ele tomou da selvageria e transformou em local de cultura, não poderá ser banhado com sangue inocente e nem transformado em locais de infortúnio<sup>158</sup>.

Este capítulo tem como objetivo a descrição e análise do fenômeno da autodefesa nos tumultuados anos de 1923 e 1924, e também nos seguintes, quando os colonos voltaram a organizar-se em iniciativas desta natureza, a exemplo das colônias velhas no século anterior. Este esforço organizativo deitaria raízes que viriam a se constituir na base da rearticulação do associativismo teuto-brasileiro, que viria a se constituir no movimento de colonos articulados na União Colonial.

#### **3.1 A formação dos *Selbstschutz***

A atuação das organizações de autodefesa na região das colônias novas do planalto do Rio Grande do Sul ocorreu por ocasião dos conflitos armados que sacudiram o Rio Grande do Sul por 11 meses em 1923, também denominada de Revolução de 1923; no

---

<sup>158</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

levante dos quartéis de Santo Ângelo, Uruguaiana, São Borja e São Luiz Gonzaga, seguido um pouco mais tarde do quartel de Cachoeira, processo que desembocou na formação da Coluna Prestes em fins de 1924 e inícios de 1925; e nos meses seguintes a estes episódios, adentrando em 1926, seguindo até 1927 em alguns casos, por conta do quadro caótico que persistia. Os episódios de 1924 em diante integram a história do tenentismo, fenômeno relacionado ao contexto social e político brasileiro, ao passo que a chamada Revolução de 1923 constitui-se em evento mais circunscrito ao Rio Grande do Sul, explicando-se a partir das transformações da cena econômica regional e suas conexões com a armadura do aparelho político estadual

De certa forma, a dita Revolução de 1923 é um desdobramento da Guerra de 1893-95, que sacudiu o Rio Grande do Sul e na qual se bateram os federalistas e o republicanos. Vencendo, o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, impôs um predomínio político que se estendeu por quase três décadas. Na eleição de 1922, mais uma vez as duas agremiações se enfrentaram eleitoralmente. Um cenário econômico adverso aliado a falta de uma reorganização do esquema político estatal, com a manutenção do PRR à testa do governo estadual, levaram as oposições à luta armada. Ainda conforme Maria Antonieta Antonacci (1981, p. 114), o esgotamento da luta constitucional no Rio Grande do Sul em 1923, com o recurso à luta armada, provocou uma intervenção federal, o que possibilitou a integração das oposições no aparelho estatal gaúcho. Deste modo, embora militarmente não lograssem a vitória, politicamente as oposições riograndenses alcançaram seu objetivo, que foi de provocar uma intervenção que garantisse a rotatividade no uso do poder.

Com base nas obras de Prudencio Rocha e Arthur Ferreira Filho, pode-se caracterizar a Revolução de 1923 como um conflito desprovido de batalhas decisivas entre grandes contingentes. Pelo contrário, predominaram o movimento e as ações isoladas. As hostes rebeladas estavam organizadas em colunas ligeiras, quase totalmente montadas, que atuavam independentes umas das outras, realizando junções ocasionais e com fins específicos, para depois retornarem às ações isoladas. Ainda que houvessem vários grupamentos menores, sua organização principal compreendeu quatro colunas maiores, que eram: a do norte, comandada por Leonel Rocha, mais ou menos em torno de Palmeira das Missões; a do leste, comandada por Felipe Portinho, com base em torno de Erechim; a do

centro e fronteira, comandada por Honório Lemos, conhecido como Leão de Caverá; e a do sul, comandada por Zeca Netto. O governo do Estado do Rio Grande do Sul estimou em seis mil homens o contingente rebelado e para combatê-lo o governo estadual mobilizou cerca de doze mil homens e fez uso da Brigada Militar, além da organização de cinco Brigadas Provisórias, distribuídas assim: 1ª Brigada (norte) comandada por Firmino de Paula, 2ª Brigada (fronteira) comandada por Flores da Cunha, 3ª Brigada (sul) comandada por Fidêncio Lemos, 4ª Brigada (nordeste) comandada por Firmino Paim e 5ª Brigada comandada por Claudino Nunes Pereira (ROCHA, 1964, p. 153; FERREIRA FILHO, 1973, p. 32-33; MENSAGEM ... de 1923, p. 07).

A revolta dos quartéis da região missioneira do Rio Grande do Sul em 1924 integra os episódios do movimento tenentista. Envolvendo a baixa oficialidade do exército brasileiro e com vistas a objetivos políticos de reforma do estado brasileiro e combate às oligarquias que dominavam a política, e especificamente intentando a derrubada do governo do presidente Artur Bernardes, o tenentismo protagonizou três grandes revoltas armadas: em 05 de julho de 1922 a revolta do Forte de Copacabana, acontecimento também conhecido como os Dezoito do Forte; em julho de 1924 uma segunda revolta em São Paulo, esta bem mais preparada, sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, contando com a participação de ‘tenentes’ já ilustres como os irmãos Távora (Joaquim e Juarez), Eduardo Gomes e Miguel Costa<sup>159</sup>, e que dominou a cidade de São Paulo por alguns dias, vindo depois a seguir em marcha rumo ao interior. À revolta de São Paulo seguiu-se imediatamente, em outubro de 1924, a dos quartéis da região missioneira do Rio Grande do Sul, sob a liderança do capitão Luís Carlos Prestes, constituindo o terceiro episódio principal do tenentismo, sendo decorrente dele a formação da Coluna Prestes, que após alguns combates no Rio Grande do Sul iniciou marcha subindo para o centro do país, vindo a juntar-se, no Paraná, com a coluna oriunda da revolta de São Paulo, a esta altura liderada por Miguel Costa. Assim, estava formada a Coluna Prestes, também chamada de Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes, que nos dois anos seguintes protagonizou epopeica marcha pelo interior do Brasil, percorrendo 27 mil quilômetros até buscar asilo na Bolívia em 1927 (FAUSTO, 1996, p. 307-315).

---

<sup>159</sup> Que na verdade integrava a Força Pública paulista.

A Serra e a Campanha formaram o principal cenário da guerra civil de 1923 enquanto que a região colonial antiga escapou praticamente incólume (AMSTAD, 1999, p. 191). Uma das razões para esta situação de relativa segurança das colônias velhas pode ser a sua proximidade da capital, que facilitava a logística da sua defesa, aliado a sua densidade demográfica, o que demovia a entrada das colunas rebeldes, por demais maltrapilhas para dar conta de uma região mais complexa. Por outro lado, a distância do planalto e da campanha em relação a capital, uma maior fragilidade em termos defensivos, uma certa densidade populacional que poderia se revelar dividida, de modo a fornecer apoios as forças beligerantes, que aliado a abundância de recursos materiais, somava os elementos que tornavam a região um alvo. Assim, a exemplo do vale do Taquari na época da Federalista, ao governo interessava a manutenção de sua segurança enquanto aos rebeldes a sua conflagração.

Em 1924, por ocasião do levante dos quartéis no bojo das revoltas tenentistas, as regiões as voltas com os problemas decorrentes das conturbações revolucionárias foram a missioneira e aquelas colônias instaladas no percurso tomado pela posteriormente chamada Coluna Prestes, principalmente Ijuí e Porto Feliz. Mas, por conta do *modus operandi* da Coluna, que soltava destacamentos, as tropeadas, que se deslocavam a grandes distâncias em relação a coluna principal, e as alianças com os grupos assistidos que combateram em 1923, lugares mais longínquos da rota principal da Coluna Prestes também se viram as voltas com problemas como requisições, depredações e violências, que em tese estariam relacionados com aquela revolução.

A situação da colônia era agravada com a circulação de grupos armados, desmobilizados ou desertados das facções beligerantes, em meio ou posteriormente a vigência da conflagração bélica, e não raramente desconectados da questão política, que se viam convertidos em bandoleiros<sup>160</sup>, trazendo insegurança principalmente para o interior da

---

<sup>160</sup> A exemplo do termo revolucionários, o uso da expressão bandoleiros deve-se a sua recorrência nas fontes. Significa, sem maiores aprofundamentos, indivíduo que é parte de um grupo maior, um bando, que se dedica a prática do roubo, assalto e pilhagens. Era assim, e talvez principalmente, que os colonos viam os participantes destas revoluções que infelicitavam a região colonial. Se as tropas legalistas e mesmo as revolucionárias, algumas vezes, recebem o benefício de serem reconhecidas como forças beligerantes de um conflito estabelecido, os grupos mais isolados e restos desbaratados de colunas combatentes são particularmente mal vistas, porque sua atuação é desastrosa para a população colonial. Neste sentido, uma eventual diferença entre revolucionários ou bandoleiros nem sempre é perceptível. De modo geral, num uso corriqueiro, as duas designações são quase que sinônimos. O que não quer dizer que a Tese comungue desta

região colonial. Como assinala Miguel Dewes (1966, p. 67), “bandos desordeiros que nada tinha a ver com a revolução e, muito menos, com a política, devastavam campos, roubando gado”.

### 3.1.1 Ligas e Sociedades de *Selbstschutz* na região serrana em 1923 e 1924

O *Serra-Post Kalendar* de 1926 trouxe extensa reportagem sobre o fenômeno da organização de autodefesa dos colonos na região serrana. Refere-se ao fenômeno utilizando as expressões em alemão *Selbstschutz* e *Selbstschutzverein*. Estas expressões não conflitam no seu sentido traduzido para o português, significando Associações de Autodefesa<sup>161</sup>, ou ainda Sociedade de Mútua Proteção, como também é referido por Schallenberger (2009, p. 373). Quando os colonos da Colonia Xingu vão organizar-se de semelhante modo, para designarem seu movimento empregaram primeiramente a expressão *Kolonieschutz*<sup>162</sup>, e num outro momento, quando provavelmente se articularam com outras comunidades, o termo *Bundesschutz*<sup>163</sup>, que significa Liga ou União (TOCHTROP; CARO, [s.n.]). O termo *Kolonieschutz* também foi utilizado pela organização de Cadeado (Ijuí) quando fazem publicar o seu estatuto<sup>164</sup>. Estas associações eram constituídas por seus membros nas localidades em que residiam, em sua maioria nas linhas ou picadas interioranas e se articulavam numa organização maior, denominada de Liga. Assim, mesmo o texto em língua alemã, na qual foi escrito o artigo, utiliza diversas vezes a expressão Liga ou Ligas. Em português, aparece com frequência Liga de Defesa Colonial (CHRISTENSEN, 2008, p. 81) ou mesmo Liga de Defesa Nacional (NEDEL, 2015, p. 262).

---

classificação.

<sup>161</sup> Conforme Tochtrop e Caro, *verein* por ser traduzido por sociedade, associação, clube, grêmio ou união, assim, uma tradução mais próxima e simples para *kolonieverein* pode ser união da colônia ou união colonial. Já a expressão *selbstschutz* significa literalmente defesa própria, o que em português soa melhor como autodefesa, assim, *selbstschutzverein* pode ser tomado como associação de autodefesa (TOCHTROP; CARO, [s.n.]).

<sup>162</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

<sup>163</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.12.1923. MADP.

<sup>164</sup> Jornal *Die Serra Post* de 06.06.1924. MADP.

A avaliação do jornal *Serra Post* era de que a autodefesa colonial, ao menos em 1924, estava “firmemente organizada da foz do Ijuhy no [rio] Uruguai até Neu-Württemberg e Palmeira num poder de quase 20.000 homens”, o que contribuía sobremaneira para que os distúrbios revolucionários ficassem mais limitados geograficamente. Conforme o articulista, como a “Autodefesa se torna cada dia mais forte, por causa disto torna-se, proporcionalmente, mais fraco o êxito destes bandos”<sup>165</sup>.

O número mencionado, de vinte mil homens, parece um tanto exagerado. Tomando os números mencionados pelo *Serra Post Kalendar* de 1926, e chutando uma média compatível nos casos em que não há uma informação quanto ao número de homens mobilizados, chega-se a algo em torno de dez mil, talvez onze mil homens. Um número mais realista, mas ainda assim, considerável para a época.

Além disso, o *Serra-Post Kalendar* de 1926 menciona ao todo 11 grandes organizações de *Selbstschutz*, que ao que tudo indica, são na sua maior parte Ligas, congregando associações ou sociedade de autodefesa que se organizavam nas localidades, majoritariamente na área rural. Uma sistematização destas organizações está no Quadro 2. Na região do planalto são elencados: Ijuí – Serra Cadeado (atual Augusto Pestana), Ijuí – Ramada (parte mais norte de Ijuí), Vila Ijuí, Ijuí – linhas 4-7 (margem direita do Rio Ijuí), Fachinal (também denominado Linhas 24-32, atual Ajuricaba), Burity (interior de Santo Ângelo), Rincão Vermelho (Roque Gonzales), Neu-Württemberg (Panambi), Cerro Pelado (Porto Xavier), Bello Centro (Santa Rosa), Porto Feliz (Mondaí/SC), dando ainda detalhes quanto a sua organização e principais eventos que marcaram sua existência. Mas no próprio texto se reconhece que o quadro é incompleto, havendo muitas lacunas<sup>166</sup>. A estes, por conta de apuração em outras fontes, pode ser acrescido ainda as organizações de Serro Azul (Cerro Largo), Pirapó, Xingu, General Osório (Ibirubá) e arredores, Condor, Erechim e Aratiba (ambas tardiamente), e Pejuçara, embora desta última inexistas informações maiores.

<sup>165</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>166</sup> *Serra-Post Kalendar*, 1926. pp. 115-132. MADP. A reportagem parece ser fruto tanto do conhecimento do autor, ou autores, como foi derivado do retorno das diversas sociedades ainda existentes quando da indagação enviada pelo *Serra Post Kalendar*. Algumas lacunas permaneceram precisamente porque muitas sociedades não enviaram informações. Também é observável que a maior parte dos acontecimentos narrados pelo *Serra Post Kalendar* se refere a chamada Revolução de 1924, ou seja, o levante dos quartéis, e alguns acerca de 1923.

**Quadro 2 - Selbstschutzverein na região colonial (1923-1924)**

<b>ORGANIZ AÇÃO</b>	<b>TIPO*</b>	<b>PART.</b>	<b>LIDERANÇA</b>	<b>GRUPOS ÉTNICOS</b>
Ijuí – Serra Cadeado	Liga	800	Dirigentes: Guilherme Bohn e Alexandre Cardinal 1 Comandante geral, João Nicolau Heberle e Rodolfo Zolinger, em diferentes momentos, e 14 comandantes de seção	
Ijuí – Ramada***	Liga	350	Pres. August Zenter Comandantes: August Zenter, Jacob Landherr, Alexander Witt, Richard Zimpel, Fritz Dänneke, Heinrich Heinel, Adolf Renz, Umberto Alegretti e Paulino de tal	Diversos grupos étnicos
Vila Ijuí***	Liga		Pres.: Carlos Scharnberg Comandante: Oswaldo (ou Arnaldo) Eichenberg	
Ijuí – linhas 4-7 (margem direita do Rio Ijuí – parte leste)***	Liga	148	Diretoria: Eduardo Irgang, Dem. Hanutschak, Hugo Braucks e Elias Lewitzki Comandantes: Kurt v. Meusel, Heinrich Kropp	Brasileiros, alemães e poloneses
Fachinal (também chamado de linhas 24-32, atual Ajuricaba)** *	Liga	404	Diretoria: César Zambonato, Walter Kreher, Antenor Baggio, Jorge Winter Comandantes: Constâncio da Rosa, Antenor Baggio, Pedro Rosa	Maioria italianos, mas também alemães e brasileiros
Burity (Santo Ângelo)	Sociedade		Comandante: Bjarke Johansen e 6 comandantes de linha ou seção	Alemães
Colônia Municipal (Santo Ângelo)	Sociedade			
Rincão Vermelho (Roque Gonzales)	?	280	Líderes: Albin Borowski, Eugenio Rotta, Menandro Borowski, Franz Schlägel Comandantes: Carl Schmidt, Santo Paveglio, Hermann Günzel, Olegario Vieira, Paul Kohl, Ewald Schmidt, Pacífico Machado e Manuel Chaga.	Alemães, italianos e brasileiros
Pirapó	Sociedade		Líder: Evaldo Sommer	
Neu-Württemberg (Panambi)	Liga	1000	Presidente: Hermann Faulhaber Comandante geral: Prof. Reinhard Benz Comandante de cavalaria: Prof. Walter Groschupf, mais comandantes de seção	Alemães e brasileiros
Cerro Pelado (Porto Xavier)	Liga	314	Líderes: Friedrich Schmidt, João Holsbach, Unno Wendt, Paul Engers, Carlos Ebenau e Carlos Michel Comandantes: João Maliska (e antes fora Carlos Engers)	Alemães, italianos, suecos e poloneses
Bello Centro (Santa Rosa)	?	400	Presidente: Dr. Max Hettwer Comandante: Helmut Matje	Alemães, italianos e brasileiros
Santa Rosa/	Liga	70	Professor Gustav Quednau (?)	

Buricá				
Guarany Nordeste	Liga		Presidente: Professor Dietrich	
Giruí	Liga			
Campinas	Liga		Presidente: Dr. Pederneira	
Colônia Boa Vista (Santo Cristo)	Liga		Presidente: Dr. João Sebastiany (médico)	
Porto Feliz (Mondai/SC)	Sociedade	90	Comandante: Richard Brüggemann, e mais tarde V. Reuss	
Serro Azul (Cerro Largo), Guarani e Salvador	Liga	4000 (!)**	Comandante: José (Juca) Franzen (em Salvador) e Sub-comandante: Miguel Dewes (em Serro Azul)	
Xingu	Liga	46	Provavelmente Luiz Meisinger	
General Osório (Ibirubá)	Liga	700	Presidente: Pedro Kreling, secretário: Arnaldo Emmel, tesoureiro: Helmuth Gabe	Alemães
Condor	Sociedade	98	Comandante geral: Friedolin Shüler, auxiliado por Daniel Baron, Wilhelm Lüdke e outros	Alemães
Visconde do Rio Branco (Pejuçara)	Sociedade	400		Majoria italianos
Erechim (em 1927)	Sociedade		Achylles Calefi	
Aratiba (em 1930)	Sociedade		Augusto Schaedler	

Fonte: Jornal *Die Serra Post*, 1923-1925, MADP; *Serra-Post Kalendar*, 1926, MADP; Jornal *Notícia Ilustrada*, 1993, MAHP; DEWES, 1966; FENNER, 1997; SCHWEIG, 2007; NEDEL, 2015; WERHMANN, 2004; RABUSKE; RAMBO, 2004; PEREIRA, 2012.

\* Conforme apurado nas diversas fontes, algumas das organizações são Ligas, ou seja, congregam numa dada localidade, algumas organizações de base que são as sociedades de autodefesa ou *Selbstschutzverein*, ao passo que em outros lugares as Sociedades permaneceram independentes. É uma classificação arbitrária de acordo com as informações disponíveis, podendo ser falha. Na completa impossibilidade de classificar, foi colocado o ponto de interrogação (?).

\*\* A informação sobre Serro Azul, de Dewes (1966), embora destoe do conjunto, confere com as memórias do Padre Rick. Fica a dúvida quanto a abrangência geográfica desta mobilização e o momento, ou seja, 1923 e 1924, ou apenas 1924, o que talvez seja o mais provável, em que alcançou este expressivo efetivo.

\*\*\* Em 1924, as Ligas de Ijuí, com exceção de Cadeado, estariam somando dois mil homens mobilizados para a defesa da localidade.

O rastro dos *Selbstschutz*, a despeito da inegável importância adquirida pelo movimento, não é muito nítido, o que torna difícil precisar o seu aparecimento com exatidão. A principal fonte é a imprensa, notadamente a teuto-brasileira, enquanto que uma

documentação primária, produzida por estas organizações é praticamente inexistente, com a exceção de Neu-Württemberg, embora mesmo neste caso não seja abundante. Inegavelmente, há muitas semelhanças na formação e na organização das diversas organizações, assim como há algumas peculiaridades, conferindo em cada lugar alguma singularidade. Embora atuassem com um acentuado grau de autonomia entre si, visto que não existia uma espécie de comando central e unificado, parece evidente que não estavam isoladas, mantendo contatos entre si, e agrupando-se em Ligas, ou o *Bundeschutz*, na maior parte dos lugares, como Ijuí, Neu-Württemberg, Serro Azul, Guarany e Santa Rosa - Buricá, dentre outros. É possível ainda supor que nem todas as sociedades estavam ativas em 1923, algumas só apareceram ou atuaram efetivamente em 1924, indicando que aquelas a se formarem posteriormente podem ter seguido o exemplo prévio. Nota-se uma considerável presença de sobrenomes alemães na liderança da maior parte delas, constituindo praticamente um predomínio, assim como a de significativa parcela de professores.

### 3.1.2 As circunstâncias e os motivos

Ruy Nedel (1995, p. 15), ao transportar um dos líderes das ligas de autodefesa, Josef Aloys Franzen, também conhecido como Juca Franzen, de Serro Azul, para as páginas de sua obra ficcional, lhe confere a autoria do vaticínio: “Se eles cruzarem o rio farão uma baderna em nossa vila. Violentarão nossas mulheres e filhas, levarão nosso gado e cavalos”. Semelhante temor se reporta em relação a Colônia Burity: “quando chegaram as notícias horríveis de saques e estupros em Victória, uma pequena colônia do outro lado do rio Ijuhy, irrompeu também aqui o *furor teutonicus* e com grande entusiasmo foi criada a autodefesa”<sup>167</sup>. Assim, não por acaso o articulista do *Serra Post Kalendar* avalia que as comunidades de colonos se organizaram no intuito de defenderem-se daquilo que era

---

<sup>167</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

identificado como os “instintos criminosos destes bandos”, de modo que a região colonial muito teria sofrido se a sua “indiferença lhes [tivesse] permitido dedicar-se à sua volúpia saqueadora”<sup>168</sup>.

No contexto do Cadeado, a memória registrada menciona que “viviam, por isso, os colonos sob o receio constante de ataques às suas propriedades, nas quais eram requisitados animais, não só para tração, como também para corte”<sup>169</sup>. Conforme Leitzke (1993a), “os revolucionários subvencionavam os seus recursos mediante saques e assaltos às sedes das fazendas, aos sítios dos colonos, casas comerciais, aos povoados e até cidades”. Requisitavam, isto é, “tomavam a força animais de montaria, roupas, alimentos, dinheiro, gado bovino para abate, enfim, o que conveniente lhes fosse”. Além disso, “por onde passavam, deixavam visível rastro de destruição. Chegaram até o extremo de cobrar tributo de guerra”. Arthur Ferreira Filho (1973, p. 31) comenta que em termos logísticos, a situação dos grupos rebelados era por demais desfavorável e, portanto, “o arrebanhamento de cavalos e gado de corte era generalizado”<sup>170</sup>.

Ao chegarem as notícias da Revolução, qualquer que fosse, pois para os colonos eram todas iguais, a família Wächter, de Neu-Württemberg, se escondeu no mato, onde passou a dormir numa toca, e posteriormente num barraco improvisado, conforme o relato de Lídia Wächter Coletti:

Eu na época daquela revolução, ainda não tinha quatro anos. Mas me lembro de muita coisa que o finado pai, João Wächter, contava (...) Todo mundo comentava que tinha revolução e que havia perigo. Ficamos com muito medo. Daí primeiro até fomos de noite pousar num lugar da roça e nós as crianças até achamos aquilo muito engraçado e interessante. Mas aí o pai resolveu construir um barraco no mato e lá nós passamos as noites durante quase duas semanas. De dia, os grandes iam ver em casa e cuidar dos animais. Como os revolucionários não vinham, o pai resolveu que voltássemos todos a pousar em casa de novo. Daí passados uns poucos dias, à tardinha de certo dia, a mãe olhou e gritou: ‘olha, lá vão os maragatos’. Era uma tropa, uma coluna bem fechada, estavam indo para o norte. Felizmente não chegaram no nosso sítio.<sup>171</sup>

<sup>168</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

<sup>169</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s./n.], 1951. p. 39.

<sup>170</sup> O arrebanhamento de gado, bovino e cavalariço, se justifica pela necessidade de alimentação e transporte das tropas em movimento, que nestas guerras era muito intenso. Para os táticos gaúchos, como Honório Lemos, o movimento era o princípio da guerra e os cavalos muito mais importantes que os tiros. A medida que as tropas se movimentavam, os combatentes recolhiam todos os cavalos que encontravam, não só para garantirem animais descansados em número para a remonta, como para prejudicar o inimigo, que fazia o mesmo (MACAULAY, 1977, p. 59).

<sup>171</sup> *Jornal A Notícia Ilustrada* de 25.06.1993. MAHP.

Do lado do governo a expectativa dos colonos não era muito melhor porque também havia a prática das requisições, embora, em alguns casos, com a permuta por um recibo mais oficial e que poderia vir a ser reembolsado. O esforço de guerra exigia uma logística enorme de modo a prover as forças beligerantes de mantimentos de toda ordem, dentre eles animais de montaria e carga. O abastecimento em geral era precário, tanto pelas grandes distâncias, como pela constante mobilidade das unidades de combate, e a carne era praticamente o único item alimentício consumido pelas tropas (FERREIRA FILHO, 1973, p. 31)<sup>172</sup>. Ou seja, os recursos da colônia estavam relativamente acessíveis e constituíam-se numa tentação para ambos os lados.

Neste cenário, também ficava difusa a diferença entre a real necessidade do governo de angariar os meios necessários para fazer frente ao esforço de guerra e a ação de espertos estelionatários que viam nisso uma forma de fazer fortuna. No caso da Colônia General Osório (Ibirubá), um comércio de cavalos tomados aos colonos se organizara, prática que teria a conivência das autoridades instituídas. No caso “o Delegado e Sub-Prefeito Júlio Rocha, simpatizante dos chimangos e amigo do Capitão Leopoldo Karnopp (...) que faziam vistas grossas a esses roubos (sequestros) de cavalos”, levando os colonos a “organizarem-se em grupos de defesa por linhas e cavarem trincheiras no mato em postos estratégicos e [onde] montavam guarda” (SCHWEIG, 2007, p. 54-55)<sup>173</sup>.

O depoimento de Nilza Hack Röhle a Leitzke revela que em 1923, quando um destacamento de provisórios do governo acampou em Neu-Württemberg (Panambi), o fato redundou em requisição e abate de inúmeras cabeças de gado das propriedades de diversos colonos: “os borgistas simplesmente tomava cabeças de gado dos colonos para carnear e assar churrasco, tudo ali no potreiro do Peter Bayer”, além de outros acontecimentos<sup>174</sup>. Ao fim das contas, se impunha um verdadeiro saque aos colonos, que assim se viam privados de animais e alimentos, não raramente sem compensação. Por isso, a população rural tendia

---

<sup>172</sup> A carne era consumida pelas tropas na forma de churrasco, que “levava pouco tempo para ser preparado. Um gaúcho experiente podia matar um novilho com um só golpe de facão entre as jugulares e em alguns minutos carneá-lo e retirar as melhores porções de carne; estas eram enfiadas em espetos de madeira, borrifadas com água salgada e reviradas sobre um braseiro. Pouco depois o churrasco estava pronto e os longos espetos com a carne presa eram retirados do fogo e fincados no chão”. Para fazer a refeição, apenas o uso de uma faca bastava (MACAULAY, 1977, p. 59-60).

<sup>173</sup> O depoimento de um colono reporta que em certa ocasião haveria mais de 500 cavalos na propriedade do citado Capitão, que seriam levados para Cruz Alta posteriormente.

<sup>174</sup> Jornal A Notícia Ilustrada. 25.06.1993. MAHP.

a diluir as eventuais diferenças mais ideológicas entres os grupos em conflito e identificava a todos como bandidos (SCHWEIG, 2007, p. 53). A organização de autodefesa de Santa Rosa - Buricá se deu ao trabalho de construir uma definição: “como bandidos são considerados todos aqueles que se apresentarem em grupo para pegar gado e alimentos sem pagar, indiferente a que partido pertencerem”<sup>175</sup>.

Em um artigo publicado no jornal *Die Serra Post*, o autor indagava e ao mesmo tempo respondia:

O que querem estes bandos com a arma na mão, que hoje estão acampados no campo e nas macegas e se aventuram preferencialmente nas entradas de nossas colônias? Desde que não existem objetivos políticos, a resposta é muito simples e segura. Eles querem colher onde não semearam, e agora se beneficiar, porque negligenciaram os bons sabores de antigamente, quando deixaram de praticar trabalhos honestos<sup>176</sup>.

Um círculo nefasto se implantava, no qual a conta final das turbulências e estragos de toda ordem era paga, mais uma vez, pelo colono. Bruno Werhmann (2004, p. 324) ilustra a situação ao mencionar a frase do colono Karl Klein: “*der Krieg must den Krieg ernähren*”, ou seja, a própria guerra precisa sustentar a guerra. A reflexão de Ernesto Cassol fornece um pouco de entendimento desta lógica:

Entretanto, o que acontece é que se estabelece uma lógica da destruição. O pessoal então hoje se choca ao ver que os sujeitos chegavam e roubavam alimentos, roubavam roupas, roubavam isso, roubavam aquilo, ou destruíam. Mas eram malvados. Bom, eram malvados em termos, porque, bom, quem chegasse primeiro não poderia deixar alimentos e animais para o inimigo que vinha logo atrás. Então, se o colono tivesse comida, tivesse roupa, animais, armamentos que pudessem potencialmente servir ao inimigo, bom! Era de sua lógica destruir a comida, o animal, utilizar a roupa. Ora, você vai deixar o cavalo bom para ele te alcançar? Não. Então, o colono sofre, mas é uma questão de lógica. Vou deixar um boi, uma galinha pra ele se alimentar e ter mais força para me perseguir? Não. É cruel, é sim, é muito cruel, mas trata-se de uma situação de desespero, digamos assim. Então, o que eu quero te mostrar é que não era porque o sujeito era sádico, e sim porque isso tudo faz parte da lógica da Guerra. Então as pessoas não entendiam essa lógica, e não entendendo, ou mesmo entendendo de maneira nenhuma poderia aceitar. Então para a maioria destes colonos eram todos uns bandidos, contra os quais tinham que se precaver. Tinha que enfim fazer de tudo para, pelo menos salvar a vida, salvar a honra, salvar pelo menos os seus valores mais importantes (Citado por BALDIN, 2017, p. 54).

<sup>175</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

<sup>176</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Recorte. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

Conforme um estudo mais recente, de Antônio Fuentes Diaz (2019, p. 288)<sup>177</sup>, o recurso da defesa armada ganha sentido quando do rompimento daquilo que pode ser um ponto de equilíbrio e a situação vai além do esgarçamento tolerável. Este ponto obviamente é variável de acordo com época, lugar, em que cada situação é uma situação. No contexto da região serrana, parece que o assalto aos bens materiais, principalmente os frutos do trabalho agrícola, construídos a duras penas pelos colonos, e o recrutamento forçado parecem ser razões suficientes para o recurso à autodefesa.

Em alguns lugares foi a tardia e lenta ação do governo em socorrer as comunidades afligidas que se constitui na causa principal para a constituição da organização dos grupos de autodefesa. Como escreve Dewes (1966, p. 67): “Em Serro Azul, acreditava-se a princípio, que o governo Borges de Medeiros haveria de dominar a situação. Mas passaram meses e não vinha socorros militares. Foi então que os cerroazulenses decidiram: ‘haveremos de defender-nos a nós mesmos’”. A situação do rio limítrofe, ponto de passagem dos grupamentos em guerra, tornava a situação ainda mais perigosa. Em outros lugares, o incentivo das autoridades e a confissão de sua incapacidade em proteger a população colonial constitui-se no motivo para a formação da autodefesa, como em Burity: “nossa autoridade municipal, que tinha declarado não possuir poder suficiente para nos proteger, nos incentivou a agir”<sup>178</sup>. De modo geral, face as circunstâncias que se apresentaram em 1923 e depois em 1924, não é descabido afirmar que foi de interesse do governo a formação destas organizações, mesmo que sua existência pudesse se tornar problemática, ao passo que o livrava do encargo da proteção das áreas coloniais ao mesmo tempo que colocaria um entrave na movimentação dos rebelados.

Outro problema vivido pelos habitantes das áreas rurais, principalmente as mais isoladas e afastadas, era o recrutamento forçado. Embora haja um certo consenso de que os legalistas não tenham lançado mão deste recurso em meio às populações coloniais na época

---

<sup>177</sup> Diaz analisa a emergência de um movimento de autodefesa dos habitantes do estado de Michoacan, México, em tempos recentes, e aponta que não foi a existência de uma criminalidade organizada que existia de longa data em meio as comunidades rurais, praticando o tráfico de drogas e impondo uma série de práticas, dentre elas alguns tipos de tributação, em troca de proteção, que levou a formação de grupos de autodefesa, mas a quebra de um equilíbrio instalado de legitimidade e reciprocidade entre o crime e as comunidades. Isto ocorreu quando novos grupos criminosos e novas práticas entraram, dentre elas uma disseminação do estupro, execuções a esmo e a imposição de pagamentos cada vez maiores, quebrando os acordos tácitos anteriores.

<sup>178</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

da Revolução de 1923<sup>179</sup>, senão talvez esporadicamente, replicando uma postura que já fora presente por ocasião da Revolução Federalista, motivada pela necessidade de salvaguardar a infraestrutura econômica da região colonial não tocando em sua mão-de-obra, parece que as tropas rebeladas o utilizaram em maior escala. O relato do colono Severino Roncatto, da região do Tapir (interior do atual município de Barão de Cotegipe), dentre outros arrolados no trabalho de Bruna Baldin (2017, p. 52), dá conta deste aspecto, bem como do quadro generalizado de saques e medos pelos quais as populações interioranas passavam:

Eles pegavam gente pra levar junto e combater. Eles levavam os homens. Naquela época meus pais contavam que ia dormir e não sabia como seria o dia de amanhã. E se eles chegassem na casa tinha que fugir para se esconder. As famílias se escondiam no mato, todo mundo iam para o mato, para se proteger, porque eles vinham e levavam tudo. Eles matavam gado, pegavam as roupas, comidas.

A situação destes recrutas obrigatórios era, a exemplo da Revolução Federalista, complicada, pois que na prática, para o olhar de fora, a distinção com os voluntários não era muito visível, enquanto que o contrário acontecia internamente. Quando um grupo de revolucionários assistidas circulava na região missioneira, entre Porto Lucena e Passo da Pedra, um jovem, filho do comerciante Pedro Wandscher, seguiu com eles, mas retornou poucos dias depois, um possível indício que sua adesão não fora exatamente voluntária, em companhia de outros dois, também, decerto, desertores do bando. Reconhecidos como

---

<sup>179</sup> Isto pode ser mais verdade relativo a população colonial, mas não em relação ao resto do Estado. Embora Ferreira Filho (1973, p. 30), procure minimizar a prática por parte do governo, argumentando que a disseminação do termo ‘voluntario a maneador’ seja leviana, o uso da expressão por outros estudiosos, como Antonacci (1981, p. 101) indica que a prática não foi de todo rara e teria sido empregada pelo governo para a composição dos corpos provisórios. Sérgio da Costa Franco (2019, p. 44-45) argumenta que na federalista o recrutamento forçado teria sido regra corrente entre as duas forças em luta, principalmente dos contingentes vencidos e aprisionados, constituindo-se em um dos condicionantes para escapar da eliminação física. Por outro lado, existe a acusação de que um certo recrutamento forçado de colonos por parte dos legalistas tenha sido praticado em Santa Rosa, onde estava aquartelado o Cel. Bráulio de Oliveira, mandatário do município de Santo Ângelo. Esta é a insinuação de um jornal ligado aos revolucionários de 1924, editado em São Luiz, para onde as tropas de Prestes se dirigiram, que dizia que Bráulio de Oliveira reunira cerca de 80 colonos, a maioria forçados, para efetivar a retomada da cidade de Santo Ângelo. Conforme o texto: “Bráulio Oliveira, velho régulo de Santo Ângelo, reuniu 80 e poucos colonos em Santa Rosa, com o fim de tomar Santo Ângelo. A vanguarda de Pedro Arão, de acordo com as instruções do Estado-Maior, atacou o grupinho do chefe, travando ligeiro tiroteio. Bráulio, na iminência de ser destruído completamente retirou-se em desordem, deixando alguns prisioneiros. Estes, interrogados, contaram que foram incorporados à força” (Citado por PERES, 1994, p. 150). Sebastião Peres (1994, p. 150), que em sua dissertação menciona este assunto, concluiu que provavelmente a incorporação de um contingente ao corpo de provisórios tenha sido de ‘voluntários contra a vontade’, o que é corroborado pelo fato de que na documentação manejada por ele, no caso o Livro de Alterações do 1º Esquadrão do 4º Corpo Auxiliar, que atuava na região do município de Santo Ângelo, constem 23 deserções, justamente de incorporados como voluntários.

insurretos, acabaram presos em Campinas, sendo que o jovem Wandscher tentou escapar e acabou “abatido pela guarda”<sup>180</sup>.

Por fim, um forte elemento de encorajamento na formação dos grupamentos de autodefesa era a memória dos conflitos anteriores. A “revolução dos anos noventa (do século XIX) havia causado um grande prejuízo às colônias (...) porém o povo colonial abraçou a autodefesa. Com ela acabaram em breve os bandos de ladrões em campos de batalha” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 103). Assim a pronta adesão a esta organização se dava “pois numerosos colonos procedentes das colônias velhas – Teutônia, Sinimbu, Maratá, São Lourenço – ainda guardavam desagradáveis lembranças dos pavores semeados na revolução Federalista” (LEITZKE, 1993a). Como a maior parte dos colonizadores do planalto eram oriundos das colônias velhas, e o tempo transcorrido da Revolução Federalista não ultrapassava a uma geração, certamente que vários colonos tinham ainda muito claro os elementos da experiência pregressa, isto quando não haviam participado dela diretamente.

Se as conturbações dos anos vinte (do século XX) deixaram as colônias velhas quase ilesas, ameaçavam sobremaneira as colônias novas da região serrana, o que explica a formação de um número considerável de organizações na região. Nem por isso, elas deixaram de aparecer nas colônias velhas e adjacências, como permite ver a notícia de A Federação, dando conta que colonos do 2º, 3º, 5º e 7º distritos do município de Montenegro haviam procurado o Intendente para informar que estavam organizados para evitar “as incursões de mashorqueiros, havendo já adquirido armamentos e munições”. A mesma reportagem informa ainda a organização de semelhante iniciativa em Cachoeira<sup>181</sup>. No vale do Taquari, “uma região especialmente castigada em todas as revoluções”, os colonos organizaram sob a direção do Pe. Rick “uma autodefesa que rapidamente contou com 500 homens” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 47).

É possível identificar uma experiência pregressa, designada pelo nome de Liga de Defesa, que teria atuado entre 1912 e 1918, na região de Cruz Alta, hoje município de

---

<sup>180</sup> Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

<sup>181</sup> Jornal A Federação de 10.08.1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Lembrando que Cachoeira está na borda da região colonial, e de mata, aberta para a região de campo. Assim, era um alvo de fácil acesso para as colunas rebeladas que circulavam na região da campanha, como as Honório Lemos e Zeca Netto.

Pejuçara. Naquelas circunstâncias, os colonos entraram em conflito com grupos de “bandidos” que infestavam as matas no entorno das colônias. Neste enfrentamento, após contatarem e receberem armas das autoridades de Cruz Alta, os novos ocupantes da terra lograram êxito, o que redundou no afastamento, ou mesmo extermínio, dos ditos bandidos (ZAMBERLAN, 1999), mas que provavelmente eram habitantes mais antigos do lugar, ou seja, caboclos<sup>182</sup>. Entretanto, tal experiência não pode ser tomada como parte do fenômeno em análise, pois que tem características mais específicas, ligadas ao conflito pela terra entre novos e velhos ocupantes.

### 3.2 *Selbstschutz* nos conflitos de 1923

A organização do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg conheceu duas fases<sup>183</sup>. Nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1923, ao irromper as ações bélicas da Revolução de 1923, era possível notar a ação isolada de bandos armados, em sua maioria ligados a Leonel Rocha, que “já praticavam assaltos e saques” nas imediações da então grande região de Palmeira, Passo Fundo e Alto Uruguai. O temor em relação a ação destes grupos levou a formação da organização na localidade, composta naquele momento por pouco mais de 70 homens (LEITZKE, 1993c). Ao que tudo indica, a calmaria dos dois meses seguintes deu a impressão de que nada aconteceria e o *Selbstschutz* não entraria em ação. O domingo de 13 de maio foi marcado por festividades, com um encontro de corais que contara com a

---

<sup>182</sup> Existe disponível uma ampla bibliografia acerca da presença dos caboclos, e outras populações, nas regiões de matas do Rio Grande do Sul, que antecedeu a chegada dos novos colonizadores, derrubando inclusive o mito do pioneirismo do imigrante. Não cabia, nos limites desta tese, interrogar sobre a organização dos colonos no sentido do enfrentamento armado com estas populações iniciais, como evidencia o episódio de Pejuçara. Presume-se, entretanto, que episódios desta natureza não tenham sido poucos, mas pelo contrário, é provável que sejam abundantes, embora fragmentados em episódios pequenos e dispersos ao longo da grande região colonial. O estudo deste processo certamente renderia um belo trabalho, no qual os processos crimes seriam uma importante fonte.

<sup>183</sup> Inevitavelmente, Neu-Württemberg (atual Panambi) será inúmeras vezes referido, dado o fato de ser um caso relativamente bem documentado. É uma das poucas organizações sobre a qual há uma documentação primária sobrevivente que está guardada num arquivo, no caso o Museu e Arquivo Histórico de Panambi – MAHP.

participação da comunidade e inúmeros visitantes de fora. Na manhã seguinte, 14 de maio, a então vila se viu invadida por um grupamento de mais de 100 homens sob o comando de Leonel Rocha.

De fato, “havia os revolucionários apanhado o *Selbstschutz* num momento de descuido e desaviso e à população de Neu-Württemberg simplesmente caberia deixar acontecer as coisas”. Por volta das oito horas da manhã o centro da vila estava ocupado e de imediato os invasores restringiram a movimentação dos moradores, assim como foram cortados os fios telefônicos que faziam a comunicação com Cruz Alta e Palmeira das Missões. As “casas comerciais foram fortemente alijadas de seu estoque de mercadorias”: saquearam-se os armazéns de Johann Adam Heinrich, o armazém da antiga *Genossenschaft* (cooperativa), a casa comercial de Peter Bayer, as selarias de Miguel Baumgarten e Miguel Strücker, além da casa comercial de Prudencio Alves Cardoso, que “vasculharam [a] procura de armas, que não havia, e acabaram levando um cavalo”. Enfim, na “vila Elsenau praticamente executaram uma operação ‘pente fino’ a procura de armas, acabando de levar numerosos revólveres e espingardas. Dentre diversas requisições, ao todo arrebanharam na área de Neu-Württemberg 60 cavalos” (LEITZKE, 1993d)<sup>184</sup>. Também foram objetos de ‘requisição’ botas e vestimentas, principalmente ponchos. Ao fim do dia, partiram rumo a Colônia Sete de Setembro (atual Condor), onde ainda esvaziaram a filial da casa comercial de Johann Adam Heinrich, que foi, assim, o comerciante individualmente mais prejudicado com o evento.

O grupamento de Leonel Rocha montava cavalos magros e estropiados e a maioria dos componentes estava vestida com trapos. Os dias frios da semana anterior “mostraram aos comandantes a necessidade de reaquecer os seus comandados para poder suportar os transtornos do rigoroso inverno em andamento”<sup>185</sup>. Os relatos orais de algumas testemunhas dão conta também do saque às residências, principalmente em busca de alimentação:

---

<sup>184</sup> A Coluna de Leonel Rocha também documentou, ao menos parte, as requisições que fez em Neu-Württemberg. Assim indica um bilhete de Pompílio Pithan, um dos principais ajudante-de-ordens do caudilho, endereçado ao próprio chefe, onde informa ter sido procurado por Carlos Blum, da *Genossenschaft* (Cooperativa) pois que fora esquecido de solicitar o documento referente a requisição de munição da casa comercial da entidade, e indagavam então se o General poderia ainda encaminhá-lo (Carta de Pompílio Pithan para Leonel Rocha de 14.04.1923. Pasta *Selbstschutz*. MAHP).

<sup>185</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.05.1923. MADP.

Eles naquele dia tinham invadido e ocupado a Vila Elsenau e tinham saqueado várias casas comerciais. Um pouco adiante, um grupo deles chegou lá nos Buss. E a senhora Buss tinha acabado de tirar os pães do forno; ainda estavam quentes. E os maragatos se atiraram nos pães, terminaram tudo. Chegaram também no Paul Beckert e depois no Karl Brum, donde levaram bastante roupa boa. Mais adiante chegaram na casa do Jacob Bock. Lá na cozinha, em cima do fogão, estava uma panela bem grande cozinhando feijão e eles avançaram no feijão e limpavam a panela até no fundo<sup>186</sup>.

O foco principal do grupo maragato foi a vila, não havendo referências de incursões nas áreas do interior. Não há registros se a organização do *Selbstschutz*, ou algum de seus membros isoladamente, tenha adotado alguma ação de resistência nas circunstâncias apresentadas, com exceção do que afirma, embora sem precisar fontes, Ivo Beuter (2013, p. 263): “após intensas negociações, cedendo-lhes cavalos, munição e alimentos”, os invasores se retiraram. Mesmo que não estejam claros os detalhes desta negociação, não há como duvidar que teve entre seus protagonistas Hermann Faulhaber, e talvez ainda Menoly Gomes de Amorim, secundados por outras lideranças locais. Imagina-se que a organização de autodefesa não tenha sido totalmente inerte, ainda que atordoada pelo inesperado ato de invasão.

Mas de fato a surpresa fora total. O professor Reinhard Benz, comandante do *Selbstschutz* mal havia iniciado sua aula quando foi chamado para dar conta da situação; na mesma manhã ainda ajudou um grupo de crianças, dispensadas das aulas, a atravessar para o outro lado da vila, dividida em duas áreas por ordem dos ocupantes. Helmuth Wendland, membro da autodefesa no interior, comenta que da invasão de Leonel Rocha só souberam no dia seguinte<sup>187</sup>. Depois do episódio, uma certa reclamação era publicada nas páginas do jornal *Serra Post* e um dos aspectos questionados apontava para o estranho fato de uma tropa de mais de uma centena de combatentes passar pelas barbas do destacamento de mais de 300 homens que guarnecia Palmeira das Missões<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> Jornal A Notícia Ilustrada, de 25.06.1993. MAHP.

<sup>187</sup> Jornal A Notícia Ilustrada, de 25.06.1993. MAHP.

<sup>188</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.05.1923. MADP. O episódio da invasão de Neu-Württemberg também ganhou vida nas páginas do romance de Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento – O Arquipélago 1*. Nelas, Rodrigo Cambará, bisneto do primeiro Rodrigo Cambará, chega em Neu-Württemberg na coluna assistida comandada por seu pai, Licurgo, incorporados momentaneamente na tropa de Leonel Rocha. Permanecem alguns dias, fazem requisições, tomam banho e dormem em camas. Na pitoresca localidade Rodrigo conhece ‘a dama da casa grande’, a “Frau Wolf, uma senhora de quase oitenta anos, viúva do mais importante industrialista do lugar, matriarca dum numeroso clã. Vivía numa grande casa de madeira, de tipo bávaro, no meio de árvores, flores (...) Recebeu Rodrigo com uma graça de castelã antiga, ofereceu-lhe café com leite com bolos e *apfeltrudel*, e mais tarde, ao fim da visita, vinho do Reno. Mostrou-lhe a Bíblia da família, impressa no século

Nos dias seguintes, Menoly Gomes de Amorim, subintendente da localidade, chegou de Cruz Alta acompanhado de 60 homens do corpo de provisórios, que assumiram a guarda da colônia por algum tempo<sup>189</sup>. Sua saída da localidade, três semanas depois, não foi de todo lamentada. Inevitavelmente, o susto faria a organização do *Selbstschutz* entrar em nova fase, sendo reforçado pela adesão de um grande contingente, chegando a 893 homens compondo a força ativa, aliado a uma reserva de 110 componentes, estes homens mais idosos, além de grande apoio da Colonizadora, do comércio local e em “íntima colaboração com as autoridades civis e militares” (FAUSEL, 1949, p. 35). Dali para diante, as divisas da colônia, as pontes e as mais de 20 estradas que davam acesso ao interior seriam vigiadas diuturnamente. A organização se dividia em uma parcela de infantaria e outra de cavalaria, sendo esta a maior parte e de grande importância tática, pois que se fazia necessário alcançar as diferentes partes da colônia em situações de perigo o mais depressa o possível. Além de patrulhas, aconteciam também exercícios de manobras e treinamento de tiro (LEITZKE, 1993d).

Em 07 de agosto de 1923 um destacamento de 15 legalistas foi fustigado pela ação dos colonos da então Linha Magdalena (atual Ocearú), sob liderança do colono Paul Bossler, imigrante alemão recém-emigrado e veterano da 1ª Guerra Mundial. O grupo pertencente ao corpo de provisórios fora enviado pelo comando estacionado em Cruz Alta, sob as ordens de Firmino de Paula, com a finalidade de requisitar cavalos aos colonos da região. Chegara ao fim do dia 06, vindo pela estrada velha que ligava Neu-Württemberg a Cruz Alta, e acampara em uma área de mato nas imediações da picada Magdalena. Na madrugada do dia seguinte, cercados e alvejados pelos colonos, retiraram-se sem levar nenhum animal. Não há registro de mortos ou feridos no embate. A organização *Selbstschutz* como um todo se manifestou em solidariedade ao grupo da Linha Magdalena por seu feito, e a intervenção de Menoly Gomes de Amorim pôs termo a situação, minimizando o desconforto político havido com o caso (LEITZKE, 1993f, 1993k).

---

XVIII, falou-lhe de seus autores prediletos e acabou recitando Heine e Goethe (...) Rodrigo estava maravilhado com a impressão de ter entrado num outro mundo (...) tudo lhe evocava uma Alemanha que ele apenas conhecia através da literatura e de gravuras de revista” (VERÍSSIMO, 1997, p. 299-300). De modo geral a liberdade literária adotada para descrever a colônia e seus habitantes não agradou uma parte da inteligência local e por isso Érico Veríssimo é *persona non grata* por ali.

<sup>189</sup> Jornal *Die Serra Post* de 25.05.1923. MADP.

Ainda no mês de agosto de 1923, Leonel Rocha envia um emissário, Frutuoso Maia, para contatar Hermann Faulhaber. Frutuoso Maia trazia em seu poder uma carta de Leonel Rocha, endereçada a Faulhaber, datada de 16 de agosto, na qual, basicamente, o chefe revolucionário propõe à Colônia o pagamento de um tributo de guerra, oferecendo em contrapartida, proteção. Assim sendo, as forças beligerantes sob seu comando se absteriam de penetrar na comunidade a fim de executar as requisições que lhe seriam necessárias e os bens dos seus moradores seriam respeitados. Na carta ainda é proposto que a comunidade escolha uma ou mais autoridades, a serem então nomeadas pelo general para manter a ordem na localidade. Por fim, expõe os valores que caberiam ser pagos: 200\$000 para casa comercial forte, 100\$000 para casa comercial pequena, 100\$000 para moinhos, engenhos e congêneres e 20\$000 para colonos e demais habitantes, valores estes que demonstrariam a “boa vontade de defender os interesses dessa colônia, pois qualquer matungo rebanhado valeria mais que a contribuição proposta”<sup>190</sup>. A resposta, negativa, obtida após deliberação entre as lideranças da comunidade, foi enviada para o General Leonel Rocha em mãos de Alfredo Lemos<sup>191</sup>.

Leonel Rocha enviou mais duas cartas a Neu-Württemberg, endereçadas a Hermann Faulhaber, cobrando o tributo de guerra. A missiva datada de 21 de agosto, em resposta a negativa da Colônia, e a que pode ser considerada como a mais ameaçadora, relembra ao Diretor da Colônia os direitos de uma força beligerante no sentido de requisitar à população os gêneros de que necessitava. Ainda informava que dispunha de uma coluna armada de 600 a 800 homens, e não meramente de um piquete, enfatizando que o estrago que tal contingente poderia provocar na localidade, caso viesse a nele adentrar, seria muito grande, ao passo que o tributo ‘seria muito mais barato’. De outro lado, Leonel Rocha já teria nomeado autoridades (subintendente provisórios) em quatro colônias de sua zona de operações: Tesouras, Chapada, Xingu e Mel (Águas de Mel – hoje Iraí), todas “prestigiadas

---

<sup>190</sup> Carta de Leonel Rocha para Frutuoso Maia de 16.08.1923. MAHP. Conforme Adam (2015, p. 160), o preço médio do quilo de banha em 1923 foi de 1\$466 mil réis, e o preço médio da arroba (15 quilos) foi de 21\$992 mil réis. O que permite dizer que cada cidadão de Neu-Württemberg estava sendo convidado a contribuir para a causa da Revolução com algo em torno de 14 quilos de banha. Já o pequeno comércio e os engenhos contribuiriam, grosso modo, com 5 latas de banha, daquelas de 20 quilos, e a casa comercial forte com 10 latas de banha.

<sup>191</sup> Jornal A Notícia Ilustrada de 09.07.1993. MAHP.

e mantidas em seus postos com aplausos das respectivas populações”<sup>192</sup>. Deste modo, parecia querer fazer o mesmo em Neu-Württemberg. Faulhaber, talvez cômico do caráter improvisado da autodefesa local, composta majoritariamente por colonos, aliado a sua debilidade em termos de armamentos e munições<sup>193</sup>, ao passo que a força sob comando de Leonel Rocha, por mais mal armada e maltrapilha que estivesse, constituía-se de elementos mais ou menos experimentados no combate, recorreu ao comando da guarnição federal de Cruz Alta no sentido de obter um reforço. Assim, um destacamento federal de 54 homens desembarcou em Neu-Württemberg em 26 de setembro. Entretanto, permaneceu pouco tempo, retornando ao quartel nos primeiros dias de outubro (LEITZKE, 1993h).

A segunda e última carta enviada por Leonel Rocha, datada de 25 de setembro, recoloca os termos da proposta do tributo, com algumas pequenas diferenças nos valores. A carta, bastante curta, já traz outro tom, destacando a necessidade da força beligerante em buscar sustento de modo a continuar sua empreitada bélica: “Caso aceite minha proposta, deixarei de fazer requisições. Em caso contrário, serei obrigado a fazer requisições, visto precisarmos muito, pois estou com a minha gente nua”<sup>194</sup>. A resposta de Faulhaber, lacônica, se resumiu em reafirmar a negativa, alegando ordens federais, além de que uma guarnição federal estaria acampada na Colônia e esta não poderia pagar tributos de guerra por ser propriedade de uma empresa estrangeira. Em 07 de outubro, desembarcou na localidade um pelotão federal, de 20 soldados e 1 sargento, provenientes do 6º Regimento de Artilharia sediado em Cruz Alta, que embora diminuto estava bem armado, reforçando a posição defensiva da Colônia (LEITZKE, 1993i) e os argumentos de Faulhaber.

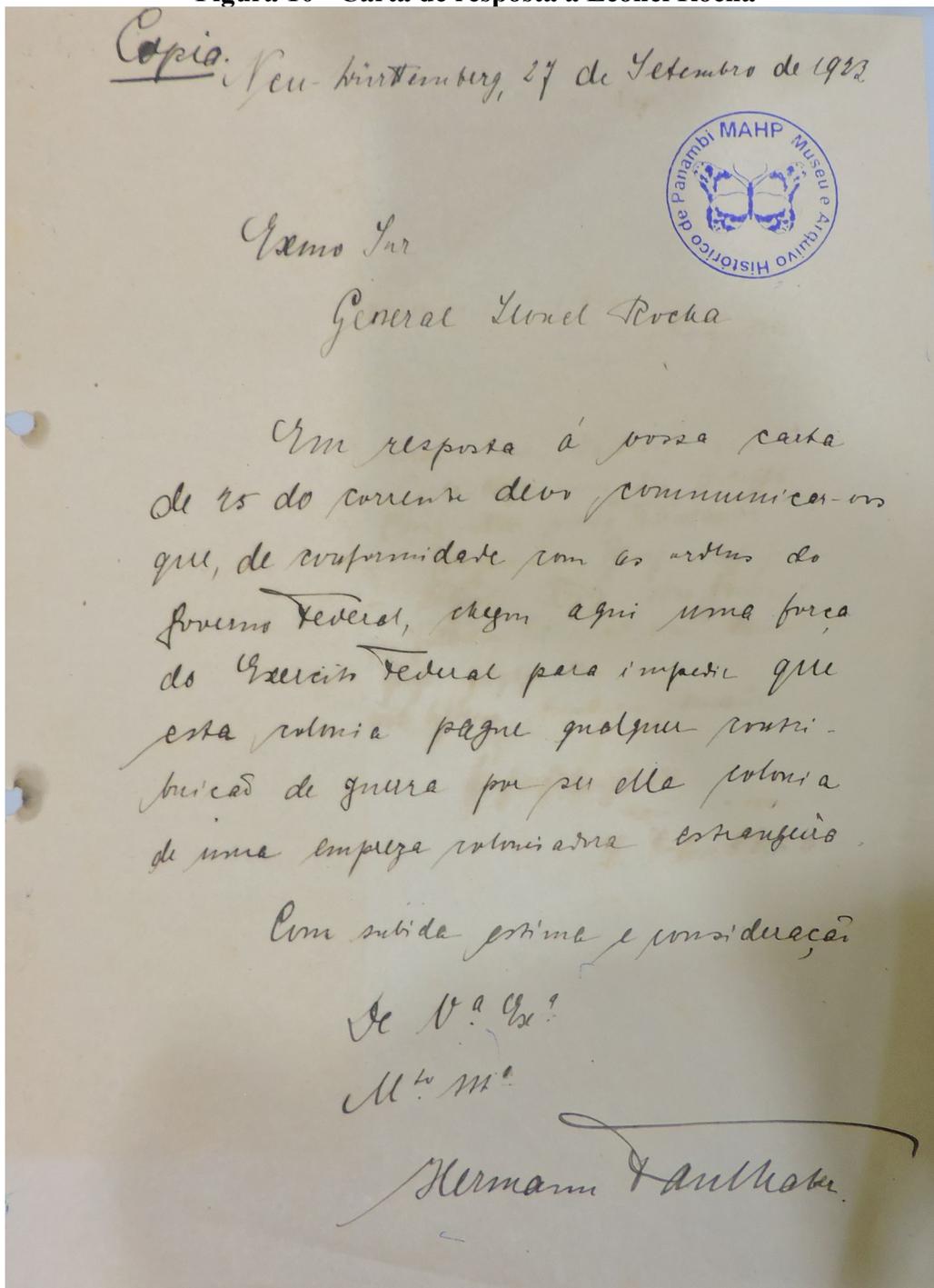
---

<sup>192</sup> Carta de Leonel Rocha para Hermann Faulhaber de 21.08.1923. MAHP. Mozart Pereira Soares escreve que Leonel Rocha havia conseguido reunir nos entornos da então grande Palmeira cerca de mil homens, que todavia estavam mal montados e pior ainda armados (SOARES, 2004, p. 211).

<sup>193</sup> No aspecto dos armamentos e munições, pode haver margem para discussão, pois há quem afirme que em Neu-Württemberg estes eram modernos, de boa qualidade e em quantidade considerável. Entretanto, não foi possível apurar uma documentação mais detalhada que desse conta, tanto de sua debilidade como de sua abundância.

<sup>194</sup> Carta de Leonel Rocha para Hermann Faulhaber de 25.09.1923. MAHP.

**Figura 10 - Carta de resposta à Leonel Rocha**



Fonte: Pasta Selbstschutz. MAHP.

Dali para diante apenas episódios menores mantiveram a organização em alerta, como na ocasião em que deu-se o alarme de que uma força beligerante estava por atacar a colônia. Logo “em toda a colônia detonavam os tiros de alarme e cavaleiros velozes e também automóveis estavam se movimentando. Dentro de um pouco tempo estava toda a colônia de prontidão para a defesa”. Todas as entradas estavam protegidas e ainda se dispunha de uma reserva abundante que facilmente poderia ser enviada para reforçar qualquer posição. Até as granadas de mão estavam prontas. A mobilização se estendeu até as 10 horas do dia seguinte. Parece que os tiros de alarme demoveram uma considerável tropa de sua aproximação, para alívio da comunidade, sendo verificado no dia seguinte os vestígios de cerca de 100 cavalos que estacionaram junto a um bebedouro no rio Fiúza<sup>195</sup>.

Também a fama da autodefesa local se espalhou. Quando o agrimensor Brüggemann, líder do *Selbstschutz* de Porto Feliz, na companhia do também agrimensor Mayntzhusen, decidiu empreender uma epopeia rumo a Neu-Württemberg em busca de mantimentos, foi preso pelas tropas legalistas em Palmeira das Missões que ali combatiam o cerco de Leonel Rocha. A menção ao nome de Faulhaber, muito conhecido na região, e que naquela circunstância, para a oficialidade das tropas legalistas, era também sinônimo de autodefesa, contribuiu na soltura dos dois e a permissão para que prosseguissem viagem (KOELLN, 1980, p. 33-34).

Alguns outros incidentes aconteceram quando da presença de tropas legalistas dos corpos provisórios. Em 20 de maio de 1923, um destacamento de 60 homens acampou em Neu-Württemberg, no potreiro do Peter Bayer, deslocados para a localidade em função do assédio do bando de Leonel Rocha. Além da requisição de animais para o abate<sup>196</sup>, este grupo de provisórios acabou se envolvendo na perseguição a federalistas conhecidos, ou meros simpatizantes, dentre eles Luiz Martin Hack<sup>197</sup>. Sua filha, Nilza Hack Röhle, relatou o episódio:

E quando era segunda feira, 21 de maio, o segundo dia de pentecostes, o pai, não desconfiado de nada, disse para minha mãe - ‘vou sentar um pouco lá fora com as crianças’ (...) De repente veio gente, uns violentões, portão adentro. Eram

---

<sup>195</sup> Jornal *Die Serra Post* de 14.09.1923. MADP.

<sup>196</sup> Jornal *A Notícia Ilustrada* de 25.06.1993. MAHP.

<sup>197</sup> Não era um segredo que Martin Hack era assistente, dissidente dos republicanos e membro da autodefesa local.

oficiais da corporação borgista e vieram prender meu pai. Também prenderam meu bisavô Henn (...) E também ali [no potreiro do Peter Bayer] mantiveram presos o meu pai e os outros. Até durante a noite tiveram que ficar lá. Nós então levamos a comida e eu tinha muito medo...<sup>198</sup>.

Ou seja, se a presença dos provisórios significava uma garantia de segurança frente aos maragatos, a comunidade ficou com o problema de quem a protegeria dos provisórios, pois que “se os borgistas desconfiavam, dentre a população local, de alguém que fosse adepto de Assis Brasil, chegavam a marcar, perseguir e judiar”<sup>199</sup>. Embora não se saiba os detalhes, mas outro colono, João Pedro Zimmermann, se abrigara no quartel de Cruz Alta sob o pretexto de falta de garantias. Assim, Firmino de Paula endereçou correspondência ao Subintendente local, Menoly Gomes de Amorim, informando de que Zimmermann poderia retornar “cercado de todas as garantias que lhe ofereço”<sup>200</sup>. Pedia ainda que comunicasse ao oficial Simões o conteúdo da carta.

Um fato, que foi minuciosamente descrito pelo jornal *Die Serra Post* de 27 de julho de 1923 envolvendo dois provisórios e o colono Walter Elsenbach, da mesma forma corrobora a situação de desconforto com os legalistas. Os dois provisórios, a cavalo, atacaram o colono que também estava montado. Elsenbach foi açoitado e ameaçado de degola sob alegação de que era assistista. Os três acabaram entrando em luta corporal, sendo que Walter Elsenbach, possuidor de porte avantajado, conseguiu por fim safar-se, embora levasse ainda um corte de facão no pescoço. Uma queixa foi formalizada junto ao comandante de destacamento, Simões, e os dois soldados foram recolhidos algemados para Cruz Alta. Com a saída dos provisórios, um correspondente local escrevia no *Serra Post*: “Tudo vive agora aqui em santa paz (...) que os senhores assististas fiquem longe de Neu-Württemberg. Nenhum colono e nenhum comerciante tem saudades deles. Mas também os senhores borgistas não produziram nada de útil desde a sua entrada, em Pentecostes, até a sua saída”<sup>201</sup>. O problema com provisórios não foi exclusivo de Neu-Württemberg e de Santa Rosa partiu queixa publicada no periódico *Serra Post* reclamando dos danos causados pelo estacionamento desta força de combate<sup>202</sup>.

<sup>198</sup> Jornal A Notícia Ilustrada, de 25.06.1993. MAHP.

<sup>199</sup> Jornal A Notícia Ilustrada, de 25.06.1993. MAHP.

<sup>200</sup> Carta de Firmino de Paula para Menoly Gomes de Amorim de 19.06.1923. Pasta Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

<sup>201</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.07.1923. MADP.

Parece certo, como informa uma carta de Firmino de Paula à Menoly Gomes de Amorim, que as tropas legalistas, ou representantes mais officiosos do governo, recolheram na colônia subscrições, isto é, contribuições em dinheiro com fins da manutenção da tropa, que deveriam ser empregados no pagamento dos salários, principalmente, na aquisição de mantimentos e, ocasionalmente, como aconteceu em Neu-Württemberg, na compra de roupas. A correspondência também menciona a obtenção de recursos financeiros com a venda de couros, mas não detalha maiores pormenores, deixando em aberto qual seria a origem destes couros, podendo ser os animais abatidos pela tropa para a alimentação, que eram tomados, conforme vários relatos atestam, da população<sup>203</sup>.

Grosso modo, o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg funcionara de janeiro a 27 de dezembro de 1923, quando uma reunião da diretoria e chefes de pelotões, na casa de Karl Blum, decidiu dar por encerrado o serviço de vigilância, além de marcar uma comemoração para o primeiro dia do ano vindouro, a Festa da Paz<sup>204</sup>. O período mais tenso foram os meses de agosto, setembro e outubro, tanto pelo assédio de grupos de salteadores, como pela passagem de grupos legalistas em busca de requisições, mas principalmente pela constante ameaça da Coluna de Leonel Rocha, que foi, no final das contas, o maior motivo de apreensões (LEITZKE, 1993k).

Da Colônia Xingu também chegavam relatos acerca da situação. Um deles, que os revolucionários haviam levado 40 cavalos da localidade, logo foi desmentido: “mas até hoje não saiu daqui nenhum cavalo, nem qualquer outro rabo de vaca sem o nosso consentimento e também não o será no futuro”. O correspondente L.M., provavelmente Luiz Meisinger, ainda informa que no dia 02 de fevereiro de 1923, passaram pela Colônia 150 homens, sob a liderança de Menna Barreto, Simão Machado, Theodoro Vegas e Frederico Ebeling: “os homens pediram e receberam água e aqui e ali um pedaço de pão; eles compraram nos dois comércios de tudo um pouco. Nós não temos do que nos queixar”. No dia 02 de março passou uma tropa legalista composta por um tenente e mais 22 homens,

<sup>202</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.03.1923. MADP. O texto reporta, sem detalhes, sobre o abuso brutal contra um jovem da localidade, sendo que o desgosto com o “comportamento desumano de alguns elementos” desta corporação seria generalizado entre os colonos. Afirma ainda que a proteção das colônias seria muito mais eficiente se estivesse nas mãos dos próprios colonos, organizados em autodefesa, sendo que o governo poderia utilizar os provisórios em outros locais onde fossem mais necessários

<sup>203</sup> Carta de Firmino de Paula à Menoly Gomes de Amorim de 18.06.1923. Pasta Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

<sup>204</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.01.1924. MADP.

constituindo a vanguarda de uma tropa maior, de 100 homens a pé e 50 montados, que cruzou no dia seguinte, patrulhando a região. Entrementes, os colonos avistavam pequenos grupos esparsos se movimentando furtivamente a noite, o que os levou a deduzir que eram revolucionários<sup>205</sup>. Mais uma vez, não houve do que se queixar. Entretanto, no mês seguinte a passagem de Menna Barreto, Theodoro Vegas e Frederico Ebeling acompanhados de mais 15 homens não rendeu bons frutos – “na vila fizeram uma espetacular troca na qual eles levaram 4 dos melhores cavalos e deixaram em troca 2 mulas velhas”. Outros ‘negócios’ assim aconteceram na vizinhança, onde os revolucionários ‘compravam’ sem pagar, arrebanhando ao todo 18 cavalos na localidade<sup>206</sup>. Parece que as situações de conturbação e aflição continuaram a assolar a comunidade, levando a fundação, ou reorganização, em 19 de outubro de 1923, do *Bundesschutz*, ou sistema de autoproteção, “com o qual a nossa miséria teve um fim”. Embora o texto não relate os episódios que teriam infelicitado a colônia no período, a expressão de alívio empregada - “também estava na hora” - dá uma dimensão dos problemas vividos por aquela comunidade, que não foram poucos nem leves<sup>207</sup>. Na verdade, considerando o período todo de conturbações, Xingu foi arrasada e boa parte da população buscou refúgio em Palmeira das Missões. Apesar de tudo, 1924 começa com a promessa de que “certamente as coisas vão avançar com força, literalmente, se após o afastamento de todas as dificuldades da Revolução a medição avançar”<sup>208</sup>.

<sup>205</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.03.1923. MADP.

<sup>206</sup> Jornal *Die Serra Post* de 17.04.1923. MADP.

<sup>207</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.12.1923. MADP.

<sup>208</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.02.1924. MADP. Se a experiência de Xingu foi trágica, a da comunidade de Tesouras, em certo momento pelo menos e no relato de um colono que escreveu ao *Serra Post*, foi mais afortunada. O próprio jornal reconhece que o texto recebido contradiz a maior parte dos informes que em comum atribuem maus feitos aos assistidas. Conforme a notícia, a tropa de Leonel Rocha estaria há cerca de dois meses acampada nas imediações das localidades de Chapada e Tesouras. Nos primeiros dias depois de sua chegada, de fato alguns homens apareceram em Tesouras e requisitaram cavalos e outros objetos de muitos colonos. O professor Müller e alguns colonos foram em comissão falar com Leonel Rocha e informaram-no do acontecimento. No encontro, Leonel Rocha teria pedido que Müller buscasse entre os colonos o apoio necessário para ser reconhecido como subintendente provisório, posto no qual ele também o confirmaria. Isto aconteceu e “desde então não houve mais nenhum distúrbio e todos os moradores estão totalmente satisfeitos e trabalham sem estorvos”, segundo as palavras do colono correspondente não identificado, que pode ser o citado professor Müller. O texto do *Serra Post* termina elogiando a louvável atitude de Leonel Rocha de manter a disciplina de sua tropa e evitar saques, mas lembra que o mesmo comandara a alguns meses a pilhagem de Neu-Württemberg, deixando ali, especialmente entre os comerciantes uma “lembrança menos honrosa” (Jornal *Die Serra Post* de 21.08.1923. MADP).

A imposição de pagamento de um tributo de guerra, expediente disponível aos rebelados, parece que se fez presente em outras regiões, além de Neu-Württemberg. O *Die Serra Post*, ao noticiar a morte de Robert Simon, recentemente nomeado, provisoriamente por Leonel Rocha, Subintendente para a região da Colônia Xingu, põe a público desconfianças sobre sua conduta, de possíveis atitudes traidoras. Isto porque teriam sido encontradas “em seu poder correspondências comprometedoras, através das quais se soube que Simon colaborava há mais tempo com os revolucionários e que, entre outros, estava planejada a cobrança de um imposto de guerra de 20 mil-réis por morador”<sup>209</sup>.

As colônias de General Osório (Ibirubá) e 15 de Novembro se viram em situação semelhante à de Neu-Württemberg com a entrada intempestiva de tropas legalistas e as requisições. Em 14 de agosto de 1923, uma tropa legalista, requisitou cavalos e cometeu outras estrepolias, o que de fato mais enraiveceu os colonos. Esta tropa vinha de um refrega com um grupo assistida e consta que “uma parte dos homens estavam bêbados”. Ao longo da tarde os combatentes incomodaram os moradores com tiros, roubaram muitos colonos de arma em punho, sendo inclusive valores em dinheiro ‘apreendidos’. De uma viúva foram levados todos os seus três cavalos, deixando-a a pé e sem tração para o trabalho na lavoura. Mais tarde, “atacaram à noite o Capitão Hermany, que vinha voltando de uma patrulha, arrancaram-no do cavalo, roubaram-lhe as armas e o seu dinheiro e queriam matá-lo a tiros”. Com o advento do escuro da noite, os moradores da vila passaram a opor resistência e apareceu ainda o Subdelegado Major Júlio da Rosa com alguns homens armados e intenso tiroteio se desenvolveu, resultando na morte de dois ‘bandidos’ e no afugentamento dos demais. As casas dos colonos estavam varadas de tiros, mas ninguém se feriu. Pelo menos o acontecido serviu para provocar a união dos colonos, em geral difíceis de serem entusiasmados, de modo que “com as decisões de segurança agora tomadas deve ter um novo assalto bem outras consequências”<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Recorte. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>210</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 21.08.1923. MAHP. Uma parte deste grupo ainda se dirigiu a noite até 15 de Novembro, onde assaltaram a casa comercial de Ernst Hetzel, pouco depois da meia-noite. O comerciante entrou em luta corporal e trocou tiros com dois dos assaltantes, e mesmo ferido, conseguiu fustigá-los. Outras manchas de sangue permitiram ver que os assaltantes também foram atingidos.

Conforme Prudencio Rocha (1964, p. 153)<sup>211</sup> quando um grupo legalista tentou adentrar na localidade para coletar requisições, o ataque redundou na morte de dois componentes de sua tropa. O então prefeito de Cruz Alta, Firmino de Paula Filho autorizara os capitães Luiz Simões Pires e Álvaro Jacintho da Silva penetrarem com uma força armada com o intuito de proceder requisições e assegurar o domínio borgista na localidade. Conforme a memória local, o intuito seria de promover saques generalizados e o assassinato de algumas lideranças. O grupo de 40 homens foi “recebido a bala nas proximidades da povoação (...) caindo morto Luiz Simões Pires e Álvaro Jacintho da Silva foi ferido, não tendo o projétil atravessado a camada da adiposidade, do ventre”. Os legalistas se retiraram da localidade sem alcançar os objetivos que eventualmente possuíam, perdendo no caminho armas, munições e chapéus. Os colonos encontraram mais um corpo e a dita lista com os nomes das lideranças locais a serem, quem sabe, mortas. Consta que semelhante fato não mais se repetiu, com exceção de grupos de salteadores que voltaram a assediar a comunidade, igualmente repelidos pela ação organizada dos colonos (SCHWEIG, 2007, p. 53-54).

Em Ijuí, ainda no ano de 1923, duas grandes sociedades de autodefesa se fizeram ativas: a de Cadeado e a da Ramada, “portanto nos dois extremos opostos do município. As partes centrais se sentiram seguras no ano de 1923, por isso não ficaram em prontidão de defesa”. Ainda em 1923, o assalto de um bando armado que praticou um saque a uma parte da colônia do Cadeado constitui-se no fato motivador para a criação da organização de autodefesa da localidade, cuja existência ao que parece, tornou-se o motivo principal de não haver grandes tentativas de importunar a população colonial daquela área. No período de paz após a revolução de 1923 foram confeccionados os estatutos, levados posteriormente ao conhecimento das autoridades<sup>212</sup>.

Um temor, embora distante, foi a movimentação da coluna de Honório Lemos, que adentrava pelas Missões. Aparentemente numerosa, e em alguns momentos bem armada e municada, causou certa preocupação nas áreas do interior de que pudesse aproximar-se de

---

<sup>211</sup> Não foi possível apurar se o evento mencionado por Rocha, que omite a data, e o relatado pelo *Serra Post* são o mesmo ou dois acontecimentos separados. Na dúvida, foram tomados como dois eventos distintos.

<sup>212</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 116. MADP. Na ocasião, na última semana de agosto de 1923, foram assaltadas a casa comercial de A. Beschorner e diversos colonos, que perderam seus melhores cavalos e arreios (Jornal *Die Serra Post*, de 31.08.1924. MAHP).

Ijuí, principalmente quando esta força atacou, em outubro de 1923, São Francisco de Assis e São Luiz Gonzaga. A chegada de destacamentos da Brigada do Norte, comandada por Firmino de Paula, serviu para dissipar os maiores medos<sup>213</sup>.

Mesmo assim, Ijuí não escapou de ser atingida por algumas das moléstias trazidas pela Revolução de 1923, principalmente o saque de alguns colonos e comerciantes em outras áreas do interior, por parte dos revolucionários. A notícia de que um grande bando de 80 homens estaria se movimentando para saquear Neu-Württemberg, na linha Hindenburg mobilizou o *Selbstschutz* daquela comunidade, mas a informação foi logo corrigida, sendo que o bando estava na verdade saqueando vizinha a Linha 19, parte do *Selbstschutz* Ijuhy-Ramada<sup>214</sup>, uma das regiões mais afastadas do referido município. Dentre os episódios mais funestos, está o ocorrido com Francisco Rolim da Rosa “que exercia o cargo de inspetor do 10º quartirão, e teve sua casa assaltada, onde foi morto e saqueado, junto a sua esposa e filhos menores”, cuja autoria foi atribuída a membros do bando de Joca Raimundo. Noutra ocasião foi assaltado o comerciante João Mroginski, do 1º distrito, “que foi amarrado, ameaçado de morte e saqueado em quantia superior a vinte contos (...) por um grupo do município da Palmeira chefiado por Laurindo de Abreu, que estendeu suas façanhas até o 3º distrito, extorquindo bens a diversos colonos”<sup>215</sup>.

A requisição de cavalos também era um problema. Certo dia, na parte leste, onde estava organizado o *Selbstschutz* – Linhas 4 a 7, tropas legais, comandadas por Victório Dumoncel, passaram o posto de guarda do *Selbstschutz* sob a alegação de que iam rumo a vila Ijuhy, não sofrendo obstáculo por parte do Cabo da Guarda dos colonos, pois este “achava que não podia opor-se a tropas legais, de modo que, quando estavam na colônia, simplesmente tomaram 15 cavalos”. Após gestões junto as autoridades, a organização de autodefesa recebeu uma carta do Intendente informando que “cavalos e gado somente poderiam ser entregues contra legítimos documentos de requisição”. Em outra ocasião, apareceu “junto a Guarda um piquete, para requisitar cavalos, mas a Guarda não permitiu a entrada”, sendo que o piquete se retirou. Algum tempo depois, “vieram alguns Provisórios de Rio Branco [Pejuçara], para novamente requisitar cavalos. A Guarda novamente não

---

<sup>213</sup> Jornal *Die Serra Post* de 19.10.1923. MADP.

<sup>214</sup> Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

<sup>215</sup> Relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1923. MADP.

consentiu. O Comandante do piquete queria prender o Cabo da Guarda, mas quando rapidamente apareceu reforço da Liga, os Provisórios deram rapidamente a volta”<sup>216</sup>. Estes episódios de apresamento de cavalos não devem ter sido os únicos, exacerbando-se pelo fato de que tanto as forças oficiais como os revoltados desenvolverem a prática, conforme atesta a correspondência do Cel. Dico, Intendente de Ijuí, reportando o problema: “Bandoleiros abandonam Inhacorá levando grande arrebanhada 40 reses” da Fazenda Chiapetta<sup>217</sup>. Por conta de outra situação, em 29 de maio de 1923 o mandatário ijuiense escreveu ao Coronel Valzumiro Dutra solicitando a devolução de animais levados de alguns colonos pelo capitão Araújo, dentre eles “um tordilho pertencente a uma viúva paupérrima”<sup>218</sup>.

Sempre havia o risco de que as requisições de bens dos colonos poderiam se desdobrar em algum melindre de maior repercussão, o que ensejava alguns cuidados por parte das autoridades, de modo a preservá-los, o que na prática nem sempre se mostrava viável. Esta preocupação transparece no telegrama enviado por Protásio Alves, alta autoridade do governo estadual na época<sup>219</sup>, ao Cel. Dico, repassando uma queixa que lhe chegara as mãos, sobre fatos ocorridos na região de Ijuí, pedindo assim providências ao mandatário ijuiense. Basicamente, o Cônsul americano encaminhara a Protásio a reclamação do missionário Edward Dick, que atuava em Ijuí, sobre requisições que haviam sido feitas pelas forças legalistas em sua propriedade. Protásio encerra o telegrama nos seguintes termos: “Rogo ouvir reclamante e informar-nos”<sup>220</sup>.

É certo que no município de Cruz Alta se exigia dos colonos a entrega de cavalos, o que causava grande apreensão no meio colonial, pois que estes não os tinham sobrando. Bem argumentava o articulista do *Serra Post*, “o colono precisa dos cavalos para puxar a carroça ou o arado, e tirar-lhe agora, antes da época de plantio o seu gado, significa tirar-lhe a próxima colheita”. Os eventos de requisição de cavalos<sup>221</sup> ocorridos em General Osório,

<sup>216</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926. pp. 115-138. MADP.

<sup>217</sup> Cadernos do Centenário. Jornal da Manhã de 25.08.1990. MADP.

<sup>218</sup> Telegrama de 29.05.1923. Correspondências recebidas e expedidas da Intendência de Ijuí. MADP.

<sup>219</sup> Em julho de 1923, Borges de Medeiros nomeara Protásio Alves para o cargo de Vice-Presidente, função que já havia ocupado em anos anteriores.

<sup>220</sup> Telegrama de Protásio Alves. Correspondências recebidas e expedidas da Intendência de Ijuí. MADP.

<sup>221</sup> O problema dos cavalos se apresenta generalizado, uma vez que os equinos, na guerra daqueles tempos, constituíam-se em gêneros de primeira necessidade, assim como a alimentação e o armamento. Em uma carta de 19 de junho de 1923, Firmino de Paula pede a Menoly Gomes de Amorim, Subintendente em Neu-

Neu-Württemberg e Ijuí deixaram claro que não estava sendo obedecido o Decreto nº 9114, de 03 de março de 1923, que instruía as requisições. O documento detalhava o procedimento pelo qual o governo obteria os meios para fazer frente ao esforço de guerra. Estabelecia que somente o comandante da tropa poderia fazê-lo, mediante apresentação de ordem por escrito e entrega do respectivo recibo. Quando possível, preferencialmente as autoridades civis deveriam efetuar as requisições. De posse do recibo, uma restituição dos valores pertinentes aos bens apreendidos deveria ser paga. Como escreveu o articulista, “os colonos de General Osório não podem fazer nada, a não ser exigir [das autoridades] o preenchimento de recibos adequados à forma estabelecida e fazer levantamento sobre os objetos requisitados e mandar assinar por testemunhas existentes, para poder fazer valer seus direitos sobre indenizações”<sup>222</sup>.

Há relatos indicando uma intensa movimentação de rebeldes participantes da Revolução de 1923 na região missioneira. Mas tratava-se principalmente de grupos ou bandos isolados, não tão numerosos, como o de Pedro Arão, ou Joca Raymundo, conforme escreve Vilmar Bindé, (2006, p. 261-262). Não há registros da formação de uma Coluna Revolucionária de peso que mantivesse sua base de operações na região, a exemplo da Coluna de Leonel Rocha em torno de Palmeira das Missões. Assim, estes pequenos grupos, também chamados de piquetes revolucionários, atuavam com grande independência, não se subordinando a nenhuma liderança maior, enquanto que armas e munições eram facilmente trazidos da Argentina (BRAATZ, 1997, p. 27). Por outro lado, era comum os grupos oriundos da região de Palmeira, como os “300 bandoleiros comandados por Cardoso e outros”, adentrassem no então grande município de Santo Ângelo para protagonizarem

---

Württemberg, o favor de devolver aos colonos das imediações de Palmeira, ou seja, Condor, arreios, pelegos e outros apetrechos de montaria, tomados incorretamente dos colonos, mas não os cavalos. Na correspondência, Firmino deixa claro a incorreção do procedimento, ou seja, o apresamento de itens ou bens de qualquer natureza que não fossem os animais, lembrando ainda a que ele mesmo dera ordens para que nenhum bem fosse tomado aos correlegionários ou cidadãos neutros, entenda-se neste último caso colonos (Carta de Firmino de Paula à Menoly Gomes de Amorim de 18.06.1923. Pasta Menoly Gomes de Amorim. MAHP). Cabe ainda mencionar que as reais necessidades do governo em buscar os itens para o sustento da guerra se confundiam com práticas ilícitas de alguns estelionatários que usavam a guerra e nas requisições como pretexto para saquear os colonos. Esta era a dúvida que circulava em Ibirubá, então Colônia Gal. Osório, de que havia um verdadeiro comércio de cavalos operado por pretensos agentes do poder público, que os tomavam oficiosamente dos colonos para posteriormente negociá-los a parte, quem sabe com o próprio governo, a troca de pagamentos, enquanto que os colonos nada recebiam. Enquanto que na localidade circulava a informação de que o Subintendente e o Subdelegado estavam envolvidos no esquema, fica em aberto se as autoridades maiores desconheciam ou compactuavam com a prática (SCHWEIG, 2007, p. 54-55).

<sup>222</sup> Jornal *Die Serra Post* de 21.08.1923. MADP.

ações bélicas<sup>223</sup>. De mesmo modo, pelo outro lado, grupos ligados a Coluna de Honório Lemos, o Leão de Caverá, partindo da campanha, também penetravam na região missioneira<sup>224</sup>, como no episódio da invasão daquela coluna em São Francisco de Assis e São Luiz Gonzaga.

Assim, “aconselhados pelos acontecimentos de outras colônias”, os moradores de Serro Azul (atual Cerro Largo) decidiram constituir o seu *Selbstschutz* em setembro de 1923. Na primeira reunião, em 13 de setembro na localidade de São Salvador, compareceram cerca de 500 pessoas. Foram escolhidos os representantes para uma diretoria que em duas sessões seguintes alinhavaram os detalhes do funcionamento da Autodefesa. Os estatutos elaborados pela organização, a exemplo de outros lugares, foram apresentados às autoridades, no caso as sediadas em São Luiz Gonzaga, e aprovadas por elas<sup>225</sup>. Em torno de Santa Rosa, sob coordenação das autoridades, o subintendente e o chefe da colonização, este último João Dahne, organizou-se uma autodefesa formada pelos colonos, algo em torno de 200 homens, embora com poucas armas. Um clima amistoso se seguiu nestes momentos iniciais, os convocados estavam alegres e havia churrasco todos os dias, enquanto que guardas mantinham-se posicionados nos acessos e um controle com o uso de salvo condutos se implementou<sup>226</sup>.

Por volta de 13 de outubro, Honório Lemos atacou São Luiz Gonzaga, tomando-a por algum tempo, sendo que as autoridades locais abandonaram o município. O médico de Serro Azul, Dr. Assis Brasil, que se dirigiu para lá a fim de atender os feridos, retornou com a notícia de que o líder maragato não pretendia adentrar na região colonial. Mesmo assim a Autodefesa de Serro Azul, em 15 de outubro, estava em armas e as passagens de acesso devidamente fechadas<sup>227</sup>.

---

<sup>223</sup> Jornal A Federação de 10.08.1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>224</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

<sup>225</sup> Jornal *Die Serra Post* de 05.10.1923. MADP.

<sup>226</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.02.1923. MADP.

<sup>227</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP. Alguns dias antes, a coluna de Honório Lemos, com 500 homens, atacou e tomou a então vila de São Francisco de Assis após um combate de mais de duas horas, no qual os defensores perderam 52 homens, dentre eles o Intendente Carlos Gomes, o Delegado de Polícia e dois subintendentes. Com a vitória, os assistas capturaram grande quantidade de armas, munições, 70 cavalos e arreios, mantimentos e forragem que estava armazenada no prédio da Intendência (Jornal *Die Serra Post* de 05.10.1923. MADP.)

Mas também abundam noticiais sobre saques a casas comerciais nas linhas interioranas da grande região do rio Buricá. Por exemplo, em 2 de julho a casa comercial de Otto Stolz, foi assaltada por um bando que somava em torno de 122 homens, que levaram todas as fazendas, armas, munições, cavalos, só um deles valeria 800\$000, enfim, “tudo o que podiam levar”. De alguns carroceiros que estavam estacionados na frente também levaram lonas, cobertas e armas. Outro grupo de cerca de 40 homens atacou a casa comercial Torsetzki, ocasionando semelhante estrago. O infortúnio se estendeu aos moradores próximos, sendo arrebanhados cerca de 17 cavalos e muitos colonos foram molestados, “judiados”, pelos revolucionários que estavam bêbados. Consta ainda que “de uma italiana foi arrancada a vestimenta do corpo até a roupa de baixo”<sup>228</sup>.

De semelhante modo, um grupo de revolucionários movimentou-se na área da Colônia Guarany. Em 20 de outubro passou por Porto Lucena até a localidade de Laranjeiro, chegando no dia seguinte na Esquina (?) e uma parte se dirigiu até a sede (*Stadtplatz*); na sequência, reunidos novamente, o grupo todo seguiu para Passo da Pedra: “na passagem levaram em toda a parte cavalos e arreios e também algum gado para carnear”. Algum recrutamento, forçado ou voluntário, também era feito, como parece indicar o caso do jovem Wandscher<sup>229</sup>. Este grupo provavelmente se ligava ao bando de 100-120 homens organizados em torno de “um certo Machado, composto de ralé, que se encontra na área limítrofe”<sup>230</sup>. O grupo seguiu pela estrada de Porto Lucena para Campinas [das Missões], que a despeito dos alertas provenientes de Serro Azul, ainda não organizara uma autodefesa. Por sua vez, Serro Azul, devidamente organizada, reforçou as guardas e as passagens do rio Commandahy, apesar da chuva torrencial, foram ocupadas a noite. Assim, o bando beligerante manteve-se na região da colônia Guarany, saqueando as picadas. Uma parte deste bando estava particularmente mal armado, esfarrapado e sem cavalos, de modo

<sup>228</sup> Jornal *Die Serra Post* de 31.07.1923. MADP.

<sup>229</sup> Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

<sup>230</sup> O uso da expressão ‘composto de ralé, que se encontra na área limítrofe’ sugere que a situação evidenciada na Revolução Federalista replicava-se quase trinta depois, ou seja, que provavelmente parte da população primordial da região, formada de caboclos, por sua condição periférica, marginal e excluída dos novos processos de ocupação da terra se via engajada no levante revolucionário. Um pouco das causas e circunstâncias disto pode ser vislumbrado no texto de Márcio Both da Silva (2017). Quanto a liderança, mencionada como um ‘certo Machado’, embora não se possa afirmar com certeza, pode ser Simeão Machado, longo líder maragato, participante da Federalista, e que atuava no entorno da Fazenda Sarandi. Este Machado aparecia como uma liderança de cerca de 400 famílias intrusando a Fazenda Sarandi, impedindo a entrada dos proprietários, quadro que complicou-se com a eclosão da guerra de 1923 (CARON; TEDESCO, 2020, p. 508).

que pode ser enfrentado e vencido por colonos organizados de improviso e armados de paus, foices e gadanhas<sup>231</sup>.

O esforço dos colonos e a importância da região, por mais distante que fosse, não passou despercebida às autoridades e o escrito de Ruy Nedel (2015) menciona a distribuição de armas, pelo governo, naquele ano para grupos que constituíam a Liga de Defesa Nacional. João Dahne, Diretor da Colônia Santa Rosa, em correspondência datada de 26 de maio de 1924, ao presidente da Liga de Serro Azul, transmite as felicitações e o agradecimento enviado pelo General Andrade Neves pelas valiosas operações da Liga em defesa da legalidade, o que a par da data da missiva, depreende-se que ocorreram em 1923. Dahne escreve ainda que “podem as Ligas continuar a contar com todo o apoio do governo” (DEWES, 1966, p. 69).

As memórias do padre Rick, que atuou na região, também dão conta da organização da autodefesa em Serro Azul por esta época (RABUSKE; RAMBO, 2004). Por tudo isto, não é descabido concluir que muitas das organizações citadas pelo *Serra Post Kalendar* de 1926, a maioria provavelmente, tenham se originado ainda em 1923, e se viram coagidas a atuar novamente em 1924.

### **3.3 *Selbstschutz* na passagem da Coluna Prestes**

Quando irrompeu a rebelião do quartel de Santo Ângelo, foi lançado um manifesto que em seus últimos trechos afirmava que o movimento não pretendia perturbar a vida da população, e por isso todos deveriam ficar calmos, pois nada aconteceria de anormal. Entretanto, mais adiante o documento instruía que “todos os possuidores de automóveis, carroças e cavalos, deverão imediatamente pô-los a disposição” da revolução, constando ainda no manifesto que estas “requisições serão documentadas e assinadas pelo Ministério

---

<sup>231</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

da Guerra”. Assinava o manifesto em nome do “governo revolucionário do Brasil” o Capitão Luiz Carlos Prestes (BINDE, 2006, p. 293).

No que se refere a sua organização, aproveitando a experiência das guerras ‘à gaúcha’, baseada no movimento e portanto dependendo de considerável cavallhada, a Coluna Prestes logo desenvolveu o sistema da tropeada<sup>232</sup> e dos fogões<sup>233</sup>. Além disso, o seu efetivo se viu aumentado não só de militares levantados nos quartéis, mas também um grande afluxo de combatentes das revoltas federalistas no Rio Grande do Sul<sup>234</sup>. Estas duas circunstâncias, das tropeadas e das colunas aliadas, podem ajudar a explicar as notícias da passagem da Coluna Prestes, e eventualmente embates e outros episódios, em locais bastante distantes de sua rota conhecida tradicionalmente.

Comparando o evento de 1924 com o recém encerrado do ano anterior, percebe-se que são fenômenos um pouco distintos. Em 1923, ocorria um conflito interno do Rio Grande do Sul, tendo por causa mais imediata os mecanismos de perpetuação de um grupo no poder ao passo que outro era sistematicamente alijado, mas cuja confrontação tinha raízes na década de 1890. Em 1924, dava-se um levante militar de quartéis onde estava servindo parte de uma oficialidade identificada com ideias políticas de reforma e modernização do país e que tinha como causa mais imediata a confrontação com o governo de Artur Bernardes. Ainda que contando com a adesão de muitos grupos assististas, a dita Revolução de 1924 não estava diretamente relacionada com as clivagens políticas gaúchas.

---

<sup>232</sup> A tropeada, consistia no destacamento de pequenos piquetes, de 6 a 12 homens, que se locomoviam pelos flancos da tropa principal, distanciando-se muitas dezenas, talvez até centenas de quilômetros e até por várias semanas, com a função de recolher cavalos, gado de corte e outros víveres, além de informações, com os quais retornavam ao corpo principal da coluna. No sistema enjambrado pela Coluna Prestes, sempre que ‘requisitavam’ algo de algum particular, o ato era formalizado por uma requisição assinada pelo próprio Prestes ou algum dos altos oficiais com autorização para tanto (PRESTES, 1990, p. 133). Como a revolução que a Coluna intentava não logrou êxito, estas requisições acabaram por ter valor apenas histórico. De outro lado, os piquetes das tropeadas se distanciavam bastante e desfrutavam de uma liberdade de atuação que possibilitava escapar ao controle disciplinar do comando da Coluna.

<sup>233</sup> Os fogões se formavam pela divisão do contingente da Coluna em pequenos grupos, em torno de cinco a oito soldados, geralmente com um oficial, que se encarregavam de prover a sua própria alimentação, ficando o comando responsável apenas pela distribuição da carne, principal e quase único item alimentício das tropas em movimento. Ao que parece, o grupo do fogão ficava incumbido da obtenção de outros eventuais mantimentos (PRESTES, 1990, p. 133).

<sup>234</sup> Em relação a questão disciplinar, pode-se dizer, no mínimo, que era um tanto complicado o controle sobre os grupos de assististas, ou maragatos, que se aliaram aos militares rebelados, pois que não obedeciam exatamente o *modus operandi* militar, mas desenvolviam o seu próprio. Além disso, muitos destes levantes de assististas, ou maragatos, em apoio à Coluna Prestes ocorriam em áreas muito distantes de onde estavam os tenentes rebelados, como foi o caso de Leonel Rocha no Alto Uruguai.

Talvez por isso o governo do Rio Grande do Sul podia apoiar as organizações de autodefesa dos colonos com menos receios.

Se para parte da historiografia nacional os eventos de 1924 encontram-se explicados sob o amplo guarda-chuva conceitual do tenentismo, para os colonos da região serrana, no calor dos acontecimentos, a questão era mais simples e prática. Estes se viam temerosos frente ao contexto conturbado que se colocava porque, de um lado, estavam os revolucionários saqueando, ou requisitando os itens de sua necessidade<sup>235</sup>; de outro, o governo requisitando, ou saqueando, da mesma forma, cavalos, caminhões e automóveis<sup>236</sup>. Ou seja, para os colonos, escaldados de experiências prévias, havia pouca diferença entre uma situação e outra.

Além disso, numa época em que a circulação da informação tinha outro ritmo, e “não se recebia notícias sobre as intenções dos rebelados, grande impaciência tomava conta dos moradores, muitos pernoitavam na mata e escondiam seus pertences”. Na Colônia Burity, “um profundo abatimento tomou conta da população” com as notícias de que “ocorriam diariamente requisições de carroças, cavalos, automóveis”, e que “bandos revolucionários se tinha fixado em diferentes lugares”, levando a população local a se preparar para “eventuais surpresas em Burity, apenas 13 km distante”<sup>237</sup> de um dos quartéis rebelados, que era o de Santo Ângelo. Outras notícias davam conta que em Santo Ângelo o setor econômico “sofreu um tremendo desfalque”, com as requisições praticadas pelo batalhão ferroviário, dos revoltosos, que importariam em 1500 contos. Consequentemente, os automóveis e o dinheiro tornavam-se escassos. Muitas famílias deixavam a cidade, buscando casas de parentes nas colônias e mantinham-se escondidas. Requisições também teriam sido feitas na Colônia Vitória e corria o boato que um contingente de revolucionários de São Luiz pretendia visitar Serro Azul, mas de fato não chegara ao local

---

<sup>235</sup> Os rebelados do momento precisavam, assim como os de outras ocasiões, principalmente de itens alimentícios, animais de carga e monta, além de, quando possível, armas e munições. Conforme relatou o Capitão da Coluna Prestes, Luiz Vieira Fagundes: “a alimentação era tirada do que aparecia. Neste ponto não tínhamos escrúpulos. Pegávamos com naturalidade do alheio, o que tinha na frente era a nossa alimentação... furto para nós não existia. Furtos de artigos de primeira necessidade, alimentação, roupas, calçados, para nós não era considerado furto. Era um ato rotineiro” (Citado por FELDMAN, 2003, p. 337).

<sup>236</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926. pp. 115-138. MADP.

<sup>237</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

por motivos desconhecidos, ou óbvios. Por tudo isso, nos meses de turbulência revolucionária paralisara-se o movimento comercial entre as localidades da região<sup>238</sup>.

O jornal *Serra Post* escreve que “o estouro da revolução em Santo Ângelo e em outros lugares da fronteira deu o motivo para a retomada das atividades da autodefesa de Guarany e Boa Vista”<sup>239</sup>. De fato, a região missioneira foi a primeira a deparar-se com o evento da rebelião militar nos quartéis da região e conheceu, por isso, um maior movimento de tropas que se seguiu ao levante, até que o desenrolar dos acontecimentos levasse a Coluna a abrir um caminho de saída do Rio Grande do Sul e dirigir-se ao centro do país. Assim sendo, por um lado, a ocupação, mesmo que por pouco tempo, de Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana, e posteriormente de Porto Feliz (Mondaí) e o tráfego de tropas revolucionárias pelo interior da região missioneira, na mesma medida que muitas autoridades se retiraram ou se viram restringidas em sua ação, pode ter criado uma situação em que “a tropa revolucionária desempenhava o poder” e as organizações de autodefesa, onde existiam, concomitantemente exerceram “um papel (...) como órgão da ordem e segurança sem qualquer relacionamento político”<sup>240</sup>.

De outro, “não faltaram tentativas de invasão pelos revolucionários e aconteceram encontros de lutas” que envolveram os colonos organizados em grupos de autodefesa em Rincão Vermelho, Pirapó e Cerro Pelado (Porto Xavier)<sup>241</sup>, além de Serro Azul. A gravidade da situação chegara ao ponto de “4.000 homens estarem postados ao longo do rio, prontos para um ataque fulminante e arrasador”. As guardas foram reforçadas e construídas trincheiras, enquanto que o exército e a Brigada Militar do Estado agrupavam-se em contingentes cada vez maiores. O perigo não vinha apenas dos revolucionários, mas também temia-se “que as tropas legais invadissem o território guarnecido, que se fizessem requisições”. Ao que tudo indica, a situação foi gerenciada junto às autoridades locais, quando restabelecidas, principalmente em Santo Ângelo e Santa Rosa, então sede da Colônia, pois que “interveio então o Dr. Dahne que conferenciou com o Comando da

---

<sup>238</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.11.1924. Recorte. MAHP.

<sup>239</sup> Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

<sup>240</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Recorte. Pasta *Selbstschutz*. MAHP. Este é um aspecto praticamente inédito e não é possível reportar nenhum estudo a seu respeito.

<sup>241</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119-129. MADP.

Guarnição de Santo Ângelo e com o Comando Distrital de Porto Alegre”, resultando deste contato a decisão de que a “Liga continuaria a receber armamentos” (DEWES, 1966, p. 68).

**Figura 11 - Liga de Defesa de Serro Azul – trincheira na margem do Rio Ijuí**



Fonte: Acervo Museu 25 de Julho – Cerro Largo.

As manobras dos revolucionários acabaram por encontrar alguma restrição na existência dos grupos de autodefesa dos colonos e na concentração de tropas na região por parte do governo, muitas delas provenientes de outras partes do país. Alguns destacamentos avançados dos revolucionários, ou de seus aliados locais, acabavam entrando em contato com os pontos guarnecidos pelos colonos. Assim, notícias, ou boatos apenas, sugeriam que os revolucionários, os atacantes, “destacaram mais combatentes para Passo Rondinha e Viola”; logo depois, “novo ataque estavam os rebeldes tramando, desta vez no Passo Pires; este Passo foi logo guarnecido por 100 homens, o Passo Ramos por 200, o Fachinal por 100

e o Quaresma por 200 homens” (DEWES, 1966, p. 68). Contingentes menores eram postados em locais em que a passagem do rio não era tão fácil, e por isso não tão precária em termos de segurança.

Em 24 de novembro de 1924, acionada por tiros de alarme seguida da informação de que os revolucionários estariam na localidade de Passo do Gramado, perto da Colônia Pirapó, um grupamento de 60 homens da autodefesa de Cerro Pelado rumou a cavalo, sob sol escaldante, para prestar socorro. A maior parte da tropa estacionou no Rincão, provavelmente Rincão Vermelho, enquanto que Friedrich Schmidt “avançou para esclarecimento com um pequeno piquete”, constatando que não havia bandos armados, encerrando-se a intervenção da autodefesa. Em 7 de dezembro novo alarme proveniente de Pirapó pôs a autodefesa em movimento. À meia-noite deste dia 50 homens estavam prontos, e pela manhã mais 24, que quando “chegaram a Pirapó já tinha passado o primeiro susto. Os revolucionários se contentaram em atacar a guarda externa e logo se retiraram”. No dia seguinte a tropa de Cerro Pelado se pôs a realizar uma “expedição demonstrativa para ‘Aspa de Vaca’ no Ijuhy Mirim, quando ela pode ser observada bem pelos revolucionários”. A finalidade principal desta expedição era deixar claro que a pequena Colônia de Pirapó “não estava sem ajuda e não seria presa fácil para os desejos de saque dos revolucionários”. Quando a tropa retornou desta expedição, constatou que, entretentes, Pirapó havia sido atacada novamente em uma de suas guardas, provocando nova apreensão. Por conta do clima de insegurança, a organização da autodefesa de Cerro Pelado decide deixar um reforço em Pirapó<sup>242</sup>.

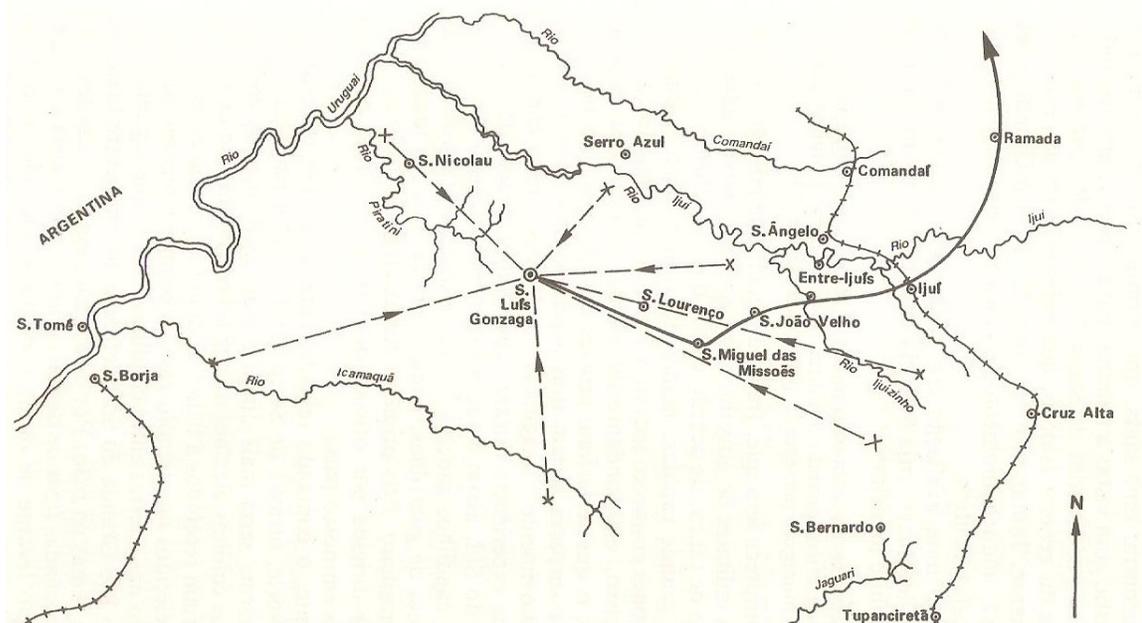
Noutra ocasião, um grupo de guarda, sob a liderança de Carlos Schmidt, empreendeu uma ronda até a ‘Barra’, onde foi atacada pelos revolucionários com “uma chuva de projéteis”. Os colonos deste grupamento “levaram rapidamente os cavalos a um lugar protegido e formaram uma linha de tiro, da qual eles, bem protegidos, iniciaram o tiroteio com os atacantes”. Consta que do tiroteio resultaram em dois mortos e um ferido para os revolucionários, o que teria gerado “grande respeito pela capacidade de defesa da Liga”. Da parte dos colonos resultou ferido o colono Jacob Schröpfer, com um tiro na parte

---

<sup>242</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 127-128. MADP.

superior do braço direito<sup>243</sup>. Dewes (1966, p. 68), entretanto, assinala que da escaramuça de Pirapó resultara a morte de um membro da Liga e vários feridos para os atacantes.

**Figura 12 - Mapa do percurso da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul (1924-1925)**



Fonte: PRESTES, 1990, p. 145.

Embora Prestes estivesse no comando de uma contingente militar considerável, não demorou muito para que as forças governamentais, convergindo cerca de 14 mil soldados, organizassem um cerco de modo a levar ao estrangulamento do levante revolucionário (PRESTES, 1990, p. 142). Para romper este cerco, o contingente levantado nos quartéis da região inicia um movimento rumo ao norte, em direção a Santa Catarina, no intuito de chegar ao centro do país e unir-se a outras colunas revolucionárias. Neste movimento, a passagem por Ijuí se impôs.

Foram duas as ocasiões em que a passagem da Coluna Prestes por Ijuí levou a enfrentamento bélico, inclusive resultando em mortos e feridos. A primeira se deu no fim

<sup>243</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 128-129. MADP.

de outubro de 1924, logo após o levante do quartel de Santo Ângelo. A área da Intendência já estava reforçada com barricadas de sacos de areia desde que circulara o boato de que a Prestes pretendia tomar de assalto Ijuí, e funcionários da Intendência aumentados em número por aliados do Cel. Dico, passaram a montar guarda, devidamente armados<sup>244</sup>. A versão oficial dá conta que “no dia 29 de outubro próximo findo, mais ou menos as cinco horas, foi a Intendência Municipal assaltada por um grupo de 30 a 40 soldados do Batalhão Ferroviário revoltado na noite anterior”<sup>245</sup>. O destacamento chegara de trem na madrugada, desembarcando na estação ferroviária local e marchara pela Rua do Comércio rumo ao prédio da Intendência, de onde recebeu fogo por parte dos defensores ali encastelados. Os atacantes foram reforçados por uns 15 ou 20 militantes locais. Após intenso tiroteio, com vítimas de ambos os lados, o destacamento de Prestes se retirou sem lograr êxito. Na sequência, os grupos locais de autodefesa dos colonos foram acionados e um sistema de vigília e guarda nos acessos foi posto em funcionamento<sup>246</sup>.

Na segunda ocasião, a Coluna Prestes se aproximou de Ijuí por Entre Ijuís, encontrando-se, no dia 30 de dezembro de 1924, nos arredores da ponte do Rio Conceição com um destacamento da Brigada Militar, comandado pelo Ten. Cel. Júlio Bozano<sup>247</sup>. Este, adiantando-se para verificar *in loco* a situação, foi alvejado no forte tiroteio que se deu entre as linhas 8 e 11 oeste, e veio a falecer. Face “a superioridade numérica e de armamento, as tropas de Prestes não puderam ser rechaçadas, mas foram obrigadas a se manterem afastadas da sede, passando pelo município em sua periferia, pela Picada da Conceição, Alto da União, Picada Fachinal e Linha 19, saindo pela Ramada, onde se deu novo combate com as tropas governistas” (FISCHER, 1970, p. 04).

Neste dia 30 de dezembro, quando a Coluna Prestes procurava forçar sua passagem por Ijuí, uma ala lateral da mesma entrou em combate com um corpo de provisórios no Passo da Cruz, distante cerca de duas horas a cavalo de Serra Cadeado. Imediatamente, todas as guardas do *Selbstschutz* da localidade foram deslocadas para as imediações e, entre

<sup>244</sup> Jornal Correio Serrano de 19.10.1970. MADP.

<sup>245</sup> Relatório da Intendência de Ijuí de 1924. MADP.

<sup>246</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119. MADP.

<sup>247</sup> Foram dois os motivos que levaram a Coluna Prestes a definir seu percurso por Ijuí: primeiro - no cerco que estava sendo implementado pela tropas governamentais, Ijuí era o ponto mais fraco, estando posicionado apenas o Corpo Provisório comandado por Júlio Bozano (FERREIRA FILHO, 1960, p. 168); segundo - as autodefesas da região de Serro Azul negaram a passagem, obrigando a Coluna a procurar outra rota para chegar a Santa Catarina e dali seguir até o Paraná (PRESTES, 1990, p. 146).

meio dia e uma hora da tarde, “quando a batalha no Passo da Cruz estava terminada e os revolucionários pareciam querer atacar as outras três entradas para a Colônia, foi dado o alarme”. Em menos de uma hora, “acorreram de todos os lados os habitantes, a cavalo, a pé e com carros” e logo estavam “postados 250 a 300 homens fortemente armados nas entradas, os outros homens em grupos ao longo das estradas em trincheiras bem elaboradas e outras posições fortificadas”. Ao longo de nove horas, a medida que a batalha da ponte do rio Conceição se desenrolava, “se reuniam sempre mais homens nas entradas da Colônia, pois temia-se o ataque a qualquer hora. Quando finalmente [os revolucionários] conseguiram dominar a ponte, aproveitaram-na para se deslocar e Cadeado estava salva”<sup>248</sup>.

O *Serra Post Kalendar*, ao nominar os protagonistas da batalha da ponte do rio Conceição, se refere aos revolucionários e ‘guarda’, podendo, este último termo, significar os grupos de guarda do *Selbstschutz* de Cadeado e das outras Ligas de autodefesa de Ijuí. Mas, de modo geral, a maior parte das fontes indica que esta batalha foi entre os integrantes da Coluna Prestes e os grupamentos da Brigada Militar e do Corpo de Provisórios que estava por Ijuí na ocasião, reforçado por outros voluntários locais arregimentados pelo Cel. Dico e demais lideranças. No relatório da Intendência de Ijuí de 1924, consta que, ao longo da batalha, enquanto que o grupo principal seguia para o enfrentamento da Coluna Prestes, preparava-se na vila um reforço para os pontos mais fracos, isto é, para o passo do Schmidt no rio Conceição, chamada de Frente Oeste, para onde seguiriam em automóveis, caminhões e a cavalo. A “Liga e os elementos da Intendência haviam tomado posição na frente Oeste e onde permaneceram durante o dia e a noite, em número superior a 200 homens, entre estes muitos desarmados”<sup>249</sup>. Não foi possível acessar até o momento nenhuma outra fonte indicando se os integrantes da autodefesa participaram da batalha, quer nesta frente oeste, quer nas entradas do Cadeado. Assim sendo, interpreta-se o relato no sentido de que os colonos, de modo geral, assistiram o desenrolar da batalha, atentos ao seu desfecho, sendo que entrariam em ação caso os revolucionários se dirigissem aos acessos do Cadeado, considerando especificamente neste caso o *Selbstschutz* deste distrito.

<sup>248</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119. MADP.

<sup>249</sup> Relatório da Intendência de Ijuí de 1924. MADP. O relatório foi publicado em Abril de 1925, o que permitiu a inclusão dos eventos da passagem da Coluna Prestes em sua edição.

Se por um lado, Schallenberger (2009, p. 375) assinala que em sua passagem “três mil revolucionários promoveram saques e deixaram a população em estado de sobressalto”, a avaliação de Martin Fischer (1970, p. 04) acerca do episódio aponta que “graças a atuação positiva dos grupos da Liga de Defesa, então existentes em todo o município, foi possível evitar que houvesse saques, a não ser a ‘requisição’ de cavalos, que representavam presa de guerra”<sup>250</sup>. Embora o episódio tenha levado à morte de quatro pessoas, os prejuízos materiais teriam sido, na apreciação de Fischer, de pouca monta. Ressalve-se que no desenrolar da batalha da ponte do rio Conceição, a propriedade da família de Albert Schneider, que estava localizada perto da ponte, foi totalmente saqueada.

Posteriormente, o *Selbstschutz* de Ijuí – Ramada protagonizou, nos primeiros dias do ano, trocas de tiros com os revolucionários “na ponte do Fachinal e na beirada do campo”<sup>251</sup>, enquanto que com a organização do Fachinal a passagem se deu conforme termos negociados. Neste período de sobressaltos, conforme as palavras do Intendente de Ijuí, as “Ligas Coloniais prestaram bons serviços”: a da Vila, durante mais de um mês fizera o patrulhamento e permanecera de prontidão dia e noite entre 29 de janeiro e 1º de janeiro de 1925, a do Cadeado por mais de dois meses guarnecera o distrito com grande zelo, sendo “idêntica foi a ação das Ligas da margem direita do rio Ijuí e especialmente a da Ramada”<sup>252</sup>.

De modo geral, não há estudos mais conhecidos na historiografia sobre a participação de grupamentos de colonos nos combates nas revoluções que sacudiram o Rio Grande do Sul, salve nos relatos que abordam o envolvimento de colonos com os grupos beligerantes, mas não na perspectiva da autodefesa<sup>253</sup>. Entretanto, os relatos no *Serra Post*

<sup>250</sup> É observável que a avaliação de Fischer coincide com o panorama descrito no *Serra Post Kalendar* de 1926 e certamente não é mera coincidência. Fischer certamente leu o texto, foi articulista do anuário por muitos anos e um dos seus redatores a partir de 1951, o que não invalida a sua avaliação.

<sup>251</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119. MADP.

<sup>252</sup> Relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1924. MADP. Foi possível apurar apenas a referência sobre a troca de tiros entre integrantes da Coluna Prestes com membros do *Selbstschutz* de Ramada, mas não sobre o Combate da Ramada, que é outro episódio.

<sup>253</sup> Ângelo Dourado, sobre a Revolução Federalista, faz referência sobre um batalhão formado exclusivamente por colonos poloneses do Paraná, por onde esteve a Coluna liderada por Gumercindo Saraiva (DOURADO, 1997). Este batalhão foi formado por colonos da localidade de São Mateus do Sul e comandado pelo Cel. Antônio Bodziak, que tem sua trajetória narrada na obra bilíngue de Gérson César Souza: **O imortal Coronel Bodziak – Niemiertelny Pulkownik Bodziak** (2016). Na Revolução de 1923 é conhecido o caso de Theodor Kleemann, que se juntou com as hostes rebeladas, principalmente a coluna de Zeca Netto, acompanhando suas peripécias ao longo daquele ano. Logo depois Kleemann reportou a experiência num relato de bom tamanho publicado em alemão no *Kalendar für die Deutschen in Brasilien*, em 1925. Pelo relato é possível

*Kalendar* de 1926, principalmente, e outros manuseados no decorrer da pesquisa evidenciam que, se não aconteceram batalhas propriamente ditas, pelos menos algumas escaramuças foram oferecidas pelos colonos na defesa de suas colônias.

Na sua movimentação, a Coluna Prestes evitou o combate direto e optou pela ação de guerrilha, tentando escapar de embates com forças governamentais e oferecendo combate quando não havia outra opção. Assim, sobram evidências que Prestes buscou contatar e negociar a passagem de sua coluna com os *Selbstschutz*, notadamente da região missioneira, Serro Azul, na zona do Fachinal (parte norte de Ijuí), de Neu-Württemberg (Panambi), em que pese neste caso os indícios sejam mais tênues, e mais adiante, com a autodefesa de Porto Feliz (Mondaí), embora o termo negociação não seja exatamente aplicável ao ocorrido nesta localidade.

Foi tentada uma conferência com os líderes das autodefesas dos colonos da região missioneira, tendo lugar em Pirapó, no dia 28 de novembro. Entretanto, o evento foi inviabilizado a medida que os revolucionários tentaram transferi-la para São Nicolau. Pouco antes do Natal, houve nova tentativa de negociação em Pirapó, “mas como eles tinha ameaçado cruzar por bem ou por mal”, os colonos apareceram com uma tropa considerável. Dos revolucionários compareceram dois representantes, um oficial do exército, Major Pedro Bins, e o Sr. J. Portinho: “eles exigiam passagem e se declararam dispostos a entregar as armas à Liga, se fosse exigido, durante a passagem”. Mas estava também presente Sr. Ebenau de Serro Pelado, que se pronunciou “pela negativa total dessa exigência e declarou ao emissário dos revolucionários que a autodefesa se sentia poderosa o suficiente para repelir qualquer ataque”<sup>254</sup>, influenciando assim na decisão dos colonos, de

---

constatar que o autor não era o único teuto-brasileiro engajado com os assistas, sendo citado ainda por Kleemann o Major Adolfo Prochmann como um companheiro de suas andanças (*Kalendar für die Deutschen in Brasilien*, 1925). No caso da colônia italiana, existe a obra de Assis Brasil Pieruccini, **Fioravante Pieruccini**: Cel de origem italiana na Revolução de 1923 (2010). Por fim, pelo noticiário do *Serra Post*, é verificável o engajamento do teuto-brasileiro Frederico Ebeling integrando alguns dos grupamentos revolucionários que circulavam na região norte do estado, possivelmente sob o comando de Leonel Rocha (Jornal *Die Serra Post* de 17.04.1923. MADP). Ebeling parece ter residido em Neu-Württemberg, na linha Encarnação, por algum tempo pois que teve uma desavença com Menoly Gomes de Amorim, professor público, subintendente e liderança local ligado a Firmino de Paula, justamente por conta das clivagens políticas entre chimangos e maragatos (Jornal Cruz Alta de 08.10.1916. Álbum de Recortes de Menoly Gomes de Amorim. MAHP).

<sup>254</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 128. MADP.

modo que terminou sem acordo essa tentativa da Coluna Prestes de achar, pela via pacífica, uma rota de saída do Rio Grande do Sul pela região missioneira.

Miguel Dewes (1966, p. 68), participe daquele processo, como um dos comandantes da Liga de Serro Azul, aponta que após diversas tentativas de encontrar passagem por meio da travessia do rio, que estava guarnecido pelos colonos, os revolucionários, em 23 de dezembro pediram, novamente, uma conferência. Nesta, ocorrida no dia 26, “exigiram passagem livre e o direito de comprar alimentos. A Liga recusou”. A versão é confirmada por Anita Leocádia Prestes (1990, p. 146) em seu livro sobre a Coluna: “Inicialmente, o comando rebelde tentaria romper o cerco inimigo pelo norte, através de Serro Azul, onde a passagem rumo a Santa Catarina seria mais direta e mais fácil, mas os contatos feitos com os colonos alemães da região revelaram que os revolucionários seriam recebidos a bala”.

Ruy Nedel, bebendo na fonte da memória coletiva, a qual junta a sua imaginação, transporta a situação para as páginas de um romance, promovendo o encontro de Prestes com Juca Franzen, Comandante da Liga de Defesa Nacional de Serro Azul. No diálogo fictício entre os dois, Prestes pede a passagem pela região dos colonos: “Só queremos atravessar a região de vocês. Não vamos perturbá-los, pois nosso destino é bem mais adiante e nossa intenção bem outra. Damo-lhes a garantia de que não atacaremos ninguém, nem vamos nos abastecer com seus pertences”. A resposta de Juca Franzen é incisiva: “Façam a travessia mais acima. Esta comunidade e a de Serro Azul já decidiram: aqui não podem passar”. Prestes teria tentado argumentar: “Meus amigos: vocês são colonos trabalhadores; é em favor e não contra vocês que nos levantamos em armas. Nossa intenção não é de lutar contra o povo, mas contra as oligarquias (...) não queremos ferir nada e ninguém de vocês”. Mas o raciocínio simples do colono produz uma resposta a altura do argumento mais politizado do líder revolucionário: “Então não precisam atravessar nossas colônias. Aqui vão gastar muito tempo e sangue a toa, os senhores têm abastecimento mais fácil no campo. Também não é verdade que os senhores vão poupar os colonos. Se não se abastecerem na [colônia] Salvador, terão de fazê-lo em Campinas ou Santo Cristo. É nossa responsabilidade trancar esta passagem e isto nós vamos fazer a qualquer preço”. Prestes não desiste e usa aquele que é o argumento maior e último: “E se passarmos a força?”. A resposta de Juca Franzen, ainda que personagem na obra ficcional de Nedel, não poderia ser

outra: “Serão recebidos a bala...”. Prestes dá a conferência por encerrada: “Leva essa gente teimosa de volta”, é sua ordem ao final da conversa nos termos imaginados por Nedel (1995, p. 28-29).

Da mesma forma, o *Selbstschutz* de Buriti foi contatado pelo caudilho Pedro Arão, naquele momento irmanado na Coluna Prestes, que solicitou “esclarecimentos sobre o que significava a guarda junto ao rio”. Informado sobre a natureza do movimento, “o declarou muito bom e prometeu respeitar as nossas divisas, o que ele também cumpriu”. Na passagem por Ijuí, a Coluna enviou representantes para negociar sua passagem com o *Selbstschutz* da Seção Fachinal: “apareceram 3 oficiais dos revolucionários, entre eles o Capitão Ernesto Pinho, para conseguir da Diretoria a garantia de passagem desimpedida, pelo que se comprometeram a passar sem parada e não saquear nenhum lugar”. Isto lhes foi garantido em troca do comprometimento dos oficiais em postar sentinelas da própria Coluna junto as casas comerciais de modo a evitar que o contingente rompesse o acordo, o que foi, segundo o relato, cumprido<sup>255</sup>. Assim, a passagem da Coluna não importou em danos no local.

A Coluna Prestes perigosamente se aproximou de Neu-Württemberg, cerca de 30 quilômetros, quando transitou na atual localidade de Dr Bozano (na época, parte de Ijuí). O “ponto mais vulnerável, naquela situação, era o Passo dos Pires no Rio Caxambu”, na atual localidade de Gramado, que foi guarnecido pela construção de trincheiras e posicionamento de efetivo do *Selbstschutz*. A organização fora reativada assim que as primeiras notícias do levante de Santo Ângelo chegaram. Leitzke afirma que colheira informações verbais de que Prestes enviara “parlamentares a Neu-Württemberg com o fim de conseguir que a Coluna passasse nesta vila, o que, óbvio, fora categoricamente denegado (...) mas a Coluna foi passando de tangente e depois do combate da Ramada, Prestes foi se distanciando cada vez mais da região”<sup>256</sup>. A mesma versão é levantada por Wehrmann (2004, p. 326), que se baseia no relato do colono Karl Klein, de semelhante teor. Assim, faz parte da memória

<sup>255</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP. Esta organização já fizera publicar no *Serra Post* um aviso com as principais medidas que adotara em função do período conflituoso que se apresentava, dentre elas de que as forças beligerantes armadas deveriam se apresentar junto a diretoria: “com tropas militares organizadas não haverá luta, ou, quando estas se aproximarem, a Autodefesa entrará em negociação com o comandante para garantir a vida e propriedades dos colonos”. No aviso se pedia ainda aos comandantes de tais forças que informassem com tempo a intenção de passarem, de modo que fosse possível negociar as condições para que a mesma acontecesse de forma pacífica (*Jornal Die Serra Post* de 25.11.1924. MADP.).

<sup>256</sup> *Jornal A Notícia Ilustrada* de 15.09.1993. MAHP.

local que a negativa de Neu-Württemberg teve um papel importante na conformação da rota da Coluna Prestes.

**Figura 13 - O Alerta na Linha Morengaba (Neu-Württemberg - 1924)**



Fonte: Jornal A Notícia Ilustrada de 23.02.1999. MAHP.

Obs: A foto pertence a família de Arlindo Wegener, que a emprestou para o artigo de Armin Phillip, publicado no veículo de imprensa citado.

Por conta do movimento revolucionário, o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg permanecera em prontidão desde os últimos dias de dezembro até 15 de janeiro de 1925. A mobilização continuaria por mais uns dois meses por conta do estado de insegurança pela

circulação de alguns “pseudo-caudilhos com seus grupos de bandoleiros”, que traziam desconforto e apreensão entre a população<sup>257</sup>.

Após o combate da Ramada<sup>258</sup>, a Coluna Prestes saiu do Rio Grande do Sul costeando o rio Turvo e depois a margem esquerda do Rio Uruguai, rumo a leste, “chegando a Porto Feliz [atual Mondaí, no estado de Santa Catarina], uma comunidade em meio a fechada floresta”<sup>259</sup>. Porto Feliz “temia a passagem destes revolucionários. Como a tropa era grande, a região recentemente colonizada, não havia alimento para abastecer ou matar a fome daquela gente. Naturalmente existia o medo do saqueamento” (JANSSEN, 2006, p. 32). Mas a localidade se apresentava como estratégica para a Coluna. Ali “havia algumas canoas, uma lancha a motor e uma balsa com capacidade para transportar cavalos. Esta balsa era essencial, porque o rio Uruguai tinha ali grande largura – mais de 500 metros – para que os animais pudessem nadar” (MACAULAY, 1977, p. 80).

<sup>257</sup> Jornal A Notícia Ilustrada de 29.09.1993. MAHP.

<sup>258</sup> Não foi descoberto nenhum indício de alguma participação, por menor que fosse, da organização de autodefesa dos colonos neste embate, e assim o episódio não recebeu maiores comentários.

<sup>259</sup> A colônia de Porto Feliz foi “um megaprojeto de colonização no oeste de Santa Catarina, a cargo da Empresa Chapecó-Pepery Ltda., com sede em Carazinho (RS). Em 1919, os madeireiros Bruno Kertscher, Gustavo Stangler, Carlos Angst, Germano Flad, Adolfo Stangler e as madeiras Gomes, Sturm e Cia, Weidlich e Cia. e Kreiser e Cia. Fundaram uma empresa em Carazinho, incluindo Hermann Faulhaber, gerente da Colonizadora Meyer, como sócio-gerente. Faulhaber foi considerado o mais competente e indicado para tal função, cuja credibilidade do nome por si só era capaz de atrair os colonos, compradores em potencial de lotes de terras. Ao se ligar a essa empresa, tinha por objetivo reproduzir em escala maior o projeto de uma colônia exclusivamente para alemães protestantes, ensaiado em Neu-Württemberg, com as devidas correções e adaptações. Como ponto de partida, foi fundada a colônia Porto Feliz (Mondaí) na margem direita do rio Uruguai. O objetivo era colonizar as margens catarinenses do rio Uruguai, desde o rio Chapecó até a fronteira com a Argentina. A firma foi registrada com o nome de Empresa Chapecó-Pepery Ltda., com um capital inicial de R\$ 450:000\$000, junto à Junta Comercial de Porto Alegre em 11/8/1922. A Empresa Chapecó-Pepery Ltda. comprou suas terras da Brazil Development e Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway, com sede no Rio de Janeiro, uma superfície de terra estimada em 20.978 lotes coloniais de 25 ha cada uma, pagando Rs. 15\$835 o hectare, localizados entre os rios Chapecó, Uruguai e Pepery. Todavia, essas terras estavam em litígio e a empresa norte-americana perdeu a área para a Empresa Oeste Catarinense. Assim, em 28 de abril de 1922, no Rio de Janeiro foi assinado novo contrato por meio do qual a Empresa Chapecó-Pepery adquiriu para colonização 13 mil colônias de 25 ha cada uma, situadas entre os rios Pepery, Uruguai e rio das Antas. Com essa mudança, a empresa teve enormes prejuízos, além de receber uma área onde não tinha estradas que a interligasse ao Rio Grande do Sul – a primeira área ficava defronte à cidade de Iraí. A situação melhorou em 1926, quando foi construída a estrada do Prado, ligando Mondaí às cidades do Rio Grande do Sul. Em 1926, em razão das dificuldades financeiras, a referida empresa vendeu 2.340 lotes coloniais à Volksverein, com o objetivo de ali formar uma colônia teuto-brasileira católica. Assim, em 10 de abril de 1926, sob a direção do padre jesuíta Max von Lassberg foi fundada a sede Porto Novo (hoje Itapiranga e arredores). Com a fundação de uma colônia católica ao lado da protestante, pretendia-se manter em ambas a uniformização no cultivo da língua, fé e escola. A documentação da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. encontra-se, em parte, misturada à documentação da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, no MAHP. Outra parcela está no Arquivo Municipal P. Karl Raminger, em Mondaí – SC” (NEUMANN, 2018, p. 212-213).

Assim, a Coluna aproximou-se com certo cuidado de Porto Feliz, de modo a não afugentar a população ou perder as embarcações necessárias para atravessar o rio. Alguns grupos acabaram por avançar para averiguar a situação, dentre eles os de João Alberto e Cordeiro de Farias. Os “colonos alemães, no entanto sabiam da aproximação da Coluna e não tinham a intenção de fugir, levando assim os rebeldes a pilhagem de seus lares e das roças que haviam lavrado em plena selva”, por isso, “uma delegação da Colônia atravessou o rio a fim de parlamentar” (MACAULAY, 1977, p. 80).

**Figura 14 - Mapa do percurso da Coluna Prestes – Passagem por Porto Feliz (1925)**



Fonte: PRESTES, 1990, p. 162.

Paul Friedrich Ramminger, na época com 15 anos e que fazia parte do *Selbstschutz*, relembra que “quando a Coluna Prestes chegou em Prado, o nosso comandante, o agrimensor Brüggemann, foi ao encontro do Capitão Prestes” (JANSSEN, 2006, p. 32). O relato da travessia do rio por Brüggemann também está no *Serra Post Kalendar*:

Então resolveu o Sr. Brüggemann atravessar o rio com o barco gasolina e colher informações. Mal tinham amarrado o gasolina na barranca e avançado algumas centenas de metros em direção ao Prado, encontraram um grupo de rebelados sob

o comando do major João Alberto, que se adonou rapidamente do barco e exigiu ser transportado com os seus homens para Porto Feliz<sup>260</sup>.

Depois de longa negociação, combinaram que a passagem da caravana, com a tropa de cavalos, aconteceria por ali. O trato era de que a comunidade não oporia resistência a ocupação do povoado e entregaria suprimentos e equipamentos que a Coluna precisasse, sendo que o Comando da mesma seria razoável nas requisições e manteria o controle disciplinar da tropa (MACAULAY, 1977, p. 80). Por solicitação de Prestes, o grupo local de *Selbstschutz*, composto por 17 colonos, fazia a guarda da passagem. Paul Ramminger foi um dos escalados para a guarda. Ao relatar a experiência, e frente aos questionamentos de que os colonos deveriam ter impedido a passagem da tropa revolucionária, Ramminger reflete: “Como nós, os dezessete voluntários, com armas rústicas queríamos impedir a passagem e zelar pela paz? Foi impossível (...) o que queríamos contra tropas de homens equipados com metralhadoras e fuzis?” (JANSSEN, 2006, p. 32).

Os revolucionários ‘trocaram’ com os colonos, ou requisitaram, alimentos para a tropa e animais, geralmente dando em troca cavalos, estes estropiados e quase mortos. A travessia levou mais de uma semana para se completar. Permaneceram ainda alguns dias para descanso e seguiram rumo a foz do Iguaçu. A maior parte dos soldados ficou num enorme acampamento localizado numa planície, futura localidade de Descanso, enquanto que os oficiais ficaram em casas de famílias. João Alberto Lins de Barros, por exemplo, afirma que ficou hospedado na casa do chefe da Colônia (BARROS, 1997, p. 66-69)<sup>261</sup>. Não há relatos de maiores incidentes, saques ou violências, com exceção da retaguarda da Coluna, “composta por diversos grupos indisciplinados, que ‘compravam’ sem pagar”<sup>262</sup>. Mas a passagem deste contingente armado de quase dois mil homens, seguido do Corpo Provisório Bormann, em sua perseguição, e que requisitou os mantimentos que haviam sobrado, implicou na perda dos poucos estoques de comida que os colonos possuíam. Assim, o descalabro veio em seguida, com a disseminação da epidemia de tifo que já assolava outras regiões, agravando-se na região pela deficiência alimentar instalada. A

<sup>260</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 130. MADP.

<sup>261</sup> O integrante da Coluna Prestes, João Alberto Lins de Barros, era uma das lideranças de destaque dos tenentes e desempenhou, nos períodos posteriores da história do Brasil, participação relevante. Seu relato de modo geral confirma o processo descrito em outras fontes, corroborando a forma como aconteceu a passagem da Coluna em Porto Feliz. Com a ressalva que em seu relato nomina o chefe da localidade como o ‘Sr. Backes’, mas trata-se de Richard Brüggemann, agrimensor e chefe da Colônia.

<sup>262</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP.

condição sanitária também piorou com a morte de centenas de cavalos, que permaneciam ao relento, apodrecendo, provocando mau cheiro e infestando o ar (KOELLN, 1980, p. 42-43; JENSSEN, 2006, p. 33).

A colônia vizinha de Porto Novo (atual Itapiranga, em Santa Catarina), fundada pela *Volkverein*, igualmente foi visitada pelas tropas revolucionárias de Prestes, onde requisitaram mantimentos e outros itens, mas de modo geral, parece que a população, a exemplo de Porto Feliz, não foi molestada (RABUSKE; RAMBO, 2004). Mesmo assim, a passagem da Coluna Prestes é arrolada com destaque na lista das grandes dificuldades que assolaram, em seus momentos iniciais, estas duas colônias fincadas na beira do Rio Uruguai, junto ao ermo florestal, no oeste catarinense (KOELLN, 1980, p. 41-43)<sup>263</sup>. Por exemplo, os problemas da passagem da Coluna Prestes pela Colônia de Porto Feliz, repercutiram na empresa colonizadora Chapecó-Pepery e, num efeito dominó, a Colonizadora Meyer, que com ela estava entrelaçada (NEUMANN, 2009).

Quando o Corpo Provisório Bormann ocupou a Colônia de Porto Feliz e ordenou o desarmamento da população, o *Selbstschutz* local se viu em maus lençóis. Ricardo Brüggemann, seu chefe, e Frederico Kloschewski, outra liderança da comunidade, foram chamados pelas autoridades do exército em Curitiba, onde estava sediado o comando de Rondon, encarregado da perseguição aos revoltosos, e intimados a explicar como permitiram a passagem da Coluna Prestes sem opor resistência, bem como ao boato de que a comunidade de Porto Feliz confraternizara com os revolucionários, oferecendo um banquete (KOELLN, 1980, p.43).

Além disso, lugares mais afastados da rota efetivamente desenvolvida pela Coluna Prestes, como a Colônia General Osório (Ibirubá), estavam apreensivos com uma possível passagem da coluna revolucionária, até porque não se sabia a rota que esta viria a desenvolver, ou de grupos a ela coligados, e os eventuais estragos que isto poderia trazer.

---

<sup>263</sup> Um destino semelhante às colônias de Neu-Württemberg, Xingu, Porto Novo e Porto Feliz, assoladas em diferentes graus pelas intempéries revolucionárias, coube a Colônia de Quatro Irmãos. Palco de cruentos combates, foi invadida seguidamente por grupamentos revolucionários e legalistas, tanto em 1923 como em 1924, ao ponto de afugentar a maior parte, senão todos, os colonos judeus estabelecidos ali, muitos em definitivo. Mesmo assim, Isabel Gritti, que estudou detalhadamente a colonização patrocinada pela *Jewish Colonization Association*, concluiu que não foram as conturbações revolucionárias responsáveis pelo fracasso da colonização em Quatro Irmãos, mas sim outros fatores, específicos daquele projeto, que já estava em crise, sendo que quando muito, os problemas advindos das revoluções deram a pá de cal final (GRITTI, 1997).

Assim, em General Osório também os colonos foram mobilizados e se voluntariaram para os serviços de guarda e organizaram mais uma vez a sua autodefesa. Uma reunião dos líderes principais, a exemplo de Neu-Württemberg também chamados de ‘homens de confiança’, aconteceu em 26 de novembro no intuito de alinhar os detalhes principais da atuação. Registra-se que mais de 700 homens estavam inscritos na organização de General Osório, à qual se ligavam ainda os *Selbstschutz* das colônias de 15 de Novembro e Rincão Sefrin, onde aconteceram reuniões em 27 de novembro. Organizações similares surgiram nas localidades próximas de Selbach e Barra do Colorado, todas elas reconhecendo uma certa proeminência em relação a General Osório<sup>264</sup>.

### 3.4 *Selbstschutz* no rescaldo dos conflitos

O fim oficial das hostilidades de maior envergadura entre as facções políticas não significava que a população, principalmente a colonial que habitava as regiões mais limítrofes, poderia respirar em paz. E mesmo depois de 1925, alguns pequenos levantes revolucionários ainda causavam apreensão na população<sup>265</sup>. Na verdade, o período pós revolucionário infelicitou diversas regiões tanto quanto o revolucionário propriamente dito. Isto porque, de um lado, o desengajamento de um certo número de combatentes os punha circulando em busca de sobrevivência. Como dizia o articulista, “quem tem uma arma do tempo da revolução, poderá praticar a profissão da bandidagem sem impedimento e será difícil capturá-lo e puni-lo”<sup>266</sup>. A questão central era a debilidade do aparato de segurança do Estado, com pouco efetivo para manter uma presença nos locais mais ermos e desolados,

<sup>264</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>265</sup> Em setembro de 1925 Honório Lemos tentou convulsionar a região da campanha, em setembro de 1926 os irmãos e tenentes Alcides e Nelson Etchegoyen rebelaram-se em Santa Maria e forçados a retirarem-se para a campanha, travaram renhido combate em Seival, naquele mesmo ano o caudilho José Antônio Neto invadiu o estado proveniente do Uruguai, enquanto que na região do planalto Leonel Rocha se movia sendo boa parte de suas tropas destroçadas em Bom Jesus (FERREIRA FILHO, 1960, p. 169).

<sup>266</sup> Jornal *Die Serra Post* de 14.01.1927. MADP.

e assim dar conta da segurança das comunidades coloniais. Esta situação não deixava alternativa senão estas mesmas, defenderem-se da melhor forma possível.

E, por outro lado, estava aberta uma caixa que não era tão simples fechar. Ou seja, as contendas políticas haviam dado vazão para a problemática social que afligia as populações de caboclos das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, replicando uma situação vivida pelos serranos cerca de trinta anos antes. Não por acaso, o articulista, cômico da questão social de fundo ou não, mas externando um receio que acometia muitas das comunidades coloniais, comentava: “um pequeno grupo de caboclos armados é suficiente para saquear uma colônia grande, se esta não estiver preparada”<sup>267</sup>.

Mesmo colônias com melhor localização como Ijuí, Neu-Württemberg e General Osório viam com certa preocupação a continuidade de problemas com grupos que circulavam praticando ‘requisições’ ou saqueando, pura e simplesmente, de modo que um articulista recomendava a manutenção dos serviços de vigilância, com a fundação de sociedades de autodefesa onde fosse necessário ou sua reativação, quando estivessem inertes. Neste cenário um pouco diferente daquele propriamente dito revolucionário, como não se fazia necessário uma mobilização total da colônia, algo bastante difícil ou mesmo indesejável, para o governo, talvez, a recomendação era que a autodefesa fosse composta de homens selecionados, ainda que em pequeno número. Como também não se fazia necessário a manutenção de um serviço de guarda permanente, no tempo livre deveriam ser praticados exercícios disciplinares com ou sem armamento, que fortalecendo o brio e a sensação de segurança, serviriam como um elemento de dissuasão da aproximação de eventuais grupos mal intencionados. No entender do articulista, os colonos deveriam deixar claro que não se deixariam “dominar e explorar como covardes e servis”<sup>268</sup>. Foi o que fez a organização de Neu-Württemberg, ao praticar em 18 de janeiro de 1925 as suas manobras no intuito de manter uma certa mobilização. Conseguia arregimentar aquela altura cerca de 1300 membros<sup>269</sup>.

Nas localidades mais longínquas, onde era complicado tanto a estruturação como manutenção de uma mobilização defensiva, muitos colonos continuavam a sofrer com as

---

<sup>267</sup> Jornal *Die Serra Post* de 21.01.1927. MADP.

<sup>268</sup> Jornal *Die Serra Post* de 14.01.1927. MADP.

<sup>269</sup> Jornal *Die Serra Post* de 20.01.1925. MADP.

circunstâncias pós revolucionárias. Dentre estas estava a Colônia Xingu, que se via assolada por bandoleiros. A região da colônia fora transformada em local de trânsito das tropas de Leonel Rocha e de choque com tropas oficiais, além de ataques de bandos armados, que se transformavam em assaltantes, processo este que continuou algum tempo depois de encerradas as fases oficiais de litígio. Por isso, em novembro de 1924 a maior parte da população colonial estava deslocada para a sede do município de Palmeira das Missões, retornando os homens para as colheitas. O representante da Colonizadora Meyer, Luiz Meisinger conseguiu o envio de uma força da Brigada para atenuar o clima de insegurança. Entretanto em 24 de novembro de 1924 a colônia foi assaltada por um grupo de bandoleiros, que incendiou a casa e o galpão de Luiz Meisinger. Este conseguiu evadir-se para o mato, onde escondeu a família e objetos, retornando para enfrentar o grupo assaltante, resultando nisso vários feridos, inclusive ele próprio com uma bala e o filho Kurt com três. Eles permaneceram ainda três dias no mato a espera de auxílio. A intervenção de Leonel Rocha, que chegou com um grupo armado e garantiu a segurança, bem como a remoção do grupo para Palmeira e Neu-Württemberg, pôs um fim na situação. Leonel Rocha ainda indicou um subintendente provisório (NEUMANN, 2009)<sup>270</sup>. Por tudo isso, não logrou êxito a iniciativa da incipiente, pequena e isolada comunidade, que buscou se organizar para garantir sua defesa e neutralidade frente aos conflitos que conturbavam o estado.

Como desde a eclosão da revolta do quartel de Santo Ângelo no segundo semestre de 1924, e ao longo de 1925 e 1926, bandos armados continuassem a circular nas matas do alto Uruguai, novos incidentes trouxeram turbulência para a comunidade de Porto Feliz, obrigando o pelotão de autodefesa a voltar a vigiar os acessos. Mesmo assim, em 7 de novembro de 1926 a vila foi sitiada por um agrupamento de 80 a 100 homens comandados por Leonel Rocha, que já assaltara Porto Novo, e se puseram a revistar a localidade em busca de “cavalgaduras, armas e utensílios de proveito. Nesse ínterim os homens da Autodefesa combinaram um ataque ao acampamento de Leonel com granadas de mão

---

<sup>270</sup> No episódio ainda foi queimada a biblioteca de Meisinger, de 1300 volumes e o dinheiro pertencente a Colonizadora Meyer, da ordem de 24 contos de réis. Conforme noticiou o *Die Serra Post*, o filho de Luiz Meisinger, Kurt, faleceu em decorrência dos ferimentos. Além disso, o texto do veículo de imprensa serrano dá conta que o ataque fora realizado “por um grupo da Sede Taquaruçu, sob o comando de Chico Alvarisso” e que um “tal Erasmo, genro e secretário do ‘General’ Leonel Rocha, colocou pessoalmente o fogo” no imóvel de Luiz Meisinger (Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Recorte. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.).

fabricadas há poucos dias na funilaria de Hermann Goetz” (KOELLN, 1980, p. 60-61). A ação acabou não se concretizando pois o bando retirou-se antes, levando dois reféns, o ferreiro Oscar Haag e o colono Kurt Klöpsch, que seriam fuzilados caso o *Selbstschutz* tentasse algo.

Da mesma forma, é o período pós revolucionário que vai levar a organização de uma liga de autodefesa por parte dos colonos na região de Erechim, motivados pelo contexto de insegurança reinante, no qual ‘bandidos’ impunham o terror aos colonos. Dentre vários acontecimentos, o noticiário dava conta de um grupo de 54 homens que cruzara o município de Erechim e, vindo de leste e atravessando as matas para oeste, acabaram fazendo uma pequena visita na colônia de Concórdia (em Santa Catarina), causando consideráveis prejuízos aos colonos em cavalos, dinheiro, armamentos e munição. Outro grupo vindo pela Colonia 13 de Maio ainda teria tomado a direção das colônias da Companhia Luce, Rosa & Cia. Presumia-se que fossem restos desbaratados da Coluna de Leonel Rocha, retornando de suas incursões Santa Catarina e Paraná adentro, escapando de tropas federais em seu encalço, e que vinham costeando o rio Uruguai rumo a Argentina, onde pretendiam buscar refúgio mais seguro<sup>271</sup>. Esta movimentação agudizou a situação já problemática da região do Alto Uruguai.

Além disso, ainda três grupos de bandoleiros atuavam na região do velho Erechim em 1926 fustigando os colonos: o bando de Gaudêncio dos Santos na região de São Valentim, o bando de João Inácio em torno de Lajeado Grande e o grupo comandado por José Calegari na região de Monte Alegre e Rio Carolina (DUCATTI NETO, 1981, p. 129, 137-139). Significando variados graus de infortúnio, muitos dos grupos que conflitaram com os colonos neste período conturbado, eram referidos como bandidos, independentes de serem maragatos ou chimangos, ficando esmaecida a questão social de relevo maior. Também nestes casos, é perceptível o pano de fundo social, ligado ao acesso à terra ou melhor dizendo, a sua perda. Neste sentido, Caron e Tedesco (2012, p. 183-184) argumentam que, a despeito de o grupo de João Inácio ser tratado tradicionalmente como bandoleiro, e seu movimento como uma sedição que resulta de desdobramento das revoluções de 23 e 24, na realidade trata-se de uma situação social de luta pela terra: “a

---

<sup>271</sup> Jornal *Die Serra Post* de 21.01.1927. MADP.

ação do grupo de João Inácio fica então diretamente ligada à questão da terra. Acreditando estarem defendendo seu direito de posse foi que pegaram em armas”. Isabel Gritti (2020, p. 538) argumenta que da mesma forma Gaudêncio dos Santos e seus liderados lutavam por uma causa maior: terra e trabalho. Como escreve a autora: “Verdade que Gaudêncio esteve envolvido no movimento de oposição a Borges de Medeiros, mas seu objetivo maior era terra para nela trabalharem, tanto que, em 1924, recusa continuar lutando ao lado dos caudilhos revolucionários”.

Até onde a pesquisa alcançou, não foi possível averiguar se esta dimensão social da exclusão da terra que atingia a população primordial se colocava aos colonos ou não. É provável que refletissem muito pouco ou quase nada a respeito. Os órgãos da imprensa regional em língua portuguesa e alemã consultados na pesquisa nada trazem neste sentido. O fato é que os colonos se organizaram contra o que sempre aparece referido, num discurso que se repete, como bandidos ou como bandoleiros. É o caso da Liga de Defesa Colonial: “fundada em 1927, no povoado de Floresta, uma associação de colonos de toda a região, com a finalidade de unirem para se defenderem das incursões dos bandoleiros que vinham atacando e roubando as suas propriedades”. A liderança da iniciativa coube a Achyles Caleffi, comerciante e industrialista, ligado a negócios madeireiros, provavelmente na ocasião ainda Vice-Intendente de Erechim, cargo para o qual fora eleito em 20 de julho de 1924, o que sugere a complacência, para não dizer que houve um apoio efetivo, do poder público em relação a iniciativa. A Liga então formada compra armas, carabinas Winchester, para enfrentar os ditos grupos de bandoleiros (FONT, 1983, p. 203; DUCATTI NETO, 1981, p. 129, 137-139).

Sarandi foi outro lugar onde as refregas continuaram após o Acordo de Pedras Altas. Também ali o tenso clima relacionado ao conflito político entre assisistas e chimangos se exacerbava com o acréscimo de um conflito de natureza social, a questão das populações caboclas que se viam expulsas da terra, especificamente das terras da enorme Fazenda Sarandi, sobre as quais alegavam ancestrais direitos e atribuíam a condição de terras do governo. A medição das terras conduzido pela Colonizadora Sarandi enfrentou assim a oposição dos caboclos, processo este que degradingolou em enfrentamentos violentos conduzidos por ambos os lados. Em apoio aos caboclos, intervem Leonel Rocha, que a

frente de mais ou menos 450 homens, invade a vila de Sarandi em 12 de novembro de 1924, acarretando em muitas mortes e um grande saque a localidade (ARDENGHI, 2003, p. 180). A reação acontece por meio e obra de comandados da Cia Colonizadora, com apoio governamental, que persegue a população cabocla, incendeia suas moradias, comete assassinatos e obriga a maior parte a evadir-se da região (VENCATTO, 1994; RÜCKERT, 1997). Não por acaso, muitos destes depois podem ser encontrados depois nas cercanias de Erechim, como Gaudêncio dos Santos e João Inácio.

Como se sabe, Leonel Rocha também conduziu ataques armados às localidades de Tesouras e Xingu, e provavelmente num deles feriram-se os membros da família Meisinger, pai e filho. São fatos aparentemente relacionados ao processo sedicioso de 1924 (Coluna Prestes), com o qual aquele líder se envolvera. Entretanto, como observa Ardenghi (2003, p. 196), estas são, assim como Sarandi, áreas de colonização operadas por companhias particulares e onde habitava uma população primordial de caboclos, população com a qual Leonel Rocha se ligava e pretendia defender. Por estas razões, a situação de insegurança e conflito que grassava nas diversas regiões do planalto era exacerbada por esta questão social que permanecia sem solução.

Outra organização mais tardia ocorreu em Aratiba, em 1930, quando por conta de nova turbulência política que atingiu o país, os colonos da região resolveram criar a sua “Liga de Defesa Colonial, cujo chefe era o colono Augusto Schaedler. Neste mesmo ano, um grupo de revolucionários atacou o município de Itá, no vizinho Estado de Santa Catarina, ocasião em que entraram em ação as forças da Liga de Defesa Colonial, prestando socorro ao município em apuros, fazendo com que a paz voltasse a reinar” (DUCATTI NETO, 1981, p. 361-362).

## 4 A ORGANIZAÇÃO DOS *SELBSTSCHUTZ* E O SEU LEGADO

Este capítulo cumpre a função de analisar, com mais detalhes a organização do movimento dos *Selbstschutz*, as suas lideranças, disponibilidade de armamentos, a sua relação com o governo, o seu funcionamento como poder de fato no interior das comunidades e por fim, a sua conexão com a rearticulação do associativismo teuto no Rio Grande do Sul, de modo a compreender como o fenômeno das Uniões Coloniais surge lastreado nestas experiências.

### 4.1 Composição, liderança e articulação

A base da organização dos *Selbstschutz* se dava nas linhas ou comunidades, em sua maioria na área rural, no interior, embora existissem alguns grupos mais citadinos. Estas associações se articulavam numa associação de âmbito maior, uma Liga ou *Bundeschütz*, geralmente correspondendo ao território da Colônia, ou ao menos de uma parte dela. No caso de Neu-Württemberg, uma colônia particular, foi possível apurar a existência de sete organizações de base espalhadas pelo interior, a qual se soma ainda a da vila Elsenau, sede da colônia. No município de Ijuí, oriundo da colonização oficial, existiam quatro grandes Ligas, correspondendo, grosso modo, aos principais lados da área geográfica do município: a de Serra do Cadeado, de Ramada, a Seção Fachinal, e a das Linhas 4-7, além da autodefesa da Vila Ijuhy, que parece ter exercido, além da função defensiva, um papel de coordenação entre as Ligas do interior. Cada uma destas Ligas agrupava um bom número

de sociedades de base. As localidades de Sete de Setembro, Federação, Quinze de Novembro e outras linhas organizaram, novamente, em 1924, a Liga Defensora Colonial de Guarany Nordeste, enquanto que comunidades em torno da colônia Boa Vista, como a de Santo Cristo, organizaram a Liga Defensora Colonial da Colônia Boa Vista<sup>272</sup>. Estas Ligas atuavam em articulação ou “combinação entre si”<sup>273</sup>, negociando a delimitação das áreas de vigilância, procedimentos relacionados a movimentação de pessoas nos momentos de alerta, como o uso de passaporte ou salvo-conduto, o pertencimento dos associados e o socorro mútuo em caso de necessidade. De certa forma, este formato de organização parece também se fazer presente na região missioneira, onde uma grande Liga se organizavam em torno de Serro Azul, outra em torno de Guarany e outra em torno de Santa Rosa (RABUSKE; RAMBO, 2004), fundada já em 1923 com o nome de União Colonial Santa Rosa - Buricá<sup>274</sup>.

A composição majoritária, para não dizer absoluta, era de colonos, ou seja, desta população migrante que se fixou na região, principalmente na função de agricultores. Mas também pessoas estabelecidas em outras funções, nas vilas e picadas, como a de professor, ou comerciante, se agregavam ao esforço, inclusive com proeminência em muitos casos. Como menciona a crônica acerca de Burity: “quase sem exceção se dirigiam todos os habitantes masculinos acima de 16 anos para as entradas e saídas da colônia”<sup>275</sup>.

A nomenclatura em língua alemã que designa a organização evidencia um empreendimento de forte nuance germânico, como de fato era, demonstrado ainda por muitos de seus documentos, como as anotações de Reinhard Benz, Comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, escritos em língua alemã<sup>276</sup>. Ainda assim, outros grupos étnicos estiveram integrados a tarefa da autodefesa, inclusive de ‘brasileiros’, como eram denominados os habitantes mais nativos ou os de origem lusa. O *Selbstschutz* de Ijuí-Ramada contava com “350 sócios sem diferença de nacionalidade”<sup>277</sup>, e alardeava o fato de

<sup>272</sup> Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

<sup>273</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 116-121. MADP.

<sup>274</sup> Jornal de *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

<sup>275</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

<sup>276</sup> Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>277</sup> Interpreta-se aqui a frase no sentido de que os ‘350 colonos reunidos sem diferença de nacionalidade’ quer dizer que eles não faziam distinção entre si por conta da nacionalidade, ou melhor dizendo, das origens étnicas.

que “nenhum dos habitantes negou-se a participar”<sup>278</sup>. Entretanto, um habitante do lugar arriscou-se a mostrar que não era bem assim ao escrever no *Serra Post* que havia uma visível dificuldade em convencer os colonos a envolver-se na proteção de bens que não fossem os seus e estabelecia certa relação desta circunstância com convívio de diversas nacionalidades na localidade<sup>279</sup>. Mas mesmo colônias formadas por grupos étnicos não teutos experimentaram este tipo de organização. É o caso de Sarandi, onde também uma organização de autodefesa se batia na proteção de uma incipiente colônia, formada principalmente por colonos de origem italiana, embora houvessem alguns de origem alemã (VENCATTO, 1994, p. 83-94)<sup>280</sup>.

A organização do *Selbstschutz*, de modo geral, embora possam haver exceções, se dava em dois âmbitos: “a Diretoria e o Comandante”<sup>281</sup>. Ou seja, de um lado, uma liderança mais política ou de suporte, função exercida por uma diretoria ou comissão, tendo um presidente e outro cargos eleitos, a quem cabia a parte organizacional, ou seja, a logística. Era uma “função delicada e sensível”, a qual cabia prover a organização de insumos básicos como “pólvora, chumbo e balas de revólver”, dentre outros, exercida, por exemplo, em Neu-Württemberg por Hermann Faulhaber, Diretor da Colônia (LEITZKE, 1993d), e em Ijuí (na Vila) pelo comerciante Guilherme Scharnberg. Em General Osório (Ibirubá) a autodefesa era presidida por Pedro Kreling, tendo ainda Arnaldo Emmel como secretário e Helmuth Gabe como tesoureiro<sup>282</sup>. Mas poderia acontecer que as funções de presidente e comandante estivessem reunidas em um só líder, como foi o caso de August Zenter, do *Selbstschutz* de Ramada, que as desempenhou em 1924<sup>283</sup>.

<sup>278</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119. MADP.

<sup>279</sup> *Jornal Die Serra Post* de 21.09.1923. MADP.

<sup>280</sup> Em Sarandi o caldo estava entornando por conta de um processo de medição de terras da antiga Fazenda Sarandi. Esta medição era operacionalizada por uma Cia Colonizadora que adquirira uma grande fração das terras, cerca de 600 lotes, e inevitavelmente desenvolvia relações com importantes políticos ligados ao PRR, notadamente Nicolau Vergueiro, Intendente de Passo Fundo, coincidentemente o primeiro proprietário da fazenda, e com sua ação desapossava inúmeros caboclos ocupantes originários da terra, agora transformados em intrusos da chamada ‘fazenda dos castelhanos’. Deste modo não lhes restavam muitas alternativas, dentre elas o êxodo ou a imposição de alguma forma de resistência. No contexto de conflitos políticos instalados na década de 20, esta última alternativa podia ser a arremetida em alguma coluna maragata, na região principalmente a de Leonel Rocha, que lhes desse guarida e a sua causa social, de retomada das terras perdidas ou alguma desforra, por mínima que fosse, e que acabava sendo dirigida contra os colonos ‘gringos’ que apareciam como novos ocupantes e portanto, invasores, e os ligados a companhia colonizadora (VENCATTO, 1994, p. 83-94).

<sup>281</sup> *Jornal Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>282</sup> *Jornal Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>283</sup> *Jornal Die Serra Post*, de 19.02.1924. MAHP.

De outro lado, havia um comando tático ou operacional propriamente dito, geralmente exercido por um Comandante Geral. Este, “quando se trata da execução das medidas de defesa, dispõe de poder de comando absoluto e pode forçar a obediência”<sup>284</sup>. O Comandante também, quase sempre, era eleito, e coadjuvado em suas funções por Subcomandantes de seção ou linha. No caso de Neu-Württemberg, havia o Comandante Geral, que era o professor Reinhard Benz, um Subcomandante de Cavalaria, função exercida pelo professor Walter Grosschupf, além dos responsáveis ou comandantes de cada localidade, os ‘*vertrauensmann*’: os homens ou militantes de confiança que comandavam os pelotões (LEITZKE, 1993d). Estes se reuniam na Assembleia dos ‘*Vertrauensmann*’, fazendo o papel de órgão deliberativo e ao mesmo tempo difusor das ordens de comando<sup>285</sup>, nomenclatura que replica-se na organização de General Osório (Ibirubá). Mas não era inusitado a existência de uma espécie de Estado-Maior ou núcleo duro do *Selbstschutz* a ser chamado em momentos de grande gravidade ou urgência, que no caso de Neu-Württemberg era composto pelo professor Benz, o comandante, Hermann Faulhaber, Diretor da Colonizadora e presidente da organização, Menoly Gomes de Amorim, subintendente e subdelegado na localidade, além de principal contato com as autoridades de Cruz Alta, e o comerciante Adolfo Franke<sup>286</sup>. Em Serro Azul, cuja organização juntava duas comunidades, o Comando-Geral estava com Juca Franzen, de Salvador, e o segundo em comando era Miguel Dewes, de Serro Azul (NEDEL, 2015, p. 262). Já os colonos de Ijuí ao organizarem suas guardas, diurnas e noturnas, confiam o seu comando a um responsável denominado de Cabo da Guarda<sup>287</sup>.

Havia a preocupação com o que se poderia chamar de qualidade da liderança. Conforme o articulista do *Serra Post* “o comando da autodefesa [deverá ser] entregue a pessoas inteligentes, ponderadas e justas, para que não aconteça nenhuma transgressão da finalidade e que não seja usado o poder para atividades ilícitas”<sup>288</sup>. A eventualidade de uma ocorrência deste tipo representaria um perigo muito grande para a organização, pois não só a enfraqueceria “de dentro para fora”, mas também “atrairia uma ação contrária das

---

<sup>284</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>285</sup> Resolução do *Selbstschutz* da Colônia Neu-Württemberg. 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>286</sup> Instruções para as guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>287</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP.

<sup>288</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

autoridades, logo que esta estivesse novamente em condições de agir”. Dentro desta lógica, um indício leva a crer que os dirigentes, aparentemente, não recebiam remunerações ou alguma forma de reembolso previamente estipulado por seu envolvimento na organização, denotando o caráter mais comunitário da organização. Mais comum pode ter sido algum tipo de iniciativa como uma coleta de valores, rifa ou mesmo um festejo para angariar recursos. Pelo menos é o que se depreende da comunicação de Reinhard Benz, datada de 05 de fevereiro de 1924, quando agradece a quantia recolhida pela organização em seu favor, como reconhecimento por sua atuação como Comandante, quando estava de partida para voltar a Alemanha. Afirma que meramente cumpriu com sua obrigação dentro da autodefesa como cada um dos demais membros. Como o dinheiro já estava recolhido, sugere então, na ausência de outra decisão mais adequada, que o mesmo seja enviado para “as crianças necessitadas da cidade de *Offenburg* em *Badem*”, sua cidade natal<sup>289</sup>.

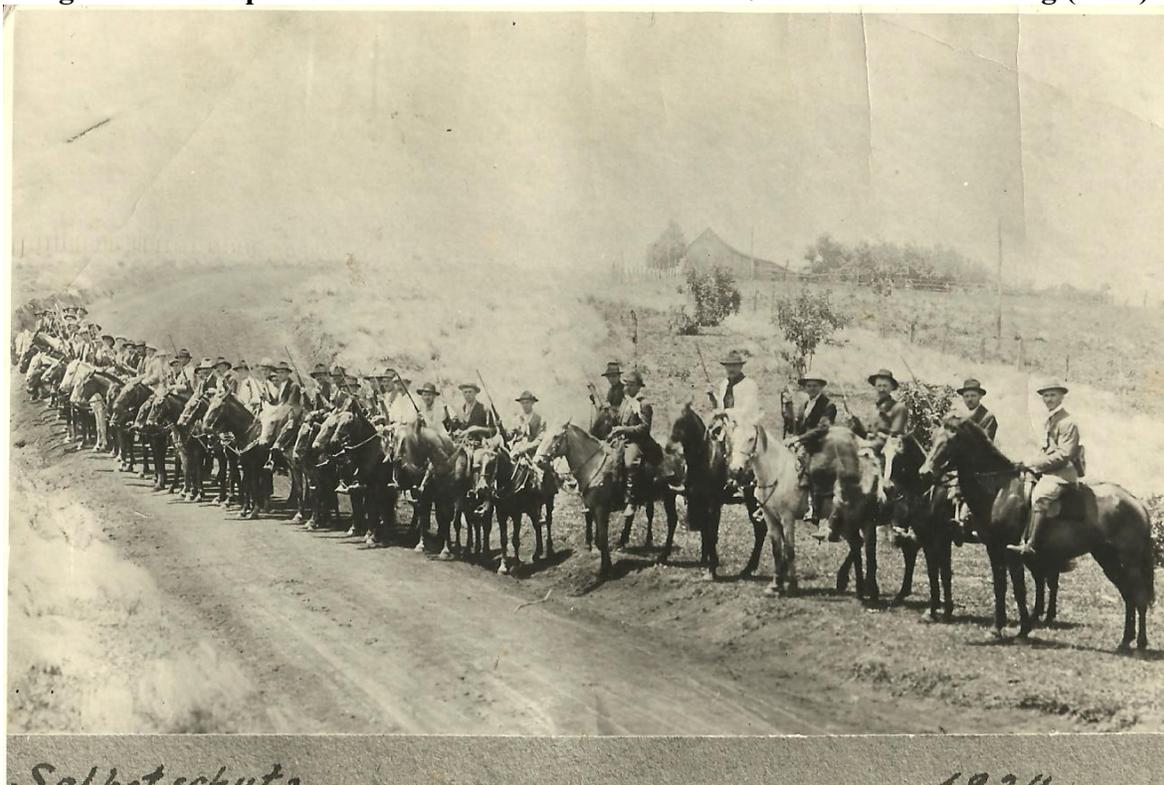
Entretanto, é perceptível que a liderança do *Selbstschutz* foi exercida por pessoas, talvez nem todas, mas muitas com certeza, com um lugar social estabelecido, ou seja, já desempenhavam um papel de liderança no meio colonial, quer em alguma entidade ou organização existente, ou com atuação no comércio, enfim, um lugar que conferia uma certa proeminência. Caso notório é o de Faulhaber, diretor da Colônia de Neu-Württemberg, mas não único. Ricardo Brüggemann, agrimensor e responsável pela Colônia de Porto Feliz também era o líder do *Selbstschutz* local, e o mesmo papel se viu desempenhando Luiz Meisinger, representante da Colonizadora Meyer, em Xingu<sup>290</sup>. Em Serro Azul, Miguel Dewes e Juca Franzen são um caso parecido, ambos ocuparam papel importante na colonização da região sob o manto da *Bauernverein* que a implementou, tendo Franzen se tornado comerciante destacado na região (DEWES, 1969; NEDEL, 2015). Em Buriti a liderança da autodefesa estava com Bjarke Johansen, irmão do fundador da Colônia, Frode Johansen, situação muito parecida ocorrendo em Pirapó (antiga Colônia Sommer), onde Evaldo Sommer, filho do fundador da Colônia, Henrique Sommer, alça-se ou é alçado a liderança da autodefesa local (RESGATANDO ... PIRAPÓ, 2003, p. 317). Em Sarandi, a liderança mais importante parece ter sido o padre local, Eugênio Medicheschi, que veio acompanhando a leva de migrantes desde Monte Vêneto, mas era

<sup>289</sup> Carta de Reinhard Benz para o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 05.02.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>290</sup> Correspondência de Hermann Faulhaber para Luiz Meisinger de 01.12.1923. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

coadjuvado por outras lideranças, sendo alguns sócios da Cia Colonizadora (VENCATTO, 1994, p. 83-94). Ou seja, nas Colônias particulares, de certa forma aqueles que se incumbiram da tarefa da colonização se viam no papel de também organizar a defesa do empreendimento criado.

**Figura 15 - Grupamento de Cavalaria do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg (1924)**



Fonte: Acervo MAHP. Grupamento sob comando do Professor Walter Grosschupf, o primeiro da fila, à direita.

Nas colônias oficiais parece ter convergido o apoio governamental ao lado das necessidades e interesses locais na autodefesa, quer dos agricultores ou dos comerciantes. Em Ijuí, na Vila (sede) o processo teve atuação dos principais comerciantes naquele momento, como Guilherme Scharnberg, que se tornou presidente da Liga local, coadjuvado por Albert Genz como Vice, Dr. Robert Löw, dono do *Serra Post*, como secretário, além de João Alberto Kopf, como segundo secretário, Alfredo Glitz e Bernardo Gressler como tesoureiros. O comandante era Arnaldo (ou Oswaldo) Eichenberg, sendo seus ajudantes

Max Franke e Jacob Vontobel<sup>291</sup>. Desta nominata, quase todos são comerciantes<sup>292</sup>. E todos exerciam, ou já haviam exercido, algum papel de liderança em alguma sociedade ou comunidade religiosa, notadamente a evangélica, em algum momento.

Não se pode desprezar o papel exercido pelas sociedades de tiro e cavalaria. Como se pôde vislumbrar no primeiro capítulo, elas existiam com alguma profusão na região serrana. Além de entidades recreativas, cumpriram um papel de adestramento no manuseio de armamentos básicos disponíveis na região e na difusão de alguns rudimentos táticos. No caso de Ijuí, foi possível observar que muitas das lideranças da *Deutscher Schützenverein Tell*, da Linha 8 Leste, ocuparam posições de liderança nos grupos de *Selbstschutz* da área<sup>293</sup>, assim como seus membros se distribuem por eles. Não deve ter sido muito diferente com as outras. Logo após o assalto de Leonel Rocha a Neu-Württemberg, um articulista conclamava aos membros dos clubes de atiradores, cavalaria e lanceiros da localidade para que assumissem seu papel na autodefesa: “avante, homens jovens dos clubes de lanceiros e das sociedades de cavalaria, venham a frente, mostrem que tem sangue alemão em suas veias para a defesa da honra e do direito”<sup>294</sup>. De fato, dos membros destas organizações, é possível encontrar vários distribuídos pelas posições defensivas traçadas por Reinhard Benz em seus dispositivos táticos para a defesa da Colônia<sup>295</sup>. Élio Müller (2018, p. 02), tendo sistematizado as conversas que manteve com sua avó Alzira, escreve sobre a participação de seu avô paterno, Ernesto Müller, na autodefesa de Neu-Württemberg:

O Ernesto Müller foi um dos mais antigos atiradores de Neu-Württemberg. Já em 1910 ele encaminhara, na casa dele, a fundação do Clube de Atiradores São João de Sete de Setembro de Neu-Württemberg. Ele mesmo foi quem escolheu o nome do clube e se apresentou para redigir os Estatutos, e para ser o secretário e redigir as atas. Eles sempre tiveram bons atiradores, bem treinados. Em 1923 a maioria deles partiu em defesa da Colônia. Além do Ernesto Müller, lembro dos quatro irmãos Schumann, do Carlos Heinrich, de Jacob Buss, Heinrich Schemmer, Albin Schmidt, Heinrich Trennepohl, Heinrich Pautz, Ferdinand Zillmer e Martin Hack.

<sup>291</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.11.1924. MADP.

<sup>292</sup> Fica a ressalva quanto a Arnaldo Eichenberg, cuja ocupação não foi possível precisar. Dos demais, todos se dedicam ao comércio, mesmo o Dr. Löw, dono do *Serra Post*, que também possuía livraria e tipografia.

<sup>293</sup> É o caso de Eduardo Irgang, Theodoro Lindner, Kurt Von Meusel e João Endl (Jornal *Die Serra Post* de várias edições entre 1912 e 1924. MADP).

<sup>294</sup> Jornal *Die Serra Post* de 25.05.1923. MADP.

<sup>295</sup> Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

Mas as relações entre pessoas e associações se estendem um pouco mais. Guilherme Scharnberg, presidente da organização da vila Ijuí foi um dos mais longevos líderes da *Bauernverein* local. Jacob Vontobel e Alberto Genz, atuaram na formação da *Gemeinnützige Landwirtschaftliche Verein* (Sociedade Geral de Agricultura) e da Sociedade de Cantores, que viriam a formar a futura Sociedade Ginástica e Canto, assim como estiveram irmanados, na companhia de outras lideranças, como Luiz Eickoff, no esforço de construção do primeiro hospital. Robert Löw nem precisaria ser mencionado: aparece atuando em quase todas as organizações importantes, na comunidade evangélico-luterana, na formação da Sociedade Escolar, sem esquecer que foi ele quem redigiu os estatutos da sociedade beneficente que criou o hospital, e depois na Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelischen Schulen auf der Serra*. Interessante observar que alguns dos participantes desta última organização aparecem em organizações de autodefesa, como, além de Löw, Faulhaber (em Neu-Württemberg), Gustav Quednau, até 1920 professor subvencionado em Ijuí, e Karl Meinke<sup>296</sup>.

Se o *Selbstschutz* de Serra Cadeado era composto unicamente por colonos, sem qualquer preparo militar, mas dispostos a oferecer resistência ao inimigo<sup>297</sup>, Neu-Württemberg, repetidamente referenciado ao longo da Tese por conta de ser um caso relativamente bem documentado, acaba por evidenciar uma outra situação: o papel dos professores e dos ex-combatentes da 1ª guerra, estes últimos com um bom preparo para as lidas bélicas. Um correspondente de Nêu-Württemberg informava que o esquema defensivo da localidade contava com comandantes de piquetes de cavalaria por picada, sendo que “estes comandantes participaram em sua maioria de guerras na Europa”<sup>298</sup>.

Os professores, por sua vez, se fazem notar em vários grupos de autodefesa. Em Ijuí, exerciam esta função o comandante do *Selbstschutz* de Ijuí – Linhas 4-7, Kurt v. Meusel, o comandante das Linhas 1-4 Norte Maximiliano Kittlans (ou Kitlaus), o membro da Diretoria do *Selbstschutz* de Ijuí-Fachinal, Jorge Winter<sup>299</sup>, o membro da diretoria da Linha 7 Leste Boreslav Novaczek e o membro Karl Meinke da Linha 6 Leste, assim como

<sup>296</sup> Jornal *Die Serra Post* de várias edições entre 1912 e 1924. MADP.

<sup>297</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s.n.], 1951. p. 39.

<sup>298</sup> Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

<sup>299</sup> Relatórios da Intendência Municipal de Ijuí de 1923 e 1924. MADP.

o presidente da Linha 1, João Specialski<sup>300</sup>. O professor Dietrich, por sua vez, presidia a Liga Defensora Colonial de Guarany Nordeste<sup>301</sup>. Na região de Santa Rosa - Buricá, é reputada grande influência ao professor Quednau, que atuara na década anterior em Ijuhy, ao ponto de ter causado certa celeuma com as autoridades relativo ao problema da circulação de tropas oficiais e a neutralidade da organização local<sup>302</sup>. Outro ex-combatente proeminente era Robert Löw, alistado no exército austro-húngaro por ocasião da 1ª Guerra. Não era professor, mas formado em Direito e atuava como jornalista. Na organização da vila Ijuhy Löw ocupava o cargo de secretário.

Além disso, uma observação mais atenta evidencia, em alguns casos, uma intersecção destas duas categorias, do professor e do militar. O principal exemplo desta intersecção é o de Reinhard Benz, comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg entre 1923 e 1925. Benz emigrara recentemente da então colônia alemã do Sudoeste Africano (atual Namíbia), onde fizera parte de grupamentos de autodefesa na época da 1ª Guerra Mundial, quando a colônia fora apossada pelos Bôers e ingleses. Exercia em Neu-Württemberg a função de professor na antiga *Deutsche Schulle* (LEITZKE, 1993n).

---

<sup>300</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.11.1924. MADP. A notícia dá conta da fundação de novos grupos de *Selbstschutz* que se somaram aos existentes, localizados na Linha 01 leste, com presidente João Specialski e comandante Carlos Momberger; Linha 1-4 Norte com presidente Ianne Thorstenbergh e comandante o professor Maximiliano Kitlaus (ou Kitlans); Linha 4-6 Norte com presidente Eduardo Irgang e comandante o professor Kurt von Meusel; Linha 7-9 Norte com Presidente Theodor Lindner e Comandante Fritz Prauchner Sº; Linha 23-25 Norte presidente Johansen (?); Linha 26-30 Norte presidente Gustav Machintorft (?); Linha 8 Leste presidente Luiz Eickoff e comandante Teodoro da Rosa; Linha 8 Oeste presidente João Diehl e comandante Gustav (?). Havia grupos nas linhas 9 Leste e Rincão do Tigre, mas os nomes dos líderes estão ilegíveis. Sem contar Cadeado, podiam ser somados cerca de dois mil homens mobilizados pelos *Selbstschutz* de Ijuí para enfrentar a Coluna Prestes. A Linha 7 Leste já estava organizado a mais tempo e a diretoria era composta por Boreoslav Novaczek, Alfredo Pereira da Silva, Antonio Copetti, Ignácio Adamski, Albino Götzen e como comandante estava Stanislau Verczinski (Jornal *Die Serra Post* de 01.02.1924. MADP). A organização da Linha 6 Leste contava com uma diretoria formada por Wilhelm Prauchner, João Entl, Karl Meinke e o comandante era Franz Samrla (Jornal *Die Serra Post* de 05.12.1924. MADP).

<sup>301</sup> Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

<sup>302</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.01.1925. MADP.

**Figura 16 - Reinhard Benz – Comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg (1923 e 1925)**



Fonte: Acervo de Fotografias do MAHP.

Também eram professores, no caso de Neu-Württemberg, o comandante de cavalaria Walter Groschupf e o comandante do destacamento da comunidade Leipzig, Johannes Wanzenleben. Este último era veterano da 1ª Guerra Mundial (BEUTER, 2013, p. 265), como também Paul Bossler, que liderara os colonos da antiga Linha Magdalena (atual Ocearú)<sup>303</sup>. Por fim, quando Reinhard Benz decide voltar para Alemanha em 1925, foi

<sup>303</sup> Entre 1921 e 1926, Neu-Württemberg experimentou um fluxo migratório relacionado ao contexto pós Primeira Guerra Mundial, marcado pela crise que se seguiu ao conflito bélico, quando recebeu um

eleito para substituí-lo o também professor Ludwig (Luiz) Kling (LEITZKE, 1993n)<sup>304</sup>. Um outro caso de uma liderança dos colonos que reunia a condição de professor com a experiência de combatente da 1ª Guerra Mundial era Ernest Trommenschläeger, fundador e primeiro presidente do Centro das Uniões Coloniais de Santa Rosa (CHRISTENSEN, 2008, p. 44-45). Mas ele, aparentemente, só atua posteriormente no associativismo regional, quando da formação da União Colonial<sup>305</sup>.

Aconteceram contatos e trocas de informações na organização da autodefesa, em que pese o fato de não terem sido apuradas notícias de um comando ou uma coordenação maior em termos macrorregionais que lhes desse uma uniformidade, a não ser aquelas envolvendo as organizações mais próximas. Uma das poucas referências é um pequeno apontamento nas memórias do padre Rick sobre uma “federação das associações de autodefesa que se espalhavam por todo o estado” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48), que causava certas preocupações ao governo por eventualmente vir a ser cooptada pelos revolucionários. Entretanto, a observação, embora pareça referir-se a Serro Azul, é extremamente vaga, sem precisar com maiores detalhes a época, o lugar e o alcance espacial. A memória de Rick pode estar remetendo a possibilidade de uma federação de sociedades que se tentou depois de encerrado o período principal dos conflitos, na forma de uma *Rechtsverein*, ou ainda *Rechtschütz Vereinigen* (organização de garantia legal ou proteção jurídica) que agruparia as sociedades de autodefesa numa espécie de federação de sociedades de ajuda jurídica. Reuniões aconteceram em Ijuhy e em Serro Azul indicando

---

contingente de migrantes provenientes diretamente da Alemanha. Foram em torno de 173 famílias com 650 pessoas, das quais três quartos eram oriundas de Württemberg. Compunha-se de pessoas de ofícios diversos, de modo que nem todos foram para a atividade agrícola, significando para a pequena colônia um incremento da gama de atividades econômicas que viriam a se desenvolver futuramente. Deste grupo, muitos eram também veteranos da grande guerra (NEUMANN, 2016; FAUSEL, 1949). Imagina-se que outras localidades tenham recebido migrantes neste período com perfil parecido. No caso específico de Neu-Württemberg, muitos voltaram para a Alemanha.

<sup>304</sup> Ludwig Kling, e a esposa Martha, chegaram em Neu-Württemberg em 1920, vindos da Alemanha. Quanto a sua ocupação, é possível encontrá-lo trabalhando como professor da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg, atuando em várias localidades do interior.

<sup>305</sup> Não foi possível precisar quando de sua entrada no Brasil, que ocorreu após uma estadia na Argentina, embora seja bem provável que tenha sido antes da eclosão da Revolução de 1923, assim como não foram localizados documentos onde pudesse constar seu nome como integrante de um dos *Selbstschutz* que atuaram na região missioneira. O que se sabe é que em 1925 constava na relação de professores subvencionados do município de Santo Ângelo, atuando na localidade de Travessão Fernandes, no quinto distrito daquele município (Relatório da Intendência Municipal de Santo Ângelo de 1925. AHMSA).

esta articulação, que tomou corpo em 1924, mas não parece ter frutificado para além disso<sup>306</sup>.

Nesta troca de informações, as organizações de autodefesa, principalmente as mais próximas, intercambiavam modelos de organização, como os estatutos, formas de atuação e até algumas nomenclaturas migravam de uma para outra. Assim, em fins de novembro de 1924, uma comissão dos *Selbstschutz* de Santa Rosa - Buricá e outra de Visconde do Rio Branco (atual Pejuçara) apareceram em Neu-Württemberg a fim de estudar o funcionamento da organização local<sup>307</sup>. As autodefesas de XV de Novembro, Selbach, Barra do Colorado e Rincão Sefrin tributam influência a General Osório (Ibirubá)<sup>308</sup>, que por sua vez parece inspirar-se bastante em Neu-Württemberg, todos parte do grande município de Cruz Alta. As Ligas de Guarany Nordeste e Boa Vista (atual Santo Cristo) compartilham o mesmo estatuto, mas mantêm sua própria administração, enquanto se comprometem a prestar socorro uma a outra, decisão sacramentada em reunião conjunta ocorrida em Santo Cristo no dia 25 de novembro de 1924<sup>309</sup>. Em Ijuí, uma reunião em 09 de novembro de 1924 reuniu todas as organizações de autodefesa do município, em que se decidiu, além da formação da organização da Vila, que regras rígidas de movimentação de pessoas seriam elaboradas e publicadas no intuito de consolidar a defesa das divisas do município<sup>310</sup>.

E cisões ou dissidências também eram possíveis, como a que se verifica na formação da autodefesa de Santa Rosa - Buricá. Conforme foi noticiado, aquela organização só reconhecia como válidas as decisões que emanassem de sua diretoria local, já que os colonos da área do Buricá não podiam se considerar solidários com a organização de Santo Cristo (antiga Colônia Boa Vista). A reportagem não adentra em outros detalhes, apenas informando que o motivo constaria no conteúdo das discussões da assembleia de 10 de junho de 1923<sup>311</sup>.

---

<sup>306</sup> Jornal *Die Serra Post* de 29.02.1924, 25.03.1924 e 28.03.1924. MADP.

<sup>307</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

<sup>308</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>309</sup> Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

<sup>310</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.11.1924. MADP.

<sup>311</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP. Embora maiores investigações são necessárias, poder-se-ia especular se a questão religiosa seria a causa desta dissensão, pois a colônia de Boa Vista resulta de uma ocupação católica mais uniforme, enquanto a região do Buricá experimentou uma presença significativa de colonos evangélicos luteranos.

É provável que um aprendiz tenha se dado com a veiculação de experiências de autodefesa no contexto da Revolução Federalista nas colônias velhas, pois que na região do planalto fixaram-se muitos migrantes originários de lá. Na verdade, a maior parte dos imigrantes chegados nas colônias novas eram originários da antiga região colonial. Em Neu-Württemberg se estabeleceram levas consideráveis de colonos provenientes de Teutônia, que fora devastada na época da Revolução Federalista. Embora as fontes manuseadas no decorrer da pesquisa não sejam concretas, mas indiciais, em apontar nexos entre os membros das experiências progressas ocorridas na década de 1890 nas colônias velhas com as que desenvolviam nos anos de 23 e 24 nas colônias novas, não parece descabido pensar que muitos das lideranças ou participantes dos *Selbstschutz* fossem filhos ou parentes daqueles que se empenharam de igual forma trinta anos antes. Tal ideia permite ao personagem Juca Franzen, ao ganhar vida na obra ficcional **Remansos e corredeiras da vida**, de Ruy Nedel, lembrar-se do avô que fora capitão do Guarda Nacional, em São Leopoldo, ‘mantendo a ordem nas vilas e picadas’, participando das guerras desde a Cisplatina, e evocá-la em busca de iluminação no momento decisivo que vivia (NEDEL, 1995, p 21). O comandante da organização de Ijuí (Vila) era Oswaldo (ou Arnaldo) Eichenberg, e especula-se qual era o seu grau de parentesco com Jorge Henrique Eichenberg, que fazia “parte de uma unidade de vigilância”, ou seja, autodefesa em Santa Cruz do Sul por ocasião da Revolução Federalista (KRAUSE, 2002, p. 115). Henrique Sommer, organizador da Colônia Pirapó, era um alemão duplamente emigrado: viera de Tecklenburg (Westfália) e se estabelecera em Teutônia, donde emigrara após a devastadora passagem da Revolução Federalista (WITT, 1996, p. 88). Veio a falecer em 1923 e seu filho, Evaldo Sommer, incumbe-se da liderança da Autodefesa de Pirapó<sup>312</sup>.

Além disso, em Ijuí estavam radicados além do já mencionado Robert Löw, Alfredo Steglich e João Eickoff, enquanto que Theodor Firmbach se fixara em Cruz Alta, nomes com alguma fama no meio colonial. Destes, Firmbach, médico prático que perambulava por diversas localidades do Rio Grande do Sul, reunia a experiência de ter propugnado a organização do Partido do Centro e do *Koloniepartei*, e depois participado das

---

<sup>312</sup> Henrique Sommer faleceu em 24 de junho de 1923. Foi levado à sepultura com o acompanhamento de toda a colônia de Pirapó, com ofício fúnebre celebrado pelo pastor Westphal de Serro Azul. A Sociedade de Canto de Pirapó emoldurou a cerimônia com hinos emotivos e também a recém-fundada Sociedade de Tiro não se furtou em prestar ao Sr. Sommer a sua póstuma homenagem (Jornal *Die Serra Post* de 31.07.1923. MADP).

*Kolonieverein* de Santa Cruz, quando atuou na vigilância ao lado de Jorge Henrique Eichenberg, que lograram êxito no estabelecimento da neutralidade daquela localidade na época da Revolução Federalista. Em 1895, a mando do Intendente de Lajeado, Júlio May, acudira os feridos da batalha de Santa Clara, ocorrida em 28 de maio, na qual os colonos puseram em debandada um considerável contingente de invasores. Testemunha quase ocular, tendo chegado poucas horas depois do evento, reuniu importantes informações e escreveu o livro, publicado logo depois em 1896, *Die Deutsch-brasilianische Pikade Santa Clara im Revolutionsjahre 1895*, em que faz a defesa da iniciativa dos colonos. A partir de 1915, Firmbach é médico dos ferroviários em Cruz Alta, município do qual Ijuí fizera parte até 1912 e com o qual era limítrofe e conectado pela via-férrea (FLORES, 1995). Sabe-se que em 1923 ainda trabalhava como médico prático na região do planalto, ainda em Cruz Alta ao que parece, atuando na cura de doentes da vesícula biliar<sup>313</sup>.

João Eickoff, também médico prático, além de agricultor, musicista e homem chegado as letras, fixara-se em Ijuí logo no início da colonização, em 1896, fugindo dos problemas advindos de seu envolvimento no fraturado cenário político que dividia o estado e repercutiu na colônia alemã. Envolvido com dissidências republicanas, notadamente a cassalista, e com os maragatos, a quem atendeu como médico e seguiu junto em algumas colunas, foi preso e quase executado pelos legalistas. Buscou em Ijuí, junto com o irmão Luiz, a reconstrução de sua vida após o período conflituoso, e ali compraram boa quantidade de terras na região da Linha 8 Leste. Ainda atuando como médico, granjeou grande simpatia e reconhecimento popular por seu trabalho altruísta, principalmente por ocasião da peste espanhola de 1917, sendo que a população lhe erigiu um monumento (EICKOFF, 1994).

A família Eickoff, já numerosa quando da transferência para Ijuí, aumentou bastante com a prole que sobreveio; ao reconhecimento concedido a João Eickoff por sua atuação no trato das enfermidades, somou-se a fama obtida por meio da música: a família constituiu uma banda – a Banda Eickoff - onde tocavam os irmãos Luiz e João, que acrescida de outros colonos, durante décadas se dedicou a animar os festejos coloniais, granjeando

---

<sup>313</sup> Em 1923, Firmbach faz publicar um anúncio em que divulga seus serviços médicos, principalmente no trato da vesícula biliar, o que se propunha a fazer “sem dor, sem remédios e sem cirurgia” (Jornal *Die Serra Post* de 27.07.1923. MADP).

simpatia e grande renome (BINDÉ, 2012, p. 191-193). Em 1924, Luiz Eickoff, que já ocupara cargos em algumas sociedades da localidade, atuou como presidente do *Selbstschutz* da Linha 8 Leste<sup>314</sup>. Ambos os irmãos faleceram em Ijuí, Luiz em 1927 e João alguns anos depois, em 1936 (EICKOFF, 1994).

O mais intelectualizado destes colonos renomados era Robert Löw, tanto por sua elevada escolarização como pela produção de um material reflexivo que ganhou publicidade por meio dos seus veículos de imprensa. Esta figura nasceu em 1872 na cidade de Praga, então parte da Áustria, e formou-se em Direito pela Imperial Universidade Alemã de Praga. Deixou a Europa em 1900 e migrou para o Brasil. Perambulando pelo Rio Grande do Sul, esteve em diversos lugares, como Pirapó, e exerceu diversas ocupações, quase sempre no jornalismo, ainda que estivesse habilitado ao exercício da advocacia. Por dois anos dirigiu em Porto Alegre o '*Koseritz Deutsche Zeitung*', jornal outrora fundado por Carlos Von Koseritz. Em 1911 Löw fundou seu próprio jornal, sediado em Cruz Alta, o *Die Serra Post*, voltado para a população migrante de fala alemã, transferindo-o em 1912 para Ijuhy, onde o instalou junto a Praça da República, com uma livraria e uma tipografia anexas. Em 1914 Robert Löw viajou para a Europa com o intuito de comprar equipamentos gráficos. Mas por conta da Primeira Guerra Mundial, lá permaneceu 5 anos, sendo convocado para o exército austro-húngaro. No período da ausência de Robert Löw, o jornal permaneceu com a esposa, Júlia Löw e o gerente, que movidos pelas restrições linguísticas durante o conflito, decidiram publicá-lo em português, com o nome de Correio Serrano. De volta ao Brasil, Robert Löw manteve os dois jornais, sendo o alemão como suplemento do Correio Serrano. Ainda que em 1928 seu filho, Ulrich Löw, tenha assumido a direção dos jornais, Roberto Löw continuou muitos anos como editor e escrevendo artigos nos dois jornais e no *Serra Post Kalendar*, um anuário com informações diversificadas, mas com importante aporte de conteúdo local, discutindo a problemática local (BINDÉ, 2012, p. 150-153.). Robert Löw faleceu em 1943. Antes de radicar-se em Ijuhy, Löw estivera envolvido no desenvolvimento da *Bauernverein*, na qual palestrara em alguns dos seus congressos, em geral versando sobre o desenvolvimento agrário e agrícola (RAMBO, 1988, p. 118-150)<sup>315</sup>.

<sup>314</sup> Jornal *Die Serra Post* de 18.11.1924. MADP.

<sup>315</sup> Na segunda assembleia geral da *Bauernverein*, em São José do Hortêncio em 1902, Robert Löw fez uma palestra sobre a legislação de terras, estabelecendo na exposição a distinção entre lei e direito, concluindo ao

Em Ijuhy, Robert Löw continuou sendo ativo no associativismo, atuando na formação e desenvolvimento de muitas organizações locais. Presidiu, por exemplo, ainda 1912, a criação da Sociedade Escolar Alemã, que assumiu a antiga escola paroquial mantida pela comunidade evangélica luterana, da qual fazia parte. Particularmente, o desenvolvimento agrícola da região do planalto desde logo tomou a atenção de Robert Löw e outros articulistas do *Serra Post*. Isto é perceptível no seu envolvimento na formação de duas outras importantes entidades destinadas a alavancar o progresso nesta área: uma sociedade agrícola, chamada de *Bauernhilfe* e uma estação experimental agrícola, mais conhecida como Colônia Modelo.

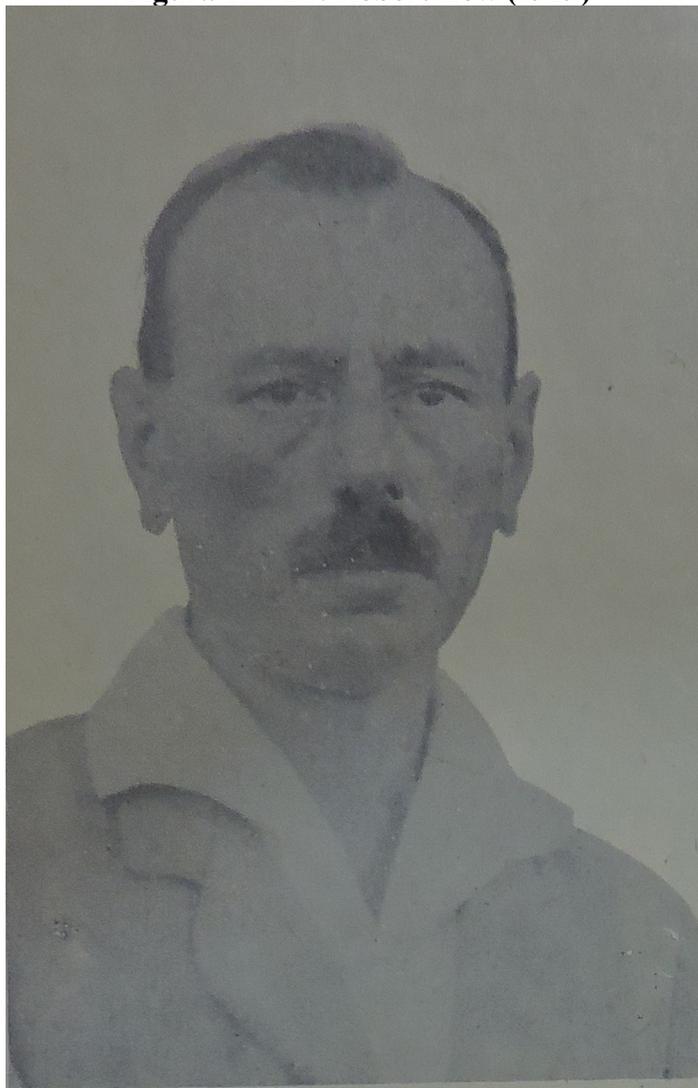
Em 1923, Löw, que combatera na Primeira Guerra Mundial no exército austro-húngaro, compõe a diretoria da Autodefesa da Vila na função de secretário. Portanto, não é nada estranho constatar que havia algum tipo de articulação que passava, no caso de Ijuhy, pelo *Serra Post*. Pelo menos em 11 de janeiro de 1924 o jornal publicava a solicitação dos *Selbstschutz* de Ramada e Linha 16 no intuito de que o jornal se empenhasse em juntar e disponibilizar endereços das outras organizações, informações que serviriam “para tratar de uma eventual união das organizações de autodefesa”<sup>316</sup>. Assim sendo, além do seu proprietário integrar a diretoria da autodefesa da Vila, a redação do veículo de imprensa funcionava para dar fluxo na troca de materiais e informações entre as organizações do município e, talvez, com as de fora dele.

---

final que muitas das leis vigentes eram ilegítimas; em 1903, na Assembleia de Lajeado falara sobre a produção e aproveitamento racional do leite e da manteiga; em 1907 sua palestra versou sobre os métodos de incrementos da agricultura e meios de amenizar os efeitos da seca.

<sup>316</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.01.1924. MADP.

**Figura 17 - Dr. Robert Löw (1919)**



Fonte: *Serra Post Kalendar* de 1973, p. 71. MAHP.

Não é exagerado pensar que outras figuras assim pululavam pela região do planalto, trazendo experiências várias e contribuindo para a formação de uma massa crítica no cenário das colônias novas. Se no caso de Firmbach as ligações com as circunstâncias em análise são, de fato, ainda conjecturais, no caso de Alfredo Steglich, assim como de Robert Löw e dos irmãos Eickoff, apresentam-se relações mais concretas conectando-os com a

formação de um movimento de autodefesa com desdobramentos futuros na participação dos colonos teutos no cenário sociopolítico do Rio Grande do Sul.

Alfredo Steglich não era um jovem imigrante neófito e despossuído quando chegou em Ijuhy em 1912, vindo de São Sebastião do Caí, para assumir a gerência de uma recém-instalada fábrica de banha<sup>317</sup>. Pelo contrário, constituíra-se num homem maduro com uma considerável história atrás de si. Por isso, muito compreensível que pouco mais de dez anos depois de sua chegada na colônia serrana já seja chamado de ‘velho Steglich’ pelos funcionários da refinaria de banha da qual se tornara dono<sup>318</sup>.

Antes, na época da Revolução Federalista, ele atuava como professor e escrivão distrital na então colônia de Nova Petrópolis, parte de São Sebastião do Caí e tornou-se líder da iniciativa local de resistência a movimentação de grupos armados, principalmente de rebelados. Como Comandante da Sociedade de Atiradores de Nova Petrópolis (SCHNEIDER, 2004, p. 147), cabendo-lhe a função da instrução em rudimentos táticos e do comando em operações de autodefesa implementados pelos colonos, viveu algumas estrepolias dignas das aventuras de capa e espada (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 240-241). Depois, participou de muitas das assembleias da *Bauernverein*, inclusive palestrando em três ocasiões: na segunda assembleia, em 11 e 12 de fevereiro de 1902, falou acerca da questão das estradas na região colonial; na terceira, em 27 e 28 de abril de 1903, em Lajeado, quando abordou a questão do crédito, defendendo as cooperativas de crédito formadas por colonos, do tipo *Raiffesen*, a exemplo da recém-instalada em Nova Petrópolis; e na sexta quando tratou do tema inventários e impostos territoriais (RAMBO, 1988, p. 120, 124). Atuante nesta Caixa Rural, Steglich era sócio-fundador, fizera o segundo depósito em dinheiro, logo após o Padre Amstad, e desempenhara na primeira diretoria a função de revisor de caixa (SCHNEIDER, 2004, p. 140-141). Concomitante, esteve envolvido na cena política do município de São Sebastião, e reconhecido como chefe político da Colônia de Nova Petrópolis, já é identificado como Coronel Steglich. Militando primeiro nas hostes federalistas e depois nas republicanas, almeja, ao que parece, granjear uma posição de maior relevo. Foi candidato a Intendente

---

<sup>317</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.03.1912. MADP.

<sup>318</sup> Depoimento oral do operário Hildebert Wornath. Entrevista realizada por Regina Weber. Transcrição. MADP.

em 1908<sup>319</sup>, no que não logrou êxito, sendo derrotado por margem não muito ampla de votos. Este malogro na intentada ascensão política parece ser o motor de sua migração para o planalto<sup>320</sup>.

Em Ijuhy, Alfredo Steglich insere-se rapidamente na sociedade de imigrantes ali instalada, bem como na cena política local. Assim, por um lado desenvolve uma sólida atuação em algumas associações locais, exercendo a liderança de muitas delas, e logo assume também um cargo na Liga de Sociedades Alemãs e torna-se o primeiro presidente da Sociedade Beneficente criada pela Liga para a construção de um hospital. Ocupa-se também da regência da Sociedade de Cantores Lyra e da presidência do Clube Ijuhy. Poder-se-ia especular o quanto o aspecto de pertencer aos quadros da maçonaria<sup>321</sup>, algo não incomum, ajuda a explicar o rápido estabelecimento de conexões políticas, face ao fato de que sem demora faz-se notar a proximidade com o mandatário local Antônio Soares de Barros, o Cel. Dico, tornando-se rapidamente uma espécie de homem de confiança do mesmo, sendo nomeado Vice-Intendente já em 1913 (AMARAL, 2003, p. 61-66). Foi ainda coletor federal por muitos anos, cargo do qual se desliga em 1924, sendo que esta ocupação exerceu concomitante com a gerência da refinaria de banha por todo o período. Munido de vasta experiência, bons conhecimentos e desprovido de maiores receios, empreende em várias áreas, dentre elas a colonização<sup>322</sup>. No ano da guerra civil que opôs assististas e borgistas, ocupa mais uma vez o cargo de Vice-Intendente e circula pelas áreas do município, comparecendo, ao longo de 1923 e 1924, em reuniões de várias organizações

<sup>319</sup> Jornal A Federação de 16.06.1908 e 28.06.1908. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nesta eleição, Steglich concorreu numa chapa intitulada ‘Democratas’, que contaria com apoio dos federalistas e fez 543 votos contra o candidato do Partido Republicano Riograndense que contabilizou 699 votos, pleito este que teve os números contestados de ambos os lados e com as costumeiras impugnações de urnas.

<sup>320</sup> No *Serra Post* de 11 de abril de 1913 consta considerável artigo noticiando a homenagem recebida por Steglich por ocasião de seu aniversário, quando também recebeu o diploma de nomeação para o cargo de Vice-Intendente. Ali se escreve ainda: “Felicitemos o sr. Alfredo Steglich, pelo novo cargo que lhe foi conferido, através de reingresso na arena política, em cuja carreira já sofreu muitas desilusões e mágoas. Os últimos escandalosos acontecimentos no município de Caí, porém, lhe deram satisfação perante a opinião pública, e, na mais alta cúpula política também se chegou a conclusão de que uma grave injustiça foi cometida contra o sr. Steglich. A nomeação como Vice-Intendente significa para ele a satisfação moral dada pelo escalão superior, pelo fato de lhe ter sido vedado assumir o cargo de Intendente em São Sebastião. Para um estrangeiro nato, que se lançou nos braços da carreira política no Brasil, esta é especialmente arriscada e repleta de precipícios e nós almejamos ao sr. Steglich, de todo o coração, que consiga contornar os escolhos de toda a sorte, nas águas de sua carreira política” (Jornal *Die Serra Post* de 02.05.1913. MADP.).

<sup>321</sup> Alfredo Steglich era grão-mestre pela loja maçônica de Nova Petrópolis (SCHNEIDER, 2004, p. 140-141).

<sup>322</sup> Steglich comprou uma área de campo no lado sudoeste de Ijuí, na região também conhecida como Rincão dos Aires e a dividiu em lotes coloniais para vender aos colonos. Constituiu-se atualmente no município de Coronel Barros.

de autodefesa<sup>323</sup>. Ou seja, em havendo um apoio da administração pública a iniciativa dos colonos, não é descabido pensar que ela tenha passado por Alfredo Steglich que tinha os pés fincados em duas bases: na sociedade colonial e na política partidária oficial.

A despeito da vastidão territorial da região colonial do planalto, o mundo das colônias novas não era tão grande assim, correspondendo muito pouco a uma eventual imagem de um universo vasto de pessoas afastadas e que se desconheciam. Muito pelo contrário: um conjunto de relações aproximava pessoas, famílias e instituições, contribuindo para a circulação de ideias e atuando para trazer alguma unidade ao que poderia parecer errático ou por acaso. Uma rede de correspondência, que certamente era entremeada de contatos pessoais, ligava as diversas localidades e punha em movimento informações e materiais, como livros e outros impressos, que partiam e chegavam ao *Serra Post*. A amizade pessoal ligava Hermann Faulhaber, do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg e os Löw (NEUMANN, 2016, p. 182), envolvidos com a organização da autodefesa na vizinha Ijuí<sup>324</sup>. Robert Löw, particularmente, detinha contatos por todo o Estado, estivera por Serro Azul e Pirapó, trabalhara em Porto Alegre no *Kozeritz Zeitung* e depois se estabeleceu em Ijuí, após curta passagem por Cruz Alta. Do mesmo modo Faulhaber não era nenhum desconhecido no meio teuto-brasileiro, ainda mais em Ijuí, onde como pastor

---

<sup>323</sup> Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912, 11.04.1913 e 19.02.1924. MADP. Em fins de 1927, Emil Schenk, professor itinerante do Ministério da Agricultura e propagandista da apicultura, por isso também chamado de ‘pai das abelhas’, faz um roteiro pela região serrana, passando por Neu-Württemberg e Ijuí. E uma das palestras foi para uma concorrida plateia na Linha 30, onde se destacou em sua fala a divulgação da formação da União Colonial. Na ocasião, foi particularmente louvada a presença do recém-eleito e já empossado intendente de Ijuí, Alfredo Steglich, como mostra de um grande entrosamento entre os colonos e a liderança política (Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.). Não se sabe se guarda alguma relação este fato com o resto dos acontecimentos, mas em 1928 a carreira de Steglich se encerrou abruptamente quando, conforme as suas palavras, falsos amigos instigaram os colonos, dos quais captara certa quantidade de capital, contra ele, e o mandatário evadiu-se da cidade deixando bens, o cargo público e uma grande dívida (Jornal Diário de Notícias. Edição de [?] de janeiro de 1928. Recorte. Pasta Steglich. MADP.).

<sup>324</sup> Esta amizade possibilitava a troca de experiências e insumos, como o soro antidiftérico, usado no combate a difteria, doença mortal na época. Uma criança de seis acometida pela difteria foi salva em abril de 1912 pela aplicação do remédio, que chegara em Ijuí pelas mãos de Robert Löw, que o recebera de Hermann Faulhaber. Faulhaber, face um surto de difteria na colônia vizinha, comprara uma boa quantidade do soro, e os tendo sobrando, cedera um tubo a Löw. Já em Ijuí, o medicamento estava em falta. Em face do acontecimento, o articulista tecia comparações entre as duas colônias e questionava como era possível que a então pequena colônia de Neu-Württemberg estivesse suprida de vários itens, como o soro antidiftérico, enquanto este inexistia em Ijuí. Respondendo a própria pergunta, o autor do artigo afirma que a diferença estava no empenho dos colonos locais, que cooperavam uns com os outros e por meio de sua associação, supriam a pequena localidade daqueles instrumentos necessários, como o de um hospital, que provavelmente construiriam sem demora. Termina exortando os colonos locais para o cumprimento de suas obrigações sociais (Jornal *Die Serra Post* de 12.04.1912. MADP.).

atendera a comunidade evangélico luterana em 1903, quando esta estava desassistida de atendimento religioso (FISCHER, 1980, p. 14). Ou seja, um conjunto de relações articulavam associações, pessoas e famílias. Um fato ilustrativo que pode ser citado é o de Bjarke Johansen, que comandava a autodefesa de Buriti, onde a colonização fora promovida por sua família, e que casou com a professora da então escola paroquial evangélica, depois Escola Alemã de Ijuhy, Hulda Scherer (LÖW, 1952, p. 10). Até atos mais prosaicos, como cantar num coral, evidenciam as relações que entremeavam o meio teuto-brasileiro. Jacob Vontobel, um dos comandantes da organização de Ijuí circulava por Neu-Württemberg para participar de um encontro de corais e lá, mal saído da cama, se viu surpreendido junto com a população local, em 14 de maio de 1923, quando Leonel Rocha invadiu a colônia. Nesta experiência vexatória ao ponto de alterar os ânimos, o próprio Vontobel foi obrigado a entregar seu revólver aos maragatos<sup>325</sup>.

Outra organização ainda punham em contato aquilo que se parece com uma certa elite intelectual: os professores e lideranças de uma rede escolar alemã e protestante. Fundada numa assembleia ocorrida em 16 e 17 de novembro de 1912, a Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelischen Schulen auf der Serra* reunia professores e lideranças como, de novo, Robert Löw, Hermann Faulhaber, Gustav Quednau, dentre outros.

De outro lado, Meisinger e Brüggemann, envolvidos na autodefesa de Xingu e Porto Feliz, eram agrimensores e empregados nos empreendimentos gerenciados por Faulhaber. Quando o *Volksverein* decide empreender tratativas para obter terras para um novo projeto de colonização, em que os padres Lassberg e o leigo Juca Franzen estavam envolvidos, as negociações avançam com Faulhaber, na ocasião também gerente da empresa de colonização Chapecó-Pepery, que possuía uma enorme gleba de terras na região do oeste catarinense.

---

<sup>325</sup> Ocorria que um grupo de cantores estava no final de semana em Neu-Württemberg para um evento cultural. Segunda feira pela manhã já se preparavam para o retorno quando foram surpreendidos pelos invasores. Todos os participantes do evento foram revistados pelos maragatos, em busca de artigos que pudessem ‘requisitar’, situação em que Vontobel se viu subtraído de seu revólver. Devido ao acontecimento, “somente na terça-feira de manhã puderam nossos cantores empreender a viagem de retorno com sentimentos muito alterados, quando chegaram a Ijuhy ao meio dia, [onde] já eram esperados com grande preocupação” (Jornal *Die Serra Post* de 18.05.1912. MADP).

Tarso Dallabrida (2003, p. 54-55) conclui sua monografia refletindo sobre o que tornou possível o *Selbstschutz*, ou seja, a existência de uma infraestrutura física, em termos de comunicações, transportes e armamentos, e uma infraestrutura social, na forma de organizações, como escolas, igrejas e associações, que se constituíram numa base social para o esforço da autodefesa. Se os movimentos bélicos que afligiram a colônia houvessem aflorado em outro momento de sua história, no início da colonização, talvez a sua capacidade de congregar-se em torno de um objetivo tão claro poderia não ter se materializado. Neste sentido é possível refletir sobre o contexto em que se desenvolveram as experiências de outras colônias, como Xingu e Porto Feliz, assoladas impiedosamente pela passagem de tropas beligerantes, ou meros salteadores, com funestas consequências para o desenvolvimento destas localidades. A observação é de certa forma coincidente com a anotação presente nas memórias do padre jesuíta J. E. Rick, para quem a organização da autodefesa na região de Serro Azul (Cerro Largo) se ligava a firme base associativa que se desenvolvera sob auspícios da *Volksverein*, e da antiga *Bauernverein*, sua antecessora: “Graças ao trabalho social, sustentado por anos pela ‘Sociedade União Popular’, tornou-se fácil organizar em Cerro Largo uma ‘Sociedade de Autodefesa’ (*Selbstschutzverein*)”, de modo que em questão de poucas horas fora possível mobilizar de três a quatro mil homens bem armados (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 103). Sem maiores receios, a avaliação de Rick de um lastro associativo dando suporte para a formação da autodefesa na região de Serro Azul poder ser extrapolada para toda a região colonial. Providencialmente, o historiador Xosé Manoel Núñez Seixas (2006, p. 23) afirma que “existe um certo consenso epistemológico em identificar, em todo o caso, a natureza da liderança com o exercício de funções diretivas em instituições [ou organizações] étnicas”.

Existem diversas formas de conceituar e categorizar as lideranças que emergem entre os imigrantes. Seixas (2006, p. 21-23) retoma os estudiosos W. F. Whyte, G. Myrdal e J. Higham e as suas formulações em torno da liderança étnica. Para Whyte, a característica mais importante do líder seria a capacidade de atuar em meio ao grupo, tomando as melhores decisões nos momentos nevrálgicos, sendo que os melhores líderes seriam naturalmente os profissionais liberais e os comerciantes, não tanto por estarem experimentados na tomada de decisões, mas porque romperam o processo de guetização a que estão submetidos muitos grupos e possuíam uma influência que era maior externa do

que internamente. Para Myrdal constitui-se como um líder todo aquela pessoa que experimentara uma ascensão social, tornando-se 'notável'. Diferencia ainda a liderança em dois tipos básicos: de acomodação e de protesto. Os do primeiro tipo atuam numa maior adaptação do grupo a ordem existente, enquanto que os de protesto buscariam uma transformação da organização social, como forma de romper os limites ao seu grupo. Higham identifica como líderes todos aqueles que exercem uma influência decisiva sobre seus conterrâneos imigrados em um contexto de questões comuns. Mas elabora uma tipologia mais complexa da liderança tomando a hierarquia interna dos grupos imigrantes, em três formas: a liderança recebida (investida), a interna e a de projeção. A recebida seria bastante comum nos tempos primordiais da instalação das comunidades coloniais, quando seu processo de estruturação ainda estava engatinhando e as lideranças eram em geral as que vinham da sociedade matriz, não por acaso com grande importância para o clero, pastores e padres que vinham junto ou foram enviados em seguida. Ou seja, a legitimação da liderança é externa. Por sua vez, lideranças internas são aquelas forjadas no processo de instalação na nova terra. Desfrutando inicialmente das mesmas condições que seus pares, após terem alcançado formas de ascensão social e tornarem-se portadores das demandas dos seus grupos, convertem-se em seus representantes tanto interna como externamente. Aos líderes internos cumprem quatro papéis: o primeiro, de proporcionar bens e serviços de natureza econômica ou cultural (religioso principalmente) por vias formais e organizadas (formas associativas) ou mesmo informais; o segundo, servir de catalisadores das necessidades de sociabilidade e expressão dos grupos, atuando na constituição de espaços e organismos formais desta expressão (como uma imprensa) ou informais; o terceiro, atuar no estabelecimento ou manutenção de laços com a sociedade matriz, atuando na formação de círculos formais ou informais para a estruturação destes laços; e o quarto papel seria de atuar no desenvolvimento do grupo de pertencimento atuando na sua constituição como coletividade étnica, cuidando do seu prestígio e respeitabilidade externa. Por fim, a liderança de projeção se refere aqueles indivíduos que surgiram no grupo, mas que desenvolvem uma trajetória para além dele, mantendo uma relação mais simbólica do que efetiva. Assim sendo, Seixas considera que a tipologia de Higham, de fato a mais utilizada na interpretação dos processos de imigração e colonização, é mais complexa e operacional,

por sua grande aplicabilidade na multiplicidade de contextos históricos formados na América.

O estudo de Regina Weber (2014, p. 714)<sup>326</sup>, chama a atenção para “um gênero de lideranças étnicas que tem papel tanto na formulação simbólica do grupo, quanto na defesa de interesses e direitos”. Inicialmente, trata de duas figuras teóricas: do líder étnico enquanto dirigente, ou notável, e do líder étnico enquanto agente ou mediador, noção também próxima de intelectual étnico<sup>327</sup>. Vários são os estudos que bem exemplificam os dirigentes étnicos geralmente como figuras escoradas no poder econômico ou político, imigrantes que triunfaram seus negócios e partir desta situação econômica, são prestigiados e reconhecidos enquanto líderes de organizações étnicas. São situações em que a reputação pública era uma consequência senão do enriquecimento, ao menos de uma certa estabilidade financeira e um lugar social consolidado.

Diferentemente, os agentes étnicos se tornam referência não tanto por suas qualidades econômicas, posses, negócios, ou mesmo proeminência política, dada pela ascensão a cargos públicos, mas por seu trabalho de promoção dos grupos dos quais são egressos. Um aspecto que talvez seja meio comum a todos, o acesso a um nível de educação um pouco maior que seus pares acompanhado de um bom trânsito no universo mais letrado. Numa aproximação com Bourdieu (1989, p. 161), o agente atua no processo de fabricação do sujeito coletivo que ocorre na esfera cultural, uma ficção social, construída por “um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática”. Numa aproximação com Gramsci (1979, p. 3), e o seu conceito de intelectual orgânico, a função destes agentes é dar

---

<sup>326</sup> Na sequência, apropriou-se bastante da discussão de Weber. Como havia acesso as obras originais dos autores mencionados, foram assim referenciados, mas cumpre informar que foram citados pelo texto da professora Regina Weber.

<sup>327</sup> Evidentemente está sendo feito um uso mais amplo do termo intelectual, conforme brevemente mencionou Sirinelli (1996, p. 242-243). O autor, que deixa claro que muito desta discussão parte do contexto francês, levanta duas acepções possíveis do termo intelectuais: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. Assim sendo, na primeira compreensão, estariam abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Tomado ao pé da letra, este raciocínio poderia englobar em 1936, data citada por Sirinelli, alguma coisa próxima de 2,2% da população francesa, ou 450 mil pessoas. O debate em torno das duas noções gastaria muita tinta e Sirinelli argumenta que como a segunda acepção não é autônoma da primeira, a oposição entre as duas noções é um falso problema e os historiadores do político teriam que partir da definição ampla para num segundo momento focar efetivamente na definição mais restrita. Ou seja, nos engajamentos dos intelectuais em contextos efetivos em que se faz notar a sua atuação. Dizendo de outra forma, muitos potencialmente poderiam ser intelectuais, mas a questão é onde, quantos e de que forma efetivamente atuaram como tais.

ao grupo “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. Thompson (1987, p. 343) também reflete sobre a importância de intelectuais e uma cultura intelectual dentro dos grupos como forma de sedimentar os processos de sua construção. Assim, este estudioso atribui qualidades intelectuais não só a pensadores originais ancorados em metodologias científicas e reconhecidos no meio acadêmico, mas aqueles capazes “de articular experiências diferentes, dando-lhes uma síntese que é expressa em um discurso comum que é reconhecido por aqueles aos quais se destina” (WEBER, 2014, p. 715).

É bastante pertinente a observação de Seixas (2006, p. 33) de que os líderes étnicos atuaram em campos ‘pluri-funcionais’ e/ou ‘multi-organizativos’, ou seja, um mesmo sujeito atua, concomitantemente ou em tempos diferentes, desempenhando papéis sociais, culturais ou políticos. Trazendo para o contexto em estudo, é possível perceber que as lideranças que atuaram nas *Selbstschutzvereine* podem ser pensados em alguma variante de liderança étnica, e dependendo das condições, do lugar e do tempo, são encontrados desempenhando algum dos papéis de liderança étnica. Muitos, talvez a maioria, são dirigentes étnicos, cujo prestígio está visivelmente alicerçado no progresso econômico ou na ocupação de uma função pública. No contexto colonial em estudo, principalmente comerciantes, alguns envolvidos em alguns incipientes empreendimentos industriais, como as refinarias de banha, ou ainda os chamados colonos fortes, possuidores de bons ou vários pedaços de terra. Interessante observar aqueles envolvidos na colonização, campo de boa proeminência econômica, mas também lugar de exercício de uma liderança recebida bastante peculiar. Mas os mais importantes talvez tenham sido os agentes ou intelectuais étnicos. Estes conjugam práticas (‘ações’) com o universo da representação e do simbólico, “fundamentam, reforçam e propagam identidades étnicas”, e são também “personagens presentes em entidades associativas ou grupos de mobilização, responsáveis também pela expressão verbal da visão simbólica que delinea o que se supõe seja o conjunto abrangido por estas representações” (WEBER, 2014, p. 727-728).

## 4.2 Armamento e mobilização tática

A disponibilidade de armas, um aspecto crucial no intento da autodefesa, entre os diversos grupos de autodefesa não é exatamente parelha. Havia grupos melhormente armados e outros nem tanto. Paul Ramminger, relembra: “A primeira vez na vida fiz guarda de defesa à noite.(...) Fizemos plantão (...) com nossas armas de caça, é claro!” (JANSSEN, 2006, p. 32). Via de regra, predominaram as armas mais domésticas, de caça, armas brancas em geral e algumas, de qualidade superior, distribuídas em alguns lugares pelo governo.

Frente a eventual falta de armamento, o regulamento criado pelo *Selbstschutz* do Cadeado, interior do então município de Ijuhy (hoje Augusto Pestana), instruía que aqueles que tivessem armas em desuso deveriam facultá-las aos que estivessem desarmados, ao passo que “quem não tiver, é obrigado a arranjar-se”<sup>328</sup>. Mas, mesmo assim, parece que os membros do *Selbstschutz* de Serra Cadeado estavam bem armados. De modo geral, as armas não eram de todo escassas e outras Ligas igualmente reportaram estarem bem armadas, que havia armas particulares em quantidade, e por isso, alguns ariscavam-se a dizer que “a colônia estava armada até os dentes”<sup>329</sup>. Este fato não é estranho, pois que no interior da região colonial uma arma de caça não era uma raridade e o seu manejo não escapava as lidas normais do colono. Sem exagero, numa região em que cobras, raposas, na verdade gambás, e onças eram também vizinhos inoportunos e nem sempre amigáveis, as armas constituíam-se em artigos de primeira necessidade. Além disso, uma certa proliferação de sociedades de tiro, e até algumas de cavalaria, fazia com que a destreza no manuseio de armas, mesmo montados, não se constituísse em uma habilidade escassa.

---

<sup>328</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

<sup>329</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115-116. MADP.

**Figura 18 - Liga de Autodefesa do Cadeado**

Fonte: Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s.n.], 1951. p. 39.

Os armamentos de que dispunham os colonos eram leves, compostos de espingardas de caça, revólveres e armas brancas como facões, foices e adagas. A *Selbstschutzverein* de Rincão Vermelho reportou que dispunha, dentre armas de caça e Winchesters, mais de 200. Na Secção Fachinal (parte norte de Ijuí), havia cerca de 350 armas, principalmente armas de chumbo e revólveres, além disso a Liga comprou dois mosquetões suíços, da marca Stutzen, e 3 fuzis foram recebidos da Intendência. Já a autodefesa das linhas 4 a 7 leste (Ijuí leste), com mais de 140 membros, teve que se virar com cerca de 60 a 80 armas, dentre armas de caça e algumas Winchesters, de propriedade dos membros. O *Selbstschutz* de Porto Feliz (Mondaí) também precisou se arranjar com mais homens que armas, ou seja, havia 90 membros capazes de manejar ao todo 40 armas, dentre elas 10 carabinas de bala e

o resto eram espingardas de 3 canos e espingardas de chumbo<sup>330</sup>. Ao noticiar a organização do *Kolonieschutz* de Xingu, o correspondente do *Serra Post* na localidade escreve que “em poucos dias conseguimos reunir munição e armas e 46 verdadeiros guerreiros estavam prontos com Comblains, Winchesters, Drilingers e outras armas que se carregam por trás. Além disso, a maioria ainda possuíam revólveres e pistolas”<sup>331</sup>. Mas a dificuldade de obter armas também aparece e um colono da Linha 30 escreve ao *Serra Post* comentando as reuniões das sociedades de autodefesa: “na maioria das vezes ficaram no resultado de que se deveria comprar armas, para o que ninguém tem dinheiro”<sup>332</sup>. Por isso, havia também quem estivesse muito mal armado, como nas picadas da Colônia Guarany: frente a circulação do bando de um tal Machado, que se punha a praticar assaltos, “se armaram os colonos, os quais não possuíam armas de fogo, com machados, foices e gadanhas, atacaram os assaltantes e fizeram 14 presos (...) que foram enxotados, depois de lhes tirar tudo, pelo [rio] Ijuhy para o campo”<sup>333</sup>.

Em Sarandi, uma incipiente área de colonização com colonos principalmente de origem italiana, em face das incursões de bandos maragatos, os colonos se organizaram sob a liderança do Padre Eugênio Medicheschi. Angariaram armas, embora poucas e ruins, principalmente revólveres, espingardas, algumas Winchesters e alguns mosquetões ou fuzis e puseram-se a construir três grandes trincheiras, como forma de proteger as principais entradas da vila. Face a penúria armamentística, o Padre sugeriu a confecção de canhões utilizando os canos de um locomóvel que movia a serraria de Vitorio Sassi, sendo que a empreitada foi destinada aos irmãos Favretto, que “possuíam bem montada ferraria”. Construído o primeiro exemplar, mediante o trabalho destes ferreiros locais, o mesmo foi carregado com meio quilo de pólvora, pregos, parafusos, pedaços de ferro, pedras e amarrado a uma árvore para o primeiro disparo e a despeito do fato de que o responsável pelo teste do primeiro protótipo possa ter falecido na empreitada, mais cinco peças foram encomendadas. Conta-se que os chefes de bandos Simeão Machado e Antônio Gaudêncio tomaram conhecimento dos preparativos e estavam temerosos com o desenlace de um eventual confronto, visto que os colonos teriam espalhado o boato de que possuíam um

<sup>330</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP, p. 115-131.

<sup>331</sup> *Jornal Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

<sup>332</sup> *Jornal Die Serra Post* de 21.09.1923. MADP.

<sup>333</sup> *Jornal Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

poder de fogo devastador, munidos de uma arma capaz de “varrer e destruir, com um só tiro, vários homens e cavalos” (VENCATTO, 1994, p. 90-91). Talvez isso tenha levado os maragatos do lugar a pensar em outra forma de lidar com os resolutos colonos.

Além dos canhões de Sarandi, a montagem de artefatos explosivos, como as granadas rústicas fabricadas em Neu-Württemberg, não era incomum<sup>334</sup>. Com estes apetrechos de fabricação local imaginava-se repelir com devida energia o ataque dos bandidos que vinham pilhar a colônia, uma vez que os ferimentos provocados por granadas de mão e estilhaços de ferro geralmente eram mortais<sup>335</sup>. Por fim, há alusões a proliferação de boatos de que o chumbo e as balas com que eram carregadas as armas dos colonos estavam envenenadas com alguma substância fatal. No entanto, parece ter sido apenas boato, mas que passou a integrar o anedotário acerca do movimento de autodefesa (BEUTER, 2013, p. 263).

Quando da distribuição de armas entre algumas Ligas de Autodefesa por parte do governo, o armamento destas ficou mais qualificado, com a incorporação dos chamados ‘mosquetões’ ou fuzis de repetição, geralmente Mausers, comumente de uso militar. Estas armas melhoravam muito o alcance e a precisão dos tiros. Entretanto, é difícil precisar o quanto a distribuição de armas pelo governo foi disseminada, ou seja, as quantidades, os tipos e os grupos que eventualmente receberam e quando, assim como não é possível apurar se estas armas foram posteriormente recolhidas. É certo que nem todos os grupos de *Selbstschutz* receberam armas. É possível comprovar a distribuição de armas pelo governo nos casos de Ijuí e da grande região de Santo Ângelo - Santa Rosa - Serro Azul. Rui Nedel (2015, p. 262) por exemplo, afirma que as armas distribuídas na região de Cerro Largo por volta de 1923 ainda estavam nas mãos dos colonos quando irrompeu o movimento Prestes. Na localidade de 14 de julho (Santa Rosa), havia 100 armas do governo em mãos do grupo de autodefesa local, assim como 30 fuzis Manlichern foram disponibilizados ao grupo de Cerro Pelado (Porto Xavier), e outro expediente foi a facilitação da compra de armas por

---

<sup>334</sup> As granadas rústicas de Neu-Württemberg consistiam numa peça cilíndrica de ferro fundido que se encaixava no orifício no centro da roda, na qual deve entrar a ponta do eixo da carroça, também chamada na época de buzina de carroça ou carreta. Esta peça era fechada por meio de solda numa das extremidades e recheada com pólvora, pregos, estilhaços de ferro ou chumbo. A detonação se dava com um estopim posto na outra extremidade que era acesso com fogo. O arremesso deste artefato era atribuído aos ex-combatentes da 1ª Guerra Mundial, experientes no seu uso (LEITZKE, 1993d).

<sup>335</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

parte dos colonos na Argentina, sem custos alfandegários, de modo a permitir o seu armamento, como ocorreu em Cerro Pelado (Porto Xavier)<sup>336</sup>. Por fim, a correspondência do então diretor da Colônia Santa Rosa, João Dahne, para a liderança da Liga, atesta a distribuição de armas entre os colonos:

Presidentes Ligas Serro Azul – Guarani. Acabo receber telegrama do Dr Borges de Medeiros dizendo ter providenciado remessa mais armamentos para as Ligas e pedindo-me felicitá-los atitudes dignas que tendes mantido defesa legalidade. Saudações. (Ass.) João Dahne<sup>337</sup>.

Neste mesmo sentido, a informação veiculada pelo *Serra Post* dá conta que os colonos de Guarany e Santa Rosa teriam sido, com a intermediação de Dahne, “abastecidos abundantemente com armas”, além do investimento de 200 contos feito pelos colonos de Serro Azul na aquisição de armamento<sup>338</sup>.

Quanto a Ijuí, ainda em 1923 o Comando Regional das forças legalistas em Porto Alegre disponibilizou cerca de 300 fuzis, entregues a Liga de Autodefesa da Vila, que os repartiu com as demais Ligas do município<sup>339</sup>. Quando comparece a uma reunião dos colonos do *Selbstschutz* de Ramada, o Intendente Cel. Antônio Soares de Barros “prometeu pôr a disposição mais armas e munição”<sup>340</sup>. Já no Relatório de 1924, ao comentar os embates com a Coluna Prestes ocorridos no território do município, o Intendente relata que a muito empenho foi possível obter mais “200 armas para serem distribuídas entre as Ligas do município”<sup>341</sup>. Ou seja, estas fontes, se corretas, indicam que houve a distribuição, por parte do governo, de cerca de 500 fuzis para os colonos, entre 1923 e 1924. Em paralelo, ocorreu a iniciativa das Ligas locais, a exemplo de Serro Azul, em comprar, por conta própria, armas em Porto Alegre e outras cidades, que seriam repassadas a preço de custo aos associados, com o compromisso de que estes não as vendessem enquanto persistisse a insegurança. Estas armas teriam chegado em quantidade considerável em dezembro de 1924<sup>342</sup>.

<sup>336</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 124. MADP.

<sup>337</sup> Correspondências Enviadas - Diretor Colonia Santa Rosa. Museu Municipal de Santa Rosa.

<sup>338</sup> *Jornal Die Serra Post* de 30.12.1924. MADP.

<sup>339</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 120. MADP.

<sup>340</sup> *Jornal Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP.

<sup>341</sup> Relatório da Intendência de Ijuí de 1924. MADP.

<sup>342</sup> *Jornal Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP. O texto não informa números nem tipo, o que torna difícil precisar o que seria esta quantidade considerável. De outro lado, não se descarta que as armas mencionadas pelo Cel. Dico incluam as adquiridas pelas Ligas de Autodefesa do município.

Como era uma organização essencialmente defensiva, a mobilização tática dos *Selbstschutz* se voltava para a vigília dos acessos das localidades, a construção de trincheiras nos lugares estratégicos, o desenvolvimento de sistemas de alarme e a consecução de uma resposta rápida a qualquer violação de território. Determinados pontos eram vigiados dia e noite e em caso de necessidade o alerta era dado por meio do disparo de uma sequência previamente combinada de tiros de espingarda, ou mediante o uso de foguetes ou ainda o envio de estafetas, mensageiros rápidos que portavam a mensagem de alarme. Em reunião das principais organizações de autodefesa de Ijuí, ocorrida na localidade de Ramada em 28 de março de 1924, se anunciava a compra de foguetes, com os “quais a população será convocada para a defesa em caso de ameaças de perigo”<sup>343</sup>. Na Colônia Buriti, a *dampfmaschine* (máquina a vapor) da serraria de Walter Sachs permanecia funcionando dia e noite para que o apito pudesse ser acionado a qualquer momento para dar o alarme. O sino da igreja também poderia ser utilizado e algumas organizações dispunham de telefone em alguns pontos estratégicos. Nas localidades próximas de rios, as barcas e outras embarcações eram desamarradas e escondidas<sup>344</sup>. Já na região de Serro Azul, “durante semanas inteiras milhares de colonos estiveram de prontidão e centenas deles se achavam entrincheirados” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 104). Também em Sarandi, enquanto corriam as notícias, os heroicos defensores mantinham-se posicionados nas trincheiras. Consta que todos rezavam, alguns por religiosidade, outros por medo, ou mesmo pedindo paz (VENCATTO, 1994, p. 90).

---

<sup>343</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.04.1924. MADP.

<sup>344</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

**Figura 19 - *Selbstschutz* de Neu-Württemberg: vigília no acesso da estrada geral**



Fonte: Acervo MAHP.

Além disso, como em Neu-Württemberg, transportes rápidos foram providenciados, de modo a chegar com o melhor contingente possível ao local ameaçado, e foi comum o uso de carros e caminhões, bem como se justificava a organização de um grande grupamento de cavalaria<sup>345</sup>. Assim, a “corporação principal da Vila Elsenau, em caso de alarme, em caso de necessidade [estaria] capacitada, mediante transporte por caminhões ou a cavalo, concentrar mais de 40 militantes em qualquer ponto ameaçado, mesmo do interior”<sup>346</sup>. Na região de Serra Cadeado, distrito de Ijuí (hoje Augusto Pestana), cerca de 800 homens mantinham a vigilância, divididos em 12 postos de guarda, dia e noite, nos diferentes pontos de acesso, somando-se mais uma no centro do povoado, além de que nos “pontos de perigo foram escavadas trincheiras e colocadas cercas de arame farpado”<sup>347</sup>.

Conforme noticiava O Comércio:

<sup>345</sup> Jornal A Notícia Ilustrada, de 04.06.1993. MAHP e *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP.

<sup>346</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.02.1923. MADP.

<sup>347</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

Em todas as estradas das colônias são postados fortes piquetes de vigilância que comunicarão imediatamente a aproximação de qualquer grupo suspeito a diretoria (...) pretendendo as forças beligerantes atravessarem as terras do referido distrito, tem de comunicar essa resolução com algumas horas de antecedência. 'A travessia só poderá feita de dia, não sendo permitido durar mais do que 12 horas'.<sup>348</sup>

A organização da Colônia Municipal (Santo Ângelo), criada em 09 de novembro de 1924, a exemplo de outras, fez publicar no *Die Serra Post* um aviso, em português e alemão. Nele, procurava explicitar o mais claramente o possível, sua função e procedimentos principais, a começar pelo seu caráter apolítico, garantindo que procederá de igual forma em relação a todos os grupos que intentassem prejudicar a colônia. Instruía a todos de que, como o *Selbstschutz* estava vigiando diuturnamente a localidade, os passantes, principalmente os estranhos, deveriam utilizar somente as vias públicas para a entrada e saída, atentando para informar com presteza quando inquiridos acerca da natureza de seu deslocamento, sob pena de retenção, ou melhor dizendo, serem presos. Um ponto crítico era a obediência em relação a ordem de parada, uma vez que os guardas estacionados estavam autorizados a proceder disparos de armas de fogo como forma de dispersar um eventual movimento estranho ou ameaçador, principalmente grupos maiores em formação, ou seja, algum tipo de bando ou destacamento belicoso. Por fim, alertava que travessuras de qualquer tipo estavam proibidas nas imediações das guardas<sup>349</sup>.

---

<sup>348</sup> Jornal O Comércio, de 04.09.1923. CCJM.

<sup>349</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

Figura 20 - Aviso da Autodefesa da Colônia Municipal (1924)

1/2 10 nachts- Abend-	5812] <b>Joh. v. d. Veen.</b>	<b>Rast</b> gutes Pf und flief nehmbar Erbitt M. 57 an
Beih- vorm., Abend-	<b>Bekanntmachung.</b>	<b>Sin</b> zu vertan fast neu. <b>Sug</b> Serra C
1/2 10 mit 51. l., Na-	Der am 4. November gegründete Kolonieschutz der Kolonie Municipal gibt Allen folgendes bekannt: Der Selbstschutz ist nicht politisch, seine Oberleitung und Mitglieder erstreben die Aufrechterhaltung von Ruhe und Ordnung. Er geht deshalb rücksichtslos gegen solche Elemente vor, die die Kolonie schädigen und plündern wollen. Er bewacht scharf sämtliche Ausgänge der Kolonie bei Tag und Nacht. Eintritt in die Kolonie ist nur auf den öffentlichen Wegen gestattet.	<b>Da</b> Für 8jährige unter 10 bend in Dr. Gal gebracht mit be Arzte öff Dank Behandl Gag v das Sel völlige Wiederl des, de am gan Sto. An
ber, 8 Jahres-	Jede unbekannte Person hat Auskunft über Zweck und Ziel der Reise zu geben; Zuwiderhandelnde werden festgenommen. Auf dreimaligen Anruf ist zu stehen, andernfalls wird geschossen. Geschlossen marschierende Abteilungen wollen Melber voraussenden, um Zwischenfälle zu vermeiden. Es wird strengstens davor gewarnt, bei den Wachen oder deren Umgebung irgend welchen Unfug zu treiben. In einem solchen Falle hätte es bereits beinahe ein Menschenleben gekostet.	<b>Die Oberleitung des Selbstschutzes</b> <b>Colonia Municipal de Santo Angelo.</b>
er, Pfr. <b>A. G.</b> [6858 17 Uhr	<b>Aviso</b>	
Festgot- Rincão	A Liga da Defeza da Colonia Municipal fundada no dia 9 de Novembro leva ao conhecimento de todos o seguinte: A Liga de Defeza não tem caracter politico, seu fim é só a manutenção da paz e ordem. Para este fim ella procede imparcialmente contra todos os elementos que possam prejudicar ou queiram saquear a colonia. A Liga de Defeza está vigiando dia e noite todas as entradas e saídas da colonia. A entrada na colonia sómente é permitido nas ruas publicas. Cada pessoa desconhecida deve informar as guardas sobre o fim termo de sua viagem. Contraventores a essas prescripções serão presos. Depois tres chamadas o passante tem de parar de contrario a guarda tem de atirar. Grupos que marcharem em formação tem de avisar a sua aproximação para evitar incidentes. E' rigorosamente prohibido praticar travessuras nos arredores das guardas.	<b>Kir</b> <b>Einic</b> <b>Sah</b> <b>Sonn</b> 1925, Reinhe Die Rüdfta der m bindlid Wolljä
Paktor	20\$000 7\$500 39\$000 48\$000 75\$000 35\$000 3\$000 2\$000 1\$000 1\$200 18\$000 12\$000 1\$600 2\$800 20\$000 15\$000 30\$000 8\$000 6\$000	<b>6240]</b>
iderruft ambung. Daniel to Dem-	<b>A Directoria da Liga da Defeza da Colonia Municipal de Santo Angelo</b>	

Mas mesmo que a publicização do esquema de segurança pudesse minimizar situações de risco, não podia impedi-las de todo. Assim, em Ijuí, um residente incauto se indispôs com a guarda, vindo a disparar um tiro de revólver. O cidadão acabou recolhido ao presídio local pelos membros da autodefesa, que possuíam, na circunstância, poder de polícia para fazê-lo<sup>350</sup>. Por outro lado, um quadro de improvisado na organização da autodefesa podia evidenciar-se em desastres, como o que aconteceu na Linha 1: “quando na hora de parar um morador do município, que foi para a rua durante o período proibido, explodiu um tiro [no posto da] vigilância, o qual feriu o irresponsável abaixo do ombro”. Foi então solicitado aos que estivessem de guarda “manusear as armas com mais cuidado e não enfrentar o transeunte com a arma apontada para ele”<sup>351</sup>.

Neste sentido, serve de ilustração o relato da experiência do colono Helmuth Wendland, do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, bastante parecida, quanto aos procedimentos no serviço de guarda:

eu com outros companheiros, umas quantas vezes, estivemos de guarda no Passo Lucas Germano. Éramos geralmente quatro homens, às vezes também cinco. Se à noite alguém vinha se aproximando de fora, aí o chefe do grupo chamava ‘quem é?’. Se não respondia, chamava até três vezes. E se nem aí respondia, então nós tocamos chumbo e o estranho fugia (LEITZKE, 1993e).

No caso de Neu-Württemberg havia a expressa recomendação para que a guarda nunca permanecesse com apenas um homem, situação que maximizava o risco, como aconteceu em Xingu conforme a funesta notícia trazida de lá. O filho de um colono residente em Neu-Württemberg, de sobrenome Metzger, casado e pai de família, engajara-se na autodefesa daquela localidade e cumpria funções na guarda, junto com outros seis companheiros. Estes afastaram-se para uma ronda e no retorno encontraram o cadáver de Metzger, aparentemente morto a tiros traiçoeiramente<sup>352</sup>.

Outro procedimento adotado por vários grupos de autodefesa dos colonos foi o controle da movimentação das pessoas por meio da emissão e verificação de passes, como em Burity, onde “só podiam passar pessoas com os passes emitidos ou reconhecidos pela autodefesa”, e em Bello Centro (Santa Rosa), onde pessoas oriundas “de Guarani e do [rio]

<sup>350</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

<sup>351</sup> Jornal *Die Serra Post* de 05.12.1924. MADP.

<sup>352</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

Uruguai” só podiam passar portanto um passe ou salvo-conduto. Este documento também era empregado para restringir a movimentação dentro da própria colônia. Da mesma forma ninguém foi permitido ter acesso em Serra Cadeado se não portasse “um salvo conduto de autoridade competente ou de uma Autodefesa vizinha”, assim como “quem queria sair de Cadeado, recebia um salvo-conduto com data e número da guarda, pela qual tinha que passar”<sup>353</sup>. Em outros locais de Ijuí, como na Vila (a sede), qualquer um que aparecesse na rua depois das 21 horas sem portar o documento era recolhido no presídio<sup>354</sup>. Em geral, na circulação dentro da área geográfica do município, como no caso de Ijuí, os documentos de salvo-conduto eram emitidos pelos próprios *Selbstschutz*, enquanto que para uso na circulação intermunicipal o documento era fornecido pelas autoridades oficiais<sup>355</sup>.

Como forma de responder mais rapidamente as ameaças, os colonos do *Selbstschutz* das Linhas 4-7 de Ijuí acamparam permanentemente, em grupos de 6 a 12 homens, nos galpões junto a propriedade dos Moraczinski, onde também funcionava um dos postos de guarda, chamado de Guarda do Campo, fortificado por meio de trincheiras. A guarda principal desta organização de autodefesa ficava na Esquina para a Linha 19, na propriedade de Eduardo Irgang, que em momentos de maior tensão era reforçada para 24 homens, de modo a responder com maior eficácia ao alarme e socorrer aos locais ameaçados. Havia ainda uma guarda na esquina para Rio Branco (Pejuçara) e outra guarda na ponte para Ijuhy, totalizando 4 postos de guarda. Na guarda principal, assim como na guarda da ponte, a Liga das Linhas 4-7 dispunha de um telefone<sup>356</sup>.

Em Condor, Werhmann registra que os membros escalados para manterem-se de prontidão dormiam vestidos e mantinham o cavalo encilhado para o caso de necessidade. A guarda dos pontos estratégicos também se dava em escala, de modo que a maior parte dos homens em idade adulta passava pela tarefa (WERHMANN, 2004, p. 325). Por sua vez, o *Selbstschutz* de Porto Feliz (atual Mondaí, em Santa Catarina) manteve três postos de vigilância: no porto, na estrada para o rio Uruguai, distante uma hora do povoado e na estrada de Lajú, que durante o dia tinha guarda simples e a noite guarda dupla.

---

<sup>353</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 120. MADP

<sup>354</sup> *Jornal Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

<sup>355</sup> *Jornal Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

<sup>356</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 120 e 129. MADP.

**Figura 21 - *Selbstschutz* de Porto Feliz (Mondaí)**



Fonte: KOELLN, 1980, p. 48.

Não é difícil perceber que o grau de preparo e organização das autodefesas era variado. Algumas estavam mais organizadas e outras não tanto. Esta organização dependia das condições das localidades. As memórias de Paul Ramminger apontam para o caráter improvisado da autodefesa de Porto Feliz, uma colônia muito pequena, onde os poucos colonos armados de alguns trabucos assistiram, sem o poder de esboçar uma reação, a passagem da numerosa e bem armada tropa de um exército regular, como foi a Coluna Prestes (JANSSEN, 2006, p. 32). Evidentemente, a autodefesa local “não tinha recebido nenhuma instrução tática ou estratégica das forças legais, nem havia recebido auxílio ou recomendações de como deveria se portar” (KOELLN, 1980, p. 41).

Em algumas situações, o combate bélico cedia lugar à diplomacia, o que também testava as habilidades dos colonos. Em Sarandi os maragatos acabaram utilizando a astúcia em lugar do confronto direto e enviaram até a vila um grupo negociador, com a promessa

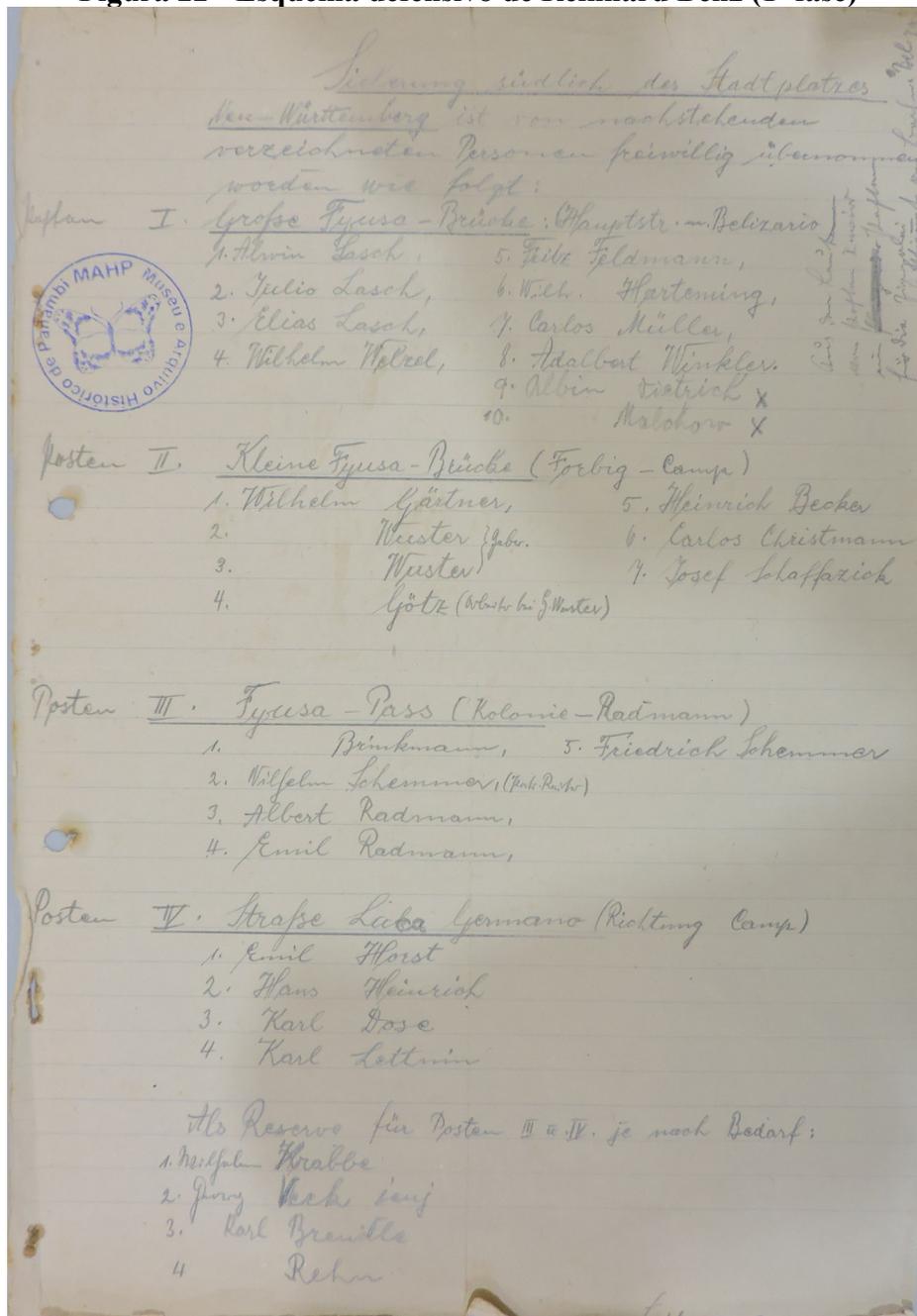
de manter a salvaguarda da localidade em contrapartida do desarmamento dos colonos, e ao cabo de três dias de intensas deliberações, saíram levando as poucas armas dos colonos além da informação necessária para enviar outro grupo que destruiu os cinco canhões que haviam sido enjambrados na ferraria local. Pode-se dizer que os maragatos engambelaram os colonos, pois que alguns dias depois adentravam na vila, da qual se assenhorearam, e puseram em debandada os defensores, sendo que os borgistas mais legítimos buscaram asilo em Passo Fundo (VENCATTO, 1994, p. 90-91).

Com exceção das movimentações dos *Selbstschutz* de Cerro Pelado para ajudar a localidade vizinha de Pirapó, não há notícias de alguma ação destas organizações que pudesse ter um caráter mais ostensivo. Suas táticas foram principalmente em torno da defesa. Um dos esquemas defensivos de Neu-Württemberg foi sistematizado pelo seu comandante Reinhard Benz em um documento escrito à mão e a lápis, numa folha pautada, conforme a Imagem 18. Não há uma data no documento, o que torna difícil precisar a circunstância exata deste dispositivo. É bastante provável que seja da primeira fase da organização, quando reunia cerca de 80 abnegados voluntários, antes de ser surpreendida pela invasão de Leonel Rocha, em 14 de maio de 1923. Neste esquema<sup>357</sup>, Benz distribuiu os homens do *Selbstschutz* em quatro postos: Posto 1 – Ponte Grande do Fiúza/Estrada para Belizário com 10 homens; Posto 2 – Ponte pequena do Fiúza/campo dos Forbrig com 7 homens; Posto 3 – Passo do Fiúza/propriedade família Radmann com 5 homens; Posto 4 - (Linha?) Germano/rumo ao campo com 4 homens. Havia ainda uma reserva de 4 homens que poderiam ser deslocados para os postos 3 ou 4 em caso de necessidade.

---

<sup>357</sup> Dispositivo de defesa de Benz. Documentos do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. Pasta *Selbstschutz*. MAHP. Neste esquema de Benz, listados no Posto 1 estavam Alvin Lasch, Julio Lasch, Elias Lasch, Wilhelm Welzel, Fritz Feldmann, Wilhelm Hartemink, Carlos Müller, Adalbert Winkler, Albin Dietrich e Georg Malchow (estes dois últimos com um xis); no Posto 2 estavam: Wilhelm Gärtner, Wuster, Wuster, Götz, Heinrich Becker, Carlos Christmann e Josef Schaffazick; no Posto 3 estavam Brinckmann, Wilhelm Schemmer, Albert Radmann, Emil Radmann e Friedrichs Schemmer; no Posto 4 estavam Emil Horst, Hanz Heinrich, Karl Döse e Karl Lettmin. A reserva por sua vez compunha-se de (?) Krabbe, (?) Veck, Karl (?) e Rehn. Como não há um número muito grande envolvido, este também poder ser um dispositivo com a função específica da defesa da vila Elsenau, sede da Colônia, visto que na fase mais dramática havia piquetes organizados por picadas.

Figura 22 - Esquema defensivo de Reinhard Benz (1ª fase)



Fonte: Documentos do Selbstschutz de Neu-Württemberg. Pasta Selbstschutz. MAHP

Outros três esquemas foram datilografados. Estes já se referem a fase mais nevrálgica, quando a organização atingiu mais de 800 membros e assim os dispositivos de Reinhard Benz envolviam um contingente bem maior. Destes, dois documentos, que a verdade são duas apresentações do mesmo dispositivo, o *Vorteilung der Alarmplätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg*, de 2 de dezembro de 1924 e o *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg*, datado de 18 de novembro de 1924, apresentam uma imagem bem nítida do esquema defensivo montado em Neu-Württemberg<sup>358</sup>. Ainda que os esquemas sejam referentes ao ano de 1924, quando a organização se protegia de uma eventual aproximação da Coluna Prestes, e mesmo que tenham sofrido mudanças pontuais, notadamente o efetivo distribuído por conta das escalas de serviço, estes documentos podem ser tomados como representativos dos dispositivos defensivos que foram utilizados na maior parte do tempo na localidade.

---

<sup>358</sup> O *Vorteilung der Alarmplätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg* contém, de forma mais objetiva, a organização da defesa em 9 Postos, nominando sua localização e o efetivo designado para cada um deles. Já o *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg*, datado de 18 de novembro de 1924 traz a mesma organização do documento anterior, mas com maiores detalhes. São também 9 Postos, distribuídos nos mesmos locais, com o efetivo listado bem como as lideranças, ou comando, para usar um termo mais apropriado para a situação. O Posto 1 é o do Comando ou Direção (*Leitung*), localizado na praça central, composto por sete homens – Reinhard Benz - Comandante, Hermann Faulhaber, Menoly Gomes de Amorim e Adolfo Franke como membros do ‘Estado Maior’ e os ajudantes de ordens Hanz Becker, Rudolf Heinrich e Elias Lasch; o Posto 2 corresponde ao grupamento de cavalaria, localizado junto ao morro/estrada do mato, perto da residência de Josef Döth, composta por 35 homens e que comandado pelo professor Walter Grosschupf, secundado por Huckenfuss; o Posto 3 corresponde a ponte grande do Fiúza e nele estavam alocados 16 homens, e era comandado por Josef Hemesath, e o segundo em comando era Richard Saur; o Posto 4 servia de reserva da ponte grande do Fiúza, devendo ficar perto do caminho para a casa de Elias Lasch e era formada por 40 colonos sob o comando de Richard Sink secundado por Otto Bauer enquanto Alfred Braum era o enfermeiro munido com a bolsa de enfermagem; Posto 5 era uma reserva especial para a estrada para a linha Magdalena/Belizário, formada por 11 homens liderados por Adalbert Winckler e o seu substituto era Albin Lasch; o Posto 6 correspondia a ponte pequena do Fiúza e era guarnecido por 8 componentes comandados por Otto Berndorfer e August Müller; Posto 7 era a reserva da ponte pequena do Fiúza, com 29 componentes e contava com Richard Heinrich no comando secundado por Otto Fetter, enquanto que o colono Fritz Matschulat portava a bolsa de enfermagem; Posto 8 é a reserva estacionada na praça da cidade, formada por 27 homens que estava sob as ordens de Eduard Hempe, auxiliado por Heinrich Schneider; o Posto 9 compunha-se dos motoristas dos veículos, em número de 11, sendo que estavam listados em 18 de novembro de 1924 para dirigir os veículos, baseados na praça: Bruno Schädler (caminhão), Josino Malheiros (caminhão), Leopoldo Hepp/Lehm (carro pequeno), A. Heinrichs (caminhão), Haindl (caminhão); e baseados perto da casa de Elias Lasch: Josef Gass (caminhão) e Willy Ströppel (caminhão). Adolf e Ernst Kepler além de Walter Rehn aparecem escalados como responsáveis pela central elétrica e como responsável pela central telefônica estava Anacleto Wenzeslau (*Vorteilung der Alarmplätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg*, de 02.12.1924 e *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg* de 18.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP). Por conta de outras fontes, imagina-se que além deste esquema, existiam os piquetes por linhas que se distribuíam pelo interior.

Por fim, o terceiro documento datilografado e intitulado *Berittene Abteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung Neu-Württemberg 1924-25*, descreve a composição do grupamento de cavalaria sob o comando de Walter Gröschupf. O colono Huckenfuss era o substituto no comando da tropa que se compunha de mais 33 homens. O documento ainda detalha a distribuição dos cavalos, sendo que muitos eram intercambiados entre os membros – os que não possuíam um cavalo, montavam alguns dos animais cedidos por outros colonos<sup>359</sup>.

Se em muitos locais as condições da autodefesa beiravam o imprevisto, Neu-Württemberg, por vários aspectos, como mostram os dispositivos defensivos, ganhava ares de sofisticação. É muito claro que as condições permitiram uma organização mais consistente, o que foi acompanhado de uma preocupação de dar um preparo para as lidas bélicas, por menor que fosse. Assim, em seis de novembro de 1924 o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg realizou uma assembleia dos chefes de pelotões em que aprovou o “novo regulamento sobre a estratégia e linha de ação” da corporação, o que permite pensar que havia um velho, e em 16 de novembro foi expedido um “regulamento sobre tática militar”, de modo que a organização estava, mais uma vez, em face do movimento de Prestes que eclodira a poucos dias, mobilizada, disciplinada e pronta para a ação (LEITZKE, 1993m). Embora o *Selbstschutz* fosse uma associação de cidadãos em prol da defesa de suas vidas, propriedades e outros pertences, a necessidade de organizar-se para dar conta da tarefa também fazia dela uma milícia que tomava certos ares marciais. No documento que emitiu intitulado *Wach-Instruktion für die Wachen des Selbstschutz Neu-Württemberg*, e que poderia ser traduzido como Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, a organização detalha o funcionamento da tarefa das guardas, salientando ainda que o mesmo deveria ser repassado, ou socializado, de alguma forma a cada 30 dias para os membros da organização<sup>360</sup>. O texto, em alemão, deve ter sido escrito pelo

<sup>359</sup> *Berittene Abteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung Neu-Württemberg 1924-25*. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>360</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP. A referência sobre o documento sobre tática militar que o *Selbstschutz* teria emitido é de Leitzke (1993m). A pesquisa no MAHP, revelou este documento, escrito em alemão, intitulado *Wach-Instruktion für die Wachen des Selbstschutz Neu-Württemberg*, o que poderia ser traduzido como Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, datado de 16.11.1924, a mesma data referida por Leitzke. Trata-se de um documento de conteúdo mais restrito, com instruções específicas para as guardas, e não com tática militar em sentido mais amplo. Mesmo assim, estas instruções para as guardas não deixam de ser instruções sobre tática militar.

comandante Reinhard Benz, assim como esta sofisticação maior da autodefesa pode ser atribuída a presença de muitos membros que lutaram na Primeira Guerra Mundial, e possuíam uma experiência prévia em alguns rudimentos de lidas bélicas.

É um documento até bastante simples, norteando a atuação defensiva da organização. O foco principal das *Wach-Instruktion* é o funcionamento da tarefa de vigilância e guarda da área sob proteção da organização de Neu-Württemberg. A começar pelo número de homens que deveriam compor cada guarda, em número de seis, e só excepcionalmente com quatro componentes, em pontos de passagem menores, por exemplo. O local de posicionamento da guarda deveria ser cuidadosamente escolhido, com plenas possibilidades de defesa em caso de assalto. Assim, sempre que possível, a guarda era orientada a se posicionar num ponto mais elevado, pois que isto significava “grande vantagem”, ao passo que somente em condições desfavoráveis, como nas proximidades de rios, o posto poderia “ficar na baixada”, situação em que deveria ser providenciada a escavação de trincheira de modo a manter a circulação dos homens encoberta e protegida de disparos alheios. A colocação dos guardas em cruzamento também era recomendada sempre que as condições do terreno assim permitissem<sup>361</sup>.

O posto de guarda, sempre guarnecido por dois homens, deveria ficar distante em torno de 60 metros da casa de vigia, onde os demais membros poderiam se alojar para descanso. Uma pequena guarita coberta de capim poderia ser confeccionada para proteção da chuva ou do sol, sendo vedado que os guardas ficassem na chuva. O turno normal de guarda seria de duas horas, excepcionalmente de três horas, mas não mais do que isso, sendo que um turno de noite inteira era considerado pelo documento como “inadmissível e detestável”. Da mesma forma era “estritamente vedado aos guardas se sentar, ajoelhar ou até deitar”, atos estes que os comandantes deveriam “controlar e tentar evitar” e o motivo era muito simples e prático: o perigo do sono, facilitado por uma posição mais relaxada do corpo. Conforme consta: “se o guarda prestou o serviço de acordo com o estabelecido pelas instruções, isto é, não sentou, ajoelhou ou deitou e lhe cai, por excesso de cansaço, a arma da mão ou ele mesmo cai, então ele o notará com facilidade”. O guarda deitado ou sentado dificilmente notaria a queda da arma nesta posição. O sono durante a guarda era

---

<sup>361</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

considerado um delito gravíssimo, comparável com a traição: “o guarda adormecido entrega tudo ao inimigo (aos bandidos) e possibilita o trucidamento de toda a guarda, que está dormindo. Além disso, o guarda adormecido tira da sua instituição (a autodefesa) a possibilidade de se preparar para enfrentar o inimigo, porque o alarme necessário não foi dado”. As guardas também deveriam proceder ao exame de toda a área do seu entorno ao se posicionarem antes do escurecer, recomendando-se uma série de medidas por ocasião da troca de guarda, como uma espécie de protocolo, de modo a evitar qualquer de espionagem ou infiltração na região a ser protegida<sup>362</sup>.

Nas situações em que ocorria o aparecimento de alguém desconhecido e suspeito, a guarda deveria observar atentamente e “chamar em voz alta: ‘quem vem aí?’”, ato este a ser repetido por três vezes. Tiros somente poderia ser disparados “quando o interpelado não fica parado e se prepara para atirar ou no caso de assalto repentino”. No caso de um suspeito sozinho, a recomendação era para que um primeiro tiro de alerta fosse disparado para o alto, pois que “geralmente se consegue alcançar o objetivo” de coibir uma aproximação suspeita ou intempestiva. Todas as suspeitas deveriam ser reportadas ao comando superior. O documento também alerta para que não fosse dado um “tiro em uma pessoa do próprio grupo, que por qualquer motivo aparece na frente de um guarda”. Do mesmo modo o documento enfatiza que “alarmes desnecessários devem ser evitados categoricamente”, ao passo que no caso de “alarme a guarda tem a obrigação de informar de maneira mais rápida possível os grupos agregados e seus departamentos anexados com dados precisos sobre o motivo do alarme”<sup>363</sup>.

Um aspecto nevrálgico certamente era a aproximação de tropas mais numerosas, principalmente as oficiais, pois que o documento reconhecia que estes casos aconteceriam, era de se esperar, com prévia comunicação. Estas tropas deveriam aguardar junto ao posto da guarda até a chegada do comando da Autodefesa. Caso as tropas não se dispusessem a aceitar esta espera e tentassem adentrar forçosamente, o alarme deveria ser dado. Em hipótese alguma nestes casos as entradas deveriam ser abandonadas, e os tiros de alarme

---

<sup>362</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>363</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

poderiam e deveriam ser replicados. Estes casos também eram definidos pelas Instruções como de legítima defesa<sup>364</sup>.

Outro ponto que as Instruções procuravam dar conta era da construção de trincheiras e reposteiros: “à direita e à esquerda das estradas devem ser escavadas trincheiras para pelo menos 8-10 homens, que em caso de alarme podem ser ocupadas pela guarda ou eventualmente pelo reforço solicitado”, havendo ainda a orientação para que a visibilidade de 200 a 300 metros fosse garantida. Ademais, as “entradas das colônias podem ser ‘trancadas’ por meio de portões, barricadas ou obstáculos com arame farpado”<sup>365</sup>.

O *Selbstschutz* de Neu-Württemberg chegou a realizar manobras no campo, algumas em 1923 e 1924, das quais não há maiores informações, e algumas no ano de 1925, em 18 de janeiro<sup>366</sup>, quando já terminara o grosso dos levantes revolucionários do período e a ação de vigilância já fora encerrada. Assim, estes últimos exercícios no campo tiveram uma função mais simbólica e recreativa, ou até mesmo política, do que efetivamente prática.

---

<sup>364</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>365</sup> Instruções para as Guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>366</sup> Jornal *Die Serra Post* de 20.01.1925. MADP.

**Figura 23 - *Selbstschutz* de Neu-Württemberg (Panambi) em manobras no interior**



Fonte: Acervo MAHP.

Por fim, mais dois aspectos fizeram parte da existência do esforço da autodefesa de Neu-Württemberg: o serviço de socorro médico e enfermagem, e a indenização aos incapacitados ou descendentes dos que eventualmente fossem mortos. Uma indenização adequada seria conseguida por meio de uma coleta voluntária na colônia. Os cuidados médicos e de enfermagem seriam gratuitos, sendo que a organização se incumbiria das despesas. As Picadas deveriam organizar grupos de cuidados médicos, abastecidos com material para curativos e para prestar os primeiros socorros, formados de pessoas preparadas. Todo grupo ou pelotão da autodefesa deveria estar acompanhado de um enfermeiro munido dos materiais adequados<sup>367</sup>. Nas mobilizações de 1924, atuaram na equipe médica e de enfermagem o médico Friedrich Brendle e o farmacêutico Hans Becker,

---

<sup>367</sup> Resolução do *Selbstschutz* da Colônia Neu-Württemberg. 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

posicionados na sede da colônia, além de vários membros “com bolsa de enfermagem”, por isso também chamados de enfermeiros<sup>368</sup>.

A organização do Cadeado adotou semelhante prática, pois que o seu estatuto mencionava explicitamente uma espécie de benefício, oriundo de uma caixa de coletas, em apoio aos feridos, de acordo com a gravidade, e às famílias dos que eventualmente viessem a morrer em serviço<sup>369</sup>. Isto permite crer que medidas ao menos parecidas tenha feito parte das outras organizações de *Selbstschutz*.

### 4.3 Regramento, neutralidade, relação com o governo e poder de fato nas colônias

Quando da formação do *Kolonieschutz* da Colônia Xingu, se deu a emissão de uma proclamação contendo os fins da organização, que foi enviada pelo correspondente local do *Die Serra Post* para ser publicado pelo jornal. Em poucas linhas, contém a ideia central que parece ter orientado a formação de todos os grupos de autodefesa da região serrana:

Os colonos de Xingu não querem saber de política. Eles não querem ser atrapalhados em seu trabalho pacífico. Para garantir isto eles se uniram e armaram. As estradas continuam livres para todos. Forças que porventura passarem não podem armar acampamentos dentro de Xingu. Qualquer desvio da estrada será entendido como agressão inimiga. Somos fortes o suficiente e decididos a enfrentar esta agressão com armas na mão<sup>370</sup>.

O *Selbstschutz* de Colônia Municipal (Santo Ângelo) se pronunciou dizendo: “A Liga de Defesa não tem caráter político, o seu fim é só a manutenção da paz e ordem”<sup>371</sup>. Da mesma forma, os colonos de *Palmeirabezirk* (distrito de Palmeira, hoje Condor), tornaram-se signatários de um termo de compromisso bastante parecido que afirma: “Não nos envolvemos em política. Não estamos filiados em nenhum partido político. Nossa

<sup>368</sup> Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>369</sup> Jornal *Die Serra Post* de 06.06.1924. MADP.

<sup>370</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

<sup>371</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

organização tem a finalidade exclusiva da autodefesa” (LEITZKE, 1993j). A manifestação da Liga do 2º Distrito de Ijuí (Cadeado) não era diferente: “A Liga não trata de política nenhuma, só da defesa contra os bandidos que querem prejudicar a colônia”<sup>372</sup>; assim como a de Neu-Württemberg: “a atividade do *Selbstschutz* é neutra e não se direciona contra nenhum partido político beligerante da Revolução. A organização tem o objetivo da defesa de toda a colônia contra eventuais ataques de bandidos” (LEITZKE, 1993k). Mas algumas localidades em que se organizaram os colonos, estes se batiam contra um problema mais de natureza social do que político, como foi o caso de Sarandi. Ali, como se sabe, se somava ao turbulento cenário político a luta pela terra, arrefecida pela medição da antiga Fazenda Sarandi com a finalidade constituir lotes coloniais. Ou seja, o problema destes colonos não era tanto os maragatos mobilizados pelo ideário da reformulação política do Estado, mas sim um enorme contingente de caboclos desapossados das terras que se somavam as hostes assistidas mas que tinham no contexto local o motor principal de sua mobilização (VENCATTO, 1994, p. 83-94).

A despeito das diferenças salientes nas formas e níveis de organização dos colonos, de modo geral havia um razoável grau de institucionalização das sociedades de autodefesa. Praticamente todas elas elaboraram um estatuto, por mais simples que fosse<sup>373</sup>. Destes, é possível acessar na íntegra o Estatuto da Sociedade de Defesa da Colônia Cadeado, publicado pelo *Die Serra Post*, em língua alemã, em junho de 1924.

O Estatuto da Sociedade de Defesa do Cadeado é um documento bastante simples, organizado em quatro capítulos, estando divididos em cinco incisos os três primeiros e em sete o último. Disciplina os principais aspectos da existência da entidade criada pelos colonos, em torno dos seguintes aspectos: nome, sede e finalidade; dos associados, sua admissão, direitos e deveres; funcionamento da diretoria e da administração; e algumas determinações gerais. No quesito da finalidade, está escrito que seria de promover a união dos habitantes do distrito do Cadeado, observar e velar pelos seus interesses e protegê-los contra todos os abusos, inclusive os que partissem das autoridades. O texto estabelece que a

<sup>372</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

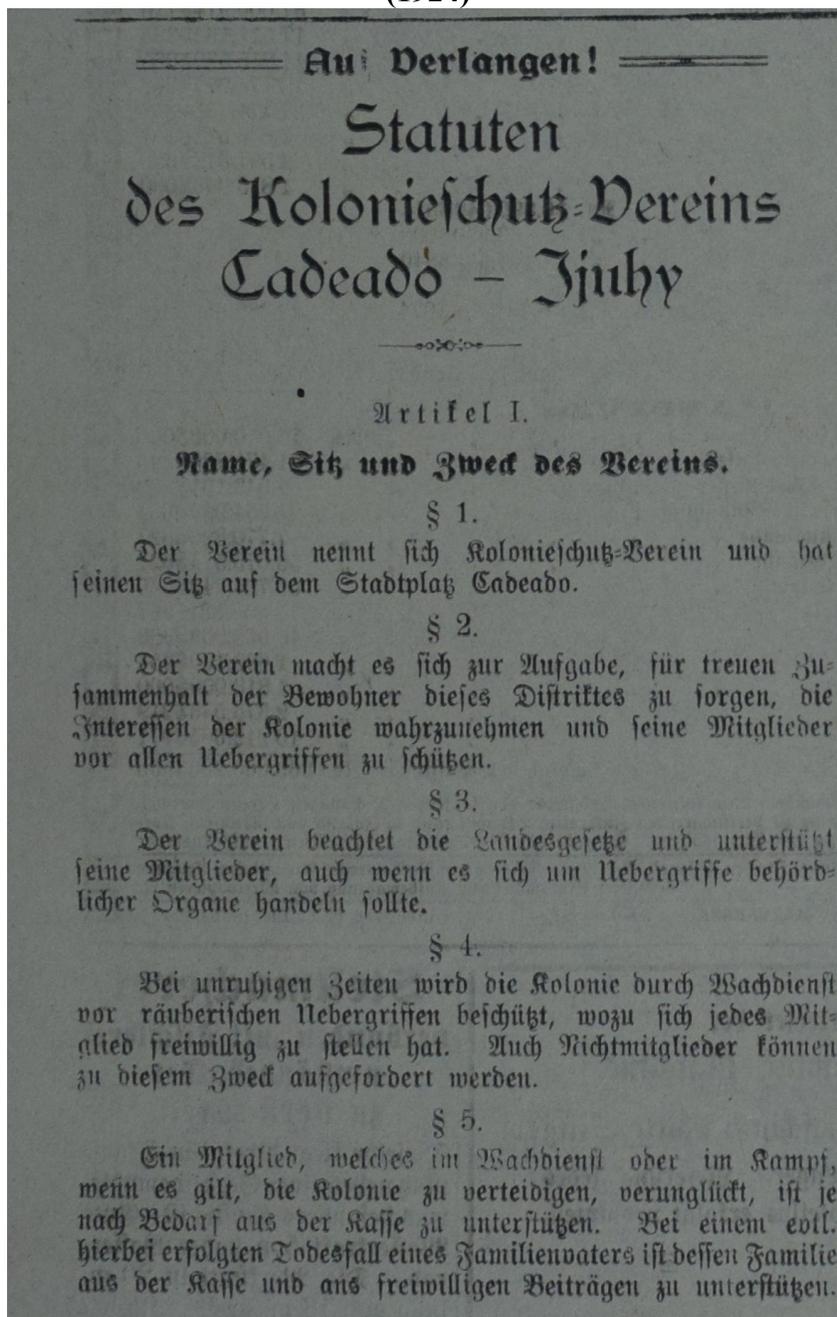
<sup>373</sup> Ressalve-se o caso de Sarandi, que realmente não integra este contexto de *Selbstschutzverein* que emergiram na maior parte das comunidades teuto-brasileiras da região serrana. Embora não tenham sido encontrados maiores pistas do caso de Sarandi, imagina-se que ali não tenha havido o grau de institucionalização que marcou este tipo de organização.

proteção da colônia se daria por um serviço de vigilância a ser executado por todos os habitantes, de forma voluntária, sendo que os não associados também poderiam se irmanar no esforço. No caso de um associado ficar ferido durante a vigilância, ou mesmo um combate, este deveria ser socorrido por uma caixa de donativos, de acordo com a situação, e em caso de morte, a família faria jus ao mesmo benefício oferecido pela organização por meio desta caixa de donativos. Os moradores do distrito poderiam se associar assim que fossem considerados dignos e recolhessem a contribuição estabelecida. Os direitos dos associados eram de participar de todas as reuniões, externar opiniões, votar e ser votado, enquanto que lhe cabia o dever de participar das reuniões, obedecer as determinações da diretoria e pagar a contribuição. Os associados que agissem de maneira ‘malévola’ prejudicando a associação seriam responsabilizados. A entidade seria administrada por uma diretoria de seis membros, composta de presidente, secretário e tesoureiro, com seus respectivos vices, com mandato de um ano, admitida a reeleição. Nas determinações gerais constava a liberdade de seus associados de votarem nas eleições gerais do país conforme suas escolhas pessoais. Anualmente ocorreria ao menos uma assembleia geral e tantas outras quantas necessárias. A assembleia cabia receber a prestação de contas, eleger a diretoria e proceder a alteração dos estatutos. O membro da diretoria que agisse de “maneira inadequada” perderia o mandato. As reuniões da diretoria deveriam ocorrer sempre que fosse necessário. As sugestões ou demandas dos colonos deveriam primeiro ser apresentadas a diretoria para depois serem apreciadas pela assembleia. Por fim, a entidade continuaria a existir caso ainda remanescessem 10 associados ou mais, sendo que não assistia a nenhum deles o direito de pedir a dissolução ou mesmo divisão da organização. A dissolução da entidade só poderia acontecer por decisão unânime dos 10 últimos associados, caso em que os bens deveriam ser destinados a finalidades beneficentes.<sup>374</sup>

---

<sup>374</sup> Jornal *Die Serra Post* de 06.06.1924. MADP.

Figura 24 - Estatuto da Sociedade de Defesa do Cadeado  
(1924)



Como é observável, é um documento bastante simples e a semelhança com o estatuto do *Bürgerverein*, conforme citado por Kunert (1986, p. 86) também é flagrante, mas não espantoso. Dada a simplicidade do documento, é plausível que ele fosse bastante difundido no meio colonial e provavelmente boa parte das associações de colonos o utilizavam, desde as comunidades religiosas, passando pelas escolares, recreativas, cemitérios e hospitais, de modo que os elementos centrais de muitos dos demais estatutos das *Selbstschutzvereine* sejam bastante parecidos. Das semelhanças dos dois documentos, aponta-se tanto a organização, como a filiação dos membros e o cuidado com os lesionados e mesmo eventuais mortos, por meio de uma espécie de ajuda aos membros feridos, ou a família daquele que visse a óbito, a ser custeada por uma caixa de contribuições de todo o corpo associativo. Das poucas diferenças, no estatuto do *Bürgerverein* consta a imposição da obediência dos associados às ordens emanadas da diretoria no que dizia respeito as questões de defesa e proteção da colônia, e nele havia uma espécie de conselho com representantes das picadas, com dupla função: uma deliberativa e outra de canal de repasse das informações e determinações da diretoria para as picadas. Esta funcionalidade foi implementada no *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, por meio do conselho ou assembleia dos chefes de pelotões, ali também chamados de homens de confiança ou ‘*vertrauensmann*’. No texto do *Kolonieschutz* do Cadeado, há apenas o conselho, mas não consta sua relação com picadas ou linhas interioranas. O que não quer dizer que este preceito não fosse utilizado na prática, apenas não consta no texto.

Para garantir a defesa da Colônia, o regimento de Neu-Württemberg por sua vez, aprovado em 20 de setembro de 1923, instituía, ou mantinha, os dois procedimentos básicos da organização de autodefesa: a vigilância, a ser exercida por grupos de colonos até ordem em contrário, e o alarme. Dado o alarme, as linhas coloniais, ao receberem o aviso, se obrigavam o envio de um pelotão bem armado ao local ameaçado, sendo que o grupo ficaria sob as ordens do chefe do local ameaçado (LEITZKE, 1993k).

Se as normas de Burity permitiam a aproximação dos combatentes para comprar víveres e outras mercadorias, a dinheiro, sob a condição de virem desarmados, o regimento de Neu-Württemberg, de modo muito semelhante a outras sociedades, proibia o

trânsito de colunas armadas pelo território da Colônia, independente do partido a que pertencessem (LEITZKE, 1993k).

Em Serro Azul, quando uma tropa revolucionária pediu passagem, a mesma teria sido concedida sob a condição de que os combatentes passariam desarmados, sob os olhos dos colonos, enquanto que as armas seriam transportadas em carroças (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48). Em outra ocasião, mesmo que tenham se disposto a pagar pelos produtos alimentícios que precisavam, foram enxotados e forçados a irem embora<sup>375</sup>. Já as normas aprovadas pela Liga do Cadeado estabeleciam que se alguma força armada quisesse cruzar a colônia, deveria comunicar a intenção com 4 horas de antecedência e a passagem não poderia durar mais que 12 horas<sup>376</sup>.

A decisão de restringir da movimentação de tropas, independente da cor partidária, encontrou problemas na região de Buricá (então parte da Colônia Santa Rosa), levando a presença do Diretor da Colônia Santa Rosa, João Dahne, e do Intendente de Santo Ângelo, Dr. Krueel, no sentido de impor outra formulação ao regramento da autodefesa local de modo a permitir a circulação de tropas governamentais<sup>377</sup>. Por outro lado, a reflexão publicada no *Serra Post* permite observar que um meio termo mais pragmático também era difundido e até regulamentado pelas organizações de autodefesa, ou seja, nas regras de comportamento estava previsto que frente a aproximação de “tropas organizadas militarmente, das quais [era sabido] não vinham para saquear, mas por motivos estratégicos, se negociará com o comandante, para que sejam asseguradas todas as garantias de vida e propriedade dos cidadãos”<sup>378</sup>.

Nem sempre a aproximação de combatentes, mesmo que revolucionários, era um problema tão grande assim, ainda mais quando se faziam anunciar e aparentemente vinham sem fins beligerantes. Eram até bem tratados como aconteceu em dezembro de 1923, quando a guerra de fato estava encerrada, e a colônia do Cadeado recebeu “a visita do comandante revolucionário Cel. Juca Raymundo. Ele tinha anunciado a sua chegada e foi recebido por alguns moradores ao penetrar no mato [vindo do campo] e conduzido para a

---

<sup>375</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

<sup>376</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

<sup>377</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

<sup>378</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

sede (*Stadtplatz*). Com ele vieram alguns companheiros de batalha. No Hotel Brasil eles apeararam e almoçaram. Ao anoitecer os visitantes se despediram, depois de ter sido feita uma fotografia deles”<sup>379</sup>. Leonel Rocha também cruzou sem grandes problemas a colônia que havia saqueado meses antes, Neu-Württemberg. Na ocasião, se dirigia para Pedras Altas, em Bagé, onde se localizava a fazenda de Assis Brasil, a fim de participar das negociações que enceraram a guerra. Na sua passagem pela vila Elsenau, sede da colônia, em 18 de novembro de 1923, Leonel Rocha e seus imediatos chegaram com dois carros e pararam no Hotel de Leopoldo Franke, permanecendo algumas horas. O caudilho aproveitou a ocasião para cortar o cabelo numa barbearia perto do hotel e o fotógrafo local, Georg Malchow compareceu para algumas fotografias dos visitantes. Depois, a comitiva seguiu para a estação ferroviária Belizário de onde continuaram sua viagem de trem (LEITZKE, 1993m).

Ao escrever sobre a experiência de Neu-Württemberg, Leitzke (1993c) constata que o *Selbstschutz* era uma organização de fato, mas não de direito e, portanto, desprovida de reconhecimento jurídico. Tratava-se de uma associação de cidadãos da localidade com o intuito de defender na sua área geográfica a vida das pessoas e seus bens. Conforme outro articulista do *Serra Post*, a situação gerada pelos conflitos da região, à medida que as guerras intestinas provocavam um vazio de poder, em que a “autoridade não consegue se impor” ou “está posta fora de funcionamento”, quer pelo “número reduzido de seus órgãos” ou pela “supremacia dos inimigos da ordem”, originou-se uma “situação como nos tempos pré-históricos: homens se agrupam com homens e surgem ligações fortes entre vizinhos para proteção mútua e defesa coletiva contra o delito”<sup>380</sup>. Como consequência, a entidade advinda desta situação acabava por assumir as funções que a autoridade policial deveria desempenhar. A avaliação do *Serra Post Kalendar* de 1926 afirma que estas organizações, mesmo não sendo juridicamente reconhecidas, acabaram concorrendo para a “manutenção da ordem e o domínio da legalidade”<sup>381</sup>.

Obviamente que a relação com o governo, ou o seu beneplácito, mesmo que tácito, era um dos aspectos cruciais, e ao mesmo tempo delicado, da existência dos

<sup>379</sup> Jornal *Die Serra Post* de 14.12.1923. MADP.

<sup>380</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>381</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

*Selbstschutzvereine*. As circunstâncias da guerra em 1923 e o contexto de 1924 fizeram com que o governo “promovesse mais ou menos as sociedades de autodefesa e [colaborasse] com elas, de acordo com as circunstâncias locais”<sup>382</sup>. Uma vez encerrado o conflito de 23, parece ter existido uma certa pressão do governo para pôr fim as *Selbstschutzvereine*, mas por sorte, dois meses depois irrompeu o movimento Prestes em Santo Ângelo, modificando o quadro.

Felipe, um colono teuto-brasileiro estabelecido no interior da região de Serro Azul (atual Cerro Largo), personagem na obra ficcional de Ruy Nedel, tece uma reflexão mais ácida sobre a organização dos seus conterrâneos face a movimentação da Coluna Prestes, mas que não é inapropriada para todo aquele conturbado contexto de 1923 a 1925:

Também tinha certeza que a preocupação do governo não eram os colonos. Usava-os como instrumentos para a manutenção do poder. O governo não dispunha de militares em número suficiente para distribuí-los pelos confins brasileiros. Nada melhor, mais eficiente e barato do que armar os colonos para defendê-lo. Ademais, o exército estava dividido. Enviar soldados até ali seria demorado, de elevado custo financeiro e possivelmente acabariam por engrossar o contingente revolucionário. Nada melhor do que armar estes defensores do governo, votados em lealdade cega de gratidão pelo único direito a eles reservado: o de trabalhar, embora em migrações contínuas, à procura de novas terras; eles defendiam a terra, sem o menor sentimento de pátria (NEDEL, 1995, p. 19).

No curso da reflexão de Felipe, depreende-se que para o governo a organização dos colonos foi uma solução ainda que necessária, prática e até cômoda. Prática e cômoda porque as comunidades se mobilizavam por conta própria, sem maiores esforços governamentais. Uma intervenção governamental só se faria necessária para suprir a falta de armas dos colonos, mas esta era relativamente fácil, sendo mais complicado o seu recolhimento. A organização dos colonos era também necessária por conta, a exemplo do tempo da Revolução Federalista, da grande importância econômica que as regiões de colonização adquiriram no contexto do Rio Grande do Sul, realidade visível desde década de 1890 e que passados trinta anos saltava aos olhos, de modo que se impunha a sua salvaguarda. O pronunciamento do deputado estadual Arno Philipp, em 19 de dezembro de 1923, ao argumentar em favor dos imigrantes alemães e seus descendentes, reconhece esta importância: “tire s. ex. os maciços blocos de colônias italianas e alemãs, e diga se a vida econômica do nosso estado haveria resistido como resistiu com tanta solidez estrutural aos

<sup>382</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

embates, por exemplo, do levante que acaba de ter seu termo” (Citado por GERTZ, 2002, p. 55).

Assim, não foi por acaso que “veio a fazer-se um acordo nas esferas do Governo, segundo o qual a colônia fosse vista como zona neutra, enquanto esta prometia cuidar ela mesma de sua defesa contra os revolucionários” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 103-104). Entretanto, a situação acabava sendo uma faca de dois gumes, pois como as tropas legais mantinham “todos os pontos e linhas de comunicação mais importantes firmemente em suas mãos, [ficava] para os bandos um único alvo”: as colônias<sup>383</sup>. Assim sendo, para os colonos talvez não houvesse alternativa, posto que tinham tudo a perder com o caos imposto pelo conflito e muito a defender após anos de labuta na região colonial. A organização de uma defesa própria também minorava um pouco os eventuais incômodos com a presença de tropas legalistas, geralmente os temíveis provisórios, que tendiam a cometer algumas arruaças extrapolando suas funções e exacerbando o clima. Mesmo assim, Martin Hack, membro do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, mas que também era assistente, esteve em maus lençóis quando os legalistas estavam acampados na localidade: foi preso e viu-se dormindo no acampamento destes, onde sua família lhe levou comida<sup>384</sup>.

Neste emaranhado, ainda que contasse com o beneplácito do governo, a formação da autodefesa não foi isenta de desconfianças e mal-entendidos na relação com as autoridades, tendo na questão da neutralidade um ponto crítico. Uma das situações foi a já mencionada intervenção do prefeito de Santo Ângelo, Kruehl, acompanhado por João Dahne, Diretor da Colônia Santa Rosa, junto as autodefesas do Buricá, no sentido de que estas aceitassem o trânsito de tropas oficiais, o que a princípio haviam negado. Dahne “explicou que o governo não podia reconhecer uma autodefesa que negava passagem de suas tropas e exigiu o registro desta determinação nos estatutos”<sup>385</sup>. Concretamente, o ato significou a formação de uma nova organização “que desta maneira de criação ficava sob o controle da Autoridade local”. Esta situação de atrito entre as autoridades e as organizações de autodefesa continuou e desdobrou-se na prisão e julgamento do professor Gustav Quednau, uma suposta liderança que teria levado a questão da neutralidade a um extremo

---

<sup>383</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>384</sup> Jornal *A Notícia Ilustrada* de 25.06.1993. MAHP.

<sup>385</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

delicado<sup>386</sup>. De qualquer forma, o caso é classificado pelo *Serra Post Kalendar* como “uma má interpretação do relacionamento da Autodefesa com as Autoridades”.

Na arena política do Rio Grande do Sul, fracionada entre lenços brancos e vermelhos, a situação das sociedades de autodefesa era bastante melindrosa e uma eventual simpatia das colônias com os vermelhos ou assististas era uma realidade que certamente preocupava o governo de longa data. Esta situação explica os cuidados de muitas sociedades de autodefesa em manter o contato com os poderes constituídos, explicando os detalhes da sua constituição, seus estatutos e, provavelmente, dando conta da nominata de suas lideranças. Em vários casos foram providenciadas as “garantias de que não ocorreriam dificuldades com as autoridades”, dentre elas evitar uma situação de desconforto com a ascensão de “notórios ‘adversários’ para cargos de diretoria ou comando”, o que na avaliação do articulista do *Serra Post Kalendar* acabava por se constituir em algo desnecessário por conta do custo político que trazia embutido, ao alimentar “a desconfiança das autoridades”<sup>387</sup>.

Ao lado disto, havia entre os colonos também um temor quanto a repercussão que uma eventual organização colonial teria entre os segmentos mais nativistas da população, o que levava a uma postura política por parte dos imigrantes teutos, de modo geral, conservadora, ou seja, ao lado do governo, como constatado por Emílio Willems (1981, p. 382). Este autor reflete que a maioria dos teuto-brasileiros estava do lado de Borges de Medeiros nas revoluções de 23 e 24, isto porque a política positivista significava uma certa garantia de liberdade cultural às comunidades teuto-brasileiras.

---

<sup>386</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP. Ao que tudo indica, por conta da circulação de informações de forma truncada, um equívoco se estabelecera. Após a passagem da Coluna Prestes por Ijuí, e o seu embrenhamento das matas do Alto Uruguai, a região de Santa Rosa - Buricá se viu as voltas com a movimentação de tropas oficiais – provisórios e baianos, perfazendo algo em torno de 400 homens. Dado o problema das requisições e eventuais estrepolias que poderiam acompanhar a movimentação de tal contingente, mesmo que governamental, as lideranças da Autodefesa da região de Santa Rosa/Buricá entabularam negociações em que foi acertado que não aconteceriam requisições, nem de cavalos, ao passo que as organizações dos colonos não colocariam obstáculos a passagem das tropas. Entretanto um boato correu de que a Autodefesa pretendia receber as tropas “com fogo”, sendo que a decisão teria sido tomada por influência do Professor Quednau. Consta que o mal-entendido havia sido solucionado, mas Quednau se viu preso e conduzido para Santo Ângelo, de onde teria sido levado para Porto Alegre sob escolta militar. Outras informações davam conta que Quednau, já na entrevista em Santo Ângelo, alegara impropriedades as acusações que lhe imputavam. Não há maiores informações sobre os desdobramentos do caso (*Jornal Die Serra Post* de 23.01.1925. MADP.)

<sup>387</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

Assim sendo, uma proximidade com as autoridades constituídas não era de todo inusitada. Talvez fosse mesmo uma necessidade, a exemplo de algumas experiências de autodefesa bem-sucedidas ao tempo da Revolução Federalista. O *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, por exemplo, manteve bastante estreita sua relação com Menoly Gomes de Amorim, que exercia o cargo de Subintendente na localidade e ligava-se a política de Cruz Alta, como forma de manter o acesso ao governo e evitar mal-entendidos.

O nosso antigo Subintendente, senhor Menoly Gomes de Amorim, que hoje goza de uma grande confiança entre os habitantes da Colônia e agora é homem de confiança na nossa autodefesa, informou verbalmente, a pedido de nossa autodefesa, ao Intendente de Cruz Alta as decisões tomadas, o qual achou as mesmas oportunas. Além disso foi transmitido verbalmente pelo governo de Cruz Alta ao nosso homem de confiança que o governo de Cruz Alta respeita todos os que eram assistidas, que atualmente moram na Colônia e não tiveram nada em comum com a atual revolução<sup>388</sup>.

Não por acaso, em momento oportuno, o *Selbstschutz* emite a opinião de que “uma troca do atual Subintendente não é desejo da população rural e certamente o governo Municipal de Cruz Alta virá ao encontro”<sup>389</sup>. Esta proximidade com os poderes públicos também é sugerida pela notícia veiculada pelo jornal A Federação, que sabe-se era órgão de imprensa francamente ligado ao governo estadual, quando informa que “acham-se nesta capital, e nos deram o prazer de suas visitas, os **nossos correlegionários** [grifo nosso] José A. Franzen, presidente da Liga de Defesa Colonial de Serro Azul, Júlio Schwemberg Sobrinho, Vice-Intendente de São Luiz, e major Antônio Theodoro Cardozo, subdelegado em Serro Azul”<sup>390</sup>.

Por certo o êxito na existência destas sociedades estava em colocar-se eficientemente em meio a este jogo de poder. Como relembra o Pastor Junge (1986, p. 181), de prodigiosa memória, sobre a formação do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg:

<sup>388</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.11.1924. MADP. O papel de Menoly Gomes de Amorim ainda está a espera de uma investigação mais cuidadosa. De modo geral, no caso de Neu-Württemberg, atribui-se grande ênfase a atuação de Faulhaber, mas em termos de articulação política, Menoly Gomes de Amorim pode ter sido mais decisivo, principalmente por seus laços com a sede do município de Cruz Alta e os Firmino de Paula, que detinham o comando político regional. A importância de Menoly Gomes de Amorim em relação ao próprio *Selbstschutz* pode ser maior do que o estimado, entretanto uma revisão deste aspecto dependeria do exame de fontes mais apropriadas, não localizadas até o momento. Observando a atuação do Cel. Dico em Ijuí, é observável o cultivo de uma boa relação com o ‘meio colonial’ como forma de garantir uma estabilidade política para o mandatário daquele município. Seria uma forma de começara pensar no papel de Menoly em Neu-Württemberg.

<sup>389</sup> Jornal *Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP.

<sup>390</sup> Jornal A Federação, de 04.02.1925. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

“Porém, o professor Ludwig Kling conseguiu colocar debaixo de um chapéu os políticos, borgistas e assististas, os religiosos, as comunidades, os cidadãos e os camponeses para fundar a associação de autodefesa”<sup>391</sup>. No fim das contas, é possível concluir que a existência dos *Selbstschutz* se deu em um paradoxo inescapável: ao passo que a neutralidade era apregoada em seus regamentos, sua formação de fato aconteceu em estreita colaboração com o governo.

Em meio ao conflito bélico que assolava o Rio Grande do Sul, as organizações de autodefesa dos colonos acabaram por se constituir em um poder de fato em muitas localidades, a medida que defesa contra ameaça externa e manutenção de uma certa ordem interna caminharam juntos. Em Ijuí, a veiculação de informes sobre a atuação da autodefesa no *Serra Post* deixavam claro que esta tinha ‘certos poderes’ e quando um desavisado detonou um revólver nas imediações da guarda, este foi recolhido ao presídio, pois que a organização se via investida de um evidente poder de polícia para fazê-lo<sup>392</sup>. Em Neu-Württemberg, o *Selbstschutz*, em combinação com a autoridade local, passou a controlar “as detonações desnecessárias de armas de fogo, o disparo de foguetes e a venda cachaça, como a realização de festividades maiores”<sup>393</sup>. Neste sentido, em 1924 as resoluções expostas nos locais públicos da colônia alertavam para a proibição do porte de armas de fogo e armas brancas grandes nos recintos durante festividades bem como a detonação de armas de fogo “no lado externo das edificações” e que sua desobediência acarretaria no “confisco das respectivas armas”<sup>394</sup>. Além disso, se impunham as proibições de produzir barulho que perturbasse o sossego e de andar a galope nas estradas, à noite, além de que a velocidade de automóveis ou caminhões ficava limitada a 15 quilômetros por hora. Transgressores seriam punidos pela autoridade com auxílio da autodefesa<sup>395</sup>. Assim, “para

---

<sup>391</sup> Certamente é um equívoco a menção, por parte de Junge, de Ludwig Kling como articulador na formação da autodefesa, visto que todas as demais fontes indicam a sua atuação num momento um pouco mais adiante, quando da transformação desta na União Colonial, que ocorreu por volta de 1927. De outro lado, esta referência poderia ser tomada como um indicador da atuação de Kling no interior da Autodefesa, visto que na época ele já era professor em Neu-Württemberg, mas não foram encontrados outros documentos que corroborem esta conclusão. Mesmo assim, é correta a percepção de Junge que a liderança da autodefesa, quem quer que fosse, teria atuado em meio a trama política num movimento de pôr os diversos grupos ‘sob um mesmo chapéu’.

<sup>392</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

<sup>393</sup> Resolução do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>394</sup> Jornal *Die Serra Post* de 11.03.1924. MADP.

<sup>395</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

manter a ordem interna a Autodefesa mantém uma observação rigorosa” sobre a população provavelmente, no intuito de “servir ao bem do povo e ao bem do Estado”<sup>396</sup>.

Já em 1923, a organização de Neu-Württemberg proibira em todos os armazéns e hotéis a venda de cachaça, de qualquer tipo, nos dias de ameaças, sendo que esta proibição se aplicava a locais de aglomeração de muitas pessoas. Esta determinação se estendeu também aos dias da visita do bispo diocesano de Cruz Alta, que seria em 22 e 23 de setembro. As festividades, bailes, ou melhor dizendo, “festas com danças” deveriam “enquanto a colônia estiver sob o possível sacrifício de vidas humanas, incumbidas na proteção de suas propriedades e bens, estar proibidos”. O controle sobre este aspecto deveria ser realizado “por pessoas de confiança dos respectivos distritos”<sup>397</sup>, ou seja, a liderança do *Selbstschutz* nas localidades. Quando dado o alarme de uma possível aproximação de grupos beligerantes, Reinhard Benz, Comandante do *Selbstschutz* instruiu para que não permanecessem pessoas nos bares, sendo que a ordem de proibição de venda de bebidas alcoólicas seria dada pela autoridade local<sup>398</sup>.

Outro aspecto que denota um exercício de poder no interior das comunidades era a agregação dos membros. Ao *Selbstschutz* de Serra Cadeado consta que pertenciam todos os habitantes entre 18 e 60 anos. O contexto de grande perigo levou esta organização a convencionar que não usaria de liberalidade na adesão dos habitantes do lugar à organização: estava de certa forma estabelecido que todos os moradores estariam obrigados de servir nos serviços de guarda<sup>399</sup>. Leitzke afirma que a associação dos membros ao

<sup>396</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.09.1923. MADP. Todavia, incidentes trágicos não deixavam de acontecer, como o assassinato do comerciante Alfredo Franke, perpetrado por, assim classificados na imprensa, quatro conhecidos arruaceiros da colônia. O assassinato ocorreu quando Franke interferira numa briga que se desenrolava na copa de uma festa. De mãos limpas, o comerciante tentara intervir junto a um dos arruaceiros, no intuito de desarmá-lo, sendo alvejado por outro que lhe desferiu um balaço no baixo-ventre, em decorrência do qual faleceu cerca de uma hora depois. Conta-se que Franke era estimado na comunidade (Jornal *O Comércio* de 17.08.1923. Pasta de Menoly Gomes de Amorim. MAHP). O nome Franke não é de todo raro no meio teuto e havia uma importante liderança com este sobrenome em Ijuí, ali grafado como Francke. Alfredo Franke, era irmão de Adolfo Franke, que exerceu importante papel no *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, sendo um dos quatro membros do chamado estado-maior da organização. A iniciativa de Alfredo Franke em interferir na referida situação de conflito entre colonos numa festa indica uma postura de liderança e não contradiz com o papel avocado pelo *Selbstschutz* de manutenção da ordem na comunidade.

<sup>397</sup> Resolução do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. 20.09.1923. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>398</sup> Anotações de Reinhard Benz. 18.01.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>399</sup> Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s.n.], 1951. p. 39. Esta atuação obrigatória nos serviços de vigilância pode ter sido uma realidade de fato, pois o estatuto publicado em 1924 estabelecia que a adesão dos moradores seria voluntária. Não descarte-se que este aspecto tenha ganhado tal redação pois que, pelo que se veiculava, os estatutos eram levados para apreciação do poder público, que talvez observasse

*Selbstschutz* de Neu-Württemberg era voluntária (LEITZKE, 1993c), provavelmente tendo por base a Resolução aprovada em 20 de setembro de 1923, que estabelece que a organização era composta pelos habitantes da colônia, “desde que eles [viesses a] se manifestarem voluntariamente”. Porém, um exame atento da resolução aprovada em 06 de novembro de 1924 evidencia uma forma mais impositiva de agregar os membros: nela está escrito que todos os habitantes entre 18 e 55 anos estavam “moralmente obrigados a tomar parte da autodefesa”, sendo admitida como única exceção uma doença permanente, atestada por uma avaliação médica. Este mesmo documento ainda instruía que os moradores que viesses a se negar a participar da organização, deveriam ser “submetidos a boicote econômico e social”, do qual os membros da entidade eram obrigados a participar<sup>400</sup>. Embora sem detalhar local e identificar pessoas, o texto de num artigo publicado pelo *Die Serra Post* menciona um caso em que uma sociedade de autodefesa teria excluído, e talvez expulso, um indivíduo “para fora do distrito”<sup>401</sup>, enquanto que o mesmo jornal, na edição de 11 de novembro de 1924 informa que foram 2 casos acontecidos em Cadeado, mais uma vez sem precisar com exatidão a natureza do acontecimento<sup>402</sup>. Outro exemplo que pode ser mencionado, embora sem descartar que possa ser um dos episódios já referidos pelo *Serra Post*, é a situação do colono Nicolau Rentz, de Cadeado, que estava em atrito com os seus conterrâneos e ao que tudo indica, com o *Selbstschutz*, do qual não quis participar e talvez tenha tentado dificultar a existência<sup>403</sup>. Rentz, talvez porque estivesse vivenciando uma situação de boicote econômico e social, chegara a solicitar as autoridades um salvo-conduto para que pudesse transitar na localidade do Cadeado.

---

a impropriedade de constar no texto uma adesão obrigatória à organização (Jornal *Die Serra Post*, de 06.06.1924. MAHP).

<sup>400</sup> Resolução do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>401</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Recorte. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

<sup>402</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.11.1924. Recorte. MAHP.

<sup>403</sup> Correspondências recebidas e expedidas da Intendência Municipal de Ijuí de 1923. MADP. Ocorre que em 27 de outubro de 1923 o Capitão Luiz Martins da Silva, da 3ª Brigada de Artilharia sediada em Cruz Alta, de ordem de seu comandante, escreveu ao Cel. Dico, Intendente de Ijuí, pedindo um salvo conduto para Nicolau Rentz para que “o mesmo trabalhe livremente em sua profissão, visto não ter tomado parte na questão política que agita o estado, e sendo um homem trabalhador, deseja ganhar honradamente sua vida”. Na resposta que escreveu, o Cel. Dico reconhece que Nicolau Rentz era “um homem trabalhador e não envolvido no movimento revolucionário”, mas também esclarece que “de sempre, vive em discórdia não só com as autoridades do distrito onde reside, como mesmo com alguns vizinhos”. Além disso, quando da organização da autodefesa na localidade do Cadeado por parte dos colonos, “Nicolau Rentz não quis acompanhá-los e tem procurado criar dificuldades a essa associação”, sendo portanto, dali a origem “das suas repetidas reclamações e alarmes”.

Assim, parece crível que a “sanção moral” contribuía muito, de modo que muitas das entidades de autodefesa, talvez a maioria, atingissem um elevado grau de adesão. Por certo, a abstenção de um homem em idade compatível, em perfeitas condições de saúde, naquela circunstância tão atribulada, não seria vista com bons olhos na comunidade (LEITZKE, 1993c), constituindo-se numa possibilidade remota, ou no mínimo problemática para quem a intentasse. A ponderação acerca deste aspecto no artigo do *Die Serra Post* indica que a perspectiva da obrigação moral em fazer parte da autodefesa era bem disseminada. Mesmo reconhecendo que a participação era voluntária, admitia-se que “nem por isso inexistia um compromisso moral de todos para a adesão, pois sendo a Autodefesa uma vantagem para todos sem distinção, seria uma infâmia para aqueles que se excluíssem dos encargos da organização”<sup>404</sup>. Avançando na análise, o texto separa os indivíduos em dois grupos: os sociais e os antissociais. Enquanto que os primeiros punham o bem-estar dos seus familiares, conterrâneos e companheiros acima do seu próprio e, quando necessário, se ofereciam voluntariamente para assumir as maiores cargas e sacrifícios pelo bem comum, os últimos só pensavam em si próprios, não tinha escrúpulos e penalizavam os demais. Estes, em tempos de perigo, quando poderiam se tornar perigosos para a coletividade, deveriam ser forçados com maior ou menor intensidade para o compromisso e com eles não deveria existir tolerância sentimental. Parece evidente que os *Selbstschutz* recorriam a meios mais efetivos quando a sanção moral não surtisse o efeito desejado.

A menção ao caso de um colono que eventualmente fora expulso do distrito revela também que nem sempre as relações de todos os colonos com esta organização, que se impunha como um poder de fato, eram de todo tranquilas. Certamente existiam questões espinhosas no interior dos *Selbstschutz* e uma delas se relacionava a cota de sacrifício que os diversos membros e suas famílias estavam oferecendo no esforço da autodefesa. Não eram raras as reclamações daqueles que se abstiveram ou cujo envolvimento se dera de forma não tão completa quanto talvez fosse esperado. Assim argumenta o correspondente de Santa Rosa ao apontar que o feito da autodefesa fora impressionante, mas teria sido muito mais efetivo se todos houvessem participado sem exceção “em vez de ficar olhando

---

<sup>404</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

da janela do hotel como os pais de famílias ficaram mantendo vigiância noites a fio”<sup>405</sup>. Sobre Guarany outro correspondente se permite dizer que a imposição do passaporte, ou salvo-conduto, pelo menos causaria um incômodo aos que gostavam de aproveitar o benefício da segurança a sua pessoa e propriedades oferecido pelo serviço da guarda, “mas não querem dobrar um dedo”<sup>406</sup>.

Revela-se, portanto, que no cotidiano dos *Selbstschutzvereine* existiam algumas fraturas. O correspondente do *Serra Post* de Buriti deixa isto claro: “certamente também tinham que aparecer imperfeições, como não pode ser diferente numa obra improvisada”, marcado por “desavenças de uns, que se sentiam exigidos demais, e outros, que achavam que eram discriminados, brotavam em diferentes pontos”<sup>407</sup>.

#### 4.4 O significado e o legado

Os empreendimento humanos não são infalíveis e muito menos desfrutam de um julgamento incontroverso, tanto positivo como negativo. Por isso, não é de causar espanto que as *Selbstschutzvereine* não gozassem de unânime apreciação por parte de todos os colonos, ou que alguém as avaliasse de forma mais ou menos condescendente. Assim, um colono bem-humorado da Linha 19 (Ijuí) descreve a sua maneira no *Serra Post* esta importante articulação dos colonos:

No sábado passado vivíamos na esperança agradável de ter a visita de tropas revolucionárias. Estes senhores preferiram ficar somente nas divisas do município. Mesmo assim viveriam os medrosos uns daqueles dias críticos, os quais os menos tímidos já viviam há meses de maneira mais fria. Entre os mencionados surgem situações que aumentam o número das tropas ao absurdo e também surgem boatos que geralmente não tem nada, ou muito pouco, a ver com a realidade. Em muitos lugares se fundaram as famosas Sociedades de Autodefesa. As mais das vezes as resoluções ficaram no resultado de que se deveria comprar armas, para o que ninguém tem dinheiro. Em outros lugares

<sup>405</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MAHP.

<sup>406</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 16.12.1924. MAHP.

<sup>407</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 123. MADP.

apareceu a opinião de que, em vez de sessões enervantes com pequenas observações pró e contra, [dever-se-ia] combinar silenciosamente [ou com discrição] um sinal, pelo qual todos os moradores do distrito deveriam aparecer para matar simplesmente a pau todos os assaltantes. A maioria, porém, acha que se não puderem proteger os próprios bens, não precisariam proteger os dos outros, o que não é difícil de se admirar devido à multiplicidade das nacionalidades. Certamente ficará deste jeito<sup>408</sup>.

A divertida ironia serve para constatar que as autodefesas tinham seus problemas: a apreensão com a entrada de grupos perpetrando estragos e infortúnios que bem podia contribuir em boatos que exageravam números; a dificuldade em conseguir armas, pois que nem todos possuíam dinheiro para comprá-las; as reuniões com muita conversa ao passo que ação efetiva era de fato complicada; o enfrentamento do perigo por parte dos colonos, com famílias para cuidar, contra bandoleiros que pouco tinham a perder; a dificuldade de envolver os colonos na defesa dos bens e vidas dos outros, aspecto que talvez fosse exacerbado por um contexto multiétnico, uma realidade presente em alguns lugares como na região da Ramada. Apesar de tudo isso, contrariando o vaticínio do autor anônimo, as *Selbstschutzvereine* se tornaram uma realidade e cumpriram um papel. É a análise deste papel e suas decorrências que se procederá nas próximas páginas.

Em que pese uma memória bastante laudatória, presente em alguns relatos e narrativas acerca dos *Selbstschutz*, do ponto de vista militar, considerando o envolvimento efetivo em algum combate no conflito bélico instaurado no Rio Grande do Sul em 1923, a importância dos grupos de autodefesa foi diminuta, para não dizer quase nula. O que não constitui em demérito, pois que a organização tinha fins essencialmente defensivos e nenhuma condição de envolver-se em movimentos ofensivos. A despeito das dúvidas que possam persistir quanto ao combate de Ijuí entre as forças legalistas e os destacamentos da Coluna Prestes, em fins de 1924 e inícios de 1925, não há registros de que tenha participado de algum embate bélico de proporções.

Entretanto, parece certo afirmar que cumpriu sua função pelo simples fato de existir. E isto por três razões. A primeira delas relaciona-se as próprias comunidades, que ficaram, a maior parte delas, um pouco mais seguras naquele contexto conturbado. Como jocosamente refletia um articulista, o que demovia os bandos de salteadores de uma visita

---

<sup>408</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 21.09.1923. MAHP.

às colônias era a certeza de que teriam “mais cabeças sangrentas do que churrasco”<sup>409</sup>. O Padre Rick avalia que “bem ao oposto das ocasiões passadas, durante a década das revoluções dos anos 1920, nenhuma das colônias sofreu a invasão dos bandos de saqueadores e assassinos. A Colônia de Serro Azul, aberta para todos os lados, protegeu-se com uma eficiência toda especial” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48)<sup>410</sup>. Também não se descarta que a reação dos colonos tenha motivado a decisão do governo do Estado, em outubro de 1923, de proibir as requisições, tendo em vista os flagelos da guerra que já atingiam o meio colonial, impostos pelos rebelados assim como pelas tropas legalistas, aliada a necessidade de salvaguardá-lo em face de sua importância econômica. Assim, dali para diante, qualquer item necessário ao esforço de guerra deveria ser obtido por meio da compra<sup>411</sup>.

A segunda razão é que o fato de existir uma organização armada, ainda que com armamentos leves, senão domésticos, e muitas vezes de improviso, mas reunindo contingentes não desprezíveis, limitou a movimentação das colunas rebeladas, bem como restringiu o seu acesso aos recursos da rica região colonial. Como menciona o *Die Serra Post*, estava organizada num bom espectro geográfico, cobrindo da foz do Ijuí no rio Uruguai até a região central do planalto e podia reunir algo em torno de 10 mil, número mais realista, até 20 mil homens, um número um tanto superestimado<sup>412</sup>. A bem da verdade, as colunas assistidas estavam muito mal armadas e o único grupamento estruturado militarmente foi a Coluna Prestes, pelo menos seu corpo principal, mas os grupos desgarrados e maltrapilhos, em ambos os casos, é que constituíam o maior infortúnio das pequenas e esparramadas comunidades da região serrana. Neste quadro específico, a organização de autodefesa melhor cumpria seu papel. Mais uma vez, a reflexão do Pe. Rick dá amparo: “quanta fosse a miséria que a esforçada autodefesa afastou de Serro Azul, somente consegue adivinhar quem conhecia a situação daquele tempo”. Pondera ainda o jesuíta que se “Prestes tivesse conseguido tomar pé na rica zona colonial, outro teria sido o desfecho (...) encontrando ele próprio no posto e lugar todo o necessário para o sustento da

---

<sup>409</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

<sup>410</sup> Parece claro que o Pe. Rick refere-se apenas a região missioneira, em torno de Cerro Largo, ou esqueceu de levar em conta a região do Alto Uruguai e de Neu-Württemberg, acossadas pelos agrupamentos de Leonel Rocha, com considerável prejuízo em algumas localidades.

<sup>411</sup> Jornal *Die Serra Post* de 05.10.1923. MADP.

<sup>412</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

vida da sua gente” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 104-105). Em Neu-Württemberg se festejava a segurança conquistada após o infortúnio causado pela passagem de Leonel Rocha, enquanto que informações que seriam oriundas de “fonte segura e confiável” indicavam que “os colonos de Águas do Mel e Vila Palmeira [provavelmente Xingú] foram tão saqueados que os homens têm que se vestir de blusas femininas e as crianças andam seminuas pelas redondezas”<sup>413</sup>.

Por fim, no terceiro aspecto, os *Selbstschutzvereine* oportunizaram as tropas legalistas, principalmente no caso da Revolução de 1923, uma maior liberdade de movimento ao dispensá-las da necessidade de uma presença fixa nas áreas coloniais, tornando possível uma resposta mais rápida frente às ações de guerrilha protagonizadas pelos insurgentes. Assim faz sentido o teor da confidência do Presidente do Estado, Borges de Medeiros ao Padre Lenz, reconhecendo “que outro poderia ter sido o curso da revolução, não fosse a ação da Liga” (DEWES, 1966, p. 69)<sup>414</sup>. Faz coro com a avaliação posterior de Nedel, para quem graças a disposição dos colonos em defender o governo, a “Revolução de 1923 não encontrou eco nem se alastrou para a margem direita do rio Ijuí”, do mesmo modo que a “Coluna Prestes encontrou colonos armados e dispostos a rechaçá-la” (NEDEL, 2015, p. 280-281).

Todavia, do ponto de vista da colônia, pode-se afirmar que a formação do *Selbstschutz* também foi uma oportunidade. Ou seja, é perceptível que o significado do *Selbstschutz* foi também político e simbólico, ligando-se ao processo de afirmação das comunidades de imigrantes, da consolidação de sua identidade e sua inserção política. Neste sentido, Schallenberger (2009, p. 374) considera que a luta em torno da “defesa da família, da propriedade e do patrimônio comunitário aguçou o sentido de pertencimento e despertou a consciência coletiva em grau mais elevado entre os teuto-brasileiros”.

<sup>413</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.09.1923. MADP.

<sup>414</sup> Ainda que em conversas informais ou declarações publicadas mas não descobertas por esta pesquisa Borges de Medeiros possa ter reconhecido a importância da organização dos colonos, as Mensagens do Presidente do Estado para a Assembleia dos Representantes de 1923, 1924 e 1925 silenciam sobre esta questão, ainda que constem relatos mais ou menos densos acerca das conturbações políticas e militares que marcaram aqueles momentos (MENSAGEM ... de 1923, 1924 e 1925). Algumas autoridades menores, como o Intendente de Ijuí, Cel. Dico, ao contrário, destacaram a importância da organização dos colonos no Relatório da Intendência, assim como em situações públicas manifestaram o agradecimento da Intendência Municipal em relação ao empenho dos colonos em defesa da ordem pública (Relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1923 e 1924. MADP; Jornal *Die Serra Post*, de 1923, 1924 e 1925. MADP.).

Os esforços da autodefesa exerceram um papel importante na rearticulação da atividade associativa entre as comunidades teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul. Isto porque, encerrados os conflitos, estavam as comunidades mais coesas e organizadas, com lideranças formadas e consolidadas, uma certa estrutura na forma das sociedades de autodefesa, muitas delas, senão a maioria decidindo manter sua existência, e uma rede de contatos que se estendia por toda a região serrana. Ou seja, um capital político e cultural. Portanto, perfeitamente plausível a ideia de que os *Selbstschutz* teriam continuidade e seguiriam desempenhando um papel relevante na vida social e política das comunidades coloniais. Esta encontra-se claramente delineada na avaliação desta organização feita por parte de um colono, correspondente local do *Serra Post*, que reportara a comemoração ocorrida em Neu-Württemberg por ocasião da passagem do ano de 1923 para 1924, quando findou a Revolução. Na detalhada reportagem ele afirma: “Todo esse bom desempenho é prova que a linha de atuação do *Selbstschutz* foi a mais certa e que também deve ser seguido no futuro”<sup>415</sup>.

Esta comemoração, conforme noticiada pelo *Die Serra Post*, ocorreu no dia 1 de janeiro de 1924, e foi denominado como a “festa da paz em Neu-Württemberg”. A comemoração do “*Selbstschutz*, [que aquela altura alcançava] mais de 1.000 filiados”, fora organizada com a finalidade de comemorar o “fim das lutas entre partidos adversários”, libertadores e legalistas, que marcaram a Revolução de 1923<sup>416</sup>. Não foi a única comunidade de realizar tal festejo: em Cadeado (atual Augusto Pestana) com certeza evento similar teve lugar<sup>417</sup>, o que permite imaginar que outras localidades do planalto as tenham promovido, pois que motivos havia de sobra.

A festa foi anunciada cedo por estrondosos tiros de rojões. Às oito horas e trinta minutos “os filiados da organização começaram a concentrar-se nas diversas localidades do interior, donde, em grupos formados, vinham para o centro do povoado Elsenau”. Sete organizações do interior vieram com suas bandeiras. O grupo da “linha Hindenburg [atual Assis Brasil e Marane] compareceu com bandeira e banda de música. A concentração primeiro foi na praça. Pelas 10:30 horas foi se formando a grande coluna, atingindo uma

---

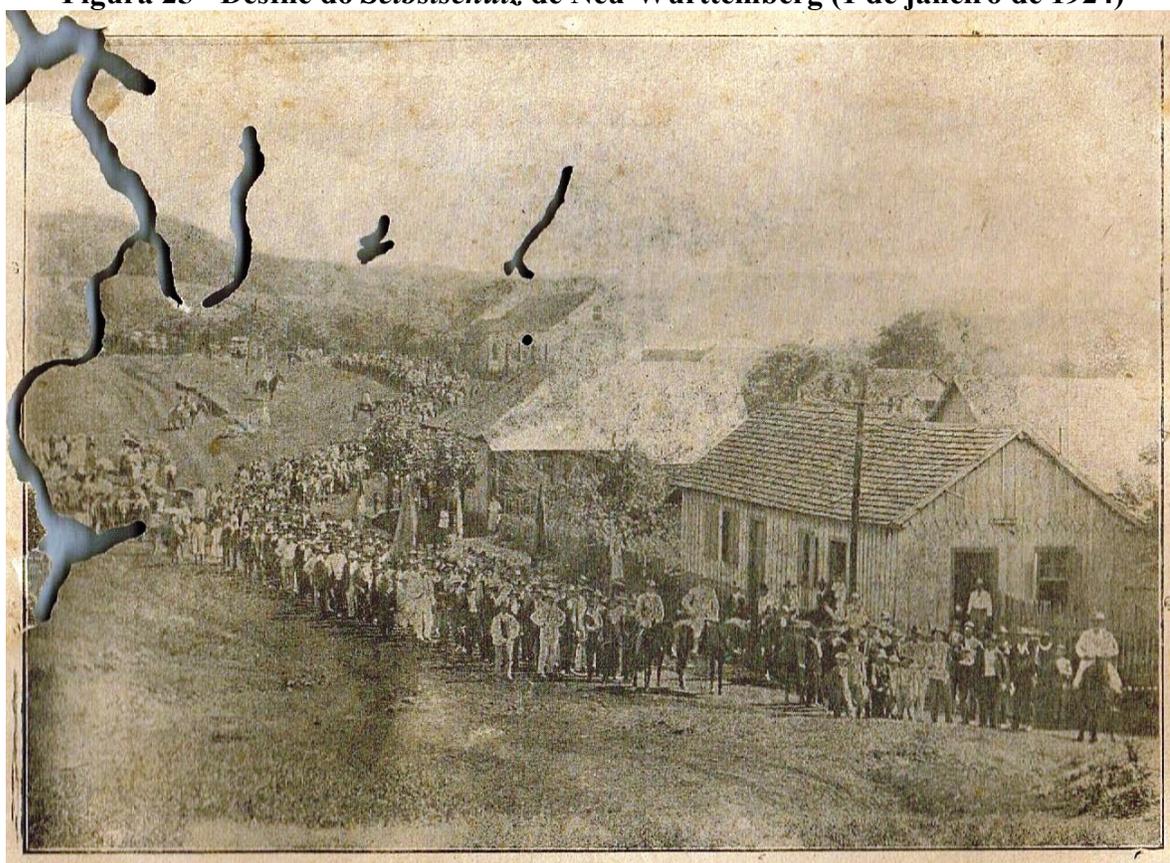
<sup>415</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

<sup>416</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

<sup>417</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 23.12.1924. MADP.

extensão de um quilômetro”.Um piquete da cavalaria buscou o Diretor da Colônia em sua casa para conduzi-lo ao local da festa. O cortejo então seguiu ao som da Banda Reinheimer rumo ao lugar da festa, a propriedade de Friedrich Forbrig, que dispunha de um “potreiro limpo e de bom gramado com mata limpa beirando o rio”<sup>418</sup>, ou seja, um lugar ideal para um grande ajuntamento de pessoas.

**Figura 25 - Desfile do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg (1 de janeiro de 1924)**



Fonte: *Kalendar für die Deutschen in Brasilien*, 1925. p. 129.

Ali no potreiro de Friedrich Forbrig, “o pessoal da infantaria e os cavalarianos se postaram num grande semicírculo, com a frente para o palanque oficial”, que fora “instalado e todo ornamentado”. Até a natureza contribuiu, pois o dia estava “muito lindo e ensolarado. Viam-se um grande número de bandeiras desfraldas pelo vento, até parecendo

<sup>418</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

dar testemunho do significado desse grandioso dia. Estavam presentes mais de 2 mil pessoas”. O ponto alto do evento foi o discurso do Diretor da Colônia, Hermann Faulhaber, “com que os ouvintes mais uma vez viam desfilar diante de seus olhos todos aqueles episódios da Revolução”. O discurso terminou com um “viva bem forte à Colônia Neu-Württemberg, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil”.<sup>419</sup>

A festa então seguiu com o “suculento churrasco”, servido gratuitamente a partir das onze horas, para o qual foram carneadas seis cabeças de gado, todas doadas, o que permitiu que as pessoas fossem servidas a contento. À tarde seguiu com fandango para os jovens e brincadeiras para as crianças. Às 4 horas da tarde, ao som da música, o povo começou a se deslocar para o Salão União, onde “às 20 horas começou o baile festivo, continuando o conagraçamento jubiloso até o amanhecer do dia”. Um encontro de tal magnitude, com a presença de público em geral mas também das lideranças, não deve ter sido de tom unicamente festivo e não é exagerado imaginar que as conversas, debaixo da boa sombra do pátio do Sr. Forbrig, possam ter evoluído para pensar o futuro da comunidade e o papel da organização criada num dos seus momentos mais aflitivos. Como ainda escreveu o correspondente: “até agora jamais havia acontecido que na Colônia Neu-Württemberg se reunisse um tão grande número de pessoas. Todo esse bom desempenho é prova que a linha de atuação do *Selbstschutz* foi a mais certa e que também deve ser seguido no futuro”<sup>420</sup>.

A morte inesperada, e trágica, de Hermann Faulhaber<sup>421</sup>, primeiro pastor da comunidade evangélico luterana ainda que designado pela Companhia Colonizadora, e depois alçado a função de Diretor da empresa, e que durante anos exercera o papel de principal liderança, deixou um vazio. É inquestionável que Faulhaber ocupou um papel de destaque dentro do projeto da colonização e da germanidade, ainda que tenha atuado de

<sup>419</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

<sup>420</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

<sup>421</sup> A morte de Faulhaber relaciona-se a este conturbado contexto de guerras que envolveu o Rio Grande do Sul, e particularmente o planalto, na década de 20. Hermann Faulhaber ganhara renome no meio colonial como diretor da Colonizadora Meyer e se tornara sócio-gerente da Empresa Chapecó Peperly Ltda., que investira na colonização de Porto Feliz (atual Mondai, Santa Catarina). Além de várias outras circunstâncias, ocorrera que Porto Feliz muito sofreu com a interrupção do tráfego que a conectava ao mundo exterior por conta da Revolução de 1923, fora posteriormente assolada pela passagem da Coluna Prestes e outras forças beligerantes, além de uma epidemia de tifo que se seguiu, acometendo inclusive o filho de Hermann Faulhaber, Walter, que convalesceu muito tempo entre a vida e a morte. Enfim, a colonização de Porto Feliz ia de mal a pior, ao passo que os sócios da empresa colonizadora pretendiam o retorno do investimento e cobravam o gerente Faulhaber. Uma carta intempestiva exigindo o pagamento da quantia de 100 contos de réis no prazo de 3 dias levou-o ao suicídio em 08 de julho de 1927 (NEUMANN, 2016).

forma discreta e mais nos bastidores. Não era um grande orador, nem um intelectual atuando em formulações teóricas, mas destacava-se como “articulador de base para a execução deste projeto maior (NEUMANN, 2016, p. 178-179). O vazio deixado pelo seu desaparecimento foi ocupado pela União Colonial, sucedânea imediata do *Selbstschutz* local, e de certa forma, criação sua. Ou seja, não é nada estranho que a organização criada pelo esforço da autodefesa tenha se imposto concretamente como uma liderança em algumas localidades onde isto foi possível. Guardadas as proporções e especificidades dos diversos lugares, pode-se acreditar que Neu-Württemberg não foi um caso único de emergência ou consolidação de lideranças em meio aos colonos com lastro no fenômeno da autodefesa.

#### 4.4.1 Rearticulação do associativismo teuto-brasileiro e a formação da União Colonial

A ideia que circulava em Neu-Württemberg não é um caso isolado e tem paralelo na notícia sobre a continuidade da organização do *Selbstschutz* de Buriti mesmo após findas as turbulências revolucionárias, visto que havia uma vontade em “manter vivo o interesse de ampliar a autodefesa e fortalecê-la sempre mais”. Para isso o grupo daquela localidade estava tentando transformar a autodefesa numa sociedade com estatutos, contribuições regulares, sendo que para tanto atuava uma espécie de diretoria composta por oito pessoas. Conforme era relatado “agora nosso desejo é que em cada colônia exista uma autodefesa sadia com estatutos simples, para que possa ser criada uma fusão que se torne uma Liga poderosa”<sup>422</sup>, o que indica um embrião de uma organização que viria a ser criada de fato não muito tempo depois. Em Ijuí, ainda em janeiro de 1924 é solicitado que a redação do *Serra Post* se encarregue de levantar os endereços das organizações de autodefesa uma vez que “isto serviria para tratar de uma eventual união das organizações de autodefesa”<sup>423</sup>. O processo tem continuidade e em março daquele ano a “Autodefesa de Ramada decidiu

<sup>422</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 123. MADP.

<sup>423</sup> *Jornal Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

encaminhar um convite a todas as entidades existentes no mesmo objetivo para, numa reunião, decidir sobre uma união mais consistente”. A reunião foi marcada para o dia 23 de março nas dependências do restaurante Samrsla<sup>424</sup>.

No final de fevereiro de 1924, os delegados e a diretoria da Autodefesa de Serro Azul decidiram manter em funcionamento a organização durante aquele ano, projetando para o seguinte a sua transformação em “sociedade de proteção judicial ou de uma forma parecida”<sup>425</sup>. No mês seguinte foi a vez das sociedades existentes em Ijuí procederem da mesma forma. No dia 23 de março de 1924, reuniram-se no restaurante Samrsla os delegados das Ligas das linhas 19, 7-13, 13-17, 27, Ramada e Cadeado para uma conferência preliminar “sobre a continuidade das Ligas, como também sobre a união e outras atribuições futuras”. August Zenter, líder do *Selbstschutz* da Ramada, que fora responsável pela convocação da reunião, também foi indicado para presidi-la. Consta que “depois de uma acalorada discussão surgiu a vontade única de, para o bem de todos, esquecer vontades específicas e interesses partidários, e de uma maneira justa percorrer o caminho adequado para executar o programa” que era o de que a autodefesa não se dissolveria mesmo com o término da Revolução de 1923, mas ao contrário, ela seria “fortalecida ainda mais e posicionada numa base mais ampla, unindo-se as Ligas de Autodefesa representadas numa ‘*Rechtschütz Vereiningen*’ (organização de garantia legal ou proteção jurídica)”, ou seja, uma organização voltada para a defesa de problemas reais e concretos que atormentavam os colonos, como eram as questões legais e jurídicas. Uma comissão eleita se encarregaria da elaboração de um estatuto<sup>426</sup>.

Em 28 de março de 1924 foi publicado pelo *Die Serra Post* o projeto de estatuto da Liga das Sociedades de Autodefesa ‘Ajuda Jurídica’ que fora discutido na reunião da Ramada. O texto estava escrito em alemão e os pontos em que se dividia o documento eram nove e davam conta dos aspectos mais essenciais da organização, conforme segue. No primeiro ponto agrega o termo de Ajuda Jurídica a denominação da Liga, que abrangeria todas as sociedades existentes na serra com sede provisória em Ijuhy. No segundo item estabelece-se a finalidade da agremiação que seria de proteger seus associados em relação a

---

<sup>424</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 04.03.1924. MADP.

<sup>425</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 29.02.1924. MADP.

<sup>426</sup> Jornal *Die Serra Post*, de 25.03.1924. MADP.

vida, propriedade e justiça, sendo que esta finalidade seria atingida por meio da ajuda na fundação de sociedades de base de autodefesa; da ajuda jurídica às sociedades filiadas e aos seus associados; por meio da ajuda na defesa de questões jurídicas e eventuais processos; através da sustentação legal na capital e municípios; no apoio na aquisição de armas e no apoio a todas as pretensões de natureza comunitária no âmbito colonial. O terceiro ponto veda a vinculação política e religiosa da organização. Conforme o quarto item, poderiam se tornar sócios da Liga todas as sociedades de autodefesa do estado com no mínimo 20 associados. Uma assembleia geral que se reuniria a cada seis meses, composta por representantes das Sociedades na razão um para cada 50 associados é determinada no sexto item, cabendo-lhe ainda eleger a diretoria por maioria simples, possibilitada a reeleição. Conforme o sétimo ponto, uma assembleia extraordinária poderia ser convocada por iniciativa da diretoria ou de um quarto das sociedades filiadas. No oitavo ponto é definida uma contribuição mensal de quinhentos réis por associado, sendo deste valor um quarto destinado a Ajuda Jurídica. Grupos em débito a mais de seis meses seriam desfilados. O último item estabelece a dissolução da entidade em caso de uma situação de poucas sociedades filiadas, mas sem especificar um número<sup>427</sup>. Destacava ainda o texto que o Sr. Zenter solicitava a todas as sociedades que se pusessem a examinar a proposta e informar-lhe as sugestões de melhorias, que serviriam de base para a próxima reunião<sup>428</sup>.

Com o eventual fim das turbulências revolucionárias, a organização dos colonos movimenta-se de modo a redimensionar a sua existência. Uma olhada nos itens que norteiam a finalidade da organização permite perceber que embora a questão da defesa permaneça uma questão importante, pois um dos objetos ainda é o apoio na obtenção de armas, se vislumbra a continuidade do movimento com o intuito de responder a problemas mais práticos que permeavam a existência dos colonos.

---

<sup>427</sup> Jornal *Die Serra Post* de 28.03.1924. MADP.

<sup>428</sup> Jornal *Die Serra Post* de 25.03.1924. MADP.

Figura 26 - Proposta de Estatuto para uma Liga de Autodefesa e Ajuda Jurídica  
(Rechtshilfe)

## **Entwurf einer Satzung des Verbandes der Selbstschutz- Vereine „Rechtshilfe“.**

Unter Bezugnahme auf unsere Notiz in der vorigen Nummer d. Bl. veröffentlichten wir nachstehend die von der Kommission vorläufig aufgestellte Satzung des Verbandes der Selbstschutz-Vereine „Rechtshilfe.“

1.) Der Verband der Selbstschutzvereine trägt den Namen „Rechtshilfe“ und umfaßt alle Selbstschutzvereine auf der Serra. Vorsitziger Sitz ist Ijuhy

2.) Er bezweckt, seine Mitglieder in Hinsicht auf Leben, Eigentum und Recht zu schützen und sucht dies zu erreichen

- a) durch Mittelle bei Gründung von Selbstschutz-Vereinen,
- b) durch Rechtsberatung aller angehörenden Vereine und ihrer Mitglieder,
- c) durch Beihilfe bei Durchsetzung von Rechtsansprüchen und einzelnen Projekten,
- d) durch Aufstellung von juristischen Sachwaltern in den Municipien und in der Hauptstadt,
- e) durch Beihilfe bei Beschaffung von Waffen,
- f) durch Unterstützung aller gemeinnützigen Bestrebungen in der Bauernschaft.

Fonte: Jornal *Die Serra Post* de 28.03.1924. MADP.

Também o problema dos inventários e o acesso à burocracia estatal atormentavam os colonos. A legislação brasileira era muito diferente da europeia, principalmente na parte

mais ao norte, e a língua portuguesa, pouco falada e mal compreendida por muitos colonos, aumentava o problema. Não por acaso a Liga das Sociedades Teutas de Ijuí tentara uma solução deste último problema por meio da intermediação de colonos mais versados no português e nos meandros burocráticos. Mesmo Steglich, recém-eleito Intendente de Ijuí, aumentava seu orçamento pessoal desenrolando inventários<sup>429</sup>. Os jornais e anuários publicados em língua alemã por mais de trinta anos trouxeram modelos de formulários e requerimentos, já em português, de modo a facilitar a vida dos colonos<sup>430</sup>.

Os danos, prejuízos e indenizações, assim como situações melindrosas quanto a posse de armas e eventuais responsabilidades decorrentes de embates que poderia recair sobre as sociedades ou seus associados, como de algum óbito, por exemplo, igualmente se constituíam em preocupação. Em muitos lugares, os colonos se organizaram em comissões para obter as indenizações aos bens requisitados no período do conflito (SCHALLENBERGER, 2019, p. 376).

Destas questões, a que de imediato apontava era a problemática legal, não só a mais estrita que derivava do contexto conturbado do qual mal se saía, como o que vinha andando desde os princípios da colonização, ou seja, a regularização dos títulos de propriedade das terras e a ele conectado, o problema dos inventários e das heranças. Estas questões legais e jurídicas, dos quais a titulação das terras era o mais espinhoso, vinham de muito tempo e na antiga colônia de São Leopoldo os colonos já se bateram pela resolução deste tipo de problema. Se por um lado os políticos agiam para mobilizar eleitoralmente a população colonial, as lideranças dos colonos, articulados nas organizações de autodefesa também se aproveitavam destas ocasiões para cobrar a resolução de problemas práticos da colônia, como a manutenção das estradas e a entrega dos títulos definitivos das terras.

Este último tema foi levantado pelos colonos da região da Ramada, em Ijuí, quando Antônio Soares de Barros, o Cel. Dico, Intendente de Ijuí, acompanhado de outros correlegionários, como Alfredo Steglich e Franz Syka, circulava nas localidades do

---

<sup>429</sup> Jornal Diário de Notícias. Edição de [?] de janeiro de 1928. Recorte. Pasta Steglich. MADP.

<sup>430</sup> Dentre estes, o próprio veículo noticioso da Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, o *Nachrichtenblatt*, mantinha esta prática, assim como o *Jahrweiser* e outros anuários editados em língua alemã que estão disponíveis para consulta no MAHP.

interior<sup>431</sup>. Ali na Ramada, no dia 10 de fevereiro de 1924, após saudado pela liderança dos colonos, August Zenter, o Cel. Dico prestou agradecimentos ao esforço da autodefesa e ainda prometeu conseguir mais armas e munição para distribuir entre os colonos membros da organização. Dos colonos, ouviu mais uma vez as reclamações referentes aos títulos das terras que ainda não haviam sido entregues. Por isso, o Intendente providencialmente tinha a mão “um telegrama do chefe das terras de Porto Alegre” informando que as “reclamações estarão resolvidas em breve”. Mesmo assim, o Cel. Dico encarregou os colonos Franz Prauchner e H. Schmäddecke de organizar uma relação dos títulos faltantes para que o assunto pudesse ser resolvido o quanto antes<sup>432</sup>. Cerca de um mês depois, numa reunião do *Selbstschutz* de Ramada em 23 de março de 1924, o Cel. Dico entregou 40 títulos definitivos e ainda entabulou uma negociação com os colonos, que se queixaram da atuação de um inspetor de quartirão, prometendo nomear como substituto alguém indicado por eles próprios<sup>433</sup>. Os episódios evidenciam que os colonos, com as suas organizações, principalmente as de autodefesa, ganhavam importância e não podiam ser de todo ignoradas pelo poder político local, que atuava então no sentido de suprir as suas demandas.

Neste contexto, alguns *Selbstschutz* parecem trilhar naturalmente o caminho para se tornar uma *Rechtshilfe Verein*, alternativa que se faz vislumbrar logo após o fim da Revolução de 1923. Este bem pode ser o movimento lembrado por Rick, quando menciona uma federação das associações de autodefesa que tomava conta do estado (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48), ainda no ano de 1924. Todavia, as circunstâncias daquele momento mantiveram a mobilização tática das autodefesas, além da conjuntura de insegurança que se arrastou nos próximos dois ou três anos, o que talvez tenha nublado um pouco o desenvolvimento da *Rechtshilfe*. Sabe-se que algumas das sociedades de autodefesa continuaram com algum tipo de mobilização, principalmente aquelas em áreas mais limítrofes, e na forma de alguma espécie de exercício militar, como as manobras de

---

<sup>431</sup> Antes de chegarem na Ramada, o Cel. Dico, Steglich e Franz Syka, que atuava a muitos anos como inspetor escolar, passaram numa grande festa no Fachinal. Esta fora organizada em honra ao mandatário ijuiense, e a participação dos colonos, descrita como ‘colossal’, chegara ao ponto de reunir mais de mil pessoas. Como foi narrado, “foi uma visão fantástica, quando o Inspetor de Alto da União, Luiz Amaro [um dos principais homens de Dico], como também o Inspetor Carlos A. Kern, na frente de 80 homens, todos a cavalo, vieram galopando rapidamente pela planície. Seis bois gordos tiveram que ser abatidos e principalmente o líquido não faltou. Na mais perfeita harmonia transcorreu a festa” (Jornal *Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP).

<sup>432</sup> Jornal *Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP.

<sup>433</sup> Jornal *Die Serra Post* de 01.04.1924. MADP.

cavalaria e infantaria feitas pelo *Selbstschutz* de Neu-Württemberg em 1925 (LEITZKE, 1993o, s./n.). Um pouco mais distante dali, na região missioneira, reunidos em assembleia, num domingo, 12 de dezembro de 1926, “era até comovedor [como os colonos de Serro Azul] declararam manter a Autodefesa por todos os meios”<sup>434</sup>. Um clima de insegurança, como sugere a notícia acerca dos pescoços cortados de quatro homens por esta época, não se sabe se de colonos ou não, de certo exerceu algum papel na comovida decisão dos associados do *Selbstschutz* de Serro Azul<sup>435</sup>.

Mas um aspecto fica evidente: passados mais de dois anos, a autodefesa mantinha-se, ao que parece, organizada em seus moldes iniciais, e a implementação de uma organização mais ampla, com novos objetivos, estava parada. E maiores referências sobre esta *Rechtshilfe Verein* inexistem. O *Serra Post*, cujos redatores, Robert Löw principalmente, parecem estar bastante ligados à iniciativa das autodefesas de modo geral, não menciona mais a organização. O que não quer dizer que ela não tenha subsistido, mesmo que por pouco tempo. Fato é que não se sabe mais nada sobre suas lideranças, reuniões e articulações que eventualmente tenha desenvolvido depois daquele encontro no Restaurante Samrsla. Embora não se possa negar o relevo e importância dos problemas jurídicos que a colônia passava desde tempos mais antigos e ampliados pelas conturbações revolucionárias, parece que a ideia da *Rechtshilfe Verein* não cumpriu o papel de ensejar uma mobilização entorno de uma organização associativa abrangente que representasse a população colonial oriunda da imigração.

Entretanto, uma questão um pouco mais localizada pode ter dado um freio mais efetivo no desenvolvimento da *Rechtshilfe*: um certo medo de que a organização dos colonos viesse a ser cooptada pelos revolucionários da região missioneira. Consta que muitas “autoridades desconfiavam desde o início” e outros “passaram a considerá-los aliados ocultos dos rebeldes”<sup>436</sup> e o próprio Padre Rick sofreu um questionamento quanto a lealdade dos *Selbstschutzvereine*, aspecto que foi providencialmente desmentido junto a Borges de Medeiros, em mensagem enviada por meio do deputado Alberto Bins. Nesta mensagem, Rick dava a “garantia de que a colônia serrana haveria de permanecer fiel e que

<sup>434</sup> Jornal *Die Serra Post* de 21.11.1926. MADP.

<sup>435</sup> Jornal *Die Serra Post* de 08.02.1927. MADP.

<sup>436</sup> *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 130. MADP.

ela haveria de impedir, outrossim, qualquer marcha invasora dos revolucionários” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 112)<sup>437</sup>. Por sorte, o mandatário estadual acreditou na mensagem do jesuíta e na fidelidade dos colonos, o que não quer dizer que o governo deixaria de fazer as devidas pressões para frear a materialização de uma organização de tal calibre e de potencial risco, naquele momento pelo menos. Pe. Rick relata ainda que seu superior na ordem jesuíta fora chamado por Borges de Medeiros, e que este confidenciara ao Provincial que em tempos anormais, como aqueles do ano de 1923, seria impensável “negar ao povo uma união deste tipo”, mas que restabelecidas as condições de ordem e normalidade o Governo não poderia “assistir que tais organizações de defesa se formassem” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 47-48). Esta pode ter sido a principal razão para que a *Rechtshilfe* tenha deixado de avançar naquele momento, mas trata-se de uma possibilidade que precisa de averiguações maiores de modo que possa ser lastreada em provas mais concretas.

Na reunião do Restaurante Samrsla foi dada a sugestão de que *Rechtshilfe Verein* colaborasse com uma associação de cooperação dos agricultores que surgia concomitantemente também denominada como *Landwirtschaftliche Verein*, ou ainda Sociedade Agrícola, mas conhecida popularmente por *Bauernhilfe*. Provavelmente muitos dos seus membros eram comuns a estas duas organizações e a outras tantas. A *Bauernhilfe* surgira da necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico, através da organização da produção, da valorização dos produtos e da introdução de novas tecnologias. Se constituíra quando uma reunião de colonos de Ijuí e Neu-Württemberg, em 9 de março de 1924, assim decidiu, elegendo uma diretoria que era composta de lideranças ligadas ao Sínodo Rio-Grandense e aos jornais *Correio Serrano/Die Serra Post*, cujo editor, Robert Löw, era o presidente. Integravam ainda a diretoria o professor Heinrich Siedenbergl como secretário e Gustavo Zimpel como tesoureiro. A entidade manteria nos anos seguintes no

---

<sup>437</sup> De acordo com as memórias de Rick, um episódio que contribuiu na desconfiança do governo com a possibilidade de uma eventual simpatia das *Selbstschutzvereine* com a causa revolucionária ocorreu em torno do comandante de uma sociedade de autodefesa da Liga de Serro Azul, Edmundo Straatmann, que figurava dentre os eleitores da oposição nas eleições do Rio Grande do Sul. Seu cunhado, de nome Frey, bem como seus filhos, se achavam alinhados do lado dos rebelados e haviam se asilado na Argentina por conta do conflito no estado. De lá, Frey enviou uma carta para Straatmann, onde constava uma relação com preços de metralhadoras, que acabou por cair nas mãos da polícia, servindo para alimentar uma série de desconfianças em relação a Liga de Autodefesa. Estas desconfianças, conforme Rick, não cresceram mais porque, de um lado, Straatmann declinara da posição de comandante e de outro, Borges de Medeiros não se deixara levar por elas, dado seu conhecimento da lealdade da colônia.

jornal um encarte intitulado *Landwirtschaftlicher Ratgeber*, pelo qual difundia “notícias de interesse do setor agrícola, veiculava informações sobre o mercado agrícola, instruía sobre o manejo do solo, sobre técnicas de plantio e de armazenamento e sobre a introdução de novas culturas” (SCHALLENBERGER, 2009, p. 376-377). A *Bauernhilfe* de fato subsistiu por mais tempo, e até na década de trinta os jornais locais mencionam atividades da entidade.

Tanto a *Bauernhilfe* como a *Rechtshilfe Verein* podem ser tomados como o ensaio de uma associação abrangente que tomasse conta dos interesses de uma população colonial com origens teuto-brasileiras, e ambas se mostravam promissoras a seu modo. As duas se propõem a responder às dificuldades de ordem prática e poderiam vir a ocupar o lugar de uma grande entidade associativa teuto-brasileira. Muitas de suas lideranças e dos associados eram comuns, e por isso, *a priori*, não parecem antagônicas ou mesmo concorrentes, embora de fato pudessem sê-lo. Se a *Rechtshilfe Verein* representa uma continuidade direta dos *Selbstschutz*, herdando seu quadro associativo, dirigente e estrutura organizativa, a *Bauernhilfe* parece um projeto mais focado na problemática regional, conectando-se com a questão agrícola. Sua formação derivava de uma articulação regional envolvendo colonos de duas importantes comunidades da região serrana e seu principal idealizador, ou líder teórico, em sendo possível esta designação para Robert Löw, passara pelas experiências da *Bauernverein* e dos *Selbstschutz*. Em certo sentido, parecia até uma refundação da antiga *Bauernverein*, com objetivos um pouco mais específicos, senão mais práticos e palpáveis. Como pode ser observado, os objetivos<sup>438</sup> da *Bauernhilfe* giravam em torno de “um associativismo de resultados” (SCHALLENBERGER, 2009, p. 376-377), colocando-se, talvez, em contraponto às experiências passadas marcados por boas ideias mas pouca prática, crítica que circulava periodicamente no meio colonial e parece ser endereçada a sua hipotética antecessora de duas décadas anteriores. Estes objetivos se traduziram tanto no conteúdo do *Landwirtschaftlicher Ratgeber* como na materialização de

---

<sup>438</sup> Os principais objetivos, conforme o estatuto publicado no encarte *Landwirtschaftlicher Ratgeber* rezavam: “a) conjugar esforços para promover a valorização dos produtos agrícolas; b) promover o avanço cultural e tecnológico, pela introdução de novos métodos de produção e pela formação de técnicos; c) criar infraestrutura para comercializar os produtos; d) facilitar a aquisição de sementes, de adubos e de máquinas para melhorar o trabalho e a renda agrícola; e) auxiliar no controle das doenças e das pragas; f) organizar uma caixa de auxílio ou cooperativa de crédito para os agricultores, com a finalidade de subsidiar a atividade agrícola; g) fortalecer toda a iniciativa associativa” (Citado por SCHALLENBERGER, 2009, p. 376-377).

uma iniciativa que a entidade desde o início propugnava: a estruturação de uma estação experimental agropecuária ou Colônia Modelo, fundada em Ijuí no ano de 1928. Não por acaso o Dr. Robert Löw e Heinrich Siedenberg figuraram em seu quadro dirigente<sup>439</sup>. Mas por outro lado era também uma instituição mais voltada para a questão técnica da produção agropecuária, e não tanto os aspectos socioeconômicos, e sua opção em manter relações com a Federação das Associações Agrícolas do Rio Grande do Sul, organização que viria a se tornar a FARSUL contemporânea, notadamente defensora dos interesses dos grandes fazendeiros, pode ter corroído seu papel no contexto serrano, onde predominavam os pequenos agricultores.

Na década de 20 dissemina-se um outro termo: União Colonial. A primeira aparição do termo União Colonial nas páginas do *Serra Post*, ocorreu em julho de 1923<sup>440</sup>, ocasião em que os colonos da região de Santa Rosa – Buricá (atualmente Três de Maio, Horizontina, Independência, São Martinho, Boa Vista do Buricá e arredores) decidem fundar um grupo local ligado a União Colonial de Cachoeira<sup>441</sup>. Consta que aquela organização teria lançado um chamamento aos colonos, que teria sido respondido na região. Esta organização de Santa Rosa - Buricá estava motivada por dois aspectos: um específico e imediato: a defesa frente às desordens revolucionárias; e outro mais amplo e de longo prazo, ligado a um programa que preconiza uma atuação autônoma dos colonos no cenário político e social do Rio Grande Sul, inclusive com a proposição de uma participação eleitoral mais consciente e eficiente da população colonial. Lideravam a iniciativa os colonos Roberto Simon, como presidente, Paul Trümper, como secretário e mais uma comissão executiva com Leopoldo Becker, Isoldino da Rosa, Henrique Becker, Patricio Finn, Félix Bojorski e João Krever<sup>442</sup>.

<sup>439</sup> Jornal Correio Serrano de 19.06.1930. MADP.

<sup>440</sup> Mas o termo já estava circulando um pouco antes, pois há uma referência de uma reunião em Bello Centro, também Santa Rosa, em 27 de maio de 1923, onde já pode ter sido usado o termo. Entretanto, a fonte é vaga e imprecisa (Documento avulso, parte de um álbum comemorativo, porém sem título e sem data. Museu Municipal de Santa Rosa).

<sup>441</sup> Cachoeira, a exemplo de Montenegro, fora um dos municípios das colônias velhas onde se verificara a formação de organizações de autodefesa para garantir a proteção da região colonial no contexto da Revolução de 1923. Tomou na ocasião a denominação de União Colonial (Jornal A Federação de 10.08.1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>442</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP. Havia certamente um certo desgaste da população colonial da região do rio Buricá com as autoridades e políticos ligados a situação, o Partido Republicano Riograndense, conforme apontado pelo trabalho de Peres (1994) e noticiado pelo *Serra Post* (Jornal *Die Serra Post* de 13.02.1923. MADP).

O texto, um ‘a pedido’ assinado pelo secretário da organização, Paul Trümper, esmiúça os principais problemas que afligiam a população colonial: descaso do governo com a infraestrutura da região colonial; ineficiência jurídica e administrativa, cujos benefícios e malefícios se distribuíam conforme as preferências partidárias; falta de acesso as escolas e abandono das poucas existentes; carga tributária que recaía sobre a população colonial ao passo que esta desconhecia o uso dos recursos assim como pouco se beneficiava deles na forma de obras públicas na região colonial; um sistema eleitoral que se prestava aos que já dominavam a máquina política e impunha fáceis perseguições a população discordante. Como solução a este quadro, se propunha inicial e principalmente a união da população colonial: “se nós, colonos estivermos uma vez unidos numa unidade, formaremos um poder e um importante fator no estado, com o qual o governo tem que se envolver<sup>443</sup>.”

Trümper ainda lista os itens de um programa que norteava a formação da organização local, mas que bem pode ser geral: uma qualificação eleitoral única, válida para todas as eleições; eleição única e secreta, de modo a proteger os eleitores das perseguições; participação justa no recolhimento dos impostos; tributação dos capitais dos bancos; reforma jurídica, fixação legal das taxas advocatícias (aqui provavelmente referente ao problema dos inventários); obrigação escolar geral, com a construção de escolas, contratação de profissionais competentes e capazes sob a preservação das particularidades linguísticas, cuja manutenção havia sido prometida aos imigrantes e seus descendentes<sup>444</sup>. Ou seja, havia um programa político que circulava pela região colonial, e que guarda semelhanças notáveis com aquele desenvolvido na década de 1890<sup>445</sup>.

---

<sup>443</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

<sup>444</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

<sup>445</sup> Um fato curioso, que pode significar muita coisa ou nada: na primeira eleição para a prefeitura de Santa Rosa, em 1935, Oscar Germany concorreu como candidato de consenso de dois grupos políticos: a Frente Única Gaúcha (FUG) e a Chapa Colonial, como se apresentou a nominata que postulava Germany, na verdade filiado ao Partido Republicano Liberal - PRL. Dos 8 vereadores eleitos, 6 integravam o chamado Partido Colonial. A gestão de Germany foi bastante difícil pois ele se colocou a favor da dissidência liberal, grupo do PRL que rompeu com o governador Flores da Cunha. E por isso, Germany acusava o governador de dificultar e negar tudo o que podia ao município de Santa Rosa (CHRISTENSEN, 2008, p. 100-103). Por outro lado, cabe mencionar, nesta ocasião a União Colonial já estava organizada, com uma firme penetração na região de Santa Rosa, sob a liderança de Ernst Trommenschlaeger. Além disso, os dois últimos anos foram duros para a economia colonial, por conta da chamada crise da banha, quando o meio colonial realizou intensas mobilizações sob a liderança de sua organização, a União Colonial. Muito da crise da banha respingou no mandatário estadual, Flores da Cunha, que precisou fazer algum malabarismo no sentido de desvincilhar sua imagem do Sindicato da Banha, tido como um dos responsáveis pela crise da colônia (ADAM, 2015)

Mas efetivamente, a formação de uma grande associação estava meio que em banho maria desde 1924, no curto prazo, ou mesmo desde 1893 se pensarmos numa conjuntura um pouco maior. Este cenário não era exclusividade da região serrana, mas que replicava uma indecisão que grassava em todo o Rio Grande do Sul. A despeito do fato de que a organização dos teuto-brasileiros, ‘*Zusammenschluss*’, viesse desde os tempos de Koseritz, “sua concretização era extremamente complicada, tanto por razões práticas quanto por razões doutrinárias” (GERTZ, 2002, p. 63-64)<sup>446</sup>. Do ponto de vista prático, havia enormes diferenças entre as diversas áreas de colonização assim como dentro delas; culturalmente, a diversidade de credos, principalmente a clivagem entre católicos e protestantes já abreviara a tentativa anterior da *Bauernverein*; a dicotomia capital e interior já se evidenciara na experiência do *Koloniepartei*; e o alemão falado não garantia uma uniformidade étnica que alguns consideravam a base de tal associação. Passados trinta anos, ainda não havia clareza quanto ao caráter de uma eventual associação: não poderia ser política de modo a não perder o trânsito com os partidos e governos existentes, mantendo assim uma neutralidade da colônia. Mas o argumento de que havia alguma uniformidade política na colônia, que fosse a neutralidade na falta de outro elemento, era visivelmente complicado. Ainda que se pudesse recorrer a ideia de que seriam engajamentos individuais, ao longo dos últimos trinta anos se evidenciavam os envolvimento de colonos nos lados principais que demarcavam a arena política do Estado. Ainda havia os que consideravam a neutralidade política uma impossibilidade prática, senão uma besteira no melhor sentido da palavra. Também havia uma dificuldade de tal organização ser econômica dada a diversidade de interesses na colônia e em sendo econômica, não poderia ser organizada em bases étnicas, e o contrário também se colocava. Por fim, os contornos deste associativismo de base cristã, católico e protestante, evangélico luterano principalmente, que detinha uma fundamental influência no meio colonial, parece exercer uma tutela que mantém a organização dos colonos em quadros um tanto estreitos, de modo que um viés mais reivindicatório, senão sindical e classista, obviamente se via inibido.

---

<sup>446</sup> Como Gertz (2002, p. 28-88) aponta, esta foi uma discussão que se deu sobretudo nas páginas da imprensa alemã, principalmente nos jornais *Deutsche Post*, no *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, no *Deutsches Volksblatt* e em menor medida no *Neue Deutsche Zeitung* e no *Kalender für die Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien*, este último não um jornal, mas um anuário.

Mesmo assim, havia quem pensasse que havia chegado a hora do terceiro momento da organização dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, como propugnava um artigo publicado ainda em 1923 no *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien* editados pelo pastor evangélico luterano Hermann Dohms. Depois de se atirarem nos braços de alguns políticos, característica da primeira fase, de se submeterem ao governo positivista de Castilhos e Borges de Medeiros face a sua positivista e benigna tolerância cultural, característica da segunda fase, “estaria na hora de entrar numa nova fase, na qual a população de origem alemã do estado deveria atuar ofensivamente na defesa de seus interesses econômicos e socioculturais”<sup>447</sup>. Nesta terceira fase, a organização adotada não deveria ser político partidária, mas voltada para a obtenção de resultados práticos (GERTZ, 2002, p. 57). Ou seja, se superadas as eventuais pressões políticas no sentido de frear os intentos dos colonos, ou ainda as indefinições destes sobre o sentido e a forma de sua organização, sobrava a alternativa de uma grande associação colonial. Sem sombra de dúvida, pode-se dizer que as experiências dos *Selbstschutz* representam um acúmulo de capital político e cultural que bem poderia ensejar voos mais longos e autônomos, e em não sendo aproveitado neste momento, se dissiparia, o que seria um desperdício.

Face às indefinições de natureza teórica e prática, a realidade tendia a impor as suas soluções. Por volta de 1926, o cenário social e econômico da região serrana desenvolve nuances novos e uma questão de peso maior na conjuntura local começa a tomar forma. Ou seja, uma crise. Dois artigos no *Serra Post* de julho daquele ano evidenciam alguns sinais em torno dos dois principais produtos que significavam entrada de dinheiro na colônia: não havia compradores para o tabaco e concomitante ocorria uma baixa no preço da banha<sup>448</sup>.

---

<sup>447</sup> Também é possível pensar o quanto influenciava neste raciocínio o próprio fim da era Borges e da relativa segurança que sua política de tolerância cultural implicava, ao deixar as comunidades de imigrantes, e suas escolas, num abandono salutar. O pastor Rudolf Becker refletia que a substituição de Borges por outro mandatário, mesmo que das hostes do Partido Republicano Riograndense, significava uma certa insegurança, que contribuía para mostrar que os colonos não podiam mais ficar na dependência de um homem apenas, ainda mais numa época de ascensão de tendências nativistas por todo o país, de maneira que necessariamente teriam que organizar-se para obter a segurança e os benefícios de que necessitavam (Citado por GERTZ, 2002, p. 63).

<sup>448</sup> Em estudos anteriores (ADAM, 2015, p. 153-158) foi possível constatar como as vicissitudes de um mercado regulado pela lei da oferta e da demanda, senão dos humores dos grandes compradores, impactavam diretamente sobre a vida dos colonos. Não por acaso, foi constante a reclamatória de que os colonos recebiam pela banha bruta o mesmo que custava o quilo da carne de porco. Facilmente verifica-se que a história do preço da banha registra uma trajetória de oscilações, onde as quedas do preço são uma constante tanto quanto a elevação. Entre 1918 e 1923, na região serrana, a despeito de uma queda entre 1918 e 1919, replicando com mais detalhe o que os dados de Roche (1969) igualmente demonstraram, a tendência foi de uma pequena mas

Além disso, e provavelmente uma decorrência, o fiado, “este mal cancerígeno da colônia” segundo as palavras do articulista, grassava. Ou seja, faltava dinheiro nas mãos dos colonos, que se viam rotineiramente buscando mercadorias no comércio com a promessa de saldá-los entregando produtos agrícolas ainda não colhidos. Em Neu-Württemberg, a instalação de uma casa comercial com sede em Santa Cruz foi recebida como alvissareira “para poder manter a bomba grande”, ou seja, o fiado<sup>449</sup>.

Em dezembro de 1927, Ludwig Kling e Karl Schaffazik, representando os colonos de Neu-Württemberg por meio da recentemente fundada União Colonial, redigiram um requerimento e endereçaram à Câmara de Vereadores de Cruz Alta reclamando do imposto sobre as carroças e do imposto policial. Neste documento teciam um quadro descrevendo a situação econômica da colônia. Embora estejam tratando de um problema concreto de sua localidade, não é um disparate extrapolar esta situação para boa parte das comunidades instaladas na região serrana, pois que não se diferenciavam tanto assim, ainda mais nesta época. Assim, Kling e Schaffazik começam o documento informando que os colonos se viam em muito má situação econômica por conta da queda dos preços dos produtos agrícolas. Argumentam eles que considerando os anos de 1912 a 1915, época normal, sem guerras nem revoluções, internas diga-se de passagem, nota-se que o poder de compra do dinheiro alcança apenas dois quintos do daquela época, ao passo que os produtos agrícolas não subiram na mesma proporção e assim os colonos ganham menos. Em contraposição, os impostos municipais haviam sido elevados em 700%. Afirmam ainda que os impostos dos outros entes federados também subiram e assim a carga tributária não estava mais em sintonia com os ganhos e despesas dos colonos. Nas palavras do documento: “uma grande parte da população colonial está obrigada a gastar as suas economias e se estas não estão à disposição, ou se estiverem [na situação de] pagar juros, eles [os colonos] terão que fazer dívidas”<sup>450</sup>.

---

consistente elevação do preço médio da banha, para benefício da economia colonial. Particularmente, os anos de 1923 e 1924 são marcados por uma elevação consistente dos preços médios, que atingem o pico em 1925. Em 1926, uma queda nos preços da gordura de porco se manifesta, e a despeito de algumas pequenas recuperações, como no ano de 1928 e no ano de 1931 em relação a 1930, a tendência maior foi de queda no preço da banha que se manteve até 1933 e 1934, quando atingiu seu pior preço. Estes dados permitem ver porque se falava, relativo ao período de 1926 até 1935, em uma crise da banha que se traduzia, por várias razões, em uma crise da colônia.

<sup>449</sup> Jornal *Die Serra Post* de 09.07.1926. MADP.

<sup>450</sup> Jornal *Die Serra Post* de 20.12.1927. MADP.

No fundo, os problemas agrícolas que começam a se avizinhar não são episódicos muito menos exclusividade local, assim como não se resumem a uma questão conjuntural, de preços agrícolas, mas compõem uma estrutura mais ampla, que Roche (1969) e Waibel (1979) assinalaram com exatidão. Trata-se de um processo de esgotamento do solo, que começa a reduzir a produtividade agrícola, que aliado a diminuta extensão da propriedade agrícola utilizada no processo de colonização da região serrana, cerca de 25 hectares, levou a uma situação que nas colônias velhas durou quase um século e nas novas menos que uma geração. Ijuí, e, sem dúvida, praticamente todas as suas vizinhas, rapidamente apresentaram, conforme as palavras de Roche, sinais de uma senilidade precoce. Não só os preços agrícolas estavam caindo, e os impostos subindo como de resto os demais preços, mas os colonos estavam colhendo menos<sup>451</sup>. A solução até então fora uma desvairada ampliação da fronteira agrícola, uma febre migratória, como já identificada por Amstad. Talvez fosse a hora de buscar outra.

Assim, em 1927 começam a aparecer no *Serra Post* os apelos por uma união dos colonos: “Colonos, organizai-vos” era o título de um texto publicado em 12 de agosto daquele ano. Nele, o articulista elogiava o abnegado esforço dos que estavam se empenhando pela implementação da união dos colonos, como aqueles de Neu-Württemberg alguns meses antes. E assim apelava aos colonos de Ijuí:

Portanto, colonos de Ijuí, não ponham as mãos no colo, mas acordem para a uma participação efetiva na vida de vossa classe. Acordem e assumam mesmos a função econômica que vos pertence, cuja condução vocês até agora deixaram nas mãos de outros. Uni-vos num bloco fundido e firme. A base econômica deve ser comum e não isolada. Vossa arma é a base econômica unida, naturalmente, quando vocês não se unirem, permanecerão fracos e com o tempo empobrecerão sempre mais. Mas tão logo vocês se unirem, vocês estarão maduros do ponto de vista cultural, pois a economia faz a política e não a política a economia. Então vocês não serão mais uma insignificância e os senhores políticos não mais vos preterirão. Pensem nas palavras do senhor presidente do estado, que ele disse aos fazendeiros: ‘uni-vos, assim vocês serão um poder insuperável’<sup>452</sup>.

Sem dúvida que pesa o fato do autor não ser um colono, mas alguém se dirigindo a eles e lhes dizendo o que deveriam fazer para sair da insignificância, a começar assumindo a condução da defesa de seus interesses de natureza econômica e classista. Mas por outro

<sup>451</sup> Como é de conhecimento público, a situação veio a agravar-se com a crise de 29 e períodos de estiagem que se seguiram nos anos 30.

<sup>452</sup> Jornal *Die Serra Post* de 12.08.1927. MADP.

lado, o texto deixa claro a natureza que a tão sonhada e almejada associação de colonos parecia tomar.

Contando com a fidedignidade do *Serra Post* em mais ou menos dar conta do que vinha acontecendo na região serrana, tem-se a impressão que este processo de formação das Uniãos Coloniais, começava por Neu-Württemberg, logo seguido de iniciativas de outros lugares<sup>453</sup>. Entretanto, dado o uso do termo União Colonial, suas origens podem ser um pouco mais anteriores, remontando a 1923<sup>454</sup>.

Assim, no dia 31 de abril de 1927, a mesma reunião dos ‘homens de confiança’ do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg que decidiu pela manutenção da autodefesa em “situação passiva” também resolveu pela sua transformação em União Colonial, de modo que na reunião de fundação desta nova organização, ela já pode contar com 400 sócios<sup>455</sup>. Esperava-se para logo o dobro de associados “a julgar pelo interesse dos moradores, que reconhecem a necessidade de uma união econômica”. Uma diretoria foi eleita contando com o professor Ludwig Kling, que já ocupava a posição de líder do *Selbstschutz*, como

---

<sup>453</sup> O associativismo no meio colonial não é uma exclusividade dos teuto-brasileiros, ainda que uma certa fama possa indicar isto. Notadamente, os imigrantes poloneses desenvolveram consistentes experiências associativas, notadamente na Colônia de Guarani (Rio Grande do Sul), onde se localizava a maior colônia polonesa. Ali, na década de 20, desenvolveu-se um movimento associativo de agricultores conhecido como os círculos agrícolas (*Kółko Rolnicze*), organizações de base, nas linhas e picadas, que se articulavam numa organização maior, a União Central das Sociedades Agrícolas (*Centralne Towarzystwo Rolnicze* – CTR, literalmente “Sociedade Central Agrícola”). Esta instituição associativa, a exemplo do ZZRP (*Związek Zawodowy Rolników Polskich w Brazylii* - União dos Agricultores Poloneses do Brasil), dos polono brasileiros no Paraná, incluiu diferentes linhas de Guarani das Missões (aproximadamente 16) em torno a uma união coordenada pelo agrônomo de origem polonesa Nicolau Biezanko e o padre Jan Wróbel (TRINDADE, 2015, p. 195-196). Consta que organizações semelhantes apareceram em torno de Ijuí e Erechim.

<sup>454</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP. Chama a atenção como Schallenger (2009) usou de forma bastante indiscriminada a expressão União Colonial para diversas iniciativas dos colonos no período de 1923 a 1927, principalmente neste eixo Neu-Württemberg - Ijuhy, mas também para além dele em alguns casos, onde o termo aparentemente não estava em voga e ainda não havia sido fundada nenhuma organização com este nome. Todavia, pode ser um indicativo de uma disseminação da expressão na década de 1920, aparecendo em documentos manuseados por aquele autor. Por outro lado, o fato de que as comunicações andavam no ritmo do cavalo e do trem a vapor, não implicava no isolamento total das comunidades e Neu-Württemberg não estava fora do mundo. Assim, se existia em algumas colônias velhas um movimento de articulação associativa em torno de uma organização que tomava o nome de Uniãos Coloniais, esta notícia deve ter chegado na colônia serrana. Mas um pequeno episódio também pode ter cumprido um papel: entre novembro e dezembro de 1924, apareceu em Neu-Württemberg uma comissão enviada pela organização de Santa Rosa – Buricá, aquela que adotara já em 1923 o nome de União Colonial, para estudar o funcionamento da autodefesa local (Jornal *Die Serra Post* de 18.12.1924. MADP.). Quanto tempo ficaram e o que conversaram, não se sabe.

<sup>455</sup> Na verdade, ocorre que os associados do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg decidiram não extinguir a organização de autodefesa, que deveria ficar como que adormecida, de modo a ser acionada assim que fosse necessária (Jornal *Die Serra Post* de 22.05.1927. MADP.).

presidente e Karl Schaffazik como vice, além de Wilhem Klein e Friedrich Prante ocupando os cargos de secretário e tesoureiro. Esta diretoria foi encarregada de elaborar os estatutos, que apareceram nos próximos dias. Nestes, vê-se com clareza os objetivos de uma organização voltada para a questão agrícola, elegendo os agricultores como o cerne de seu corpo social<sup>456</sup>. Consta também que embora a entidade fundada tenha base territorial na colônia de Neu-Württemberg, esperava-se que em outros centros coloniais também se fundassem associações deste tipo, que trabalhariam então para o progresso de toda uma classe, a exemplo dos fazendeiros e dos comerciantes<sup>457</sup>.

Os líderes principais da União Colonial de Neu-Württemberg, Ludwig Kling e Karl Schaffazik, se puseram a divulgar a entidade nos arredores. Na reunião geral da diretoria de 07 de agosto, no salão Goldhardt, prestaram contas de sua ida a Ijuí e Cruz Alta, ato muito bem recebido pelos demais membros, tanto que foi decidido que o presidente deveria manter o contato com organizações parecidas que iam sendo fundadas. Sem demora, ainda em agosto, apareceu em Neu-Württemberg uma comissão proveniente da Linha 19, no município de Ijuí, solicitando que alguém fosse até a localidade ajudar a coordenar uma reunião com o intuito de ali fundar uma União Colonial. Em resposta, foi decidido que o próprio Kling e Schaffazik iriam, somando-se posteriormente o colono Arsend<sup>458</sup>.

A reunião em Ijuí, na Linha 19, área do *Selbstschutz* Ijuí-Ramada, aconteceu num domingo, 18 de setembro, na sede da Sociedade Alemã Linha 19. Fora convocada para deliberar a formação de uma sociedade para a defesa de interesses profissionais, mas o público presente compreendia agricultores, artífices e comerciantes. A principal liderança local era August Zenter, que comandara a autodefesa local e estivera envolvido com a formação da *Rechtshilfe Verein* três anos antes. Zenter conduziu a reunião, apresentando os convidados de Neu-Württemberg, Kling, Schaffazik e Arsend<sup>459</sup>.

---

<sup>456</sup> Os objetivos traçados eram: 1. Estimular a população da agricultura em todos os níveis de sua atividade; 2. Compra de remédios contra doenças no gado; 3. Introdução de gado de raça, sementes, como remédios para combater insetos nocivos; 4. Esclarecimento sobre assuntos econômicos e culturais, leis e direitos civis e obrigações; 5. Colaboração ativa nestas áreas (Jornal *Die Serra Post* de 22.05.1927. MADP.).

<sup>457</sup> Jornal *Die Serra Post* de 22.05.1927. MADP.

<sup>458</sup> Jornal *Die Serra Post* de 26.08.1927. MADP. O mencionado colono Arsend pode ser Arsênio Carlos Licht, que integrara a diretoria do *Selbstschutz*, e também chegou a ocupar o cargo de subintendente.

<sup>459</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

O *Serra Post* publicou uma parte substancial da palestra de Ludwig Kling. Esta fala traduz muitos dos motivos, circunstâncias sociais e a configuração da organização que se punha em andamento. Ludwig Kling falou sobre as finalidades e necessidades de uma união da população colonial: fazer o que individualmente o colono não conseguia fazer, mas um coletivo organizado sim. De modo que organizados, constituir-se-iam como um segmento capaz de fazer pressão sobre as outras instâncias ou delas obter alguma forma de reconhecimento de modo que uma colaboração, e não tanto um conflito, pudesse trazer melhorias para o segmento social dos colonos agricultores e em decorrência, sobre a economia agrícola e o país. Kling disse que, uma vez unidos, os colonos obteriam um melhor contato com as autoridades “com a finalidade de providenciar sementes apropriadas, combate às formigas, combate às doenças nas plantas e animais, instalação de postos veterinários contra epidemias do gado, formação dos colonos para a prática da medicação animal”. A organização dos colonos ainda visava influenciar a legislação levando aos legisladores as necessidades e preocupações dos profissionais da colônia e pequeno comércio “ao passo que agora eles se preocupam apenas com os grandes”<sup>460</sup>.

A certa altura o texto do *Serra Post* transcreve uma frase que se não foi dita desta forma por Kling, poderia ser dita por qualquer um dos colonos, presentes ou não a reunião, e que poderíamos tomar como uma tradução de um estado geral que permeava a colônia: “até agora estamos aí somente para trabalhar e pagar, mas não para participar do governo, nem mesmo em assuntos que interessam diretamente a nós”<sup>461</sup>. Um raciocínio de semelhante teor já constava na proclamação emitida pela União Colonial de Santa Rosa - Buricá cerca de quatro anos antes, em que dizia: “Como pagantes de impostos também deveremos ter o direito de saber como é usado o nosso dinheiro, mas infelizmente o colono não deve se importar com isto; só na eleição somos úteis, de resto há a máxima: ‘cala a boca’ colono e paga teu imposto pontualmente”<sup>462</sup>.

Para Kling, não se poderia exigir que o governo tomasse conhecimento das necessidades do meio colonial se não existisse um órgão que levantasse a voz dos colonos. Assim, este deveria ser criado. No fundo, estas organizações eram bem-vistas pelo governo,

---

<sup>460</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

<sup>461</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

<sup>462</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

como demonstravam as palavras do Presidente do Estado dirigidas aos criadores de gado e repetidas por Kling aos colonos: “uni-vos, pois individualmente vocês são impotentes, mas unidos vocês são uma potência que tem ser ouvida”<sup>463</sup>. Outras categorias também estavam se organizando em órgãos de classe, como os fazendeiros, os comerciantes, os industriais... Por fim, na fala de Ludwig Kling uma certa leitura da estrutura social e econômica: “contra o que nós nos colocamos não é contra o governo, mas contra a exploração do grande capital, que faz os pequenos trabalharem para eles e colhem os frutos para eles”. Schaffazik, em seu momento, teceu alguns comentários sobre as crises econômicas que eram periódicas e que somente poderiam ser superadas com o trabalho em conjunto de todos<sup>464</sup>.

Ludwig Kling, no encerramento de sua palestra, diz ainda que o entusiasmo pela união não deveria ser um fogo de palha, mas algo mais contínuo, persistente e com o empenho de todos, em prol do bem comum. As palavras de Kling, assim como as de Schaffazik, colheram aplausos, que se seguiu de acalorado debate, do qual muitos colonos participaram, como Fritz Daenecke e (Gustav?) Matschinske e cujo conteúdo não foi, lamentavelmente, vertido pela imprensa. Mas deve ter sido favorável ou de alguma forma coincidente com os termos dos oradores, pois que, ao final da reunião, foi eleita uma comissão para realizar os preparativos para a formação da União Colonial da Linha 19. Seus componentes eram: Ferdinand Prauchner, R. Augustin da Linha 19; Fritz Daenecke, (Emil ?) Riewe, (Gustav ?) Matschinske, da Linha 30; Alex Pitt, Franz Hauser, da Ramada; Emil Klass, Stadler, da Linha 6 Norte; August Triller, G. Kitlaus, da Linha 14-16; Max Wegner, W. Maron, da Linha 25-27; Wilhem Prauchner e Johan Franzl da Linha 6 Leste. Reuniões para as linhas mencionadas foram marcadas para o próximo domingo, 25 de setembro, e no domingo seguinte uma reunião conjunta na Linha 19<sup>465</sup>. A agitação tinha começado.

Em 30 de outubro de 1927, se reuniram as diretorias distritais do que ia tomando a forma da União Colonial Ijuicense. Fazendo um balanço, verificava-se que na reunião se viram representados 5 distritos, que somavam então 205 associados, mas isto não era o

---

<sup>463</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

<sup>464</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

<sup>465</sup> Jornal *Die Serra Post* de 27.09.1927. MADP.

todo. O distrito da Linha 6-8 Leste não enviou ninguém, na Linha 19 a organização não avançara por conta do tempo ruim, muita chuva, na Ramada e na linha Norte estavam sendo organizados mais dois distritos, de modo que a entidade ganharia 9 distritos. Destes, o mais numeroso era o da Linha 30 com 67 associados. Dada a impossibilidade de eleger uma diretoria definitiva, os colonos Daenecke, Tschöpe, Riewe e Betz foram encarregados das atividades da direção geral até o ano de 1928. O outro ponto da pauta tratava do recrutamento de mais associados, sendo unânime a opinião de que a propaganda doméstica seria o melhor forma, com visitas pessoais de esclarecimento. Cada uma das diretorias distritais deveria decidir se e como a agitação deveria ser fortalecida com reuniões, ainda que estas devessem ser usadas com parcimônia “devido ao rápido cansaço de reuniões pelos colonos”. Em vez de reuniões periódicas, sugeria-se noitadas ocasionais com palestras. Os presentes se viram rebatendo a opinião de que a organização seria unicamente alemã e replicavam a ideia oriunda da quase totalmente alemã colônia de Neu-Württemberg de que a União Colonial, como tinha a finalidade da defesa de interesses econômicos, deveria se voltar para todas as populações coloniais, envolvendo italianos, poloneses... Talvez por isso, decidiram que a minuta dos estatutos deveria ser elaborada em alemão e português e distribuída em panfletos em ambas as línguas e espalhados em todas as regiões coloniais<sup>466</sup>.

Vai ficando mais claro o caráter a ser tomado por esta grande organização dos colonos: uma associação em prol da defesa de seus interesses concretos, imediatos, materiais, principalmente aqueles conectados com a melhoria da condição econômica. Algumas vezes parece pouco difuso o que vem a ser os colonos, pois que em alguns momentos há uma referência mais concreta ao segmento dos agricultores, em outras não. Na reunião na Linha 19, por exemplo, não havia só agricultores mas também artífices e comerciantes. A liderança, por exemplo, parece replicar um pouco a situação dos *Selbstschutz* e Ludwig Kling exemplifica bem a condição de um professor liderando a organização dos colonos<sup>467</sup>. Em geral, o foco é de fato esta população colonial que vive na

---

<sup>466</sup> Jornal *Die Serra Post* de 08.11.1927. MADP.

<sup>467</sup> Há que se considerar que por esta época, na região colonial, o professor nem sempre era uma figura dotado de uma formação específica e com uma condição profissional claramente estabelecida ou mesmo distinta. Havia alguns destes, muitos inclusive com origem estrangeira, como os professores alemães que atuavam na sociedade escolar de Neu-Württemberg, mas eram, no computo geral, minoria. Mais comumente eram instalados na função de professor aqueles colonos um pouco mais letrados que os demais, assim como era

zona rural, tendo como atividade econômica a agricultura em pequenas propriedades. Mesmo que não sejam restritos apenas aos agricultores, pois ainda não é um movimento de natureza sindical dos pequenos agricultores, há uma certa clareza de que o movimento seria em prol dos pequenos, dos agricultores, e uma certa percepção de que se coloca em contraposição aos grandes, percepção esta que ganhará uma consistência maior na problemática da banha nos anos seguintes<sup>468</sup>. Schallenberger (2009) também constatou que a União Colonial, em seus inícios, esteve indefinida entre a alternativa mais sindical e a mais cooperativista, e em assumindo um viés, o sindical por exemplo, isto poderia implicar em um estreitamento de sua base de associados.

Por outro lado, a medida que esta opção pela questão econômica, da colônia, dos agricultores, dos colonos fica mais cristalizada, há uma desistência, embora não explicitada, de um projeto mais político, como aquele aparecido na década de 1890, e talvez retomado em alguns aspectos na região do Buricá, do partido político. Este pode ser o sentido de uma parte da discussão havida na reunião dos delegados distritais de Ijuí, em de 30 de outubro de 1927, quando os presentes precisaram reafirmar que a União Colonial não era uma organização revolucionária, portanto política, lhe interessando principalmente, ou tão somente, o avanço econômico da população colonial<sup>469</sup>.

Uma outra visualização das ideias que permeavam a formação da União Colonial é possível no trabalho do professor itinerante do Ministério da Agricultura, Emil Schenk<sup>470</sup>,

---

bastante comum aos professores a dedicação a mais algum outro trabalho, não sendo raro a ocupação agrícola. Muitos professores rurais, como alguns contratados pela sociedade escolar de Neu-Württemberg residiam numa casa anexa a escola, onde também havia um pequeno pedaço de terra, no qual o professor poderia fazer alguns cultivos, sustentar alguns animais como uma vaca, alguns porcos e galinhas e um ou dois cavalos. Ou seja, o professor não deixava de ser visto como um colono, se tomado o termo como sinônimo de agricultor. Nem se discute se tomado o termo em sentido mais amplo, em referência ao enorme contingente populacional que vem ao planalto para povoar e colonizar. Neste caso todos eram colonos.

<sup>468</sup> Este de fato não é um processo desconhecido e outros autores, como Gertz (2002) e Schallenberger (2009) também se referem a ele.

<sup>469</sup> Jornal *Die Serra Post* de 08.11.1927. MADP. Obviamente que a ação organizativa dos colonos não deixava de ser uma ação política, entendida esta em sentido amplo. Cabe bem a reflexão feita por Bourdieu (1998, p. 159), que caracteriza como atos políticos os atos construtores ou instituidores de grupos sociais: “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.

<sup>470</sup> Emil Schenk formara-se na Escola Agrônômica do Paraná, também conhecido como *Deutsche Verein Schulle* de Curitiba, na verdade seu mantenedor. O apelido de ‘pai das abelhas’ veio do fato de ter sido um dos principais fundadores e difusores do Sindicato Apícola Riograndense. Entre 1917 e 1925 exerceu o cargo de professor de técnicas agrícolas no Instituto Borges de Medeiros, em Porto Alegre. Em 1925 foi contratado como professor ambulante do Ministério da Agricultura e a partir de 1929 passou a fazer parte dos quadros da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul (SCHALLENBERGER, 2009, p. 380).

vindo de Taquari. Ainda que residisse no vale do Taquari e atuante na formação da União Colonial de lá, Schenk não era nenhum desconhecido na região colonial e há muitos anos perambulava por ela, principalmente por seu trabalho na apicultura e mais recentemente no Ministério da Agricultura. No final de 1927 Schenk desenvolveu mais um roteiro de palestras na região serrana: dia 14 de dezembro palestrou em Neu-Württemberg, depois em Ijuí, na Vila e na afastada Linha 30, a convite da União Colonial. A fala do palestrante, especializado em apicultura, e por isso chamado de ‘pai das abelhas’, versava sobre esta importante atividade no meio rural e ainda trazia consigo, para distribuir entre os interessados, exemplares de abelhas-rainha da espécie italiana além de que, na medida do possível, visitava as propriedades dos apicultores, como fez em Neu-Württemberg. Mas na palestra na Linha 30 conclamou os colonos para que se organizassem: “Uni-vos, organizai-vos” disse ele<sup>471</sup>.

O conteúdo da fala de Emil Schenk na Linha 30 envolveu uma conclamação quase emocional para que os colonos assumissem os desafios e as responsabilidades de se associarem: “Somos capazes de nos arregimentar, de modo que nossas crianças possam dizer um dia: ‘nossos antepassados também nos legaram algo’”. O exemplo de outros países, como a América do Norte foi citado: “95% da população campesina da América do Norte estão organizados tão firmemente, que eles nem sequer querem sair da sua organização, pois eles têm somente vantagens nesta situação. Os outros 5% são cabeçudos, que eles nem querem tê-los na organização”<sup>472</sup>.

Schenk se põem a esmiuçar sobre a importância de um processo permanente de busca de conhecimento e a percepção de uma dinâmica do mundo que envolvia o mundo rural e as perspectivas, ou funções, da organização dos colonos neste contexto, inclusive rumo a uma autonomia da economia colonial:

(...) temos que estar sempre em atividade em nossa organização, sempre estudar algo (...) visitar estabelecimentos bem organizados e cursos e aprender com eles. Não há parada, somente progresso ou um retrocesso. E se houver realmente uma pequena parada [crise?] será então o momento, quando a nossa economia se prepara do progresso para o retrocesso. Todas as uniões individuais da economia

<sup>471</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.

<sup>472</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.

rural devem ser soldadas numa grande liga e então poderemos fundar mais tarde nossos próprios institutos e economias modelares<sup>473</sup>.

O contato com as autoridades não poderia ser menosprezado: “nós mesmos somos culpados nas situações atuais, porque nas esferas superiores não se sabe nada das nossas dificuldades econômicas e interesses. Nós aceitamos tudo como é decidido na mesa verde, em torno da qual estão sentados não técnicos...”. Schenk adverte que a categoria não sabe se fazer valer pelo seu peso: “xingamos pelas costas, em vez de andar no caminho reto e direto”. Mas organizando-se, faria se ouvir e respeitar: “Dirijam um memorando ao Ministério; se não passar, então nós temos que nos ajudar de outra maneira, mas ele passará, se nós formos todos unidos”.

Por fim, a analogia que era de se esperar do especialista em apicultura e cognominado ‘pai das abelhas’: “como as abelhas andam em seus caminhos e trabalham, assim nós também temos que fazê-lo segundo o lema das abelhas: ‘sério, unido, ativo!’ está em nós, se nós somos capazes para isto!”<sup>474</sup>.

É observável um trabalho de liderança operando no sentido da invenção dos colonos enquanto grupo portador de uma identidade e de um lugar social e cultural. Tanto as falas de Schenk, este mais de fora, embora não um desconhecido dos colonos, e de Ludwig Kling, uma liderança interna, estão enunciando, de novo, a existência dos colonos. Como no dizer de Bourdieu (1998, p. 159), estão exercendo uma ação política que produz um grupo social. Seu trabalho dentre outros, vem a ser de porta-voz deste grupo: “o porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo ato de nomeação”.

O desenvolvimento da organização que parece inspirado nas abelhas se faz notar. Tanto pelo empenho da busca de soluções para as questões mais imediatas, como na ampliação e consolidação da própria organização. Dos problemas concretos iam merecendo a atenção das Uniões Coloniais, um dos mais imediatos era o das estradas. Numa das reuniões de recrutamento de associados na Linha 8 Norte (Ijuí), enquanto admitiam 20 novos associados, os colonos debatiam a situação das estradas do 3º distrito que foram

<sup>473</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.

<sup>474</sup> Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.

danificadas pelas chuvas pesadas dos últimos meses. A diretoria foi encarregada de encaminhar a questão conforme os passos adequados. De fato, estas parecem ter melhorado: a Intendência tomou providências, embora contando com a colaboração dos próprios colonos que se organizavam em grupos e faziam a manutenção<sup>475</sup>. Já a União Colonial de Neu-Württemberg encaminhou à Câmara de Vereadores de Cruz Alta um requerimento reclamando da elevação dos impostos sobre os colonos, que muito aumentaram, ao passo que as rendas dos colonos não o fizeram. O texto, expondo e argumentando em torno da situação socioeconômica dos colonos, pedia a eliminação do imposto sobre carroças e o imposto policial<sup>476</sup>.

Em pouco tempo, a União Colonial de Ijuí cresceu e se viu discutindo a conveniência de transferir a sede para Vila, que estava localizada na Linha 30 até então, pois que a parte principal do trabalho de constituição estava concluído e a organização se via espalhada por todo o município, somando mais de mil associados. Uma rotina de reuniões dava conta do funcionamento, sendo que uma diretoria central mais organizada conduziria o trabalho desta nova etapa. Com maior tamanho, as reuniões dos delegados das bases deveria ser convocada com seis semanas de antecedência e cada reunião geral da diretoria deveria ser preparada com 8 semanas, de modo que os distritos (a base) pudessem ter tempo para fazer as suas reuniões e fixar as linhas dos delegados. Uma reunião dos tesoureiros de todos os distritos se daria no dia 21 de janeiro de 1929, para prestação de contas e efetivação das encomendas de sementes. Se discutia também a reunião marcada para Santa Maria, para onde iriam 2 representantes de cada sociedade agrícola. No dia 17 de fevereiro, na parte da manhã, deveria acontecer uma reunião de todas as diretorias distritais, sendo que até lá os distritos deveriam ter feito a eleição de suas novas diretorias, de modo que também pudesse ser eleita uma nova direção-geral. A tarde uma assembleia geral, para a qual se solicitava um grande comparecimento de colonos, porque se fazia necessário a presença de um quarto dos associados para tomar resoluções<sup>477</sup>.

O processo ocorrido em Neu-Württemberg e Ijuí pode ser extrapolado para toda a região serrana: ao longo de 1927 e 1928, grupos de União Colonial iam se organizando, em

---

<sup>475</sup> Jornal *Die Serra Post* de 04.01.1929. MADP.

<sup>476</sup> Jornal *Die Serra Post* de 13.12.1927. MADP.

<sup>477</sup> Jornal *Die Serra Post* de 04.01.1929. MADP.

bases nas linhas coloniais e pequenas comunidades e unindo-se em associações maiores por municípios, aproveitando-se no processo as lideranças e o corpo social que se viram mobilizados anos antes nas sociedades de autodefesa. Um pequeno relato de Hermann Heinemann (1934) identifica a formação da União Colonial de Santo Ângelo como decorrência dos *Selbstschutz*, tendo seus grupos de base instalados justamente onde haviam existido os grupos de autodefesa. Para os lados das colônias velhas, um processo de formação já estava em andamento com especificidades locais e sem o lastro dos grupos de autodefesa, mas com outros.

Como bem resumiu o pastor Hermann Buchli (1932, p. 113): “a miséria da época nos levou à Liga. A crise econômica mundial ameaça fortemente a economia e também a nossa colônia”.

\*\*\*

Reunidos na cidade de Santa Maria, em 26 de janeiro de 1929, numa assembleia presidida pelo ‘pai das abelhas’, Emil Schenk, colonos representando associações coloniais de boa parte do estado decidiram fundar a Liga das Uniões Coloniais do Rio Grande do Sul. A minuta de estatutos apreciada na reunião fora elaborada por Ijuí e Neu-Württemberg. A sede estadual da nova entidade seria Neu-Württemberg, assim como provenientes dali eram o presidente, Ludwig Kling, e o tesoureiro, Karl Schaffazik, enquanto que o vice-presidente, Frederico Daenecke, e o secretário, José Frantz, vinham de Ijuí. A tão sonhada e almejada grande associação de colonos, um espectro que rondava a colônia desde 1890, finalmente se materializava<sup>478</sup>.

---

<sup>478</sup> As Uniões Coloniais subsistiram até mais ou menos 1939, quando, no contexto do Estado Novo, definharam e desapareceram. Ao menos seu órgão noticioso, o *Nachrichtenblatt*, ainda circulava no segundo semestre daquele ano como atesta o exemplar datado de agosto de 1939, depositado no acervo do MAHP. As causas e os detalhes deste processo precisam ser mais investigadas, sendo que por ora a mais consistente explicação, e única, é a de Erneldo Schallenberger (2004 e 2009), que relaciona o definhamento e fim das Uniões Coloniais ao intervencionismo estatal que ganhou corpo na década de 30.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final das contas, esta Tese materializa o fato de que havia algo para dizer sobre as organizações da autodefesa dos colonos teuto-brasileiros conhecidas como *Selbstschutzvereine*. E isto por três razões. A primeira é que não existiam estudos maiores sobre estas entidades, de modo que o conhecimento sobre elas era bastante escasso. A segunda é que não estavam claras as relações desta particular manifestação do associativismo teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul com as demais e muito menos o seu papel na estruturação de um movimento associativo em torno de uma organização maior e abrangendo a totalidade do meio colonial. Por mais ilusória que tal perspectiva pudesse ser, ela existia. A terceira é que os caminhos tomados pelo associativismo teuto-brasileiro na década de 1920 ficam mais claros quando compreendida a importância das *Selbstschutzvereine*.

Na estruturação de um eixo central que pudesse sustentar uma discussão historiográfica, foi construído um problema relacionado a trajetória deste associativismo no período de 1890 a 1930, como ele se conecta com a proposta de uma organização abrangente e qual foi o papel da autodefesa neste processo. Duas hipóteses de trabalho foram construídas: a primeira, de que o projeto de uma grande associação colonial, senão de um partido, mesmo malgrado nos anos de 1890, persistiu pairando sobre a região colonial e seu espectro atravessa um período de 40 anos, encarnando ocasionalmente em alguma experiência mais particular, como a da *Bauernverein*; a segunda, de que o esforço organizativo em torno da autodefesa, principalmente as *Selbstschutzvereine*, foi fundamental na retomada deste projeto na região serrana levando a formação das Uniões Coloniais.

Não há dúvidas que a rearticulação do associativo teuto-brasileiro ocorrido na segunda metade da década de 1920 passou pelos *Selbstschutz*. Estas organizações, em

sendo possível este tipo de linguagem, geraram um capital cultural e político que foi fundamental para reacender o projeto associativo em torno de uma grande associação, como fora pensado em épocas anteriores, tendo papel decisivo na formação das Uniões Coloniais. A maior parte delas vislumbrou uma existência transcendendo a função original e decidiu manter-se ativa de alguma forma após encerrado o período conflituoso. Mas principalmente, tal esforço organizativo, e o grau de consistência que alcançou, também tornou possível sua invenção por seus propugnadores, ou enunciadores.

A exemplo de outras populações migrantes, de diferentes tempos e lugares, o associativismo teve grande importância para os teuto-brasileiros. Melhor dizendo, a prática associativa foi vital no estabelecimento dos colonos na nova terra e na continuidade de sua vida social, econômica, cultural e até política. Com ela, os colonos geram e desenvolveram relações entre si e com o mundo que estava em volta. Se, como diz Sayad (1998), com a imigração importam-se trabalhadores mas não cidadãos, o esforço das populações migrantes instaladas num novo espaço também veio a ser um movimento de rompimento e superação desta condição de negação de cidadania e no sentido de obter direitos políticos com vistas a plena existência na nova terra. O associativismo foi um dos canais, senão o principal, deste processo. Além disso, supriu inúmeras carências que se colocavam aos colonos na região colonial, das escolas até a conservação das estradas.

Esta vida associativa tem meandros muitas vezes obscuros. Sociedades e associações surgem e desaparecem, e as causas nem sempre são claras, ou as aparentes nem sempre são as mais importantes. Como a maior parte das manifestações do associativismo teuto-brasileiro são experiências ‘ao rés do chão’, é um campo particularmente fértil as contribuições da prática da micro-história.

Este associativismo certamente não constitui um bloco homogêneo e monolítico e foi atravessado pelas diferenças e assimetrias que marcavam o meio colonial. A medida que existiu um projeto associativo teuto-brasileiro, ele também esteve bifurcado em duas formulações: do associativo cristão, em suas manifestações e a proposição de uma organização mais política. Esta última emergiu com força no início da década de 1890, mas solapou rapidamente frente às circunstâncias adversas. Mas pode ter deixado um vazio e uma vontade que foi preenchido por outras experiências desenvolvidas pelos colonos. Na

prática cotidiana, estas formulações nem sempre estiveram muito longe uma da outra e podem ter se mesclado umas tantas vezes. Como exemplo, o *brummer* Koseritz era cotado para presidir o *Koloniepartei*, que recebia apoios importantes como o do pastor Wilhelm Rotermund e a militância do pastor August Kunert.

Os teutos muito se associam mas a longevidade de suas instituições, assim como as dissidências constituem-se numa das questões a serem aprofundadas. Não é objetivo deste trabalho, ou melhor dizendo, deixou de sê-lo, explicar os desdobramentos da história da União Colonial, mas a leitura do trabalho de Erneldo Schallenberger permite ver que a duração desta organização praticamente não excedeu ao período de 10 anos, um tempo bastante parecido com sua principal antecessora, a *Bauernverein*. Esta duração um tanto mediana em termos históricos, para não dizer curta mesmo, constitui no motivo principal para que Arthur Rambo a avaliasse como um projeto inacabado ou incompleto. Inevitavelmente trabalhos futuros terão que indagar o quanto tal avaliação caberia às Uniões Coloniais.

Falando das *Selbstschutzvereine* de 1923 e 1924, porque foram mais esmiuçadas por esta pesquisa, não há dúvidas que suas bases residem no associativismo teuto-brasileiro. Este constitui-se num emaranhado de organizações e relações. São evidentes as inúmeras conexões que marcam o associativismo teuto-brasileiro neste período. Mesmo que a região colonial serrana fosse grande geograficamente, quase todas as lideranças envolvidas no associativismo, em termos obviamente, se conheciam e muitas atuavam concomitantemente em várias associações, compartilhando objetivos e formas de atuação. Este emaranhado conectado tornou possível as *Selbstschutzvereine* como as conhecemos.

Mesmo a trajetória das lideranças políticas surgidas no meio colonial guardam relações com o associativismo. Como bem demonstra o percurso desenvolvido por Alfredo Steglich em Ijuí, o associativismo foi uma catapulta para a atuação política mais ampla e a conquista de cargos na estrutura política oficial. As relações dos colonos com o aparato político estabelecido também tinham nas diversas associações e sociedades uma base de apoio importante.

São inquestionáveis os nexos entre o associativismo teuto-brasileiro desta época com o ideário e práticas religiosas, notadamente do catolicismo social, e o luteranismo,

especialmente parte de sua elite eclesiástica. Nada estranho, na verdade. O surgimento das comunidades no âmbito destas confessionalidades foram, antes de tudo, experiências associativas. O contexto em que as duas principais denominações religiosas se desenvolveram entre os teuto-brasileiros, igrejas da imigração, fizeram-nas estabelecer conexões sociais mais intensas e necessárias. O associativismo, assim como a vida religiosa, ganharam sentidos e formas próprias. Se a ação do catolicismo social já foi mais estudado, o mesmo não acontece com as inflexões dos luteranos no associativismo. Vestígios apontam concretamente neste sentido, mas entrar mais fundo neste cenário depende de fontes mais específicas e robustas, e provavelmente em alemão, que nos limites desta pesquisa não foi possível abarcar. Seria, além disso, a formatação de outra tese. Por isso, foi um aspecto relegado a estudos futuros ou mesmo outros pesquisadores. Entretanto, foi possível vislumbrar com clareza a atuação dos pastores protestantes itinerantes que atuaram desde o final do século XIX e inícios do XX, como importantes difusores e apoiadores do associativismo na região colonial, como mostra o suporte de muitos deles a formação e desenvolvimento da *Bauernverein*. A literatura corrobora o envolvimento de várias lideranças do meio protestante com o associativismo teuto-brasileiro desta época. Como exemplo já conhecido, uma das lideranças importantes na formação da União Colonial foi o pastor Hermann Buchli, titular do Pastorado da Imigração sediado em Sarandi.

Existe obviamente uma dificuldade de avaliar com mais exatidão o impacto da experiência de autodefesa e particularmente a formação das *Kolonievereine* em 1893 no desenvolvimento do associativismo teuto-brasileiro no período seguinte em função do acesso a fontes, escritos e testemunhos permitindo clarear esta dimensão, o que não quer dizer que não existam. Estes vestígios devem estar em algum lugar e provavelmente também estão registrados em alemão. Faz falta o estudo de Kunert, que no mínimo, imagina-se, daria algumas pistas que poderiam ser seguidas. Mas os elementos de um ideário associativista permaneceu e um certo programa reapareceu nos anos 20 na região de Santa Rosa com semelhanças notáveis com aquele que surgiu no século anterior na região das colônias velhas.

Faz falta um esclarecimento maior sobre conexão das *Kolonievereine* com a *Bauernverein*. Sem dúvida, a explicitação desta conexão é fundamental para entender a formação e o papel da *Bauernverein* numa análise que transcenda as atuais. A maior parte dos textos consagrados permitem dizer que houve uma acomodação da colônia alemã com o governo positivista, que mediante um salutar abandono lhes permitia o usufruto de uma liberdade cultural e educacional. Mas a formação da *Bauernverein*, e o fato de que um significativo contingente não católico confluía para ela indica que a Associação de Agricultores estava suprimindo um vazio. Sem dúvida, um aspecto a espera de estudos mais profundos.

É evidente a existência de um projeto intelectual que permeava o associativismo teuto-brasileiro, assim como é evidente que este projeto intelectual por si só não logrou tornar real, material a ideia de uma grande associação colonial. Esta precisou de situações práticas que criaram um contexto de unidade dos colonos, quando aí sim, o processo de criação da categoria se faz materializar também pela ação dos agentes no exercício do ato de enunciar. Bem se vê como estes prosperam quando a realidade permite e necessita.

Na perspectiva adotada nesta pesquisa, o projeto de uma grande organização se viu cortado, ou poder-se-ia dizer, podado em dois momentos muito claros. No malogro do *Koloniepartei* e das *Kolonievereine*, quando consolida-se a perspectiva e a circunstância da colônia deixar-se nas mãos do governo positivista, e no malogro da *Bauernverein*, na qual a proposta, suspeita-se, havia encarnado, por conta dos caminhos um tanto estreitos, de novo uma suspeita, em que se pretendia conduzir aquela organização.

Mesmo que arriscada, outra especulação é possível. De que, do ponto de vista prático, a principal função da *Bauernverein* foi a colonização, que se materializou em duas colônias – Serro Azul e Boa Vista. Isto deveu-se à percepção dominante da questão social da colônia como um problema de falta de terras. Não por acaso, e principalmente o clero católico articulado posteriormente na *Volksverein*, vai investir na busca de terras para construir um novo projeto de colonização. Embora houvessem tentativas de formular outras soluções para os problemas da colônia, elas não tomaram maior envergadura e a organização não desenvolveu mais nenhuma ação de peso. Fato é, coincidência ou não, depois da colonização de Serro Azul, a *Bauernverein* entrou em declínio.

Se a *Bauernverein* foi uma encarnação da proposta de uma grande associação colonial de colonos após o malogro das *Kolonievereine*, o fato de não ter sido também pode ser o motivo de sua crise. Que outro motivo, ou causa, poderia explicar o que se convencionou chamar de desinteresse dos colonos?

Aparentemente, olhando de fora, a *Bauernverein* se viu abandonada em duas frentes: pelos colonos, que não viam sentido ou retorno na organização, e pelos seus próprios propugnadores, o clero inaciano e protestante de confissão luterana. Mas olhando de outra forma, descendo na baixada, bem ao estilo da micro-história, é possível ver uma história diferente, em que os colonos não abandonaram a *Bauernverein*, mas a utilizavam de acordo com as suas necessidades, como evidenciam os casos de Neu-Württemberg e Ijuí. Particularmente no caso de Ijuí, observa-se que a organização continuou existindo, ainda que enfrentando suas dificuldades, depois da derrocada estadual. E ali entre suas lideranças mais importantes constavam os católicos. Em Neu-Württemberg, uma cooperativa de comercialização pareceu mais adequada às necessidades dos colonos enquanto que algumas das funções e objetivos da *Bauernverein* continuaram sendo desenvolvidos principalmente pela Sociedade Escolar, que inclusive absorveu seus bens. Ou seja, não se pode negar aos colonos a iniciativa e capacidade de organização, e parece que buscaram, quando possível e necessário, escapar do dirigismo dos padres e pastores, e atuar em prol de seus interesses. No fundo, muito de uma lógica camponesa de resistência, mas também de autonomia, acompanhada de boa dose de realismo, onde os colonos tinham uma consciência bastante clara de suas possibilidades e necessidades.

Tomado o associativismo teuto-brasileiro como um projeto intelectual, o principal motivo para o malogro da *Bauernverein* foi o abandono do projeto por parte destes proponentes principais. Por alguma razão, eles desistiram da colaboração interconfessional que se dava nela, de modo que a organização toda definhou. Pelo menos, esta é a principal e mais consistente explicação que existe para dar conta da crise da *Bauernverein*. A suspeita, também arriscada sem dúvida, de que a desistência da intelectualidade leiga e clerical tenha sido do projeto *Bauernverein* como um todo, ou seja, da organização dos pequenos agricultores que tinha sua origem social no processo de colonização, obviamente carece de maiores estudos. Enfim, as análises sobre a crise da *Bauernverein* e suas facetas,

meandros e causas ainda tem o que avançar. Não é que a explicação sobre a crise da colaboração interconfessional seguida da evasão dos religiosos da organização esteja incorreta, mas incompleta. Urge que estes estudos sejam feitos.

Neste processo de desenvolvimento do associativismo teuto-brasileiro, houve uma busca pelo ‘todo’ da colônia, que na década de 1890 foi a questão étnica. Revelou-se, como se sabe, inviável, em vários sentidos. A formação da *Bauernverein* sinaliza para um projeto, ainda que étnico-religioso, deslocando-se um pouco para uma dimensão classista, focando então nos colonos agricultores. Mas permaneceu principalmente um projeto étnico-religioso, talvez até mais religioso que étnico. Nos anos de 1920, nota-se um deslocamento decisivo rumo a dimensão da classe econômica, agora tomados os colonos mais como agricultores, tidos então como o principal elemento representativo desta colônia que este associativismo pretende representar. Mas é sem sombra de dúvida outra conjuntura social, econômica, política e até internacional. O que levanta a questão de quanto e como um velho projeto que retorna para um novo tempo servirá para alguma coisa. Em todos os casos, esta ideia de uma grande ‘*Zusammenschluss*’ espreitava a colônia como um espectro a quase quarenta anos. Talvez tenha funcionado justamente por ser isto: uma ideia meio difusa, sem contornos muito definidos, que estava a disposição, podendo ser aproveitada quando e como necessária.

Mesmo com tudo isso, não se pode dizer que a formação das Uniões Coloniais foi a realização intencional de um projeto colocado no passado. Sua consecução foi mais uma obra da realidade sócio econômica da colônia, em que o associativismo mais uma vez, como em tantas outras, se fez necessário, ainda que a sua materialização guarde importantes conexões com o que fora projetado no passado, aliado ao acúmulo de uma estrutura organizacional e de lideranças propiciado pelo esforço da autodefesa. Como tantas vezes na história, uma junção de fatores.

Ao menos três alternativas, ou projetos, talvez, estavam embolados na década de 20: uma sociedade de ajuda jurídica - a *Rechtshilfe*, uma associação agrícola - a *Bauernhilfe* e a proposição de retomada de organização mais politizada – a União Colonial. Talvez tudo tenha se misturado e a emergência da União Colonial em 1927 trouxe uma organização de contornos associativos voltada aos interesses mais econômicos da colônia. Ainda que

aproveitasse o nome da organização de Santa Rosa-Buricá, o conteúdo parecia menos politizado.

Por outro lado, a veiculação, em muitas obras da historiografia da imigração e colonização, assim como do associativismo teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul, da noção de que as Uniões Coloniais surgiram sobre e aproveitando a estrutura da antiga *Bauernverein* precisa ser relativizada. Ainda que a influência da *Bauernverein* seja perceptível, ao lado de outras, trata-se de uma influência um tanto difusa. Se é verdade que existe um contexto comum em que estas organizações se desenvolveram, há também algumas especificidades que precisam ser observadas quanto ao desenrolar do processo. Assim, pode-se dizer com certeza que a organização das *Selbstschutzvereine* constitui-se na base de formação das Uniões Coloniais da região serrana, ao passo que uma eventual linha de continuidade da antiga *Bauernverein* conduzindo até as Uniões Coloniais, em termos organizativos, está ainda bastante nublada, carecendo de estudos e documentos mais conclusivos. Estes poderiam ser encontradas neste hiato temporal, que vai mais ou menos de 1910-1912 até 1922, quando, por uma série de circunstâncias, o associativismo teuto-brasileiro está imerso em algumas brumas.

A história do associativismo teuto-brasileiro, senão de boa parte das experiências associativas, é a história de uma dinâmica dialética entre um projeto, que muitas vezes têm origens intelectuais, e a prática efetiva de pessoas organizadas por conta de suas necessidades que se envolvem, assumem e transformam este projeto. Assim sendo, o estudo deste associativismo também deve ser conduzido em torno destas duas dimensões que estão em uma relação dialética, conflituosa, de embricamento e síntese. Não raramente os projetos são posteriores e que tentam controlar ou enquadrar as práticas. Estas, não necessariamente negam os projetos e até se apropriam deles como forma de continuar, mas funcionam no sentido de dar respostas efetivas aos problemas concretos vividos pelos grupos sociais. Enquanto prática, o associativismo é acionado conforme as necessidades dos tempos e lugares dos sujeitos sociais e históricos. Assim, assume nuances e formas específicas de acordo com as épocas e desafios colocados: construção de escolas e erguimento de comunidades religiosas; cooperativas de produção e de comercialização dos produtos agrícolas; sociedades dedicadas a ginástica, ao canto e ao tiro; agremiações para

alavancar as demandas das localidades e enfrentar um *déficit* da representação política; a defesa de interesses econômicos, de classe; a sua invenção enquanto grupo portador de uma identidade e de um lugar social e cultural; além de organizações para afastar o assalto e o saque das conquistas materiais erigidas com grande sacrifício, senão o risco de vidas próprias, de familiares e vizinhos, estas últimas objeto desta Tese. No meio deste processo, a história transita dos coletivos maiores e das instituições rumo aos fatos concretos e singulares onde a ação de grupos menores e indivíduos ganha relevo.

Foram de grande importância os intelectuais na colônia, desde os mais clericais, como Amstad, Rick, Lassberg, os não clericais, jornalistas como Roberto Löw, professores como Ludwig Kling, organizadores como Faulhaber. Dentre estes, não há receio em afirmar que Robert Löw é um dos agentes intelectuais mais importantes da região serrana. Tanto por seu trabalho no jornal, como por sua atuação em diversas organizações associativas, ou ainda por sua intervenção teórica, por meio de textos que escrevia debatendo a realidade regional. O papel destes intelectuais étnicos, quando muito constatado, evidentemente não foi esmiuçado corretamente nesta Tese, como de resto em boa parte da historiografia da imigração e colonização no Rio Grande do Sul. Como sempre, questões de recorte, tempo, formatação da tese. Temas e perguntas que ficarão para o futuro.

Todo trabalho historiográfico só é realizável por conta das fontes. Esta Tese só foi possível pela existência de uma fonte de inestimável valor: o jornal *Die Serra Post*, criado e editado por Robert Löw. Em alemão. As páginas deste veículo ainda encerram as pistas e vestígios de uma história que mal foi contada. Para reconstituir os acontecimentos objetos deste estudo em particular, foi impossível não recorrer aos artigos e informes publicados por este órgão da imprensa teuto-brasileira. A disponibilidade de uma ampla rede de correspondentes lhe permitia uma cobertura relativamente eficiente do espectro regional. A edição em alemão lhe conferia um poder de discussão, corrente entre os iniciados na língua, das problemáticas da comunidade teuto-brasileira, assim como da região. Esta desenvoltura não existia na edição no vernáculo nacional.

Seu papel em relação ao contexto estudado foi duplo: fonte e agente. Na rede de correspondentes que dispunha, uma elite intelectual étnica escrevia sobre acontecimentos e

organizações dos quais eram participantes. E a redação do jornal tanto veiculava as notícias e artigos como articulava a organização dos *Selbstschutzvereine*, centralizando um importante fluxo de informações, endereços, nomes de lideranças, dentre outros. E com seus textos, este veículo também operava uma visão ou uma representação deste mundo colonial que entrava e saía das páginas do *Serra Post*.

Comparados, os acontecimentos de 1893/95 e os de 1923/24, guardam semelhanças e diferenças. Em ambos os casos, o trauma do saque, da degola, do recrutamento forçado e de outras tantas formas de violência bem enumeradas por cronistas e estudiosos, e se possível alguma mensuração, em graus variados.

Dos vários aspectos comuns nestas tristes experiências, um bastante pitoresco. Se para os combatentes o fato de recorrerem a uma alimentação baseada quase exclusivamente na carne os fazia dominar as habilidades de abate e preparo deste artigo alimentício, aos colonos causava espanto e indignação o hábito desenvolvido pelos salteadores de em questão de minutos lhes tomarem um ou mais animais, carneá-los e pôr no fogo para logo em seguida consumi-los não raramente com a mesma lâmina empregada no abate. E tudo ali, no pátio do colono! Tal indignação explica a incauta atitude da matrona Binsfeld de proteger seu gado pondo-se no caminho dos salteadores e fechando a porteira, no que estes a fustigaram sem maiores reservas. Quem nasceu e cresceu em famílias de descendentes de imigrantes alemães sabe que durante a semana come-se comida de panela enquanto que o churrasco está reservada aos domingos e dias festivos e ali a carne assada carrega uma simbologia muito própria...

É inegável que há uma certa percepção de que o impacto da guerra intestina e das mazelas por ela trazidas foram piores no contexto da Federalista que trinta anos depois. Existe uma memória da Revolução Federalista na região das colônias velhas, principalmente no Vale do Taquari, a região mais impactada, que traduz bem esta diferença. A passagem da Revolução de 1923 e os processos de 1924, da Coluna Prestes, agora na região das colônias novas, no planalto do Rio Grande do Sul, parecem ter sido mais amenos, e uma explicação pode ser o esforço da autodefesa e os seus resultados. Ali quem sofreu mais os impactos da turbulência revolucionária foram as colônias mais limítrofes e isoladas, onde o esforço da autodefesa, por conta das condições locais, era mais

difícil. As áreas mais densas, localizadas mais próximas de outras colônias ou sedes governamentais, se defenderam melhor. Todavia, um panorama diferente em termos de memórias, relatos e fontes históricas acerca das revoluções de 1923 e 1924 poderia alterar esta compreensão.

Nas duas circunstâncias foram importantes, senão cruciais, o apoio do governo e a disponibilidade de armamento, existindo ambos, mas com diferenças. Quanto as armas, a princípio os colonos se arranjaram como possível. Depois receberam alguma ajuda. No contexto de 1893-95, a ação do governo em relação a organização dos colonos conheceu duas fases: de início as desconfianças foram preponderantes e o apoio escasso; ao final do conflito, quando dissipado o mal estar e ficando mais evidente o peso econômico da colônia, e por isso a necessidade de sua salvaguarda, um apoio dos governos municipais e estadual a estas iniciativas se fez sentir. Este ocorreu principalmente numa pequena distribuição de armas, notada em alguns lugares, como Lajeado, ou num beneplácito ao empenho dos colonos em comprá-las. Em 1923 e 24, ainda que sejam conflitos de pequena duração, o apoio do governo aconteceu desde logo, e como decorrência, a distribuição de armas foi mais sistemática nas regiões mais importantes, como Ijuí, Serro Azul e Santa Rosa, sendo um dos motivos para o sucesso das iniciativas. Ainda se faz notar uma diferença entre 1923 e 24: na primeira situação, uma guerra interna entre as duas principais facções da cena política estadual, de modo que os envolvimento dos colonos também, para todos os lados, era uma questão mais delicada; na última, ocorria um levante contra o poder central do Brasil e ainda que tenha contado com apoios entre os assistidas, não tocava no cerne do *status quo* estadual e, assim, o apoio do Estado aos grupos de autodefesa pôde ser mais efetivo de imediato.

A neutralidade foi bastante apregoada no contexto da Revolução Federalista, mas efetivamente constituiu-se num problema. Pensando nas *Kolonieverein*, elas foram em alguns lugares um elemento para a entrada dos conflitos na colônia e não a barreira que se imaginava. Enquanto que no contexto de 23 e 24 foi bem mais efetiva, senão uma realidade concreta. Melhor dizendo, funcionou. A razão para isto não é nem um pouco complicada. As pertencas ideológicas e os envolvimento locais com um dos lados, para não dizer com aquela facção que ostentava o lenço vermelho, que certamente existiam, não se

explicitaram, mas ficaram convenientemente nubladas. Assim, ficaram evidentes os cuidados tomados pelas organizações no sentido de demonstrar junto ao governo esta condição, evitando-se inclusive a ascensão de pessoas ligadas ao partido adversário a posições importantes de liderança.

Comparando o funcionamento da autodefesa nos dois contextos, vê-se que o sucesso da neutralidade foi baseado numa mesma receita: uma proximidade mínima de algumas de suas lideranças, senão todas, com o governo. Na Federalista isto aconteceu em alguns lugares, como Santa Cruz; em 1923 e 24 este procedimento foi quase que generalizado. Como bem disse um dos que estudaram o processo: dentro da colônia, tratava-se de ‘pôr todos sob um mesmo chapéu’, a despeito das diferenças. No fundo, a neutralidade significava uma relação mais ou menos amistosa com o *status quo* e uma garantia por parte da colônia de que não se envolveria com o outro lado. Enquanto havia dúvidas na década de 1890, isto ficou bem mais claro no contexto de 1923.

Apesar disso, houveram atritos com as forças legalistas, como os de Neu-Württemberg, Ibirubá e Buricá. Na medida do possível, foram administrados politicamente. Um equilíbrio nas requisições, circulação de tropas e relacionamento com os colonos se impunha, enquanto que os problemas estavam no seu esgarçamento. Se as tropas legalistas estavam, em tese, mais constrangidas a atuar dentro deste equilíbrio, as sublevadas se viam com mais liberdade ou suas necessidades as tornavam menos escrupulosas. Nestas circunstâncias, se reagir aos insurretos dependia mais das condições objetivas do lugar e do momento, fazê-lo antes as tropas legalistas envolvia certo grau de melindre que impunha um trato político da questão.

Nos anos 20, o avanço da organização dos colonos sofreu um atraso que parece ser decorrente dos temores das altas esferas de que a associação colonial pudesse ser cooptada pelos revolucionários daquele momento, os tenentes, e pressões podem ter sido feitas que postergaram materialização da *Rechsthilfe* em 1924. No caso de Serro Azul, o testemunho do padre jesuíta Rick constitui-se num vestígio bastante significativo. Esta organização experimenta uma retomada na segunda metade da década, onde se acrescentam novos fatores aos intentos iniciais, mas canalizando o processo para a formação das Uniões Coloniais, que em 1929 constituem a Liga da Uniões Coloniais Rio-Grandenses.

Neste cruzamento de neutralidade e apoio governamental reside a complexa existência das *Selbstschutzvereine*. Certamente não foram organizações paraestatais, ainda que tenham assumido grandes poderes e responsabilidades públicas. Mas também não se pode dizer que foram instituições completamente autônomas do Estado. Estiveram em algum lugar no meio disso. Mas foram, no fim das contas, uma solução cômoda ao governo enquanto que necessárias aos colonos. Neste sentido, contribuíram no desenlace da guerra ainda que militarmente pareçam ter sido irrelevantes.

Pelo que foi possível apurar, no esforço da autodefesa os colonos sempre se viram lutando contra tropas organizadas com fins bélicos ou simples bandoleiros. Saindo da superfície, logo é possível ver que também estavam enfrentando os desdobramentos de uma questão social que se colocava a muito tempo, mas cujas causas e consequências não esteve em seu espectro de compreensão. Esta é uma impressão possível a partir do que foi veiculado pelo principal órgão de imprensa estudado na tese, o *Serra Post* e pelos documentos manuseados na pesquisa, ou seja, a questão social destes desapossados da terra, formados pela população cabocla, não transparece. O estudo de outras fontes pode evidenciar um quadro diferente. No entanto, até onde a vista alcança, um duplo sentimento marcou o meio colonial em relação a esta população cabocla: um profundo despeito ao lado de um temor igualmente grande. A tradução destes sentimentos se dá nos termos encontrados nos documentos manejados, como bandidos, bandoleiros, ralé da área limítrofe, ‘macacóides’, quase sempre usados para referir-se a estes que estavam a espreita para assaltar as colônias, que coincidentemente também pareciam ser, em sua maioria, mais escuros, ou seja, caboclos.

Na verdade, aparecendo nestes dois momentos, 1893/95 e 1923/24, temos a mesma questão social, econômica e também política operando, só em espaços geográficos diferentes: antes nas colônias velhas, nos entornos do vale do Taquari, rumo a Santa Cruz do Sul; depois na região serrana, onde se formaram as colônias novas. Mas o que ocorre sistematicamente é a exclusão de uma parcela da população em paralelo a privatização da terra operada pelo poder público em consonância com os interesses das elites regionais. Enquanto aos colonos era dado o benefício da compra da terra, aos caboclos, em geral, o caminho dos locais mais ermos e a expulsão. Por sorte a história dos conflitos armados dos

colonos com os caboclos, ocupantes mais antigos da terra, estão encontrando na leitura e elucidação dos processos crime um campo de fertilidade ímpar. Lamentavelmente, este fato sinaliza como a questão social permanece por tempo demais uma questão de polícia.

Se algo foi aprendido na graduação, depois em mais de duas décadas no magistério e no trabalho de escrita desta Tese é o papel e a grande a responsabilidade social do historiador em contribuir na construção de um conhecimento útil para que a sociedade seja mais justa, tolerante, igualitária e democrática. Se para muitos parece utópico e mesmo irrealizável tal intento, uma ideia bastante na moda no momento, fato é que a história enquanto projeto racional de compreensão da realidade se conecta também com a perspectiva de uma intervenção no processo histórico no intuito de alcançar um futuro mais auspicioso para os seres humanos. E uma vez despojada deste projeto, esta ciência reduz-se a um conhecimento ainda que seja belo, na verdade é infértil e de pouca serventia.

É inevitável uma preocupação decorrente das dúvidas ligadas a época em que vive o autor, marcada por atribulações, incertezas, como tantas outras do passado. Particularmente, hoje vive-se uma corrosão de conquistas que aparentemente estavam consolidadas e ao mesmo tempo reaparecem estranhos fenômenos que imaginava-se estarem sepultados no passado. Tal sepultamento é uma visão que agora, a luz da experiência e do estudo, evidencia-se como ingênua, pois que estes funestos fenômenos parecem elementos por demais estruturais da sociedade.

Neste contexto tenebroso, é corrente a esdrúxula argumentação de que a posse e uso de quatro ou mais armas por cidadão venha ser alguma espécie de solução para os complexos problemas sociais, econômicos e políticos, senão culturais que passa o Brasil. Pelo visto, sempre haverá quem pretenda vender a banha de cobra valendo-se da ignorância alheia. Neste caso, ignorância histórica. O fenômeno da autodefesa esmiuçada na Tese constitui-se como uma especificidade histórica. Se algo pode ser aprendido, é o da importância da organização comunitária e associativa, com bases profundas no tecido social, contexto em que as armas foram secundárias. A eventual força dos colonos naquele momento histórico não se originou das armas que portavam, que a bem da verdade eram poucas e simples, mas da sua capacidade de se organizarem e se inventarem enquanto um grupo social que era portador de uma identidade e de demandas sociais, econômicas,

políticas e culturais ao mesmo tempo que se impuseram a tarefa de buscar a sua materialização.

No final das contas, verifica-se que a história enquanto processo vivo e dinâmico também tem uma característica poliédrica. Cada vez que é manejada com fins de observação, revela uma nova face, o que importa na provisoriedade de perguntas e respostas.

As respostas provisórias aqui apresentadas são algumas dentre muitas possíveis no bojo de uma trajetória intelectual. Correm o risco de estarem erradas, incompletas ou superficiais. Por sorte, a história ainda não encontrou seu fim, de modo que sempre é possível produzir questões novas que possam conduzir a respostas mais corretas, profundas e complexas. Como diria um colono de Neu-Württemberg: *‘die große Pumpe am Laufen halten’*.

## REFERÊNCIAS

**Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana.** Ijuí: Gráfica Michaelsen & Cia Ltda, 1951.

ADAM, Paulo. “**Ouro Branco**”: O porco e a banha em Ijuí (1890-1950). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2015.

AGUILAR, César Rodríguez. **Justicia Comunitaria y Rondas Campesinas en el sur andino.** Lima: SER; PROJUR, 2007.

ALTMANN, Friedholt. **A roda.** Memórias de um professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991.

AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil.** A Revolta dos Muckers. São Paulo: Símbolo, 1978.

AMARAL, Sandra Maria do. **Elite política e relações de poder:** o caso de Ijuí (1938 – 1945). Ijuí: Unijuí, 2003.

AMSTAD, Teodoro. **Memórias autobiográficas.** Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2002.

\_\_\_\_\_ (Org). **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924.** Traduzido por Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a revolução de 1923.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis:** luta e resistência em Palmeira das Missões. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

ARENDDT, Isabel Cristina. **Representações de germanidade, escola e professor no *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*** [Jornal Geral para o professor no Rio Grande do Sul]. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2005.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. **As sociedades de damas atiradoras:** pelos caminhos da prática do tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. *Rev. Educ. Fis/UEM*, v. 24, n. 4, p. 567-580, 4. trim. 2013.

ASSIS, Valesca de. **Tábua dos destinos.** In: Possamai, Zita (Org). *Revolução de 1893.* Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. *Cadernos Porto&Virgula* 3. pp. 09-12.

AXT, Gunter. **A Revolução federalista (1893-1895):** guerra civil no Brasil. In: *Revista IHGB.* Rio de Janeiro. Ano 179. Volume 477. Maio/Agosto 2018. pp. 107-135.

AVANCINI, Elza Gonçalves. **O mandonismo local em Ijuí (1912 – 1937).** Ijuí: texto datilografado, [s/d.]. MADP.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858).** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BALDIN, Bruna. **Tapir:** Uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Erechim: UFFS, 2017.

BARROS, João Alberto Lins de. **A Marcha da Coluna.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais.** Londrina: EDUEL, 2009.

BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. **De Europa a las Américas:** dirigentes e liderazgos (1880-1960). Buenos Aires: Biblos, 2006.

BEUTER, Ivo. **De Elsenau a Panambi.** Panambi: Edição do autor, 2013.

BINDÉ, Ademar Campos. **As etnias em Ijuí:** os letos. Ijuí: [s.n.], 2006.

\_\_\_\_\_. **Ijuí – histórias revividas:** 100 anos de emancipação. Espumoso: Gráfica Líder, 2012.

BINDÉ, Wilmar Campos. **Santo Ângelo –** Terra de muitas histórias. Santo Ângelo: Multicor, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BRAATZ, Armindo. **A Revolução de 1923 em Santo Angelo I**. Depoimento. Santo Angelo: Jornal A tribuna Regional de 20.06.1997. pp. 27 e 28.

BRESSAN, Suimar J. **Sindicalismo rural e sociedade: relações e história**. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Rural). Porto Alegre: UFRGS, 1978.

BUCHLI, Hermann. **Die Liga das Uniões Coloniais Riograndenses**. In: *Kalender fur die Deutschen Evangelische gemeinden in Brasilien*. 1932. pp. 113-115.

LÖW, Ulrich. **Breve histórico do Ginásio Evangélico Augusto Pestana**. Ijuí: GEAP, 1952.

CARON, Márcia; TEDESCO, João Carlos. **Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”**. In: Estudos Iberoamericanos. Porto Alegre, v. 38, nº 1. pp. 181-185. Jan-jun 2012.

\_\_\_\_\_. **João Inácio e “seu bando”**: intrusões e a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (1927-1930). In: ROCHA, Humberto José da (Org.). *Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX)*. Passo Fundo: Acervus, 2020. pp. 488-530.

CASTRO, Carmem Lúcia Weber; PADOIM, Maria Medianeira. **A Revolução Federalista em Santa Clara do Sul**: um estudo de caso. In: *Disciplinarum Scientia*. Santa Maria: v. 1, nº 1, pp. 143-155.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. **Santa Rosa: Histórias e memórias (1876-2004)**. Santa Rosa: 17ª Fenasoja/LM Propaganda, 2008.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **O mato rebelde**: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. In: *Coletâneas do nosso tempo*. Rondonópolis: 2008. Volume VII. Número 8. pp. 87-111.

COLLING, Ana Maria; RISTOW, Beate Anelise. **O ensino em Ijuí**: do barracão à cidade universitária. Ijuí: Editora Unijuí, 1994.

CORRÊA, Luiz Poock. **Fogo cruzado**: no tempo dos maragatos. São Paulo: EDICON, 1986.

CREMONESE, Djalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

DALLABRIDA, Tarso. **Selbstschutz**: o exército de autodefesa de Panambi. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Palmas: Faculdades Integradas de Palmas, 2003.

DEVOTO, Fernando. **Prólogo**. In: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. De Europa a las Américas: Dirigentes e liderazgos (1880-1960). Buenos Aires: Biblos, 2006. pp. 9-16.

DEWES, Miguel José. **A história de Cerro Largo**. Porto Alegre: Editora da Alvorada, 1966.

DIAZ, Antonio Fuentes. **A zona cinza**: ordem criminosa e autodefesa armada no México. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1. Janeiro de 2019. pp. 277-299.

DOURADO, Ângelo. **Os voluntários do martírio**: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

DREHER, Martin. **A Igreja no Brasil diante do problema social do pequeno agricultor e do operário**: uma perspectiva histórica. In: Estudos Teológicos. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, 1981. pp. 119-135.

\_\_\_\_\_. **Conversas a partir da margem**: dialogando sobre os Mucker. In: SIDEKUN, Antonio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina. Campos Múltiplos: identidade, cultura e história. *Festschrift* em homenagem ao prof. Arthur Blazio Rambo. São Leopoldo: Nova harmonia/Oikos, 2008. pp. 57-82.

\_\_\_\_\_. **O mundo evangélico na Revolução Federalista**. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. pp. 69-82.

\_\_\_\_\_. **Wilhelm Rotermond**: Seu tempo – suas obras. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua História**. Porto Alegre: EST, 1981.

EICKHOFF, João. **O doutor maragato**. Tradução, apresentação e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

ERTZOGUE, Marina H. **Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas**. Estudos Iberoamericanos, PUCRS. VXXII, nº 1, junho/1996. pp. 103-119.

FAUSEL, Erich. **Cinquentenário de Panambi** (1899-1949). [s.l.]: [s.ed.], 1949.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FELDMAN, Marcos. **Memórias da Colonia de Quatro Irmãos**. São Paulo: Maayanot, 2003.

FENNER, Darci. **Xingu 100 anos**. Constantina: Artes Gráficas Constantina, 1997.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FISCHER, Joachim. **Os primórdios da pregação itinerante e do trabalho da diáspora no Sínodo Riograndense**. In: Ensaios luteranos: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986(a). pp. 53-72.

\_\_\_\_\_. **Comunidades, Sínodo, Igreja Nacional: o povo evangélico de 1824 a 1986**. In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo: Rotermund/Editora Sinodal, 1986(b). pp. 11-22.

FISCHER, Martin. **A Colonização de Ijuí – uma retrospectiva histórica, sociológica e étnica**. In: Etnias diferenciadas na formação de Ijuí. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

\_\_\_\_\_. **A comunidade evangélica de Ijuí**. In: HEIM, Alexandre (Org). Comunidade Evangélica de Ijuí: 85 anos (1895-1980). Ijuí: [s.n], 1980. pp. 07-50.

\_\_\_\_\_. **Acontecimentos políticos que influenciaram o desenvolvimento de Ijuí**. In: Jornal Correio Serrano de 19 de outubro de 1970. pp. 02-05.

\_\_\_\_\_. **Dr. Robert Löw. Lebens – und charakterbild eines deutschen Journalisten in brasilien**. In: Serra-Post Kalendar, 1973. pp. 33-81.

\_\_\_\_\_. **Fünzig Jahre im Dienst der Allgemeinheit. Zum Goldenen Jubiläum des Verlages Ütrich Löw – Ijuí**. In: Serra-Post Kalendar, 1961. pp 61-75.

FIRMBACH, Theodor. **Santa Clara: O Combate Federalista**. Tradução, introdução e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Palavras iniciais**. In: FIRMBACH, Theodor. Santa Clara: O Combate Federalista. Tradução, introdução e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tristeza e Padre Reus**. Porto Alegre: Editora Elape, 1979.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1993.

FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim: tempos heroicos**. Erechim: Empresa Gráfica Carraro, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **O sentido histórico da revolução de 1893**. In: DAL FORNO, Rodrigo; LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Clássicos da história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Porto Alegre: Edipucrs, 2019. pp. 17-48.

FRANTZ, Walter. *Institutionalisierte Zusammenarbeit zwischen einer Bildungseinrichtung und einer Genossenschaft*. Tese (Doutorado em Ciências Educativas). Münster: Westfälischen Wilhelms Universität Münster, 1980.

FREITAS, Décio. **A revolução da degola**. In: Possamai, Zita (Org). *Revolução de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Cadernos Porto&Virgula 3. pp. 21-24.

GALLO, Ezequiel. **Colonos en Armas: Las Revoluciones Radicales em la Provincia de Santa Fé (1893)**. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1976.

\_\_\_\_\_. **La Pampa gringa**. La colonización agrícola em Santa Fé (1870-1895). Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1984.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

GERTZ, René. **A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião**. In: *História Unisinos*. Nº 14, V. 1. Janeiro/Abril 2010. pp. 38-48.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e imigração alemã**. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. pp. 100-122.

\_\_\_\_\_. **O aviador e o carroceiro**. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Bibliografia sobre a Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul**. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. pp.115-124.

\_\_\_\_\_. **A construção de uma nova cidadania.** In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. pp. 29-42.

\_\_\_\_\_. **A Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã.** In: Possamai, Zita (Org). Revolução de 1893. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993a. Cadernos Porto&Virgula 3. pp. 43-50.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã.** In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Editora da Universidade de Rio Grande, 1993b. pp. 115-122.

\_\_\_\_\_. **Antecedentes da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã.** In: Flores, Moacyr (Org.). 1893-95 – A Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: Edipucrs, 1993c. pp. 61-74.

\_\_\_\_\_. **Catolicismo social no Rio Grande do Sul: A União Popular.** In: Veritas – Revista trimestral de filosofia e ciências humanas da PUCRS. Porto Alegre: PUC, 1992. v. 37, nº 148 (dezembro 1992). pp. 553-580.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário.** In: \_\_\_\_\_. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **O nome e o como.** In: \_\_\_\_\_. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GEVEHR, Daniel Luciano; MEYRER, Marlise Regina; NEUMANN, Rosane Márcia. **O movimento Mucker e o protagonismo de Jacobina.** Rio Grande do Sul, Colônia Alemã de São Leopoldo, segunda metade do século XIX. In: ROCHA, Humberto José da (Org.). Bandidos, Milenários e Étnicos. História dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil (Séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020. pp. 221-246.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra na Colônia Erechim: Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo.** In: ROCHA, Humberto José da (Org.). Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020. pp. 531-556.

HEINEMANN, Hermann. **União Colonial Santo Angelo.** In: *Deutscher Club Santo Angelo 1924 – 1934. Festschrift zum 10jährigen Stiftungsfeste.* Santo Angelo: Beder Irmãos & Cia, 1934.

HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela: história e crônica.** Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/Martins Livreiro Editor, 1983.

HOBSBAWN, Eric. **Mundos do Trabalho.** Novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JANSEN, Christian; WECKBECKER, Arno. *Der "Volksdeutsche Selbstschutz" em Polen* 1939/40. Munique: R. Oldenbourg, 1992. 243 pp.

JANSSEN, Maria Gertrudes (Org). **Desbravando caminhos:** histórias contadas pelos pioneiros. Mondaí: Edição do Autor, 2006.

JUNGE, Jürgen G. **A formação das Comunidades Evangélicas no Vale do Ijuí Grande.** In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo: Rotermund/Editora Sinodal, 1986. pp. 175-183.

*Kalender für de Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien.* São Leopoldo: Rotermund, 1932.

KERSTING, Eduardo. **A imprensa alemã no Acervo Benno Mentz.** In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. *Imigração & Imprensa.* Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. pp. 157-162.

KIPPER, Maria Hoppe. **Sociedades de cavalaria entre os imigrantes alemães.** In: *Estudos Leopoldenses.* São Leopoldo: UNISINOS, 1968. n° 6.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa:** a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2009.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS terra e poder** – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KLOSS, Heinz. *Zentralverbände der deutschen Bauern im Staate Rio Grande do Sul* (Brasilien). Vom völkischen über den konfessionellen zum übervölkischen Verband. *Volksforschung, Stuttgart/Alemanha,* ano 4, n° 2, pp. 79-94, 1940.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz: die geschichte einer siedlung am Rio Uruguai.** Porto Alegre: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1979.

\_\_\_\_\_. **Porto Feliz:** A história de uma colonização às margens do Rio Uruguai. Mondaí: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

KUNERT, Udo Ingo. **Tentativas de organização política na colônia alemã de São Sebastião do Caí**. In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo: Rotermund/Editora Sinodal, 1986. pp. 81-90.

KRAHN, Cornelius; REIMER, Al. *Selbstschutz*. In: Global Anabaptist Mennonite Encyclopedia Online, 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100202025851/http://www.gameo.org/encyclopedia/contents/S444ME.html/> Acesso em 08/05/2019, 20:00 h.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul**: medidas preventivas e repressivas. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Nº 13. Santa Catarina: UFSC/ANPUH-SC, 2005.

LASSBERG, Pe. Max von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

LEITZKE, Eugen. **Cooperativismo em Neu-Württemberg**. Panambi: texto datilografado, (s./n.). MAHP.

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 14 de maio de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (a)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (3)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 28 de maio de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (b)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (4)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 04 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (c)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (5)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 18 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (d)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (6)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 25 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (e)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (7)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 02 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (f)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (8)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 09 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (g)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (9)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 16 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (h)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (10)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 23 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (i)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (11)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 30 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (j)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (12)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 06 de agosto de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (k)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (13)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 13 de agosto de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (l)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (15)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 15 de setembro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (m)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (Conclusão)**: A missão cumprida. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 29 de setembro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (n)

\_\_\_\_\_. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (Linha de Tempo)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 01 de outubro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (o)

LEPETIT, Bernard. **Sobre a escala na história**. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 77-102.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

MARQUES, Mário Osório; BRUM, Argemiro Jacob. **Nossas coisas e nossa gente**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

MARTIN, Hardy Elmiro. **Recortes do passado de Santa Cruz**. Organizado e atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

**MENSAGEM ENVIADA A ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL PELO PRESIDENTE DO ESTADO ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS.** Porto Alegre: 1923.

MÜLLER, Élio E. **Histórias de Vó Alzira.** In: <https://pt.scribd.com/document/113516116/As-Historias-de-Vo-Alzira>. Acesso em 15.02.2018.

NEDEL, Ruy. **Remansos e corredeiras da vida.** Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 1995.

\_\_\_\_\_. **O imigrante:** Memoriando a história do Sul – Avaliação Crítica (Tomo III). Santo Angelo: Furi; Florianópolis: Ledix, 2015.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura:** O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

\_\_\_\_\_. **O diretor da colônia e a colonização:** a atuação de Hermann Faulhaber no Sul do Brasil. Revista de História Regional. Ponta Grossa: 2018. Nº 23, Vol. 2. pp. 199-220. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>

\_\_\_\_\_. **Correio Serrano:** órgão dos interesses regionais. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. Imigração & Imprensa. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. pp. 190-209.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes:** História do Cooperativismo e do Crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930). Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

PERES, Sebastião. **Coronéis e colonos:** das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1994.

PESAVENTO, Sandra. **O imigrante na política rio-grandense.** In: DACANAL, Hildebrando (Org.) RS – Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. pp. 156-194.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

PIERUCCINI, Assis Brasil. **Fioravante Pieruccini:** Cel. de origem italiana na Revolução de 1923. (s./n.): Edigal, 2010.

POSSAMAI, Zita (Org.). **Revolução de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. (Cadernos Porto&Virgula 3).

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. **Contribuição para a história de Nova Petrópolis**: Depoimentos. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPÓ. **Resgatando a História de Pirapó**. Textos e revisão: Soeli Sebastiany Kochnan e outros. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia Ltda., 2003.

PRIEN, Hans-Jurgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil**: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

RABUSKE, Pe. Arthur. **Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã, 1974. pp. 31-54.

\_\_\_\_\_; RAMBO, Arthur Blásio (Organizadores). **Pe. J. E. Rick, SJ**. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

RADÜNZ, Roberto. **O luteranismo no Brasil meridional no século XIX**: da autonomia à institucionalização. In: MÉTIS: história & cultura – v. 4, n. 8, jul./dez. 2005. pp. 159-184.

RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni-Sul, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Revolução federalista e a imprensa**. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. **A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. pp.125-134.

\_\_\_\_\_. **Somando forças**: O projeto social dos jesuítas do sul do Brasil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: Revista Brasileira de educação. V. 15. N. 45. Set./Dez. 2010. pp. 434-444.

\_\_\_\_\_. **A história ao rés do chão**. In: Levi, Giovanni. A herança imaterial. Trajetória de exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVERBEL, Carlos Macedo. **Maragatos e pica-paus**: Guerra civil e degola no Rio Grande. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

RIBEIRO, Darci. **Os brasileiros I**. Teoria do Brasil. 4a ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIoux, Jean-Pierre. **A associação em política**. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. pp. 99-140.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta**. Cruz Alta: Tipografia Liderança A. Dal Forno, 1964.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 2 v. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RONIS, Oswaldo. **Uma epopeia de fé**: a história dos batistas letos no Brasil. Rio de Janeiro: (s.n.), 1974.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931). Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. **“Tudo para todos”**. Um estudo comparado de princípios e de práticas cooperativas: de Pigüé (BS AS) e Nova Petrópolis (RS) (1898-1920). Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2018.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. **As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho**: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da Sicredi Pioneira. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC/RS, 2013.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário**: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: Uduioeste, 2009.

\_\_\_\_\_. **Igreja e Estado na construção social sul-brasileira**: transformação da Liga das Uniões Coloniais Rio-Grandenses em Federação Estadual dos Consórcios Profissionais-Cooperativos de Agricultores. In: DREHER, Martin (Org.). Imigração & imprensa. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. pp. 294-312.

\_\_\_\_\_ ; HARTMANN, Hélio Roque. **Nova terra, novos rumos:** a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa. Santa Rosa: Barcellos Livreiro e Editor, 1981.

SCHAUREN, Michael. **Do tempo do vovô.** In: Skt. Paulusblatt. Março 1998. pp. 30-32.

SCHERER, Ilse. **Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Rural). Porto Alegre: UFRGS, 1972.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **A Revolução Federalista no Vale do Taquari.** Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Federalista no Vale do Taquari.** In: IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Anais). São Leopoldo: Museu e Arquivo Histórico Visconde de São Leopoldo, 1987. pp. 135-210.

\_\_\_\_\_. **Ações militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari.** In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. **A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. pp.83-96.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia do Vale do Taquari.** Lajeado: material em elaboração, *s.d.*

SCHNEIDER, Cristina Seibert. **Viribus Unitis:** A constante busca da aproximação do social e do econômico. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto a participação:** o surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1992.

SCHWEIG, Rudi. **Resgate histórico – Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS (1906-2006).** Ibirubá: Comissão do Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS, 2007.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. **Modelos de liderazgo em comunidades emigradas.** Algumas reflexiones a partir de los espanholes em América (1870-1940). In: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. **De Europa a las Américas. Dirigentes e liderazgos (1880-1960).** Buenos Aires: Biblos, 2006. pp. 17-42.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Babel do novo mundo:** povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. **“Quero ser senhor do meu fucinho”**: a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul (1893-1895). In: História: Debates e Tendências. Volume 17. Número 2. Julho – Dezembro 2017. pp. 275-292.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. pp. 99-140.

SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira**: apontamentos para história de Palmeira das Missões, comemorativo do primeiro centenário de sua emancipação política. Porto Alegre: AGE, 2004.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **A Bíblia Sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Brasília: 1969.

SOUZA, Gérson César. **O imortal Coronel Bodziak – Niemiertelny Pulkownik Bodziak**. São Mateus do Sul: Edna, 2016.

TELLES, Leandro. **Espírito associativo do imigrante**. In: Álbum do Sesquicentenário da imigração alemã. Porto Alegre: EDEL, s/n. p. 86-95.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

TOCHTROP, Leonardo; CARO, Herbert. **Dicionário**: alemão - português e português - alemão. Rio de Janeiro: Editora Globo, [s.n.].

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.(a)

\_\_\_\_\_. **Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político**: os primeiros anos da colonização. In: Estudos Ibero-Americanos. Vol. XXVI, nº. 1. Julho 2000. pp. 235-246.(b)

TRÄSEL, Albert. **Der maragatenkrieg auf den deutschen Kolonien von Rio Grande do Sul**. Canoas: Editora La Salle, 1960.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **Um cientista entre colonos**: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. Introdução, tradução e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST, 1981.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores.** Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2004.

VENCATTO, Almedoro. **Sarandi: um recanto histórico do Rio Grande do Sul.** Sarandi: Gráfica Editora A Região Ltda, 1994.

VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento – O Arquipélago 1.** São Paulo: Globo, 1997.

VOGT, Olgario Paulo. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização europeia no sul do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia. Num. 2. Abril-Junho de 1949.

\_\_\_\_\_. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEBER, Regina. **Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações.** In: Diálogos. V. 18, nº 2. Maio – agosto/2014. pp. 703-733.

WEHRMANN, Bruno Guido. **Condor: Comunidade, história e cultura.** Condor: [s.n.], 2004.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890).** Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC/RS, 2015.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense.** São Leopoldo: Sinodal, 1996.

WITT, Marcos. **Sobre imigração e política: origem, produção e encaminhamentos.** In: SIDEKUN, Antonio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina. Campos Múltiplos: identidade, cultura e história. *Festchrift* em homenagem ao prof. Arthur Blazio Rambo. São Leopoldo: Nova harmonia/Oikos, 2008. pp.105-122.

\_\_\_\_\_. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã.** Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Pejuçara: Centenário da imigração.** Passo Fundo: Gráfica Padre Bertier, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.